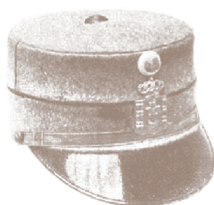


A Contra-Revolução na I República

1910-1919

Miguel Dias Santos



(Página deixada propositadamente em branco)

REPÚBLICA



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DA COLEÇÃO REPÚBLICA

Amadeu Carvalho Homem

COORDENAÇÃO EDITORIAL DA COLEÇÃO REPÚBLICA

Maria João Padez Ferreira de Castro

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensauc@ci.uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

Imprensa da Universidade de Coimbra

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Ilustração Portuguesa, II Serie - N.º 680

Bonet encontrado no quarto de Paiva Couceira.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Tipografia Lousanense

ISBN

978-989-26-0076-5

ISBN Digital

978-989-26-0172-4

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0172-4>

DEPÓSITO LEGAL

319446/10

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA

1910 · 2010

COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

© NOVEMBRO 2010, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Contra-Revolução na I República

1910-1919

Miguel Dias Santos



*Ao Miguel e
à Madalena*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PARTE I: GÉNESE DA CONTRA-REVOLUÇÃO (1910-1913)	17
CAPÍTULO I: A REACÇÃO MONÁRQUICO-CLERICAL	19
1. A «República dos Sapateiros»	19
2. Para uma sociologia da contra-revolução	55
2.1. Nobreza e caciquismo.....	60
2.2. O clero e o movimento restaurador.....	64
2.3. O exército e a restauração.....	76
CAPÍTULO II: «O PERIGO MONÁRQUICO»	87
1. A contra-revolução «Petisqueira».....	87
2. Do 29 de Setembro à I Incursão	110
2.1. O movimento interno.....	118
2.2. A primeira incursão monárquica	126
3. Do Pacto de Dover à Segunda Incursão.....	134
3.1. A segunda incursão.....	150
4. A «Primeira Outubro».....	162
PARTE II: NATUREZA DA CONTRA-REVOLUÇÃO (1914-1917)	177
CAPÍTULO I: A DIREITA MONÁRQUICA	179
1. Conservadores e antimodernos	179
2. Conservadorismo liberal	192
3. Tradicionalismo ou a «Geração do Regresso»	207
4. A «questão doutrinária»: liberalismo ou tradição?	218

CAPÍTULO II: OS MONÁRQUICOS E A GRANDE GUERRA	243
1. A Guerra como «Revolução Conservadora»	243
2. Nação e Imperialismo.....	256
CAPÍTULO III: OS MONÁRQUICOS CONTRA A GUERRA	269
1. A «Segunda Outubrada».....	269
2. Da «ditadura» Pimenta de Castro ao 14 de Maio	293
3. Contra-mobilização e contra-revolução	320
PARTE III: A CONTRA-REVOLUÇÃO ENTRE O AUGÉ E O DECLÍNIO (1918-1919).....	367
CAPÍTULO I: DO SIDONISMO ÀS JUNTAS MILITARES.....	369
1. Os monárquicos e o sidonismo	369
2. As Juntas Militares.....	393
CAPÍTULO II: A MONARQUIA DO NORTE.....	417
1. «Ou agora... ou nunca mais».....	417
2. Deus, Pátria, Rei	427
3. Monsanto	447
4. A «guerra de boas vontades»	458
CONCLUSÃO.....	487
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	495

NOTA PRÉVIA

O livro que agora se publica corresponde ao texto, revisto e alterado, da minha dissertação de doutoramento em Letras (História Contemporânea), cujas provas públicas se realizaram a 27 de Janeiro de 2010, com o título *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*. Fizeram parte do júri, presidido pelo professor doutor Fernando Catroga, os professores doutores Amadeu Carvalho Homem, Maria da Conceição Meireles, Ernesto Castro Leal e Sérgio Campos Matos, a quem testemunho a minha gratidão pela qualidade das críticas e sugestões.

Do texto original, para além da revisão formal, suprimiram-se as longas transcrições documentais colocadas em nota de rodapé e que serviram de fundamento a leituras e interpretações. Eliminaram-se também os anexos documentais. O leitor mais interessado nas provas documentais, na sua maioria inéditas, deve consultar o texto original.

Quero aqui consignar a mais viva gratidão ao professor doutor Amadeu Carvalho Homem, que orientou esta investigação com elevado interesse e competência, por estes anos de aprendizagem e de convívio intelectual e cívico. Devo também uma palavra de sincero agradecimento ao professor doutor João Gouveia Monteiro, director da Imprensa da Universidade de Coimbra, por aceder a publicar este texto na colecção *República*, integrada no programa editorial associado às comemorações do centenário da I República.

ABREVIATURAS

- ADG – Arquivo Distrital da Guarda
AHD - Arquivo Histórico-Diplomático
AHM – Arquivo Histórico-Militar
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
CEP – Corpo Expedicionário Português
CTGL – Corpo de Tropas da Guarnição de Lisboa
DGAPC – Direcção Geral da Administração Política e Civil
EAO – Espólio de Aires de Ornelas
ELM – Espólio de Luís de Magalhães
GNR – Guarda Nacional Republicana
IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
MI – Ministério do Interior
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
TMEL – Tribunal Militar Especial de Lisboa
TMTL – Tribunal Militar Territorial de Lisboa
UON – União Operária Nacional

INTRODUÇÃO

«A proclamação da República foi recebida, de braços abertos, por toda a gente que em Portugal, directa ou indirectamente, intervinha na política. Melhor do que isso: a proclamação da República foi recebida, de braços abertos, por todos os indiferentes que, afinal, a essa data, constituíam a grande maioria das classes conservadoras, verdadeiras forças vivas de uma nação de iletrados. Por esse país fora o comércio, a lavoura ou a indústria não eram monárquicos nem republicanos: em regra a única manifestação da sua solidariedade com as instituições consistia em votar com os amigos. Desobrigados desse compromisso voltavam ao seu negócio, às suas terras ou aos seus algodões. Para eles a República era uma esperança, embora imprecisa».

(Cunha e Costa, «Balanço Político», in *O Dia*, n.º 374, 31-12-1912, p. 1.)

A contra-revolução constitui uma parte significativa da história da I república portuguesa. Poderá, pensamos nós, trazer algumas respostas à questão central colocada pela historiografia deste período: porque falhou (aceitando que falhou) a primeira república? Não se trata aqui de acusar os monárquicos da instabilidade endémica do regime, como fizeram algumas leituras ideologicamente comprometidas. Trata-se de compreender o lugar da contra-revolução na evolução histórica deste período conturbado, que começou efectivamente em 1890 e prosseguiu, pelo menos, até 1926, apesar dos prolongamentos ideológicos posteriores.

A história da contra-revolução não pode por isso reduzir-se a um simples conflito pelo controlo do Estado protagonizado por facções antagónicas, defendendo regimes diferentes. Representa em primeiro lugar a recusa da modernidade política proposta pela república, recusa veiculada por diferentes segmentos da sociedade que aqui enquadrámos sob a designação de mundo conservador.

Como acentua Cunha e Costa, advogado republicano, na transcrição em epígrafe, a república foi recebida em geral como uma «esperança, embora imprecisa». Este optimismo inicial, esta crença nas virtudes regeneradoras do novo regime, foi um lampejo que depressa esmoreceu, dando origem a um fenómeno de reacção e contra-revolução. Ao longo deste livro, procuramos explicar a origem e natureza dessa contra-revolução e a sua evolução até ao clímax da restauração, em 1919. Mas é imperioso que se diga que a contra-revolução não se resume a um conflito político e militar, pelo contrário. Veremos que o ressurgimento doutrinário de pendor tradicionalista se fará também dentro de alguns pressupostos da ideologia contra-revolucionária, visíveis no renascimento do Partido Legitimista e da sua literatura pró-miguelista e das novas correntes do nacionalismo monárquico.

As razões que ditaram a contra-revolução monárquica, temática nem sempre devidamente valorizada pela historiografia, correspondem àquilo que a sociologia política identifica como ruptura ou inexistência de um consenso, de que resultou o conflito ideológico e a recusa da legitimidade política¹. António Costa Pinto identificou três clivagens sócio-políticas que contribuíram para o fracasso da república e que podemos assumir como rupturas ou impedimentos à formação do consenso: a questão do regime, a questão religiosa, que este autor identificou com a secularização, e a oposição entre o campo e o mundo urbano². É forçoso reconhecer que em todas estas dimensões a presença dos monárquicos é central e relevante como instância explicativa. Mas, como procuraremos demonstrar, foi sobretudo em torno de clivagens ideológicas que se concebeu a ruptura com o consenso inicial, foi a partir delas que se forjou a contra-revolução.

¹ Cf. Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, 1992, p. 15. Sobre a questão da legitimidade, leia-se Max Weber, *Três Tipos de Poder e outros Escritos*, Lisboa, Tribuna, 2005.

² António Costa Pinto «A Queda da Primeira República», in *A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 33-34. A tese foi repetida em «A queda da 1.ª República Portuguesa: uma interpretação», in Manuel Baiôa (ed.), *ob. cit.*, pp. 165-183.

E se aceitarmos a hipótese do mesmo Costa Pinto, segundo a qual o eixo analítico que explica o fracasso da república reside na formação de um sólido eixo civil-militar que contestou duramente a legitimidade da nova autoridade³, o campo monárquico tem pelo menos direito a uma posição de significativo relevo. Durante anos, a acção subversiva dos monárquicos mais activos minou a autoridade e a legitimidade da república, conspirando e açodando o descontentamento da sociedade civil e da caserna. É toda essa actividade conspirativa, nem sempre fácil de reconstruir, e que culmina na restauração da monarquia em 1919, que será objecto de uma parte deste livro. Corresponde ao estudo da contra-revolução na sua faceta diacrónica, estabelecida a partir das conjunturas mais conturbadas do novo regime. Procurando articular uma dimensão analítica, de pendor mais narrativo, com os necessários enquadramentos explicativos, procurámos tornar inteligíveis os fenómenos políticos, estabelecendo, ao mesmo tempo, a natureza dos meios e a tipologia das acções subversivas desencadeadas pelos contra-revolucionários.

A análise cronológica da contra-revolução perderia em riqueza explicativa se secundarizasse os debates doutrinários e as questões ideológicas. É na esfera da ideologia, na existência de uma mundividência alternativa ao republicanismo, que a história da oposição monárquica pode conquistar protagonismo numa análise global da evolução da sociedade portuguesa entre 1890 e 1926. Em nosso entender, a república procurou harmonizar-se, afinal, com os ecos progressistas e democratizantes propalados por diferentes correntes radicais desde o final do século XIX, para quem o parlamentarismo oligárquico da monarquia constitucional estava longe de responder às exigências do liberalismo positivo. Para quem o Estado central e burocrático, dominado pelas elites burguesas dos partidos dinásticos, e atolado num estado vegetativo de corrupção endémica, estava longe de responder às crescentes reclamações das classes proletárias. Não é por acaso que as reivindicações destes sectores mais progressistas se encontravam nas cidades, associadas ao parco desenvolvimento industrial e a uma certa consciência de classe.

Tal como na Europa, o partido socialista e os grupos radicais do anarco-sindicalismo pressionavam os governos no sentido de um alargamento democrático, que pelo menos tendesse ao estabelecimento do sufrágio universal. Em

³ *Ibidem*, p. 42.

Portugal, a propaganda republicana e, mais radical, a retórica anarco-sindicalista exigiam uma profunda reforma do sistema político que se traduzisse na abolição da monarquia e do princípio dinástico, instituindo esse liberalismo positivo de cidadania plena, estribado no Estado laico e na completa secularização da sociedade, da cultura e das mentalidades.

As propostas republicanas e anarco-sindicalistas de revolução radical provocaram o medo da classe política liberal que, na esteira de pensadores contra-revolucionários e conservadores, abominava a multidão. Isto torna inteligível o verdadeiro temor que se apossou dos sectores anti-republicanos que não aderiram ao novo regime, e que viam na república a evolução para aquilo que então classificavam de «tirania democrática».

Se é verdade que a república não implantou um verdadeiro sistema democrático – foi, como a monarquia constitucional, demoliberal – o mundo conservador, identificado na epígrafe por Cunha e Costa, temia que o regime acabasse por consagrar a democracia de massas, na sua fórmula mais tirânica e demagógica já então contestada pela crítica antimoderna, de Nietzsche, Barrès, Maurras, Le Bon e alguns positivistas como Taine e Renan. Todos vislumbravam na democracia a forma política de «declínio» e essa leitura atravessou o pensamento da direita antimoderna, incluindo alguns conservadores liberais, e da direita moderna. A leitura atenta da sua imprensa (apesar da censura), dos seus livros, opúsculos, manifestos, panfletos e todo um acervo de correspondência particular e oficial, enfim, toda a retórica e toda a literatura da contra-revolução deste período exprimem sem hesitação a repugnância democrática que tinham como inevitável. Pode opinar-se que o campo monárquico tinha fraca expressão quantitativa⁴. Mas a sua influência, que procuraremos demonstrar, no mundo rural, entre os indiferentes e passivos, a «nação de iletrados» a que se referia Cunha e Costa, que continuavam sob a alçada das elites locais, era suficiente para causar problemas que a historiografia não pode, pensamos nós, continuar a desvalorizar.

Por isso entendemos que o conflito entre republicanos e o mundo conservador – que aqui se conota com os monárquicos e os católicos e alguns republicanos convertidos à realeza – assume essa dimensão de pleito entre a modernidade política e a tradição, numa continuidade ideológica feita de avanços

⁴ Cf. António Costa Pinto, *ob. cit.*, p. 174.

e recuos⁵. Isto é, apesar dos erros e vicissitudes que impediram a consagração de uma verdadeira comunidade política, impossibilidade que se estendeu a toda a Europa liberal⁶, e que em Portugal se caracterizou pelo desrespeito pela «sociedade civil»⁷, havia uma clivagem ideológica importante com os monárquicos e outras agremiações. Se a propaganda realista pregava contra a «inexistência de liberdades constitucionais», também é verdade que ao nível dos princípios o seu pensamento político desprezava a existência dessa comunidade política caracterizada pelo dinamismo político do indivíduo, por uma verdadeira cultura de cidadania, recusando a emancipação do indivíduo face às tradições e à herança histórica colectiva.

A nova direita monárquica, cuja génese se vislumbra nos movimentos nacionalistas e elitistas emergentes no final do século XIX, com afinidades estreitas com o ressurgimento católico, encontrará na república a legitimidade teórica para iluminar o seu pensamento político com as verdades eternas da contra-revolução, do nacionalismo e do tradicionalismo, instituídas como barreiras contra a decadência liberal e democrática. Não é só o Estado liberal que é alvo das diatribes desta mundividência orientada pelas verdades universais e eternas, é acima de tudo o «homem massa», individual e abstracto, que ameaça os alicerces da civilização cristã.

Esta oposição entre tradição e modernidade, mesmo que uma modernidade ferida em algumas das suas premissas ideológicas básicas, constituiu o eixo nevrálgico desta investigação. A divisão do livro em três partes obedece, *ipso facto*, à necessidade de articular a diacronia com as questões teórico-doutrinárias. A primeira parte, que se estende do 5 de Outubro à «primeira Outubrada», em 1913, corresponde ao surgimento da primeira reacção ao programa secularizador da república e à definição, ainda que meramente embrionária, dos primeiros pressupostos ideológicos da direita monárquica. É também o período em que a reacção político-militar se «organiza» de forma muito dispersa, articulando os

⁵ Sobre esse progresso da ideia democrática, leia-se Luciano Cãnfora, *A Democracia. História de uma Ideologia*, Lisboa, Edições 70.

⁶ Sobre as crises do liberalismo, leia-se Marcel Gauchet, *L'Avènement de la Démocratie II La Crise du Libéralisme*, Paris, Gallimard, 2007.

⁷ Cf. Rui Ramos, «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in Manuel Baiôa (ed.), *ob. cit.*, pp. 186-188.

movimentos internos com a emigração, através das incursões e do fluxo contínuo de dinheiro e armamento. Não é ainda, ou somente, a oposição monárquica, mas a predisposição reactiva do mundo conservador em defesa de crenças e tradições seculares. Na ausência de estruturas organizativas e de instrumentos de propaganda, o movimento ficou sob a chefia simbólica do inevitável Paiva Couceiro, o «paladino» ou «comandante» de uma causa a que parecia faltar fé, e que fervilhava em animosidades, dissensões e negativismos.

A segunda parte começa com a amnistia republicana, de 1914, que permitiu o regresso a Portugal de milhares de emigrantes espalhados por diferentes latitudes, em Espanha, França, Bélgica, Inglaterra e Brasil. Estabeleceu-se então a Causa Monárquica, ainda que sem estruturas formais – apenas com um lugar-tenente de D. Manuel – e perfilaram-se os diferentes agrupamentos político-ideológicos, consociados entre diferentes sensibilidades ideológicas que partilhavam apenas a fidelidade a D. Manuel. É o período áureo da propaganda monárquica, marcada pela proliferação de um viveiro fluente de instrumentos de propaganda, especialmente de revistas doutrinárias, que estimularam o debate político-ideológico.

Mas este período ficou também marcado pelo eclodir da I Guerra Mundial, fenómeno devastador cujas implicações se fizeram sentir na vida pública e no quotidiano de milhões de pessoas em diferentes continentes. Período fértil em debates e polémicas, a conjuntura belicista dividiu profundamente a sociedade portuguesa, dando aos sectores monárquicos mais irrequietos a oportunidade para disseminar a discórdia e o ódio político ao partido da guerra e ao regime. Revisitaremos as tensões internas dos adeptos da coroa sobre a atitude a adoptar perante o conflito mundial e as expectativas emergentes sobre a fundação de uma nova ordem mundial assente num renovado paradigma ideológico. Para os realistas, a guerra constituiu um período fecundo em acções subversivas e projectos de restauração (foram talvez os principais protagonistas da contra-mobilização) de que resultou uma aproximação aos corredores do Poder durante os governos militares e antiguerra de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais.

Finalmente, na terceira parte, revisitamos o sidonismo, que já tínhamos estudado no livro *Os monárquicos e a República Nova*, e analisamos a evolução político-militar que desemboca na restauração da monarquia no Porto, a 19 de Janeiro de 1919, termo cronológico desta demanda investigativa que praticamente

coloca um ponto final na clivagem do regime. Com base no estudo de importante documentação arquivística, parte dela ainda inédita, tentaremos contribuir para a elucidação desse período conturbado, cunhado pela inauguração dos múltiplos pronunciamentos que, como bem viu Douglas Wheeler, definiram Portugal até à emergência da Ditadura Militar e do próprio Estado Novo⁸.

A contra-revolução na I República (1910-1919) sugere assim uma articulação da acção político-militar e subversiva dos monárquicos com um projecto ideológico de matiz conservador e antiliberal para a futura monarquia. Mesmo a resistência de algumas das figuras de proa do liberalismo não impede que se vislumbre neste campo político a emergência de um ideário conservador que afinal haveria de governar a Europa entre as duas guerras⁹, período que alguns historiadores já caracterizaram como «Guerra civil europeia»¹⁰. Procuramos assim estabelecer o contributo da Direita Monárquica, também ela exposta a divergências ideológicas e organizativas profundas, para a formação desse imaginário conservador, nacionalista e autoritário que caracterizou a longa «Guerra civil europeia» e que em Portugal, sob o signo da Ditadura Militar e depois do «Estado Novo», se estendeu num ciclo de longevidade que só terminou com nova intervenção militar, em 1974.

⁸Wheeler, Douglas L. *História de Portugal 1910-1926*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1978, pp. 216 e ss.

⁹Cf. Susan, Pederson, «Que é a história política hoje?», in David Carradine (Coordenação), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, p. 72.

¹⁰Cf. Luciano Canfora, *ob. cit.*, p. 205. A expressão foi cunhada por Isaac Deutscher numa conferência dada na Universidade de Cambridge, em 1967.

(Página deixada propositadamente em branco)

PARTE I
GÉNESE DA CONTRA-REVOLUÇÃO (1910-1913)

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO I

A REACÇÃO MONÁRQUICO-CLERICAL

1. A «República dos Sapateiros»

A I república instalou-se em Portugal sob os auspícios de um vasto programa doutrinário e ideológico elaborado durante décadas e que em Portugal tinha a sua origem distante na teorização de José Félix Henriques Nogueira. Herdeiro da memória de 1848, o republicanismo não se limitava à contestação política da monarquia, mas apresentava-se como «proposta de matriz ontológica», em que a eliminação da realeza constituía uma exigência não só da natureza humana mas também do progresso universal¹¹. Mais do que simples recusa antidinástica, consubstanciava um sistema de representações, ideias e valores que almejava a completa realização do Homem pela emancipação do indivíduo face às «formas tradicionais de vida» e pela capacidade de construir o seu destino¹². A sua filiação iluminista, a crença no progresso contínuo e no aperfeiçoamento do Homem, colocavam a república como finalidade da História, regime que Teófilo Braga antecipava como a forma política «exigida pela natureza e pela sociedade e a

¹¹ Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro*, vol. 2, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p. 168.

¹² Jürgen Habermas, *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990, p. 89.

única capaz de proceder «cientificamente» à regeneração intelectual, moral e económica da nação portuguesa»¹³.

O positivismo e o cientismo, cultivados por intelectuais e pelas principais figuras do republicanismo, como Teófilo Braga, Manuel Emídio Garcia, Miguel Bombarda e Júlio de Matos, inoculavam o pensamento republicano da certeza científica, numa época em que a ciência acreditava poder decifrar as leis que presidiam à marcha da humanidade e prever o futuro. Para os discípulos de Comte e especialmente Littré, que teve em Portugal mais prosélitos que o mestre¹⁴, as transformações no poder temporal exigiam a formulação de um novo poder espiritual. A dimensão pedagógica de uma espécie de enciclopedismo renovado, veiculado através de múltiplas publicações, como a revista *Positivismo* (1878-1883), visavam a educação das elites e a «renovação mental e moral necessária às transformações políticas e sociais»¹⁵. A república era então antecipada pela ciência social e por isso adivinhava-se a sua emergência como uma «consequência implícita na ordem das coisas»¹⁶.

Entre as componentes mais importantes do sistema político-filosófico do republicanismo contavam-se o anticlericalismo e o laicismo, correspondendo ao património ideológico herdado da Revolução Francesa e que o cientismo aprofundou, perseguindo a dessacralização da natureza e da sociedade. O anticlericalismo tinha tradição em Portugal no combate ao jesuitismo, ao congreganismo e ao ultramontanismo e radicava na crença de que as corporações religiosas contribuían para o obscurantismo da população e impediam o progresso. Mas este primeiro anticlericalismo não contestava a existência de Deus e a importância social das religiões, limitando-se a exigir a moralização do clero e a liberalização da Igreja¹⁷. A sua evolução ao longo da segunda metade do século XIX, e já sob a influência do livre-pensamento europeu, do positivismo e do cientismo,

¹³ Fernando Catroga, «Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social», in *Revista de História das Ideias*, n.º 1, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1977, p. 370.

¹⁴ Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva História, 1989, pp. 98 e ss.

¹⁵ Fernando Catroga, «Teófilo Braga e o movimento positivista», in *Sociedade e Cultura Portuguesa II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 220.

¹⁶ Amadeu Carvalho Homem, *ob. cit.*, p. 232.

¹⁷ Fernando Catroga, «O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX e XX)», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001, p. 275.

conduziu a um aprofundamento dos debates e ao alargamento das exigências anticlericais.

Segundo Fernando Catroga, na base da questão religiosa estava a necessidade de se produzir uma «secularização externa da sociedade e interna das consciências». É neste contexto que devem entender-se as exigências no sentido de separar o Estado das Igrejas, da laicização do ensino, da assistência e da família, no último caso pela introdução do divórcio; e a secularização completa dos actos essenciais da vida, como o nascimento, o casamento e a morte, estabelecendo o registo civil obrigatório¹⁸. Estas exigências conformavam-se com a vasta campanha de descristianização operada sob a influência da Ciência e da Razão, e com raízes nas Luzes, que inseria o homem na Natureza, transferindo para o campo da imanência a «idealização da própria humanidade»¹⁹.

O anticlericalismo tornou-se mais radical a partir do final do século XIX, quando a questão religiosa se tornou capital nos debates político-ideológicos. A reacção da Igreja aos avanços do anticlericalismo e do próprio materialismo ateu seria coordenada pelo Vaticano. Primeiro por Pio IX, que condenou toda a doutrina liberal e promoveu o ressurgimento de uma nova religiosidade e da espiritualidade católica. Depois, por Leão XIII, que não só procurou harmonizar o liberalismo com a religião, como ofereceu uma alternativa cristã para a questão social com a encíclica *Rerum Novarum* (1891)²⁰. No campo político, o Vaticano envidou todos os esforços para organizar os católicos, visando a reconquista da sociedade para os valores cristãos e menos a conquista do Poder. A *Democracia Cristã* assumiu-se então como alternativa ao liberalismo político.

A reacção da Igreja Católica acendrou o combate à religião, entendida como suporte ideológico e cultural da monarquia. Só então a religião se transformou no verdadeiro inimigo para republicanos e livres-pensadores, que acreditavam que só a eliminação de Deus permitia a emancipação das consciências e a liberdade individual. Isso explica o recrudescimento do combate anticlerical no ata-

¹⁸ *Ibidem*, p. 276.

¹⁹ Amadeu Carvalho Homem, «A crise contemporânea da noção de divino», in *Progresso e Religião. A república no Brasil e em Portugal 1889-1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 196.

²⁰ Cf. *Rerum Novarum*, Sobre a situação dos Operários, 15-05-1891; Vítor Neto, «O Nacionalismo Católico em Jacinto Cândido», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001, p. 397;

que à religião vindo dos sectores republicanos, carbonários e maçónicos que se conluíram para derrubar a república por via revolucionária²¹. A questão religiosa foi então o elemento congregador, o «cimento ideológico» dos sectores radicais no combate à Monarquia, como reconheceu o próprio Sebastião de Magalhães Lima, mestre do Grande Oriente Lusitano²².

O combate à ordem político-constitucional da monarquia constituiu outra das preocupações centrais dos republicanos e dos seus aliados radicais. A interpretação histórica do Antigo Regime mostrava que as revoluções liberais tinham substituído a representação divina pela representação popular e o súbdito pelo cidadão. Em Portugal, porém, a burguesia instalada aceitou na Carta Constitucional a consagração plena de uma representação híbrida, plasmada na glorificação da origem divina do poder régio com a sua aceitação nacional por «plebiscito tácito»²³. Ao outorgar a Carta à nação e reservando para si o poder moderador, o monarca tornava-se no eixo nevrálgico do sistema político, controlando o poder executivo e legislativo, e guardando para si importantes atribuições de natureza judicial.

Na substância do combate à monarquia encontramos a recusa do sufrágio censitário, que estabelecia a existência de duas formas de cidadania na ordem jurídico-social, a cidadania passiva e a cidadania activa. O sufrágio censitário ou capacitário, que muitos republicanos de tradição liberal também acatavam, decorria da presunção de que o estatuto de proprietário consignava o mérito e as capacidades administrativas dos indivíduos, que elegiam ou eram elegíveis em função dos seus níveis de tributação e portanto do seu contributo para o progresso colectivo²⁴. A defesa de um parlamentarismo genuíno saído da vontade popular, a eleição do chefe de Estado e a diminuição gradual das limitações capacitárias em direcção ao sufrágio universal, constituíam importantes reivindicações políticas do republicanismo e dos sectores mais progressistas, que

²¹ Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal*, cit., vol. 1, pp. 135-157. Leia-se, também, António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialista em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

²² Fernando Catroga, «O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX e XX)», cit., pp. 339-340.

²³ Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, cit., p. 239.

²⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 256 e ss.

acreditavam que só a instauração da república poderia regenerar um país em crise e eliminar os miasmas de uma sociedade anquilosada.

Este simples bosquejo do ideário republicano torna inteligível a opção do Governo Provisório de arrancar imediatamente com um programa de reformas que fosse coerente com as exigências da opinião pública radical e do livre-pensamento, a começar pela expulsão das congregações religiosas. No início do século xx, o ódio anticongreganista tinha como alvo os jesuítas, corporação cuja influência na sociedade e na Igreja Católica tinha aumentado no decurso da segunda metade do século xix²⁵ e que uma lei de Hintze Ribeiro, de 1901, legalizou de forma capciosa. Os jesuítas eram objecto de uma exagerada mitologia originária no século xviii que os colocava ao serviço de forças obscuras e que os responsabilizava pela decrepitude nacional²⁶. Compreende-se assim que o Governo Provisório tenha iniciado a sua obra revolucionária combatendo o congreganismo e expulsando os jesuítas de Portugal²⁷.

Seguiu-se um conjunto de medidas que visavam a secularização da sociedade e das consciências. A laicização do Estado implicou um vasto programa reformador que teve início com a proibição do juramento religioso nos actos civis (18 de Outubro), a proibição do ensino religioso nas escolas (22 de Outubro), a supressão dos dias santos e feriados religiosos (26 de Outubro); a proibição dos militares de participar em cerimónias religiosas (11 de Novembro), a lei do divórcio (3 de Novembro) e, mais tarde, o decreto sobre o registo civil obrigatório (18 de Fevereiro). Este vasto programa de secularização tinha implicações político-ideológicas importantes. Com efeito, os republicanos aceitavam que a influência da religião nas consciências se operava através dos mecanismos exteriores do culto, da sua atracção cultural e simbólica e do controlo da Igreja sobre a vida

²⁵ Leia-se José Caldas, *Os Jesuítas e a sua influencia na actual sociedade portuguesa: meio de a conjurar*, Porto, Livraria Chardron, 1901; Manuel Borges Grainha, *A propósito do caso das Trinas. Os Jesuítas e as Congregações Religiosas em Portugal nos ultimos trinta annos*, Porto, Typ. Da Empreza Litteraria e Typogrphica, 1891; Trindade Coelho, *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906.

²⁶ Cf. Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004, pp. 25-26.

²⁷ O diploma de 8 de Outubro, cujo conteúdo se manteve no art.º 3.º da Constituição de 1911, anulava o decreto de 18 de Abril de 1901 e repunha em vigor a legislação pombalina de 3 de Setembro de 1759 e de 28 de Agosto de 1767 sobre a expulsão dos jesuítas; e ainda a lei de 28 de Maio de 1834, que extinguiu as casas religiosas e todas as ordens regulares.

particular das pessoas. No entanto, não se tratava de uma eliminação pura e simples do conteúdo simbólico e espiritual das manifestações religiosas, mas a sua substituição por um conjunto de manifestações cívicas que aprofundassem a cidadania e o reforço dos valores patrióticos²⁸.

A «questão religiosa» culminou na *Lei de Separação do Estado das Igrejas*, de 20 de Abril de 1911, da autoria de Afonso Costa, político que estivera na vanguarda do combate anticlerical desde que em Coimbra defendera como tese *A Igreja e a Questão Social* (1895). A lei de separação instituiu o Estado neutro em matéria religiosa, consignação decorrente da veiculação da liberdade de consciência e religiosa. Lei verdadeiramente estruturante da I República, com ela se nacionalizou a propriedade da Igreja e proibiu o ensino religioso, para além de todo um complexo normativo com que o Estado interferia efectivamente na administração da religião e do culto. Entre múltiplas disposições, a nova lei criou as comissões culturais, que não podiam ser presididas por sacerdotes e a quem competia organizar e fiscalizar o culto, proibiu o uso de vestes talares no espaço público e condicionou todas as manifestações exteriores de culto ao espaço privado dos templos, com o argumento de que podiam alterar a ordem pública. A lei prescrevia ainda um conjunto de normas sobre o funcionamento do culto, instituiu o beneplácito – que herdara da monarquia – e criou um regime de pensões para os padres que solicitassem auxílio material ao Estado. Mais tarde, a Constituição da República Portuguesa limitou-se a consagrar a existência do Estado laico e a consolidar no sistema jurídico-social os preceitos definidos na lei de separação.

A política anticlerical da república parecia encontrar, no início, um terreno favorável entre os sectores mais liberais e progressistas da sociedade portuguesa. A expulsão das ordens religiosas foi recebida com um entusiasmo freme nas hostes antijesuíticas, entusiasmo que a *Capital* anunciou triunfalmente em parangonas exageradas: «Já hoje foram expulsos dos coios religiosos centenas de frades e freiras»²⁹. O seu significado político e ideológico ficava claro nos comentários

²⁸ Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro*, cit., pp. 323-376.

²⁹ *A Capital*, ano 1, n.º 100, 08-10-1910, p.1.

do mesmo periódico, para quem este quadro legislativo se limitava a «satisfazer as aspirações do povo liberal»³⁰.

O «povo liberal», que assim demandava a mais completa secularização da sociedade portuguesa, não englobava apenas os republicanos. Integrava todos os sectores político-sociais que marcaram presença na manifestação anticlerical de 2 de Agosto de 1909, no «auge da campanha de descristianização», desenvolvida no final da monarquia³¹. Na verdade, parte da opinião pública expressava-se no sentido de uma reforma radical, incluindo a antiga esquerda monárquica, que partilhava o ódio clerical com os republicanos³². O jornal *O Dia*, que acompanhou o adesivismo de José de Alpoim, desde a primeira hora³³, explanará o sentimento dos sectores monárquicos liberais que comungavam do espírito secularizador e anticlerical dos republicanos. Sob o título «Trabalho Formidável – Imprensa – Divórcio – Registo Civil – Separação da Igreja do Estado – Amnistia», o jornal elogiava o programa republicano, reafirmando que «a República portuguesa tem, como o fez o liberalismo monárquico pela mão de Mouzinho, de destruir a obra encontrada e construir uma sociedade nova»³⁴.

Aparentemente, a república florescia num quadro optimista, com os políticos de diferentes quadrantes, incluindo os sectores monárquicos mais liberais, a expressarem a sua «benévola expectativa»³⁵ para com um regime em que todos, incluindo Paiva Couceiro³⁶, depositavam as maiores esperanças. Com a dissolução dos partidos monárquicos, hordas de políticos e oficiais do exército acorreram a aplaudir estrondosamente o novo regime, a filiar-se no *Partido Republicano*, num processo de adesão que causaria muitos dissabores à república.

Mas a profunda transformação da sociedade portuguesa exigia do republicanismo uma política revolucionária. A via revolucionária impusera-se definitiva-

³⁰ *Ibidem*.

³¹ Cf. Fernando Catroga, «O Laicismo e a questão religiosa em Portugal», in *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, (1.º), p. 236.

³² Veja-se *O Dia*, n.º 3173, de 07-10-1910.

³³ Cf. *O Dia*, n.º 3172, 06-10-1910, p.1.

³⁴ *O Dia*, n.º 3189, 26-10-1910, p.1.

³⁵ Álvaro Pinheiro Chagas, *O Movimento Monarchico. II "O Correio da Manhã"*, Porto, Leitão & C.ª, 1913, p. 69.

³⁶ Cf. Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monarchica*, Lisboa, Edição do Autor, 1912, pp. 92-93.

mente no Congresso de Setúbal, em 1909, substituindo a via evolutiva que em tempos enformara republicanos do calibre de Teófilo Braga, para quem o vocábulo «revolução» se limitava a assumir o «culminar de uma renovação filosófica de conteúdo de consciência»³⁷. Desde 1909, pelo menos, que «a tarefa do ressurgimento nacional depende necessariamente de um esforço revolucionário»³⁸. Assim se explica que o Governo Provisório, em vez de se limitar a garantir a ordem pública e a preparar a eleição para a assembleia constituinte, tenha operado uma reforma político-ideológica que marcou a evolução do regime republicano em Portugal.

A revolução visava afinal a transformação violenta da estrutura política, social e cultural de Portugal. Bernardino Machado expôs esta ideia numa conferência que realizou no Centro Radical, afirmando que «a política deve ser profundamente radical. Dantes havia um governo reaccionário e uma sociedade progressista. Hoje temos o dever de completar a obra de revolução de sociedade. A política tem de ser revolucionária, a fim de completar o movimento de 5 de Outubro, e de se assentarem as bases do novo governo»³⁹. Herdeiro da Revolução Francesa e da revolução vintista, o 5 de Outubro instituiu uma legitimidade revolucionária que substituiu a legitimidade tradicional representada pelo princípio dinástico.

Nos alvares do regime parecia existir um consenso na sociedade portuguesa sobre essa legitimidade revolucionária. Mas o consenso tinha apenas a feição de aparência. Com efeito, pouco tempo decorrido após a revolução, quando já ecoavam nas ruas agitadas de Lisboa os primeiros vagidos da «Delenda República», o conselheiro Luís de Magalhães, antigo ministro regenerador-liberal e figura proeminente da futura contra-revolução, descrevia assim a «reacção»: «a Reacção é apenas um fundo de opinião tradicionalista, pouco activa, embora resistente; é o *pli* conservador de um país que não tem, na verdade, motivos de qualquer ordem para abandonar esse caminho político, nem profundas exigências orgânicas, que só possa satisfazer por processos revolucionários; é o hábito nacional duma instituição oito vezes secular, a que se ligam os períodos mais brilhantes da nossa história; [...] é, enfim, e para resumir, a desilusão profunda, completa,

³⁷ Cf. Amadeu Carvalho Homem, *ob. cit.*, p. 231.

³⁸ Afirmação de Duarte Leite no Porto, transcrita por David Ferreira, in *História Política da Primeira República Portuguesa*, vol. 1 (1910-1915) I Parte, p. 27.

³⁹ *O Dia*, 3.^a série, 12.^o ano, n.^o 109, 16-11-1910, p.1.

de todos os que, velhos republicanos sinceros ou monárquicos sem obcecação doutrinária, tiveram a ingenuidade de esperar que fosse fácil a uma nova camada de homens fazer, dentro da República o bom governo representativo, que os maus monárquicos não souberam, ou não quiseram, fazer dentro da velha monarquia»⁴⁰.

Nas palavras de Luís de Magalhães ficava claro que existia uma reacção à instauração da república, de filiação política e ideológica de direita que este conotava vagamente com o «tradicionalismo» e o «conservadorismo». Era uma formulação ideológica de direita ainda pouco precisa, que pouco podia significar em termos doutrinários. Quanto aos sectores da sociedade supostamente implicados nesta reacção tradicionalista, descriminava-se «a enormíssima maioria da propriedade, do capital, do alto comércio, do clero, das profissões liberais, do funcionalismo e exército, vencidos mas não convencidos, e da massa esmagadora das populações rurais»⁴¹.

A verdade é que este «fundo de opinião», no início meramente intuitivo, emocional, e exprimindo-se apenas em estado latente, não constituía aquilo a que poderíamos chamar de reacção monárquica. A génese da contra-revolução reside na oposição que lenta mas desveladamente se foi desenhando ao projecto de modernização da sociedade portuguesa, mas também aos excessos do radicalismo revolucionário. É sabido que a única resistência digna desse nome se perfilou em torno de três periódicos, o *Correio da Manhã*, o *Diário Ilustrado* e, mais tarde, o *Liberal*. Apesar de reacção tímida, aí encontramos as primeiras notas de desencanto e de contestação político-ideológica: «E comparando com esta visão de sonho a decepcionante realidade, reconhecendo os primeiros erros, os primeiros desvarios, as primeiras incoerências, os primeiros despotismos, os primeiros ataques à liberdade e à justiça do regime em que puseram as suas melhores esperanças da redenção da pátria, talvez exclamem já como o cantor de Lisette exclamava em 1848: *La République! J'aime rais peut-être mieux en rêver que l'avoir...*»⁴².

⁴⁰ Veterano [Luís de Magalhães], «Sob a velha bandeira – Os Inimigos da República», in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 232, 28-12-1910, p. 1.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² Veterano [Luís de Magalhães], «Sob a velha bandeira», in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 203, 27-11-1910, p. 1.

Entre a imprensa realista mais belicosa importa destacar o *Correio da Manhã*, ligado a figuras gradas da reacção, como Álvaro Pinheiro Chagas, Aníbal Soares e Joaquim Leitão, e que pertencera ao universo jornalístico do *Partido Regenerador-Liberal*. Foi por isso nas páginas do *Correio da Manhã* que a contra-revolução explanou os primeiros argumentos vagamente doutrinários, enunciando o apego do país à monarquia e ao rei: «Abstraindo de pessoas, de processos e da doutrina, continuamos persuadidos de que dadas as condições de tradição, de raça e de temperamento do povo português e ainda as da política europeia, o regime monárquico é o que convém ao nosso país»⁴³.

Antes de analisar a acção política e militar da reacção monárquico-clerical, parece haver vantagem em penetrar no âmago do seu conteúdo político-ideológico. Trata-se no fundo de tornar inteligíveis as motivações ideológicas da contra-revolução, na medida em que a sua gestação parece irromper directamente dos efeitos que a política revolucionária e reformista da república provocou nos mais variados sectores da sociedade portuguesa. Não se trata, portanto, de penetrar um conjunto coerente e sistematizado de ideias políticas e ideológicas, porque esse conjunto não existia ainda. As limitações criadas pelos ataques dos radicais à imprensa monárquica, a inexistência de estruturas políticas que dinamizassem e orientassem o esforço da opinião anti-republicana e o exílio de antigos políticos, impediram a criação de mecanismos formais de propaganda.

A imprensa, que fora uma arma poderosa nas arremetidas radicais contra a monarquia, tinha desaparecido porque «há o medo da tirania sangrenta»⁴⁴. Em 4 de Outubro existiam em Lisboa onze jornais monárquicos, mas em 1912, depois da segunda incursão, apenas o *Dia* e a *Nação* resistiram aos furiosos ataques do radicalismo republicano⁴⁵. Não existia um jornalismo de propaganda que só aparecerá com a Causa Monárquica, organizada em 1914, num contexto político diferente. Resta assim um conjunto de textos disseminados por cartas particulares, panfletos, manifestos, algum jornal de ocasião, através dos quais procuraremos reconstruir os fios cerzidos pelo discurso contra-revolucionário.

⁴³ «República», in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 175, 27-10-1910, p. 1.

⁴⁴ José de Arruela, in *A Voz do Direito*, ano 1, n.º 4, 24-04-1912, p. 60: «Porque não se fundam jornais católicos? Porque não se fundam jornais monárquicos? Porque há o medo da tirania sangrenta».

⁴⁵ Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 121-122.

A abrir esta exegese teórico-doutrinária, necessariamente concisa, importa estabelecer como preâmbulo que o discurso ideológico da primeira contra-revolução (1910-1911) não prescrevia a realeza como finalidade. As fraquezas da monarquia estavam ainda muito presentes nos espíritos para que fosse possível fazê-la reviver como regime morigerador. O próprio D. Manuel, numa missiva acintosa e autojustificativa, foi incapaz de esconder o desprezo que os políticos da monarquia lhe provocavam: «Comecei o meu reinado aos 18 anos, na mais trágica das circunstâncias possíveis, terminei-o aos 20, após 32 meses, por uma revolução, na qual, fora alguns, poucos, bem poucos, nomes heróicos, todos só compunham um rebanho de covardes e infames e de traidores!»⁴⁶.

Mas o contrário era igualmente verdadeiro. Entre os seus correligionários, as debilidades governativas de D. Manuel continuavam ainda muito evidentes para que os conservadores acoressem a exaltar-lhe as virtudes pessoais ou institucionais. Na verdade, o último monarca será alvo de uma forte campanha de oposição e contestação interna, que não deixará de o perseguir e atormentar até à sua morte, em 1932⁴⁷. Muitos não lhe perdoavam ter deposto João Franco após o assassinato de D. Carlos e do herdeiro ao trono, o príncipe Luís Filipe⁴⁸. Parte dessa desconsideração assentava, porém, em pressupostos falsos. Muitos criticavam-lhe a fuga em 5 de Outubro, apodam-no de «cobarde»⁴⁹, mas hoje sabe-se que ainda no Terreiro do Paço procurou colocar-se à frente do seu exército. É também facto incontestável que depois do embarque da Ericeira, o jovem monarca exigiu que o conduzissem ao Porto para aí iniciar a contra-revolução, no que foi contrariado pelo seu tio, D. Afonso, e pelos oficiais a bordo do iate *D. Amélia*⁵⁰.

A contestação, que lavrava já no final de 1910, agravou-se nos primeiros meses de 1911, quando várias figuras da monarquia lhe exigiram que apresentasse um manifesto político ao país. Luís de Magalhães advertia o ex-monarca,

⁴⁶ BNP, ELM, doc. n.º 9424, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 16-12-1910.

⁴⁷ Leia-se António Cabral, *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1933.

⁴⁸ BNP, ELM, doc. n.º 1906, carta de Jaime de Magalhães Lima a Luís de Magalhães, de 20-12-1910.

⁴⁹ Cf. Álvaro Pinheiro Chagas, *O Movimento Monárquico. II O Correio da Manhã*, Porto, Leitão & Cª., 1913, pp. 53-54.

⁵⁰ Cf. Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 119. Veja-se, também, Fernando Honrado, *Da Ericeira a Gibraltar vai um rei: a queda da monarquia*, Lisboa, Acontecimento, 1993.

logo em Outubro, para a possibilidade de uma restauração do trono, intimando-o a não «abdicar» dos seus direitos dinásticos e que, perante os portugueses, o manifesto se tornava «urgente». O futuro da Causa Monárquica impunha ao monarca uma declaração pública pois «quando mesmo o destino não queira que Vossa Majestade volte a sentar-se no trono de Portugal, a existência dum partido monárquico dentro do regime republicano é uma necessidade imprescindível para a boa marcha das coisas públicas»⁵¹.

Ao repto ingente respondeu D. Manuel a partir do exílio inglês, afirmando que «o seu manifesto é a sua vida como Rei e como homem» e que as suas intenções teriam ficado claras na carta que escreveu no dia do seu embarque⁵². Mas os seus correligionários não entendiam que o rei destituído não tomasse uma posição clara e inequívoca, redigindo um manifesto em que afirmasse os seus direitos à coroa ou assumisse frontalmente a abdicação⁵³.

Na verdade, a ausência de um manifesto levantava múltiplos «embaraços» políticos. Em primeiro lugar dificultava a organização de um movimento contra-revolucionário de cariz monárquico, que carecia sempre da chancela régia. Em segundo, porque dava alento aos sectores miguelistas e reavivava uma velha ferida político-institucional, relacionada com as pretensões dinásticas de D. Miguel. Os legitimistas consideravam que a queda da monarquia constitucional permitia ao partido de D. Miguel arvorar o problema da restauração «sem restrições»: «Já não se tratava como até aqui, de manter o Rei liberal no trono em nome do princípio fundamental da Ordem». Tratava-se antes de mais da restauração da monarquia «tradicionalista, respeitadora das liberdades legítimas, popular e não democrática, paternal e não absoluta»⁵⁴.

Os monárquicos queixavam-se das complicações e «embaraços» criados pela inexistência de uma proclamação que estorvava os contactos com os oficiais

⁵¹ BNP, ELM, doc. n.º 12050, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 31-10-1910.

⁵² BNP, ELM, doc. n.º 12051, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de Janeiro de 1911.

⁵³ Cf. Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada. I O Pesadelo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 91. Leia-se, igualmente, D. José Luís de Almeida (Lavradio), *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947.

⁵⁴ Manuel de Bethencourt e Galvão, *D. Miguel II e o seu Tempo*, Lisboa, Edições Gama, 1943, p. 164.

para os planos de restauração⁵⁵. Por outro lado, os oficiais que davam a sua adesão aos comités militares discutiam a questão do monarca a restaurar, ainda chocados com o «desprestígio que o desembarque de D. Manuel tinha acarretado sobre o seu nome»⁵⁶. A hipótese de uma restauração com D. Miguel era comentada nos diferentes círculos realistas, mas outras possibilidades eram aventadas, como o príncipe D. Pedro, do Brasil, e o príncipe Guilherme de Hohenzollern⁵⁷.

Os embaraços criados pela figura de D. Manuel não se limitavam à sua pessoa, estendiam-se igualmente aos governos do seu curto reinado. A rejeição da monarquia dos últimos anos era generalizada, e muitos políticos não se coíbiam de o afirmar publicamente no tom mais categórico e exaltado, alienando assim muito do capital conspiratório que a república potenciava. António Cabral, antigo ministro progressista, escrevia nas páginas do *Liberal* que o regresso à velha monarquia seria «voltarmos à antiga, com imbecis conselheiros encartados, de ofício, com estadistas dessorados, com intrigas e manejos de ambiciosos, cheios de ódios e de rancor, com violências estúpidas como as do último governo da monarquia – não! Mil vezes não!»⁵⁸. O tom de repúdio será o mesmo que encontramos na imprensa dos monárquicos académicos de Coimbra, onde Fernando Cortez Sampaio e Melo expressa a veemente recusa da «monarquia dos escândalos, da corrupção e da veniaga»⁵⁹.

No critério de muitos monárquicos bem posicionados, a restauração não dispunha do pessoal político capaz de arrostar com as responsabilidades da governação, pois «num ano não se educam homens, nem se formam caracteres e os homens de hoje são os mesmos de ontem»⁶⁰. A primeira e mais árdua tarefa do movimento monárquico consistia em «depurar» as suas fileiras de todos os ele-

⁵⁵ Cf. Álvaro Pinheiro Chagas, *O Movimento Monarchico. II O Correio da Manhã*, Porto, Leitão & C^a., 1913, p. 88; *O Dia*, 21.º ano, 3.ª série, n.º 2, 03-02-1911, p.1.

⁵⁶ Depoimento do Conde de Mangualde, in Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde. Incursões monárquicas 1910/1920*, Lisboa, Livros Quetzal, 2002, p. 210.

⁵⁷ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 12051, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Janeiro de 1911.

⁵⁸ *O Liberal*, ano X, n.º 3133, 20-12-1910, p.1.

⁵⁹ *Patria Nova Semanario Monarchico Academico*, n.º 53, 30-11-1910, p. 1.

⁶⁰ José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, Separata de Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1966, carta de 27-10-1911, p. 36.

mentos que revelaram «incapacidade moral ou intelectual» e iniciar um processo de «auto-educação» de costumes e valores⁶¹.

Um dos primeiros comités militares da reacção, onde predominavam os titulares conde de Mangualde e conde de Penela, não hesitou em enviar este último a Londres, no início de 1911, com exigências formais que condicionavam a continuação dos trabalhos de conspiração. Entre essas exigências contava-se a aprovação de uma nova constituição, recusa de todo o pessoal político dos velhos partidos monárquicos (exceptuando o partido franquista), a substituição da casa civil e militar de D. Manuel e, por último, a irreversível predisposição de recusar o regresso da rainha D. Amélia a Portugal⁶². Na carta que o conde de Mangualde escreveu ao marquês do Lavradio, fazendo a apresentação do conde de Penela, este afirmava que tais exigências correspondiam a uma «imposição da quase unanimidade dos oficiais de que temos obtido o concurso e adesão»⁶³. A resposta de antigo monarca não podia ser mais categórica: «Por este preço, nem todas as coroas do mundo!»⁶⁴.

Tais dissensões não podem ser entendidas como meras divergências de conjuntura, pois elas antecipam o clima de profunda crispação e desacordo que cunhará as relações de D. Manuel com os seus correligionários. É provável que tamanha animosidade possa ser imputada aos conselheiros mais próximos, que o condenaram a uma verdadeira clausura, procurando furtá-lo à envolvimento dos meios agitadores. O conde de Sabugosa, em carta de 7 de Fevereiro, considerava inoportuna qualquer tentativa contra-revolucionária por lhe parecer que a situação em Portugal não estava «matura para tentar qualquer esforço tendente a afirmar qualquer pretensão por parte de El-Rei» ou sequer a organizar em Richmond um «bureau politique» que servisse de quartel general do movimento restaurador⁶⁵. Já o conde de Maфра, em visita a Londres, lamentava a influência do marquês do Soveral e da condessa de Figueiró sobre D. Manuel, que o aconselhavam a não receber jornalistas, criando assim um «vazio» em torno do jovem

⁶¹ *Correio da Manhã*, Ano I, n.º 177, 29-10-1910, p. 1.

⁶² Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947, p. 184; Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 210; Avelino de Figueiredo, *A Minha Prisão. O primeiro movimento monárquico em Portugal*, Lisboa, Edição do Autor, pp. 55-58.

⁶³ D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 183.

⁶⁴ *Ibidem*, p.184.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 182-183.

monarca⁶⁶. O marquês do Soveral, que exercia grande influência sobre D. Manuel e apenas admitia a restauração quando ela resultasse de uma imposição da Inglaterra⁶⁷, foi mais tarde acusado do «insucesso das incursões» monárquicas⁶⁸.

O descrédito geral da monarquia, o pessimismo acendrado de muitos notáveis⁶⁹ e a ausência de uma propaganda positiva em torno da realeza, explicam que a retórica da primeira fase da contra-revolução praticamente tenha ignorado a restauração. A evidência não passou despercebida ao conde de Penha Longa, para quem «é preciso não se imaginar que a reacção que hoje vai no país é reacção monárquica; não é tal. É apenas reacção contra o governo, contra os homens, contra certas leis. Não é um movimento afirmativo, mas apenas negativo»⁷⁰.

A verdade é que desaparecida a imprensa monárquica, por acção do radicalismo republicano, a monarquia constitucional carecia de meios de propaganda que lhe tecessem os panegíricos e lhe apregoassem as virtudes. Coube aos miguelistas fazer a defesa da monarquia, num panfleto distribuído em Abril de 1911 a oficiais da 2.^a divisão do exército (Viseu), mas para acusar a «imoralidade e a corrupção dos homens» do constitucionalismo monárquico de arruinar o regime tradicional. Para os miguelistas, a monarquia era «perfeitamente compatível com a felicidade do povo e o progresso das nações», realidade que as ricas monarquias europeias podiam comprovar⁷¹. *A Nação* aproveitava todos os ensejos para flagelar D. Manuel, que apodava de «tímido» e sem ligação afectiva com o povo português⁷².

Os panfletos de Paiva Couceiro, obedecendo aos intuitos plebiscitários do seu mentor, consignaram a neutralidade do movimento político-militar. O panfletarismo da Galiza exaltava a «ordem» e a «autoridade» do Estado, mas silenciava

⁶⁶ Thomaz de Mello Bryner (Conde de Mafra), *ob. cit.*, pp. 33 e 35.

⁶⁷ José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, cit., carta de 23-10-1912, p. 73.

⁶⁸ Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 18.

⁶⁹ Veja-se, entre outros, José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, cit.; Jacinto Cândido, *Memórias Íntimas para o meu filho (1898-1925)*, Prefácio do Dr. José Lopes Dias, Castelo Branco, Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1963.

⁷⁰ Transcrito em D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 172.

⁷¹ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 2, pasta 2.

⁷² *A Nação*, ano 64, n.º 15084, 21-03-1911, p. 1.

quaisquer referências à natureza formal do regime. Outros panfletos produzidos internamente vinculavam vagamente o fenómeno contra-revolucionário à «esperança de uma restauração monárquica» e à «bandeira azul e branca»⁷³. As referências ao último rei só muito ocasionalmente se encontram na literatura contra-revolucionária de 1911. Apenas um poema de Nemo, pseudónimo do antigo conselheiro José Fernandes de Sousa, fazia a apologia inequívoca da monarquia de D. Manuel, num texto carregado de inferências históricas ao velho heroísmo conquistador da raça lusitana. Apelando «às armas Portugal! Por El-Rei Dom Manuel», Nemo elaborou um poema pejado de invectivas belicistas que não escondiam a nostalgia do retorno a uma velha sociedade regida pelos preceitos tradicionais: «Deus, Pátria, Rei»⁷⁴.

A ausência da monarquia nos discursos da reacção monárquico-clerical acentua todavia a relevância da ideologia no confronto da primeira república. Não erraremos muito se afirmarmos que a questão de regime é secundária face ao confronto ideológico entre duas concepções político-sociais e duas mundivindências que têm a sua gestação na crise geral do liberalismo. Já em 1903, Jacinto Cândido, fundador do Partido Nacionalista, defendia que o seu partido não era monárquico nem republicano, pois a «forma de governo – Monarquia ou República – era uma questão secundária, sem valor»⁷⁵.

No plano político-ideológico, a contra-revolução é devedora do reformismo monárquico, que vislumbrava no engrandecimento do poder régio e na acção de uma elite esclarecida a regeneração do trono e o início de uma «vida nova»⁷⁶. Esta reforma imposta de cima para baixo era então defendida por sectores políticos e militares que vislumbravam na existência de um Poder forte e interventivo o dique necessário para impedir a explosão revolucionária das forças radicais. Jacinto Cândido expressou assim este espírito reformista: «Querida reforma de costumes públicos e de processos políticos: queria a revolução pacífica e ordeira, feita pelo poder do Estado, d'alto abaixo, do centro para a periferia, para evitar

⁷³ IAN/TT, MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, Maço 215, doc. n.º 15.

⁷⁴ IAN/TT, MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, maço 215.

⁷⁵ Jacinto Cândido, *ob. cit.*, p. 55.

⁷⁶ Sobre este período, leia-se Amadeu Carvalho Homem, *O Primeiro Conde de Arno e o seu Tempo*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.

a revolução de baixo para cima, torva, impetuosa, sanguinária, demolidora, e anárquica»⁷⁷.

A «revolução pacífica» e «ordeira», que muitos políticos liberais entreviam no engrandecimento do poder régio⁷⁸, estabelece o primeiro postulado teórico da reacção anti-republicana em 1910: o repúdio das revoluções. Já na monarquia se encontrara o temor das revoluções e das suas ameaças à tranquilidade dos povos por acção do «terror jacobino» e esta ideia ganhará centralidade no combate à nova ordem política. Na verdade, ainda sem o necessário substrato teórico, o reformismo monárquico entrevia numa transição para a democracia – já se escrevia nas últimas décadas do século XIX⁷⁹ – a vitória da anarquia sobre a ordem e a autoridade do Estado. As primeiras impressões da república pareciam confirmar os piores vaticínios dos conservadores. Luís de Magalhães haveria de apontar ao novo regime os terríveis efeitos de uma governança produzida sob influência do espírito «jacobino»: «A revolução, para derruir as organizações políticas que combate, ataca sempre, entre declamações insensatas e desvairadas, todas as formas e todos os representantes da autoridade [...]. Esta magna questão da autoridade, da ordem, da disciplina social, é para a República nada mais, nada menos do que uma verdadeira questão de vida ou de morte. A anarquia *mansa* que fermentava dentro do velho sistema monárquico explodiu estimulada pelo triunfo da revolução e vai a caminho de se tornar em anarquia *brava*. Não faltam sintomas disso: são os estudantes que impõem a expulsão da cátedra aos professores com que não simpatizam, os empregados postais que reclamam a demissão dos seus chefes, os do caminho de ferro que exigem a destituição de todo o alto pessoal director, e muitos, muitos outros prenúncios de insubmissão hierárquica, que se rumorejam apenas e cuja gravidade não é menor»⁸⁰.

Os conceitos de «ordem» e «autoridade» definem desde muito cedo a ideologia da contra-revolução e a cultura política conservadora, predominante em boa parte do século XX português. Na ausência de uma teorização profunda, que estava ainda numa fase de incubação, estes conceitos nevrálgicos tomavam forma

⁷⁷ *Ob. cit.*, p. 54.

⁷⁸ Cf. Miguel Dias Santos, «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a 'Vida Nova'», in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra, Faculdade de Letras, 2003, pp. 311-353.

⁷⁹ Veja-se *A Tarde*, ano X, n.º 2991, 17-11-1897, p. 1.

⁸⁰ Veterano [Luís de Magalhães], in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 203, 27-11-1910, p. 1.

a partir da própria experiência republicana. Pragmático por essência, o mundo conservador não acreditava nas virtudes morigeradoras dos abalos históricos e violentos⁸¹, enquanto as «leis históricas» demonstravam que «as sociedades não mudam bruscamente de regimes políticos»⁸².

Paiva Couceiro haveria de reforçar este elemento nuclear, afirmando que a «Natureza não salta, e a Inovação, e a Conservação não são ideias opostas»⁸³. «Inovar, Conservando» era o lema do «paladino», explanando nesta síntese um dos elementos de decifração da ideologia contra-revolucionária. Compreende-se o empenho da imprensa monárquica – antes de ser «empastelada» no início de 1911 – em recusar que a restauração resultasse da acção empreendedora de um qualquer movimento revolucionário e de «tramar conspirações, organizar intonatas, fabricar bombas, armazenar armamento, criar canteiros, choças e lojas carbonárias, indisciplinar o exército e a armada. Não está isso na nossa índole, nas suas tradições, no seu feitio pacífico e ordeiro»⁸⁴.

A recusa ideológica da Revolução estava em conformidade com a natureza do movimento neutro de Paiva Couceiro, que preconizava uma solução saída do escrutínio nacional. No seu «Manifesto ao Povo Português», divulgado na véspera da primeira incursão, Paiva Couceiro propunha-se «assumir provisoriamente o Poder, com a colaboração duma Junta Governativa» que «não legisla nem reforma», apenas garante o «estabelecimento dum regime de Ordem e de Liberdade igual para todos». Quanto ao futuro político, Couceiro propunha-se realizar eleições que fossem a «expressão da Vontade Nacional», isto é, que decidissem entre a monarquia e a república⁸⁵. Nas palavras do «paladino», o movimento tinha como «objectivo imediato fazer cessar o estado Revolucionário do país».

O Estado-Maior da realeza, por seu lado, defendia a restauração por intervenção do exército, instituição que garantia o carácter nacional do movimento e lhe conferia legitimidade.⁸⁶ Apesar da doutrina e dos projectos, as contradições perseguiram a reacção conservadora, que conspirou e organizou grupos de civis

⁸¹ *Correio da Manhã*, ano I, n.º 175, 27-10-1910, p. 1.

⁸² *Diário Ilustrado*, ano 39, n.º 13 296, 01-01-1911, p. 1.

⁸³ In Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, 100.

⁸⁴ Veterano [Luís de Magalhães], in *Correio da Manhã*, ano I, n.º 232, 28-12-1910, p. 1.

⁸⁵ Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, 101.

⁸⁶ BNP, ELM, doc. n.º 12052, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de Março de 1911.

e militares para derrubar a república através de uma linha violenta e destrutiva, assunto que será objecto de análise no capítulo seguinte⁸⁷.

As reflexões produzidas em torno do conceito de «Revolução» colocaram no centro do debate ideológico a questão da violência política. Já no estertor do antigo regime, os conservadores monárquicos temiam a violência revolucionária, não só aquela que derrubava regimes ancestrais, mas a «violência arvorada em processo político»⁸⁸. Colocada no cerne do combate político, por acção do radicalismo republicano, a violência política seria também objecto de intensa propaganda dos adversários do regime.

Estruturante na evolução dos dezasseis anos da república, a violência política foi também determinante para a interpretação historiográfica ulterior e para a propaganda anti-republicana. Na historiografia do Estado Novo, a violência «demagógica» dominou um discurso histórico que legitimava as soluções ditatoriais da «Nova Ordem», apresentadas como a antítese da «Balbúrdia sangui-nolenta» anterior⁸⁹. A tese, apesar de desprovida de algumas das suas nuances ideológicas, foi recuperada por outras leituras historiográficas mais recentes, para as quais a sobrevivência da república e o domínio do *Partido Democrático* se alicerçaram no «terror jacobino»⁹⁰.

Não é aqui o lugar para empreender o estudo do papel da violência política na compreensão geral da I República. Arredada da reflexão historiográfica como objecto autónomo⁹¹, pode aceitar-se genericamente que a violência teve grande influência nas mudanças operadas na estrutura política e institucional⁹². No âmbito do nosso estudo, interessa sobretudo abordar, ainda que sumária e

⁸⁷ Cf. AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206, Manifesto de 1912 com o título «P'ra Revolução».

⁸⁸ Luís de Magalhães, in *A Tarde*, ano X, n.º 2991, 17-11-1897, p. 1.

⁸⁹ Leia-se João Ameal, *História de Portugal das Origens até 1940*, 6.ª ed., Livraria Tavares Martins, Porto, 1968, pp. 693-712. Adepto da contra-revolução e antiliberal, João Ameal viu na monarquia constitucional a mesma acção deletéria da «demagogia». Cf. «Realeza e Demagogia», in *ob. cit.*, pp. 669-686.

⁹⁰ Veja-se, entre outros, Vasco Pulido Valente, *A «República Velha» (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997.

⁹¹ Recentemente foi publicado um livro sobre a violência social na I República. Leia-se Maria Rita Lino Garnel, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

⁹² Úlio Arostegui (ed.), «Violência y Política en España», in *Ayer*, 13, Madrid, Marcial Pons, 1994, p. 20. Para este autor, a historiografia deve analisar o papel que a violência desempenha na mudança histórica e investigar o seu significado no contexto das relações políticas.

esquemáticamente, «os planos da violência como elemento de estrutura social, de regulação política e de conteúdo simbólico-cultural»⁹³. Se é evidente o papel central da violência dos radicais na preservação do regime, em especial no mundo urbano, não pode continuar a desprezar-se a importância que a violência assumiu para o campo adversário, no contexto do combate político, da propaganda e da elaboração ideológica. Em 1919, uma fonte integralista procedeu a um inventário, que pretendia exaustivo, da violência política que acometera o país desde 1910, e atribuía a responsabilidade pelas revoltas e pronunciamentos monárquicos ao «patriótico intuito de resgatar a Pátria desta miséria e, portanto, de indirecta responsabilidade republicana»⁹⁴. Parece assim claro que o fenómeno da violência política durante a I República só será devidamente compreendido se o equacionarmos à luz do confronto de «ideologias, crenças e percepções que incitam ao ódio entre pessoas e grupos, à hostilidade, e que são chaves na instigação de certos conflitos políticos»⁹⁵.

No campo republicano, a violência radical tem a sua génese nas condições de formação da «consciência republicana». A opinião pública tinha sido desprezada pela monarquia constitucional – não carecia dela para legitimar o Poder – que nada fizera para produzir uma «consciência monárquica»⁹⁶. Se a república não tinha ainda penetrado na província, republicanizando uma sociedade rural e politicamente indiferente e passiva, existia contudo uma forte opinião pública nas principais cidades, e em especial em Lisboa, cuja consciência republicana era o resultado de duas décadas de propaganda apaixonada e violenta. Nessa opinião pública militavam os lojistas, os trabalhadores do comércio e os operários, a baixa função pública e as baixas patentes do exército. Tinha uma forte consciência política e ideológica, que a incitava a agir em nome dos ideais e dos valores instituídos pela propaganda radical e progressista. Na violência dos grupos

⁹³ *Ibidem*, p. 25.

⁹⁴ *A Obra da República*, Separata do Jornal *A Monarquia*, Lisboa, [s/n], 1919, p. 7.

⁹⁵ Júlio Arostegui (ed.), *ob. cit.*, p. 23.

⁹⁶ Cf. Filipe Ribeiro de Menezes, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 32. Para o autor, a inexistência desta «consciência monárquica» explica igualmente que nem o povo nem o exército se tenham mobilizado para defender o regime.

civis de defesa da república expressava-se afinal a mentalidade revolucionária, dotada de profundo idealismo e capacidade de destruição⁹⁷.

Em Portugal, essa mentalidade revolucionária de *vis* democrática estruturou-se ao longo das últimas décadas da monarquia, e atingiu o seu primeiro clímax durante o regicídio, correspondendo ao período em que os sectores radicais se mostraram empenhados em derrubar a monarquia por meios violentos. A importância simbólica deste momento charneira pode deduzir-se do facto de a república ter criado uma sala do regicídio no «museu da revolução» e haver procedido à imediata heroização dos regicidas⁹⁸.

Já depois de instaurada a república, e quando aumentavam os boatos de contra-revolução, o esforço revolucionário foi canalizado para a defesa do regime. Assistiu-se então a um aumento considerável dos grupos civis de defesa da nova ordem política, patrocinados pelo Governo Provisório e depois pelos governos constitucionais, que os protegeram e premiaram com empregos públicos⁹⁹. O associativismo republicano reivindicou então as virtudes cívicas da utilização de armas de fogo pelos civis, organizando-se em «associações do tiro» onde os cidadãos treinavam a sua «pontaria». As virtudes desta cidadania bizarra e belicosa eram explicadas em conferências muito concorridas, onde oradores inflamados consagravam o carácter patriótico das «associações de atiradores», instigando os robespierres lusitanos a «defender em dias de festa a sua bandeira e em dias de perigo a pátria de nós todos»¹⁰⁰.

Os batalhões de voluntários possuíam uma pequena estrutura formal que dependia directamente do ministério do interior e dos governos civis, tinham uma organização paramilitar e faziam treino regular sob a supervisão de um oficial ou sargento do exército. Juntamente com a carbonária, organização onde se recrutavam os cabecilhas, procediam à espionagem, vigiavam, prendiam, espancavam e, em alguns casos excepcionais, executavam os «inimigos» da república¹⁰¹. À acção dos grupos de civis e carbonários se deve parte importante

⁹⁷Sobre a mentalidade revolucionária, leia-se Michel Vovelle, *A Mentalidade Revolucionária. Sociedade e Mentalidades na Revolução Francesa*, Lisboa, Edições Salamandra, 1987.

⁹⁸Cf. *A Capital*, 9-01-1911, p. 1.

⁹⁹Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, Segurança Pública, maço 47.

¹⁰⁰*A Capital*, 6-01-1911, p. 3. No mesmo número anunciavam-se novas conferências sobre tiro de guerra para civis no Centro Bernardino Machado e no Centro Escolar Republicano de Belém.

¹⁰¹Cf. *Obra da República*, já citada.

da defesa do regime, no decorrer dos primeiros anos, mas igualmente o ódio dos sectores moderados da república¹⁰² e do próprio exército. E ao descrédito da situação política no exterior, que não compreendia o excesso de zelo dos «comités de segurança pública»¹⁰³. Com efeito, a arbitrariedade e a violência da sua acção coerciva, vigiando, prendendo e atacando muitos inocentes, no uso de uma prerrogativa exclusiva do Estado e sem regulação e controlo das autoridades judiciais, confrontavam a república com a ausência de garantias, direitos e liberdades dos cidadãos, que todos esperavam de um regime progressista.

A violência republicana ocupou um lugar de destaque na retórica e na propaganda conservadora. Não apenas a violência quotidiana protagonizada pelos defensores do regime, mas a violência revolucionária enquanto instrumento de transformação radical da estrutura social e cultural. Conservadores liberais como Luís de Magalhães denunciaram esse programa revolucionário logo em Outubro de 1910, atacando os seus alicerces ideológicos: «Internamente, é o fermento da desordem, que está em princípio e que há-de dar todas as suas consequências. É o despotismo demagógico que começa. É a agitação das consciências provocada por um estreito espírito anticlerical e pela mesquinha e inepta preocupação de laicizar à força e d'um dia para o outro uma sociedade secularmente católica. É a indisciplina anárquica de todas as democracias improvisadas e sem cultura correlativa à acção cívica que tem de exercer. É a instabilidade e a incapacidade prática próprias de doutrinários, [...]»¹⁰⁴.

O próprio D. Manuel, na primeira entrevista publicada em Portugal, referiu-se ao tema para comprovar a superioridade moral da monarquia. Depois de lembrar todos os mortos, presos e exilados, o antigo monarca afirmava que a violência mostrava a impossibilidade republicana em Portugal: «Se outros sinais não houvesse da inadaptabilidade da República a Portugal, para se avaliar como ela é completa, bastaria medi-la pela soma de violências que o governo revolucionário tem que cometer para ir vivendo»¹⁰⁵. Na boa tradição liberal defensora da

¹⁰² Sobre o confronto entre moderados e radicais republicanos, leia-se Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, [s/l], Círculo de Leitores, 1999, pp. 199 e ss.

¹⁰³ Cf. Jonh Vincent-Smith, *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 72; José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, cit., carta de 10-03-1913, p. 83.

¹⁰⁴ BNP, ELM, doc. n.º 12050, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 31-10-1910.

¹⁰⁵ *O Correio*, 1.º ano, n.º 18, 05-04-1913, p. 3.

«ordem e do progresso», D. Manuel acreditava que só a monarquia, ancorada na «ordem», na «lei» e na «autoridade do Estado», poderia garantir o progresso económico e social de Portugal.

Os abusos e as perseguições, os atropelos à liberdade individual e os ataques à imprensa, no fundo, a política de «terror» dos primeiros tempos legitimavam também a acção contra-revolucionária. Os panfletos da Galiza justificavam as movimentações anti-republicanas com os excessos e as violências praticados pela «tirania» republicana. Num panfleto dirigido «À Marinha Portuguesa» invocava-se o ambiente de dissolução que ameaçava os alicerces da sociedade, e das próprias forças da ordem, como o exército, para fazer a contra-revolução num país onde «imperava a anarquia e a «indisciplina social é completa»¹⁰⁶. Outro «Manifesto», saído da lavra de Paiva Couceiro, distribuído com a primeira incursão da Galiza, evocava o terror da «minoridade republicana» instituído como garantia de sobrevivência do regime: «Abandonada pela opinião geral, a República entrou, então, de frente e resoluta, no período declarado dos desvarios tirânicos e escandalosos, procurando pela corrupção, pelo terror, e pela força, conservar entre mãos a autoridade, que lhe fugia, sem mesmo, na cegueira do seu facciosismo feroz, se preocupar com a contradição flagrante, que processos dessa espécie significavam, ao serviço de uma intitulada democracia liberal»¹⁰⁷.

Para além da legitimidade, a violência teve uma importância substancial como referente simbólico-cultural. A retórica anti-republicana elaborou, ao longo dos dezasseis anos do regime, e prolongou-a depois no Estado Novo, a tese de uma «república sanguinolenta», feroz e anárquica, que tinha no regicídio a sua génese, a sua matriz fundacional. O legitimista João Franco Monteiro estampou esta leitura nas páginas da *Nação*, escrevendo em 1916 que «gerada a república numa poça de sangue, nunca a ordem poderia assegurar-se em terras portuguesas. Baseou-se o regime no mais nefando crime, porque o era da mesma forma se os assassinos não fossem príncipes, tem os alicerces nos caboucos da dissolvência. A bomba e o tiro, a anarquia e a indisciplina são as lógicas consequências da hecatombe»¹⁰⁸. Forjada na violência, a república estaria assim condenada a viver

¹⁰⁶ BNP, ELM, caixa 52.

¹⁰⁷ Transcrito em Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 98.

¹⁰⁸ «8 Anos de Tragédia», in *Nação*, n.º 161416, 02-02-1916, p. 1.

na instabilidade permanente e na desordem, tendo Lisboa como «metrópole europeia do anarquismo, da bomba e da dinamite»¹⁰⁹.

O homicídio político constituiu uma das formas mais vulgarizadas de violência política desta conjuntura conturbada, atingindo figuras menores do jogo político mas também referências cimeiras do Poder, como D. Carlos e Sidónio Pais. A matança hedionda de 1921, onde pereceram Machado Santos, António Granjo e Carlos da Maia, que ficou para a história com o nome sinistro de «a noite sangrenta»¹¹⁰, abalou profundamente a opinião pública da época, mas era apenas um sintoma de uma prática corrente que nem sempre foi devidamente punida pelas autoridades judiciais. Não existe um registo quantitativo dos assassinatos políticos praticados durante este período, apesar dos esforços feitos em arquivos oficiais, mas a imprensa está repleta de relatos de homicídios que tinham a sua origem no ódio político¹¹¹.

Um dos assassinatos mais chocantes para a opinião pública conservadora foi o do tenente da armada Manuel Alberto Soares. Antigo político da monarquia, tinha sido secretário particular de António Cabral e ajudante de João de Azevedo Coutinho. Preso como chefe da conspiração do Algarve, em Junho de 1911, foi pronunciado pela primeira instância e despronunciado pelo tribunal da Relação. Acabou por ser assassinado no dia 9 de Julho de 1912, no rescaldo da segunda incursão realista, por um grupo de carbonários que o implicaram na explosão que nesse dia deflagrou no castelo de S. Jorge¹¹². Mas o incêndio foi só um pretexto para o exercício da vingança política. Na *Capital*, jornal republicano de tendências moderadas, o crime foi descrito na mesma toada objectiva e indiferente com que se tratavam assuntos banais, sem uma censura ou crítica ao comportamento do grupo homicida.

¹⁰⁹ Henrique Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição do Autor, 1917, p. 92.

¹¹⁰ Cf. Brandão, José, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Publicações Alfa, 1991.

¹¹¹ O opúsculo *A Obra da Republica*, pp. 17-18, da autoria do integralismo lusitano, indica 34 assassinatos políticos.

¹¹² O assassinato está descrito em pormenor em Sousa Costa, *Páginas de Sangue*, vol. II, Buiças, Costas & C.^a, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1939, pp. 173-181. Jesus Pabón considerou o assassinio de Alberto Soares como o «primeiro crime escandaloso da Formiga Branca». Cf. *La Revolución Portuguesa*, vol. 1, Madrid, Espasa-Calpe, 1941, p. 149. Na *Capital* [ano 1, n.º 699, 09-07-1912, p. 2] o relato é produzido em toada justificativa.

O efeito psicológico deste crime foi tremendo para o mundo conservador. O conspirador Luís Teles de Vasconcelos, que naquele dia ingressava nas masmorras do ministério do interior, assistiu horrorizado ao espectáculo protagonizado pela população quando se recolhia o cadáver de Alberto Soares, manifestando-se efusivamente num delírio incontido pelas «palmas» e pelos «vivas entusiásticos»¹¹³.

Este sentimento de impunidade, que na glosa republicana se justificava na acção patriótica do «povo republicano», não podia deixar de impressionar a opinião coeva. Para o advogado de presos políticos, José de Arruela, «os assassinatos políticos, que tão frequentes se tornaram, são uma das manifestações da presente anarquia social. Traem um profundo desequilíbrio mental»¹¹⁴. Como explicar, dentro de um quadro social moderno, o recurso a esta prática violenta? Alguns monárquicos aventuraram-se num esforço explicativo de matiz pretensamente científico, estribando-se nos estudos de Gustave Le Bon, autor que era muito lido nos meios contra-revolucionários¹¹⁵. O pensador francês encontrava uma analogia entre a mentalidade dos criminosos políticos e a mentalidade religiosa. A modernidade política teria operado uma ruptura espiritual com as crenças religiosas das sociedades antigas, que se viram substituídas por crenças de fundo político-social que apresentavam a mesma estrutura mental. No livro *Psicologia das Multidões*, o estudioso francês mostrava como estas se deixavam influenciar pela sugestão fácil, como tendiam ao exagero e à simplificação, ao «autoritarismo e à «intolerância» típicas da cultura latina»¹¹⁶. Estas explicações complementavam o estudo da psicologia dos elementos mais violentos da «multidão», cuja estrutura mental classificava de «semi-alienados». Altruísta e despojado, o criminoso político apresentava-se como instrumento ao serviço de um ideal superior de liberdade e emancipação. O mesmo Le Bon afirmava a propósito que «esta sede de destruição é [...] um os elementos constitutivos da mentalidade do apóstolo. Não há verdadeiro apóstolo sem a necessidade intensa de massacrar alguém ou destroçar seja o que for. Para destruir os inimigos da sua fé, o apóstolo não

¹¹³ Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senba*, n.º 14, 18-02-1914, p. 228.

¹¹⁴ José de Arruela, in *A Voz do Direito*, Ano 1, n.º 1, 25-01-1912, p. 3.

¹¹⁵ Cf. José Lopes Dias, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, cit., carta de 5-09-1912, p. 68. Lavradio recomendou a Tavares Proença a leitura da obra *La Révolution Française et la Psychologie des révolutions* [Paris, Ernest Flammarion, 1912] que «é deveras interessante».

¹¹⁶ Gustave Le Bon, *Psicologia das Multidões*, Lisboa, Pensadores Delraux, pp. 53-54.

hesita em aniquilar milhares de inocentes vítimas. Arremessa as suas bombas para um teatro cheio de espectadores ou para o meio de uma rua concorrida»¹¹⁷.

Muitos conservadores vislumbravam na atmosfera de violência a consequência directa do espírito revolucionário e da nefasta acção das associações secretas, que teriam operado uma modificação no carácter e na bondade natural do português. Uma senhora da «boa» sociedade lisboeta, que sonhava com a emigração para fugir de um destino apocalíptico, escreveu a propósito: «Que saudade eu tenho daquele meu Portugal, daquele povo alegre, virgem, pacífico, feliz, generoso e bom, capaz de heroísmos e refractário ao tumultuoso das revoluções sanguinárias! Fizeram-no assim as retóricas do santo A. José de Almeida, qdo. nos comícios fazia a apologia da bomba, e aconselhava a ferocidade e a violência brutal contra o regime [...]. Fizeram-no assim as gazetas da carbonária, as associações secretas, a impunidade no crime, a fraqueza e desprestígio do poder. Vamos a todo o vapor para o abismo da morte e eu quase chego a desejar que chegue esse terrível momento [...]. Na verdade entre o estrangeiro inteligente e humanitário, tolerante e ordeiro, e estes portugueses estúpidos, ferozes, violentos e tumultuários, vomitando insultos e manejando bombas [...] antes aquele que me garante a vida e a liberdade. [...] Quem me dera fugir deste país! Se eu pudesse...»¹¹⁸.

A opinião manifestada na carta ora transcrita traduz uma tese central no discurso da contra-revolução, a de que a república romperia com a pacatez e a tranquilidade do velho Portugal. Em alguns meios aceitava-se que o tipo social português, que antes era alegre e tranquilo, sofrera uma transformação psico-social às mãos da propaganda republicana, culminando em instrumento de ódio e perseguição, em criatura «estúpida» e «feroz». A falta de critério científico desta explicação não impede que vislumbremos nela a origem de um mito do mundo conservador que teve influência em boa parte do século XX português. O mito da pacatez, do português ordeiro e obediente, amante da tranquilidade do campo, traduzia uma nostalgia que mais tarde o salazarismo haveria de compor, impondo a família como base de uma sociedade onde a autoridade natural

¹¹⁷ «Assassinatos Políticos», transcrição de um trecho de Gustave Le Bon, de obra não identificada, in *A Voz do Direito*, ano 1, n.º 4, 24-04-1912, pp. 68-70.

¹¹⁸ AHM, 2º TMTL, nº ordem 34, maço 9, pasta 3, doc. n.º 104-105.

do chefe de família só tinha equivalente na sua bonomia e resignação. O mundo conservador revelava a sua incapacidade para aceitar as transformações estruturais da sociedade portuguesa associadas ao parco desenvolvimento das cidades e da indústria. Ao operário resoluto, reivindicativo e revolucionário preferia o camponês pacato, submisso e sofredor.

A tese da pacatez teve os seus cultores, mas havia quem dela divergisse. Carlos Malheiro Dias, escritor de mérito e observador arguto e perspicaz, encontrava no tipo português uma estrutura mental impressionista e por isso propensa à imaginação e à indisciplina. Sem uma cultura de trabalho e de esforço, «inculto» e «ignorante», oscilando entre a euforia e o pessimismo, os portugueses vergavam-se à sugestão fácil dos panfletários e dos propagandistas radicais. As asserções de Carlos Malheiro Dias visavam estabelecer a predisposição mental da sociedade portuguesa, enquanto sociedade enferma e decadente, para o espírito revolucionário predominante na viragem do século. Nessa época conturbada, a república apresentava-se aos portugueses, na sua «versatilidade de carácter, tão característica da raça», como um «messianismo retrógrado»¹¹⁹. As consequências desta realidade sócio-cultural estavam no inevitável fracasso da república como antes falharam as instituições liberais: «Derivando em parte o relativo insucesso do liberalismo monárquico representativo da incultura da população, a participação em maior escala do povo inculto na obra republicana não iria senão agravar os factores dessa fatalidade histórica»¹²⁰. Malheiro Dias via no prolongamento do período revolucionário a causa da instabilidade permanente que deixava a sociedade portuguesa na contingência do desmoronamento social¹²¹.

Apesar da retórica da contra-revolução e de muitas representações, que apresentavam a violência como problema estrutural ínsito aos regimes republicanos e às democracias, a agitação subversiva foi um instrumento de combate muito frequente entre os adversários da república. Em Portugal, a ruptura do consenso inicial em torno do 5 de Outubro concitou a animosidade dos sectores conservadores, no exército, na igreja e no mundo rural - e até de muitos republicanos -

¹¹⁹ Cf. *ob. cit.*, pp. 153-154.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 154.

¹²¹ *Ibidem*, p. 139.

que lentamente foram reagindo com azedume à legislação mais progressista do novo regime e à violência dos «jacobinos». Na imprensa, na rua, nos cafés e tabernas, e até no púlpito, de forma escamoteada, a consciência conservadora medrou no ódio, inflamou o conflito e a luta pelo Poder. Portugal vivia então numa atmosfera generalizada de guerra civil, de conflito persistente que a historiografia reduz às revoltas lisboetas e às conjunturas mais agitadas, quando a verdade é que o ódio era um estado de espírito disseminado. Se de um lado se vilipendiava os «talassas» e a «padralhada», do outro ressurgia em penas inflamadas a «canalha republicana» que um padre avaliava com grande acicate: «Tu sabes melhor do que eu como são os republicanos portugueses. Além de estúpidos e maus, são o que há de mais reles no orbe terráqueo. São a lama duma democracia, e são a escória duma sociedade que apodrece. Envergonham um país e envergonham uma civilização»¹²². Apesar de parecer axiomático, devemos insistir que o ódio político dominou as relações políticas e sociais durante a I república e não pode, por isso, ser menosprezado enquanto instância explicativa¹²³.

Em Portugal, como em Espanha¹²⁴, a contra-revolução estimulou o ódio e o conflito na sociedade e procurou pela violência combater as instituições republicanas. Através de manifestos e panfletos, a reacção monárquico-clerical fazia frequentes apelos à violência contra os «inimigos». Num panfleto de Paiva Couceiro pode ler-se: «O golpe que daqui se prepara, convém procedê-lo por agitações e conflitos, por forma que não provoquem repressões violentas desde logo, mas que dêem a ideia (aliás verdadeira) de que todo o País se encontra em estado revolucionário latente, e incomodem e atrapalhem o Governo, e introduzam, portanto, a confusão, a hesitação, o enfraquecimento nas medidas de defesa que ele está procurando adoptar»¹²⁵. Ao terror republicano responderam os manifestos da Galiza com a ameaça do terror monárquico, distribuindo pelo mundo rural panfletos e manifestos carregados de ódio genuíno e pregando as virtudes da contra-revolução. Um desses panfletos incitava as populações

¹²² IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 218, carta do padre Joaquim Fonseca, prior de Buarcos, de 21-08-1911.

¹²³ Leia-se *O Dia*, n.º 974, 6-06-1916, p. 1.

¹²⁴ Veja-se Jordi Canal, «A contra-revolução em movimento: carlismo e violência política em Espanha (1876-1939)», in *Ler História*, n.º 46, Lisboa, 2004, pp. 161-191.

¹²⁵ Carta de Paiva Couceiro lida no parlamento e transcrita por Raul Brandão, *Memórias* (tomo II), vol. 1, Lisboa, Relógio d'Água, 1999, p. 120 e Sousa Costa, *ob. cit.*, p. 127.

a manifestarem-se através de um levantamento armado contra a república: «Que todas as povoações, que todos os homens válidos, as herdades e os palácios, estejam prontos a pegar em armas para desalojar a traição»¹²⁶. Mais tarde, outro panfleto monárquico distribuído em Lisboa, antes da segunda incursão, acusava os republicanos de edificar «um futuro de ruína e de liberdade, para uma sociedade de assassinos e de misérias!». Redigido em apóstrofes violentas, os seus autores imprecavam contra a «tirania dos antros» e faziam apelos veementes «À guerra! À guerra!» contra «a república de meia dúzia de patifes, monstros da anarquia, que infelicitam o nosso Portugal»¹²⁷. Isto parece provar que a violência, nas suas múltiplas formas, assumira uma dimensão estrutural, que se instituía como mecanismo indispensável de luta pelo Poder.

Essa tónica é particularmente evidente na Galiza, onde existia o mesmo ambiente de violência enquadrado por grupos de defesa das forças couceiristas. Segundo algumas fontes, Jorge Camacho teria ordenado o assassinato de vários indivíduos tidos como espíões republicanos¹²⁸. A violência das represálias contra os «talassas», que aumentou depois de cada movimento contra-revolucionário e após serem derrubadas as reacções conservadoras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, instigou os desejos de vingança dos sectores monárquico-clericais. As ameaças de vingança extrema e violenta encontram-se em muita documentação da contra-revolução, entre 1911 e 1919, e tiveram concretização durante o curto predomínio realista na restauração de 1919, como se verá na terceira parte deste livro¹²⁹.

Para além da violência, o discurso contra-revolucionário procurou explorar as contradições entre a propaganda republicana¹³⁰ e a *práxis* política seguida depois de conquistado o Poder, aquilo que Carlos Malheiro Dias designou de «erros da república»¹³¹. Convictos de que a maioria do país lhes era fiel e que mesmo

¹²⁶ IAN/TT, MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, maço 215, doc. n.º 15.

¹²⁷ AHM, 2.º TMTL, Caixa 166, Processo 206, panfleto intitulado «P'ra Revolução Portugueses».

¹²⁸ Cf. Abílio Magro, *ob. cit.*, pp. 213-214.

¹²⁹ Veja-se AHM, 1.ª Divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 7; idem, 34.ª secção, caixa 6, pastas 11 e 15; idem, 34.ª secção, caixa 3, pasta 5; idem, 37.ª secção, caixa 56, único.

¹³⁰ Sobre a propaganda, veja-se Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana*, Coimbra, 1990.

¹³¹ Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 178.

o povo indiferente mantinha um elo afectivo à realeza e às tradições¹³², os monárquicos esperavam conseguir vencer a república nas eleições para a assembleia constituinte, comprovando aí a ilegitimidade da nova ordem política. Segundo explicavam com abundante certeza as gazetas monárquicas, no final de 1910, esta percepção colectiva era suficiente para impedir conspirações e projectos de restauração violenta da monarquia¹³³.

O adiamento constante das eleições constituintes e a legislação que restringia a acção das oposições acabou depressa com a ilusão monárquica. Os ataques à ditadura republicana notavam as resistências à consulta popular, afirmando que «não se é liberal sem o respeito das maiorias do país; e esse respeito não se ilude criando oligarquias, mantendo inutilmente ditaduras, fazendo nascer clientelas»¹³⁴.

A propaganda monárquica não entendia que o republicanismo não empreendesse imediatamente um programa de reformas políticas que fosse fiel aos valores democráticos que enformavam o seu projecto político. Por um lado, não compreendiam as limitações ao sufrágio, depois das críticas acerbas ao sufrágio censitário da monarquia constitucional. Por outro, não aceitavam que um regime que se dizia democrático e defensor da liberdade e igualdade políticas não as instituisse imediatamente. Na prática, os vários condicionalismos e entraves colocados à organização, participação cívica e à propaganda da oposição vieram dar razão aos adeptos da coroa. A ausência de liberdade de reunião, de associação e de expressão revelou-se constante, especialmente no período que antecedeu as eleições para a assembleia constituinte. A apreensão de uma circular de D. Alexandre Saldanha da Gama, enviada aos seus correligionários miguelistas de Guimarães, com o intuito de preparar a organização eleitoral, prova que os republicanos receavam a influência monárquico-clerical da província. A defesa do regime era então mais importante que a consagração dos direitos político-constitucionais e da cidadania plena. Os comentários do jornal *Mundo*, segundo os quais «seria conveniente que aqueles ilustres miguelistas fossem chamados a contas», revelam o desrespeito do radicalismo republicano pelas liberdades

¹³² *Diário Ilustrado*, 39.º ano, n.º 13297, 03-01-1911, p. 1.

¹³³ Cf. *Correio da Manhã*, ano I, n.º, 223, 18-12-1910, p. 1; n.º 226, 21-12-1910, p. 1.

¹³⁴ *Diário Ilustrado*, 39.º ano, n.º 13283, 17-12-1911, p. 1.

políticas, facto que os adeptos de D. Miguel leram como a assunção de um novo pressuposto político, o de que se a nação era de todos, o Estado era dos republicanos¹³⁵.

As eleições para a assembleia constituinte foram entendidas como instância legitimadora da contra-revolução. No essencial, os panfletos da Galiza exprobravam o repúdio pela soberania popular e a ausência de liberdades políticas para os sectores da oposição¹³⁶. A «simples confecção de deputados», operada nas eleições constituintes, sancionava o projecto plebiscitário de Paiva Couceiro, que em 1911 se mantinha fiel ao seu projecto de consulta popular. Mesmo um espírito liberal como o de Moreira de Almeida, que notava o paradoxo da república produzir uma lei que jamais aceitaria se aprovada em monarquia, entendia que a lei eleitoral não trazia «nada de bom para a república»¹³⁷. Muitos monárquicos ilustres viam na problemática eleitoral, juntamente com a questão das liberdades individuais, razão suficiente para justificar a intervenção do exército num movimento de restauração¹³⁸.

Apesar de tudo o que fica dito, a substância da contra-revolução não se vislumbra de todo na questão do regime. Vimos já como a propaganda em torno das virtudes da monarquia foi escassa e praticamente irrelevante. Se aventavam a possibilidade de fazer regressar a realeza era porque esta instituição se compaginava com uma ordem natural e histórica que se pretendia restabelecer. O verdadeiro significado da reacção revela-se afinal na contestação à modernização política e cultural da república, na defesa da tradição¹³⁹. Conceito ainda não teorizado, a tradição consubstanciava a recusa das leis republicanas que interferiam com as crenças, a família e a propriedade, assim como os símbolos da nação, que o mundo conservador via ligados às cores azul e branca, a «heróica e sagrada bandeira da pátria», substituída por um «trapo de significação odiosa, sem tradição e sem estética»¹⁴⁰.

¹³⁵ *A Nação*, 64º ano, 15117, 29-04-1911, p. 1.

¹³⁶ Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 92-93.

¹³⁷ *O Dia*, 12º ano, n.º 38, 18-03-1911, p.1.

¹³⁸ BNP, ELM, doc. n.º 12052, Carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, data de Abril de 1911.

¹³⁹ Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 90.

¹⁴⁰ BNP, ELM, caixa 52, panfleto com o título «À Marinha Portuguesa», da autoria dos «marinheiros emigrados». Sobre a polémica da bandeira, veja-se João Medina, *História de Portugal*, vol. XIII, Alfragide, Ediclube, 2004, pp. 128 e ss.

Entre as leis que legitimavam a contra-revolução estava, naturalmente, a «intangível». *A Lei de Separação do Estado das Igrejas* constituiu talvez o mais determinante momento de ruptura do mundo conservador com a república e foi o «eixo de todo o movimento contra-revolucionário»¹⁴¹. Em todas as narrativas deste período, a «questão religiosa» surge à cabeça da contestação ao novo regime. Paiva Couceiro questionou a esse propósito o Governo Provisório: «Quem é que deu ao Governo Provisório o direito de editar uma chamada lei de separação da Igreja e do Estado, na qual, sob a capa inocente e justa da liberdade de consciência, que todos nós, de facto, muito queremos e prezamos, se oculta sofisticadamente um propósito acintoso e perseguidor, visando a realizar na prática a profecia de que, dentro de três gerações, não haverá religião em Portugal»¹⁴². Para os monárquicos legitimistas, a lei de separação era uma lei «de escravização» que atentava contra a lei de consciência e de reunião, destilava ódio contra a Igreja, sem disfarçar um «cínico desdém pelo clero»¹⁴³.

Mesmo os monárquicos mais liberais, que se reviam no *Dia*, muito sensíveis à cultura antiultramontana e anticongreganista, não deixavam de se exasperar com a «intangível». Moreira de Almeida, que distinguia o padre do jesuíta, entrevia benefícios morais na acção do sacerdote e da religião. Considerava a nova legislação como uma interferência injusta, imoral e radical do Estado nos assuntos da Igreja e condenava as expropriações e a fiscalização do culto¹⁴⁴.

O movimento católico viu a sua capacidade reivindicativa ruir perante a instauração da república, com o desaparecimento do Partido Nacionalista e dos Círculos Católicos Operários, e só iniciará a sua recomposição a partir de 1912-13¹⁴⁵. Por isso, a hierarquia da Igreja Católica terá um papel determinante no combate à lei de separação, como adiante se verá. Não estranha também que o combate mais

¹⁴¹ Sousa Costa, *Páginas de Sangue, vol II - Buiças, Costas & C.ª*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1939, p. 128.

¹⁴² Paiva Couceiro, «Aclarações à Proposta apresentada ao Governo Provisório», de 6-05-1911, in Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 92. A profecia de Afonso Costa, feita numa conferência no Grémio Lusitano, a 26 de Março de 1911, terá indicado duas ou três gerações conforme as versões. A autoria desta afirmação de Afonso Costa foi recusada por Oliveira Marques, mas a demonstração de Fernando Catroga parece não deixar dúvidas sobre a sua veracidade. Cf. Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 357-358.

¹⁴³ *A Nação*, 64.º ano, n.º 15116, 28-04-1911, p. 1; *ibidem*, 26-4-1911, n.º 15114, p.1.

¹⁴⁴ Cf. *O Dia*, 12.º Ano, n.º 65, 21-04-1911, p.1.

¹⁴⁵ Cf. Marie-Christine Volovitch, «As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-1912)», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3.º-4.º-5.º, p. 1208.

aguerrido viesse precisamente dos católicos que militavam no sector monárquico, como Alberto Pinheiro Torres, José Fernando de Sousa (Nemo) e o legitimista Domingos Pinto Coelho¹⁴⁶. Para Alberto Pinheiro Torres, «não pode haver dúvida de que o fim é a descristianização do país: é a morte da igreja que se prepara pela escravização, pelo cisma, pela corrupção e pela apostasia»¹⁴⁷.

Por agora, interessa-nos perceber o alcance ideológico, do ponto de vista da primeira reacção, que apresentava a questão religiosa em Portugal. Uma das questões centrais na polémica religiosa era a importância dada pelo livre-pensamento à emancipação do indivíduo e à sua capacidade para determinar o seu destino à luz de pressupostos racionais. A reacção conservadora, ao contrário, vislumbrava na emancipação uma nova forma de «escravização» ao materialismo ateu e imoral: «A chamada emancipação das consciências e o preconizado livre pensamento, quer dizer, a abolição da lei moral e da autoridade divina, são as escravização da alma aos baixos instintos do animal, e o enfeudamento da liberdade ao despotismo feroz da seita»¹⁴⁸. Os ataques à igreja e à religião consubstanciavam a recusa de toda e qualquer autoridade moral e punham em risco a ordem social, pois a igreja pregava o «respeito pelo próximo e as suas propriedades, porque reprime a inveja, numa palavra, porque mantém o equilíbrio na sociedade»¹⁴⁹.

A destruição dos alicerces morais e jurídicos da sociedade, adstritos ao princípio da autoridade e das hierarquias, e a ruptura maçónica com o dogmatismo religioso tornam inteligível a dimensão ontológica deste confronto ideológico. Para Jacinto Cândido, «o homem dignifica-se reconhecendo, obedecendo e curvando-se, humilde, perante Deus, que o criou; avilta-se, afastando-se de Deus, e escravizando-se à autoridade sectária do culto da escola»¹⁵⁰. Mas a posição dos sectores mais conservadores não se limitava a recusar a modernidade e a nova

¹⁴⁶ Cf. *Separação (A). Decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911. As Reclamações dos Católicos (publicação feita por um grupo de católicos de Lisboa), relator e editor Domingos Pinto Coelho*, Lisboa, Typographia da Papelaria Progresso, 1913; *Grito do Povo e a A Democracia Christã (defensor dos interesses do operariado católico)*, n.º 621, 29-4-1911, p. 1.

¹⁴⁷ *Grito do Povo e a Democracia Christã (defensor dos interesses do operariado católico)*, n.º 623, 13-5-1911, p. 1.

¹⁴⁸ Jacinto Cândido, *ob. cit.*, pp. 50-51.

¹⁴⁹ IAN/TT, Fundo particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas a José de Arruela, 08-03-1912.

¹⁵⁰ *Ob. cit.*, p. 51.

ordem política e social extraída da revolução¹⁵¹. O recrudescimento do espírito religioso mostra que a reacção anti-republicana começou por reivindicar os postulados teóricos do pensamento antimoderno e tradicionalista que mais tarde se tornaria dominante. Por um lado, na aceitação implícita da verdade revelada e da ordem natural que é ínsita ao seu pensamento filosófico: «No campo jurídico-político, que agora nos preocupa e pelo qual este periódico sai à luz, é Deus e à ordem natural aquilo para que deverão tender as nossas aspirações»¹⁵². Por outro, na recusa sistemática do racionalismo iluminista e na denúncia das conquistas da Revolução Francesa e seus avatares, o liberalismo e a democracia.

A retórica da emigração revelava então um profundo carácter reacconário, recuperando as teorias jusdivinistas e recusando a modernidade em nome de «Deus e da ordem natural por Ele disposta»: «Começando pela questão da soberania nacional, há muito que dizer limpando cuidadosamente essas teias de aranha da Revolução francesa, as quais ainda para aí estão sujeitando a clarividência de muito espírito lúcido aliás. É preciso perder vergonha, e proclamar desassombradamente às multidões desnorteadas, que a soberania não tem a sua origem e base no povo, nem nas (sic) monarcas tão pouco - por isso que o princípio de toda a autoridade e a fonte de toda a lei reside na ciência e Omnipotência absolutas em Deus. É preciso mostrar-se à opinião pública, agora tão falseada, como é inteiramente postiça essa criação dos pretensos defensores da Liberdade, Igualdade, e Fraternidade do século 18.º: o cidadão». Por extensão e coerência, o ressurgimento católico-tradicionista revelava o seu desprezo ingénito pelas instituições liberais como o parlamento e os partidos políticos: «De partidos políticos estamos nós e todo o mundo bem fartos»¹⁵³.

Para além de conferir legitimidade à acção contra-revolucionária, o discurso da reacção permite já traçar um esboço da ideologia da direita monárquica, conquanto atravessada de profundas divergências doutrinárias que a seu tempo serão objecto de revisitação. A república abriu as portas do Poder à pequena e média burguesia urbanas e até mesmo às classes populares, que ao nível

¹⁵¹ IAN/TT, Espólio particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas a José de Arruela, 08-03-1912].

¹⁵² «Portugal novo mas Portugal crente», in *Portugal Novo*, ano 1, n.º 1, 10-03-1912 [AHD, 3P, A3, M716].

¹⁵³ *Ibidem*.

da administração local se alcandoravam a posições até aqui reservadas às elites locais¹⁵⁴. A reacção monárquico-clerical não aceitava nem compreendia essa democratização que interpretava como anúncio inequívoco de uma perigosa subversão social. As observações profundamente sarcásticas produzidas pelo abade de Perafita, em Moreira da Maia, a propósito das autoridades locais da república revelam a extensão do conflito político-cultural aberto pelo novo regime ao fomentar a ascensão social: «Moreira tem continuado a progredir: nada de padres, nada de religião e mais e mais tavernas sapateiras. Regedor é o sapateiro pai, à junta da paróquia pertence o sapateiro filho e cabos de polícia sapateiros são. Com este regime sapateiral há forçosamente progredir aquela linda terra»¹⁵⁵. O mesmo sentimento de desprezo encontra-se nas palavras de um oficial monárquico, Alberto Margaride, cuja aristocracia repudiava as novas ideias liberais no exército e a influência de soldados e sargentos na instituição militar¹⁵⁶.

Mas a «república dos sapateiros» não se confinava à geografia limitada de Moreira da Maia. Os acontecimentos da Chamusca, onde o povoleu se revoltou contra a proibição, imposta pelas autoridades locais, de uma procissão nocturna, mostram a extensão do fenómeno a outras paragens¹⁵⁷. Segundo José de Arruela, que analisou os acontecimentos na revista *A Voz do Direito*, a «multidão ignorante», numa apóstrofe que galgou fronteiras, manifestou a sua indignação para com as autoridades republicanas com um clangoroso «Abaixo os sapateiros! Nós não queremos ser governados por sapateiros!». O brado da Chamusca não consistia apenas no «grito dum aldeia», atormentada pelo «domínio dos inferiores em educação, em tacto, em número e em qualidade». Para o advogado José de Arruela, que acusava a «república sapateiral» de governar em Lisboa e no resto do país, o «grito da Chamusca» tinha um significado ideológico mais profundo, pois correspondia a uma poderosa «síntese histórica»¹⁵⁸.

¹⁵⁴ Cf. Fialho de Almeida, *ob. cit.*, p. 47.

¹⁵⁵ BNP, ELM, doc. n.º 9581, carta de António da Costa Ramos (Abade de Perafita) a Luís de Magalhães, de 11-10-1912.

¹⁵⁶ Alberto Margaride, [folheto sem título], 1928, p. 3.

¹⁵⁷ O conflito terminou com pancada e alguns tiros foram disparados, tendo provocado um morto e alguns feridos. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11-04-1912, pp. 9 e ss; *A Capital*, ano 2, n.º 605, 06-04-1912, p. 1.

¹⁵⁸ *A Voz do Direito*, ano 1, n.º 4, 24-04-1912, pp. 61-62.

A república surgia assim sob o estigma da emancipação das classes trabalhadoras e da chegada ao Poder das «multidões», na sua versão «ferina e perigosa, negativista e destrutiva do partido republicano»¹⁵⁹. Gustave Le Bon descreveria essa ascensão das classes populares à vida política na sua *Psicologia das Multidões*, de grande divulgação em Portugal, onde expôs o carácter «destrutivo» das multidões e outros perigos decorrentes da sua acção política e da sua irracionalidade¹⁶⁰. Um desses perigos era a tirania do número, ameaça que alguns panfletos monárquicos repudiavam com particular virulência¹⁶¹.

Um dos textos mais completos deste período, saído do exílio pela pena de D. Luís de Alcáçovas, oficial da Galiza e futuro visconde do Torrão, resume o confronto político e ideológico dos primeiros anos, entre uma república popular e democrática e uma sociedade conservadora que não aceita a igualdade política e social. Para o visconde do Torrão, a «ignorância» do Povo assentava num princípio de igualdade que importava desmistificar, pois sob essa «ficção igualitária» repousava o fermento da discórdia e da anarquia social: «Hoje o povo é tão ignorante como dantes, mas com a diferença que antigamente essa ignorância era um mal, mas não constituía um perigo e hoje tem o atrevimento próprio duma falsa sabedoria que o torna indomável. Pregavam o ódio aos ricos e o povinho julgou que podia haver trabalho sem capital, ou melhor, que deixaria de haver pobres, logo que não existissem ricos, e não percebe que a fortuna do particular forma a riqueza do Estado. [...] Não tiveram a prudência de explicar que enquanto a natureza fizer os homens diferentes física e intelectualmente, não se conseguirá a verdadeira igualdade. Aqui está o erro duma democracia que exige que todos sejam iguais: que se negue o merecimento do nascimento vá, mas não reconhecer o valor do homem superior, é impossível. Os homens superiores são uns desequilibrados que constituem portanto uma minoria e como não se consegue elevar os outros até ele, seria necessário suprimi-los, inutilizá-los»¹⁶².

¹⁵⁹ José de Arruela, *A Voz do Direito*, ano 1, n.º 1, 25-01-1912, p. 3. Portugal era governado «pela parte ferina e perigosa, negativista e destrutiva do partido republicano, na sua massa mais torva e ignorante de Lisboa, Porto e Coimbra, que faz parte de chafaricas secretas, de clubes demagógicos ou de cloacas ridículamente jacobinistas»

¹⁶⁰ Cf. Gustave Le Bon, *ob. cit.*

¹⁶¹ AHM, 2º TMTL, caixa 166, processo 206.

¹⁶² IAN/TT, Fundo particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas a José de Arruela, 8-03-1912.

À democracia igualitária do republicanismo, os conservadores antepõem uma sociedade oligárquica que recusa a igualdade absoluta dos indivíduos. A democracia igualitária, «subversiva de toda a disciplina» era, afinal, uma «fraqueza do espírito democrático» que explicava a instabilidade e a anarquia que era inerente a todos os regimes republicanos. Na verdade, enquanto os republicanos aceitavam que as democracias modernas podiam dispensar os homens notáveis, que qualquer cidadão podia cumprir com as exigências da governação¹⁶³, os conservadores defendiam afincadamente a acção política dos «homens superiores», de uma casta de eleitos¹⁶⁴.

O ataque ao «orgulho igualitário» e ao «ideal plebeu de igualdade» unia conservadores, liberais e tradicionalistas no mesmo sentimento elitista. Mas estas ideias careciam de um esforço de teorização e sistematização que só surgirá depois de concluída a primeira reacção, que se estende entre 1910 e 1913. Só depois do movimento monárquico tomar contacto com o pensamento contra-revolucionário dos carlistas espanhóis e com o nacionalismo integrista de Charles Maurras se poderá proceder a uma síntese do pensamento da direita monárquica. Por agora, a apologia da tradição, da religião, da família e da propriedade servirá de cimento ideológico a um vasto sector da sociedade que se ligará num consórcio heteróclito para combater feroz e vigorosamente as instituições e os ideais republicanos.

2. Para uma sociologia da contra-revolução

A explicação para o aparente fracasso da primeira república parece residir na contradição entre a sua estrutura social e económica e a ideologia republicana. Tal como na república espanhola, o regime português viveu numa tensão permanente entre um projecto progressista e modernizador e o conservadorismo da sociedade¹⁶⁵. Com efeito, à imagem de Espanha, em Portugal predominava

¹⁶³ Cf. Amadeu Carvalho Homem, *ob. cit.*, p. 223.

¹⁶⁴ IAN/TT, Espólio particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas a José de Arruela, 08-03-1912; *Correio da Manhã*, ano I, n.º 203, 27-11-1910, p. 1.

¹⁶⁵ A propósito do caso espanhol, veja-se Raymond Carr, *Espana: De la Restauración a la Democracia 1875-1980*, Barcelona, Editorial Ariel, 1983, p. 19.

uma população rural¹⁶⁶ e analfabeta¹⁶⁷, que subsistia graças ao trabalho agrícola¹⁶⁸. Os republicanos compreenderam bem essa contradição, tanto que evitaram ao nível político a adopção imediata do sufrágio universal.

Atendendo a estes factores, a modernização da sociedade portuguesa exigia uma política de integração a desenvolver no período pós-revolucionário que o projecto republicano, pelos erros cometidos e muito particularmente pela política religiosa, não favorecia. Faltou uma «propaganda de integração» que substituísse a «propaganda de agitação e de ódio» e que conduzisse as classes populares para uma maior participação política¹⁶⁹. Faltou um esforço de republicanização das províncias, mais conservadoras, onde se esperava uma intervenção emancipadora consumada pela propaganda e pela cultura. Muitos viviam então esperanças na Utopia, esperavam o esparzir das Luzes: «Mas esses povos libertar-se-ão. Hão-de ir invadindo as províncias a propaganda das ideias emancipadoras, que acendeu o seu foco radioso nas cidades; há-de chegar a escola, a «cartilha maternal», o «manual do cidadão», a luz, enfim, deslumbrante e redentora, que penetra os cérebros e desperta as consciências»¹⁷⁰.

A continuação da propaganda republicana, e o propósito mais vasto da construção do cidadão, exigiam uma expansão do sistema de ensino público. Mas as dificuldades económicas não favoreceram essa expansão, apesar do esforço inicial para aumentar a rede escolar e o número de professores primários¹⁷¹. Estas debilidades estruturais acabariam por expor as populações rurais, especialmente do norte e centro do país, à influência do elemento monárquico-clerical¹⁷². Por

¹⁶⁶ Das 5 960 056 pessoas que o Censo de 1911 registou, menos de 20% habitavam em cidades, com predomínio para Lisboa e Porto. Cf. A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. III, Das Revoluções liberais aos nossos dias, 13ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 305-306.

¹⁶⁷ O mesmo censo de 1911 indicava que cerca de 69,7% da população com idade superior a 7 anos era analfabeta. Cf. *Ibidem*, p. 358.

¹⁶⁸ Em 1911, 57,2% da população activa trabalhava na agricultura, enquanto 21,3% operava na indústria e minas e 9,9% no comércio e transportes. Cf. Bento Carqueja, *O Povo Português*, Porto, 1916, p. 229.

¹⁶⁹ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 43-44.

¹⁷⁰ *A Democracia (Diário Republicano da Manhã)*, ano 1, n.º 50, 06-01-1911, p. 1.

¹⁷¹ Em 1910 existiam em Portugal pouco mais de 5000 escolas. No ano escolar de 1911-1912 esse número aumentou para 6412 escolas e em 1926 para 6500. Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, pp. 43-44; A. H. Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 358.

¹⁷² Cf. IAN/TT, MI, maço 214, *Juízo de Investigação dos Crimes de Rebelião*, «Relatório sobre os presos políticos detidos nesta vila no dia 4 d'Outubro de 1911».

outro lado, a estrutura económica e social explica a inexistência de uma forte classe média que suportasse o regime. Apoiada pelas classes baixas e pela pequena burguesia urbana, com predominância de Lisboa e Porto, a república deixava de fora importantes sectores da burguesia e os grandes proprietários agrícolas.

A história da contra-revolução, nos primeiros anos do regime, é por isso a história da reacção monárquico-clerical ao projecto republicano, a recusa da sua matriz racional, laica e anticlerical. Será protagonizada pelos sectores que ao longo da primeira república formaram o chamado «mundo conservador» e que deram suporte aos vários projectos de direita. O mundo conservador das províncias não seria constituído por cinco milhões de monárquicos, se aceitarmos a sugestão de Carlos Malheiro Dias de que a república foi recebida por cem mil portugueses¹⁷³. Mais tarde, o mesmo autor admitia que era em cerca de 500 mil portugueses que o movimento de reacção poderia recrutar os seus militantes. «Quantos são eles? Muito poucos. Uns seis mil padres, alguns poucos milhares de agricultores, industriais e comerciantes, as hostes minúsculas de Couceiro, a nobreza exilada... e os mil prisioneiros políticos da república»¹⁷⁴.

Sem organização partidária, a reacção correspondia ao esforço de forças político-sociais sem aparente coesão, a não ser a hostilidade ao advento da nova era. O campo político da extinta monarquia contribuiu para esta transição algo pacífica. Parte significativa do seu pessoal político aderiu imediatamente à república enquanto os dirigentes partidários se apressaram a dissolver as agremiações políticas a que presidiam e «retirar-se definitivamente da política»¹⁷⁵. A dissolução dos partidos monárquicos não agradou à totalidade dos políticos que permaneceram fiéis ao trono. Muitos antecipavam-lhe papel relevante na reorganização da oposição, vislumbravam na sua acção a possibilidade de «fomentar a união dos monárquicos e para cobrir e promover a sua organização política»¹⁷⁶. O alvitre, porém, desatendia à natureza dos partidos dinásticos, cuja

¹⁷³ Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol. I «O Pesadelo», Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 18.

¹⁷⁴ Citado por Rui Ramos, *História de Portugal*, vol. VI, [s/l], Círculo de Leitores, 1994, p. 480.

¹⁷⁵ *Correio da Manhã*, ano I, n.º 175, 27-10-1910, p. 1.

¹⁷⁶ António Cabral, *As Minbas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932, pp. 84-85.

orgânica burocrático-institucional, predominante nos sistemas liberais oligárquicos, a talhava para o exercício exclusivo do mando. Fora precisamente o surgimento de novos partidos, saídos das dissidências progressista e regeneradora, e depois o Partido Republicano, quem abalou o equilíbrio do rotativismo monárquico, isolou o monarca e precipitou a queda da realeza. Perdida a hegemonia do Poder e do aparelho de Estado, sem grande tradição na mobilização de massas, os partidos dinásticos pareciam incapazes de conduzir qualquer acção política de reacção.

Mas o facto dos partidos dinásticos exercerem o seu Poder numa pirâmide vertical, no quadro de uma rede sócio-política que se estendia do centro ao poder local, facilitou a dinâmica de resistência que agora haveria de se criar nas províncias. A maior parte dos antigos conselheiros políticos da monarquia que não aderiu ao novo regime manteve um capital de influência que se viria a revelar muito proveitoso à resistência monárquico-clerical.

No conjunto social da reacção, cumpre destacar, em primeiro lugar, os titulares, herdeiros do princípio aristocrático ou nobilitados de cepa liberal. Juntamente com os caciques do rotativismo monárquico, constituem as estruturas de comando, organização e financiamento do movimento. Em segundo lugar, mas não menos importante, e principal agente de ideologização do movimento, muito hábil nos manejos conspirativos, evidenciava-se o clero, em ruptura evidente com a política religiosa da República. Vêm de seguida, e sem atender a uma hierarquia de importância, sectores proeminentes do exército, instituição que seria foco constante de agitação e perturbações. Finalmente, o mundo conservador deve incluir o povo rural e dócil, essa massa popular passiva e politicamente indiferente, mas alvo fácil do verbo feroso dos agentes contra-revolucionários¹⁷⁷. Com efeito, o povo, no geral, pobre e sem instrução, vivia na dependência económica, «contínua e asfíxiante», dos grandes proprietários conservadores, dos antigos caciques da monarquia, identificados pelas autoridades militares como sendo «todos ou quase todos conhecidos pelas suas ideias reaccionárias»¹⁷⁸.

A população das províncias ver-se-á envolvida nos múltiplos levantamentos que, entre 1911 e 1912, caracterizaram internamente o fenómeno contra-revolu-

¹⁷⁷ Cf. *A Democracia (Diário Republicano da Manhã)*, ano 1, n.º 50, 06-01-1911, p. 1.

¹⁷⁸ Cf. AHM, 1ª divisão, 34.ª secção, pasta 5, maço 3, fls. 505-506.

cionário, e será sempre um alvo fácil nas manobras dos adversários do regime. Quanto à república, por seu lado, raramente se comprometeu numa extensa campanha de propaganda e informação que explicasse todo um edifício legislativo que interferia com a vida quotidiana e com as crenças das populações, empurrando-as para os braços dos seus adversários¹⁷⁹. Com efeito, a republicanização da província, para além da escola primária, revelou-se muito ténue, sendo fomentada por oficiais do exército mais comprometidos com a ideologia republicana.

As forças do exército que ficaram com a responsabilidade de patrulhar as zonas de fronteira, ordenada pelo governo em 12 de Junho de 1911, encontraram um povo hostil por acção deletéria do padre e do cacique: «As povoações das serranias fugiram espavoridas ao verem aproximar-se as patrulhas de cavalaria e era convicção geral, que os soldados iam destruir todas as capelas, impedir os sentimentos religiosos destes povos»¹⁸⁰. Em 1912, pouco depois de destruída a putativa ameaça da segunda incursão monárquica, o coronel António Pereira d'Eça, oficial adesivo e futuro ministro da guerra em 1914¹⁸¹, na qualidade de governador civil de Viana do Castelo instruía os administradores de concelho nos procedimentos necessários para fazer junto das populações rurais a «política da república», através de uma «intensa propaganda» que substituísse a nefasta «acção do influente e o predomínio do pároco»¹⁸².

A situação pouco mudara em 1912 e pouco mudará. O clero e os antigos caciques do rotativismo monárquico continuavam a manobrar o povo inculto, explorando os erros e a violência da república e incitando o exército à revolta. A história da I República não ficará completa sem o conhecimento deste confronto com as forças conservadoras, que não perderá de vista a possibilidade de uma restauração. Vejamos mais de perto quem eram e como agiram essas forças da reacção.

¹⁷⁹ Cf. *A Democracia (Diário Republicano da Manhã)*, ano 1, n.º 50, 6-01-1911, p. 1.

¹⁸⁰ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, pasta 6, maço 8, «Relatório da Repartição do Sector entre Minho e Cavado (8ª divisão)».

¹⁸¹ O coronel Pereira de Eça teria afirmado que «se alguma vez a república triunfasse, arrancaria logo os meus galões. Cf. *O Talassa*, n.º 62, 29-5-1914, p. 5.

¹⁸² AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, pasta 5, maço 3, fl. 482.

2. 1. Nobreza e caciquismo

60

A nobreza titular foi perdendo importância política ao longo do século XIX, à medida que os avanços do liberalismo monárquico foram rompendo com a estrutura social do Antigo Regime e permitiram a ascensão social da burguesia. O mérito foi assim substituindo a nascença como critério de prestígio social e os titulares, muitos com título recente, deram lugar aos bacharéis e conselheiros encartados, que tomaram conta da máquina administrativa e política do Estado, incluindo o governo e as duas casas do parlamento¹⁸³.

A república, conquistado o Poder, e interessada em fazer eco da sua ideologia democrática, apressou-se a retirar validade aos títulos nobiliárquicos. Mas exceptuando esta medida, o regime não foi particularmente ostensivo para com os titulares. E não precisava. Como reconhecia D. Luís de Alcáçovas, a república não tinha que se preocupar com a nobreza porque «já há muito tempo que os reis a tinham inutilizado»¹⁸⁴.

Ainda assim, a aristocracia ressentiu-se com o ambiente de hostilidade que a pequena burguesia urbana lhe criava. A emigração dos titulares aconteceu nos primeiros meses da república¹⁸⁵, levando esta aristocracia liberal a formar núcleos externos de apoio ao movimento de resistência, especialmente no financiamento¹⁸⁶. Em primeiro lugar em Londres, junto do monarca exilado. Depois, no Brasil, em Paris e muito especialmente Madrid e Galiza, os nobres foram constituindo apoio relevante aos emigrados que se iam agregando a Paiva Couceiro. A nível interno, foram já referidos como conspiradores de relevo os condes de Mangualde e de Penela, mas muitos outros lhe seguiram o exemplo, como os condes de Bertandos, de Águeda e Arrochela, os viscondes de Bustos e do Torrão, os marqueses de Belas e do Faial, entre muitos outros. Na província contribuíram para os novos conspirativos com que arrebanhavam os seus de-

¹⁸³ Sobre o definhamento político da Nobreza veja-se, Miguel Dias Santos, «A Nobreza», in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. X, Lisboa, Editorial Presença, 2004, pp. 157-161.

¹⁸⁴ IAN/TT, Fundo Particular de José de Arruela, carta de D. Luís de Alcáçovas, 08-03-1912.

¹⁸⁵ Vejam-se alguns exemplos em Raul Brandão, *ob. cit.*, p. 91.

¹⁸⁶ Cf. Carta de Teixeira Gomes para João Chagas, datada de Maio de 1911, in Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 57.

pendentes para a revolta, actuando como autênticos caciques¹⁸⁷ ou distribuindo armas pelos conspiradores, como fez o conde de Penha Garcia¹⁸⁸ ou a condessa de Bardi¹⁸⁹.

Na Galiza destacaram-se os filhos dessa aristocracia das «boas famílias» de Lisboa e do Porto¹⁹⁰ que D. José de Saldanha, conde de Rio Maior, enaltecia como «cavaleiros *sans peur et sans reproche* que não têm uma mancha moral na sua vida»¹⁹¹. Estes jovens guerrilheiros, sem mácula política no currículo, surgiam a olhos distantes como os «heróis» de Portugal antigo que se queria restituir à nação, aquele Portugal que se bateu em África e onde residia «o sangue Português»¹⁹². A república tinha assim conseguido despertar os filhos da nobreza para uma nova era de idealismo, reacendia-se a fé monárquica no sacrifício com que se apresentavam ao «paladino» para o combate, abandonando «a abundância das casas familiares, a tranquilidade, o bem estar»¹⁹³.

Mas esta visão idílica do sacrifício aristocrático não foi partilhada por todos. As forças de Couceiro depararam-se com uma quantidade inusitada de «rapazes finos» que devido à sua categoria social eram colocados como ordenanças dos oficiais, cargo para o qual não possuíam experiência nem competência. Se revelavam muita fé e acendrado ardor combativo, acabaram muitas vezes por tornar-se grandes empecilhos na dinâmica geral da Galiza¹⁹⁴.

A esta plêiade de notáveis falta ainda juntar o séquito miguelista, também ele carregado de tradição aristocrática, que na Galiza apresentava personalidades de

¹⁸⁷ Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 296, maço 3, «Administração do Concelho de Oliveira do Bairro», fl. 33; IAN/TT, MI, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Maço 32.

¹⁸⁸ Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, maço 3, «Do comandante do Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 12 ao Comandante da 2ª Divisão – Trancoso, 30 de Junho de 1911».

¹⁸⁹ Manuel de Bethencourt e Galvão, *D. Miguel II e o seu Tempo*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 174-175.

¹⁹⁰ Veja-se uma lista de nomes em Abílio Magro, *A Revolução de Couceiro*, Porto, Imprensa Moderna, 1912, pp. 293-296; Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, cit., p. 93.

¹⁹¹ Transcrita por D. José Luís de Almeida (Lavrado), *ob. cit.*, pp. 194-195.

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monárquica*, cit., p. 30.

¹⁹⁴ Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 61; Manuel Valente, *A Contra-revolução monárquica*, Edição de Autor, Porto, 1912, pp. 103-104. Na Galiza, a ordem n.º 11, de 3 de Agosto de 1911, assinada por Jorge Camacho, determinava que fossem «distribuídos como ajudantes dos srs. Comandantes de Pelotões» D. Pedro da Costa, Virgílio Pereira da Silva, Francisco de Almeida e Brito, Mariano de Almeida Lopes Novais, D. Pedro de Lencastre, D. Vasco de Lencastre e José Pedro Folque [p. 103].

elevada categoria, como D. João de Almeida, e o chefe do partido, D. Alexandre Saldanha da Gama e seu filho D. José e Chichorro, responsáveis por parte do armamento utilizado na primeira incursão monárquica. Ainda na Galiza estiveram o príncipe D. Miguel II e o infante D. Francisco, que abandonaram a região a pedido de Paiva Couceiro¹⁹⁵.

Resta acrescentar o papel das senhoras, particularmente activas no apoio à legião de presos que ocupava as cadeias portuguesas. A figura mais proeminente na acção filantrópica foi D. Constança Teles da Gama, promovendo subscrições financeiras para distribuir pelos presos mais necessitados e encarregando-se de muitas diligências jurídicas a que estavam obrigados os prisioneiros políticos¹⁹⁶. Mas o «anjo visível» ou «anjo das cadeias» teria outras facetas mais ocultas, envolvendo-se em actividades conspirativas para o financiamento de uma revolta em Lisboa, em 1913, juntamente com a condessa de Ficalho¹⁹⁷. A conduta subversiva, que sempre negou, valeu-lhe o cárcere durante oito meses, ao lado de muitos dos prisioneiros políticos que auxiliara, sendo absolvida de todas as acusações¹⁹⁸. As aristocratas participavam assim na reacção dos «grandes do País» que, motivados por profundo «descontentamento», se organizavam para fazer a restauração da monarquia e trazer D. Manuel de regresso ao trono¹⁹⁹.

No plano simbólico, os «grandes de Portugal» incluíam também o alto clero. Se muitos tinham origem plebeia, alguns ostentavam cepa aristocrática. Mas independentemente da origem social, o alto cargo eclesiástico conferia-lhes estatuto e dignidade. Existia pois uma solidariedade, talvez meramente simbólica, no contexto igualitário da república, que ficou bem clara na visita que muitos titulares fizeram ao cardeal patriarca de Lisboa, na véspera de D. António Mendes Belo abandonar a capital para o seu exílio em Gouveia, a 3 de Janeiro de 1912. Durante o protesto dos «grandes de Portugal», os «ricachos e titulares» que chegaram

¹⁹⁵ Manuel de Bethencourt e Galvão, *ob. cit.*, p. 173.

¹⁹⁶ Cf. Júlio Gonçalves Ramos, *Anjo Visível. Homenagem a D. Constança Telles da Gama (Cascaes)*, Lisboa, Typografia Portuguesa, 1913; Gaspar de Abreu, *Memórias Políticas*, vol. 1, Prefácio de Alberto Pinheiro Torres, Braga, [s/n], 1960, pp. 246 e ss. Segundo dados fornecidos pelo seu advogado em tribunal, D. Constança teria distribuído 8 contos pelas prisões e vestido cerca de mil crianças. Cf. *A Capital*, ano 3, n.º 958, 01-04-1913, p. 1.

¹⁹⁷ AHM, 2.º TMTL, caixa 156, processo 2657.

¹⁹⁸ Veja-se a descrição do julgamento na *Capital*, ano 3, n.º 958, 01-04-1913, p. 1.

¹⁹⁹ AHM, 2.º TMTL, n.º 40, arquivo 14, pasta 4.

a S. Vicente de Fora em «splendorosas carruagens», foram acusados de dar «vivas a Paiva Couceiro e à monarquia», gesto que acicatóu os ânimos das turbas lisboetas que invadiram o paço episcopal, dando «vivas à Pátria e à república». Este confronto entre conservadores e radicais acabaria por concitar a intervenção policial para acalmar os ânimos e evitar violências²⁰⁰.

Finalmente, o sector monárquico incluía os antigos caciques e influentes locais que não aderiram à república. O estigma criado aos «republicanos novos», por oposição aos «republicanos históricos»²⁰¹, gerou controvérsias inflamadas, com os adesivos a serem acusados de apenas pretender a manutenção dos cargos e das prebendas do Estado. Aqueles que não se sujeitaram ao vexame ou que a honra mandou pedir a demissão dos cargos ocupados, acabaram na oposição à república. A influência dos antigos caciques vinha de décadas de predominância ao serviço da máquina burocrática da monarquia e do controlo eleitoral que detinham sobre os cidadãos activos: antigos governadores civis, administradores de concelho e regedores, os «caciques burocráticos», ou simples «caciques proprietários», todos garantiam a legitimidade política aos governos rotativos²⁰².

O ascendente que exerciam sobre as populações não dependia agora do aparelho político-partidário, mas da sua condição social e económica. O estatuto profissional que mantinham, como proprietários, industriais, advogados e «capitalistas» granjeava-lhes, conjuntamente com o padre, a faculdade de exercer uma grande influência sobre as populações dependentes²⁰³. Segundo as autoridades militares, para além da «efervescência religiosa», existia «outro perigo mais terrível, o agente principal desta intranquilidade que por todos os processos, intrigando, indispondo, mentindo, pretende ou o seu antigo domínio ou a queda da República, esse inimigo sempre ameaçador, é o antigo cacique local»²⁰⁴.

Fora das principais cidades, as províncias contavam com a sua actividade organizativa e a sua influência. Na Beira Baixa, por exemplo, região a que pertencia João Franco, e por isso considerada feudo realista, imperava a família

²⁰⁰ Cf. *A Capital*, ano 2, n.º 513, 02-01-1912, p. 1.

²⁰¹ Sobre os «adesivos» da república, veja-se João Medina, *ob. cit.*, pp. 10 e ss.

²⁰² Sobre o funcionamento do caciquismo, veja-se, Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista*, Lisboa, Difel, 1991.

²⁰³ IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, Maço 214.

²⁰⁴ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, fls. 5-6.

Tavares Proença²⁰⁵, ao lado de outras famílias poderosas, como os Megre ou os Vaz Preto, que foram responsáveis pelos levantamentos que ocorreram durante a primeira incursão monárquica²⁰⁶. No Norte, junto à fronteira, enquanto os abades «mais exaltados» fugiam para a Galiza, «de onde lançavam terríveis anátemas sobre a República Portuguesa», os caciques locais conspiravam continuamente, «agarrados ao orgulho do seu antigo domínio», «criando esta atmosfera de mal estar, de intranquilidade, impedindo a marcha progressiva do nosso País»²⁰⁷. Em algumas regiões, os antigos influentes conseguiram indispor o povo contra os republicanos, quando estes se preparavam para assumir o seu lugar nas juntas de paróquia, levando-os em alguns casos a renunciar ao seu mandato, por entre gritos de «vivas à monarquia e morras à república»²⁰⁸.

Mas a sua resistência e a sua capacidade de influência não se confinaram aos manejos conspirativos. Quando a república conheceu prelúdios autoritaristas, impostos pelo exército em 1915, 1918/1919 e 1926, os velhos caciques monárquicos foram convocados para ocupar diferentes cargos de responsabilidade na máquina administrativa do Estado.

2. 2. O clero e o movimento restaurador

A forte ofensiva anticlerical desenvolvida pelo republicanismo, ainda no decorrer do período de propaganda, procurava convencer as classes urbanas dos perigos representados pelo clero nas sociedades modernas. Responsabilizado pelo fanatismo das populações e pelo atraso de Portugal, o clero, e muito especialmente o clero regular, era também conotado com a ideologia monárquica. A suposta aliança entre o trono e o altar explica a forte componente antimonárquica dos ataques à Igreja Católica, entendida como instância legitimadora do velho regime.

²⁰⁵ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 4, pasta 1; Manifesto Tavares Proença, in AHD-MNE, 3P, A3, M716.

²⁰⁶ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 6, pasta 7.

²⁰⁷ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 6, pasta 8, fl. 2.

²⁰⁸ IAN/TT, DGAPC, maço 31, caixa 1, n.º 28.

Esta realidade prática esclarece a importância da «questão religiosa» para a vitória definitiva da nova ordem política, como já o fora no combate à monarquia pelos sectores anticlericais. Para a oposição conservadora, por seu lado, a «questão religiosa» assumiu-se como instância de legitimação do combate anti-republicano²⁰⁹, vindo a transformar-se no «eixo de todo o movimento contra-revolucionário», das tensões e da conflitualidade que marcaram os primeiros anos do novo regime²¹⁰.

A reacção inicial da hierarquia da Igreja, apesar da excitação anticlerical que escorraçou as ordens religiosas, não foi de confronto com o Governo Provisório. A doutrina da Igreja insistia que não lhe cabia conferir legitimidade aos regimes políticos²¹¹, e por isso procurou que o clero acatasse as novas instituições «em tudo o que não fosse contrário à sua consciência»²¹². Mais tarde, seria o próprio episcopado a reagir à legislação laicizadora da república, por a considerar «anticatólica», na Pastoral Colectiva, de 24 de Dezembro. A pastoral, impressa e lida na diocese da Guarda, em final de Fevereiro, foi energeticamente proibida pelo ministério da justiça, em decreto de 3 de Março, recorrendo à velha figura do beneplácito. A atitude drástica valeu ao regime o primeiro conflito institucional com a Igreja católica.

Entretanto, o bispo do Porto, D. António Barroso, exortou o clero da sua diocese a ler a pastoral aos fiéis, procedimento que promovia a desobediência e que lhe valeu a deposição do cargo pelo ministério da justiça. O exemplo dos bispos terá estimulado muitos padres, que romperam com a interdição. Em Março de 1911, a república ordenava a prisão dos primeiros sacerdotes²¹³ e até Julho desse ano seriam encarcerados cerca de 170 clérigos²¹⁴.

A «questão religiosa» teve o seu apogeu com a publicação da Lei de Separação e foi a partir de Março que a reacção monárquico-clerical despertou definitivamente

²⁰⁹ Cf. Francisco Veloso, in *Ideia Nacional*, n.º 15, 05-05-1915, p. 478. Veja-se, também, Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004, p. 31.

²¹⁰ Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 110. Sobre a importância da «questão religiosa para a contra-revolução veja-se, entre outros, Sousa Costa, *ob. cit.*, p. 128; Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol I, cit., p. 96 e ss.

^{211A}. Jesus Ramos, «A Igreja e a república», separata de *Didaskalia*, vol. XIII, 1983, p. 260-262. Doutrina que remontava ao papa Gregório XVI e à encíclica *Solicitududo ecclesiam*, de 5 de Agosto de 1831.

²¹² *Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao Clero e Fieis de Portugal*.

²¹³ Cf. *A Capital*, n.º 246, 10-03-1911, p.1; n.º 247, 11-03-1911, p. 1.

²¹⁴ Cf. Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 245.

para o combate. A resposta da Igreja Católica surgiu através de um protesto colectivo dos seus bispos, tornado público a 6 de Maio, que classificou a lei de «injusta» e «opressora»²¹⁵. Em Roma, o papa Pio X publicou a encíclica *Jamdudum in Lusitania*, a 24 de Maio, denunciando a «perseguição religiosa em Portugal» e condenando ao mesmo tempo o desterro dos bispos do Porto e de Beja. O documento papal apontou a legislação da república portuguesa como exemplo do mais amplo «manifesto de ódio à Igreja». Quanto à Lei de Separação, Pio X «reprova», «condena» e «rejeita» uma lei que ofende os interesses espirituais e materiais da igreja e que «oprime a própria liberdade da Igreja», deixando assim o caminho aberto à desobediência dos prelados portugueses²¹⁶.

Mas a reacção que as autoridades republicanas mais temiam procedia da acção subversiva do baixo clero, para quem a Lei de Separação significava a perda de vantagens materiais e a aniquilação da sua relevância sócio-cultural, moral e até simbólica. Entre muitas outras disposições, a lei determinava a submissão das associações culturais a membros laicos, o que significava o afastamento do clero do controlo efectivo do culto religioso. Mas seria o futuro da sua sobrevivência material, com a nacionalização da propriedade e o fim das côngruas, que supostamente o reduziam «à miséria, sujeito a ter de mendigar»²¹⁷, quem ditaria a crescente insatisfação e o ódio da classe sacerdotal a Afonso Costa²¹⁸.

Apesar de eliminar qualquer responsabilidade do Estado na remuneração do clero, a lei de separação estabelecia um sistema de pensões aos padres que o requeressem. A grande maioria, cerca de 76%, por convicção ou por pressão dos seus bispos, recusou essa oferta, vindo-se a instalar um clima de hostilidade fremente para com os padres pensionistas²¹⁹.

A insatisfação do sector clerical induz uma dimensão interpretativa que pretendemos fulcral para a compreensão da contra-revolução. A problemática está em

²¹⁵ Cf. A. Jesus Ramos, art. cit., pp. 275-277.

²¹⁶ Cf. *Jamdudum in Lusitania*. Em meados de 1912 não residia nenhum prelado na sua diocese.

²¹⁷ M. Abúndio da Silva, *Cartas a um Abade. Alguns aspectos da Questão Político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz e C.^a Livreiros Editores, 1913, p. 339.

²¹⁸ BNP, ELM, doc. n.º 9558, carta do abade de Perafita, António da Costa Ramos, a Luís de Magalhães, de 07-10-1911.

²¹⁹ Cf. Vítor Neto, «A Questão Religiosa na 1.ª República – A posição dos padres pensionistas», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1987, p. 693.

determinar o grau de envolvimento deste importante grupo social na organização e dinâmica do movimento anti-republicano de matiz realista. Observadores da época apontavam, com evidente exagero, o clero como agente natural da reacção. Logo em Outubro de 1910, o *Dia*, então pejado de ódio antijesuítico, denunciava ao governo que «no norte são exclusivamente os clericais, os frades e jesuítas, que estão organizando a contra-revolução» e que nos «padres que ontem fuzilaram o povo está o grande perigo»²²⁰. Em Maio, as percepções pouco se modificaram, mas agora havia motivos verdadeiros para a preocupação das autoridades. No Norte, o exército colocava-se em prevenção e, inquieto, mostrava verdadeira apreensão com os movimentos dos padres, que se «mexiam no confessionário» e insinuavam «no espírito dos seus fregueses a conveniência de se munirem de foices, roçadoras, enxadas, armas etc., caso algum dia os sinos da igreja tocassem a rebate...»²²¹.

Não por acaso, alguns oficiais do exército temiam mais as movimentações dos padres do que as ainda inócuas manobras do sector monárquico. Nos seus relatórios recomendavam por isso «mais espionagem sobre os bispos e deixemos o Paiva Couceiro»²²². Segundo alguns observadores, dos mais argutos, a monarquia de D. Manuel ou D. Miguel não representava fundamento suficientemente atractivo para envolver o exército ou a burguesia em conjuras e conspirações. Restava o clero, «as sacristias», a quem não faltavam motivos para conspirar²²³. A realeza encontrava no padre, no abade da aldeia, um aliado tenaz na luta contra a república, pela sua capacidade de mobilização das populações rurais²²⁴.

O Governo Provisório recebeu estas recomendações com grande preocupação, prova de que temia a reacção clerical. Uma circular do ministério do interior, dirigida aos governadores civis, datada de 26 de Abril de 1911, colocou o exército ao serviço das autoridades locais para reprimir violências eventuais

²²⁰ *O Dia*, n.º 3174, 08-10-1910, p.1.

²²¹ Cf. Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *Contra-revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas e realidades, 1985, pp. 192-193.

²²² *Ibidem*.

²²³ Cf. Joaquim Madureira, *Na Ferosa Estrivaria (Notas d'um Diarista Subversivo)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, pp. 67-71.

²²⁴ Cf. Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol. 1, cit., p. 95; AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, Pasta 6.

resultantes da aplicação da lei de separação²²⁵. O governo provisório solicitava também aos comandantes militares que apreciassem a predisposição dos párocos para com o governo e o regime²²⁶; a mesma circular instava os comandantes militares a explicar as vantagens da lei de separação e da nova ordem política²²⁷.

Até que ponto a ruptura do clero com a república foi suficiente para uma espécie de nova aliança entre o trono e o altar? É certo que aos monárquicos interessava atrair os clérigos para a sua causa, advogando que a questão religiosa só veria resolução definitiva dentro da monarquia restaurada. Abúndio da Silva explicou como os defensores do trono souberam tirar proveito político das agressões e das perseguições à igreja²²⁸. O próprio D. Manuel, na primeira entrevista publicada em Portugal depois do exílio, teve a preocupação de elogiar a resistência e o comportamento do clero, prometendo que, restaurada a monarquia, seria analisada a situação «criada à igreja» e, «estabelecido o império da lei, serão dadas todas as reparações devidas»²²⁹.

A historiografia mais recente, e em especial a investigação de Maria Lúcia Moura, menosprezou o envolvimento do clero em acções e conjuras restauracionistas. Para esta autora, a prisão de muito padres resultou apenas dos excessos persecutórios das autoridades, pois muitas das detenções teriam resultado de lastimáveis confusões e motivos frívolos e não de um envolvimento sério em actos conspiratórios contra a república²³⁰. Desvaloriza igualmente a capacidade dos párocos em manobrar as populações contra a república e justifica o encarceramento de clérigos como resultado da reacção às políticas anticlericais e não como acções em favor da coroa²³¹. Escreveu também esta autora que é difícil definir o número de sacerdotes que se encontravam na Galiza, mas que a sua

²²⁵ IAN/TT, Direcção Geral da Administração Política e Civil, maço 32, n.º 294.

²²⁶ AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, Pasta 1. Resposta do Regimento de Cavalaria n.º 8, Castelo Branco, 25 de Maio de 1911.

²²⁷ AHM, 1.ª Divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 2. Instruções do Comando da 2.ª Divisão Militar Portuguesa.

²²⁸ Cf. *ob. cit.*, p. 338

²²⁹ *O Commercio*, ano 1, n.º 18, 05-04-1913, p. 3.

²³⁰ Cf. *ob. cit.*, pp. 98 e ss.

²³¹ *Ibidem*, pp. 112 e ss.

fuga ocorreu muitas vezes como resultado dos ódios e perseguições do regime republicano e não como consequência de um forte sentimento monárquico²³².

No essencial, não refutamos as interpretações de Lúcia Moura, pois muitos padres foram efectivamente vítimas de ódios e perseguições dos sectores mais radicais²³³. Parece assim incontestável que a génese da revolta de parte da igreja contra a república se encontra na sua política visceralmente anticlerical. A sujeição constante a violências e vexames públicos, protagonizados pelos radicais ou pelas autoridades mais zelosas na aplicação da lei, explicam que muitos clérigos sentissem um apelo genuíno pelo movimento contra-revolucionário²³⁴.

Apesar de tudo o que fica exposto, é nossa convicção que o clero contribuiu significativamente para a contra-revolução. Importa recordar que a reacção monárquico-clerical, nesta fase, só timidamente se poderia considerar um movimento de restauração da realeza. O que havia então era um desejo alardeado de derrubar a república: «Aqui em Portugal a questão das instituições passou para o segundo lugar, e hoje todos, monárquicos e republicanos, concordam em que: isto não pode continuar sendo preciso terminar esta desordem dos espíritos e da administração pública venha o salvador donde vier»²³⁵.

A verdade é que muitos padres, convivendo mal com a atmosfera de «anarquia» social e com as constantes perseguições a que eram sujeitos, entreviram na restauração a esperança de mudar o jogo político a favor da igreja. E apesar do «horror à política», acabaram nos braços da contra-revolução²³⁶. «Para pelejar, defendendo a monarquia? Sim, mas única e exclusivamente para atingir o seu único e verdadeiro ideal – luta em prol da igreja»²³⁷.

Na hipótese que procuramos demonstrar, parte do clero teve papel relevante na contra-revolução que se desenhou entre 1911-12, como aliás aconteceu pelo

²³² *Ibidem*, p. 118.

²³³ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 7985, carta do padre Américo da Costa Nilo a Luís de Magalhães, de 01-10-1911.

²³⁴ Cf. BNP, ELM, documentos n.ºs 9558 a 9581.

²³⁵ BNP, ELM, doc. n.º 7991, carta do padre Américo da Costa Nilo a Luís de Magalhães, de Março/Abril[?] de 1912.

²³⁶ Veja-se o exemplo do padre Américo da Costa Nilo, já referida, na sua correspondência para Luís de Magalhães, e especialmente o doc. n.º 7995.

²³⁷ Abílio Magro, *A Revolução de Couceiro*, Porto, Imprensa Moderna, 1912, p. 1. Abílio Magro refere-se ao irmão João Magro e a muitos clérigos que «como ele» «se sacrificaram, fazendo-se também conspiradores».

menos até 1919. Na impossibilidade de definir uma quantificação rigorosa de clérigos encarcerados por motivos de conspiração a favor da restauração, lembramos apenas alguns dos números disponíveis. O primeiro registo de presos políticos, feito a pedido do deputado António Pedro Correia, a 10 de Julho de 1911, registava 34 padres presos por crimes de conspiração, rebelião e boatos, num total de 517 presos. O número parece insignificante, contudo, era superior aos 11 militares indicados, num momento em que a rebelião organizada dava apenas passos muito ténues²³⁸.

Já depois da primitiva incursão monárquica, as primeiras listas de presos políticos elaboradas pelas autoridades no Porto, entre 14 e 18 de Outubro de 1911, registavam a existência de 21 clérigos, num total de 149 civis²³⁹. Mas estes números não incluem outras regiões do Norte e das Beiras, onde a acção do clero foi determinante. Por outro lado, a deflagração antecipada do movimento do Porto, na noite de 29 para 30 de Setembro, produziu o retraimento do movimento em muitas regiões do país, evitando a exposição dos párocos envolvidos²⁴⁰. Muitos outros, para evitar os calabouços da república, foram obrigados a emigrar para a Galiza, como aconteceu com todos os párocos das freguesias de Felgueiras e Paços de Ferreira²⁴¹.

Para nós, porém, o envolvimento da Igreja na contra-revolução deve ser medido pela relevância do clero na dinâmica conspirativa, deve ser aferido pelo valor combativo dos seus elementos e menos por critérios de natureza quantitativa. Com efeito, os seus manejos conspirativos foram preciosos e vitais em todas as regiões do país onde, entre 1911 e 1912, se registaram movimentos (ou meras tentativas) contra-revolucionários, simples revoltas ou conspirações. Juntamente com os caciques realistas, os padres eram os principais agentes de conspiração. Manuel Valente descreveu assim a sua acção: «todo o trabalho da

²³⁸ MI, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Maço 34.

²³⁹ IAN/TT-MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 214.

²⁴⁰ Afirmação de um conspirador do Porto: «Felizmente foram prevenidos muitos elementos de valor a tempo para o fracasso não ser maior. Os abades estão bem e nada me consta de desagradável para eles» [BNP, ELM, doc. n.º 8346, carta de José Domingues de Oliveira a Luís de Magalhães, de 25-10-1911].

²⁴¹ Cf. Joaquim leitão, *O Capitão Phantasma (Dos acantonamentos da Galiza à marcha para a segunda incursão)*, Porto, Edição de autor, 1914, pp. 57-58. Veja-se igualmente AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, o relatório da Repartição do Sector entre o Minho e Cávado (8.ª Divisão), de 3 de Julho de 1913.

contra-revolução se deve exclusivamente a ele, que foi infatigável, já organizando comités nas diversas cidades, vilas e aldeias de Portugal, já levantando mil dificuldades à república»²⁴².

No Porto, o movimento de 29 de Setembro contava com a liderança dos clérigos em reuniões preparatórias e no aliciamento de militares²⁴³. Nessas reuniões, os participantes, que por vezes «excediam a mais de trezentos», levavam «todos como sinal o coração de Jesus», símbolo inequívoco do papel do clero e da importância da religião como instância legitimadora e mobilizadora²⁴⁴. Ainda na região do Porto, o movimento de 29 de Setembro foi secundado por vários levantamentos que em algumas vilas e freguesias acabariam por restaurar a monarquia, como Paços de Ferreira e Felgueiras, entre outras²⁴⁵. O concurso dos sacerdotes na dinâmica contra-revolucionária parece-nos indiscutível, tanto nos preparativos como na execução. Foi à sua diligência e conhecimento do terreno que se entregaram as comunicações com o Porto, centro da conjura, e com outras regiões do norte do país²⁴⁶, onde alguns chefiaram mesmo as conspiratas, como aconteceu em Viana do Castelo²⁴⁷. Os levantamentos da população não seriam possíveis sem a sua acção doutrinária, no púlpito e em contactos privados, indispondo e «fanatizando» as populações contra o regime. Houve populações que defenderam os seus párocos perante as autoridades quando algum soçobrava nas teias da justiça, resguardando-se num silêncio tumular sobre as suas movimentações suspeitas. Mas também houve casos de violência grave contra a prisão de alguns párocos, como aconteceu em Gandra, no concelho de Paredes, que resultou na morte de dois populares²⁴⁸.

²⁴² Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 196.

²⁴³ Segundo o testemunho do 2.º Cabo de infantaria 6, João Maria, foi «o padre Narciso quem o convidou para aliciar gente» e quem lhe deu conta dos planos dos revolucionários de «entrar no palácio de Cristal». Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 216.

²⁴⁴ *Ibidem*.

²⁴⁵ Vejam-se os inúmeros relatórios oficiais em IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maços 213 e 214.

²⁴⁶ Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 319, 1.º vol., documentos n.ºs 18 e 23.

²⁴⁷ Cf. *Diário de Notícias*, n.º 16466, 13-09-1911, p. 1. O chefe do *complot* abortado era o padre Sebastião Pinto Rocha, que tinha como comparsas alguns caciques e o reitor de Caminha, padre Sá Pereira, todos «conhecidos pelas suas ideias de aversão ao actual regime».

²⁴⁸ Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, doc. n.º 816, fl. 1-4.

O predomínio intelectual dos clérigos, em consociação com os caciques locais, acirrando o desagrado já estabelecido entre as populações rurais para com algumas leis da república, como o registo civil obrigatório, explica os mais importantes levantamentos populares que se deram neste período, durante as incursões monárquicas. Os levantamentos da Beira Baixa, em 1911, e os levantamentos de Cabeceiras e Celorico de Basto, em 1912, eram talvez improváveis sem a sua acção conspirativa. Na Beira Baixa, a sua acção foi determinante para os levantamentos populares nas freguesias de Penamacor e Idanha-a-Nova, que obrigaram a uma intervenção de uma força do exército. Ao lado dos caciques Tavares Proença, Vaz Preto, Franco Frazão e outros, desenhou-se a acção de cerca de catorze padres, conspirando, perorando, incitando o povo ao levantamento contra as autoridades e estabelecendo ligações imbricadas entre Castelo Branco, Porto e Aveiro²⁴⁹.

No concelho de Penamacor, algumas freguesias levantaram-se contra a república depois de «excitadas» pelos padres e caciques. Na freguesia de Aranhas, onde a população se reuniu em manifestação, «falou o padre António Esteves em comício público, anunciando também a restauração da monarquia e, desfraldando uma bandeira azul e branca, apresentou-a como símbolo da pátria, que todos deviam saudar e respeitar. Terminou a alocução com saudações à monarquia, Paiva Couceiro e à valente religião e morras aos republicanos»²⁵⁰.

Outros actos de bravura e alguma ousadia revelam a fibra rija e a tèmpera de parte do sector clerical. Em Macedo de Cavaleiros, o abade de Chacim, padre Guilherme Augusto da Silva, tinha organizado o povo para uma guerrilha, quando aí chegou o capitão Azevedo Lobo, que tinha entrado em Portugal na região de Castelo Branco e que depois avançou em direcção ao Norte que supunha restaurado. Preso com o pequeno grupo que chefiava, o intemerato abade de Chacim, com auxílio pronto de outros cinco colegas de ofício e alguns notáveis, arrebanhou em pouco tempo cerca de 600 populares de várias aldeias do conce-

²⁴⁹ Cf. documentação abundante em IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35.

²⁵⁰ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, doc. n.º 703, fls. 3-35, relatório de 07-10-1911. Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 214.

lho para, «armados de caçadeiras e machados», arrombarem as portas da cadeia e libertarem os presos²⁵¹.

Em 1912, o movimento contra-revolucionário associado à segunda incursão contou com importantes levantamentos populares em Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Fafe e Barcelos, tendo sido restaurada a monarquia nas duas primeiras localidades. Nesta vasta região montanhosa, demarcada pelas terras do Basto, a pobreza e a incultura traziam as populações dominadas pela retórica reaccionária do púlpito. Casos houve, porém, em que as ameaças ou as promessas de proventos materiais, conduzidas por padres e caciques, arrastaram as populações para o movimento²⁵². Nesta região predominava um velho e sabido padre que fora cacique de renome ao serviço do Partido Regenerador, facto que lhe valeu a expulsão da Igreja. Era o célebre padre Domingos de Oliveira, responsável por uma não menos afamada «guerrilha»²⁵³. Muitos populares afirmam «ter sido obrigados pelo padre», que em alguns casos exigiu que cada família contribuísse para a luta com «ao menos um homem de cada casa». Pobres, ignorantes e dependentes, estes homens pouca resistência podiam oferecer às investidas clericais, porque recebiam represálias e porque não sabiam «o resultado que aquilo dava»²⁵⁴.

Mas aos clérigos não estavam confiadas apenas acções de mobilização popular. Mais remotamente, é certo, o arrojo das suas manobras conspirativas ter-se-á evidenciado também em actos de sabotagem, como a destruição de pontes, túneis, linhas-férreas e ligações telegráficas²⁵⁵ e a dinamização do contrabando de armas²⁵⁶. Por outro lado, as ligações entre as províncias do norte e a Galiza, de onde Paiva Couceiro comandou directamente os levantamentos populares de

²⁵¹ Joaquim Leitão, *Couceiro, O Capitão Phantasma (Dos acantonamentos da Galiza à marcha para a segunda incursão monarchica)*, Porto, Edição do Autor, 1914, pp. 74-75.

²⁵² Das centenas de depoimentos dos populares que participaram no movimento, julgados no Tribunal Militar de Celorico de Basto, muitos referem-se a ameaças veladas, como a prisão, ou ameaças à integridade física. Cf. AHM, Tribunal Militar de Celorico de Basto (1912), arquivos números 1, 3,4 e 8, pastas várias.

²⁵³ O padre Domingos teria sido destituído pelo arcebispo de Braga, em 1902, por envolvimento em actividades político-eleitorais. Cf. Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, Porto, Edição de autor, 1914, p. 99.

²⁵⁴ AHM, Tribunal Militar de Celorico de Basto (1912), arquivo n.º 4, pasta 1.

²⁵⁵ Cf. relatório da repartição de justiça da 5.ª divisão do exército, de 29-08-1912, in AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 7, pasta 5.

²⁵⁶ Cf. Joaquim Leitão, *Couceiro, o Capitão Phantasma*, Porto, Edição de autor, 1914, p. 52.

1912, foram asseguradas pelos sacerdotes, numa teia de relações complexas que ligavam o paladino aos cabecilhas internos²⁵⁷. O testemunho de um seminarista, envolvido nas tramas conspirativas pelo pároco de Celorico de Basto, confirma a validade destas asserções, ao revelar «que o agente principal da conspiração era Júlio Barros, padre de Vieira que transmitia as notícias da Galiza ao padre Domingos, de Cabeceiras, que por sua vez as transmitia ao padre Maciel de Celorico de Basto»²⁵⁸.

A emigração de padres para a Galiza foi uma constante nos primeiros anos do regime²⁵⁹. Muitos relatos produzidos sobre a emigração referem a abundância de ministros da igreja: «Passada a ponte sobre o rio Minho [...] logo ante nós desfilam os padres, quase todos alentados e com ar triunfal, envoltos em longas capas»²⁶⁰. O seu papel na organização do «exército couceirista» foi relevante, arrastando consigo centenas de populares²⁶¹, arrancados aos arados pela sua oratória obstinadamente anti-republicana, explicando ao povo que «era um dever de um bom católico e dum bom patriota concorrer para o derrubamento da república»²⁶². O tenente Manuel Valente, conspirador na Galiza, elogiou o seu envolvimento no livro *Contra-revolução Monarchica*, pela capacidade para mobilizar muitos «combatentes», «chegando a pagar do seu bolso particular muitas despesas»: «a estes padres deve a conspiração muitos trabalhos e verdadeiros sacrifícios»²⁶³.

Parece suficientemente demonstrada a influência do clero sobre as populações rurais, realidade que os relatórios das autoridades militares confirmam de forma inequívoca. Aqueles exploravam o descontentamento das populações rurais, incapazes de penetrar a complexidade e os intuitos da legislação republi-

²⁵⁷ Cf. depoimento de Paiva Couceiro, in Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 19.

²⁵⁸ AHM, Tribunal Militar de Celorico de Basto (1912), arquivo n.º 1, pasta 1.

²⁵⁹ Abílio Magro [*ob. cit.*, p. 230] indica cerca de duzentos.

²⁶⁰ *A Capital*, ano 1, n.º 279, 13-04-1911, p. 1. Segundo um artilheiro reformado que o enviado do jornal encontrara em Tui, «só vira pouco mais do que padres nas hostes belicosas do chefe da Vendéa portuguesa». Cf. Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol. II Cheque ao Rei, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 27.

²⁶¹ Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 55; AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, Relatório da repartição entre o Minho e Cavado (8.ª Divisão), de 3-07-1911.

²⁶² Cf. Tribunal Militar de Celorico de Basto (1912), arquivo n.º 1, pasta 1.

²⁶³ *Ob. cit.*, p. 55.

cana²⁶⁴. Por outro lado, não é menos verdade que o movimento monárquico de 1911-1912 teve no padre um agente dinâmico, sem o qual dificilmente se dariam os levantamentos populares. Se a reacção anti-republicana se mostrou ineficaz não foi por inércia ou incumprimento do sector clerical. A própria classe militar expunha sem rodeios a aversão daquele sector à nova ordem política, confirmando também a importância da questão religiosa na contra-revolução: «Gente inculta completamente fanatizada pelos padres, que julgam emissários de Deus, crentes nas suas palavras, como sendo inspiradas pelo verbo Divino, consideram a República como destituída de Religião e como um regime em que só governam os que entregaram a sua alma a Satanás! E como estas, muitas outras erróneas e irrisórias conjecturas fermentam naqueles cérebros enfermiços e destituídos de bom senso. Estes néscios não compreendem as leis da República e as vantagens das da separação, da família, do registo civil, bem assim as medidas de fomento, por ela adoptadas [...]. O movimento de rebelião que quase ao mesmo tempo se acentuou em diferentes pontos, deveria ter, como característica principal, o aspecto religioso: e, realmente foi o que se observou, pois até os distintivos e bandeiras apreendidos aos rebeldes, tendo o aspecto da antiga bandeira monárquica, ostentavam ao centro da imagem da Conceição»²⁶⁵.

Em muitas regiões do país, como na Guarda, onde a intervenção do seu bispo, D. Manuel Vieira de Matos, ameaçava de excomunhão os padres que se inclinassem a receber a pensão do Estado, a questão religiosa inflamou a opinião pública conservadora. Ao ambiente de revolta, agravado pelos constantes boatos sobre conspirações, umas reais, outras mirabolantes, associou-se a «canalha republicana» em acções punitivas que as autoridades tinham dificuldade em controlar. Na Guarda, onde havia indícios da cumplicidade de D. Manuel Vieira de Matos com manobras conspiratórias, o edifício do Paço foi cercado pela polícia e pela carbonária, de 11 para 12 de Junho, com o objectivo de prender o prelado e despachá-lo para Lisboa. A diligência não se realizou porque o governador

²⁶⁴ Cf. AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 6, pasta 8, Relatório da repartição entre o Minho e Cavado (8.^a Divisão), de 3-07-1911.

²⁶⁵ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 6, pasta 8, Relatório do comandante da 8.^a Divisão do exército, de 24-09-1912.

civil, numa intervenção *in extremis*, garantiu não ser possível fazer prova cabal e inequívoca da acusação²⁶⁶.

Por tudo o que fica escrito parece demonstrado o envolvimento consciente de parte do clero no movimento de reacção anti-republicana. À questão religiosa pode aduzir-se a recusa do projecto de modernização, de secularização e de igualdade social preconizado pela república. Neste primeiro confronto, a religião constituía o principal fermento ideológico de aglutinação do mundo conservador. Deliberado e consciente ou apenas reactivo, o seu papel na resistência à república «maçónica» e «ateia» foi uma constante na vida do regime, mesmo quando Roma procurou outras vias mais pacíficas para a edificação dos interesses da Igreja Católica e da religião em Portugal²⁶⁷.

2. 3. O exército e a restauração

A instauração da república não encontrou o apoio do exército, cuja passividade significou um alheamento geral face à mudança de instituições políticas²⁶⁸. As forças armadas, enquanto instituição, não participaram, não chefiaram e não controlaram o movimento de 5 de Outubro, dirigido por carbonários e pela Maçonaria²⁶⁹. Mas, por outro lado, a adesão de oficiais, mesmo formal, e as parcas demissões nas Forças Armadas, logo após a mudança de regime, pareciam traduzir o apoio da instituição castrense, consagrando a república como regime nacional²⁷⁰. Essa foi pelo menos a versão que a propaganda republicana

²⁶⁶ Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 3; A. Jesus Ramos, art. cit., p. 296.

²⁶⁷ Veja-se a evolução das relações entre o alto clero e a república em Jerónimo de Alcântara Guerreiro, *Monsenhor Aloisi Masella e o Arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes (1918-1920)*, Évora, [s/n], 1968.

²⁶⁸ Cf. José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e Regimes Políticos em Portugal no século xx*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 38-39; Aniceto Afonso, *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Notícias Editorial, 2000, pp. 15.

²⁶⁹ Cf. Aniceto Afonso, *ob. cit.*, p. 15.

²⁷⁰ Cf. José Medeiros Ferreira, *ob. cit.*, p. 43; Luís Salgado de Matos, «República: um “corpo com alma”», in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, p. 130.

elaborou, necessitada de filiar a república num movimento militar de carácter institucional e expungir a sua conotação popular e carbonária²⁷¹.

A adesão de parte do exército e da marinha à república traduzia também o desejo de uma modernização da estrutura militar. A este esforço de modernização associou-se um grupo de jovens oficiais, conhecido por *Jovens Turcos*, organizado pelo ministro da guerra, António Xavier Correia Barreto, e pelo capitão Alfredo Sá Cardoso, seu chefe de gabinete²⁷². Neste grupo, recrutado entre oficiais em início de carreira, pontificavam o capitão João Pereira Bastos e os tenentes Vitorino Henriques Godinho, Álvaro de Castro, Hélder Ribeiro, Álvaro Poppe e Américo Olavo. Eram oficiais com estreita ligação à Maçonaria e que exaltavam publicamente o seu republicanismo, de que resultará uma forte ligação ao Partido Democrático. Sob a sua acção, o exército procurou instituir as reformas necessárias à sedimentação do novo regime e a sua adequação ao ideário demoliberal: a criação do serviço militar obrigatório, segundo a aplicação da fórmula «nação em armas», a instituição dos oficiais milicianos e o incremento da vocação educativa do exército²⁷³. O exército pretendia assumir-se como uma escola de cidadania e patriotismo, facto que os sectores mais radicais procuraram impor a uma instituição conservadora que nunca aceitou bem este processo de republicanização²⁷⁴.

Apesar de tudo, coube ao exército a função de repressão policial e de defesa da autoridade e da ordem pública, coadjuvando as autoridades administrativas durante os anos difíceis de 1911-1912. A sua acção foi determinante para sufocar os levantamentos populares, procedendo a buscas em domicílios e encarcerando muitos dos «indivíduos suspeitos à república»²⁷⁵. Para além da função policial, o exército foi responsável pela mais importante campanha de republicanização nas regiões do norte do país, realizada após a mobilização militar decidida em Junho de 1911, explicando às populações as leis da república em «palestras despretensiosas» e amistosas: «A todos os oficiais recomendei que na sua propa-

²⁷¹ Cf. Aniceto Afonso, *ob. cit.*, pp. 16-18.

²⁷² Sobre a sua acção política durante a república, veja-se Paulo Mendes Pinto, *António Xavier Correia Barreto. Biografia de um Presidente do Senado*, Lisboa/Porto, Colecção Parlamento 12, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.

²⁷³ Cf. José Medeiros Ferreira, *ob. cit.*, p. 48-49; Luís Salgado de Matos, *ob. cit.*, p. 131.

²⁷⁴ Cf. Aniceto Afonso, *ob. cit.*, pp. 14-15.

²⁷⁵ Cf. AHM, 1.^a Divisão, 34.^a secção, caixa 6, pasta 15.

ganda explicassem o objectivo elevado da República e as leis do recrutamento, Separação, Crédito Agrícola, da família, etc., encarando-as principalmente sob o seu aspecto moral»²⁷⁶. A sua participação neste processo de republicanização não se resumia às «palestras despreziosas», mas elaboravam sugestões legislativas e recomendações políticas que deviam aplacar o espírito indignado das populações e viabilizar a republicanização e o progresso do mundo rural²⁷⁷.

Em função de tais considerandos, interessava determinar o momento e as motivações que levaram alguns sectores do exército a envolver-se em actividades subversivas na aurora do novo regime. É sabido que o exército tinha uma tradição de forte intervenção na vida pública de Portugal e Espanha pelo menos desde as invasões francesas. Estabilizado o regime monárquico, foi um dos esteios da coroa até ao início do século XX, quando então se consagrava nas campanhas de ocupação africana. A crise da monarquia e o avanço do perigoso sector radical, depois da morte de D. Carlos, provocaram em alguns sectores castrenses o repúdio pelo rotativismo monárquico e pelos chefes partidários. Eram especialmente os oficiais africanistas quem revelava maior empenho em acabar com o rotativismo, varrer a horda radical e depurar a monarquia. Lembremos que a subida ao Poder de Teixeira de Sousa deu origem a algumas tentativas goradas de intervenção do exército, quando a república constituía já uma ameaça irreversível. No Verão de 1910, Vasconcelos Porto, ministro da guerra de João Franco e seu sucessor na chefia do Partido Regenerador-Liberal, foi procurado pelos comandantes de regimento da Guarnição de Lisboa para o informarem que tinham decidido «dar um golpe de Estado» destinado a depor o governo de Teixeira de Sousa. Como caução para a empresa, apenas exigiam que o ministro da guerra aceitasse presidir ao novo governo que resultasse da intervenção militar. Mas Vasconcelos Porto, um dos oficiais mais prestigiados do exército mas pouco seduzido por acções ilegais e subversivas, terá ido conferenciar com D. Amélia, que naturalmente o demoveu de aceitar tal incumbência. Os oficiais de Lisboa envolvidos na conjura renunciaram então ao projecto²⁷⁸.

²⁷⁶ AHM, 1.ª Divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 5, «Relatório do comandante do destacamento misto da 8ª divisão para operar fora da cidade de Braga, Tenente Henrique Pires Monteiro», doc. n.º 230; AHM, 1.ª Divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, fls. 6-7.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ Gaspar de Abreu, *Memórias Políticas*, vol. 1, Prefácio de Alberto Pinheiro Torres, Braga, [s/n], 1960, p. 205.

Outro movimento golpista do exército teve como chefe Paiva Couceiro e constituiu um derradeiro esforço para acabar com a instabilidade política e instaurar um regime de ordem e autoridade, através de uma «ditadura plebiscitária»²⁷⁹ que regenerasse a monarquia. Segundo o relato de Pinheiro Chagas, nas vésperas do 5 de Outubro, o *Correio da Manhã* deu guarida ao conluio conspiratório de Paiva Couceiro e demais oficiais do exército e armada, que aspiravam a neutralizar o conchavo revolucionário, pondo fim «à anarquia latente que a todos era evidente, acabar com especulações políticas, viessem de onde viessem, coibir os escandalosos abusos da imprensa, liquidar a questão das associações secretas sobre as quais se sabia, por determinadas vias, o bastante para as dissolver rapidamente, apreender todos os explosivos que se fabricassem pela cidade, e proceder severamente contra os que os fabricavam, etc., etc.»²⁸⁰.

A existência, no final da monarquia, de sectores do exército profundamente desagradados com a política dos sectores radicais, e a defesa clara e inequívoca de valores autoritários, impondo a instituição castrense como instância morigeradora, constituíam um indicador seguro de que a república radical e o seu espírito revolucionário iriam encontrar no exército uma resistência tenaz e duradoura.

Sabemos que no final de 1910 existiam já alguns comités de oficiais ligados pela mesma desconfiança e descrença nas virtudes do novo regime. Não podemos falar ainda em conspiração, pois a acção destes comités era inócua, e a desconfiança face à coroa deposta não suscitava grandes entusiasmos por parte de uma oficialidade indolente. Contrariamente ao que aconteceu em Espanha, em 1874, onde a restauração da monarquia de Afonso XII encontrou eco entre o exército e os partidos políticos conservadores²⁸¹, em Portugal faltava esse apoio a D. Manuel, preso à imagem de rei inepto e influenciável e incapaz para chefe superior das Forças Armadas. Parece assim confirmar-se, também ao nível do exército, que as motivações para a reacção militar não se prendem com as virtudes do regime deposto, mas foram o resultado dos «erros da república» e da antinomia entre uma instituição conservadora e um regime estruturalmente radical e revolucionário. A contra-revolução no exército teve também uma filiação

²⁷⁹ *Correio da Manhã*, ano I, n.º 163, 21-9-1910.

²⁸⁰ Álvaro Pinheiro Chagas, *ob. cit.*, pp. 39-40.

²⁸¹ Cf. Raymond Carr, *ob. cit.*

ideológica de evidente carga negativa, apesar da propaganda monárquica insistir na sua preferência pelo trono.

A passividade inicial do exército foi entendida pelos revolucionários radicais como indecisão. A estrutura militar não era republicana, apesar da adesão formal de cerca de trinta e cinco por cento dos oficiais, alguns dos quais se apressaram a aderir ao partido republicano. Havia por isso que mantê-la em vigilância apertada, operação em que se destacaram os sargentos e praças, mas também os carbonários, chegando por vezes à humilhação pública dos oficiais suspeitos e ao confronto físico. Gonçalo Pimenta de Castro, oficial monárquico, descreveu nas suas memórias os problemas que teve no regimento de infantaria 16, em Lisboa. O regimento era comandado pelo coronel Cristóvão Ribeiro da Fonseca, antigo oficial «declaradamente» monárquico, que se apressou a aderir ao Partido Republicano e a frequentar «um clube avançado» de Campo de Ourique. Escreveu Pimenta de Castro que o coronel pretendia autorizar que os civis desse clube pernотassem no quartel para «exercer uma especial vigilância sobre os oficiais de serviço». Pimenta de Castro ameaçou que corria os civis «à coronhada» e o comandante do regimento foi forçado a procurar a sua transferência junto do ministro da guerra, Correia Barreto²⁸².

Nas suas memórias, Pimenta de Castro refere-se ainda a reuniões que tiveram lugar na embaixada de Espanha, sob o patrocínio do ministro Villalobar. Essas reuniões, que o oficial apoda de «primeira conspirata monárquica», comandada pelo general José Celestino da Silva, seriam objecto de vigilância protagonizada pelos grupos civis de defesa da república, que um dia atacaram Pimenta de Castro na via pública²⁸³.

A instabilidade na estrutura hierárquica do exército era já visível nos primeiros meses de 1910, quando «bandos de soldados, cabos e sargentos» se passeavam nas ruas como «donos e senhores», mandando parar oficiais e obrigando-os a dar vivas à república, encarcerando polícias e «provocando rixas com os antigos

²⁸² Cf. Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *As Minhas Memórias - na metrópole e nas colónias*, vol. 1, Porto, Livraria Progredior, 1947, pp. 326-328. Outros relatos sobre a invasão dos «carbonários» nos quartéis encontram-se em Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *Contra-revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas e realidades, 1985, p. 82.

²⁸³ *Ibidem*.

municipais»²⁸⁴. Para muitos oficiais, este frémito patriótico consubstanciava uma clara inversão de valores que promovia a subversão hierárquica, indispondo parte do exército contra a «desordem» e a «instabilidade» provocada pelos sectores radicais do republicanismo²⁸⁵.

A violência destes grupos deparava-se, segundo Pimenta de Castro, com a «tibieza de carácter» de muitos oficiais superiores «que passaram a ser uns capachos dos oficiais subalternos», isto é, do grupo conhecido como *Jovens Turcos*²⁸⁶. Outros oficiais, como Augusto Ribeiro de Carvalho, pelo contrário, contestavam os valores tradicionais da instituição castrense, defendendo uma «disciplina consciente», pois «o soldado tem que saber para onde o levam; se o seu comandante ou qualquer oficial o levar contra a república, e portanto contra a Pátria, a disciplina bem orientada, consciente, impor-lhe-á o dever de liquidar imediatamente esse comandante ou esse oficial»²⁸⁷.

Contra a subversão das hierarquias protestou energicamente Paiva Couceiro no «Manifesto ao exército», documento que o paladino fez chegar à mão de vários oficiais, em Junho de 1911. Nesse documento da Galiza, Couceiro perguntava se «poderá, acaso, chamar-se Exército a uma instituição em que comités de inferiores exercem autoridade sobre os seus superiores hierárquicos – em que a posição dos oficiais anda à mercê das juntas de paróquia e das sociedades secretas»²⁸⁸.

Quer isto dizer que, na senda do que defendem Hipólito de La Torre Gomez e Oliveira Marques, também nós consideramos que as conjuras militares deste período não visavam imediatamente a restauração do anterior regime. Os oficiais conservadores prezavam acima de tudo os problemas que diziam respeito à «ordem» institucional, à disciplina, à obediência e menos às virtudes deste ou daquele regime²⁸⁹. A restauração nunca esteve no seu horizonte, apesar do monarquismo nem sempre claramente assumido de muitos oficiais, como Gonçalo

²⁸⁴ Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 180.

²⁸⁵ Veja-se o testemunho do major republicano Augusto Ribeiro de Carvalho em Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 82.

²⁸⁶ Cf. *ob. cit.*, p. 330.

²⁸⁷ Cf. Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 82.

²⁸⁸ Documento transcrito em Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 93-94 e Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 297-298.

²⁸⁹ Cf. *ob. cit.* p. 84; veja-se igualmente Aniceto Afonso, *ob. cit.*, p. 2.

Pimenta de Castro, Sinel de Cordes e tantos outros. Por isso, das intervenções do exército, em 1915, 1918/1919 ou 1926, a monarquia nunca seria restaurada. Mas se isto não constituía indicador favorável para os destinos da monarquia, também não jogava a favor da república. É sabido que os sectores mais conservadores do exército contribuíram significativamente para a instabilidade da I República e opuseram-se claramente à nova ordem a partir da I Guerra Mundial²⁹⁰.

Os monárquicos, por seu lado, compreenderam muito cedo que sem a intervenção do exército não seria restaurada a monarquia em Portugal. Luís de Magalhães defendeu isso mesmo em carta que dirigiu a D. Manuel, desvalorizando qualquer manobra de pendor político: «A contra-revolução tem de ser, no início, um acto essencialmente militar»²⁹¹. O próprio Luís de Magalhães não perdeu tempo e esboçou um projecto de restauração cujo conteúdo reforça a tese que defendemos sobre a legitimidade da contra-revolução se situar fora do trono. O projecto previa uma restauração operada pelo exército que explicaria depois ao país, em manifesto, as razões que ditaram a sua intervenção. Essa explicação prévia correspondia à salvaguarda da honra da instituição, mostrando que a república fora apresentada ao exército como «um facto consumado». O manifesto proclamaria então a legitimidade da intervenção militar, enumerando os erros da república e muito especialmente a nova lei eleitoral, apresentada como «arma de facção» e vista como «*motivo determinante* da revolução do exército em intervir nos acontecimentos». A revolta armada entregava o Poder a um governo militar provisório, que convocaria as câmaras e procederia a «novas eleições»²⁹².

A ideia de um pronunciamento ou golpe militar estava na linha da restauração realizada sem o recurso à violência revolucionária, estratégia que compaginava os propósitos dos grupos realistas com uma vaga ideologia conservadora. Essa seria talvez a perspectiva de D. Manuel, cuja idiossincrasia foi cavando diferenças insuperáveis para o espírito irrequieto dos seus correligionários²⁹³. Por outro lado, pensamos que a adopção de uma intervenção militar seguida de

²⁹⁰ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 2, relatório do coronel Tomás de Sousa.

²⁹¹ BNP, ELM, doc. n.º 12052, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Abril de 1911.

²⁹² *Ibidem*.

²⁹³ Ainda assim, a estratégia de D. Manuel, repudiando os movimentos revolucionários, haveria de singrar apenas no contexto da I Guerra Mundial, quando entrar em confronto com a maioria da Causa Monárquica

governo de força, estratégia defendida por Luís de Magalhães e Paiva Couceiro em diferentes conjunturas, como 1911-1912 e entre 1915 e 1919, ia ao encontro dos melindres conservadores do exército, mais sensível aos valores da ordem e da autoridade do Estado do que aos conchavos restauradores. Isto ajuda talvez a explicar o fracasso do movimento monárquico em Portugal.

Apesar do significado estrutural desta inferência, os primeiros anos da república mostraram-se férteis em conspirações, «complots», revoltas, levantamentos e incursões, envolvendo quase todas as forças regulares do exército. Não cabe aqui analisar a variedade e a tipologia dos movimentos, apenas interpretar o significado da sua multiplicação nacional. Entre 1911 e 1913 consumaram-se ou foram abortados dezenas de conjuras militares em cidades como Lisboa, Évora, Coimbra, Viseu, Lamego, Braga, Porto, Guarda, Viana do Castelo, Aveiro, Leiria, Castelo Branco, Mafra, Bragança e Faro. Como esperamos demonstrar, e contrariando a tendência da historiografia da I república²⁹⁴, o perigo para o regime residia efectivamente nos manejos conspirativos realizados internamente e em especial no seio do exército. As incursões monárquicas não passaram de um epifenómeno que a propaganda republicana, especialmente os radicais, se apressou a explorar e fomentar, legitimando assim a repressão sobre os «traidores» que instigavam a «invasão estrangeira». O «perigo monárquico» estava dentro de fronteiras, como bem viu Américo Olavo, enviado ao Norte, à 8.ª Divisão, para analisar a situação militar de que resultou a segunda incursão realista, em 1912: «Aqui é que eu vejo bem que a força do Couceiro não estava nos sujeitos que entraram a fronteira. A força estava cá»²⁹⁵.

Uma primeira evidência deste fenómeno encontra-se na quantificação possível dos militares implicados. Entre 1911 e 1912, o número de processos a decorrer nos tribunais militares ascendia a 444, envolvendo 1497 militares, divididos entre oficiais, sargentos e soldados. Estes números, que não incluem a 3.ª Divisão militar (Porto), região onde as actividades anti-republicanas tiveram maior pujança,

²⁹⁴ A historiografia tradicional centra a análise do primeiro fenómeno contra-revolucionário nas incursões monárquicas, tidas como eixo central de todo o movimento restaurador. Veja-se, entre outros, Hipólito de La Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978; Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, cit.

²⁹⁵ Carta escrita em Agosto (?) de 1912 a Sá Cardoso, in Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 443-446.

reflectem bem o estado de espírito de vastos sectores do exército²⁹⁶. Quanto ao envolvimento de oficiais, e considerando que a documentação consultada não faz distinção, uma fonte monárquica indica que desde 1910 até 1912 o movimento monárquico implicou a adesão de mais de 300 oficiais do exército e da armada, na situação de aposentados, licenciados, transferidos por suspeitos, presos, condenados e emigrados²⁹⁷.

Os números exigem algumas cautelas, mas podem tomar-se como referência. Com efeito, em muitos quartéis e divisões militares predominava o espírito monárquico ou assumidamente anti-republicano, como revelaram as investigações feitas após as incursões realistas. Na 8.^a Divisão do exército, com sede em Braga, os oficiais tinham «como certa a volta da monarquia» e não escondiam a sua satisfação, «não se escondiam, falavam, aliciavam, reuniam com sargentos, assistiam a jantares em que os próprios copos eram azuis e brancos com retrato do D. Manuel e os doces tinham bandeirinhas monárquicas. Era o descaro e a pouca vergonha»²⁹⁸. Acusações semelhantes encontram-se igualmente em Évora, onde a «maioria da oficialidade da divisão é monárquica e não esconde o desprezo pelas leis da república»²⁹⁹. Este estado de efervescência dentro da instituição castrense não representava ainda qualquer consciência de classe contra a república. Mas era já um indicador da animosidade crescente, que só a falta de uma liderança forte no topo da hierarquia e de organização impediu que representasse maior perigo para as novas instituições.

Chegados a este ponto, encontram-se plenamente identificados os sectores da sociedade que viriam a combater a república e que constituíam o «*pli* conservador» indicado por Luís de Magalhães. Tida pela retórica como «pacífica», a reacção monárquico-clerical causou as maiores perturbações à república, dificultando

²⁹⁶ Cf. AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 1, pasta 22, n.ºs. 2, 4 e 7. Uma lista elaborada pelo Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, datada de Outubro de 1911, identificava 328 presos políticos enviados do Porto para Lisboa e, entre eles, seguiam 34 militares da 3.^a Divisão (3 majores, 4 capitães, 1 tenente, 7 sargentos, 9 cabos e 10 soldados). Outros processos foram constituídos depois de averiguações posteriores.

²⁹⁷ Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 109.

²⁹⁸ Carta escrita em Agosto (?) de 1912 a Sá Cardoso, in Hipólito de La Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 443-446; AHM, 1.^a divisão, 34, secção, caixa 5, pasta 9. A utilização do epíteto «oficial talassa», em muita desta documentação, não significava que todos os oficiais fossem monárquicos. Muitas vezes a expressão era atribuída a oficiais conservadores que não simpatizavam com a república.

²⁹⁹ *Ibidem*, pp. 450-451.

o seu reconhecimento pelas potências estrangeiras e obrigando a grandes investimentos financeiros e, quanto mais não fosse, contribuiu para o agravamento da atmosfera de ódio e de guerra civil permanente. A realidade dos bastidores parece contrariar o seu carácter inócuo e inconsequente, como se defendeu no final de 1910. Por essa altura, já se tinham formado os primeiros comités militares e, em algumas regiões da província, como na Beira Baixa, os antigos caciques, em irmandade com membros do clero, preparavam-se para uma luta sem tréguas contra a república³⁰⁰.

³⁰⁰ Cf. «Manifesto Tavares Proença», in MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO II

«O PERIGO MONÁRQUICO»

1- A contra-revolução «Petisqueira»

A pergunta «conspirar, então, para quê?», estampada na primeira página do *Liberal* pela pena do antigo conselheiro António Cabral, sintetizava o estado de espírito dos sectores conservadores, pungidos entre a impotência e a expectativa, quando a lógica que imperava sugeria a aceitação da «experiência republicana»³⁰¹. A questão reflecte porém o surgimento dos primeiros boatos de conspiração monárquica, produzindo a sua primeira vítima: um empregado de alfândega foi encarcerado porque espalhava boatos sobre conspirações realistas³⁰². Na verdade, os fios da reacção foram-se tecendo ao longo dos primeiros meses de 1911, à medida que aumentavam as tensões, enquanto os boatos de conspiração acendravam os grupos radicais e a carbonária a atacar a oposição.

Não é fácil ao historiador reconstituir as tramas das muitas conspiratas e revoltas abortadas, penetrar nesse dédalo de subversão permanente. Os próprios tribunais tinham dificuldades em condenar na ausência de delito e de provas materiais que comprovassem o crime de associação para derrubar pela violência o regime ou tornassem irrefutável a organização do movimento sedi-

³⁰¹ «Conspiração», in *O Liberal*, ano x, n.º 3133, 20-12-1910, p. 1. O mesmo estado de espírito era expresso pelos jornais *Correio da manhã* (21-12-1910 e 28-12-1910) e *Diário Ilustrado* (29-12-1910).

³⁰² Cf. «Conspirações», in *Diário Ilustrado*, ano 39, n.º 13293, 29-12-1910.

cioso. É todavia possível determinar que as movimentações da reacção monárquico-clerical começaram a gizar-se em finais de 1910³⁰³.

Existia originalmente um comité composto por João de Azevedo Coutinho (oficial da Marinha e responsável pela organização militar), José de Azevedo Castelo Branco (último ministro dos negócios estrangeiros da monarquia e por isso responsável pela diplomacia do movimento) e o conde de Bertiandos, encarregado da parte financeira. Circunstâncias várias, incluindo a temível vigilância republicana, impediram o pleno funcionamento deste comité.

No início de 1911, um grupo constituído por Joaquim Teles de Vasconcelos, antigo par do reino e tenente da armada, o conde de Mangualde, João de Azevedo Coutinho e Guedes Vaz, oficial de infantaria, deliberou formar um novo comité, tendo recrutado para chefe o general Celestino da Silva, antigo governador de Timor com alguma experiência em «conspiratas»³⁰⁴. Os objectivos do comité constituíam então um simples proémio organizativo e de acordo com o conde de Mangualde visavam: «1- Identificar outros grupos militares revolucionários; 2- entrar em comunicação com El-Rei D. Manuel ou quem quer que fosse escolhido para o cargo; 3- fazer o plano revolucionário»³⁰⁵.

Joaquim Teles de Vasconcelos, cuja família dominava politicamente no concelho de Sabugal, no distrito da Guarda, onde conspirava contra o novo regime³⁰⁶, parecia assim evidenciar alguma predominância no comité contra-revolucionário, de que era, aparentemente, dirigente máximo³⁰⁷. Foi dele a iniciativa de convidar o padre Avelino de Figueiredo, figura cuja actividade política remontava ao final da monarquia, quando organizava grupos civis para combater os sectores esquerdistas do anticlericalismo. Como tantos outros conspiradores, militava no *Partido Regenerador-Liberal*, partido a que estiveram ligados os mais categorizados políticos da futura Causa Monárquica³⁰⁸, como Paiva Couceiro, Aires

³⁰³ Cf. Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *As Minhas Memórias – na metrópole e nas colónias*, vol. 1, Porto, Livraria Progredior, 1947, pp. 324-325.

³⁰⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 178-179.

³⁰⁵ Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, pp. 208-210.

³⁰⁶ AHM, 1.ª Divisão, 33.ª Secção, caixa 2, pasta 3.

³⁰⁷ Cf. Avelino de Figueiredo, *ob. cit.*, pp. 60-62.

³⁰⁸ Cf. Álvaro Pinheiro Chagas, *ob. cit.*, pp. 13-14.

de Ornelas, Luís de Magalhães, Álvaro Pinheiro Chagas e Aníbal Soares, entre tantos outros.

As principais cidades da reacção eram então Lisboa e Porto. O conspirador padre Avelino de Figueiredo conta nas suas memórias como organizou, em Lisboa e noutras cidades do país, os vários grupos civis que deviam tramar em conluio com o comité e com os oficiais realistas. Apesar do inegável exagero, Avelino de Figueiredo refere que nos primeiros meses de 1911 a conjura monárquica contava com o envolvimento seguro de cerca de 2900 civis, à espera do «sinal da luta para morrer ou vencer pelo seu ideal»³⁰⁹. O Porto, cidade que fora o berço e o esteio do liberalismo e da primeira tentativa republicana, fervilhava de agitação. À actividade febril do radicalismo republicano respondiam os sectores conservadores com as primeiras tramas. Estabeleceram-se então dois comités, um militar e outro civil, que logravam a coordenação de esforços com oficiais da Capital³¹⁰.

A ausência de uma legitimidade monárquica clara, as tensões com D. Manuel e o descrédito da monarquia dos últimos anos não podem explicar este frémito contra-revolucionário que tende a aumentar de intensidade nos primeiros meses de 1911. «Restaurações dinásticas para quê?», sentenciava Fialho de Almeida nas suas cartas políticas, expressando a crença generalizada da improbabilidade de uma restauração, feita com um «rei inexperiente e pusilânime», uma «rainha medeça» e chefes rotativos «atrasados de três séculos»³¹¹. Para o explicar torna-se necessário convocar o ambiente político e ideológico deste período.

Com o novo ano recrudesceram as investidas do «terror» republicano, aumentando o descontentamento no campo conservador e até nos sectores operários que tinham aclamado a república no meio do aplauso geral, confiantes no seu carácter progressista e favorável à chamada «questão social». O aumento da violência, protagonizada pelos grupos de vigilância e defesa da república, contra os opositores monárquicos e católicos, expressava a radicalização crescente do regime, que os coevos, adversários ou simples observadores, apelidavam de «jacobinismo».

³⁰⁹ Avelino de Figueiredo, *ob. cit.*, pp. 60-62.

³¹⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 43-46; Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, 215.

³¹¹ In *ob. cit.*, pp. 9-10. Veja-se, ainda, Joaquim Madureira, *ob. cit.*, p. 67.

Entretanto inflamava-se a cruzada republicana contra os «adesivos». Cunha e Costa, que entendia que a república não podia sobreviver sem o «caciquismo» monárquico, por falta de uma classe política republicana, expunha assim os efeitos perversos desta campanha: «De repente, com assombro geral, desaba sobre a corrente de geral adesão à república a mais inclemente e absurda campanha de extermínio. [...] Inventá-se, para o caso, o baixo qualificativo de *adesivo*, que em significado ultrajante corre em parselhas com o apodo de *talassa*»³¹². Esta recusa do «cristão-novo» tinha afinal a sua explicação, segundo Cunha e Costa, na «necessidade urgente de os excluir da concorrência com as clientelas republicanas no provimento dos lugares e na consolidação das influências»³¹³.

O primeiro sinal de que a «canalha republicana», como tantas vezes foi apodada, estava preparada para defender a república recorrendo à violência, aconteceu a 8 de Janeiro. Um numeroso grupo de carbonários e civis atacou, com a conivência aparente das autoridades, as redacções dos jornais realistas, o *Correio da Manhã*, o *Liberal* e o *Diário Ilustrado*. A imprensa monárquica começava a criticar abertamente os actos políticos do governo provisório, provocando a ira dos republicanos. Entre outras matérias, censurava-se o prolongamento da ditadura revolucionária e os atrasos na convocação de eleições para as constituintes³¹⁴. Mas apontava-se igualmente o «despotismo», a «indisciplina», a «violência» e a «corrupção» que, no dizer de Luís de Magalhães, feriam a sensibilidade conservadora e acabariam por conduzir à ruína da república³¹⁵. Eram críticas ásperas e virulentas que se faziam sentir quando a atmosfera política começava a carregar-se com o aumento dos boatos de contra-revolução, a que responderam as autoridades incitando a formação de grupos de «batalhões de voluntários» para a defesa do regime.

Para Joaquim Leitão, que descreveu a violência destruidora de «machados» a destruir portas e a «escavar móveis», «o país ficou inteirado do que entender

³¹² «Balanço Político», in *O Dia*, n.º 374, 3.ª série, 13.º. Ano, 31-12-1912, p. 1.

³¹³ *Ibidem*.

³¹⁴ *Diário Ilustrado*, ano 39, n.º 13299, 05-01-1911, p.1.

³¹⁵ Veterano, «Sob a velha bandeira – Os inimigos da República», in *O Correio da Manhã*, ano 1, n.º 232, 28-12-1910, p. 1.

por liberdade, sob regime republicano»³¹⁶. A imprensa desvalorizou estrategicamente o episódio, como prova o silêncio do *Diário de Notícias* ou da *Capital*. Para o jornal *Democracia*, o «bom povo de Lisboa» fez justiça contra os monárquicos ingratos, que esquecendo a existência de um período revolucionário, «atacou quotidianamente a república e, por maneira inesperada os seus principais homens»³¹⁷. Já em Coimbra, coube ao «bom» povo republicano da cidade, e que outros viam como «demagogia enfurecida», atacar o Centro Monárquico Académico e o Centro Académico da Democracia Cristã, destruindo o mobiliário e assaltando as redacções dos respectivos órgãos de imprensa: o semanário monárquico *Pátria Nova*, dirigido por Fernando Cortez Pizarro de Sampaio e Melo, e a revista católica *Estudos Sociais*³¹⁸. Para o jornal *O Século*, o povo de Coimbra, «provocado pelos reaccionários, destrói-lhes as igrejinhas»³¹⁹.

A imprensa monárquica ficava reduzida, curiosamente, ao jornal *A Nação*, da facção miguelista, que procedia com alguma bonomia para com a república³²⁰, para além de alguns jornalecos de província, que dificilmente incomodavam o regime, e foram facilmente anulados. Foi o que aconteceu em Tábua (Coimbra), com o *Povo da Beira*, semanário que contava com a direcção de António Gaitto, advogado que viria a destacar-se no movimento conspiratório de 29 de Setembro de 1911. O jornal ainda teve tempo para criticar os ataques à imprensa monárquica, comparando as «liberdades» da monarquia com o «liberalismo» violento da república³²¹. Como resultado da acintosa afronta, o pasquim lá acabou por succumbir às ordens do administrador do concelho de Tábua, Francisco Beirão. Este intimou o director do *Povo da Beira* a suspender o jornal com o argumento de que «estamos ainda no período revolucionário, que não há leis». Francisco Beirão

³¹⁶ Joaquim Leitão, *Annaes Políticos da República Portuguesa. I Da Proclamação da República às Primeiras Tentativas de Restauração (Outubro de 1910 - Março de 1911)*, Porto, Magalhães & Moniz Editores, 1916, pp. 178-179.

³¹⁷ *A Democracia (Diário Republicano da Manhã)*, n.º 53, 09-01-1911, p. 1.

³¹⁸ As duas instituições publicariam um «Manifesto Académico Ao País», em que descrevem e condenam os violentos acontecimentos provocados pela «demagogia enfurecida», e que pode ler-se em *O Povo da Beira*, n.º 4, 19-02-1911, p. 1.

³¹⁹ Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 199-200.

³²⁰ *O Dia*, que no final de Dezembro de 1910 voltará a ser dirigido por Moreira de Almeida, só lentamente passará a criticar frontalmente a república para, a partir de Maio de 1911, apoiar a coroa. Isso explica que não tenha sido alvo da fúria republicana em Janeiro desse ano.

³²¹ Cf. *O Povo da Beira*, ano I, n.º 2, 29-01-1911.

acusava a redacção do jornal de ser um albergue para «elementos perigosos para a manutenção da ordem pública no nosso concelho e para a... consolidação da república»³²².

Mas os ataques à liberdade de imprensa não pouparam a imprensa republicana, como aconteceu no Porto, com o jornal de Sampaio Bruno, *Jornal da Tarde*, que teve de encerrar em 16 de Fevereiro para evitar a fúria dos republicanos³²³. Estas e outras violências tiveram grandes repercussões na opinião pública. Os ataques à liberdade de imprensa empurraram o conde de Mangualde, oficial de ideias liberais e que aderira à república em 5 de Outubro, e com ele muitos outros, para uma atitude de repúdio e contestação à república. Tornar-se-ia um dos mais empenhados conspiradores monárquicos³²⁴.

Por outro lado, a vigilância dos carbonários e dos grupos civis ia, juntamente com a polícia, revelando os seus resultados, vigiando conspiradores civis e militares, entre as figuras mais proeminentes do regime anterior. Os movimentos de oficiais e civis de maior categoria eram objecto de vigilância aturada, que incluía a invasão da sua correspondência pessoal³²⁵. Como resultado de tais diligências começaram a ser expulsos de Portugal algumas figuras proeminentes do antigo regime, como José Castelo Branco, João de Azevedo Coutinho e Álvaro Pinheiro Chagas. A limpeza nas estruturas do exército de oficiais «talassas», mais difícil de concretizar, também faria as suas vítimas.

A 7 de Fevereiro, o capitão de Infantaria Remédios da Fonseca foi demitido do exército acusado de conspirar em Elvas³²⁶. O aumento da actividade conspiratória dentro dos quartéis levou o governo provisório a tomar medidas para afastar os oficiais que não dessem garantias de fidelidade à república. Nessa purga teria papel importante a oficialidade subalterna ligada ao grupo dos *Jovens Turcos*, incumbida da missão de identificar os focos de infecção «talassa» e in-

³²² *Ibidem*.

³²³ Cf. Raul Brandão, *ob. cit.*, p. 105.

³²⁴ Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 205.

³²⁵ BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães ao Conde de Armoso, 23-12-1910: «E ponho esta reserva aos juízos da República porque a semana passada ela houve por bem, não violar apenas, mas eliminar por subtracção, uma carta do Álvaro Chagas para mim e outra minha para o Álvaro Chagas».

³²⁶ Cf. *A Capital*, 10-02-1911, p. 1; *Ordem do Exército*, n.º 9 (2.ª série), Fevereiro de 1911.

formar o ministério da guerra, que providenciava a transferência de oficiais³²⁷. O governo provisório publicou então, a 16 de Março, um decreto que permitia a abertura de processos criminais contra oficiais que não dessem essas garantias. Os monárquicos reagiram imediatamente aos efeitos nefastos desta lei. Para Moreira de Almeida, aceitando que a república tinha o direito de se defender, tinha contudo obrigação de o fazer «dentro da lei». O liberalismo de Moreira de Almeida não aceitava que os oficiais fossem demitidos das Forças Armadas sem serem ouvidos e julgados, competência que pertencia à justiça militar³²⁸.

Depois de Remédios da Fonseca, seguiu-se uma lista de oficiais demitidos, muitos dos quais viriam a engrossar as fileiras da Galiza, depois da saída de Paiva Couceiro, também ele demitido, a 17 de Abril. Entre esses oficiais demitidos, na sua maioria tenentes e capitães, contam-se os nomes de Júlio da Costa Pinto, Luís Augusto Ferreira, Eurico de Sampaio Satúrio Pires, D. José Inácio de Castelo Branco (Marquês de Belas), José Augusto Rebelo, Francisco Vieira de Castro (Major), Manuel Valente, Raul da Silva Pinheiro Chagas, Júlio Ornelas e Vasconcelos, Jorge Camacho, Carlos Sarmiento (Alferes) e João de Azevedo Coutinho³²⁹. Entre os oficiais afastados conta-se a guarda avançada das tropas que irão constituir o «exército» da Galiza, onde se juntaram a Paiva Couceiro, penetrando nas teias de toda a actividade contra-revolucionária.

A saída para a Galiza de Paiva Couceiro levanta questões oportunas para a compreensão dos primórdios da contra-revolução monárquica, entre as quais se perfila o problema candente da liderança³³⁰. Para alguns, Paiva Couceiro tinha-se tornado chefe do comité revolucionário por acção do conde de Penela, depois da recusa de outros oficiais mais graduados e da morte do general Celestino da

³²⁷ Veja-se o caso de Braga na documentação de Hélder Ribeiro, publicada por Francisco Ribeiro da Silva (coordenação e estudo introdutório), *Coronel Helder Ribeiro. Correspondência recebida (1902-1931 e notas autobiográficas)*, Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997, pp. 79-80.

³²⁸ Cf. *O Dia*, 12º ano, n.º 98, 30-05-1911, p.1.

³²⁹ Para além das respectivas *Ordens do Exército*, existe uma lista dos oficiais que pediram a demissão ou foram demitidos em 1910-1911 em AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, maço 48, pasta 3. Sobre a demissão de João de Azevedo Coutinho, veja-se, António M. Martinó, *João de Azevedo Coutinho. Marinheiro e soldado de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 158.

³³⁰ Sobre Paiva Couceiro, veja-se Vasco Pulido valente, *Um Herói Português Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944)*, Aletheia, 2006.

Silva³³¹. Para outros, Couceiro era o chefe natural, direito conquistado na única bravata bélica que o seu perfil mavórtico impôs no 5 de Outubro em defesa do brio e da honra militares. Nos primeiros meses do novo regime, coube ao próprio governo provisório o endeusamento apressado do «Paladino», recusando a sua demissão de oficial e oferecendo-lhe emprego e honrarias que ele sempre recusou³³². Paiva Couceiro manteve a sua expectativa apesar dos convites para conspirar, alimentando esperanças sobre a acção regeneradora do novo regime. Recusou por isso envolver-se em «aventuras sangrentas» que lançassem o país numa guerra civil³³³. Nesse espírito manteve-se até 14 de Março, quando o governo provisório, pela mão de António José de Almeida, publicou a nova lei eleitoral.

Esta havia de contrariar toda a propaganda republicana, consignando o sufrágio restrito da tradição liberal, atribuindo a cidadania plena apenas aos indivíduos alfabetizados e aos chefes de família com mais de vinte e um anos e mantendo os círculos plurinominais de lista incompleta que tanto criticara no passado³³⁴. Com este expediente procurava-se contrariar o predomínio dos antigos caciques monárquicos e salvaguardar o regime da influência conservadora³³⁵. Apesar de restritiva e de resultar da consulta alargada a vastos sectores republicanos, a lei concitou a animosidade da área mais radical. Esta apodava António José de Almeida de «traidor», acusando-o de confeccionar uma lei que levaria à assembleia nacional «quarenta monárquicos que fizessem a sua política» de atracção³³⁶.

³³¹ Cf. Entrevista dada pelo conde de Penela ao jornal republicano «Mundo», in Padre Avelino de Figueiredo, *ob. cit.* p. 50; Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, Edição de Autor, 1912, p. 14.

³³² Cf. Entrevista retrospectiva de Álvaro Pinheiro Chagas, *O Nacional*, ano I, n.º 58, 21-04-1915, p. 1.

³³³ Cf. Entrevista dada pelo Conde de Penela ao jornal republicano «Mundo», in Padre Avelino de Figueiredo, *ob. cit.* p. 49. A condessa de Mangualde, nas suas memórias [*ob. cit.*, p. 39], refere, porém, que já na casa de Couceiro, em Algés, se conspirava contra a república, em reuniões em que participava o conde de Mangualde.

³³⁴ Cf. *Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926)*, organização e introdução de Pedro Tavares de Almeida, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, Decreto-Lei de 14 de Março de 1911. Nas colónias adoptou-se os círculos uninominais e em Lisboa e no Porto instituiu-se a representação proporcional pelo método de Hondt.

³³⁵ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro*, vol. 2, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p. 284.

³³⁶ Cf. Luís Reis Torgal, *António José de Almeida e a República*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, pp. 117-118.

As personalidades mais proeminentes da realeza depositavam elevadas expectativas na eleição para as constituintes, anseios que viriam a revelar-se ingénuos. Radicava este optimismo exacerbado na crença de que haveria uma consulta verdadeiramente democrática, e que podendo manifestar-se em absoluta liberdade, a maioria da nação – isto é, o mundo rural, passivo e analfabeto manobrado por notáveis habilidosos – mostraria o seu profundo desagrado pela mudança de instituições.

Compreende-se assim a frustração de Paiva Couceiro face aos pressupostos políticos e ideológicos da lei e do Poder, a que ele, muito indulgente, chamou «desorientação governativa»³³⁷. Foi já referida a importância da questão eleitoral na contestação ideológica da república. Resta acrescentar que precipitou a ruptura entre Paiva Couceiro e o Governo Provisório³³⁸. Recebido em entrevista pelo ministro da guerra, no dia 16 de Março, Couceiro dirigiu um «apelo» ou «intimação» a Correia Barreto para que entregasse o Poder ou organizasse eleições livres que delegariam na soberania popular a tarefa de escolher entre a república e a monarquia. O governo conservaria a ordem e continuaria a obra de «saneamento da vida pública» e de «democratização progressiva». A legitimidade do acto encontrava-a nas dificuldades da república, ameaçada por uma guerra civil interna, e nos perigos inscritos no «modernismo social» veiculado pelo reformismo da sua obra legislativa. Couceiro acrescentava ainda a este enxúrdio as ameaças externas ao património colonial do país, ameaças que tinham origem principalmente na Alemanha³³⁹.

No final da entrevista, o antigo governador de Angola declarou que «desde esse momento por diante» terminava a complacência com que acatou a república³⁴⁰, isto é, num gesto quixotesco típico do seu espírito de cavaleiro medieval

³³⁷ Cf. AHD, 3P, A3, M716, n.º 3, «Resposta às declarações do Snr. Correia Barreto, ex-ministro da guerra da república».

³³⁸ Cf. Entrevista retrospectiva de Álvaro Pinheiro Chagas, in *O Nacional*, ano I, n.º 58, 21-04-1915, p. 1.

³³⁹ Cf. «Proposta de Paiva Couceiro ao Governo Provisório», in Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monárquica*, Lisboa, Ed. de Autor, 1912, p. 90-91; D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 186.

³⁴⁰ Cf. MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 3, «Resposta às declarações do Snr. Correia Barreto, ex-ministro da guerra da república».

deslocado, «anunciou que ia conspirar»³⁴¹. No dia 18 de Abril, o conteúdo da sua entrevista foi vertido para forma escrita, tendo o cuidado de endossar uma cópia a Correia Barreto. A 20 desse mês, para evitar algum «ataque traiçoeiro» que lhe ameaçasse a vida e a insistentes «rogos» da família, partiu para Vigo, no sul da Galiza³⁴². Mas não partiu sozinho. Secundou-o o velho amigo Freire de Andrade, antigo governador de Moçambique, enviado para uma diligência conciliatória, e o polícia Frederico Alves para lhe guardar movimentos e antecipar manobras. Para a Galiza partiu também uma horda de carbonários buliçosos no encalço dos exilados, espionando movimentações e confundindo a emigração³⁴³.

A partida de Paiva Couceiro, anunciada com estrondo, não deixou o país indiferente, atendendo à sua estatura moral e à memória de África. Os republicanos, com António José de Almeida à cabeça, qualificavam-no de «traidor»³⁴⁴. Correia Barreto, muito célere, dava ao *Mundo* a sua versão da entrevista com o «paladino». Nos sectores mais conservadores protegia-se Couceiro destes ataques³⁴⁵, iniciando-se então um processo de endeusamento que se prolongou até à sua morte, em 1944³⁴⁶. O padre Albino Júlio de Magalhães, futuro conspirador da monarquia e que foi apanhado a distribuir manifestos com origem na Galiza, descreveu aquilo que muitos julgavam ser uma fraqueza da república, o medo de Paiva Couceiro: «Evidentemente, a república arreceia-se de Paiva Couceiro, tem medo de um só homem! Tal é o estado da sua fraqueza»³⁴⁷.

A debandada de Couceiro para a Galiza teve repercussões negativas na conjura contra-revolucionária, alterando a natureza da estratégia global. Segundo testemunhos credíveis, o movimento de reacção tinha carácter interno e natureza

³⁴¹ Entrevista retrospectiva de Álvaro Pinheiro Chagas, in *O Nacional*, ano I, n.º 58, 21-04-1915, p. 1.

³⁴² D. José Luís de Almeida (Lavrado), *ob. cit.*, p. 186. Para Carlos Malheiro Dias [*Do Desafio à Debandada*, vol. 1, cit., pp. 124], «não faltavam fanáticos que se ofereceram para ir matar à Galiza o inimigo da Pátria».

³⁴³ Cf. *Diário de Notícias*, n.º 16303, 03-04-1911, p. 1.

³⁴⁴ Cf. Carlos Malheiro Dias, *Ob. cit.* 124-126.

³⁴⁵ *Vida Nova*, n.º 371, 15-06-1911.

³⁴⁶ Cf. António Pereira de Sousa, *No Julgamento de Couceiro (Discurso de defesa proferido no tribunal do 2.º distrito criminal desta cidade em 17 de Junho de 1912*, Porto, Edição do Autor, [s/d]. Leia-se ainda Francisco Manso Preto Cruz, *Paiva Couceiro - Biografia Política e o In Memoriam*, Lisboa, [s/n], 1946; Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, pp. 122-123; Vasco Pulido valente, *ob. cit.*, p. 87.

³⁴⁷ *Vida Nova*, n.º 371, 15-06-1911.

militar, «única que podia vingar». A sua atitude «desviou o movimento para a fronteira» e o seu «prestígio militar, o seu romantismo sugestivo, o seu apostolado idealista atraíram as imaginações. Foi um grande mal»³⁴⁸. Álvaro Pinheiro Chagas afirmaria anos depois que o objectivo inicial de Couceiro era entrar em Portugal «de automóvel» e «dar o grito» em Chaves, para o que contava com o Norte revoltado. Só uma «confusão de ordens» teria empurrado os descontentes para a fronteira espanhola obrigando ao seu internamento e organização³⁴⁹.

Não havia, portanto, pré-concebido, um plano que estabelecia a Galiza e a Espanha como refúgio territorial e epicentro contra-revolucionário. Como explicar então este fenómeno de emigração e consequente organização de colunas incursionistas?

Talvez valha a pena lembrar, num brevíssimo relato, que as incursões da Galiza não constituíam uma novidade na história da Península Ibérica. Após a outorga da Carta Constitucional por D. Pedro, em 1826, a reacção das forças absolutistas, afectas a D. Miguel, desencadeou uma primeira guerra civil, que envolveu a Espanha entre Novembro de 1826 e Março de 1827. Depois de alguns levantamentos militares, forças absolutistas comandadas pelo general Silveira, que era também marquês de Chaves, invadiram Trás-os-Montes na zona de Vinhais, a partir da Galiza, enquanto o visconde de Montalegre agitava Bragança e Almeida. A Sul, o brigadeiro Maggesi fazia o mesmo no Alentejo, incorporando nas suas forças combatentes voluntários e armamento fornecido pela Espanha. Entre Dezembro de 1826 e Janeiro de 1827, forças absolutistas voltaram a entrar no Minho e Beiras, alastrando rapidamente a várias regiões do país. O movimento absolutista e uma possível invasão espanhola acabariam por fracassar devido à enérgica acção das forças liberais e à chegada do exército inglês³⁵⁰. As similitudes do contexto histórico foram recordadas numa crónica da *Capital*, que aproveitou para criticar duramente o envolvimento espanhol, estabelecendo uma óbvia comparação entre 1826 e 1912³⁵¹.

³⁴⁸ Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monarchica*, cit., p. 105.

³⁴⁹ Entrevista retrospectiva de Álvaro Pinheiro Chagas, in *O Nacional*, ano I, n.º 58, 21-04-1915, p. 1.

³⁵⁰ Cf. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, «Portugal e a Instauração do Liberalismo», vol. IX, Lisboa, Editorial Presença, pp. 569-570.

³⁵¹ Cf. *A Capital*, n.º 701, 11-07-1912, p.1.

Não sabemos se as forças realistas conheciam estes episódios históricos. A fuga para a Galiza tem sido entendida como natural, atendendo à proximidade sociológica entre o norte de Portugal e aquela província espanhola³⁵². Por um lado, as tradições conservadoras das populações da Galiza, que viam na promulgação do divórcio a prova inequívoca do estado de «desordem moral» da república portuguesa³⁵³; por outro, o predomínio da religião e do caciquismo, que, tal como em Portugal, haveriam de cooperar activamente com a reacção monárquico-clerical³⁵⁴. Na Galiza, as relações dos emigrados com as autoridades locais, com os abades, os caciques e toda a aristocracia da região foram facilitadas pelo peso político do carlismo. No rescaldo do 5 de Outubro, D. João de Almeida viajou para S. Jean de Luz onde estabeleceu contacto com os apoiantes de Carlos V através de D. Tirzo Olazabal. Outros apoiantes do legitimismo, como Francisco Sousa Chichorro e António Galvão, trilharam também os caminhos da emigração, contribuindo para o «sucesso» militar da reacção. Para desconforto de D. Manuel, o miguelismo teria papel activo na preparação da primeira incursão, fornecendo as primeiras armas do «exército» de Couceiro³⁵⁵.

Durante meses, com início em Janeiro de 1911, essa província espanhola foi recebendo os descontentes com a república. Primeiro foram os titulares e capitalistas, numa debandada que deixou Lisboa descaracterizada, sem a «alta sociedade». Seguiram-se depois os oficiais demitidos ou desertores, os padres, os funcionários demitidos, ex-polícias e muitos aventureiros, uns para matar o ócio e outros apostados em fazer negócio. A transformação destes grupos numa força militar seria, aliás, tarefa muito árdua, e viria mesmo a revelar-se estéril do ponto de vista da contra-revolução.

Apesar de tudo, importa referir que o «perigo monárquico» era, no dealbar de 1911, uma forma vaga de assumir que se conspirava contra a república. Antes de mais, o «perigo monárquico» constituiu, numa fase inicial, uma construção propagandística do radicalismo republicano para defesa do regime. Muitos carbonários, que o jornalista da *Capital*, Silva Passos, estimava como «bons e exagerados

³⁵² Cf. Sílvia Enrich Marcet, *Las Tentativas de Restauración Monárquica Portuguesa En Relación con España 1911-1912*, Salamanca, Caja Duero, 2004, p. 136; *A Capital*, ano 1, n.º 279, 13-04-1911, p. 1.

³⁵³ Cf. *El Correo de Galicia*, ano IX, n.º 3003, 17-12-1910, p. 1.

³⁵⁴ *Ibidem*; *A Capital*, ano 1, n.º 279, 13-04-1911, p. 1.

³⁵⁵ Cf. Manuel de Bethencourt e Galvão, *ob. cit.*, pp 170-172; Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 162.

patriotas», enchem as ruas de Lisboa de uma «atmosfera de medo e terríveis suspeitas»³⁵⁶ porque estavam empenhados na «política do terror». Os enviados da imprensa portuguesa à Galiza não encontraram um ambiente de conspiração nem a atmosfera marcial que antecede o deflagrar de uma guerra civil. Pelo contrário. O repórter da *Capital* encontrou apenas um «inofensivo cenáculo» de conspiradores e um «soalheiro de coscuvilhice»³⁵⁷. Significa que exceptuando os radicais, a república desvalorizava o «perigo monárquico», mofava dos conspiradores e apelidava sarcasticamente a contra-revolução de «Petisqueira», epíteto que tinha origem na alcunha de um padre angariador de Vila Nova de Cerveira, o «Petisco»³⁵⁸. Havia tamanho optimismo que o próprio António José de Almeida terá afirmado que Couceiro «seria seguro pela gola do casaco pela primeira patrulha, ao ultrapassar a fronteira»³⁵⁹.

Os meandros da reacção monárquico-clerical, no exílio, pareciam confirmar esta suspeita. O silêncio de D. Manuel dera ânimo aos correligionários de D. Miguel para sair de um estado de semi-obscuridade e desenvolver intensa actividade política. A propaganda ao legitimismo tinha no jornal *A Nação*, naturalmente poupado pela fúria republicana para aprofundar a divisão entre monárquicos, o seu instrumento mais adequado. Ao velho periódico juntavam-se agora os múltiplos panfletos que eram distribuídos em vários quartéis, como aconteceu na 2.ª divisão militar, com sede em Viseu.

A estratégia dos legitimistas consistia em demonstrar a superioridade moral da instituição monárquica, atribuindo ao sistema constitucional todos os defeitos e todas as responsabilidades pela crise da nação. D. Miguel emergia na retórica tradicionalista como o messias salvador, exaltado pelo seu aguerrido séquito: «O Senhor Dom Miguel é hoje o único homem que pelas suas qualidades pessoais como Rei e como particular, pode sustentar o País na beira do precipício para que o atiram os erros das últimas administrações e actualmente, a anarquia

³⁵⁶ Cf. *A Capital*, ano 1, n.º 279, 13-04-1911, p. 1.

³⁵⁷ *Ibidem*.

³⁵⁸ O *Petisco* convenceu um artilheiro reformado a colaborar no movimento realista. Este, depois de regressar de Tui, contou que lhe ofereceram cem mil réis para encavar as peças da bateria de Viana. O burlesco episódio estaria na origem do atributo de «Petisqueira». Cf. Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada*, vol. II Cheque ao Rei, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 27.

³⁵⁹ *Ibidem*.

republicana»³⁶⁰. J. Nunes de Freitas, criticando o sistema constitucional pela decadência de Portugal, escrevia naquele órgão de imprensa que a restauração de D. Manuel não seria mais do que um «capricho» que nada contribuiria para a «grandeza de Portugal» nem para «o bem-estar» dos portugueses³⁶¹.

O perigo miguelista poderá ter motivado uma nova atitude em D. Manuel. Este recebia em Richmond, na mansão que, segundo algumas fontes, lhe oferecera Jorge V³⁶², muitos emissários civis e eclesiásticos e do Brasil chegavam as subscrições financeiras que traziam o monarca exilado numa certa esperança no movimento restauracionista³⁶³. Empenhado então em «voltar a Portugal d'alma e coração», D. Manuel incitava os seus fiéis a organizar em Portugal um «Directório para o partido monárquico, para poder dirigir o movimento, que se há-de dar» e, ao mesmo tempo, evitar dissídios e a divisão das forças realistas³⁶⁴. Para iniciar a dinâmica organizativa, instou com Luís de Magalhães para que contactasse as personalidades mais influentes do Porto, isto é, os capitalistas e comerciantes ligados às importantes associações nortenhas, como a «Associação comercial» e a «associação industrial». Tratava-se, portanto, de mobilizar as forças produtivas, a burguesia industrial e comercial, assim como os antigos caciques e notáveis, e atrai-los para um movimento restaurador.

A iniciativa encontrou a resistência de Luís de Magalhães que não julgava o momento oportuno para «mover mto os elementos políticos. O essencial no primeiro momento é a acção militar»³⁶⁵. O tão desejado directório não foi constituído e D. Manuel começava a ver contestada a sua estratégia política. Mas qual era então a tática dos monárquicos para restaurar o trono?

Havia três vias estabelecidas pelos principais estrategas do movimento de reacção: a primeira era constituída pelo tradicional golpe ou pronunciamento, de natureza militar, estratégia que era defendida por Luís de Magalhães, o principal teórico do constitucionalismo monárquico deste período e um dos

³⁶⁰ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 2, pasta 2.

³⁶¹ *A Nação*, 64.º ano, n.º 15084, 21-03-1911, p.1.

³⁶² Segundo Gaspar de Abreu, o paço de Fulwell Park foi uma «generosa dávida de Jorge V». Cf. *ob. cit.*, p. 192.

³⁶³ Cf. carta de Manuel Teixeira Gomes a João Chagas, in *Correspondência I - Cartas para Políticos e Diplomatas* (colectânea, introdução e notas de Castelo Branco Chaves, pp. 30-31.

³⁶⁴ BNP, ELM, doc. n.º 9413, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, sem data.

³⁶⁵ BNP, ELM, doc. n.º 12052, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data [Abril de 1911?].

estratégias da restauração³⁶⁶, a segunda tinha em vista a execução de uma revolta popular, potenciando o seu descontentamento, mas era de difícil execução, atendendo à republicanização do sul do país, e tinha resultados imprevistos; a terceira era a revolução, combinando o elemento militar com o elemento civil, estratégia defendida por Paiva Couceiro³⁶⁷.

Apesar das profundas diferenças estratégicas, parecia haver unanimidade quanto ao principal objectivo do movimento, fosse revolução, revolta ou simples pronunciamento: devia culminar na organização de um governo militar. Quanto às suas competências, persistiam duas teses antagónicas, reflectindo uma cisão óbvia entre os manuelistas assumidos e aqueles que seguiam Paiva Couceiro no seu projecto plebiscitário. Para Luís de Magalhães, o governo militar restaurava a ordem, convocava as câmaras legislativas e restaurava a monarquia constitucional na pessoa de D. Manuel³⁶⁸. Para Paiva Couceiro, além de restaurar a ordem e a autoridade, o governo militar entregava ao povo soberano a decisão de escolher entre a monarquia e a república, recorrendo ao expediente de «eleições livres e leais»³⁶⁹.

Esta divergência de Couceiro com D. Manuel e com o constitucionalismo monárquico haveria de assumir contornos mais dramáticos. Por agora achava-se plasmada no panfletarismo contra-revolucionário desse Verão de 1911, confirmando as antinomias estratégicas entre o movimento da Galiza e a conspiração interna. A propaganda da Galiza, obedecendo ao projecto de neutralidade de Paiva Couceiro, não fazia referências explícitas à restauração do trono, apesar da retórica em torno da bandeira azul e branca. Nas matas de Vinhais, a coluna couceirista tinha como estandarte uma bandeira azul e branca sem coroa. Já os panfletos produzidos pelo movimento interno evocavam a «causa monárquica» e faziam a apologia da restauração: «está pois em marcha a revolução monárquica»³⁷⁰. Eram os primeiros sintomas de uma divisão que se acentuará

³⁶⁶ Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, pp. 206-223.

³⁶⁷ Cf. Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada. I O Pesadelo*, cit., pp. 92-103.

³⁶⁸ BN, ACNC, ELM, doc. n.º 12052, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data [de Abril de 1911?].

³⁶⁹ Paiva Couceiro, «Manifesto ao povo português» (Outubro de 1911), in Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da causa Monárquica*, cit., pp. 99].

³⁷⁰ MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, maço 215, doc. n.º 15, panfleto intitulado «O Dia da Revolução».

durante os anos vindouros, contribuindo para a fraqueza do movimento monárquico em Portugal. Muitos não entendiam a obsessão plebiscitária de Couceiro, que foi forçado a esclarecer o significado desta opção política³⁷¹.

A leitura de um desses documentos revela que o projecto plebiscitário não resultava de nenhuma excentricidade mas estava de acordo com o que Couceiro defendera no final da monarquia, quando estabeleceu o projecto de uma «ditadura plebiscitária» que reformaria a vida política nacional. Não sabemos qual o verdadeiro significado dessa «ditadura plebiscitária». Sabemos, porém, que a finalidade do movimento neutro consistia, afinal, em restaurar «D. Manuel bem rodeado», sem os políticos e conselheiros do rotativismo. Crente que o sentimento do povo estava «cristalizado nos antecedentes, e rebelde a inovações vermelhas», Couceiro vislumbrava no movimento neutro a fórmula eficaz para fazer da restauração um movimento nacional. Aclamado o rei por «um movimento de opinião», plano que fora sugerido por Canovas para restaurar Afonso XII em Espanha³⁷², a realeza obteria da consagração popular a legitimidade necessária para governar o país.

O «Comandante» afirmava então que «o Povo é a origem de toda a soberania. Por conseguinte ninguém tem o direito de lhe impor Soberanos com armas na mão». O plebiscito constituía o único processo que impedia a continuação do «estado revolucionário», pois conferia legitimidade natural ao «indivíduo», fosse o monarca ou o cidadão republicano³⁷³. Na verdade, o monarquismo de Paiva Couceiro, que evoluirá para formas mais conservadoras e elitistas, radicava numa profunda crença quanto à vocação da realeza, enquanto tradição, para reatar os «destinos históricos da nação». Mas seu combate terá sempre em mente este princípio tradicionalista, desvalorizando qualquer simpatia com as casas reinantes³⁷⁴.

³⁷¹ MNE, AHD, 3P, A3, M716, carta dactilografada de Paiva Couceiro a Satúrio Pires, de 24 de Agosto de 1911.

³⁷² Raymond Carr, *ob. cit.*, p. 22. Não o permitiram os generais que restauraram a coroa através de uma revolta militar dirigida por Martinez Campos.

³⁷³ MNE, AHD, 3P, A3, M716, carta dactilografada de Paiva Couceiro a Satúrio Pires, de 24 de Agosto de 1911.

³⁷⁴ Cf. Henrique de Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de Autor, 1917, p. 92. Em 1929 dirá ainda Paiva Couceiro: «Não mudo. Hoje, como ontem, e como sempre, não sirvo pessoas. Sirvo a minha Pátria. Deus, e a Pátria. Quanto ao rei, só, e apenas, enquanto ele se identificar com o interesse nacional. Quando em minha consciência entenda que não se identifica, corto-o. Mas não faço outro. As cortes gerais que o façam», [BNP, ELM, doc. n.º 728, Carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, 19-01-1929].

As movimentações da reacção aumentaram de intensidade, agravando o clima de tensão e ódio, através da circulação de novos panfletos contra-revolucionários que proclamavam o óbito político do regime: «A república está morta. Morreu no dia em que perseguiu a *magistratura, a imprensa e a religião*. Morta a república, falta apenas fazer-lhe o enterro: é preciso que vá em caixão de chumbo, bem calcado do exorcismo da cal purificadora, e atirá-la para a carreta dos enterros civis. Logo que o caixão de chumbo esteja pronto, a república descerá ao túmulo. Assim o quer o Povo Português, assim o ordena a consciência colectiva»³⁷⁵. O panfletarismo reaccionário expelia ameaças que o governo provisório e os republicanos radicais levaram a sério, numa época em que o «perigo monárquico» era algo mais do que uma elaborada maquinação dos radicais. Foi para enfrentar esse «perigo monárquico» que se desencadeou uma série de mecanismos no Verão de 1911.

A partir de Maio era já visível o recrudescimento de diferentes tramas conspirativas e o «perigo monárquico» passou a ser mais real. Parece existir uma relação directa entre este fenómeno e os preparativos para as eleições constituintes, que o ministério do interior convocou para 28 de Maio. É forçoso reconhecer que a intensidade da contra-revolução foi proporcional aos progressos político-institucionais no sentido de aprofundar a legalidade e a legitimidade da república. Se até então o conflito religioso estava no centro de todo o processo de contestação, o processo eleitoral criou um novo foco de tensão e controvérsia, aprofundando a clivagem político-social já então irreversível. A retórica da reacção acusava o governo provisório de confeccionar os deputados republicanos e atentar contra os princípios da democracia. Como se sabe, a lei de 14 de Março determinara a eleição de 226 deputados e, destes, 91 foram efectivamente nomeados, na medida em que se dispensava a realização de eleições nos círculos onde não se apresentassem candidaturas da oposição.

Da Galiza, Paiva Couceiro explorava as contradições ideológicas do campo republicano, afirmando que «os paladinos do liberalismo são esses que legalizam regimes com os votos da fuzilaria, e sujeitam o sufrágio universal aos manda-

³⁷⁵ MI, DGAPC, 1.ª Rep., caixa 3, maço 215, doc. n.º 15, panfleto intitulado «O Dia da Revolução».

tos imperativos da ditadura»³⁷⁶. Os panfletários exprobraram o acto eleitoral em textos inflamados, em que acusavam os republicanos de operar sob o signo da repressão e da «autocracia do Directório Republicano», acabando por proclamar enfaticamente a eleição como acto «írrito e nulo»³⁷⁷. Por essa altura, Couceiro dirigiu-se ao exército em correspondência secreta que fez entregar a muitos oficiais, apelando para a sua «consciência» e o seu «patriotismo» para intervir e determinar o futuro da nação³⁷⁸.

Foi neste clima de tensão político-eleitoral que se agravou o conflito entre republicanos e os sectores monárquico-clericais. À medida que aumentavam os boatos de contra-revolução monárquica, intensificava-se a vigilância, a violência e a repressão protagonizada pelos carbonários e outros grupos de civis. O boato tomou conta da sociedade portuguesa, revelando graves consequências sociais e até económicas³⁷⁹, que o governo foi obrigado a reprimir e a punir com pena de prisão. Muitos cidadãos incautos foram encarcerados por espalharem boatos ou apenas por motivos fúteis, vinganças e enganos absurdos³⁸⁰, muitas vezes por acção directa de grupos de carbonários, que denunciavam e prendiam de forma arbitrária e ilegal³⁸¹.

Durante este período aumentou também a emigração, não só nas classes abastadas mas também entre os mais pobres do mundo rural. A maioria da emigração popular tinha como destino a América do Sul, para onde embarcava a partir de portos espanhóis, devido às condições de pobreza e miséria que se agravaram neste período. A estas razões pode acrescentar-se a reforma do exército que obrigou a um alargamento da base de recrutamento, provocando um aumento considerável do número de deserções, em especial nas províncias do Norte. Alguns dos que emigraram ou desertaram acabaram por se juntar

³⁷⁶ Henrique Paiva Couceiro, «Aclarações à proposta apresentada ao Governo Provisório», 6-05-1911, in Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 92-93.

³⁷⁷ *Ibidem*, pp. 94-95, manifesto de 31 de Maio de 1911.

³⁷⁸ *Ibidem*, pp. 93-94, manifesto de Junho de 1911.

³⁷⁹ Cf. *Diário de Notícias*, n.º 16339, 9-05-1911, p. 1].

³⁸⁰ Em Julho de 1911, só no Porto havia 48 pessoas presas por propagar boatos contra o regime. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 34.

³⁸¹ Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 32, n.º 228; *Diário de Notícias*, n.º 16358, 28-05-1911, p.1.

aos conspiradores monárquicos da Galiza³⁸². Até Outubro de 1911, a emigração para Espanha não cessou de crescer, especialmente nos distritos fronteiriços do Norte, obrigando as autoridades a medidas especiais para evitar esta sangria populacional. Entre 1910 e 1913 emigraram oficialmente 265 737 portugueses.

Havia uma atmosfera de perturbação constante na sociedade portuguesa, fomentando actos de rebelião que açulavam as perseguições e a acção repressora dos radicais. O «perigo monárquico» decorrente das tensões político-ideológicas e sociais deste período tem sido algo menosprezado, vislumbrando-se nas conspirações e *complots* anunciados pela imprensa meras «invenções» da república para legitimar a violência repressiva³⁸³. Esta interpretação está longe de corresponder à realidade dos factos, porque considera apenas a fraqueza efectiva da Galiza e omite o alcance real do movimento interno, sobretudo depois da publicação da lei de separação e das eleições constituintes. Com efeito, depois do famoso *complot* de Lamego³⁸⁴, e até esse Verão, foram detectadas conspirações em Viseu³⁸⁵, Aveiro³⁸⁶, Coimbra³⁸⁷, Guarda³⁸⁸, Castelo Branco, Porto³⁸⁹ e Lisboa.

O espírito anti-republicano de alguns regimentos da província era favorável a conjuras armadas, como acontecia no Norte, em Braga, Chaves e Bragança, onde as «tradições conservadoras e religiosas» explicam o fermento do dissídio, de indisciplina militar e das muitas deserções³⁹⁰. Em Chaves, os regimentos de cavalaria 6 e infantaria 9 «não oferecem garantias de absoluta confiança» às autoridades militares. Entre 3 e 7 de Agosto terão desertado para a Galiza 24 soldados e 1 cabo, instigados pelas mães, que lhes prometiam melhor soldo,

³⁸² Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 83; IAN/TT, MI, DGAPC, maço 33, Relatório da Polícia Especial de Repressão da Emigração Clandestina, fl. 395.

³⁸³ Vasco Pulido Valente escreveu mesmo que o governo provisório «inventava constantemente conspirações». Cf. *Um Herói Português. Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Aletheia, 2006, p. 85.

³⁸⁴ Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pastas 5 e 6.

³⁸⁵ Cf. *Ibidem*, caixa 2, pastas 7 e 9.

³⁸⁶ Cf. IAN/TT, DGAPC, maço 32, n.º 310.

³⁸⁷ Cf. *Diário de Notícias*, n.º 16349, 19-05-1911, p. 1.

³⁸⁸ Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 3.

³⁸⁹ Cf. IAN/TT, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 215; Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), [folheto sem título], [s/l], [s/n], 1928, pp. 4-5.

³⁹⁰ Hipólito de la Torre Gomez e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 84, 443-446. Veja-se a correspondência militar dos jovens turcos em Francisco Ribeiro da Silva [introd. e notas], *ob. Cit.*, pp. 79-80.

rancho melhorado e que exortavam os filhos a que as «ajudem a salvar a religião que a República, segundo dizem, quer roubar e para restabelecer a monarquia»³⁹¹. Na fronteira, civis e militares, ex-polícias e ex-oficiais, aliciavam homens para o exército da Galiza, oferecendo quantias em dinheiro³⁹². Em Bragança registou-se a prisão de vários civis e militares, numa região em que avultavam os oficiais realistas Adriano Madureira Beça e o sobrinho Augusto Madureira Beça, e onde o padre e o cacique criavam uma atmosfera alarmante de boatos e intrigas. Bragança constituía o exemplo paradigmático da realidade sociológica de província, permeável ao poder das elites locais e da sua capacidade de manobrar os espíritos. Era o ambiente propício para desenvolver qualquer trama conspirativa e por isso as autoridades militares consideravam a região «um foco de conspiradores mais ou menos latentes»³⁹³.

Em Junho, a imprensa dava conta da descoberta de um vasto plano contra-revolucionário no Algarve, com ligações à Capital, e que era chefiado pelo tenente Alberto Soares, oficial que a «canalha republicana» assassinou em Julho de 1912. As referências ao processo de aliciamento de soldados para a Galiza e os meios de pagamento envolvidos, identificados por Álvaro Pinheiro Chagas, tesoureiro da emigração, mostram que a conjura era verdadeira e o perigo para a república era bem real³⁹⁴.

Mas Lisboa era uma cidade onde a república se encontrava consolidada, suportada pelos sectores mais radicais do republicanismo e da carbonária. Era por isso no Porto que se concentravam as movimentações conspiratórias, pois a guarnição da cidade era reconhecida por não ter «um grande culto pela República»³⁹⁵. O conde de Penela, antes de sair para a Galiza, dirigiu-se ao Porto com uma carta de Paiva Couceiro destinada a Alberto Margaride, futuro governador civil do Porto (1918), pedindo «auxílio para um movimento monárquico iniciado no

³⁹¹ *Ibidem*, p. 105.

³⁹² Na região das Beiras o aliciamento era feito a partir de Cidade Rodrigo, onde se oferecia 10 mil réis diários e se afirmava contar já o exército realista com 600 homens. Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 3.

³⁹³ Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 4.

³⁹⁴ *Diário de Notícias*, n.º 16380, 19-06-1911.

³⁹⁵ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 116, carta do tenente Manuel Luís dos Santos a Sá Cardoso.

País»³⁹⁶. Este pôs o emissário de Couceiro em contacto com o general Pimenta de Castro, que era nessa altura comandante da 3.^a divisão militar, e já então visto como «perigoso para a república»³⁹⁷. O general, que veio a ser acusado de conivência com os emigrados, quando era ministro da guerra do primeiro governo constitucional republicano, chefiado por João Chagas, teria concordado com um certo «desnorreamento» da república. Segundo Margaride, Pimenta de Castro terá afirmado que se o regime não modificasse o caminho trilhado, que ele justificava com o prolongamento do período revolucionário, «então teria de pensar na melhor forma de salvar o País»³⁹⁸.

O depoimento de Alberto Margaride é ilustrativo da desconfiança precoce de Pimenta de Castro sobre a marcha da república, atitude que reflectia talvez a animosidade que aos poucos se foi apoderando da maioria da oficialidade. Por outro lado, o seu testemunho denuncia a existência, na região do Porto, de um acentuado descontentamento militar, envolvendo oficiais que aliciavam sargentos para um movimento contra-revolucionário³⁹⁹. Muita desta actividade conspirativa era consequente, como prova o aumento de contrabando de material de guerra. Em Ponte da Barca, o governador civil de Viana do Castelo apreendeu 55 pistolas automáticas, 4 carabinas, 38 cartuchos para carabinas e 400 cartuchos para pistola⁴⁰⁰. No mar cantábrico foi por essa altura apreendido um barco alemão de nome «Gemma», carregado de armamento para os conspiradores da Galiza⁴⁰¹. Todas estas movimentações davam a impressão de que o movimento contra-revolucionário devia eclodir entre Junho e Julho, facto corroborado por alguns aliciados na fronteira⁴⁰².

O ambiente era pois de Guerra Civil e as autoridades reagiram a uma ameaça que, não sendo sufocada, poderia colocar em perigo o regime. Mandaram-se por

³⁹⁶ Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), [Folheto sem título], 1928, p. 4.

³⁹⁷ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 120, carta do tenente Manuel Luís dos Santos a Sá Cardoso, datada de Abril de 1911.

³⁹⁸ Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), [Folheto sem título], 1928, p. 4.

³⁹⁹ *Ibidem*, pp. 4-5.

⁴⁰⁰ *Diário de Notícias*, n.º 16382, 21-06-1911, p. 1.

⁴⁰¹ O barco alemão foi apreendido devido à espionagem republicana portuguesa e espanhola e continha 144 caixas com 4 mil armas, 8 peças de artilharia Krupp e 1 milhão de cartuchos. Cf. Abílio Maia, *ob. cit.*, 110 e ss.

⁴⁰² Cf. AHM, 1.^a divisão, 33.^a secção, caixa 2, pasta 3; veja-se, ainda, Hipólito de La Torre Gomez, *ob. cit.*, p. 97.

isso vigiar as fronteiras para evitar a incursão de «bandos armados», o recrutamento de homens para a Galiza e a «introdução de armas no país»⁴⁰³. O «perigo monárquico» obrigava as autoridades a adoptar medidas extraordinárias, como a mobilização militar de Junho e Julho de 1911, decidida por Correia Barreto. Em dois meses foram convocadas pelo Ministério da Guerra dez mil reservistas das sete divisões do exército. Não se tratava apenas de preparar as forças armadas para um perigo iminente, mas igualmente de verificar a sua dedicação ao regime republicano⁴⁰⁴. Tal objectivo estava por isso em contradição com as afirmações do Governo Provisório, segundo as quais o exército se encontrava inequivocamente ao lado da nova ordem política⁴⁰⁵. As medidas militares incluíram o reforço das divisões militares de Braga, Vila Real e Lamego, acrescidas da mobilização de algumas forças navais para vigiar a costa e evitar um qualquer ataque marítimo⁴⁰⁶.

A mobilização das forças governamentais teve ecos imediatos na Galiza. Sem outros meios para além da propaganda, a emigração distribuiu pelas populações nova remessa de panfletos, com os quais almejava indispor as famílias contra esta operação militar que retirava «milhares de braços produtores» aos campos. O panfleto servia igualmente para refutar as acusações que então inundaram a imprensa, como aquela que afirmava que em Espanha se preparava uma invasão estrangeira: «A república FALTA À VERDADE dizendo que esses Portugueses se fazem acompanhar de Espanhóis assalariados»⁴⁰⁷.

Entretanto, a assembleia nacional constituinte, que reuniu pela primeira vez a 19 de Junho, dedicou parte dos trabalhos parlamentares a analisar o «perigo monárquico». A acção contra-revolucionária seria abordada pelo deputado Alfredo de Magalhães, em sessão de 23 de Junho. O tribuno republicano referiu a existência de um movimento subversivo que se encontrava munido de armas de guerra e munições devido a acções de contrabando. Relatou ainda a existência de comandos monárquicos na zona de fronteira para terminar em tom de verdadeira indignação: «Não pode ser assim. É necessário que tenhamos uma confiança

⁴⁰³ Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, pasta 3.

⁴⁰⁴ Cf. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 14-07-1911.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, 03-07-1911, p. 23.

⁴⁰⁶ Hipólito de La Torre Gomez, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 63.

⁴⁰⁷ IAN/TT, MI, DGAPC, 1.ª repartição, caixa 3, maço 215, doc. n.º 15.

cega nas tropas que guarnecem a fronteira, porque o inimigo tem a suficiente força para determinar, no norte do país, uma agitação que, explorando a ignorância do povo e da região, poderá criar os mais sérios embaraços ao governo da República»⁴⁰⁸.

Na resposta, Teófilo Braga reconheceu que a «reação natural» vinha do «capitalismo», do «militarismo» e do «clericalismo». Mas de todas, o «clericalismo jesuítico» era aquele que maior preocupação levantava e a república devia preparar-se para ele⁴⁰⁹. Já Correia Barreto, titular da pasta da guerra, analisou as providências tomadas para vigiar a fronteira, com forças do exército e da marinha. Abordou também a questão dos oficiais monárquicos para referir que era «muito perigoso dar-se um oficial como suspeito sem para isso ter provas irrecusáveis». Em face da dificuldade, Correia Barreto transferia os oficiais duvidosos para o Estado-Maior⁴¹⁰.

Na assembleia constituinte, o Governo Provisório, pela voz de António José de Almeida, ministro do interior, desvalorizou o perigo da Galiza, mostrando que as instituições estavam preparadas para receber o «traidor» Paiva Couceiro e as suas forças, «quer se apresentem para uma guerra regular, quer de guerrilha ou de montanhas». Informou ainda a câmara que em Chaves se encontrava Luz de Almeida, o chefe da Carbonária, à frente duma «comissão de vigilância e fiscalização»⁴¹¹. Era um nome pomposo para os cerca de dois mil carbonários que seguiram para a fronteira do Norte, investidos da missão de vigilância e repressão dos agentes contra-revolucionários, dentro e fora de Portugal⁴¹².

O governo, através da câmara, enviava ao país e ao estrangeiro sinais de estabilidade e confiança, no momento em que a constituinte se preparava para eleger o presidente da república e entrar numa nova era de legalidade constitucional. Este era, porém, um sossego ilusório, como prova a discussão, na própria assembleia constituinte, de um projecto de lei que permitia julgar e condenar os conspiradores, sob proposta de Álvaro de Castro⁴¹³. A existência de um tribunal de

⁴⁰⁸ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 28-06-1911, p. 4.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 5.

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 6.

⁴¹¹ *Ibidem*, 30-06-1911, p. 8.

⁴¹² Cf. Hipólito de La Torre Gomez, *ob. cit.*, p. 63.

⁴¹³ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão de 21-06-1911, p. 7.

excepção repugnou aos espíritos mais conservadores, como António Granjo, mas era defendido pelos mais radicais como indispensável à defesa da república⁴¹⁴.

2. Do 29 de Setembro à I Incursão

A evolução política e institucional da república, a caminho da sua legitimidade constitucional, acabaria por açodar o movimento contra-revolucionário. A aprovação da constituição republicana, em 21 de Agosto, e a eleição do presidente da república, Manuel de Arriaga, a 24, contribuiram para a consolidação da república e exasperavam os monárquicos. O fim do período ditatorial, não só conferia legitimidade à república como abria as portas ao seu reconhecimento internacional. A república tinha sido oficialmente reconhecida por repúblicas da América do Sul, como a Argentina e o Brasil, em 22 de Outubro de 1910. Já os EUA e depois a Inglaterra faziam depender o reconhecimento oficial depois de eleita uma assembleia constituinte. Mas se os EUA reconheceram o regime em 11 de Maio de 1911, as potências europeias, lideradas pela Inglaterra, só oficializaram esse reconhecimento depois de aprovada a constituição: a França em 25 de Agosto, a Espanha, a Grã-Bretanha, a Alemanha e Áustria em 11 de Setembro⁴¹⁵.

A presença de D. Manuel em Inglaterra, onde era muito considerado junto da corte inglesa e de alguns políticos, como o próprio Churchill, terá influído na resistência deste país para um reconhecimento do regime republicano⁴¹⁶. Em Londres havia quem pensasse que a entrada de Couceiro poderia atrasar o reconhecimento do regime⁴¹⁷. Exasperado, D. Manuel lamentava que o reconhecimento oficial da Inglaterra e da Espanha coincidisse com os avanços contra-revolucionários. Para o rei exilado, a diplomacia era «mais uma complica-

⁴¹⁴ *Ibidem*, 14-07-1911; 21-07-1911.

⁴¹⁵ Cf. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 80.

⁴¹⁶ Cf. John Vicent-Smith, *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 47; D. José Luís de Almeida (Lavrado), *ob. cit.*, p. 203.

⁴¹⁷ Manuel Teixeira Gomes, *Correspondência I - Cartas para Políticos e Diplomatas* (colectânea, introdução e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Portugália Editora, 1960, carta a João Chagas, de 07-09-1911, p. 61.

ção, sobretudo por causa da Espanha. Reconhecer uma república anárquica no momento em que está talvez a rebentar uma revolução!!»⁴¹⁸.

Apesar do reconhecimento internacional, em alguns países havia quem coadjuvasse os esforços realistas para repor o trono em Portugal. João Chagas, então em Paris, soube pelo ministro do interior francês que se «projectava um grande empréstimo, garantido por ‘três testas coroadas’, para derrubar a República portuguesa». Chagas procurou aprofundar a informação, mas soube apenas que as reuniões tinham decorrido em Munique, no palácio do príncipe regente da Baviera. As «três testas coroadas» seriam a Alemanha, a Áustria e a Espanha⁴¹⁹. Em Londres, Manuel Teixeira Gomes dava conta de grandes movimentações e das relações de proximidade entre Soveral e a família real⁴²⁰.

A relação diplomática entre Espanha e a república portuguesa ficará marcada pelas desconfianças de ambas as partes. Aparentemente, Espanha via com maus olhos a existência, junto da sua fronteira, de um regime radical que dava alento aos republicanos internos. Isso explica a protecção que o governo de Madrid concedeu aos emigrados da Galiza⁴²¹. O seu ministro em Lisboa, marquês de Villalobar, desempenhou um papel crucial na contra-revolução monárquica. Sabemos já, de acordo com o testemunho de Gonçalo Pimenta de Castro, que foi na sua embaixada que se forjou a «primeira conspirata» monárquica. As informações que enviava para Madrid faziam acreditar ao governo de Canalejas que o descontentamento nacional era grande, tanto nos meios militares como entre a população do norte do país. Em Abril de 1911, oficiava para Madrid que a «restauração estava para breve» e por isso conviria não «comprometer a monarquia espanhola». Advogou por isso uma política que fosse distraíndo o Governo Provisório⁴²².

⁴¹⁸ D. José Luís de Almeida (Lavrado), *ob. cit.*, p. 203.

⁴¹⁹ Cf. Noémia Malva Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, Edições Minerva, 2006, p. 38.

⁴²⁰ Cf. Manuel Teixeira Gomes, *ob. cit.*, p. 62.

⁴²¹ Sobre a relação de Portugal com a Espanha durante este período, veja-se, Hipólito de La Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal (1910-1912)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1912; Sílvia Enrich Marcet, *Las Tentativas de Restauración Monárquica Portuguesa en Relación con España (1911-1912)*, Salamanca, Caja Duero, 2004; Soares Martínez, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais [1910-1926]*, Lisboa, Verbo, 2001.

⁴²² Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 53-54.

Na verdade, havia em Espanha duas posições distintas face ao regime recém instalado em Portugal. Afonso XIII mantinha contactos estreitos com a família real portuguesa, tanto que D. Manuel intercedeu junto do monarca espanhol para que intervisse na recuperação das propriedades familiares dos Braganças⁴²³. Na corte havia quem se solidarizasse com a causa real de D. Manuel, e no Verão de 1911 corria em Madrid que Garcia Prieto, ministro de Estado, tinha favorecido a introdução de armas em Portugal por «expresso desejo do monarca»⁴²⁴. Já o chefe de governo, José Canalejas, era contrário a uma intervenção restauracionista de Espanha e até ao simples apoio aos emigrados.

É certo que, em Janeiro, Canalejas informou o embaixador inglês que a anarquia reinante em Portugal poderia dar azo a uma intervenção espanhola, mas nunca sem o conhecimento dos britânicos. Estes, como seria de esperar, desaconselharam o gesto⁴²⁵. Isto apesar de haver em Londres uma desconfiança muito grande para com a república portuguesa, especialmente sensível ao radicalismo anticlerical de Lisboa⁴²⁶. Mas a Galiza conservadora parecia sensível à causa da monarquia lusa, para além dos lucros obtidos com a alimentação e alojamento dos conspiradores⁴²⁷. As autoridades provinciais, apesar das orientações de Madrid, tudo fizeram para auxiliar os emigrados portugueses⁴²⁸.

As autoridades republicanas protestaram desde o início contra a concentração de emigrados na Galiza, por intervenção de Bernardino Machado, ministro dos negócios estrangeiros, e através do seu ministro em Madrid, Augusto de Vasconcelos. Pretendiam o internamento dos principais dirigentes da emigração, como Paiva Couceiro e o seu séquito directo, em províncias distantes da fronteira⁴²⁹. Mas só em Junho, depois da agressão do chefe miguelista D. João de Almeida ao cônsul de Portugal em Verin, Arnaldo Fonseca, as autoridades espanholas deram ordem de expulsão dos povoados fronteiriços. Em Agosto,

⁴²³ Javier Tusell e Genoveva G. Queipo de Llano, *Afonso XIII El rey polémico*, 2.ª ed., Madrid, Taurus, 2002, p. 217.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 221.

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 219.

⁴²⁶ Cf. Jonh Vicent-Smith, *ob. cit.*, pp. 46-47; Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 58.

⁴²⁷ Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, doc. n.º 806.

⁴²⁸ Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 128; Maria Tereza de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 43; IAN/TT, MI, DGAPC, maço 33, fl. 366.

⁴²⁹ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 50-51.

nova ordem de Madrid obrigava ao internamento dos emigrados na província de Leão. Os grupos de «combatentes» iniciaram então uma «peregrinação» à volta dos mesmos povoados, na esperança de que as diligências realizadas em Madrid obstassem à mobilização⁴³⁰. A 19 de Agosto, e depois a 23, as autoridades espanholas prorrogaram o prazo de expulsão dos emigrados, evitando assim a derrocada dos preparativos em curso e o descalabro do próprio movimento externo⁴³¹.

O governo português geriu a crise no terreno diplomático, tecendo várias acusações à monarquia espanhola, enquanto internamente acicatava os sectores mais radicais contra o país vizinho⁴³². Para além de manifestações de protesto organizadas em Lisboa, os radicais publicaram panfletos e cartas abertas em que acusavam a «Espanha reaccionária» de dar guarida e protecção aos «bandidos» monárquicos⁴³³. Havia, porém, uma diferença de percepção sobre a ameaça realista que ajuda a compreender a posição das autoridades dos dois países. Em Portugal, a presença de nacionais na fronteira era entendida como uma ameaça e, acima de tudo, como uma afronta. Espanha, por sua vez, olhava para os conspiradores como «visionários inofensivos que falavam muito e faziam pouco». A ausência flagrante de recursos e de organização, conhecida das autoridades espanholas, explica talvez a sua tolerância para com os conspiradores portugueses⁴³⁴.

Espanha transigiu efectivamente com os emigrados. As autoridades locais praticaram conscientemente uma política de convivência, que muitas vezes significava desobedecer às ordens de Madrid. Mas, como veremos ao longo deste livro, essa convivência prolongou-se por vários anos. Na Galiza, beneficiou da protecção dada pelo caciquismo, pela aristocracia e em geral pelas forças reaccionárias, afectas ao movimento carlista e à igreja católica. Na corte, graças à simpatia pela causa monárquica portuguesa e pelo sonho expansionista que então animava Afonso XIII. Esta realidade obrigou Portugal a um forte investimento na diplomacia, primeiro com Augusto de Vasconcelos e depois com José Relvas.

⁴³⁰ Maria Tereza de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 43.

⁴³¹ Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 38-39; Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 131.

⁴³² *Ibidem*, p. 65.

⁴³³ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 39, n.º 449, «Carta Aberta ao Governo Espanhol e à Colónia Espanhola residente em Lisboa».

⁴³⁴ Sílvia Enrich Marcet, *ob. cit.*, p. 150.

A contra-revolução estava, de facto, em marcha. A interpretação que fazemos dos acontecimentos considera, porém, que o verdadeiro perigo para a república residia na sua capacidade eventual de revoltar alguns regimentos militares, auxiliados por levantamentos populares, e menos na incursão que se preparava a partir da Galiza. Vimos já que as incursões ganharam enorme importância para a opinião pública coeva, que depois os sectores radicais da república exacerbaram, apodando as forças «reaccionárias» e muito especialmente Paiva Couceiro de «traição». Essa traição radicava na acusação muito repetida de que o «exército» realista da Galiza operava com apoio de forças estrangeiras.

Como se demonstrará, a natureza do movimento externo nunca poderia, por si mesma, ameaçar a república, como aliás as autoridades políticas e militares sempre reconheceram. A rede de espionagem do governo, secundada pelos republicanos da Galiza, conhecia praticamente todos os movimentos e planos dos monárquicos, discernia bem a sua fraqueza para poder alarmar-se. No plano do debate político, as incursões são mais proveitosas para explicar o confronto entre os republicanos, entretanto divididos entre os moderados do «bloco», liderados por António José de Almeida, Brito Camacho e Manuel de Arriaga, e os radicais do *Partido Democrático*, liderados por Afonso Costa e Bernardino Machado⁴³⁵.

A estratégia da contra-revolução implicava a subversão das províncias do Norte e das Beiras, manobradas pela acção dissolvente do clericalismo e do caciquismo, que secundavam a revolta de alguns regimentos militares. Paiva Couceiro seria o «rastilho» que ameaçava incendiar o país. Vasco Pulido Valente analisou já as fraquezas e algumas contradições deste plano, pois dele resultaria a luta fratricida que Paiva Couceiro afirmava querer evitar. Questionou também a necessidade de uma coluna invasiva, se na realidade o movimento interior tinha a importância que todos os dias lhe transmitiam para a Galiza⁴³⁶. Mas como se esclareceu atrás, não estava prevista a organização de qualquer força incursionista na Galiza, que surgiu espontaneamente na peugada do seu «Comandante», quando este abandonou o país. Quanto ao mais, Paiva Couceiro sempre afirmou que entrou por solicitação interna: «Em 6 de Julho, como em 3 de Outubro, entrei em

⁴³⁵ Sobre este aspecto, veja-se Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, pp. 202-203.

⁴³⁶ Cf. Vasco Pulido valente, *Um Herói Português Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Aletheia, pp. 90-91; Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 19.

Portugal porque me chamaram. [...] Afigurava-se-me que o país desejava a minha intervenção como um pretexto para a rebelião contra o regime»⁴³⁷. Reforça as suas afirmações lembrando a exiguidade do material de guerra de que dispunha para atacar, tudo «armas de intimidação, não de ameaça». Na verdade, o paladino «contava com o país» a seu lado. Isto é, Paiva Couceiro acreditou, durante as duas incursões, que o povo e o exército repudiavam o «despotismo» republicano tanto quanto ele e que apenas esperavam um estímulo exterior para se revoltar contra o regime. Como um «messias» libertador, Couceiro seria apenas o instrumento dessa vontade nacional⁴³⁸.

Perante a aparente ingenuidade, não só de Couceiro mas de todo o séquito que envolvia a emigração, composta por oficiais e alguns políticos experimentados, como explicar então o fenómeno das incursões monárquicas? Na verdade, ao exilar-se para a Galiza, Paiva Couceiro condicionou toda a organização contra-revolucionária. Era particularmente difícil contactar, organizar, armar e preparar as forças contra-revolucionárias a partir do exterior, através de mensagens e telegramas cifrados⁴³⁹ e das dificuldades constantes colocadas pelas autoridades espanholas. A existência de vários comités internos obrigava a um esforço de conjugação que não era fácil. Houve algumas tentativas para trazer Couceiro para o Porto, mas este recusou sempre essa possibilidade. O conde de Penela explicou que esteve em contacto com a guarnição do Porto, onde contava «até com oficiais gerais» (Pimenta de Castro?), mas que estes exigiam contactar pessoalmente com Couceiro e este declinou a diligência⁴⁴⁰. O movimento contra-revolucionário seguia caminhos paralelos, dentro e fora de fronteiras, mas os embaraços e as dificuldades eram evidentes e desmedidos.

Outra dificuldade prendia-se com o financiamento. Para sublevar as populações, tomar de assalto quartéis e atender a despesas com os emigrados era necessário dinheiro, que seria difícil de conseguir sem o envolvimento de D. Manuel. Ao rei exilado iam chegando subscrições, vindas particularmente da comunidade brasileira. Em Agosto, D. Manuel enviou também 10 mil libras para

⁴³⁷ Carlos Malheiro Dias, *ob cit.* p. 18.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 20.

⁴³⁹ Veja-se o caso do conspirador Tavares Proença, no seu manifesto, em MNE, AHD, 3P, A3, M716, nº 5.

⁴⁴⁰ Cf. Pe. Avelino de Figueiredo, *ob. cit.*, pp. 51-52.

a Galiza⁴⁴¹. Mas muitos capitalistas próximos da Causa recusavam financiar o movimento com medo de represálias⁴⁴². No final da primeira incursão, ficava claro que o financiamento da Galiza, cerca de 242 contos, se deveria quase exclusivamente a donativos feitos por e através de D. Manuel⁴⁴³. Mas os fundos eram manifestamente exíguos para as necessidades e essa insuficiência avolumou-se com a desorganização⁴⁴⁴, com a corrupção e as negociatas que se fizeram à sombra do movimento monárquico⁴⁴⁵.

Todas as contradições e dificuldades da Galiza, que Abílio Maia qualificou de «comédia» e «mentira»⁴⁴⁶, só ganham alguma coerência se aceitarmos que a substância do movimento dependia da capacidade de subversão ao nível interno. As incursões não passaram da emulação de outro movimento histórico, que opôs miguelistas e liberais. Mas durante a contenda fratricida que marcou o alvor do liberalismo em Portugal, os respectivos exércitos dividiram-se, comandados por generais e auxiliados por forças de guerrilha⁴⁴⁷. Agora, sem a existência de uma contra-revolução interna, o movimento monárquico da Galiza não passaria de uma aventura irrealista e muito irreflectida⁴⁴⁸, sem organização militar substancial e sem armamento capaz de operações de vulto. É certo que após a chegada à Galiza do capitão Jorge Camacho, fugido da cadeia de Vila Real, onde conspirava, a organização militar melhorou um pouco, pois era um oficial de reconhecidas qualidades de organização e táctica militar⁴⁴⁹. Em Agosto de 1911, à frente do Estado-Maior, Jorge Camacho exigia maior rigor no alistamento de homens, para combater o amadorismo: «Deve haver o maior escrúpulo e cuidado

⁴⁴¹ Cf. Hipólito de La Torre Gomez, *ob. cit.*, p. 36.

⁴⁴² Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, pp. 195-196. O primeiro pagamento de armas seria coberto pelo Marquês do Faial, que entregou 4 mil libras. Cf. *Ibidem*.

⁴⁴³ Cf. MNE, AHD, 3P, A28, M153, doc. n.º 169, datado de 11 de Novembro, da autoria do tesoureiro, Álvaro Pinheiro Chagas.

⁴⁴⁴ Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 221.

⁴⁴⁵ Todas estas debilidades do movimento da Galiza estão descritas em várias obras. Veja-se, entre outras, Manuel Valente, *ob. cit.*; Abílio Maia, *ob. cit.*

⁴⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁴⁷ Cf. Vasco Pulido Valente, *Os militares e a Política*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 75-97.

⁴⁴⁸ Leiam-se a análise muito objectiva e as críticas certeiras do marquês do Lavradio em José Dias Lopes, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, Separata de Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1966.

⁴⁴⁹ Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, pp. 45-46.

no recrutamento, só alistando soldados e reservistas com instrução, pois estando os pelotões completos, já não há grande urgência em trazer homens, pois o alistamento, por pequeno que seja, será sempre superior às deserções e homens despedidos pelos comandantes dos pelotões»⁴⁵⁰.

A grande maioria dos soldados deste exército improvisado era constituída por civis e eclesiásticos⁴⁵¹, alheios à organização militar e desprovidos de treino específico. Na sua preparação para combate, na ausência de armamento e de espaços adequados, recorria-se a exercícios feitos «com paus», quantas vezes realizados nos quartos ou corredores das casas que os hospedavam⁴⁵². A maioria dos «combatentes» aliciados, simples trabalhadores agrícolas e rurais e alguns criados, deixara-se guiar pelas promessas de proventos financeiros e de uma vida mais desafogada. Segundo o depoimento de um «combatente» aprisionado, que sintetiza o depoimento de dezenas de outros, «a causa do seu alistamento foi o ganhar a peseta, comer e beber, levar boa vida e ser induzido pelos aliciadores referidos»⁴⁵³.

Compare-se este exército, por exemplo, com o movimento carlista, em Espanha. Este possuía uma organização militar no final do século XIX e início do século XX que preparava os soldados para a aprendizagem de técnicas de combate e organização táctica, dando preferência ao combate de guerrilha. A formação teórico-prática obedecia às orientações estabelecidas numa vasta literatura belicista e uma propaganda cerrada mantinha viva a «idiosincrasia belicista»⁴⁵⁴. As famosas «réquetés» eram organizações paramilitares, forças muito aguerridas e especializadas em combates de guerrilha, que criavam muitos problemas às autoridades do país vizinho. A espaços, as autoridades consulares da Galiza

⁴⁵⁰ MNE, AHD, 3 P, A 28, M 153, doc. n.º 58.

⁴⁵¹ Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 20.

⁴⁵² Um dos «soldados» afirmou «que nunca tiveram exercícios militares, excepto num dia que tiveram que fugir de Mouras por constar que ia lá a Guarda Civil para os expulsar desta povoação» [IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, fl. 806]. Os combatentes eram obrigados a esconder a organização militar para iludir as autoridades espanholas. Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 128; IAN/TT, MI, DGAPC, maço 33, fl. 366.

⁴⁵³ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 33, fl. 366. Vejam-se os inúmeros depoimentos de «soldados» da Galiza em IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maços 215 e 217.

⁴⁵⁴ Cf. Jordi Canal, «Republicanos y carlistas contra el Estado», *Ayer*, n.º 13, Madrid, Mancio Pons, 1994, p. 78. Entre essa bibliografia conta-se José B. Moore, *Guerra de Guerrillas* (1894); Reynaldo Brea, *Manual del voluntario carlista* (1892); Leoncio G. de Granada, *Cartilla militar para uso de cabos, sargentos y oficiales en campaña* (1896); Juan Bardina «Valcarlos», *Táctica de Infantería* (1899).

davam conta de conúbios conspirativos existentes entre a reacção portuguesa e as «réquetés», mas estes nunca se concretizaram⁴⁵⁵.

Esta análise, como a comparação, tem em vista reforçar a nossa tese de que o «perigo monárquico» estava realmente dentro do país, onde as forças contra-revolucionárias procuraram subverter a «ordem republicana». Os meses de Setembro e Outubro confirmaram essa promessa de agitação que havia de prolongar-se durante vários anos.

2.1. O movimento interno

O mês de Setembro começou com a nomeação do primeiro governo constitucional, chefiado por João Chagas, depois da recusa de Duarte Leite. Cavava-se a divisão na família republicana com este governo extrapartidário, apoiado por camachistas e almeidistas, e com a oposição declarada de Afonso Costa. O ambiente em Lisboa tinha entretanto acalmado, sem o ruído estridente produzido em torno da ameaça couceirista. Aparentemente, a opinião pública parecia crer nas providências tomadas pelo governo para esconjurar o perigo e Lisboa amanhecia, nesse início de Setembro, apesar dos boatos, sem sombra de «sobressalto»: «não há terror, não há exaltação nem delírio»⁴⁵⁶. Essa calma estendia-se à câmara dos deputados, onde o executivo declarava não haver motivo para alarme. O ministro da guerra empossado, general Pimenta de Castro, confirmava isso mesmo aos deputados, afirmando que os comandantes militares das zonas de fronteira lhe asseguravam «haver ali completa tranquilidade» e não existir «nenhum motivo para recear de qualquer movimento». Com estas informações, Pimenta de Castro afastava a emergência de reforçar a fronteira com efectivos militares, assumindo que não era sequer necessário manter as tropas em estado de prevenção⁴⁵⁷.

Apesar do sossego de Lisboa, os adversários porfiavam num esforço redobrado para organizar a conjura. A apreensão de armamento, ocorrida durante

⁴⁵⁵ Para 1912, veja-se MNE, AHD, 3P, A3, M716, documento da legação portuguesa em Madrid; para 1919, veja-se AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 51, maço 2, pasta 2, carta do consulado de Tui.

⁴⁵⁶ *A Capital*, 2.º ano, n.º 406, 06-09-1911, p. 1.

⁴⁵⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 07-09-1911, p. 7.

o Verão, obrigou ao adiamento da contra-revolução. A evolução política da república causava enorme apreensão no seio do grémio reaccionário. Não era só o reconhecimento do regime pelas potências europeias que, segundo a *Capital*, precipitava o pessimismo dos conspiradores da Galiza, pois condicionava o apoio sub-reptício de Espanha⁴⁵⁸. Era a consumação do primeiro aniversário da república, com toda a sua carga simbólica e psicológica, que se queria impedir. Paiva Couceiro procurou então pressionar um movimento de acção. Em missiva escrita em 2 ou 3 de Setembro, esclarecia o marquês de Lavradio sobre as condições que impunham o deflagrar do movimento, nomeadamente as «pressões» internas das «vítimas» do regime, a necessidade de evitar a «cristalização» de um estado «anárquico» em Portugal e o bom andamento das diligências para adquirir armamento⁴⁵⁹.

As forças de vigilância existentes na fronteira dificultavam os planos de incursão e contrariavam a predisposição dos «inimigos» do regime. A região de Chaves estava fortemente vigiada, com forças do regimento de infantaria 19, cavalaria 6, destacamentos de infantaria 13 e cavalaria 7, duas baterias de artilharia 4, um pelotão de engenharia, forças da guarda fiscal, da companhia de saúde e da administração. Havia ainda 50 soldados em Mirandela e Valpaços e destacamentos de infantaria 19 e de cavalaria 6 em Montalegre. Toda a zona raiana era patrulhada por uma primeira linha constituída pela guarda-fiscal. Foi também colocado um batalhão de infantaria 24 em postos avançados instalados em várias povoações fronteiriças e reservas em Vila Pouca de Aguiar. Este forte dispositivo militar torna assim evidente que qualquer projecto de sublevação devia assentar numa revolução interna⁴⁶⁰, que conquistasse uma cidade e partir dela irradiasse para outras partes do país.

Este período traduziu-se num reforço dos trabalhos conspirativos, com o aumento de contrabando de armas em Portugal e na Galiza⁴⁶¹. Aires de Ornelas operava a partir de Paris, onde angariava dinheiro para armamento, e informava o Porto através de Luís de Magalhães, dando-lhe conta da proximidade do mo-

⁴⁵⁸ *A Capital*, 2.º ano, n.º 406, 06-09-1911, p. 1.

⁴⁵⁹ Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 202.

⁴⁶⁰ Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada, II Cheque ao Rei*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, pp. 300-301.

⁴⁶¹ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 40.

vimento⁴⁶². O Porto tinha sido escolhido para sede do movimento monárquico-clerical, confirmando-se assim as inferências anteriores. A cidade possuía uma tradição revolucionária inequívoca, tendo em diferentes conjunturas cultivado os valores liberais e depois republicanos, em 1820 e em 1891. Desta feita, repudiando a sua tradição secular, o Porto seria o epicentro de um movimento de reacção conservadora que devia expulsar o «jacobinismo» e a «demagogia» de Portugal.

A contra-revolução tinha data e hora marcada: na madrugada de 29 para 30 de Setembro, entre a meia-noite e as duas da manhã, data em que Paiva Couceiro devia entrar em Portugal a partir da Galiza⁴⁶³. O plano consistia em tomar a cidade, para o que contavam com cavalaria 9 e algumas peças de artilharia da Serra do Pilar. Previa-se ainda um ataque a infantaria 6, que seria sublevado por forças militares e centenas de civis armados. A revolta começaria com a tomada do Palácio de Cristal, conduzida por cerca de quatrocentos homens, «quase tudo gente dos arredores do Porto», depois de um foguetão dar o sinal de arranque que seria correspondido com duas salvas na Serra do Pilar. Depois de tocar os sinos a rebate, cavalaria 9 juntar-se-ia aos revolucionários do Palácio de Cristal. O projecto previa também o corte de comunicações com o Sul e a ocupação dos objectivos nevrálgicos, militares e políticos, da cidade⁴⁶⁴. Os conspiradores que no Porto apareciam envolvidos nas reuniões preparatórias rondavam os trezentos indivíduos, chefiados por eclesiásticos e por antigos políticos da monarquia. Simbolicamente, todos exibiam como distintivo de fraternidade conspirativa o «coração de Jesus»⁴⁶⁵.

O projecto contra-revolucionário tinha ramificações em várias regiões do país⁴⁶⁶, mas a rede conspirativa parecia mais madura para um movimento a norte do rio Mondego. Os distritos de Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Vila Real, Braga, Bragança e Viana do Castelo estariam envolvidos numa vasta teia de relações e cumplicidades, organizadas sobretudo por clérigos, titulares

⁴⁶² BNP, ELM, doc. n.º 8400, Carta de Aires de Ornelas a Luís de Magalhães, de 19-09-1911.

⁴⁶³ AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 319, 1.º volume, documentos n.º 18, 23 e 25.

⁴⁶⁴ Cf. ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Eurico Cameira a João de Almeida, de 23-04-1914.

⁴⁶⁵ IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 216, testemunho do 2.º cabo João Maria, de Infantaria 6, que foi aliciado para o movimento e participou em reuniões preparatórias. A execução posterior do movimento confirma o seu depoimento.

⁴⁶⁶ *Ibidem*; «Manifesto Tavares Proença», in MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5.

e antigos caciques, que se dispunha a sublevar quartéis e sobretudo levantar as populações locais contra o regime republicano⁴⁶⁷. A extensão geográfica visava também forçar a república a dispersar o exército enquanto no Norte, a partir do Porto, as forças da reacção avançariam ao encontro de Paiva Couceiro. Este plano complexo e aparentemente irrealizável previa também uma força naval que seria comandada por João de Azevedo Coutinho para atacar o Porto⁴⁶⁸.

A existência de uma força naval foi muito ridicularizada na imprensa e especialmente na pena de Abílio Maia, que considerava tratar-se de mais um logro para enganar os realistas e acendrar a «comédia»⁴⁶⁹. Estava enganado. A importância desta força naval, que seria de 1 ou 2 navios, foi definida por Paiva Couceiro, que a 2 de Setembro escreveu ao marquês do Lavradio censurando os atrasos vindos do comité responsável pela sua aquisição⁴⁷⁰. Segundo o próprio Lavradio, foi a intervenção do governo inglês, enviando uma nota à Alemanha, quem forçou este país a anular a venda dos «couraçados» nos termos acordados⁴⁷¹.

O comando foi entregue por D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, que o nomeou «comandante da força naval monárquica»⁴⁷². Este seguiu para Hamburgo juntamente com alguns oficiais, aspirantes e marinheiros, onde devia embarcar acompanhado desta força naval⁴⁷³. Os «couraçados» deviam seguir para Leixões, seguindo ordens de Paiva Couceiro, onde era suposto «atacar os cruzadores que têm sempre mais ou menos passado na costa norte»⁴⁷⁴. Entretanto, em Portugal foram distribuídos panfletos dirigidos à marinha portuguesa, sector tradicionalmente republicano, onde se justificava e legitimava uma acção armada contra o novo regime. Os «emigrados portugueses» esperavam convencer os seus camaradas

⁴⁶⁷ Cf. documentação existente nos vários arquivos consultados, mas especialmente em IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maços 214 e 215.

⁴⁶⁸ Cf. IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 30-09-1911.

⁴⁶⁹ Cf. *ob. cit.*, pp. 11-12.

⁴⁷⁰ Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 202.

⁴⁷¹ José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 36, carta do Marquês do Lavradio a Tavares Proença, de 27-10-1911.

⁴⁷² IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, documento de D. Manuel, de 27-09-1911.

⁴⁷³ Cf. Rocha Martins, *Verdes, Vermelhos e Azuis*, vol. 3, Lisboa, Organizações Crisalis, 1951, p. 190; Abílio Magro, *ob. cit.*, pp. 11-12.

⁴⁷⁴ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 2, Carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 30-09-1911.

a secundar as forças «libertadoras», que entrariam em Portugal para «salvar a honra da Marinha Portuguesa, e serem varridos do poder esses intrusos, traidores e nefastos, que dia a dia põem em perigo a independência de Portugal»⁴⁷⁵.

D. Manuel esteve activamente empenhado neste movimento contra-revolucionário. A 30 de Setembro enviou uma missiva a João de Azevedo Coutinho onde saudou os revoltosos, em nome de «Deus» e da «Pátria», e se mostrou esperançado no sucesso da ofensiva⁴⁷⁶.

Traçado o plano geral da subversão e conhecidos os seus intérpretes, vejamos como decorreu a execução. No dia 29 de Setembro à tarde já corria no Porto que nessa noite se daria a revolta. O governador civil informou então o governo e garantiu que dispunha dos recursos necessários para combater o movimento. Nessa noite, uma multidão saiu às ruas, tornando óbvio o fracasso da revolta. Os carbonários vigiavam todos os pontos nevrálgicos da conspiração, fiscalizando movimentos e prendendo a esmo. No Centro Católico, que invadiram à meia-noite, assim como na ponte de S. Luís, fizeram inúmeras prisões, num acto que Carlos Malheiro Dias classificou de simples «rusga», considerando a falta de resistência dos contra-revolucionários⁴⁷⁷. Entretanto, o ataque à Serra do Pilar não se concretizou e o Palácio de Cristal, invadido por centenas de reaccionários, foi atacado por carbonários e depois por forças da Guarda Republicana. Os quartéis de Infantaria 6 e Cavalaria 9, onde os revoltosos contavam apenas com promessas vagas de alguns oficiais, eram alvo de vigilância apertada das autoridades e dos carbonários. Não houve aí qualquer tentativa de assalto ou revolta, sendo encarcerados alguns oficiais, vários sargentos, cabos e soldados⁴⁷⁸.

A conspiração abortava à nascença e deixava centenas de prisioneiros entregues às autoridades e à fúria republicana⁴⁷⁹. Como explicar o insucesso da conjura? Era óbvio que as autoridades tiveram conhecimento antecipado da organização e dos objectivos dos revoltosos. José Domingues de Oliveira, um dos conspiradores, que entretanto fugira para o Porto, afirmou que «o movimento

⁴⁷⁵ BNP, ELM, caixa 52, Panfleto com o título «À Marinha Portuguesa».

⁴⁷⁶ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel a Azevedo Coutinho, de 30-09-1911.

⁴⁷⁷ *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 311-312.

⁴⁷⁸ *Diário de Notícias*, n.º 16484, 1-10-1911, p. 2.

⁴⁷⁹ Havia 354 presos na cidade do Porto, na sequência do movimento de 29 de Setembro. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, doc. n.º 777, fls. 11-13.

gorou porque eram 40 a 50 os carbonários que assistiam às reuniões monárquicas e punham as autoridades ao facto de tudo. Suponho até que foram esses elementos os que apressaram o movimento para ele se fazer isoladamente e dar o resultado que se sabe⁴⁸⁰. A forma como o movimento se desenrolara deixou muita gente perplexa, ante a ingenuidade dos contra-revolucionários⁴⁸¹. Se é verdade que o movimento tinha muito de semelhante com o plano gizado no 5 de Outubro, em Lisboa, faltava aos conspiradores realistas a capacidade de organização e a tenacidade revelada pela carbonária e pelos populares da Capital⁴⁸². E faltou-lhes ao menos um regimento.

O resto do plano contra-revolucionário também falhou, como seria inevitável. Só na região do Porto deflagraram movimentos de sublevação, em Paredes, Santo Tirso, Paços de Ferreira, Felgueiras e Penafiel⁴⁸³. Orientadas pelo clericalismo e pelo caciquismo, as populações destes concelhos reuniram-se ao som dos sinos da igreja, armadas de foices, de enxadas e cacetes, invadiram os edifícios concelhios e arvoraram a bandeira monárquica⁴⁸⁴. Estava restaurada a monarquia, mas por pouco tempo. Bastou a presença de pequenas forças militares e a acção dos grupos republicanos para impor a ordem e a legalidade republicanas.

Em várias regiões do Norte, como em Vila do Conde, as prisões efectuadas pelas autoridades forçaram o cancelamento de muitas revoltas e pouparam muitos dos seus elementos de valor, em especial os clérigos, a um destino previsível⁴⁸⁵. O revolucionário José Domingues de Oliveira conta que «felizmente foram prevenidos muitos elementos de valor a tempo para o fracasso não ser maior. Os abades estão bem e nada me consta de desagradável para eles»⁴⁸⁶.

Fora do Porto, o movimento de 29 de Setembro teve apenas manifestações episódicas, com pequenos focos de reacção em Torres Vedras, Pombal, Porto de

⁴⁸⁰ BNP, ELM, doc. n.º 8346, Carta de José Domingues de Oliveira a Luís de Magalhães, de 25-10-1911. Veja-se igualmente o testemunho do então inspector da polícia, Caldeira Scevola, no *Diário de Notícias*, n.º 16497, 15-10-1911, p. 2.

⁴⁸¹ Veja-se carta do abade de Perafita, António da Costa Ramos, a Luís de Magalhães, BNP, ELM, doc. n.º 9569, de 21-10-1911.

⁴⁸² Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pp. 307-308.

⁴⁸³ Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 213.

⁴⁸⁴ Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 319, 1.º vol., fls. 83-85.

⁴⁸⁵ Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 213.

⁴⁸⁶ BNP, ELM, doc. n.º 8346, carta de José Domingues de Oliveira para Luís de Magalhães, de 25-10-1911.

Mós e Sabugal⁴⁸⁷. No distrito de Coimbra, Tábua e Oliveira do Hospital estavam na geografia da restauração. Em Tábua trabalhava o advogado António Gaitto em articulação com párocos de Midões, Penacova, Figueira da Foz e Avô⁴⁸⁸. Nesta última vila do concelho de Oliveira do Hospital, a monarquia foi proclamada e foram nomeadas autoridades pelos caciques monárquicos e por sacerdotes de algumas freguesias, todos de nomeada e em ligação com o Porto, onde acreditavam que a monarquia estivesse restaurada⁴⁸⁹. Finalmente, na região da Beira Baixa, e em especial no distrito de Castelo Branco, uma intensa actividade conspiratória coligava figuras proeminentes como Francisco Megre e Franco Frazão e vários padres da região com os comités de Aveiro e Porto. Contavam ainda ligações com contrabandistas que forneceram o armamento, incluindo duzentos quilos de dinamite, que foram apreendidos pelas autoridades republicanas. A rede de conspiradores da Beira Baixa estava em contacto com Espanha, de onde obtiveram armas, e com Aveiro, onde mais tarde seriam presas dezenas de conspiradores e muito armamento: «Acham-se apreendidas: 5 carabinas de cavalaria e uma Mauser, e 23 carregadores com cinco balas cada; uma caixa de madeira com 0,33 m de comprido [...], completamente cheia de balas de diversos tipos; dois lotes de rastilho; 11 caixas de lata com fulminantes para dinamite; 33 cartuchos de dinamite; mais uma grande porção de rastilho, uma caixa de lata com cartuchos carregados; 11 pistolas Browning's e 31 caixas de balas respectivas. O resultado das diligências efectuadas provam e justificam as medidas de rigorosa investigação a que se tem procedido neste Distrito»⁴⁹⁰.

Na verdade, os fios cerzidos pela contra-revolução estendiam-se a vários distritos a norte do Mondego e Beira Baixa, ligando as províncias ao Porto e à Galiza⁴⁹¹. Por isso entendemos que a incursão da Galiza, de 3 de Outubro, não pode ser desligada deste projecto mais vasto. Mas a sublevação das populações, numa espécie de insurreição nacional, apoiada militarmente apenas no Porto,

⁴⁸⁷ Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 213. Em Torres Vedras, o pároco da freguesia de S. Mamede provocou uma revolta que envolveu 15 pessoas. Em Pombal, Porto de Mós, Barosa e Martingança, no distrito de Leiria, houve corte de telégrafos.

⁴⁸⁸ Cf. *Ibidem*, maço 218.

⁴⁸⁹ Cf. *Ibidem*, maço 213; *Diário de Notícias*, n.º 16485, 2-10-1911, p. 2; *Ibidem*, n.º 16488, 5-10-1911, p. 2.

⁴⁹⁰ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, fls. 45-46; IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, fls. 45-46, doc. n.º 789.

⁴⁹¹ Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 214.

era um projecto ingénuo. Couceiro e os diferentes comités internos acreditavam que o ódio à república seria suficiente para levantar as populações e criar um ambiente de anarquia e caos que perturbasse a acção das autoridades e incentivasse o exército a aderir para impor a ordem. Mas o plano era irrealizável. As dificuldades de comunicação e coordenação de regiões tão vastas eram só por si uma tarefa impossível⁴⁹². Por outro lado, faltavam as armas e faltava o exército, a quem o «capitão fantasma» procurou atrair para um movimento através de cartas e de manifestos que endereçou a oficiais seleccionados, como o tenente-coronel Abel Hipólito⁴⁹³, ou mandou distribuir pelos quartéis⁴⁹⁴.

A imprensa republicana reagiu com especial regozijo ao movimento monárquico-clerical. Viam-no como a resistência que não se dera em 5 de Outubro e, por isso mesmo, só podia ter como consequência a consolidação da república⁴⁹⁵. Na *Capital*, curiosamente, entendia-se que a incursão de um «exército de mercenários», feita a partir de Espanha, saíra gorada e por isso fora substituída por um movimento interno. A imprensa, como a opinião pública, parecia não estabelecer um anelo entre a Galiza e o movimento interno e dava como concluído o movimento contra-revolucionário⁴⁹⁶.

Já o governo, melhor informado, nesse mesmo dia 29 de Setembro chamava a atenção do ministro de Estado de Espanha para as movimentações dos emigrados, que expulsos de uma província acabavam por fixar-se noutra, enquanto aquela era ocupada por outro grupo de emigrados. Estas deambulações teriam mesmo facilitado a aproximação à fronteira portuguesa das forças realistas⁴⁹⁷. A sua entrada em Portugal ia agora começar, deixando ao historiador algumas interrogações e perplexidades.

⁴⁹² Veja-se as dificuldades de Tavares Proença, no distrito de Castelo Branco, em MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5, «Manifesto Tavares Proença».

⁴⁹³ Cf. IAN/TT, MI, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 217.

⁴⁹⁴ Cf. AHM, 1.ª divisão, 33.ª secção, caixa 2, informação do comandante do Regimento de Infantaria 12, Guarda.

⁴⁹⁵ *A Capital*, 2.º Ano, n.º 427, 30-09-1911, p. 1.

⁴⁹⁶ *Ibidem*.

⁴⁹⁷ Cf. Sílvia Henrich Marcet, *ob. cit.*, p. 151.

2.2. A primeira incursão monárquica

126

Parece verdade inconcussa que a incursão da coluna de Couceiro devia ocorrer em simultâneo com a revolta de 29 de Setembro. Assim sendo, o que motivou a entrada de Paiva Couceiro, depois de falhada a sublevação interna? A primeira hipótese explicativa reside nas dificuldades de comunicação que impediram que a coluna, já em movimento no meio de serranias, abortasse a sua deslocação para território nacional. Mas esta possibilidade não parece consentânea com as afirmações de Paiva Couceiro, que em carta ao marquês de Lavradio afirmou que entrou em Portugal, «com tão escasso armamento e muniamento» por «intimação do Porto» e «para satisfação de um compromisso»⁴⁹⁸. Ganha assim consistência uma segunda hipótese, que se prende com a firme convicção do «Comandante» de que a reacção contava ainda com a adesão segura de Bragança e Chaves⁴⁹⁹. Couceiro continuou a acreditar que a sua entrada haveria de provocar uma comoção patriótica no exército e o levantamento das populações fronteiriças, especialmente de Bragança, para onde devia avançar a coluna. Esta hipótese salvaguarda a tese de que o «paladino» entrou para honrar compromissos e partilhar responsabilidades no fracasso⁵⁰⁰. Só assim se poderá explicar porque avançou com um exército de ficção para uma aventura de fundo quixotesco que aproximava Paiva Couceiro do «Cavaleiro da Triste Figura».

Apesar de tudo, as dificuldades de comunicação eram bem reais e deram azo às interpretações mais erróneas. Em 7 de Outubro, Aires de Ornelas, então ainda em Paris, escrevia a João de Azevedo Coutinho com assinalável optimismo, considerando positiva a «entrada por Bragança e Chaves e a marcha sobre Braga», registando a existência de «boatos» que davam como garantida a ocupação de Braga e Guimarães⁵⁰¹. Os boateiros mais espantosos não davam tréguas em Lisboa e no Porto. A própria imprensa narrava confrontos imaginários que termi-

⁴⁹⁸ D. Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 206. A informação é corroborada pelo conde de Mangualde, *ob. cit.*, p. 48.

⁴⁹⁹ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 8, «Relatório da repartição do Sector entre Minho e Cávado (8ª divisão), para vigilância da fronteira», fl. 3.

⁵⁰⁰ Tese igualmente defendida por Tavares Proença no seu «manifesto». Veja-se MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5.

⁵⁰¹ IAN/TT, Arquivo Particular de João de Azevedo Coutinho, Caixa 2, Carta de Aires de Ornelas a Azevedo Coutinho, de 7-10-1911.

navam com vitórias fulminantes e uma mortandade desmedida que estabelecia a medida da superioridade das forças republicanas. Segundo alguns jornais, no dia 2 de Outubro, Paiva Couceiro teria investido sobre Bragança e Chaves, relatando em pormenor confrontos com as forças republicanas e a fuga desesperada dos realistas, que teriam perdido e abandonado 58 mortos⁵⁰². Estas e outras efabulações fantásticas obrigaram o governo a intervir, proibindo a afixação de placares jornalísticos sem autorização prévia, procurando assim combater os eflúvios excessivos de uma opinião pública já suficientemente desvairada.

Não é objectivo desta investigação proceder ao estudo aprofundado das incursões monárquicas. Trata-se apenas de captar o seu significado e importância dentro do movimento contra-revolucionário. Sabe-se que a coluna da Galiza estava organizada em três companhias, correspondendo a cada companhia três pelotões, num total de nove pelotões, dispersos por diferentes povoações e províncias da Galiza. O «exército» de Couceiro compunha-se de um total de 950 homens, mas apenas 240 estavam armados, muitos com pistolas, a maioria com armas de guerra «ferrugentas e velhas», algumas fabricadas em fábricas espanholas⁵⁰³.

A entrada da coluna fez-se sob pressão das autoridades espanholas e portuguesas. A 2 de Outubro, Madrid recebia informações precisas de Augusto de Vasconcelos, segundo as quais setecentos homens uniformizados e armados se preparavam para invadir Portugal e reclamando do governo de Canalejas a dissolução imediata dos grupos de conspiradores⁵⁰⁴. O governo de Madrid expediu ordens precisas para o governador de Zamora com esse intuito⁵⁰⁵, o que explica a errância dos grupos monárquicos por terras espanholas, perseguidos pelos «carabineros» e pela «guardia civil», até se juntarem na Portela de Padronelo, na Serra da Portela⁵⁰⁶.

A coluna partiu então com destino a Bragança, a 3 de Outubro, segundo o plano de Paiva Couceiro⁵⁰⁷, mas um engano do guia que os acompanhava pelas

⁵⁰² Vejam-se vários relatos e referências da imprensa em *A Capital*, 2º ano, n.º 428, 2-10-1911, p. 1.

⁵⁰³ Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 161 e 176.

⁵⁰⁴ Cf. Sílvia Henrich Marcet, *ob. cit.*, p. 172.

⁵⁰⁵ *Ibidem*.

⁵⁰⁶ Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 164.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 169.

serras obrigou-a a entrar por Vinhais. Aí entraram sem resistência, já que a pequena vila dispunha para sua defesa de apenas setenta praças de infantaria, comandadas pelo capitão Andrade, e quinze cavalos da guarda-fiscal⁵⁰⁸. A chegada decorreu no meio de grande entusiasmo da população, o mesmo entusiasmo que encontraram nas aldeias da serra, sendo imediatamente proclamada a monarquia e substituídas as autoridades locais⁵⁰⁹. Deu-se de seguida o confronto militar com as tropas do capitão Andrade, nas cercanias de Vinhais, que terminou com o recuo estratégico das forças republicanas. Mas, inesperadamente, Couceiro reuniu os seus oficiais para lhes declarar que a coluna seguia em direcção à fronteira, devido à falta de munições e à incapacidade do seu «exército» para se defrontar com forças que seguramente o governo enviaria para Vinhais⁵¹⁰. Couceiro teria finalmente compreendido que o povo não se levantara à sua chegada e que o exército não se mexera. A incursão monárquica revelava finalmente as suas incapacidades face à insuficiência do movimento interno.

Entretanto, os comandos militares republicanos pediam ao ministro da guerra reforços para a região. Bragança, Porto, Coimbra e Viseu não podiam enviar reforços. Aveiro tinha infantaria 24 preparada para marchar mas faltava-lhe um comboio para executar o transporte. Apenas a 6.^a divisão correspondeu ao pedido com um esquadrão enviado de Chaves para Vinhais⁵¹¹. Como explicar a reacção tardia do exército?

O ministro da Guerra, Pimenta de Castro, que duvidava, com manifesta razão, da força do inimigo, questionava os comandos militares perguntando se um batalhão de infantaria 24 e duzentos marinheiros, entretanto chegados à região, não constituía força suficiente para se «opor a 200 ou 300 revoltosos de que se fala». A resposta revela que o governo possuía informações desencontradas, atendendo ao que Augusto Vasconcelos dissera em Madrid e aos telegramas de Vinhais, que referiam a presença de oitocentos revoltosos na coluna: «informações mandadas pelo comandante 6.^a divisão recebidas das tropas em contacto

⁵⁰⁸ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 1, pasta 3, informação do general S. Monteiro.

⁵⁰⁹ Cf. AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 4, pasta 1, informações do sargento comandante da guarda-fiscal de Vinhais; Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 183.

⁵¹⁰ Cf. Manuel Valente, *ob. cit.*, p. 190.

⁵¹¹ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 1, pasta 3.

com os revoltosos, não falam de 200 ou 300 revoltosos, mas sim de dois mil e quinhentos sob o comando de Paiva Couceiro»⁵¹².

Enquanto isso, Couceiro abandonava Portugal, depois de um confronto com reforços de cavalaria vindos de Bragança, numa aldeia chamada Casares. Perseguida por forças do exército republicano, de quem esperava uma revolta, a incursão monárquico-clerical sucumbia perante a inanidade do movimento interno. Internados na fronteira espanhola, as forças do «comandante» acantonaram entre Pinheiro Velho e Esculquera, muito debilitadas pela fome e pelo cansaço. As deserções aumentavam. A descrição do que restava deste comatoso «exército», feita por um oficial dos «carabineros», é elucidativa: «No dia 3 apreensão dum automóvel com armamento. A sua gente continua a abandoná-lo (a Couceiro) levando o armamento e munições. Dos 1200 homens aliciados não lhe restam mais de 400 a 500. Andam andrajosos e famintos, tendo sofrido deveras com as últimas chuvas, por não terem com que se mudar. Em 9 levantaram o acampamento de Pinheiro e seguem a pé, fazendo conduzir o pouco armamento que dispõem, pela fronteira portuguesa, em direcção a Santochão por Seixo onde passaram em 10. [...] Doutras informações concluía-se que os trânsfugas couceiristas vendiam o seu armamento ao desbarato, indicação de necessidades. Em Pinheiro diziam-nos que pareciam pobre da porta»⁵¹³.

Mas apesar de todos os contratempos, Couceiro continuava junto à fronteira com o que restava da coluna. Esperava ainda uma reviravolta, com novas armas e a chegada dos tão ansiados navios. O «comandante» desconhecia por certo que se gorara a aquisição dos navios e de uma bandeira de «nacionalidade comprada», com que João de Azevedo Coutinho devia zarpar rumo a Leixões e provocar um novo movimento militar⁵¹⁴. Durante esse mês de Outubro persistiam nessa falsa esperança de um movimento interno que reclamasse a sua entrada em Portugal. Por isso, Couceiro ainda andou errante, para Oeste, à espera que

⁵¹² *Ibidem*.

⁵¹³ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 6, pasta 2.

⁵¹⁴ Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 36.

o chamassem de volta, e caminhou em direcção à Portela do Homem, na serra do Gerês⁵¹⁵.

O relato deste arremedo contra-revolucionário não ficará concluído sem a referência à segunda série de levantamentos, que devia deflagrar conjuntamente com a revolução do Porto e a incursão da Galiza. No distrito de Castelo Branco, as populações de várias aldeias dos concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova levantaram-se às ordens das forças tradicionais da reacção conservadora. O perfil do movimento repetia os levantamentos nortenhos de 29 de Setembro: os sinos da aldeia tocaram a rebate, soltaram-se morteiros, e congregou-se a população que se juntava na sede da aldeia para ouvir um padre ou notável dizer que a monarquia estava restaurada em todo o país por acção de Paiva Couceiro, auxiliado pela população das províncias⁵¹⁶.

O movimento estava combinado entre os dois concelhos e estalou após a entrada em Portugal do capitão de cavalaria João de Azevedo Lobo, acompanhado de Tavares Proença, Manuel Vaz Preto, Francisco Manso Preto Cruz, Luís Rebelo Valente, D. Luís de Lencastre (visconde do Torrão), António Graça e José Rino de Avelar Fróis⁵¹⁷. Desarmados e rapidamente atacados por pequenas forças do exército, os grupos de populares não ofereceram a menor resistência⁵¹⁸. Quanto ao grupo de emigrados monárquicos, rumou à Guarda num automóvel de Vaz Preto, pois havia aí a promessa de armas. Perseguidos por uma pequena força do exército, acabaram por avançar para Norte, depois de atravessar várias províncias. Presos em Macedo de Cavaleiros por um grupo de carbonários, em 5 de Outubro, seriam entretanto libertados na manhã seguinte, por acção de vários padres e notáveis do lugar que se colocaram à frente da população de várias aldeias. Do acto resultou a restauração efémera do trono em Macedo

⁵¹⁵ São várias as fontes a explicar esta possibilidade: Carta de Paiva Couceiro ao conde de Alvelos, de 10-10-1911, in *Aléo*, Boletim quinzenal de 'Edições Gama', ano III, n.º 5, 17-03-1944; IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Aires de Ornelas a João de Azevedo Coutinho, de 07-10-1911; AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 3, carta do comando da 3ª divisão militar; IAN/TT, DGAPC, maço 35, carta do comandante do posto fiscal de Moimenta para o administrador do concelho de Vinhais, de 27-10-1911; carta do conde de Mangualde, de 27-10-1911, in Maria Teresa de Sousa Botelho e Melo, *ob. cit.*, pp. 45-46.

⁵¹⁶ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 35, n.º 703, fls. 3-35.

⁵¹⁷ Cf. Joaquim Leitão, *O Capitão Phantasma (Dos acantonamentos da Galiza à marcha para a segunda incursão)*, Porto, Edição de Autor, 1914, pp. 56-67.

⁵¹⁸ Em João Pires, aldeia do concelho de Penamacor, bastou uma força de 20 praças para restaurar a ordem pública e a república. Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 2, pasta 2.

de Cavaleiros. O intrépido grupo seguiu depois para a fronteira, acochado por carbonários⁵¹⁹, terminando mais um episódio da aventura couceirista.

Apesar de efeitos nulos, a actividade contra-revolucionária condicionou a vida pública em Portugal. Em primeiro lugar, porque aprofundou o clima de ódio e suspeição, fazendo aumentar a acção dos grupos revolucionários, muitos surgidos em Outubro de 1911 como resposta ao movimento realista. Os grupos carbonários, juntamente com os grupos de vigilância da república, desempenharam papel relevante na repressão do movimento, tanto no Porto e respectivo distrito, como em Bragança, Chaves e Castelo Branco, vigiando movimentos e correspondência e prendendo todos os suspeitos⁵²⁰. Nos diferentes governos civis, como em Viana do Castelo, os responsáveis políticos fomentaram a constituição de novos «Batalhões de Voluntários» que se viram transformados numa polícia paralela, antecipando a famosa e controversa «formiga branca». Surgido em 2 de Outubro, o «batalhão de voluntários» de Viana do Castelo possuía existência formal, com cartões de identidade e regulamento, e recebia formação militar num quartel. Entre os vários serviços prestados, contavam-se a vigilância de pessoas e infra-estruturas, como pontes, vias de caminho de ferro, estradas e postos de telégrafo⁵²¹. No distrito do Porto, mais de 300 indivíduos foram encarcerados, a maioria por acção dos batalhões de voluntários⁵²². Ainda assim, muitas dessas prisões não obedeciam a qualquer critério criminal, constituíam o resultado de vinganças e inimizades, ou porque certos indivíduos não exaltavam publicamente o seu republicanismo⁵²³. O frémito encarcerador teve o condão de acendrar a animosidade anti-republicana, dilatando a base de recrutamento da

⁵¹⁹ A narrativa pormenorizada da «incurção das beiras» encontra-se em Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 61 e ss; Francisco Manso Preto Cruz, *A Biografia Política e o In-Memoriám de Henrique de Paiva Couceiro*, Lisboa, [s/n], 1947, pp. 38-40;

⁵²⁰ IAN/TT, MI, Juízo de Investigação dos Crimes de Rebelião, maços 214, 216 e 218.

⁵²¹ «Relatório do Comandante de Batalhões Voluntários de Viana do Castelo», in AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 3.

⁵²² Foram presas 228 pessoas na cidade do Porto e 97 no distrito, num total de 325, entre civis e militares. No final de Outubro, estavam referenciados 1200 prisioneiros políticos resultantes dos diferentes episódios da contra-revolução. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, Segurança Pública, maço 35 e Juízo de Investigação dos Crimes de Rebelião, maço 214; *A Capital*, ano 2, n.º 447, 25-10-1911.

⁵²³ IAN/TT, MI, Juízo de Investigação dos Crimes de Rebelião, maços 214, 216 e 218.

contra-revolução. Mas era um sinal irrefutável da impossibilidade de tomar o Poder contra a base republicana do regime⁵²⁴.

Portugal, e muito especialmente o norte do país, vivia um clima de febril agitação que depressa se transformaria em ódio e intolerância. No Porto, os presos foram insultados e espancados, enquanto os radicais assaltaram e destruíram jornais «reaccionários» e estabelecimentos comerciais de monárquicos conhecidos. A Igreja Católica sofreu igualmente os efeitos da ira popular, com ataques ao seminário do Porto e ao Paço Episcopal. Os padres, por sua vez, estavam impedidos de sair à rua, porque os mais afoitos caíam sob a alçada dos grupos de vigilantes que logo os rechaçavam para o governo civil. Estes organizaram-se em «juntas de vigilância» que exibiam listas de conspiradores destinados à prisão, devassando residências à procura dos «traidores». Os padres e a igreja eram especialmente visados nesta violência anti-reaccionária, o que explica os ataques a templos católicos em Setúbal, Almada, Porto, Braga⁵²⁵ e Moreira da Maia, terra de Luís de Magalhães⁵²⁶.

Ao nível político, foi convocada a câmara dos deputados para sessões extraordinárias, que decorreram entre os dias 16 e 21 de Outubro. Aí se discutiu um projecto do governo, apresentado por João Chagas, para julgar o «bandido» Paiva Couceiro e o seu exército de «traidores», acusados de «rebelião e incitamento à guerra civil». Afonso Costa aproveitaria para defender uma política de «intransigência» para com os conspiradores, facto que lhe granjeou o apoio das massas republicanas, que o vitoriavam à saída do parlamento.

Dessa discussão resultou a aprovação de um verdadeiro tribunal de excepção, conhecido como tribunal das Trinas, que foi presidido pelo juiz Costa Santos, acompanhado por mais sete juízes criminais. As investigações dos crimes relacionados com a actividade contra-revolucionária estenderam-se por todos os distritos e, dada a sua complexidade, haveriam de provocar o descontentamento no mundo conservador. É que muitos prisioneiros políticos estiveram enclausurados vários meses sem culpa formada, facto que muitos juristas reputavam

⁵²⁴ Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 211.

⁵²⁵ BNP, ELM, doc. n.º 7986, carta do padre Américo Costa Nilo a Luís de Magalhães, de 20-10-1911.

⁵²⁶ Cf. ELM, doc. n.º 9572, carta do abade de Perafita a Luís de Magalhães, de 23-12-1911.

inconstitucional⁵²⁷. Entretanto, as primeiras condenações provocavam a ira da imprensa realista existente. No *Dia*, regressado de uma longa ausência a 30 de Novembro, censuravam-se os excessos condenatórios dos tribunais, que tinham condenado Joaquim Augusto de Almeida, que entregara duas cartas de Paiva Couceiro em Santarém, a seis anos de prisão maior celular, seguidos de dez anos de degredo em possessão de 2ª classe ou na alternativa de 20 anos de degredo. O jornal de Moreira de Almeida não compreendia a excessiva pena condenatória e comparava os crimes dos republicanos, feitos à «mão armada», durante a monarquia, que não recebiam penas tão graves e que suscitavam imediatamente ondas «gerais de clemência»⁵²⁸.

O movimento monárquico-clerical teve grandes implicações na vida política republicana. Açodou definitivamente a divisão entre os radicais de Afonso Costa e os moderados do bloco, acusados de conivência com os inimigos da república e de traição. O governo de João Chagas acabou por sofrer os efeitos desta cisão, afastando-se do bloco, e proclamando o fim da «indulgência para os inimigos da República». Como sinal desta política, afastou Pimenta de Castro do cargo de ministro da guerra, porque este não aceitava a utilização dos «batalhões de voluntários»⁵²⁹ e porque supostamente se recusara a assinar o decreto de convocação do Congresso⁵³⁰. Pimenta de Castro, que muitos apontavam como factor de instabilidade, foi substituído no cargo pelo tenente-coronel Alberto da Silveira, em 8 de Outubro. Entretanto, António José de Almeida, atacado por França Borges, no *Mundo*, foi alvo da ira popular em 20 de Outubro, que o espancou em frente do café Brasileira, no Rossio⁵³¹. O radicalismo não poupava os chefes republicanos. Ao mesmo tempo, o governo, que intentava efectuar uma depuração nas instituições do Estado, ordenou um levantamento exaustivo

⁵²⁷ Vejam-se cartas de presos políticos ao presidente da república em IAN/TT, MI, DGAPC, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião, maço 213. A resposta do Juíz Costa Santos, declarando-se pela constitucionalidade das prisões, pode ler-se na *Capital*, n.º 535, 24-01-1912, p.1.

⁵²⁸ *O Dia*, n.º 121, 30-11-1911, p. 1.

⁵²⁹ Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 212. Pimenta de Castro defendia que apenas o exército tinha legitimidade para combater movimentos de revolta.

⁵³⁰ Cf. Noémia Malva Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, Edições Minerva, 2006, p. 39. O próprio general haveria mais tarde, em 1915, de contestar todas as interpretações dadas para a sua saída. Cf. entrevista de Pimenta de Castro, in *Jornal da Noite*, ano 1, n.º 101, 5-05-1915, p. 1.

⁵³¹ Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 123.

dos «funcionários públicos implicados no movimento de rebelião e incitamento à guerra civil»⁵³². Iniciava-se assim o afastamento dos funcionários considerados hostis, enquanto dezenas de revolucionários civis começavam a ser admitidos nos diversos cargos públicos⁵³³. Quanto ao movimento contra-revolucionário, entraria numa nova fase.

3. Do Pacto de Dover à Segunda Incursão

A preparação do movimento realista de 1912, dominado pela segunda incurção monárquica de Julho e pelos levantamentos populares do Minho, começou efectivamente logo a seguir ao desastre de Outubro, com a chegada de nova remessa de armamento e dos implicados nos levantamentos do Porto, com destaque para muitos clérigos⁵³⁴. Tavares Proença escrevia aos seus «amigos» a partir de Verin, expondo as razões do fracasso da primeira incurção e censurando aqueles que, ao contrário dele e Couceiro, não tinham cumprido o seu dever: «No que me diz respeito porém, resta-me a consolação de conscientemente ter cumprido o meu dever. Nem todos *infelizmente* poderão dizer o mesmo. E digo *infelizmente* porque se *todos* houvessem cumprido o seu dever não estaríamos hoje aqui neste horroroso tormento de exílio a preparar febrilmente uma nova e decisiva incurção, vendo a nosso lado, a dois passos de nós, o espectáculo horripilante da pátria a desmoronar-se, à nossa espera, sem um grito de dor, sem um gesto de revolta!»⁵³⁵. Estava, pois, em marcha, o segundo esforço da reacção monárquico-clerical.

Paiva Couceiro resolvera chefiar pessoalmente o movimento, mas as suas relações com Richmond não eram as melhores. D. Manuel repudiava a neutralidade da Galiza, facto que expôs numa carta dirigida aos emigrados, em 31

⁵³² IAN/TT, MI, DGAPC, Segurança Pública, maço 35, circular do MI n.º 705, de 10-10-1911.

⁵³³ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 47.

⁵³⁴ Joaquim Leitão, *Couceiro, O Capitão Phantasma (Dos acantonamentos da Galiza à marcha para a segunda incurção monárquica)*, Porto, Edição do autor, 1914, pp. 52 e 57-58. Sobre os preparativos na Galiza, leia-se, ainda, Joaquim Leitão, *Em Marcha para a 2ª Incursão*, Porto, Edição do Autor, 1915.

⁵³⁵ MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5. Sublinhado no original.

de Outubro⁵³⁶. A reacção da Galiza foi negativa e enérgica, com a maioria dos notáveis do movimento a dirigir-se ao rei manifestando a sua solidariedade com Paiva Couceiro, apesar de desvalorizarem o carácter «neutral» do movimento⁵³⁷. Na emigração, por sua vez, acusavam o rei exilado de «desinteresse» pelos trabalhos da restauração⁵³⁸, ao mesmo tempo que se fomentava o envolvimento dos próceres de D. Miguel, sob a acção de Alexandre Saldanha da Gama⁵³⁹.

A aparição do miguelismo neste esforço de restauração da monarquia e da emergência do ideário tradicionalista não foi meramente episódico. Os miguelistas anteciparam-se a Paiva Couceiro na Galiza, com a ida para Verin de D. João de Almeida. Desde Dezembro de 1910 que este oficial austríaco diligenciava para organizar as forças legitimistas para uma resistência à república, com contactos feitos em Chaves e Bragança, junto de religiosos. Quando Couceiro aí chegou, este procurou-o e ofereceu-lhe os seus serviços. Dos fiéis de D. Miguel chegaram à Galiza armas, dinheiro e «soldados», trazidos pela tia de D. Miguel, D. Aldegundes, personagem que haveria de interceder pelos emigrados junto do rei D. Afonso XIII⁵⁴⁰.

A divisão dinástica enfraquecia o movimento de restauração. Os miguelistas continuavam a tentar organizar uma coluna, ainda pela acção de D. João de Almeida⁵⁴¹, enquanto Paiva Couceiro, melindrado com D. Manuel, insistia no carácter neutral do movimento. Como evitar esta dispersão de forças e congregar os adversários da República?

Nessa época verificaram-se algumas diligências para unificar os esforços restauracionistas. Figuras proeminentes do miguelismo procuraram uma aproximação às cúpulas de D. Manuel, em especial àqueles que encabeçavam o movimento em França e Inglaterra. Algumas destas personalidades tiveram mesmo entrevistas com D. Miguel, em Paris e Biarritz, sobre o movimento restaurador.

⁵³⁶ BNP, ELM, doc. n.º 9427.

⁵³⁷ Cf. D. José Luís de Almeida, *ob. cit.*, pp. 210-212. Veja-se o testemunho do conde de Mangualde em Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *ob. cit.*, pp. 53-54.

⁵³⁸ Carta do conde de Vilas Boas, in D. José Luís de Almeida, *ob. cit.*, pp. 210-211.

⁵³⁹ IAN/TT, Arquivo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 1, Carta de D. Amélia a Azevedo Coutinho, de 26-11-1911.

⁵⁴⁰ Cf. testemunho de D. João de Almeida em *Aléo*, Boletim Quinzenal de 'Edições Gama', ano III, n.º 5, 3.ª série, 17-03-1944, p. 2.

⁵⁴¹ Cf. Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *ob. cit.*, pp. 52.

Por essa altura chegavam a Londres, onde acabara de se formar um comité para dirigir a política restauradora, as disposições de D. Miguel de auxiliar a causa monárquica e de abdicar das suas pretensões ao trono, feitas pelo marquês de Abrantes, D. João de Lencastre e Távora, a Luís de Magalhães. Segundo este, D. Miguel pretendia ver apenas restaurada a monarquia em Portugal. Depois de conversações prévias, vagas e comprometidas por vozes contraditórias, iniciaram-se negociações sérias, em Janeiro de 1912, conduzidas por D. Alexandre de Saldanha da Gama, que levava propostas definitivas de D. Miguel⁵⁴².

O acordo entre miguelistas e manuelistas, conhecido como «Pacto de Dover», foi patrocinado pela coroa espanhola, depois dos contactos estabelecidos por partidários de D. Miguel com o próprio Afonso XIII. A resposta dada pelo monarca espanhol a uma personalidade miguelista, que não foi identificada, é elucidativa: «Su país [...] atraviesa una crisis bien penosa y bien profunda y sería de desear que, olvidando sus querellas interiores, los miguelistas y los manuelistas se entendieran por el bien y por el porvenir de Portugal. La unión hace la fuerza! Es posible? Por qué no? Os debéis ambos a vuestro país y haciendo esto y combatiendo juntos facilitaríais muchas cosas... Yo soy el primer interesado en ver a vuestro país fuerte, próspero y sobre todo con el orden que deseo»⁵⁴³. Ficava assim evidente o desejo de Afonso XIII de ver instaurada a monarquia e a «ordem» em Portugal. Segundo o marquês do Lavradio, «a Espanha impõe o movimento»⁵⁴⁴.

A posição de Afonso XIII não se limitou a uma vaga expressão pessoal, como prova o envolvimento do seu ministro em Lisboa, o marquês de Villalobar, também ele favorável aos interesses realistas em Portugal. A acção diplomática de Villalobar terá sido fundamental para concertar os dois partidos desavindos numa tentativa de unidade operacional. Com efeito, o diplomata espanhol viajou para Londres, «mandado pelo Rei de Espanha», em Janeiro de 1912, para conversar com D. Manuel e dizer-lhe que «o rei de Espanha tinha de defender a sua

⁵⁴² Cf. Luís de Magalhães, *A Crise Monárquica. Documentos para a História e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello Editora, 1934, pp. 105-108.

⁵⁴³ Citado por Javier Tusell e Genoveva G. Queipo de Llano, *Afonso XIII. El rey polémico*, Madrid Taurus, 2001, p. 218.

⁵⁴⁴ Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 45, carta do marquês do Lavradio a Tavares Proença, de 10-01-1912.

coroa e que a república portuguesa lhe não convinha». Na eventualidade de D. Manuel não se interessar pelo movimento de restauração, o próprio Afonso XIII, cansado da propaganda nefasta dos republicanos, «ia fazer com que o movimento tivesse lugar sendo-lhe indiferente o Rei que para lá fosse, caso D. Manuel não quisesse»⁵⁴⁵. O marquês de Villalobar teve então conferências com Paiva Couceiro e D. Alexandre Saldanha da Gama. A união dos dois ramos dinásticos era, na sua opinião, a «única e mejor manera de entenderse todos j marchar de acuerdo»⁵⁴⁶.

As conversações para um acordo de unidade dos Braganças tiveram lugar em Londres, entre os representantes de D. Manuel e o lugar-tenente de D. Miguel, mas encontravam a maior dificuldade na recusa do representante legitimista em renunciar aos seus direitos dinásticos, única base de negociações para o partido manuelista. As negociações deviam terminar com uma troca de cartas entre D. Manuel e o seu primo, D. Miguel. O «pacto» de Dover, que formalmente nunca existiu, saldou-se por um encontro entre os dois representantes da casa de Bragança, ocorrido em Dover, na Inglaterra, a 30 de Janeiro. As cartas então trocadas, tornando claro múltiplos equívocos, não reflectiam aquilo que supostamente fora acordado, pois D. Miguel não abjurava os seus direitos dinásticos, deixando D. Manuel muito indignado com o logro aparente. E D. Miguel, que não pretendia firmar qualquer acordo político, mas apenas um acordo pessoal que visava a unidade para derrubar a república, ficava perplexo ante um documento que o obrigava a essa renúncia e não salvaguardava os direitos dinásticos dos seus descendentes⁵⁴⁷.

Apesar do equívoco de Dover, a informação que chegou ao público anunciava a existência de um acordo político. Aires de Ornelas, então a residir em Paris, concedeu uma entrevista ao jornal francês *Excelsior*, em que afirmava que o «acordo» «aumentará as probabilidades da restauração monárquica». Para Ornelas, a gravidade da situação política em Portugal obrigara a uma conciliação dinástica e significava a «união de todos os portugueses perante o inimigo comum»⁵⁴⁸.

⁵⁴⁵ *Ibidem*.

⁵⁴⁶ IAN/TT, Fundo particular de João de Azevedo Coutinho, Caixa 2, carta do marquês de Vilalobar a João de Azevedo Coutinho, de 17-12-1911.

⁵⁴⁷ Cf. Luís de Magalhães, *A Crise Monárquica. Documentos para a Historia e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello Editora, 1934, pp. 109-158.

⁵⁴⁸ Entrevista publicada na *Capital*, n.º 546, 06-02-1912, p. 1.

Aparentemente, D. Manuel, mantendo o silêncio sobre o que realmente se passara em Dover, procurava garantir a unidade política em torno do movimento de restauração, arregimentando todos os descontentes com a república e aprofundando a organização, já conciliado com Paiva Couceiro. É nesse sentido que deve entender-se a nomeação do «paladino» para chefe da contra-revolução: «Ele é o chefe do movimento e julgo absolutamente necessário que hoje *uma só e única orientação*»⁵⁴⁹. Couceiro mantinha boas relações com os sectores miguelistas, através de D. Aldegundes, condessa de Bardi, e abandonara o seu projecto plebiscitário, o que agradava a D. Manuel. A Galiza continuaria a organizar uma coluna e a preparar o movimento interno para uma sublevação nacional, pois Couceiro acreditava que «todo o país se sublevará um dia, num vasto e formidável arremesso de opinião nacional... Não será uma conspiração, há-de ser a vontade nacional que reporá D. Manuel no trono»⁵⁵⁰.

O facto mais significativo saído das negociações de Dover consistiu na mutação inequívoca que se dera na natureza do movimento monárquico-clerical. Em 1911 não era ainda um movimento formalmente restaurador, apesar de se acreditar que só a restauração da realeza poderia extirpar de vez a «conturbada» república. A partir de 1912, pelo contrário, o movimento assumia formalmente como programa a restauração da monarquia na pessoa de D. Manuel.

O projecto restaurador obedecia ao comité de Londres, chefiado por figuras de proa, como o marquês do Soveral, o Visconde de Asseca, Luís de Magalhães, Almeida Azevedo e J. de Almeida. Este comité articulava a sua acção com outros comités em Paris, Madrid, Lisboa e a Galiza, onde tinha como delegados João de Azevedo Coutinho, Aires de Ornelas e o conde da Ribeira⁵⁵¹. Foi em Londres que Luís de Magalhães redigiu um «Esboço dum plano político para a restauração da Monarquia». Esse projecto continha os prolegómenos políticos e jurídicos da restauração. Começava por declarar que a república era o resultado de «um puro

⁵⁴⁹ IAN/TT, Fundo particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de Fevereiro de 1912. Sublinhado de D. Manuel.

⁵⁵⁰ Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 150; entrevista de Aires de Ornelas, in *A Capital*, n.º 546, 6-02-1912, p. 1. Segundo o marquês do Lavradio, «o Couceiro não quer porém fazer o movimento sem contar com uma certa organização interna e prefere esperar até à primavera por causa da invernia. Calcula porém poder entrar em Março» [Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, pp. 45-46, carta do marquês do Lavradio a Tavares Proença, de 10-01-1912].

⁵⁵¹ Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 73, carta do marquês do Lavradio, de 23-10-1912.

acto de usurpação, traiçoeiro e violento, realizado por uma minoria insignificante do exército e da população civil» que o acaso favoreceu e que, *ipso facto*, não representava a vontade nacional. Sem legitimidade, pois as eleições constituintes não passavam de um «puro simulacro» de natureza exclusivamente republicana, a república não era mais do que um «interregno» que terminaria com a reposição do trono.

O plano de restauração contemplava três fases distintas: a primeira era a fase do movimento contra-revolucionário, de natureza militar, que decorria desde a incursão e os pronunciamentos militares e civis internos, até à conquista de Lisboa e a eliminação completa da república; a segunda fase era constituída por uma obra de saneamento administrativo e reposição da ordem, entregue a um ministério constituído por um conjunto de «especialistas» de méritos e competência técnica reconhecida; nesta fase procedia-se ainda à organização político-partidária da monarquia, com a criação de um grande partido conservador-liberal que combateria o «despotismo demagógico» e o radicalismo republicano. Sob a acção desta agremiação seria edificada uma monarquia parlamentar mas conservadora, ao mesmo tempo «moderna» e «tradicionalista», «progressista» e respeitadora das «tradições»; finalmente, restabelecido o trono e reposta a legalidade constitucional, entrar-se-ia na terceira fase, período marcado por profundas reformas políticas «na representação nacional, na administração local, no regime tributário, no sistema financeiro» e por reformas na economia, sociedade, ensino, justiça, defesa e colónias. Era todo um novo edifício governativo que se propunha reconstruir a monarquia nova em Portugal, conciliando as exigências de modernidade com a tradição⁵⁵².

O movimento restaurador viu reforçada a sua pretensa legitimidade, no decorrer de 1912, em virtude do crescente radicalismo e das tensões sociais que envolveram a igreja e o proletariado. O mês de Janeiro começou com uma forte campanha de luta e agitação conduzida pelos sectores operários contra a lei do inquilinato e em defesa de melhores salários. Esse combate enérgico começou em Évora, quando centenas de trabalhadores rurais protestaram contra o desrespeito dos proprietários pela nova tabela salarial acordada pelas partes. A greve

⁵⁵² O plano detalhado da restauração pode ler-se em Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarchia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, 206-223.

seria reprimida pelas autoridades civis e pela GNR, resultando em vários feridos, prisões e um morto. Em Lisboa, por solidariedade com Évora, foi declarada a greve geral, que paralisou a região da Capital entre 29 e 30 de Janeiro⁵⁵³. No Porto teve lugar um comício de «protesto contra os acontecimentos de Évora»⁵⁵⁴. A violência inusitada da sublevação operária, que fez uso de bombas e armas de fogo, obrigou o governo a reunir um forte dispositivo de força, recorrendo à GNR e mobilizando pequenos destacamentos de artilharia e cavalaria de cidades como Santarém, Portalegre, Elvas e Portalegre, para além dos batalhões de voluntários. A 30 de Janeiro foi decretado o estado de sítio e suspenderam-se as garantias constitucionais, entregando-se o governo de Lisboa à autoridade militar do comandante da 1.^a divisão, general António Carvalho de Carvalho⁵⁵⁵.

O governo de Augusto Vasconcelos enviou a Évora, como delegado, o deputado Inocêncio Camacho. A sua explicação para a violência das reivindicações estribava-se numa estranha aliança entre grupos de «reaccionários» e agentes do anarquismo. De acordo com o seu relato, bandos armados percorriam os campos, obrigando os trabalhadores rurais a segui-los. Esses bandos, constituídos pelos «criados de reconhecidos reaccionários, de mistura com anarquistas» incitaram os «trabalhadores a marchar sobre Évora, dizendo-lhes que Paiva Couceiro lhes faria pagar 600 réis por dia»⁵⁵⁶.

A república não compreendia que os operários contestassem de forma tão patente a nova ordem política, tida como progressista e favorável aos trabalhadores. Isso explica que a propaganda estabelecesse umnexo de ligação entre os monárquicos e as organizações operárias, fazendo crer que as reivindicações do sector eram patrocinadas por adeptos da coroa. Estas inferências retorcidas e enviesadas justificavam também a violência exercida e o «aparato bélico». Alguma imprensa republicana escrevia que a greve geral de Lisboa, transmutando a luta sindical em «violência revolucionária», não era mais do que a metamorfose de um «complot monárquico»⁵⁵⁷. O absurdo de tais entendimentos parece óbvio, mas a verdade é que Augusto de Vasconcelos, obrigado a explicar a crise na câmara

⁵⁵³ Cf. António José Telo, *ob. cit.*, p. 56.

⁵⁵⁴ *A Capital*, n.º 539, 28-01-1912, p. 2

⁵⁵⁵ *A Capital*, n.º 540, 30-01-1912, p. 1.

⁵⁵⁶ *A Capital*, n.º 539, 28-01-1912, p. 2.

⁵⁵⁷ António José Telo, *ob. cit.*, p. 57; *A capital*, n.º 540, 30-01-1912.

dos deputados, atribuiu de forma categórica a monárquicos e «reaccionários» a responsabilidade deste movimento «revolucionário». O chefe do governo identificava mesmo uma mutação nos processos contra-revolucionários: «há muito que o Governo sabia que os reaccionários tinham mudado de sistema, de tática, que em vez de fomentar desordens, atrevendo-se a pretender perturbar a sociedade portuguesa sob a sua própria responsabilidade, pretendiam perturbá-la introduzindo agitadores profissionais nas massas operárias, na honesta massa operária do país [...], e sabia, também, que nas associações, que no uso legítimo dum direito que as classes trabalhadoras tinham constituído, se estavam metendo e introduzindo esses e outros elementos de desordem, elementos perturbadores que procuravam fazer um levantamento geral contra o Governo e contra a República. O Governo tinha, há muito, informações de que esses elementos manobravam e tramavam e seguiu-os sempre de perto, para no momento oportuno e quando o perigo avolumasse, caso não pudesse evitá-lo, vir ao Parlamento pedir as medidas que houvesse necessidade de tomar, extraordinariamente, para um tal estado de coisas»⁵⁵⁸.

Em face dessas «medidas extraordinárias» procedeu-se então a numerosas prisões de sindicalistas e de monárquicos⁵⁵⁹, tendo-se destacado a prisão de José de Azevedo Castelo Branco, acusado de ser «autor de cartas de graves responsabilidades»⁵⁶⁰. O advogado Mário Monteiro foi igualmente encarcerado. A natureza do labéu que pendia sobre este conhecido advogado de defesa de monárquicos, no tribunal das Trinas, decorria das relações profissionais que tinha com várias associações operárias. Era com argumentos espúrios e judicativos que o governo forjava um consórcio entre os sectores operários e os adeptos da realeza. A estratégia seria repetida noutras conjunturas, como em 1913, numa época em que os sectores operários e anarquistas não escondiam o ódio ao Partido Democrático e a Afonso Costa.

A verdade é que tais estribilhos não passavam de exercícios de propaganda, repudiados imediatamente no *Dia*, que escreveu que tais acusações eram «inverosímeis»⁵⁶¹. Em Janeiro de 1912, os monárquicos estavam muito ocupados

⁵⁵⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 01-02-1912, p. 4.

⁵⁵⁹ Mais de 600 pessoas foram presas a bordo da fragata *D. Fernando* e do navio *Pêro d'Alenquer*.

⁵⁶⁰ *A Capital*, n.º 540, 30-01-1912, p. 1.

⁵⁶¹ *O Dia*, n.º 183, 3.ª série, 13.º ano, 15-02-1912, p. 1.

a discutir a possibilidade de uma unidade dinástica para combater a república. A desconstrução de tão mirabolantes conluios seria feita por quem contribuiu para a sua elaboração. Com efeito, as afirmações do deputado Inocêncio Camacho, no parlamento, referem apenas que o movimento de Évora interessava aos «lavradores», «porque tinham dinheiro», e que as perturbações eram animadas por «pessoas que não podem simpatizar com o regime republicano»⁵⁶². Os latifundiários e camponeses ricos do Alentejo, «porque tinham dinheiro» só podiam abominar a república. E com este preconceito classista se deduzia a autoria dos graves confrontos sociais.

Quanto à agitação de Lisboa, as únicas provas existentes eram «material para fazer explosivos» e algumas frases incendiárias, de matiz claramente anarquista, tiradas de uns panfletos encontrados na sede da União de Sindicatos⁵⁶³. O anarco-sindicalismo era então o verdadeiro responsável pela dimensão revolucionária destas manifestações de luta⁵⁶⁴.

No campo religioso, a situação não era menos tensa e dramática, em resultado da aplicação da lei de separação. As vítimas eram agora os prelados. D. Manuel Vieira de Matos fora desterrado pelo governo, a 25 de Novembro, para o Fundão, acusado de defender um padre que lera aos seus paroquianos a encíclica *Jamdudum in Lusitania*, de Pio X. O Episcopado ainda reclamou para o presidente da república mas sem efeitos. D. Manuel sofreria novo desterro, a 28 de Dezembro de 1911, depois de ter expedido uma circular ao clero da sua diocese em que lhe determinava que não colaborasse na organização das cultuais. A organização das cultuais seria aliás a causa do desterro de todo o clero episcopal e dos governadores de bispado, de tal modo que a 8 de Abril de 1912 não residia nenhum bispo na sede do seu bispado⁵⁶⁵.

O conflito entre clericalismo e anticlericalismo agravava-se, opondo os sectores conservadores aos radicais. A 1 de Janeiro teve lugar, em Lisboa, junto ao patriarcado, uma manifestação de solidariedade muito carregada de cunho

⁵⁶² *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 01-02-1912, p. 9.

⁵⁶³ *Ibidem*, p. 6. As frases citadas eram: «A ideia patriótica é uma superstição de que os habilitados se aproveitam para governar os operários»; «Às violências da guarda republicana responde-se com bombas de dinamite» e «Debaixo da farda de cada militar pulsa o coração dum assassino».

⁵⁶⁴ Cf. António José Telo, *ob. cit.*, p. 52.

⁵⁶⁵ Cf. A. Jesus Ramos, *art. cit.*, pp. 290-291.

ideológico, que contou com a participação das elites conservadoras e muito povo⁵⁶⁶. A essa manifestação responderam os sectores mais radicais com uma manifestação anticlerical, no dia 14, convocada pela Associação do Registo Civil. Nela marcaram presença as associações republicanas da Capital, mas igualmente a maçonaria, liderada por Magalhães Lima, representantes do exército e personalidades ilustres da república, como Correia Barreto e Teófilo Braga. No Porto, entre os manifestantes destacaram-se alguns intelectuais republicanos, como Leonardo Coimbra. O jornalista da *Capital* entendia estas manifestações como uma resposta ao desafio feito à república pela «Roma papal», «inimiga da razão, do progresso e da soberania dos povos». O «povo republicano» defendia a aplicação de uma lei «que fez sua» e com a sua manifestação «sancionou a orientação democrática da República»⁵⁶⁷.

Mas, na realidade, em nome da «liberdade de consciência» e da «liberdade religiosa» cometeram-se as maiores violências contra a religião e os seus ministros, sob a acusação de que conspiravam contra a república⁵⁶⁸. Para além das prisões arbitrárias, atacava-se de facto a liberdade religiosa. Na Páscoa desse ano, muitos padres foram ameaçados para não realizarem as tradicionais celebrações festivas, como a visita pascal, e em alguns casos houve recurso a atentados bombistas. Os mais destemidos corriam riscos, mas outros evitavam expor a sua integridade física à «lei da bomba» imposta pelas «minorias»⁵⁶⁹. Estas acções, praticadas por grupos radicais de defesa da república, não eram punidas pelas autoridades.

É certo que nem todas as autoridades administrativas agiam de forma radical no controlo da aplicação das disposições da lei de separação, pois muitas procediam com tolerância e respeito pelo sentimento religioso das populações⁵⁷⁰. Mas os extremistas interferiam com a prática do culto, como a semana santa, contribuindo para aumentar a hostilidade dos meios conservadores, mesmo republicanos, contra o regime. Em muitos casos, o anticlericalismo exagerado fomentou o ressurgimento do espírito católico e acentuou o fervor religioso. Em Monforte,

⁵⁶⁶ Cf. *O Dia*, n.º 148 (3.ª série), 13.º ano, 02-01-1912, p.1.

⁵⁶⁷ *A Capital*, n.º 525, 14-01-1912, p. 1.

⁵⁶⁸ Leia-se a carta do abade de Tadim em Raul Brandão, *ob. cit.*, pp. 150-151.

⁵⁶⁹ BNP, ELM, doc. n.º 9576, carta do padre António da Costa Ramos, abade de Perafita, a Luís de Magalhães, de 14-04-1912.

⁵⁷⁰ Sobre a aplicação da lei de separação, leia-se Maria Lúcia de Brito Moura, *ob. cit.*, pp. 469 e ss.

onde o administrador do concelho impediu as cerimónias da semana santa, o oficial do registo civil assistiu à missa, fazendo aparentemente uma evolução pessoal da indiferença para a fé. Esta mutação foi notada por António Sardinha, que naquela época fez também a sua conversão à religião católica, ainda que numa dimensão «poética» e dentro de uma «religiosidade laica» recolhida dos ensinamentos de Renan⁵⁷¹.

Mas se uns encontravam a fé católica, outros convertiam-se ao evangelho contra-revolucionário, como o padre Américo da Costa Nilo, responsável por actividades conspirativas na Póvoa do Varzim e em Esposende⁵⁷². Apesar da descrença no movimento de Couceiro, que as populações mofavam já de «Capitão Rouceiro», o ambiente social de «desordem», «indisciplina» e anarquia acicatava mesmo aqueles mais ponderados como o padre Américo da Costa Nilo. Levado para o cerne do confronto pelas negações do messianismo, o sacerdote invocava a chegada de uma nova ordem que trouxesse a paz e a estabilidade a uma república anarquizada. Para a reconstrução dessa ordem reclamava-se a acção de um «salvador», de uma personalidade providencial que podia ser o «Grão Capitão» ou «outro qualquer» que sobrepujasse a «mediocridade dos homens do seu país»⁵⁷³. O messianismo e o seu matiz português, o sebastianismo, caracterizavam as sociedades cuja identidade colectiva se encontrava definida pelas ideias de decadência e ressurgimento. A sua formulação durante a república antecipa os fenómenos de apoio a Sidónio Pais e a Salazar, vistos pela opinião pública conservadora como salvadores duma pátria doente e anquilosada.

A verdade é que o sistema político republicano não favorecia a constituição de uma agremiação ou força política saída dos sectores do conservadorismo monárquico e católico. Sem possibilidade de representação parlamentar, com a sua imprensa acoçada pelos excessos extremistas, a reacção anti-republicana não tinha alternativa à acção armada e à conspiração. Esta, por sua vez, dava força ao Partido Democrático e aos «patriotas» mais radicais, que aproveitavam o

⁵⁷¹ Cf. Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925). Um Intelectual no Século*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 146, 159-161.

⁵⁷² Cf. BNP, ELM, doc. n.º 7997, carta do padre Américo da Costa Nilo a Luís de Magalhães, de 19-08-1912.

⁵⁷³ *Ibidem*, doc. n.º 7991, carta do padre Américo da Costa Nilo para Luís de Magalhães, de Abril? 1912.

«perigo monárquico» para atacar os moderados, chefiados por António José de Almeida e Brito Camacho⁵⁷⁴.

A acção política concertada dos moderados, surgida com a designação de União Nacional Republicana, teve o seu esfacelo inevitável no início de 1912, com a formação de duas novas agremiações partidárias. António José de Almeida e Brito Camacho formaram então, entre Fevereiro e Março de 1912, dois partidos distintos: o Partido Evolucionista e a União Republicana. Esta recomposição político-partidária visava penetrar no mundo rural e urbano da província, dando voz a sectores que eram desprezados pelo Partido Democrático⁵⁷⁵.

Por outro lado, parece evidente que as novas agremiações não enjeitavam a hipótese de atrair os monárquicos e os católicos para quem a questão de regime não assumisse uma dimensão de princípio e consciência e integrar o mundo conservador das províncias, indiferente e passivo, mas sujeito às investidas dos adversários da república. É o que se depreende de alguns tópicos do seu programa político, como a revisão da lei da separação e o favorecimento de uma política de atracção. Não por acaso, uma das primeiras propostas de António José de Almeida no parlamento foi a concessão de uma larga amnistia para os presos políticos, iniciativa política que o Partido Democrático estrangulou sem hesitação⁵⁷⁶.

Alfredo Pimenta, que então militava no Partido Evolucionista, via na constituição de uma república conservadora a alternativa à «república demagógica» de Afonso Costa. Mas ao contrário dos radicais que governavam, aos conservadores, isto é, às classes populares e às classes superiores, de «tendências orgânicas e construtivas», faltava «organização» e «disciplina»⁵⁷⁷. Para Alfredo Pimenta, o Partido Evolucionista devia cumprir essa missão de coalizacção, integrando os monárquicos num grande partido conservador: «Todos sabem, os mais ferrenhamente monárquicos, que a monarquia não tem, pela força própria, isto é, pelos elementos de que dispõe, quer entre nós, quer além fronteiras, possibilidade,

⁵⁷⁴ Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. Cit.*, pp. 108-109.

⁵⁷⁵ Sobre o sistema político-partidário da república, leia-se Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português 1910-1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

⁵⁷⁶ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 21-02-1912, p. 4.

⁵⁷⁷ Alfredo Pimenta, *Política Portuguesa. Elementos para a Solução da Crise Nacional*, Coimbra, Moura Marques, 1913, pp. 11-112.

ainda a mais longínqua, de, num movimento revolucionário, tomar novamente conta dos destinos do país. [...] Não é tarde, pois, para, esquecendo agravos, se colaborar na obra do progresso nacional porque há muito vínhamos sonhando, para que há muito vínhamos trabalhando. Temos ainda uma grande fé no espírito patriótico do País. E queremos acreditar que a Nação nos não abandonará, não nos deixará isolados no fim que temos em vista»⁵⁷⁸.

A recomposição político-partidária de 1912 colocou pela primeira vez no tablado das relações políticas a hipótese de uma república conservadora. Esta solução será aventada noutras conjunturas difíceis, como em 1915 e 1917-1919, e para muitos políticos só uma república conservadora, construída sobre uma extensa base social de apoio, poderia salvar a república da instabilidade permanente. Os radicais e os próprios monárquicos, naturalmente, não aceitavam esta solução.

A contra-revolução monárquica encontrava a sua legitimidade na violência republicana, na desordem social e na «crise do medo». O jornal de Moreira de Almeida, que nos primeiros meses de 1912 desenvolveu uma campanha de pacificação da sociedade portuguesa, de afirmação da «ordem» e da «autoridade», sofreu várias ameaças veladas e um ataque incendiário⁵⁷⁹. Os ataques à imprensa, muitas vezes com a conivência das autoridades, constituíam a realidade mais visível deste radicalismo, que não admitia a crítica e a sugestão contrária. A imprensa monárquica via nestas violências o repúdio do regime pelas liberdades instituídas pela constituição republicana, e por isso questionava: «Quando não há num país liberdade de pensar, nem liberdade de escrever, nem liberdade de falar, quando só não são burlas as bombas de dinamite que põem em risco a vida dos cidadãos e da propriedade e às centenas se encontram fabricadas como agora se viu em Miragaia, quando por toda a parte a tudo isto acolhe a impunidade mais revoltante, para que há-de apelar-se, e como há-de discutir-se?»⁵⁸⁰. No campo republicano, personalidades como Alfredo Pimenta criticavam asperamente a república «demagógica», que acusavam de ser responsável pela «invenção dos monárquicos»: «A opinião monárquica de hoje minúscula e insignificante, mas que existe, e que todavia não existia em 5 de Outubro, quem fez

⁵⁷⁸ *Ibidem*, p. 165.

⁵⁷⁹ «A Crise da Ordem», in *O Dia*, n.º 216, 26-3-1912.

⁵⁸⁰ *O Dia*, n.º 218, 3ª série, 13º ano, 28-3-1912, p. 1.

essa opinião senão nós, com a nossa intolerância e a nossa loucura, com o nosso facciosismo e as nossas perseguições?»⁵⁸¹.

A resposta dos monárquicos a estes excessos encontrava-se na revolta armada. A preparação de uma nova revolta aparecia, assim, com uma áurea messiânica que fazia aumentar o número de arregimentados para actividades de conspiração. Vários comités internos preparavam um movimento que devia deflagrar ao mesmo tempo que Couceiro entrasse em Portugal à frente de um «exército». Era a repetição do modelo anterior, e que falhara. Ao nível interno, era no Porto e em Lisboa que se concentravam os mais importantes esforços organizativos. Mas as expectativas de Paiva Couceiro centravam-se no Porto, onde era suposto rebentar a contra-revolução que permitisse às forças anti-republicanas «avançarem sobre Lisboa»⁵⁸². Aparentemente, os revoltosos preparavam-se para envolver cavalaria 9, no Porto, enquanto em Lisboa os manejos se concentravam em artilharia 1, infantaria 1 e um batalhão de caçadores⁵⁸³. Em reuniões furtivas que envolviam militares e civis, alguns ligados com Londres, onde estava João de Almeida, o «herói dos Dembos», em contacto com Paiva Couceiro, ia-se preparando o terreno para a conjura. Os oficiais mais novos, como o tenente de cavalaria Solari Allegro, figura flamejante no período de 1918-19, começavam a impor-se. No Porto, onde os trabalhos pareciam mais adiantados, havia já um grupo alargado de aliciados civis, estava já adquirido armamento e preparado um posto de socorros. A polícia descobriria também grande quantidade de manifestos impressos e outros manuscritos, «assim como bandeiras, escudos e emblemas da monarquia deposta e também do chefe dirigente daquela incursão»⁵⁸⁴.

Outras cidades importantes eram Viseu, onde se contava com os dois regimentos locais⁵⁸⁵, Braga, Coimbra e Leiria. Na região de Coimbra, os conspiradores estavam em ligação com a Galiza através de Ascânio Pessoa da Costa

⁵⁸¹ Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, pp. 367-368.

⁵⁸² AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 1, pasta 34 e caixa 10, pasta 3. Informações de um espião em Vigo, próximo de Couceiro, e de um tenente de infantaria 14 (Viseu); AHM, TCB, n.º 1, pasta 1, depoimento do seminarista José Magalhães Alves da Costa.

⁵⁸³ Cf. AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 10, pasta 3.

⁵⁸⁴ AHM, 3.^a divisão, 7.^a secção, Processo de António Adalberto Solari Allegro, caixa 1383. Solari Allegro foi a julgamento, com outros réus, mas o júri, apesar das muitas provas materiais, não deu o crime como provado.

⁵⁸⁵ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 10, pasta 3.

e Mário Pessoa da Costa, que se encontravam em Guinzo. A documentação apreendida pelas autoridades, endereçada ao ex-capitão de infantaria Mário de Sousa Dias, permite surpreender os mecanismos e os obstáculos do movimento. Uma dessas contrariedades prendia-se com a demissão e deslocação de oficiais sobre os quais recaíam desconfianças. A outra radicava na inépcia e passividade de muitos dos oficiais e do próprio comité de Lisboa, apesar da existência de armamento: «Aqui muito se podia fazer se os oficiais monárquicos do regimento tivessem tomates e se o director de Lisboa desse sinal de vida. Eu tenho 30 pistolas boas, vários revólveres, 50 espingardas de caça com cartuchos de bala e 9 carabinas tudo bem municiado à custa de muito trabalho e despesa e bons homens para tudo. O que falta é direcção e coragem nos oficiais»⁵⁸⁶.

Na Figueira da Foz, o comité militar oferecia à conspiração «15 artilheiros reservistas» e «sargentos»⁵⁸⁷, numa região onde o ímpeto contra-revolucionário e a abundância de recursos bélicos contrastavam com a inatividade de outras regiões: «A minha guerrilha está pronta a entrar em fogo com entusiasmo; tenho milhares de balas de calibre 12, 10 e 6 e 20 fabricadas em baleeiros [...] de Ste. Etienne. Conto roubar as 20 espingardas da carreira de tiro [da Figueira da Foz] e as balas que lá existem para assim ter um exército de respeito; pena é tão estar longe da fronteira»⁵⁸⁸. As queixas dos conspiradores monárquicos eram justificadas, pois os oficiais não constituíam modelos de conspiração. O exército só podia actuar como corporação e não isoladamente e a sua passividade ficara provada no 5 de Outubro. Observadores mais argutos notavam precisamente que o exército «hoje como em 5 de Outubro não se bate, nem se quer bater, nem pela Monarquia nem pela República, acrescentando hoje que está pior do que em 5 de Outubro pela indisciplina e anarquia em que tem vivido durante um ano»⁵⁸⁹. Mais tarde,

⁵⁸⁶ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 36, n.º 1. Noutra carta repete-se o lamento quanto à inacção dos oficiais do exército: «Os oficiais aqui têm boa vontade, mas têm muito cu (medo) e não sei o que farão na hora própria. Todos os dias lhes repito que estou pronto a auxiliá-los na tomada do quartel, matando à saída de casa todos os oficiais e sargentos malandros, mas... nada. [...] O comité Lisboa nada diz» [in AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 50].

⁵⁸⁷ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 36, n.º 1 e pasta 50.

⁵⁸⁸ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 50, carta em cifra de 21-06-1912.

⁵⁸⁹ José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 36, carta do marquês de Lavradio de 27-10-1911.

os oficiais do exército serão acusados pelo movimento realista de «traição»⁵⁹⁰ e «cobardia»⁵⁹¹.

Na região de Elvas, ao contrário de Coimbra, o movimento carecia de armamento e procurava suprir a falta através da Galiza, pedindo a Couceiro «30 espingardas e 100 cartuchos para cada, ou mesmo carabinas». As sugestões dos conspiradores internos permitem reconstituir o percurso e o *modus operandi* de ingresso de armamento em Portugal. As armas deviam ser despachadas por Comboio para a estação de Badajoz, em nome e morada acordados previamente, em conjuntos de cinco por dia. A guia para o seu levantamento era entregue em mão ou enviada para uma morada diferente, igualmente combinada⁵⁹².

Em Lisboa existia também um comité civil e outro militar, com ligações entre si, cuja constituição não foi possível apurar com rigor. Aparentemente, o comité civil envolvia Luís Teles de Vasconcelos⁵⁹³, enquanto o comité militar seria chefiado por um coronel⁵⁹⁴ que estava em ligação com Paiva Couceiro⁵⁹⁵. A actividade contra-revolucionária da Capital exigia cautelas redobradas, por força da acção da carbonária e dos «voluntários» da república, mas há indícios de que o contrabando de armas na cidade não parava de crescer. Em Maio de 1912 recrudescia a actividade subversiva destes grupos através de novo foco panfletário, carregado de apelos inflamados «À Revolução»: «É tempo de entramos em guerra franca e aberta contra a tirania dos antros que infamemente escala o poder do nosso Portugal tão amado»⁵⁹⁶. A sua linguagem belicista deixava entrever a atmosfera de ódio contra a república, que acusavam de «perturbar as ruas conservando a ordem à sombra de toda a casta de violências, de insultos e perseguições». Este apelo «à revolução» fazia-se em nome da «ordem», das «crenças» e das «tradições» dos portugueses, prova de que a questão religiosa estava no cerne da actividade contra-revolucionária⁵⁹⁷.

⁵⁹⁰ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 7.

⁵⁹¹ AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 2657.

⁵⁹² AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 36, n.º 3.

⁵⁹³ Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 36.

⁵⁹⁴ Há indícios de que se tratava de Adriano Madureira Beça.

⁵⁹⁵ Cf. AHM, TCB, n.º 1, pasta 1, depoimento do seminarista José Magalhães Alves da Costa.

⁵⁹⁶ AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206.

⁵⁹⁷ *Ibidem*.

3.1. A segunda incursão

150

O movimento da Galiza, sob o comando de Paiva Couceiro, e obedecendo ao lábaro da monarquia constitucional, reorganizava-se para uma segunda incursão. O objectivo desta nova investida foi estabelecido com clareza no manifesto de Tavares Proença. Não se tratava de uma invasão militar para restaurar a monarquia, mas de «uma força» que servia de alavanca a um movimento nacional para expulsar a república, em nome da «liberdade das suas crenças – essa luz suavíssima que vem do alto iluminar a consciência sereníssima dos crentes!»⁵⁹⁸. Em Tui imprimia-se entretanto um jornal, o *Portugal Novo*, onde se cultivavam os valores da pátria regenerada, e se vislumbravam os alicerces políticos e ideológicos da nova monarquia. Nas suas páginas ecoava a crença numa restauração iminente, prova de que o «comandante» não andava sozinho nesta esperança redentora. D. Manuel endossou entretanto uma carta à emigração, publicada nesse jornal, em que cumprimentava os «soldados» do seu exército, partilhando com eles a dor e a mágoa do exílio, mas a mesma esperança numa restauração próxima, na «salvação da Pátria – da Pátria que só pode viver com aqueles princípios de ordem, de justiça, de liberdade, de tolerância, de respeito pelas garantias individuais, que os recentes acontecimentos do nosso país irrecusavelmente mostram estarem em Portugal consubstanciados com a Monarquia»⁵⁹⁹.

O movimento de restauração, seguindo o plano de Luís de Magalhães, previa uma acção militar levada a cabo a partir da Galiza, mas tinha como elementos chave as revoltas militares e os levantamentos internos. Couceiro não estava isolado na crença de que bastava a «conquista» de uma cidade para a partir dela se conquistar o resto do país. O projecto restauracionista elaborado por Luís de Magalhães previa que a primeira fase, fase essencialmente militar, comesças-se com as incursões e os «pronunciamentos militares e civis que se façam em qualquer parte do território português, até que em poder dos monárquicos caia uma capital de distrito, ou cidade ou vila importante, onde se possa organizar um governo provisório ou Junta Governativa que, em nome d'el Rei, concentre

⁵⁹⁸ MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5].

⁵⁹⁹ *Portugal Novo*, 1.º ano, n.º 1, 10-03-1912, p. 1 [MNE, AHD, 3P, A3, M716, n.º 5].

a direcção suprema do movimento, quer sob o ponto de vista militar, quer sob o político»⁶⁰⁰.

Não se tratava, portanto, de uma estratégia irrealista, fruto da incompetência militar de Couceiro, mas de uma possibilidade admitida naquela conjuntura por vários estrategas e protagonistas da contra-revolução. As cúpulas monárquicas acreditavam que o exército estava com a monarquia, mas que dada a sua passividade natural precisava de um estímulo exterior, de alguém que atesse esse rastilho. A coluna da emigração era esse rastilho. Acreditavam ingenuamente que a província podia impor-se a Lisboa.

Tornava-se por isso urgente a compra de armamento. O contrabando de armas, em Espanha e Portugal, intensificara-se logo após a derrocada da primeira incursão, presume-se que sob o controlo directo de Paiva Couceiro e Jorge Camacho⁶⁰¹. Havia já informações rigorosas sobre a aquisição de duas metralhadoras vindas da Alemanha, e que se encontravam escondidas perto de Verín. Pela fronteira de Vilar Formoso teriam entretanto passado «1500 pistolas» pela acção de um «sargento reformado, dentro de «fardos de fazenda»⁶⁰². Para este contrabando de armas contribuía os chefes carlistas da Galiza, como o deputado Aguado Salaberri, que participava em reuniões na Galiza a pedir auxílio para os monárquicos portugueses, mesmo que isso exigisse «sacrifícios». Os carlistas empenhavam-se por isso na vitória da monarquia em Portugal, auxiliando os «paivantes» no contrabando de armamento para dentro do país⁶⁰³. Mas também Espanha seria acusada de auxiliar os emigrados portugueses com armamento. Com efeito, teriam sido identificadas armas «Remingtons» usadas pelo exército espanhol e «Mausers» produzidas na Fábrica Real de Oviedo, o que comprometia o governo de Madrid⁶⁰⁴.

A presença dos emigrados portugueses foi sempre um problema para as autoridades espanholas que, apesar de tudo, só agiam por pressão do ministro

⁶⁰⁰ Luís de Magalhães, «Esboço dum plano político para a restauração da monarquia», in *ob. Cit.*, pp. 220-221.

⁶⁰¹ Cf. informações dos cônsules e espíões em AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 3.

⁶⁰² *Ibidem*, caixa 10, pasta 2.

⁶⁰³ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 30.

⁶⁰⁴ MNE-AHD, 3P, A28, M153; Joaquim Leitão, *Paiva Couceiro, o Capitão Phantasma*, Porto, Edição de autor, 1914, pp. 199- 213.

de Portugal em Madrid⁶⁰⁵. Na Galiza, na região de Ourense, intensificavam-se as tensões entre os apoiantes dos emigrados, normalmente as autoridades locais e as pessoas de «posição social», e os seus adversários, os republicanos e os carbonários galegos, envolvendo-se numa autêntica guerra civil⁶⁰⁶. Aos republicanos galegos, ligados aos carbonários e aos cônsules portugueses, interessava alertar as autoridades de Madrid para a presença dos emigrados portugueses, procurando manifestar a sua «incompatibilidade com a população da Galiza»⁶⁰⁷. Já em Tui, pelo contrário, a presença dos portugueses era encarada com optimismo e confiança e aproveitada como importante fonte de negócio.

Portugal ia pressionando Madrid, jogando o futuro da incursão no tabuleiro da diplomacia, apoiado pela Inglaterra e pela acção de José Relvas, que João Chagas tinha convidado para chefiar a legação de Portugal na capital espanhola⁶⁰⁸. As tensões entre os emigrados e os republicanos galegos, juntamente com as insistentes reclamações de José Relvas, obrigaram Canalejas, em Maio de 1912, a ordenar a expulsão de todos os emigrados da província de Ourense⁶⁰⁹. Mas a ordem não seria executada, pois Couceiro dava instruções a Satúrio Pires para resistir «pela inércia». A estratégia estava em ganhar tempo e aproximar as forças da coluna da fronteira de Portugal⁶¹⁰. Ainda assim, o «comandante», face à pressão de Madrid, abandonou a sua residência no Telheiro, solar de D. Eduardo Cea, e partiu para a capital espanhola para adquirir as armas necessárias à incursão⁶¹¹. As denúncias dificultavam cada vez mais as operações de contrabando de armas. Em Junho, o governo belga apreendia no porto de Brugges, depois de denúncia,

⁶⁰⁵ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 126.

⁶⁰⁶ *Ibidem*, p. 127. Veja-se, ainda, Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 215 e ss.

⁶⁰⁷ *Ibidem*, p. 127.

⁶⁰⁸ Cf. José Relvas, *Memórias Políticas*, 2.º vol., prefácio de Carlos Ferrão, Lisboa, Terra Livre, 1978, pp. 36 e ss.

⁶⁰⁹ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 128.

⁶¹⁰ Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 240-241.

⁶¹¹ Sobre as movimentações dos pelotões e a ida de Couceiro a Madrid, veja-se Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 241 e ss.

o barco *Voz*, carregado de homens e armas de infantaria e artilharia, que se destinavam a armar as forças internas e a secundar o movimento⁶¹².

A viagem de Couceiro visava ultrapassar estas e outras dificuldades, para armar a coluna que haveria de entrar em Portugal. No dia 2 de Julho, na véspera da entrada da coluna, chegava à Corunha um carregamento de armas que foi depois transportado em automóveis até ao Telheiro, onde o novo «exército» aguardava a chegada de Couceiro. As armas provinham da fábrica de Toledo, que recebera uma encomenda em início de Junho, mas que não conseguira cumprir na totalidade. As negociações contaram com a colaboração do deputado carlista Llorens e dos antigos polícias Robles e Iglesias, sendo o pedido encober-to com o expediente de se tratar de uma encomenda da legação do Paraguai⁶¹³.

Entretanto, em Portugal, as autoridades estavam preparadas para mais este arremedo contra-revolucionário. A vigilância das fronteiras e a espionagem dos cônsules revelavam os planos de Couceiro, que contava nas suas fileiras um espião republicano, infiltrado na coluna de Vítor Sepúlveda. Este fazia chegar ao governo e às autoridades militares informação rigorosa e actualizada sobre as movimentações das forças, do armamento que possuíam e das datas e locais prováveis das incursões⁶¹⁴. Por este espião sabia-se que Couceiro contava com Braga e Guimarães para dominar o Norte, mas que o Porto devia iniciar o movimento contra-revolucionário, para evitar a prevenção das autoridades: «O Paiva deu ordem para que no Porto rebente o movimento com algumas horas de antecedência da sua entrada»⁶¹⁵. O mesmo espião revelava a existência de um desentendimento entre o Porto e a Galiza, que exigia que o «comandante» «entrasse adiante». As fraquezas do movimento externo ficavam claras na exposição deste infiltrado, para quem a coluna de Couceiro, composta por setecentos

⁶¹² Cf. Alfredo de Freitas-Branco, *No Exílio. Scenas da Vida dos Conspiradores Monarchicos*, Lisboa, Livraria Editora, 1917, pp. 19-20. Sobre as forças que deviam embarcar no *Voz*, escreveu: «Nessa expedição tomavam parte os Infantes, filhos do Senhor D. Miguel de Bragança, e seus Augustos primos e príncipes de Parma, muitos rapazes das principais famílias portuguesas - especialmente do norte, - oficiais estrangeiros da liga anti-maçónica, e grande número de soldados, bons campónios portugueses!».

⁶¹³ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 129-130.

⁶¹⁴ Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 34. Os pontos de entrada não seriam conhecidos por outras pessoas «além do Paiva Couceiro».

⁶¹⁵ *Ibidem*, informação de Vigo de 29-06-1912.

homens, seiscentas espingardas e duas metralhadoras «quase nada vale»⁶¹⁶. Mas reconhecia que havia um perigo interno para a República e pedia a máxima prevenção nas cidades do Porto, Braga, Guimarães, Monção, Viana do Castelo, Chaves e Bragança⁶¹⁷: «Eles por si nada podem fazer, o diabo é dentro, dizem que o exército do norte está com eles em grande número»⁶¹⁸.

O segundo movimento restaurador, exceptuando os levantamentos da região de Basto e algumas conjuras que as autoridades facilmente dominaram, em Leiria e Torres Vedras, cingiu-se às três colunas da Galiza. As conspirações internas, previstas para Porto, Lisboa, Évora, Guimarães, Elvas, Braga, Almeida, Castelo Branco, Viseu e Figueira da Foz, teriam sido paralisadas por um telegrama que não chegou à emigração⁶¹⁹.

As autoridades tinham organizado linhas de defesa militar nas cidades mais importantes da fronteira, onde contavam com o auxílio de grupos civis, armados e treinados pelas autoridades militares⁶²⁰. Aos ministérios do interior e da guerra chegavam entretanto centenas de ofertas de «revolucionários civis» ou simples republicanos dispostos a combater os «aventureiros desse bando foragido, às ordens dos reaccionários criminosos e dos interesses dos Braganças»⁶²¹. Eram «verdadeiros republicanos», carregados de «acrisolado» amor ao regime, os indivíduos que em algumas cidades de fronteira, como Viana do Castelo, desempenharam tarefas de vigilância durante um ano. Com esta ameaça de incursão, cerca de cento e onze homens pertencentes ao Batalhão de Voluntários de Viana do Castelo acabaram armados pelas autoridades para proteger locais e infra-estruturas estratégicas, sob o comando do major António Gonçalves Barreiros⁶²². Conhecedor do fraco valor das forças de Couceiro, o ministro da Guerra, Xavier Barreto, regressado ao lugar no governo de Duarte Leite, informou entretanto a

⁶¹⁶ *Ibidem*, Informação de Vigo, de 30-06-1912.

⁶¹⁷ *Ibidem*, Informação de Vigo, de 29-6-1912.

⁶¹⁸ *Ibidem*, informação de Vigo, de 03-07-1912. O mesmo espião informava em 4 de Julho: «A entrada é entre 5 a 9. Dizem que o Paiva Couceiro vai pelo Minho, e também há quem diga que vai por Chaves ou Bragança. [...] Eu, agora nada mais poderei dizer, estão fulos comigo, por não aparecer no posto».

⁶¹⁹ Cf. Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 63.

⁶²⁰ Cf. AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 10, pastas 2 e 29.

⁶²¹ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 7.

⁶²² AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 3.

3.^a divisão, no Porto, sobre a composição das forças de Couceiro, os prováveis pontos de entrada, para concluir que a «incursão não tem valor militar e deve ser esmagada com rapidez e com graves e importantes perdas para o inimigo»⁶²³.

No essencial, as informações de Xavier Barreto estavam correctas. A segunda incursão comportava de facto três colunas. Paiva Couceiro entrou com uma coluna por Montalegre, dirigindo-se a Chaves, acompanhado de cerca de 470 homens armados com 360 espingardas mauser, com 120 cartuchos por arma. Havia ainda duas pequenas metralhadoras que não funcionavam e duas peças de artilharia, com sessenta granadas, comandadas pelo conde de Mangualde e pelo capitão Ferreira.

Desta coluna faziam parte Jorge Camacho e João de Almeida, antigo oficial africanista e governador do distrito de Huíla, em Angola. Chaves era uma praça de grande valor estratégico para os conservadores, como seria sempre um meio propício a conspirações e conflitos. Couceiro escolheu a praça de Chaves porque aparentemente tinha aí «sólidos compromissos» com o comandante do regimento⁶²⁴. Igualmente conscientes da sua importância estratégica, as autoridades militares tinham preparado a defesa da praça, com a chegada de um contingente de civis que se havia misturado com a tropa e a quem fora distribuído armamento e um comando militar⁶²⁵. Um conspirador informara a Galiza destas contrariedades, mas asseverava a Couceiro que, face à hipótese de neutralidade da guarnição militar, sobrava ainda a possibilidade de um levantamento popular, para o qual havia «magníficos elementos», mas que precisavam de armamento⁶²⁶. Em Chaves, o «comandante» haveria de travar um longo combate, durante cerca de 8 horas, na madrugada de 8 de Julho, contra 170 praças de cavalaria 6, infantaria

⁶²³ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 1, pasta 6.

⁶²⁴ Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.* p. 41; D. José Luís de Almeida (Lavrado), *ob. cit.*, p. 222.

⁶²⁵ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 1, pasta 50. Leia-se, igualmente, Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 65.

⁶²⁶ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 1, pasta 50.

19 e guarda fiscal, antes de retirar vencido para a fronteira, levando atrás de si cerca de 30 mortos e 150 feridos⁶²⁷.

A segunda coluna, comandada pelo capitão Sousa Dias, entrou por Vila Verde da Raia, nas proximidades de Chaves, e era composta por 180 homens, incluindo muitos miguelistas, como o próprio D. João de Almeida, e estava armada com 180 espingardas *Winchester*, com 60 cartuchos por arma⁶²⁸. A coluna devia encontrar-se com o grupo de Couceiro, mas foi interceptada por um esquadrão de cavalaria 6, uma divisão de artilharia 4 e uma companhia de cem homens de infantaria 19. Para o seu comandante, o objectivo desta coluna era desviar as forças republicanas da coluna de Couceiro⁶²⁹.

O terceiro grupo, constituído por cerca de 150 homens, era comandado por Vítor Sepúlveda e atacou Valença com o objectivo de imobilizar Viana do Castelo e estabelecer a ligação com Braga⁶³⁰. Esta coluna atacou e ocupou a estação de caminho de ferro, o posto da guarda-fiscal junto da ponte internacional Valença-Tui, cortou as linhas telegráficas e atacou a guarnição militar⁶³¹. Esta, constituída por 145 praças de infantaria e uma bateria de metralhadoras⁶³², repeliu o ataque e obrigou os agressores a atravessar o rio Minho em direcção à Galiza.

Havia ainda um grupo em Cidade Rodrigo que devia entrar pelas Beiras, dirigido pelo capitão Azevedo Lobo, e que contava com cerca de cem homens⁶³³, mas este nunca logrou entrar em território nacional.

Em Braga havia trabalhos de conspiração de alguma importância, numa região onde as crenças e as tradições do povo pesavam no íntimo de muitos oficiais. Estava organizado um «complot monárquico» preparado para secundar

⁶²⁷ Cf. D. José Luís de Almeida, *ob cit.*, p. 222. Uma pequena descrição do combate de Chaves foi realizada no parlamento, nessa noite, onde Correia Barreto leu um telegrama pomenorizado do administrador da cidade, Teodorico Santos Ferreira. Veja-se o *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-07-1912 (à noite), p. 3. Sobre o combate de Chaves, pode ler-se Joaquim Leitão, *O Ataque a Chaves*, Porto, Edição do Autor, 1916; Remédios da Fonseca, Vítor de Menezes, Satúrio Pires, A. Braz, *O Ataque a Chaves. Memória*, Paris, 1913; A. Carvalho, *A Defesa de Chaves no dia 8 de Julho de 1912*, Lisboa, Tip. da Coop. Militar, 1912.

⁶²⁸ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 6. Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.* p. 42.

⁶²⁹ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 6.

⁶³⁰ *Ibidem*, caixa 4, pasta 5.

⁶³¹ MNE, AHD, 3P, A28, M153, «Memorando para o governo de Espanha», 12-07-1912.

⁶³² AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 5.

⁶³³ *Ibidem*, caixa 1, pasta 32.

o Porto e as incursões, mas a intervenção do comandante da 8.^a divisão, deslocando tropas e transferindo oficiais, impediu a acção do movimento e muitos oficiais acabaram, apesar da «hostilidade», por «cumprir as ordens que recebiam»⁶³⁴. Ainda assim, no dia 7, bandos de populares das aldeias circundantes, armados, debandavam para Braga onde sabotaram a energia eléctrica e as comunicações, deixando a cidade isolada do resto do país. Esta investida obrigou as autoridades a ocupar militarmente a região mas, devido à dispersão de efectivos na região de Basto, tiveram de organizar grupos de civis, armados e instruídos com espingardas militares para auxiliar o exército nas tarefas de vigilância⁶³⁵.

Esta movimentação popular articulava-se com os levantamentos mais vastos que afectaram a região, em Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Amarante, Vieira, Fafe e Barcelos. A vasta região de montanha estava controlada directamente por Paiva Couceiro, com o auxílio de uma complexa rede de informadores, na maioria membros da igreja⁶³⁶, por isso não recebeu a ordem para abortar o movimento, vinda do comité interno⁶³⁷. Em Barcelos e Amarante, o movimento foi sufocado à nascença⁶³⁸ e em Fafe apenas teve repercussões nas freguesias rurais, sendo prontamente derrotado por uma força armada⁶³⁹. Em Celorico de Basto, pelo contrário, o povo amotinado, cerca de mil a duas mil pessoas, metade armada com armas de fogo⁶⁴⁰, restaurou a monarquia e nomeou um administrador do concelho fiel à coroa, António da Silveira Meneses⁶⁴¹. Mas foi em Cabeceiras de Basto, terra do antigo chefe regenerador, padre Domingos

⁶³⁴ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 5, pasta 6, «Relatório do comandante da 8.^a Divisão do Exército», de 24 de Setembro de 1912. A conspiração militar foi confirmada pelo «Relatório do oficial da polícia judiciária militar em Braga», de Julho de 1912. Cf. AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 5, pasta 9.

⁶³⁵ Cf. AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 5, pasta 6, «Relatório do comandante da 8.^a Divisão do Exército», de 24 de Setembro de 1912.

⁶³⁶ AHM, TCB, n.º 1, pasta 1, depoimento de seminarista José de Magalhães Alves Costa.

⁶³⁷ Cf. Depoimento de Paiva Couceiro, in Carlos Malheiro Dias, *ob cit.*, p. 19; depoimento do padre Domingos, in Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem Santo nem Senha*, Porto, Edição de autor, 1914, pp. 103-115.

⁶³⁸ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 6, pasta 15.

⁶³⁹ IAN/TT, MI, DGPC, maço 40, caixa 10, «Relatório do governador civil de Braga ao ministério do interior».

⁶⁴⁰ As fontes militares apresentam números diferentes para os levantamentos de Celorico. Veja-se AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 5, pastas 1 e 6.

⁶⁴¹ IAN/TT, MI, DGPC, maço 40, caixa 10, «Relatório do governador civil de Braga ao ministério do interior».

Pereira, que a situação tomou proporções alarmantes. Instigado por clérigos e antigos caciques, o povo restaurou a monarquia e substituiu as autoridades locais, nomeando novo administrador. Depois bloqueou a estrada com árvores e blocos e cortou viadutos, procurando assim interceptar as forças fiéis à república. Dos confrontos entre republicanos e a guerrilha haveria de perder a vida o administrador republicano, Mendonça Barreto, saindo também gravemente ferido o secretário de finanças.

Os confrontos de Cabeceiras de Basto eram chefiados sobretudo por padres, que aí tinham formado cinco grupos de guerrilha⁶⁴², congregando aproximadamente 650 homens, mas apenas 50 possuíam armas de guerra⁶⁴³. De todos, o grupo do padre Domingos Pereira era aquele que provocava maior respeito e alguma apreensão, pois aquele «caudilho» de Bastos arvorava fama de guerrilheiro «audaz»⁶⁴⁴. Apesar das expectativas, a informação do desastre do movimento terá levado os cabecilhas dos grupos a abandonar a região. O padre Domingos acabaria por não comprovar a sua fama, pois «fugiu à aproximação de 10 cavaleiros, e não disparou um tiro, não ofereceu a menor resistência»⁶⁴⁵.

A fuga do padre Domingos Pereira em direcção à Galiza e ao convívio de Paiva Couceiro colocou um ponto final na segunda incursão realista e nos distúrbios internos. O país assistiria ainda ao fim de uma conjura monárquica, em Évora, liderada pelo major Montez⁶⁴⁶ e outra em Belas, mas sem consequências. Na Carregueira, nova trama era descoberta em 12 de Julho, estavam implicados os netos do marquês de Ficalho e de D. Carlos Mascarenhas, enquanto no quartel da GNR de Loyos era desmontado outro movimento de revolta⁶⁴⁷.

⁶⁴² AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 8, pasta 3. Eram os padres Domingos, Almeida, Pina, Manuel Leite de Araújo e Paulo, de Chacim. Outra fonte militar refere, porém, a existência de um grupo dirigido pelo padre Júlio dos Anjos, que atacara uma força do destacamento n.º 1. Cf. AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 4, pasta 5, relatório do comandante do destacamento misto da 8.^a divisão, tenente Henrique Pires Monteiro.

⁶⁴³ Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 103-115.

⁶⁴⁴ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 4, pasta 5, relatório do comandante do destacamento misto da 8.^a divisão, tenente Henrique Pires Monteiro.

⁶⁴⁵ *Ibidem*. Ainda assim, na versão do padre Domingos, os confrontos com forças do exército resultaram na fuga dessas tropas. Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, pp. 103-115.

⁶⁴⁶ Cf. *A Capital*, n.º 706, 16-07-1912, p. 1.

⁶⁴⁷ Cf. Caetano Beirão, *A Lição da Democracia*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1922, p. 132.

As prisões voltaram a encher-se de políticos e agitadores, tendo o governo criado três tribunais militares para julgar os revoltosos, em Lisboa, Coimbra e Celorico de Basto⁶⁴⁸. Para a imprensa monárquica, o radicalismo republicano explicava o movimento e para o debelar deixava uma recomendação: «A república tem que retroceder, se quiser manter-se e avançar. Há-de reconciliar-se com as consciências, ser tolerante, generosa, e reconsiderar na sua errada política»⁶⁴⁹. Para a opinião pública republicana, que acompanhou de forma apaixonada os acontecimentos, a segunda incursão liquidava de vez a aventura couceirista. Para *A Capital*, as incursões eram entendidas como instância legitimadora da república, pela «adesão da nação e do exército». Se o 5 de Outubro era a data fundadora, o 6 de Julho consolidava definitivamente o regime perante a nação⁶⁵⁰.

As razões para a derrota deste segundo movimento restaurador eram semelhantes à derrocada do primeiro. Paiva Couceiro acreditava que o país estava preparado para uma revolução nacional: «Garantiram-me que tudo se achava preparado para me secundar, que havia inumeráveis elementos de luta organizados, e bastantes para garantirem o êxito do movimento. A minha entrada em Portugal não seria, dentro dessa vasta organização revolucionária, senão um episódio. Chamaram-me. Fui. Os telegramas trocados entre mim e o comité eram explícitos. Circunstâncias sobrevindas à última hora fizeram fracassar, ao que parece, o movimento. Delas não tive conhecimento»⁶⁵¹.

A explicação, confirmada por outras fontes⁶⁵², faz sentido atendendo ao ambiente político da época. O movimento continha em si muitos factores que o enfraqueciam. Em primeiro lugar, a ausência de uma campanha ideológica de propaganda: a imprensa era praticamente inexistente e estava obrigada a mil cuidados para evitar a violência das turbas republicanas; o recurso a manifestos e panfletos foi muito débil, se o compararmos com a conjuntura de 1911. Em segundo, as muitas deficiências de uma estrutura complexa, abrangendo Portugal e várias cidades europeias, para além da Galiza, onde residia o comandante do

⁶⁴⁸ Foram 274 em Junho e 612 em Julho. Veja-se Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 223; 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 1, pasta 7.

⁶⁴⁹ *O Dia*, 3.ª série, n.º 305, 13.º. Ano, 9-07-1912, p. 1.

⁶⁵⁰ *A Capital*, n.º 727, 27-07-1912, p. 1.

⁶⁵¹ Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, p. 19.

⁶⁵² Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, p. 104; Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 41.

movimento. Paiva Couceiro mostrava grande ingenuidade, acreditando piamente nos emissários que lhe anunciavam a existência de soldados e oficiais ao lado da causa⁶⁵³. Muitos oficiais comprometiam-se vagamente mas chegados ao momento de intervir não se mexiam. Muitos outros foram também transferidos à última hora por Xavier Barreto. Mas o comprometimento da oficialidade devia ser encarado com reservas, como aconteceu em Chaves: «O comandante militar de Chaves prometera entregar a praça, mas... não pôde ou quis cumprir o seu compromisso»⁶⁵⁴. Por fim, a inaptidão conspirativa de muitos monárquicos, sem a unidade, a coesão e a obediência a uma chefia interna explicam a incapacidade da revolta para causar maiores danos ao regime. Na verdade, como reconhecia um monárquico ilustre, o movimento falhou porque «não havia fé na restauração»⁶⁵⁵.

O fracasso da contra-revolução foi entretanto assumido por Paiva Couceiro que, afastando-se do movimento, não deixava de incitar à organização da causa monárquica: «A Causa, essa, não morreu decerto, porque representa princípios e crenças que não estão apagadas no peito de todos, embora não encontrem condições de vida na degenerescência de muitos. Seja como for é preciso trabalhar sempre por ela, e espero que assim o entendam todos. Os factos que se passaram são comigo, são só comigo, e por forma alguma devem entibiar ou perturbar a persistência de todos os outros»⁶⁵⁶.

A segunda incursão realista esteve perto de quebrar as relações diplomáticas entre Portugal e Espanha. A 28 de Junho, Espanha comprometera-se a internar em Cuenca e Turuel os emigrados, num prazo máximo de 10 dias. Apesar da pressão de José Relvas, os monárquicos entraram em Portugal no limite do prazo estabelecido por Madrid, colocando-se a questão de saber se Espanha fora conivente com a incursão. Esta acusação consta de um segundo memorando, entregue em Madrid a 24 de Julho de 1912⁶⁵⁷.

⁶⁵³ Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, p. 104. Veja-se o relato do coronel Sebastião de Mesquita, ao tempo comandante de Infantaria 8, em Braga, in AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, maço 9, pasta 3, n.º 1.

⁶⁵⁴ D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 222.

⁶⁵⁵ *Ibidem*, p. 242.

⁶⁵⁶ *Ibidem*, carta de Paiva Couceiro, de 16-08-1912.

⁶⁵⁷ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 147-148.

O conflito foi ultrapassado, depois de muitas negociações, com a oferta do Brasil para receber os refugiados políticos. Os dois países assinaram uma convenção, em Setembro de 1912, a concretizar a viagem dos exilados para o Brasil, sendo que os dois países se comprometiam formalmente a não apoiar futuras conspirações contra qualquer dos estados ibéricos⁶⁵⁸. Como demonstrou Douglas Wheeler, as conspirações monárquicas de 1911 e 1912 tiveram consequências negativas para o país, porque se «gastou muita energia» nos confrontos e se mobilizaram meios humanos e materiais de valor considerável. As prisões encheram-se de prisioneiros políticos para os quais se criaram tribunais especiais. As tensões e os ódios aumentaram, enquanto o regime foi forçado a criar legislação penal de excepção para fazer face às ameaças da contra-revolução⁶⁵⁹.

A situação dos presos políticos teve efeitos perniciosos na imagem externa da república, quando ganhou relevância internacional, especialmente na Inglaterra. Entre 1912 e 1914, a duquesa de Bedford desenvolveu uma intensa campanha na imprensa britânica a favor dos encarcerados⁶⁶⁰. No início de 1913, o governo permitiu-lhe uma visita a Portugal para observar as condições em que estavam os detidos. O seu relatório, publicado em jeito de manifesto, com o título «Presos Políticos Portugueses Protesto Nacional Inglês», denunciava as condições higiénicas dos cárceres, a sua coexistência com presos de delito comum e criminosos e a subsistência do capuz quando estes se encontravam em espaços colectivos. Mas aquilo que a duquesa mais censurava no sistema judicial português era a existência de prisões sem provas e as leis de excepção que permitiam que os detidos estivessem «dois anos» sem acusação ou julgamento⁶⁶¹.

Estas críticas envolviam também o ministro britânico em Lisboa, Hardinge, cujos relatórios enviados para Londres eram vistos por Afonso Costa como parte de uma campanha de solidariedade para com os «monárquicos vencidos»⁶⁶². No geral, a opinião pública inglesa não compreendia os limites às liberdades indivi-

⁶⁵⁸ Cf. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, pp. 108.

⁶⁵⁹ *Ibidem*. Foi o caso da Lei de 30 de Maio de 1912.

⁶⁶⁰ Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, p. 72.

⁶⁶¹ BNP, EAO, doc. n.º 126. Existe um relatório feito por presos políticos do Limoeiro que confirma as duras condições em que os 90 presos políticos deste estabelecimento prisional se encontravam. Cf. AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206, documento manuscrito com o título «Observações Gerais».

⁶⁶² Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, p. 74.

duais, e em especial a violência e as perseguições realizadas pelos grupos civis, com destaque para os «32 000 carbonários, que bem pagos pelas denúncias dos supostos «conspiradores» estão satisfeitos com o regime que lhes dá bons lucros em troca de pouco trabalho»⁶⁶³. A esta e outras campanhas não seriam estranhas as manobras de personalidades monárquicas bem relacionadas em Londres. Na verdade, a contra-revolução continuou aproveitando o clima de críticas internacionais à república de Lisboa e ao governo de Afonso Costa.

4. A Primeira «Outubrada»

Apesar da debandada de centenas de exilados políticos, muitos para a América, outros para Paris, não é verdade que Paiva Couceiro tenha seguido para um exílio em Londres⁶⁶⁴. Continuou em Espanha, em St. Jean de Luz, e na Galiza permaneceram muitos monárquicos fiéis, que haveriam de constituir um núcleo autónomo em Madrid. D. Manuel enviou para a Galiza, a 15 de Setembro, uma «Carta Aberta» ou «Manifesto» onde repudiava as acusações de desinteresse pela causa monárquica⁶⁶⁵. Negando a existência de uma derrota política, o rei exilado procurou confortar os seus apoiantes, incitando-os a continuar o combate contra a «minoría» que governa o país «pela violência e pelo terror». Para D. Manuel, «o movimento monárquico, em Portugal, não é, pois, o esforço dum partido politicamente vencido, nem uma luta estimulada pelo simples capricho dinástico. É, real e verdadeiramente, a expressão da vontade nacional, a concretização, numa forma política, da suprema esperança na salvação da Pátria»⁶⁶⁶.

O movimento restaurador não terminava, de facto, com a segunda incursão. Regressaria então ao plano original de Luís de Magalhães, que defendera um movimento de natureza exclusivamente militar, produzido internamente, através do pronunciamiento de um general ou regimento, ficando a emigração apenas como estrutura de apoio. Esse golpe militar corresponde ao tentado a 21 de

⁶⁶³ BNP, EAO, doc. n.º 126.

⁶⁶⁴ Como afirma Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 108.

⁶⁶⁵ Segundo o marquês do Lavradio, o «Manifesto» fora redigido por Luís de Magalhães. Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 70.

⁶⁶⁶ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8.

Outubro de 1913 e os seus preparativos começaram logo após o fracasso do movimento de 1912.

A agitação de 1911-1912 obrigou a uma radicalização do regime, de que resultou a acção policial de vários grupos civis e dos carbonários. Os cárceres da república encheram-se de presos políticos⁶⁶⁷, mas muitos foram despronunciados ou absolvidos e outros viram as condenações anuladas. Esta situação excitou a indisposição dos poderes republicanos contra o sistema judicial⁶⁶⁸ e a animosidade das turbas, que invadiam ruidosamente os tribunais como pressão sobre os juízes⁶⁶⁹. As sociedades secretas eram um problema mas todos os governos tinham fechado os olhos à sua actuação, tendo até promovido e aproveitado os seus serviços, em especial os da Carbonária. Às primeiras críticas feitas à Carbonária, cuja acção um deputado apodara de «perniciosa e dissolvente», reagiu o chefe da dita associação, Luz Almeida, afirmando no parlamento que não se dissolveria a organização porque era indispensável à «defesa da república»⁶⁷⁰. Dias antes, Luz de Almeida concedera uma entrevista à *Capital* em que avisava o país que o papel da Carbonária Portuguesa não ficara concluído com a instauração e consolidação da república. A organização tinha ainda a obrigação moral de velar pela «regeneração completa e radical da sociedade portuguesa». Luz de Almeida inscrevia a acção da organização num propósito idealista, afirmando que «temos razão de existir e existiremos sempre, caminhando na senda do progresso e procurando realizar, na sociedade portuguesa, a perfeição política e social»⁶⁷¹. Na sua entrevista, o chefe da «seita» reconhecia a emergência de novos grupos de carbonários, mas recusou qualquer confusão com a Carbonária Portuguesa⁶⁷².

A questão tornou-se mais relevante a partir do início de 1913. Afonso Costa, que beneficiara com a actuação da Carbonária, dos voluntários civis e de outros grupos radicais, impondo a sua vontade aos vários governos da república,

⁶⁶⁷ Entre Agosto de 1911 e Julho de 1912 entraram nas cadeias 2383 indivíduos. Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 223. Em Agosto de 1912, tinham sido julgados 463 indivíduos, implicados em movimentos anteriores, sendo 406 condenados e 57 absolvidos. Cf. *O Grito do Povo e a Democracia Cristã*, n.º 664, 14-08-1912, p. 1.

⁶⁶⁸ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 26-01-1912, p. 4.

⁶⁶⁹ BNP, ELM, doc. n.º 7995, Carta do padre Américo da Costa Nilo a Luís de Magalhães, de 28-05-1912.

⁶⁷⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 3-01-1912, pp. 5-6.

⁶⁷¹ *A Capital*, n.º 518, 7-01-1912, p. 1.

⁶⁷² *Ibidem*.

chegou ao Poder em 10 de Janeiro de 1913, para liderar o primeiro governo partidário. Na sua apresentação parlamentar, o chefe democrático afirmou que pretendia desenvolver uma política de interesse «nacional», indicando a necessidade de discutir e «aperfeiçoar» a lei de separação; e a necessidade de resolver o défice das finanças públicas⁶⁷³. Alexandre Braga, falando em nome da maioria democrática, afirmaria então que se fechou «aquela era de instabilidade e indecisão». Em resposta, e num tom irónico, o deputado evolucionista Júlio Martins, entre críticas sub-reptícias ao novo governo, afirmava que «já não há medo dos monárquicos»⁶⁷⁴.

Quanto aos monárquicos, não era possível esconder o desagrado provocado pela chegada de Afonso Costa ao governo, receando uma inversão ainda mais radical do regime para a «extrema-esquerda». *O Dia* resumia assim o seu legado político: «Fez a lei da separação, com a expropriação dos bens religiosos para o Estado, desterrou os bispos, desterrou os párocos, como desterra para a África e para a Índia os juizes, fez a lei do inquilinato e as outras famosas leis do provisorio, obrigou as leis de excepção a título de defesa da república e representando, evidentemente, uma pequena minoria, com ela tem governado e dominado um país, em que não tem raízes na tradição, nem na vontade nacional»⁶⁷⁵. Durante anos, Afonso Costa concentrou o mais entranhado ódio político dos adversários da república, incluindo mais tarde republicanos da oposição. Com evidente exagero, foi muitas vezes retratado como um «monstro absurdo e cruel»⁶⁷⁶.

Apesar do tom conciliatório de Afonso Costa, o seu governo ficou marcado por forte contestação política e social, que congregou forças tradicionalmente próximas do regime: militares, sindicalistas, anarquistas e muitos carbonários insatisfeitos. Este amuo teve como efeito o aparecimento de um fenómeno revolucionário novo, com origem em sectores republicanos radicais. Como consequência, deu-se uma tentativa de revolução na madrugada de 27 de Abril, protagonizada por sócios da *Federação Radical Republicana* e da *Sociedade n.º 1 de Instrução Militar Preparatória*, que tentaram sublevar várias unidades mili-

⁶⁷³ Veja-se Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 466.

⁶⁷⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 10-01-1913, pp. 12 e ss.

⁶⁷⁵ *O Dia*, 3.ª série, n.º 381, 14.º ano, 9-01-1913, p. 1.

⁶⁷⁶ Jesus Pabón, *La Revolución Portuguesa (De Don Carlos a Sidónio Pais)*, Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1941, p. 277.

tares da Capital, gritando vivas à «República radical», sob o comando do capitão Lima Dias, de infantaria 5⁶⁷⁷.

Falhado o golpe, foram realizadas várias prisões no exército, incluindo o general da reserva Fausto Guedes, os capitães Carrazeda de Andrade e Lima Dias, entre outros. Nas primeiras declarações, todos afirmavam generosamente que apenas pretendiam «defender a república»⁶⁷⁸, apesar de nunca explicarem qual o perigo que ameaçava o regime. A catilinária furibunda do *Mundo* não perdeu a oportunidade para atribuir a responsabilidade da revolta aos «monárquicos»⁶⁷⁹. Tais conclusões assentavam em argumentos espúrios e na fertilidade imaginativa dos boateiros de Lisboa que tinham anunciado que se preparava uma nova incursão monárquica ou que os conspiradores tinham regressado a Espanha vindos do Brasil⁶⁸⁰.

Estas e outras atoardas propagandísticas foram logo refutadas pela imprensa monárquica. *O Dia* contestou quanto pôde a acusação⁶⁸¹, até ser alvo de nova vaga de apreensões. Durante meses, até Julho de 1913, a liberdade de imprensa sofreu vários ataques dirigidos pelas autoridades, tendo como alvo os jornais *O Dia*, a *Nação* e o *Novidades*⁶⁸². A caça aos monárquicos redobrou de intensidade, com o reforço da vigilância de suspeitos, a invasão de correspondência e da propriedade privada⁶⁸³. Para a opinião monárquica, a república afonsina representava o regresso ao «absolutismo»⁶⁸⁴: «A liberdade está a zero mas também ninguém a exige. Todos parecem resignados com a escravidão. O Afonso Costa reina mais à vontade do que D. José I»⁶⁸⁵.

Entretanto, a imprensa republicana menos obstinada, ou geralmente mais sensata, certificava aos áulicos da república que «não se tratava mesmo de restauração monárquica», mas que estes estavam «na sombra, esfregando as mãos de

⁶⁷⁷ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 5, pasta 15.

⁶⁷⁸ *A Capital*, n.º 984, 27-04-1912, p. 1.

⁶⁷⁹ Cf. Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 467.

⁶⁸⁰ Cf. *A Capital*, n.º 984, 27-04-1912, p. 1.

⁶⁸¹ Cf. *O Dia*, n.º 417, 28-04-1913, p. 1.]

⁶⁸² Cf. *O Dia*, 29-04, 1912; 12-06-1912 e 14-06-1913.

⁶⁸³ A casa de Luís de Magalhães, na Quinta do Mosteiro, foi totalmente devassada pelas autoridades e por carbonários. Cf. BNP, ELM, doc. n.º 2022.

⁶⁸⁴ BNP, ELM, doc. n.º 2033, carta de Jaime de Magalhães Lima a Luís de Magalhães, de 30-10-1913.

⁶⁸⁵ BNP, ELM, doc. n.º 2028, carta de Jaime de Magalhães Lima a Luís de Magalhães, de 12-08-1913.

contentes, esperando a desordem, a anarquia, em que pudessem basear-se para justificar os seus propósitos»⁶⁸⁶. Na verdade, os autores eram os radicais republicanos, muitos tinham estado no 5 de Outubro e eram apoiantes dos democráticos, todos descontentes com a «súbita moderação de Costa»⁶⁸⁷.

Apesar de tudo, as relações entre monárquicos, o sindicalismo radical e os muitos descontentes com a república pareciam cada vez mais profundas. Os monárquicos aproveitariam o crescente descontentamento para manobrar estes sectores, seguindo a estratégia definida por Couceiro de estimular o «descontentamento social dos portugueses» através de actos de agitação. Tal hipótese parece deprender-se do conteúdo de uma carta escrita pelo novo ministro espanhol em Lisboa, Villasinda, a 19 de Outubro: «Certamente não se torna duvidoso, apesar de ser demasiado estranho na verdade, que existam determinadas concomitâncias e alianças secretas para tais fins [derrubar Afonso Costa] entre alguns grupos monárquicos exaltados e até exasperados e os elementos sindicalistas de maior capacidade. Os primeiros, talvez por não terem disposição nem galhardia para sair para a rua em pé de guerra, arriscar a própria vida e fazer pessoalmente o golpe, pretendem valer-se dos sindicalistas com o objectivo de promover em Lisboa e em algumas outras cidades mais importantes um movimento revolucionário que altere a ordem da actual República, surgindo logo eles prontamente, com o apoio de parte do exército e de todas as classes conservadoras, quando a confusão seja maior e quase sem risco, como restauradores da ordem e, por sua vez, da Monarquia»⁶⁸⁸.

A aproximação dos sectores operários, ainda que ténue, aos grupos mais radicais da reacção monárquica surgirá noutras conjunturas igualmente conturbadas, como em 1917. Coincidência ou não, a primeira entrevista de D. Manuel, publicada em Portugal depois do exílio, concedeu grande relevância à questão social, dando ênfase especial à situação do operariado. D. Manuel sublinhou novamente algumas contradições entre a propaganda e uma realidade marcada pela «mais violenta e cruel opressão política e a da mais dura e álgida miséria»⁶⁸⁹.

⁶⁸⁶ *A Capital*, n.º 985, 28-04-1912, p. 1.

⁶⁸⁷ Cf. Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 468.

⁶⁸⁸ Citado por Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 24-25.

⁶⁸⁹ *O Correio*, 1.º ano, n.º 18, 5-04-1913, p. 1.

O conhecimento dos meandros organizativos de mais uma investida contra a república é revelador das complexidades da máquina contra-revolucionária. Este foi um período particularmente fértil em planos de invasão e revolta mais ou menos mirabolantes. Havia quem defendesse, talvez inspirado nas «réquêtes» carlistas, a constituição de forças de guerrilha para atacar a república⁶⁹⁰. João de Almeida, por sua vez, evocando talvez a conhecida manobra de D. Pedro IV, sugeria a organização de uma expedição a partir do Brasil que devia desembarcar num ponto escolhido da costa portuguesa, provida e municada com o respectivo armamento⁶⁹¹. O comité ou «junta» de Londres lembrou a dificuldade de obter dinheiro e armas para projecto tão arrojado. O melhor, respondeu Luís de Magalhães em nome da Junta, era «fazer as coisas com a prata da casa»⁶⁹².

A incapacidade para encontrar um chefe incontestável, após o afastamento de Couceiro, deixou a reacção entregue ao comité de Londres, entretanto abandonado pelo marquês do Soveral e por Almeida de Azevedo, antigo juiz de instrução criminal⁶⁹³. No início de 1913, formaram-se comités especializados, tendo a liderança do comité militar sido entregue a João Coutinho e dois outros oficiais não identificados⁶⁹⁴. Mas João Coutinho não tinha a aura do «comandante», era um chefe pouco consensual entre a emigração⁶⁹⁵.

Uma das diligências fundamentais dos comités exteriores residia na angariação de meios financeiros. Apesar dos muitos desperdícios, o movimento tinha distribuído por Lisboa e Porto cerca de «quarenta contos» e pela província «vinte contos». A documentação de Luís de Magalhães, tesoureiro e figura de proa da Junta de Londres, revela que a república tinha muitos inimigos entre a alta burguesia ligada ao capitalismo e à finança⁶⁹⁶. Aparentemente, a contra-revolução

⁶⁹⁰ Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 65, carta de do marquês do Lavradio de 23-08-1912.

⁶⁹¹ ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 24-03-1913.

⁶⁹² *Ibidem*. Lavradio defendia também que «há uma única maneira de proclamar a monarquia em Portugal, é proclamá-la em Lisboa ou no Porto» [Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 65, carta de do marquês do Lavradio de 23-08-1912].

⁶⁹³ Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 73, carta de do marquês do Lavradio de 23-10-1912.

⁶⁹⁴ ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 19-03-1913. Existia ainda um comité para assuntos de administração e outro para a organização dos civis.

⁶⁹⁵ Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 55, Carta de 30-03-1912].

⁶⁹⁶ ADG, Fundo do General João de Almeida, cartas de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 19-03-1913 e 04-05-1913.

tinha planos adiantados em Lisboa e Porto, onde os seus delegados procuravam ultrapassar as desconfianças dos oficiais do exército, «fiéis e bem dispostos, mas temendo aproximações, com receio de serem enganados e delatados»⁶⁹⁷. Enquanto isso, as províncias eram trabalhadas a partir de diligências efectuadas em Espanha: «Quanto às províncias as delegações da Galiza (Minho e Trás os Montes) e as duas de Salamanca (Beira Alta e Beira Baixa) têm-nas trabalhado e estão comprando o armamento, que os recursos comportam»⁶⁹⁸. Parte da estratégia passava por armar os civis e financiar pronunciamentos ou revoltas militares. No Alentejo, por exemplo, «os elementos são quase exclusivamente militares». O objectivo da contra-revolução era então desencadear um movimento «simultâneo» em Lisboa, Porto e províncias⁶⁹⁹.

O conhecimento dos mecanismos organizativos dos monárquicos não exclui, como se depreende, a existência de conluíus com sindicalistas e outros adversários da república. Só que tais conluíus com sindicalistas não explicam o golpe de 27 de Abril, conduzido por radicais e carbonários republicanos, e chefiado por oficiais inequivocamente republicanos. Apesar de tudo, os conúbios conspirativos estabelecidos entre realistas e republicanos radicais parecem indiciar uma relação anterior ao 27 de Abril, como revelam as provas documentais encontradas no rescaldo do movimento de 21 de Outubro. Na posse de um contra-revolucionário monárquico de Outubro de 1913, a polícia encontrou documentos que rotulou imediatamente de «estranhos»: «um convite para uma assembleia da Federação Republicana Radical; um número do jornal *A Nação* e outro do jornal *A Alvorada*»⁷⁰⁰.

Lisboa vivia, neste ano de 1913, mergulhada num ambiente subversivo que só teria equivalente nos derradeiros anos da realeza, entre o regicídio e o 5 de Outubro. Aos conchavos contra-revolucionários de direita juntavam-se as manobras dos sectores radicais, a extrema-esquerda republicana, juntamente com o anarco-sindicalismo, funcionando num dédalo de conspiração difícil de controlar pelas autoridades. Talvez resida neste conglomerado ferozmente activo a

⁶⁹⁷ ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 24-03-1913

⁶⁹⁸ *Ibidem*, carta de 19-03-1913.

⁶⁹⁹ *Ibidem*.

⁷⁰⁰ AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 2657.

explicação para o aparecimento da *formiga branca*, fenómeno político cuja história é ainda hoje difícil de descortinar. Aparentemente, terá sido sob a protecção de Afonso Costa e de Rodrigo Rodrigues, ministro do interior, que o governador civil de Lisboa, Daniel Rodrigues (irmão do anterior), criou a famosa «formiga branca», associação policial secreta ao serviço do governo civil da Capital. Fundada por antigos carbonários, a *formiga branca* era afinal a polícia secreta do Partido Democrático⁷⁰¹.

O papel da *formiga branca* seria então o de reprimir a vaga revolucionária deste período, marcada pelas estreitas afinidades entre antigos revolucionários civis, antigos polícias e toda a casta de descontentes com a conspiração monárquica. Alguns dos núcleos conspirativos deste período foram patrocinados e financiados por monárquicos influentes, como o conde da Azambuja, os condes de Ficalho e D. Constança Teles da Gama⁷⁰².

Os núcleos revolucionários espalhavam-se por diferentes bairros de Lisboa e seus arrabaldes, constituídos por largas dezenas de agitadores, sendo que cada grupo tinha um chefe e possuía armamento e diversas bombas⁷⁰³. A monarquia congregava agora os descontentes da república, arregimentando novos conjurados nos sectores profissionais que tradicionalmente estavam com o regime verde rubro, ex-polícias, polícias cívicos no activo, cabos da GNR, profissionais do comércio, sapateiros, etc.⁷⁰⁴.

No exército e na marinha lavrava também a insatisfação. Oficiais, cabos e sargentos tramavam em conspirações diversas, fazendo dos grupos revolucionários e contra-revolucionários um amontoado eclético quanto à natureza e objectivos. Na documentação apreendida aos conspiradores, apesar das reservas, estão referenciados vários oficiais conhecidos, como o general Belmonte, o coronel Seabra de Lacerda, o tenente-coronel Alves Roçadas, e vários capitães e tenentes do exército, da marinha e da guarda municipal. Entre os generais identificados

⁷⁰¹ Em Julho de 1914, Alberto Mesquita, «formiga n.º 9» fazia, em artigos na *Vanguarda*, a história do movimento. Cf. *O Dia*, 15.º ano, n.º 690, 09-07-1914, p. 1.

⁷⁰² AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processos 206 e 2657. D. Constança Teles da Gama foi presa na sequência da incursão realista de 1912 e julgada em 1 de Abril de 1913, sendo absolvida, mas a documentação consultada torna inequívoca a sua actividade conspirativa.

⁷⁰³ AHM, 2.º TMTL, processo 206, vol. 1.

⁷⁰⁴ *Ibidem*, processos 206 e 2657.

constata-se o nome do general Pimenta de Castro⁷⁰⁵, oficial que Machado Santos conheceu quando comandante da 3.^a divisão, e que ao «contrário do que sucedia com a maior parte dos oficiais generais do nosso exército de terra e mar, era homem que pensava pela sua cabeça e tinha vontade própria»⁷⁰⁶. Eram conhecidas as suas críticas à evolução política do novo regime e nomeadamente o seu repúdio pelo papel exacerbado dos grupos civis. Na documentação apreendida, um dos golpistas esclarecia as dúvidas justificadas que alguns levantavam a propósito do envolvimento de Pimenta de Castro em manobras conspirativas: «Diz-me como é que pode ser monárquico o Pimenta de Castro que já foi ministro na república pois digo-lhe no tempo em que ele estava em ministro dava reuniões na legação de Cuba juntamente com mais oficiais monárquicos mas como isto já foi há muito tempo pode ser que já esteja voltado para a república»⁷⁰⁷.

No campo estritamente político, a recusa da experiência parlamentar republicana levou alguns políticos a coligarem-se com os adversários de ontem para a procura de soluções alternativas. Uma dessas coligações, protagonizada pelos republicanos Maximiliano Cordes Cabedo e José Eugénio Dias Ferreira, preparou um ante-projecto constitucional que deveria ser equacionado no caso de ter sucesso um movimento contra-revolucionário chefiado pelo major Rodrigues Nogueira. Esse ante-projecto, que o conde de Arrochela apresentou a Paiva Couceiro e depois levou a D. Manuel, estava acompanhado de um relatório político e militar produzido por várias figuras do exército e da política, como o general Sebastião Teles, D. António de Lencastre, coronel Sinel de Cordes e tenente-coronel Raul Esteves, entre outros.

O ante-projecto deste grémio previa a elaboração de uma constituição liberal que evitasse os excessos parlamentares da Carta e da Constituição republicana. Consolidando as teorias da representação orgânica e restritivas da soberania popular, sugeria-se o regresso ao sistema bicamaral da monarquia, prevendo-se a representação sócio-profissional nas duas câmaras, sendo que a composição dos Pares mantinha as regras da Carta: nomeação régia e direito hereditário. A acção dos deputados restringia-se à aprovação das leis na generalidade, ficando

⁷⁰⁵ *Ibidem*, processo 206.

⁷⁰⁶ Machado Santos, *A Ordem Publica e o 14 de Maio*, Papelaria e Tipografia Liberty, Lisboa, 1916, p. 19.

⁷⁰⁷ AHM, 2.º TMTL, processo 206.

a especialidade na alçada de uma comissão de técnicos saída dos respectivos ministérios, aguardando depois a aprovação do conselho de Estado. A única excepção a este projecto, concebido para conter os excessos do parlamentarismo, com as suas discussões infundáveis e perniciosas, era a aprovação do orçamento de Estado, que seria discutido na especialidade pela câmara. Previa-se ainda a independência política das pastas das Finanças e dos Negócios Estrangeiros⁷⁰⁸.

O conhecimento deste projecto constitucional parece confirmar a existência de um forte dispositivo contra-revolucionário que procurava a restauração através de um movimento militar interno. Mas as ligações com o exterior permaneciam muito fortes. A começar pela Galiza, onde se encontrava um importante núcleo de conspiradores, ao lado de Paiva Couceiro e do padre Domingos, entre os quais o conde de Mangualde e o seu ajudante Ferreira de Mesquita. Os planos dos conspiradores previam a entrada de um grupo de homens pela fronteira do Norte⁷⁰⁹. Não se tratava propriamente de uma incursão realista. Mas as movimentações na fronteira, de onde provinham importantes remessas de armamento, provam que a Galiza não encerrara a sua actividade conspiratória. Os cônsules de Verin e Ourense informavam o governo, com algum exagero à mistura, de grande concentração de «cabecilhas monárquicos» junto à fronteira e referiam com pormenor a iminência de um golpe que rebentaria no Porto e em Lisboa⁷¹⁰.

Ao movimento faltava um chefe, nas palavras de um conspirador ilustre, José de Arruela, alguém que fosse «O Chefe, o Chefe Militar, leal, valente, heróico, que arrastasse, galvanizasse o nosso esforço civil na hora marcada da luta decisiva, na hora da Revolta»⁷¹¹. Vimos já que esse «Chefe», que ocupava o cargo deixado vago por Paiva Couceiro, era agora João de Azevedo Coutinho. Azevedo Coutinho e o conde Mangualde saíram de Londres em direcção a Portugal, fazendo escala em Paris e Espanha. Coutinho vinha incumbido de chefiar o movimento, enquanto Mangualde ficava com a responsabilidade de sublevar Braga, ao comando de um

⁷⁰⁸ Cf. Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, pp. 185-187. O Conde de Arrochela, que descreveu este projecto de constituição, diz ainda que vitorioso o movimento seria João de Azevedo Coutinho o responsável por organizar o novo governo da restauração.

⁷⁰⁹ AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206.

⁷¹⁰ AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 1.

⁷¹¹ Texto de José de Arruela, publicado na *Voz*, de 22-07-1932, in António M. Martinó, *João de Azevedo Coutinho. Marinheiro e soldado de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 169.

regimento da cidade⁷¹². O comité de Londres registava alguma apreensão mas ao mesmo tempo confiava no sucesso do movimento: «Esperamos com confiança. [...] A questão é tudo rompa simultaneamente e que todos dessem certos»⁷¹³.

A contra-revolução devia, de facto, rebentar em várias cidades em simultâneo, como Lisboa, Porto, Braga, Viseu, Vila Real e Viana do Castelo. O plano previa que em Lisboa fosse atacado o Museu da Revolução, pelo seu significado simbólico, e o museu da artilharia, porque aí existia grande quantidade de armamento em bom estado⁷¹⁴. Seguiu-se um assalto dos grupos civis ao regimento de artilharia 1 e ao quartel do Corpo de Marinheiros da Armada⁷¹⁵. O movimento tinha sido preparado, em Lisboa, por um comité civil onde pontificavam os nomes de José Lobo de Ávila, conhecido lente de Direito, o irmão Fernando Lobo de Ávila, Vítor Claro, Constâncio Roque da Costa, João Diogo Peres, Luís Nóbrega de Lima, José de Arruela e José Augusto Moreira de Almeida, director do jornal *O Dia*⁷¹⁶. O comité militar da cidade obedecia à direcção suprema do coronel Adriano Madureira Beça e integrava vários oficiais de diferentes patentes e sargentos⁷¹⁷, incluindo o seu sobrinho, Augusto César Madureira Beça, major de infantaria 18 e futuro obreiro da «Monarquia do Norte».

A polícia teve conhecimento antecipado do movimento e começou a prender os conspiradores em Lisboa, fazendo abortar os seus epígonos nacionais. Ainda assim, os polícias da esquadra do Caminho Novo haveriam de revoltar-se para se dirigirem ao parlamento, onde prenderam os guardas republicanos. Atacaram de seguida a Escola do exército, mas foram derrotados. Entretanto, foram cortadas as linhas telegráficas do Porto, Santarém, Coimbra, Alentejo e Algarve, enquanto desertavam os polícias da esquadra da Boavista⁷¹⁸. Em Viana do Castelo rebentou também uma rebelião, no regimento de artilharia n.º 5, quando vinte praças

⁷¹² Cf. Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 89.

⁷¹³ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 1, Carta de Luís de Magalhães para a esposa de João de Azevedo Coutinho, de 10-10-1913.

⁷¹⁴ Cf. AHM, 2.º TMTL, caixa 166, processo 206.

⁷¹⁵ AHM, 2.º TMTL, caixa 159, processo 2527.

⁷¹⁶ *Ibidem*.

⁷¹⁷ *Ibidem*.

⁷¹⁸ Cf. Arnaldo Madureira, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 83.

armadas quiseram entregar o quartel ao tenente Arnaldo Piçarra, oficial dos mais reaccionários, vociferando sem reboço: «rapazes defendamos a nossa religião»⁷¹⁹.

Entre os presos destacaram-se alguns oficiais de nomeada, como os generais Jaime Leitão de Castro, segundo comandante da Escola de Guerra, e Domingos Correia, o coronel Seabra de Lacerda, que fora ajudante de campo de D. Carlos e D. Manuel, o tenente-coronel da administração militar Miguel Coyola e o seu filho tenente Tomás Coyola⁷²⁰. Como vingança pelo movimento de 21 de Outubro, as turbas republicanas invadiram e destruíram os jornais *O Dia* e *A Nação*.

O golpe de 21 de Outubro foi descoberto antes de rebentar. O governo, através da polícia do Porto, liderada pelo comissário Artur Caldeira Scevola, introduzira nos meios realistas um espião que se fazia passar por monárquico, o conhecido Homero Lencastre. Segundo Rocha Martins, Homero e uns quantos agitadores teriam projectado e edificado uma loja «carbonária», chamada «Bastilha», em Fevereiro de 1913⁷²¹. Em pouco tempo, este espião estava em contacto com o comité do Porto e o comité «estrangeiro», entrando nas graças dos conspiradores. A sua actuação permitiu à polícia penetrar nos segredos do movimento, encarcerando os principais responsáveis em Lisboa e no Porto, como o conde de Mangualde e o seu ajudante, Ferreira Mesquita⁷²². Já João de Azevedo Coutinho conseguiria iludir as autoridades e embarcar rumo ao exilo, sem contudo se aproximar sequer do centro da conjura⁷²³.

Quanto a Homero Lencastre, abandonado pelos republicanos devido à sua reputação de traidor, partiu para a Galiza, onde continuou, estranhamente, ao serviço do movimento monárquico, na preparação de novas tramas⁷²⁴. Como recompensa pela arriscada empresa, D. Manuel nomeou Azevedo Coutinho para

⁷¹⁹ 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 4, pasta 1. Arnaldo Piçarra será o futuro governador Civil de Braga, durante a «Monarquia do Norte».

⁷²⁰ Cf. *A Capital*, 4.º ano, n.º 1161, 23-10-1913, p. 1; n.º 1162, 24-10-1913, p. 1.

⁷²¹ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 14-02-1914, pp. 4-8; *Jornal da Noite*, ano 1, n.º 73, 02-04-1915, pp. 1-2.

⁷²² A cilada para a qual Homero de Lencastre atraiu o conde de Mangualde e o seu ajudante, de que resultou a sua prisão, está descrita por este último em Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senba*, n.º 6, 10-12-1913, pp. 85 e ss. Em Viseu foram presas 87 pessoas acusadas de envolvimento no 21 de Outubro. Cf. 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 16.

⁷²³ Leia-se o seu depoimento em Joaquim Leitão, *ob. cit.*, n.º 1, 30-10-1913, pp. 7-15.

⁷²⁴ Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 217-218. No ELM existe documentação que confirma esta estreita colaboração de Homero com o movimento no exílio, incluindo a elaboração de relatórios sobre a situação política em Portugal.

o cargo de lugar-tenente, em 15 de Dezembro de 1913. Os termos da nomeação revelavam a permanência da tática militar no combate à república, realidade que o marquês de Soveral combatia, pois «não queria revoluções»⁷²⁵: «Hei por bem nomear chefe da Causa Monárquica meu lugar-tenente a João de Azevedo Coutinho, dando-lhe ao mesmo tempo os plenos poderes para em meu nome tratar de toda a parte militar e também se ocupar em meu nome na questão financeira, podendo para isso dirigir-se às pessoas que julgar conveniente. D. Manuel, Rei de Portugal»⁷²⁶. Azevedo Coutinho era agora lugar-tenente e comandante militar do movimento contra-revolucionário.

Com o fim da primeira «outubrada» terminava o primeiro ciclo da contra-revolução, marcado pela reacção monárquico-clerical. Desde 1911 até 1913, teve lugar um número copioso de *complots*, conjuras, levantamentos e incursões contra o regime republicano. Com uma organização dispersa e multívaga, com uma estratégia complexa e heteróclita, a primeira reacção assumiu a sua condição de confronto ideológico. Da sua frenética actividade resultaram cerca de oitenta mortos, centenas de feridos e milhares de prisioneiros políticos. Apesar dos custos políticos e financeiros, não foi suficiente para ameaçar a sobrevivência do regime.

Apesar de tudo, a reacção condicionou de forma flagrante a evolução política da república. Na verdade, parte significativa da instabilidade dos primeiros anos também se deveu ao esforço dos monárquicos para impedir a formação de um consenso político em torno do regime e para evitar assim a sua legitimidade⁷²⁷. Se antes não era assumida, mas entendida apenas como reacção, a instabilidade passaria a constituir a estratégia central do movimento realista a partir de 1914, como veremos na segunda parte deste trabalho.

Como explicar então o significado da primeira reacção? O «couceirismo», não correspondendo a qualquer aparelho partidário ou organizativo, – a Causa Monárquica surge apenas em 1914 – reflectia a comoção dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa ante o abalo republicano, e reflectia a oposição de duas concepções políticas e ideológicas. Faltou-lhes a autoridade de um

⁷²⁵ *Ibidem*, p. 218.

⁷²⁶ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8.

⁷²⁷ Cf. John Vicent-Smith, *ob. cit.*, pp. 41-81.

chefe e a unidade contra-revolucionária que D. Manuel nunca logrou assumir. Não existia uma estrutura organizativa que preparasse o terreno, no campo da propaganda, que incitasse as massas à rebelião. O exército não estava ainda preparado para intervir, enquanto corporação, numa acção contra a república. As dificuldades de coordenação entre os comités externos, envolvidos em profundas divisões, e os comités internos, impediam a existência de uma efectiva organização contra-revolucionária.

O verdadeiro significado da primeira reacção está nos intrincados liames, políticos, militares e simbólicos, que a prenderam a Paiva Couceiro. Adulado por monárquicos e temido por republicanos, na literatura, na imprensa, em poemas e quadras populares, Couceiro sintetizava um certo estado de espírito, uma certa atitude de repulsa contra o radicalismo extremo da política anticlerical da república. O «Capitão Fantasma» simbolizava mais do que a realidade o permitia, e por isso a sua acção assumiu aquela dimensão sebastiânica, muito ao gosto nacional, e que condizia com a sua postura austera, idealista e disciplinadora. Idolatrado em apoteóticos e inflamados panegíricos, Couceiro era descrito como uma espécie de «semi-Deus», quase «sobrenatural»⁷²⁸.

Mas o «couceirismo», porque consubstanciava um certo estado de espírito, correspondia no plano da acção a um movimento inconsequente. A excessiva mitificação do «comandante» e a indulgência dos emigrados impediram o julgamento severo da Galiza e de todo o fenómeno contra-revolucionário. Fenómeno de efeitos políticos praticamente nulos para a Causa Monárquica, não se mediu a inépcia do comando de Paiva Couceiro⁷²⁹, personalidade obstinada mas ingénua, idealista empedernido mas de feitio autoritário⁷³⁰.

Só que Paiva Couceiro era mais do que um simples chefe contra-revolucionário, era um símbolo. Representava a «fé» numa causa que começava então a tomar forma. Gerada pelo ódio republicano, a reacção era então um movimento mais romântico do que prático. Ao contrário da conspiração interna, a Galiza,

⁷²⁸ António Pereira de Sousa, *No Julgamento de Couceiro (Discurso de defesa proferido no tribunal do 2.º distrito criminal desta cidade em 17 de Junho de 1912*, Porto, Edição do Autor, [s/d], pp. 29-30; vejam-se ainda os vários testemunhos em Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*.

⁷²⁹ Apenas o marquês do Lavradio considerava que Couceiro tinha «falta de competência para o lugar». Cf. José Lopes Dias, *ob. cit.*, p. 67.

⁷³⁰ Cf. Homem Cristo, *Banditismo Político. A Anarchia em Portugal*, vol. I, Madrid, Edição de autor, 1912, pp. 944-945.

estigmatizada pelo ferrão da «traição, a nefanda traição»⁷³¹, passaria para a história como uma jornada notável de «idealismo» e «amor patriótico». A sua pequena e quase insignificante força armada não pretendia «conquistar Portugal, para o qual não dispunha de força»⁷³², mas arvorar a bandeira da honra que o exército não soubera envergar no 5 de Outubro. Era um movimento essencialmente moral. Como afirmou anos mais tarde um dos seus mais dedicados oficiais, Satúrio Pires, a Galiza foi o «forte arcaboço e o rijo cimento, onde assentou, e de vez, a Causa Nacional da Monarquia, com toda a sua Fé, entusiasmo e desinteresse pela Grande Obra de Ressurgimento da Pátria!»⁷³³. Paiva Couceiro reconheceu depois que as incursões tinham sofrido com «muitos erros», mas tiveram a virtude de «trazer a Causa Monárquica à sua primeira razão de ser. Uma causa que não tem sacrifícios não se impõe»⁷³⁴.

⁷³¹ Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 48.

⁷³² Cf. *O Nacional*, ano 1, n.º 58, 21-04-1915, p. 2.

⁷³³ In Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 114.

⁷³⁴ Entrevista de Paiva Couceiro à *Nação*, ano 68, n.º 16260, 11-05-1915, p. 1.

PARTE II
NATUREZA DA CONTRA-REVOLUÇÃO (1914-1917)

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO I

A DIREITA MONÁRQUICA

1. Conservadores e antimodernos

Parece agora claro que a origem da contra-revolução não constituía o resultado de um simples conflito entre república e monarquia. A obra do novo regime, marcada pelo laicismo e pelo racionalismo individualista, constituindo uma «ruptura psicológica e emocional»⁷³⁵, encontraria a resistência dos defensores das crenças religiosas, dos costumes e das tradições. Como refere Miguel Castelo-Branco, tratava-se de um «choque entre uma ordem fixada pela tradição e pela história, e outra que se pretendia impor como solução de modernização e fabricação de um novo cidadão»⁷³⁶.

Até aqui temos utilizado indistintamente os vocábulos «contra-revolução», «tradição» e «conservador» deslocados da sua expressão ideológica, quando na verdade eles pressupõem uma dimensão conceptual e epistemológica que é estruturante em qualquer análise de história política. Em rigor, devíamos ter analisado a primeira reacção anti-republicana sobre outro signo negativo, anti-revolucionário. Tal como em 1789, na ausência de uma teorização especificamente contra-revolucionária, de

⁷³⁵ Miguel Castelo-Branco, *Homem Cristo Filho. Do Anarquismo ao Fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada, 2001, p. 73.

⁷³⁶ *Ibidem*.

um «contra-projecto ideológico»⁷³⁷, o combate travado pelos conservadores contra a república fez-se em nome da destruição de valores religiosos e político-sociais, era por isso anti-revolucionário. O objectivo deste capítulo reside precisamente num esforço para estabelecer os princípios ideológicos da direita monárquica, da reacção anti-republicana.

O historiador Eugen Weber distinguiu na Europa três tendências de «direita política»: uma «reaccionária», que pretendia recuperar a Idade de Ouro perdida; uma «direita de resistência», conservadora mas que aceitava as inovações; e a «direita radical», nem sempre fácil de distinguir dos «reaccionários»⁷³⁸. Já em França, René Rémond identificou a existência de uma «direita tradicionalista», uma outra liberal orleanista e, finalmente, uma plebiscitária ou bonapartista⁷³⁹. Em Espanha, por outro lado, foram identificadas duas grandes «tradições» de direita: uma «conservadora liberal», de base ecléctica, que aceitaria muitas das transformações políticas e sociais do liberalismo, mas que partia do conceito de «continuação histórica», procurando conservar determinadas instituições históricas, como a monarquia e a igreja, numa lógica de tradição nacional e conservação social; uma segunda tradição, «teológico-política» e antiliberal, que defendia a aliança do torno e do altar, e que se identificava com o Carlismo⁷⁴⁰.

Esta multiplicidade de categorias confirma a complexidade teórica e conceptual das diferentes escolas de pensamento que preenchem o universo da direita política. Outra conclusão se impõe face à diversidade tipológica: a de que as variações ideológicas correspondem a conjunturas e a realidades histórico-geográficas específicas, sendo que a Península Ibérica, enquanto «Europa da margem» ou «continente menor», assume uma vetusta condição de proximidade ideológica⁷⁴¹.

Em Portugal, coube a João Medina estabelecer a definição de uma «tipologia política» que abarcasse os agrupamentos de direita desde o liberalismo

⁷³⁷ Maria Ivone de Ornellas de Andrade, *A Contra-Revolução em Português José Agostinho de Macedo*, vol. II, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 50.

⁷³⁸ Cf. Pedro Carlos González Cuevas, *El Pensamiento político de la derecha española en el siglo XX. De la crisis de la Restauración al Estado de partidos (1898-2000)*, Madrid, Tecnos, 2005, p. 15.

⁷³⁹ René Rémond, *Les Droits en France*, Paris, Edition Aubier Montaigne, 1982.

⁷⁴⁰ Cf. Pedro Carlos González Cuevas, *ob. cit.*, pp. 15-16.

⁷⁴¹ O conceito de «continente menor» foi cunhado por Pierre Vilar e o de «Europa da margem» por Eduardo Lourenço. Cf. Maria Ivone de Ornellas de Andrade, *ob. cit.*, p. 33.

até ao Estado Novo. Na sua classificação identificou cinco famílias de direita: a) uma «direita liberal, monárquica e republicana»; b) uma «direita antiliberal», de «raiz contra-revolucionária», onde filia todos os grupos monárquicos como o miguelismo, franquismo, Integralismo Lusitano, Acção Realista Portuguesa e Causa Monárquica; c) uma «direita antiliberal de forma republicana»; d) uma «extrema-direita», associada ao Nacional-Sindicalismo; e) e finalmente, uma «direita católica antiliberal, de tendências ditatoriais e desinteressada da questão de regime político»⁷⁴².

Na tipologia política de João Medina, sintomática da mesma complexidade doutrinária que se verifica noutras latitudes, interessa-nos sobretudo a direita «antiliberal», de «raiz contra-revolucionária», por ser aquela que corresponde aos agrupamentos monárquicos em estudo neste período. Mas existiu de facto uma consonância ideológica e doutrinária entre a Causa Monárquica, o Integralismo e o Legitimismo como pretende este historiador? As reflexões que em torno desta problemática vão delinear-se não aspiram a produzir uma história das ideias políticas. Constituem o esboço teórico necessário ao enquadramento ideológico protagonizado pela reacção conservadora ao projecto de modernidade política que, apesar das polémicas e das vicissitudes históricas, enformava o republicanismo em Portugal.

Até agora temos recorrido ao vocábulo «conservador» para caracterizar a reacção monárquico-clerical. Mas a semântica dos vocábulos trai muitas vezes a sua complexidade conceptual, e ignora até alguma dimensão polémica. Logo à cabeça, emerge a questão de saber se o conservadorismo é uma ideologia, entendendo-se «ideologia» como «conjunto de ideias morais, económicas, sociais e culturais razoavelmente coerente» e com afinidades imediatas com o sistema político⁷⁴³. Mesmo aceitando a validade dessa categoria ideológica, como o fazem vários teóricos do fenómeno⁷⁴⁴, o conservadorismo apresenta algumas dificuldades de conceptualização, que decorrem de uma certa confusão que se

⁷⁴² Medina, João, *Salazar, Hitler e Franco*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 21. João Medina refere ainda outras experiências partidárias que considera «marginais», como a *Vida Nova*, de Oliveira Martins ou o Partido Nacionalista, de Jacinto Cândido, e a acção doutrinária de várias personalidades isoladas.

⁷⁴³ Robert Nisbet, *O Conservadorismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 9.

⁷⁴⁴ Cf. *Ibidem*; Robert Eccleshall, et alli, *Ideologías Políticas*, 2.^a ed., Madrid, Tecnos, 2004.

estabelece com a «contra-revolução» e o «tradicionalismo». O próprio vocábulo «conservador», que desde o século XIV é utilizado como significando «preservar ou manter algo intacto», é ambíguo enquanto instrumento conceptual político⁷⁴⁵. Alguns teóricos, como R. J. White, apresentaram o conservadorismo como «hábito mental», como «modo de sentir» e de «viver», o que significa uma preferência subjectiva sobre uma certa realidade político-social e menos a definição rigorosa de uma concepção ou ideologia política⁷⁴⁶. Em Portugal, por sua vez, o integralismo lusitano rejeitava o apodativo «conservador», afirmando que não pretendia «conservar» mas «reagir contra o presente», seguindo o modelo da ucronia, reconstruindo o que devia ter sido⁷⁴⁷.

Não restam dúvidas, porém, que o «conservadorismo», expressão utilizada pela primeira vez por Chateaubriand, em 1818⁷⁴⁸, está conotado com toda a atitude de recusa da transformação brusca do tecido social e político. A expressão «conservador» entrou para o léxico político inglês em 1830, associado ao Partido *Tory*. A distinção entre a ideologia conservadora e as ideologias modernas, como o liberalismo ou o socialismo, reside afinal no recurso a uma fundamentação filosófica que prefere usar os dados concretos e a experiência histórica em detrimento de qualquer teoria abstracta⁷⁴⁹. Ao individualismo liberal e à crença no progresso antepõem os conservadores uma «sociedade como estrutura dominante» e o pessimismo e a decadência democrática, situados num quadro antro-

⁷⁴⁵ Cf. Robert Eccleshall, et alli, *ob. cit.*, p. 84.

⁷⁴⁶ *Ibidem*. Os autores referem-se à obra de A. Bullock, *The Conservative Tradition*, London, Adam and Charles Black, 1964.

⁷⁴⁷ Segundo Alberto Monsaraz, «não somos retrógrados, nem somos conservadores – não queremos voltar atrás, nem conservar o que está - ; somos, sim reaccionários e renovadores, - reagimos contra o presente tal qual é e desejamos restabelecer, não o passado que tivemos, mas o presente que hoje teríamos, se influências não portuguesas nos não houvessem desviado do rumo natural da nossa evolução» [transcrito em Raul Proença, *Polémicas*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1988, p. 408]. António Sardinha, citando La Tour du Pin, afirma o mesmo: «Não somos conservadores – dada a passividade que a palavra ordinariamente traduz. Somos antes renovadores, com a energia e a agressividade de que as renovações se acompanham sempre» [*Ao Princípio era o Verbo*, Lisboa, Editorial Restauração, 1959, pp. 189-190].

⁷⁴⁸ Cf. Maria Ivone de Ornellas de Andrade, *ob. cit.*, p. 41.

⁷⁴⁹ Cf. Robert Eccleshall, *ob. cit.*, p. 84. Este primeiro postulado é partilhado com os autores contra-revolucionários e tradicionalistas do século XIX e XX.

pológico de sociedade imperfeita⁷⁵⁰. Na frase de Chateaubriand, «a sociedade ao alargar os seus limites, acabou reduzida; a democracia conquistou a morte»⁷⁵¹.

Fica assim claro que para além das fontes históricas, que começam com Edmund Burk e continuam nos teóricos franceses, de Joseh de Maistre e Chateaubriand a Louis de Bonald, entre outros, o conservadorismo partilha com a contra-revolução e o tradicionalismo a recusa dos postulados iluministas do progresso indefinido e o ódio ao princípio da Revolução. Mas se a contra-revolução brotou directamente da Revolução Francesa, negando a mudança e procurando «conservar» o que fosse possível do Antigo Regime, e nessa medida assumia-se também como «reacção», o tradicionalismo é-lhe bastante anterior⁷⁵². Corresponde, no plano político-filosófico, à recusa da razão individual, enquanto fonte de incerteza e de erro, e à defesa da tradição, na sua dimensão histórico-temporal de repositório das verdades reveladas. O tradicionalismo confundiu-se depois de 1789 com a contra-revolução, condenando a soberania popular e pregando o jusdivinismo e o princípio dinástico. Em Portugal e Espanha, onde o pensamento conservador revela influências inevitáveis do pensamento católico, o tradicionalismo está conotado com o miguelismo e o carlismo, sendo considerados uma expressão local da contra-revolução⁷⁵³.

A formação da direita monárquica, depois de instaurada a república, integra todo este vasto património ideológico de difícil conciliação. A evolução histórica obrigou à redefinição das próprias ideologias. As instituições a conservar em 1910 não têm correspondência imediata com a ideologia conservadora de 1789 ou 1815. Os conservadores portugueses de 1910 pretendem manter intacta a monarquia constitucional reformada e evitar a sua evolução para a democracia de massas, para além de elogiarem o parlamentarismo inglês⁷⁵⁴ e o sufrágio restrito, e defenderem a propriedade e a lei. Tendo a tradição como paradigma, os

⁷⁵⁰ *Ibidem*, pp. 94 e ss; Robert Nisbet, *ob. cit.*, pp. 83 e ss.

⁷⁵¹ Citado por Antoine Compagnon, *ob. cit.*, p. 20.

⁷⁵² Cf. Antoine Compagnon, *ob. cit.*, pp. 14 e 30. A expressão «reacção» surgiu como fórmula política depreciativa durante a Revolução, no período Termidor, e foi definida por Benjamin Constant em *Las reacciones políticas*.

⁷⁵³ Cristián Garay Vera, «Nacionalismo, Tradicionalismo, conservadurismo y liberalismo censitário. Aproximaciones para el debate», in *Revista de Historia*, año 9-10, vol. 9-10, 1999-2000.

⁷⁵⁴ Cf. BNL, ELM, caixa 36, carta de Luís de Magalhães ao conde de Arnoso, de 16-05-1910; Luís de Magalhães, *Eduardo VII, Elogio Histórico Pronunciado na Sessão Solemne da Liga Monarchica do Porto em 20 de Junho de 1910*, Porto, Magalhães & Moniz, 1910.

conservadores recusavam a universalidade e uniformização de modelos político-sociais, preferindo a sua adequação à evolução das condições históricas e às experiências e circunstâncias de cada época⁷⁵⁵. Enquanto isso, os tradicionalistas defendiam o regresso puro e simples às instituições monárquicas pré-liberais, o «regresso ao passado» da tradição romântica, recusavam a razão e defendiam uma reorganização tradicional da sociedade a partir de uma base religiosa⁷⁵⁶.

Aos sectores ideológicos mais antigos, o século XIX acrescentou uma nova doutrina, o nacionalismo, fenómeno também difícil de conceptualizar. Nascido igualmente da Revolução, na medida em que esta promoveu a autodeterminação dos povos, o nacionalismo sofreu mutações associadas ao imperialismo e às concepções ráticas do final do século XIX, que conduziram à exaltação do Estado-nação, dos seus valores políticos e simbólico-culturais. A aceção do nacionalismo moderno encarnava na nação uma dimensão mística, pré-existia uma alma e fisionomia específica, a nação «era um organismo vivo, permanente, com características próprias», com potencialidades específicas. Para João Ameal, o «nacionalismo» implicava «uma concepção orgânica e tradicionalista de Nação, tomada não como um agregado de indivíduos, mas como uma unidade religiosa, moral, histórica, geográfica e étnica»⁷⁵⁷. Dada a complexidade teórica e a ambiguidade conceptual das ideologias, alguns dos autores que actualmente abordam o fenómeno contra-revolucionário preferem recorrer a conceitos mais abrangentes, como «antimodernos»⁷⁵⁸ ou antiliberais⁷⁵⁹, sintetizando assim o confronto entre os princípios da modernidade e da tradição.

Em Portugal, o ressurgimento do espírito conservador tem sido identificado com a universidade de Coimbra, onde os *novos* estudantes recusavam o reformismo violento assim como o cosmopolitismo e o racionalismo do discurso

⁷⁵⁵ Luís de Magalhães, in *A Tarde*, n.º 2864, 26-06-1897, p. 1.

⁷⁵⁶ Cf. *Partido Legitimista. Programa elaborado pelo Conselho Superior do mesmo Partido* (1884); Cristián Garay Vera, art. Cit.

⁷⁵⁷ João Ameal, *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932, p. 72.

⁷⁵⁸ Leia-se Antoine Compagnon, *ob. cit.*; Zeev Sternhell (org.), *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999.

⁷⁵⁹ Leia-se Stephen Holmes, *The Anatomy of Antiliberalism*, 2ª ed., London, Harvard University Press, 1996.

republicano⁷⁶⁰. Ainda assim, não pode menosprezar-se a influência dos teóricos contra-revolucionários europeus na formação da nova mentalidade conservadora. Aires de Ornelas, ministro de João Franco e defensor da teoria do engrandecimento do poder real, revelou a influência dessa literatura política na sua educação: «Esses princípios, vocês sabe muito bem quais são. Não os vim aprender a Paris, agora. Fui educado com a bibliografia contra-revolucionária que hoje se receita à mentalidade da Europa. Os meus princípios são, pois, os princípios contra-revolucionários em que se baseia a doutrina da *Action Française*, por ser através dela que mais se têm propagado»⁷⁶¹.

A cultura política em França foi, durante a segunda metade do século XIX, profundamente antimoderna. Partindo dos contributos de Joseph de Maistre, de Bonald, Le Play e Lamennais, estendeu-se à literatura através de Chateaubriand e mais tarde de Baudelaire, Balzac, Flaubert e Marcel Proust⁷⁶². Depois da Comuna de Paris, tiveram grande divulgação as obras de Taine⁷⁶³ e, especialmente, Renan, com os livros *A reforma Intelectual e Moral* (1871) e *O Que é a Nação?* (1882), com os quais terá exercido grande influência sobre a intelectualidade europeia. A predominância das ideias de direita era uma realidade incontornável em Paris e, através dela, em boa parte da Europa: «As letras, a imprensa, as academias, os salões, Paris em suma, movem-se para a direita, mediante um movimento de conjunto, um impulso interior como o que obriga os grupos políticos a declarar-se e a situar-se na esquerda»⁷⁶⁴. Que o novo pensamento de direita chegou a Portugal antes do estertor do século XIX e aqui foi assimilado provam-no as referências

⁷⁶⁰ Cf. Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, pp. 76-77; António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932; José Manuel Quintas, *ob. cit.*, pp. 71 e ss e 104.

⁷⁶¹ Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, n.º 17, 12-03-1914, pp. 268.

⁷⁶² Para Antoine Compagnon [*Los Antimodernos*, p. 16-17], «quase toda a literatura francesa dos séculos XIX e XX preferida pela posteridade é, se não de direita, ao menos antimoderna». O autor defende que a literatura francesa era, de Chateaubriand a Proust pelo menos, «moderna na medida em que é antimoderna», literatura cuja «resistência ideológica é inseparável da sua audácia literária».

⁷⁶³ Nomeadamente, *As Origens da França Contemporânea* (1876-1894).

⁷⁶⁴ Citado por Antoine Compagnon, *ob. cit.* p. 16.

encontradas em Aires de Ornelas, Paiva Couceiro⁷⁶⁵, Luís de Magalhães⁷⁶⁶ ou Alfredo Pimenta⁷⁶⁷, entre outros.

O pensamento europeu do final de Oitocentos exibiu na época uma consciência deprimida, associada ao mito da decadência. Maurice Barrès escreveu nos seus *Cahiers* que «era uma época triste em que aceitávamos ser representantes da decadência»⁷⁶⁸. A intelectualidade europeia, em França como na Alemanha, onde Nietzsche herdava o pessimismo de Schopenhauer, pensava que a civilização liberal estava em declínio e que o «progresso no sentido burguês» era uma «ficção»⁷⁶⁹. O nacionalismo francês de Maurice Barrès aspirava afinal a assumir-se como reacção a essa consciência deprimida⁷⁷⁰, tal como em Portugal fará o nacionalismo dos integralistas lusitanos e dos monárquicos africanistas. Sinal da angústia do homem moderno face ao tempo, o decadentismo provocou uma «nostalgia da *renovatio*»⁷⁷¹, inscrita no regresso a um tempo primordial, restaurando a consciência colectiva «pela qual as primeiras sociedades haviam sido governadas»⁷⁷². As «paranóias» regeneradoras do nacionalismo integral assentavam na construção de uma vasta mitografia de pendor étnico e determinista, e da revisão historiográfica então empreendida, com que almejavam restaurar a nação e a sua época de Ouro⁷⁷³.

O ressurgimento da doutrinação conservadora fez-se sentir sobretudo nos meios estudantis da Universidade de Coimbra, onde os novos ventos da cultura francesa do início do século traziam no alforge os autores antimodernos⁷⁷⁴.

⁷⁶⁵ Leia-se *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917.

⁷⁶⁶ Leia-se *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927.

⁷⁶⁷ Leia-se Alfredo Pimenta, *Política Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d, [1917].

⁷⁶⁸ Citado por Franklin L. Baumer, *O Pensamento Europeu Moderno*, Lisboa, Edições 70, 1990, p. 156.

⁷⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁷⁰ Cf. Zeev Sternhell, *Maurice Baurrès et le Nationalism Français*, Paris, Fayard, 2000, p. 316.

⁷⁷¹ Cf. Mircea Eliade, *Mitos, Sonhos e Mistérios*, Lisboa, Edições 70, p. 23.

⁷⁷² Franklin L. Baumer, *ob. cit.*, p. 163.

⁷⁷³ Cf. Paulo Archer de Carvalho, «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1996, pp. 231-243; Miguel Dias Santos, «O Mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico», in *Estudos do Século xx*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx, 2008, pp. 277-291.

⁷⁷⁴ Cf. Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica. Documentos para a Historia e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello, 1934, p. 11.

A emigração para a Galiza de jovens carregados de idealismo, seguindo na pegada de Paiva Couceiro, aprofundou o contacto com o tradicionalismo espanhol, numa região profundamente católica onde predominava o «carlismo»⁷⁷⁵. O jornal da emigração, *Portugal Novo*, já referenciado, é um indicador sólido da importância do ideário tradicionalista, pela recusa veemente do contratualismo em favor da teoria jusdivinista e da aliança entre o trono e o altar⁷⁷⁶.

Mais tarde, depois do fracasso do movimento contra-revolucionário, parte da emigração seguiu para Paris e Bruxelas, onde esteve em contacto com os seguidores de Charles Maurras e da *Action française*, sendo que em Bruxelas esse proselitismo envolveu os refugiados católicos vindos de França⁷⁷⁷. O regresso a Portugal, em 1914, da maior parte da emigração, depois da amnistia de Bernardino Machado, criou condições para uma campanha de doutrinação monárquica sem precedentes, campanha marcada pelas influências do conservadorismo liberal inglês, do tradicionalismo galego e do nacionalismo católico e integral de França e Bélgica.

O ressurgimento do sentimento monárquico, entre 1913 e 1915, torna-se evidente na proliferação de jornais, revistas, conferências e na literatura. Grandes jornais diários de circulação, como o *Diário da Manhã*, a *Restauração*, o *Jornal da Noite*, *A Liberdade*, *O Nacional* (este em 1915), juntaram-se aos títulos já existentes, *O Dia* e a *Nação*⁷⁷⁸ e a outras publicações menores como o *Talassa* (1913), o *Papagaio Real* (1913) e o *Fantoches* (1914). Alguns destes pasquins faziam da sátira e do humor o estilo de eleição para a crítica política. Confirma-se assim a dialéctica identificada por Antoine Compagnon entre os conteúdos e a forma na literatura francesa. Toda a propaganda antimoderna dos monárquicos recorria inevitavelmente aos meios modernos de construção ideológica e divulgação doutrinária.

⁷⁷⁵ Sobre o «Carlismo» leia-se Jordi Canal, *El Carlismo*, Barcelona, Alianza Editorial, 2004. Sobre o ideário tradicionalista espanhol e a sua relação com os emigrados da Galiza veja-se, José Manuel Quintas, *ob. cit.* pp. 84-88.

⁷⁷⁶ *Portugal Novo*, ano 1, n.º 1, 10-03-1912 [in AHM, AHD, 3P, A3, M716].

⁷⁷⁷ Cf. José Manuel Quintas, *ob. cit.* pp. 88-89; Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem Santo nem Senha*, n.º 10, 16-01-1914, p. 146.

⁷⁷⁸ Atacados pela fúria republicana depois do movimento de 21 de Outubro de 1913, regressariam ao activo em 15 de Abril de 1914 e 18 de Novembro de 1913, respectivamente.

Ainda no campo dos periódicos, cumpre destacar a acção doutrinária de várias revistas ligadas ao tradicionalismo e ao movimento integralista: a *Alma Portuguesa*, surgida em Maio de 1913, sob a direcção de Domingos Gusmão Araújo e que teve como colaboradores Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, Pinheiro Torres, Alberto Monsaraz e Luís de Almeida Braga; *Os Meus Cadernos* (Agosto de 1913), do padre Amadeu Mariotte, a primeira revista a divulgar as ideias de Charles Maurras em Portugal; *Aqui d'El-Rei*, dirigida por João Amaral (de Fevereiro a Abril de 1914), e a *Nação Portuguesa* (8 de Abril), dirigida por Alberto Monsaraz, o mais importante órgão doutrinário do Integralismo Lusitano. Mais tarde, surgiu também a revista *Ideia Nacional* (1915 e 1916), dirigida por Homem Cristo Filho, que congregou as mais notáveis intelectualidades da monarquia, vindas dos diferentes campos ideológicos, num derradeiro esforço para emprestar dinâmica e unidade ao movimento monárquico. Em muitas regiões do país floresceu a imprensa monárquica e católica de tendências régias: em Coimbra, o *Pátria Nova* e o *Imparcial*, em Viseu, o *Comércio de Viseu*, em Lamego, o *Restauração*, em Águeda, o *Soberania do Povo*, em Guimarães, o *Comércio de Guimarães*, entre muitos outros.

Anunciava-se então uma vasta campanha ideológica e de doutrinação, que visava operar uma revolução espiritual na consciência colectiva, catequizar os monárquicos e os novos descontentes com a república, que Joaquim Leitão apodava de «amigos da ordem, que enfermam da candura de a crer indiferentemente possível numa democracia como numa aristocracia»⁷⁷⁹. Esta campanha visava romper com a empresa negativa de viço anti-republicano que se instalara entre a grei monárquica⁷⁸⁰. Como afirmaria o padre Mariotte nos *Meus cadernos*, «a Monarquia não está reabilitada. É a República que está desacreditada»⁷⁸¹.

Pretendia-se operar uma renovação espiritual a exemplo daquela que a *Action française* desenvolvera em França, onde Charles Maurras promoveu uma pro-

⁷⁷⁹ «Carta Aberta aos Monárquicos Portugueses», in *A Entrevista. Sem Santo nem Senba*, n.º 10, 16-01-1914, p. 146.

⁷⁸⁰ Cf. José de Arruela, *A Monarquia e a República. O programa do "Diário da manhã"*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1914, pp. 7 e 12-13. Veja-se, ainda, *A restauração* (Lamego), ano 1, n.º 1, 7-05-1914, p. 1 e n.º 14, 6-08-1914, p. 1; António Cabral, *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 4, 30-05-1914, p. 1; *Papagaio Real*, ano 1, n.º 1, 7-04-1914, p. 2.

⁷⁸¹ «Carta Aberta aos Monárquicos Portugueses», in *A Entrevista. Sem Santo nem Senba*, n.º 10, 16-01-1914, pp. 153-160

funda «reforma intelectual»⁷⁸². Cá, como naquele país, essa «reforma intelectual» apresentava a dimensão de uma «reforma das consciências», de uma «restauração de inteligência»⁷⁸³, que via na «História Pátria» e na «Religião» as alavancas de um movimento de regeneração nacional⁷⁸⁴.

Um dos pontos nodais desta doutrinação multimoda, e que emprestava alguma unidade ao movimento monárquico, encontra-se na destruição dos mitos liberais, a começar pela trindade ideológica saída da Revolução Francesa⁷⁸⁵. Mas a génese antiliberal da reacção desenhava-se afinal na concepção de outro mito relevante ligado à «Ordem», no quadro conceptual de reflexão teórica produzido em torno da relação improvável entre individualismo e autoridade. Como veremos, tanto os conservadores liberais como os contra-revolucionários reputavam a «desordem» social como fruto do espírito revolucionário em que se gerara a república portuguesa. Tais ideias estribavam-se nos teóricos da contra-revolução, como Louis de Bonald, para quem a liberdade conduz à desordem e à tirania⁷⁸⁶. A mesma concepção decorre da própria natureza da Revolução, vista por Baudelaire como «inclinação natural pela destruição»⁷⁸⁷.

Esta questão é inseparável da teoria conservadora de Poder e autoridade, que estabelece que a liberdade é indissociável da «Ordem», pois na senda de Burke, em *Reflections on Revolution in France* (1790), sustenta que «a única liberdade» aceitável «é uma liberdade ligada à ordem; que não só coexiste com a ordem e a virtude mas também não pode existir sem elas»⁷⁸⁸. Os contra-revolucionários, como Joseph de Maistre, evidenciavam a ingenuidade dos liberais por acreditarem na bondade natural do Homem: «They think human beings are self-disciplined enough to rule themselves and cannot understand the necessity of a final authority, capable of resolving bitter disputes by fiat»⁷⁸⁹. O pessimismo

⁷⁸² René Rémond, *ob. Cit.*, p. 170.

⁷⁸³ «Porque Voltámos», *Nação Portuguesa*, II Série, n.º 1, 1922, p. 3.

⁷⁸⁴ Leia-se, entre outros, Henrique Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917.

⁷⁸⁵ Cf. João Ameal, *ob. cit.*, p. 65.

⁷⁸⁶ Cf. Antoine Compagnon, *Los Antimodernos*, Barcelons, Acantilado, 2007, p. 112.

⁷⁸⁷ *Ibidem*, p. 44.

⁷⁸⁸ Citado por Robert Nisbet, *ob. cit.*, p. 65.

⁷⁸⁹ Stephen Holmes, *The Anatomy of Antiliberalism*, Cambridge, Harvard University Press, 1996, p. 27.

antropológico dos contra-revolucionários, para quem a guerra, a violência e a crueldade humana jamais seriam superados pela racionalidade das Luzes e pelo progresso humano⁷⁹⁰, explicava assim a inevitabilidade da ditadura democrática.

É que se a liberdade traduz o livre arbítrio e este conduz directamente à tirania, a igualdade política possui os «germens» do totalitarismo. Ao subverter a desigualdade natural, ofendendo a natureza e promovendo a incompetência individual, as políticas igualitárias tendiam para regimes ditatoriais que podiam derrogar a diversidade e a própria liberdade individual⁷⁹¹. Tocqueville explicou este fenómeno afirmando que a igualdade seduzia os homens independentes na recusa de qualquer forma de autoridade que fosse exterior a si próprio, evidenciando o impulso natural para as instituições livres⁷⁹².

A antropologia antiliberal e a recusa dos valores democráticos veiculadas pelos antimodernos seduziram a maioria dos monárquicos. Aires de Ornelas recusará categoricamente a igualdade social, porque a considerava um «mero sofisma das democracias», escrevendo que «o futuro, como o progresso, pertencem à ordem. Não à igualdade»⁷⁹³. Já Luís de Magalhães, a grande referência doutrinária do liberalismo monárquico, ao reflectir sobre a Europa do pós-guerra e a vitória dos valores conservadores, afirmava que «a ordem há-de restaurar-se com aqueles princípios que melhor a garantem e que constituem a sua própria essência: a disciplina social, o império da lei e da justiça, mantidos pela força da autoridade»⁷⁹⁴. Mais extremista na sua retórica autoritarista, Alfredo Pimenta condenava a liberdade de pensamento em nome da obediência social e afirmava sem tibiezas que «a lei é a restrição da liberdade»⁷⁹⁵ e que «a democracia faliu»⁷⁹⁶. Aires de Ornelas também sentenciava a república e a democracia dentro de

⁷⁹⁰ *Ibidem*, pp. 27-28.

⁷⁹¹ Robert Eccleshall, *ob. cit.*, pp. 94-95.

⁷⁹² Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América*, Lisboa, Principia, 2002, p. 807. Segundo o mesmo autor, as consequências desta propensão seriam a anarquia ou a servidão.

⁷⁹³ Aires de Ornelas, Aires de Ornelas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa, Livraria Portugal Editora, 1914, pp. 45-46; Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit.*, pp. 63-64.

⁷⁹⁴ Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, Coimbra, França & Amado, 1915, p. 51.

⁷⁹⁵ Alfredo Pimenta, *Politica Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d [1917], pp. 21-23.

⁷⁹⁶ *Ibidem*, p. 50.

critérios pessimistas e decadentistas, proclamando que a «democracia é o mal, a democracia é a morte»⁷⁹⁷.

Mas a doutrinação monárquica colocava a «Ordem» numa categoria mental susceptível de consequências mais profundas ao nível da ideologia e da organização político-social. É que a «Ordem» evocada não correspondia apenas à ordem nas ruas, aspirava à «Ordem total», «Ordem» da «consciência, de inteligência, de vida pública», subjugada a uma «Ordem filosófica e intelectual»⁷⁹⁸. Tais pressupostos explicam que João Ameal invertesse a fórmula central de Joseph de Maistre, quando este definiu a contra-revolução afirmando que «a contra-revolução não é uma revolução contrária; é o contrário duma revolução». Para João Ameal, com efeito, «a contra-revolução é uma Revolução contrária»⁷⁹⁹.

Esta expressão sintetiza com clareza a missão da doutrinação contra-revolucionária do século XX e que o mesmo João Ameal ajuizou assim: «Tem que demolir, agitar, tem que sacudir as colunas dos templos maçónicos, plutocratas e parlamentares; tem que fazer vítimas inúmeras, tem que desenhar em outros moldes a constituição das sociedades – e tem que destronar, um a um, os mitos dominantes, os mitos liberais e democráticos, para em seu lugar instalar as duras verdades dum século de resgate!»⁸⁰⁰. O facto de tais juízos terem sido produzidos em 1932, nunca época em que o monárquico João Ameal se arvorava em ideólogo do Estado Novo que então emergia, é elucidativo do caminho trilhado por alguma doutrinação monárquica no sentido de preparar a opinião pública conservadora para as soluções antiliberais, antidemocráticas e autoritárias defendidas por Oliveira Salazar e pelo Estado Novo.

Chegados a este ponto, há um dever insofismável de esclarecer que apesar da aparente unidade em torno dos princípios conservadores, subsistem diferenças relevantes ao nível ideológico no âmago da direita monárquica. Importa, *ipso facto*, estabelecer uma tipologia alternativa à de João Medina. Por isso propomos a coexistência, nem sempre pacífica, de dois grandes campos doutrinários na direita monárquica, a exemplo da tipologia definida para Espanha por Pedro

⁷⁹⁷ *Ob. cit.*, p. 40.

⁷⁹⁸ João Ameal, *ob. cit.*, pp. 68-69.

⁷⁹⁹ João Ameal, *A Revolução da Ordem*, Lisboa, [s/n], 1932, pp. 36-37.

⁸⁰⁰ *Ibidem*.

Cuevas⁸⁰¹: uma direita conservadora ou oligárquica, de base ecléctica, que integrou algumas das aquisições da modernidade e que nos primeiros anos controlou a Causa Monárquica; e uma direita antiliberal, tradicionalista e contra-revolucionária, que congregava o Integralismo Lusitano, o miguelismo, a Acção Realista (surgida em 1924) e o nacionalismo monárquico de algumas figuras de proa da antiga oficialidade, como Paiva Couceiro e João de Almeida. Mas tal como alguns dos conceitos operatórios atrás analisados, também a fronteira ideológica entre as duas correntes se foi atenuando, evoluindo para um predomínio crescente do pensamento antimoderno.

2. Conservadorismo liberal

Este agrupamento conservador era encabeçado por alguns dos ministros, deputados e conselheiros da defunta monarquia. Personalidades como Luís de Magalhães, José Júlio de Morais Sarmiento (4.º visconde do Banho), Moreira de Almeida, Fernando Martins de Carvalho, José de Arruela, Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (2.º conde de Azevedo), Tomás de Villhena, Morais de Carvalho, Aníbal Soares e José de Azevedo Castelo Branco, entre outros, constituíam a plêiade de notáveis que pugnava pela restauração da monarquia constitucional. Outras figuras pontificavam na Causa Monárquica durante este período, vindas dos sectores militares, como João de Azevedo Coutinho, Aires de Ornelas, João de Almeida e Paiva Couceiro, mas os princípios doutrinários que defendiam (Azevedo Coutinho só na década de vinte), distanciavam-nos do constitucionalismo liberal. Era este o bloco conservador que predominava na Causa Monárquica em 1914.

O grémio conservador tinha antecedentes ideológicos nos movimentos de regeneração surgidos no estertor da monarquia constitucional. Tanto a *Vida Nova*, de Oliveira Martins, como os seus avatares dos *Vencidos da Vida*, do franquismo e do movimento dos *Endireitas*, filiavam a reforma da monarquia na acção

⁸⁰¹ Cf. Pedro Carlos González Cuevas, *ob. cit.*, pp. 15-16.

de uma elite política encabeçada pelo monarca⁸⁰². Se os partidos dinásticos se caracterizavam pela ausência de programa doutrinário, os partidos reformistas, como o *Partido Nacionalista* e o *Partido Regenerador-Liberal*, evidenciavam uma dimensão ideológica de matiz conservador e elitista⁸⁰³. As necessidades de propaganda política estiveram entre as principais preocupações de João Franco, que reconhecia na imprensa um poderoso instrumento de divulgação ideológica: «O que é preciso, e isso hoje só a imprensa o pode fazer em grande e em largo, é espalhar ideias generosas e grandes, no campo da política especialmente por mais necessário, que formem o carácter e animem a vitalidade nacional. Que para um ou outro caso ocorrente a imprensa indique a fórmula do remédio também é possível e útil, mas grande, grande, pregar e ensinar»⁸⁰⁴.

A crise política do final da monarquia, marcada pelo radicalismo, favoreceu a instituição de uma nova cultura política, caracterizada por valores conservadores, com os quais se esperava operar o «ressurgimento nacional». Já os movimentos golpistas, de matriz militar, em que estiveram envolvidos Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e Vasconcelos Porto, entre 1899 e 1910, constituíam indicadores suficientemente fortes para se presumir a emergência de uma «mentalidade autoritária» a enunciar o sentido dessa nova cultura política: «unidade moral da nação, culto da tradição nacional, heroísmo, recristianização social, Estado forte, sociedade hierárquica, reconhecimento do mérito individual, vocação imperial ou antiparlamentarismo»⁸⁰⁵.

Paiva Couceiro, sempre muito activo, integrou também o *Congresso Nacional*, em 1910, visto como derradeira reacção das elites nacionais para conter as ameaças oriundas do revolucionarismo republicano e pelos receios provocados por uma «revolução das massas» que já então se pressagiava. Este *Congresso Nacional* propugnava uma intervenção cívica das elites sociais para superar a crise do sistema político-partidário e alargou-se durante a vigência da república, no contexto de formação de outras agremiações, como a *União Patriótica*, em 1913,

⁸⁰² Mesmo aceitando que o franquismo defendeu uma política liberal, como demonstrou já Rui Ramos. Cf. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

⁸⁰³ Sobre o programa do *Partido Nacionalista*, veja-se Jacinto Cândido, *ob. cit.*, pp. 369 e ss.

⁸⁰⁴ Carta de João Franco a Luís de Magalhães, de 05-06-1897, in Rodrigues Cavalheiro, *ob. cit.*, p. 24.

⁸⁰⁵ Cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Cosmos, 1999, pp. 93-97.

e a *Liga Nacional*, criada em 1915. Todas representavam a afirmação das elites num vasto segmento conservador que viria a confluir na formação da *Cruzada Nun'Álvares Pereira*, em 1918⁸⁰⁶.

Das fileiras destes dois partidos reformistas saíram as figuras proeminentes da Causa Monárquica atrás referidas, incluindo os líderes católicos, como Pinheiro Torres, o conde de Bertandos e José Novais. No âmbito desta cúpula de notáveis, destacou-se como doutrinador, político e agente contra-revolucionário a personalidade de Luís de Magalhães. A análise da sua evolução político-ideológica e espiritual ilustra bem as mutações ideológicas que se deram no campo liberal, entre o final da monarquia e a aurora do Estado Novo.

Filho do famoso político liberal, José Estêvão, Luís de Magalhães acamaraudou com todos os movimentos reformistas da monarquia, da «Vida Nova» ao Franquismo, onde assumiu verdadeiro protagonismo como teórico e doutrinador do reformismo franquista, vindo depois a sobraçar a pasta dos negócios estrangeiros no primeiro governo de João Franco⁸⁰⁷. Adepto do evolucionismo, a sua análise doutrinária revelou-se muito cedo incompatível com os grandes abalos históricos, alheios à história e à tradição: «Efectivamente, todas as inovações fundamentais na vida social dum povo, saem precárias, inconsistentes, impróprias, postizas, se se põe de parte o critério histórico e evolucionista, se se não atende à sua tradição, aos seus costumes, a esse passado que é a raiz do presente e do futuro»⁸⁰⁸.

As críticas do reformismo monárquico tiveram como consequência a exaltação da acção providencial de uma elite, a realizar através de uma ditadura parlamentar, ou pela sublimação do novo César, revestido de uma auréola de «Rei-Salvador» da monarquia⁸⁰⁹. As cúpulas deste sector reformista, como Oliveira

⁸⁰⁶ Sobre estes movimentos, enquanto «antecedentes» da Cruzada, leia-se Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, pp. 93-122.

⁸⁰⁷ Sobre a emergência de Luís de Magalhães como político e intelectual, veja-se Miguel Dias Santos, *art. cit.*

⁸⁰⁸ *A Tarde*, ano X, n.º 2894, 26-07-1897, p. 1.

⁸⁰⁹ Cf. Amadeu Carvalho Homem, «João Franco ou a tentação ditatorial», in *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editora, 2001, pp. 125-134. Luís de Magalhães escreveu a propósito da ditadura Hintze-Franco de 1895: «E acreditei que com o ostracismo dos partidos, responsáveis dos nossos males, com a acção enérgica de meia dúzia de homens mais afastados, esses, das responsabilidades políticas dos últimos anos e com a docilidade admirável, de que a nação dava prova - a aurora, há tanto tempo esperada, surgiria por fim. Engano ainda!» [*A Tarde*, ano X, n.º 3020, 22-12-1897, p. 1.].

Martins, Luís de Magalhães, António Cândido, Carlos Lobo de Ávila, Jaime Magalhães Lima e tantos outros, prescreviam a tese do engrandecimento do Poder régio como solução para a crise da monarquia liberal. Luís de Magalhães desenvolveu estas ideias na imprensa⁸¹⁰ e num ensaio que viu o prelo com o título *Eduardo VII*, publicado no ano em que este monarca inglês desaparecia do mundo dos vivos⁸¹¹.

Os doutrinadores do intervencionismo elitista não constituíram um exclusivo português, eles assomaram no pensamento político europeu no final do século XIX. Já intelectuais de filiação liberal, como Alexis de Tocqueville, no livro *A Democracia na América*, tinham reflectido sobre o perigo que podia sobrevir para a democracia da ascensão das massas populares, ascensão que se tornaria inevitável face à crescente afirmação dos valores igualitários e à importância que aquele sistema político conferia ao conceito de maioria. Esta dependência da maioria, sentenciava Tocqueville, poderia efectivamente conduzir a democracia à «ditadura plebiscitária» e ao «despotismo».

Este argumento fez escola no pensamento europeu, em Nietzsche, Gustave Le Bon, Maurras, Spengler, Ortega, Carl Schmitt e muitos outros, que «contemplam com terror» a ascensão da «multidão» e do «homem massa»⁸¹². A crítica antiliberal via na democracia o resultado da «reação plebeia contra os poderosos», ocorrida durante a Revolução Francesa, ruptura que condenara a humanidade à decadência, estado degenerativo suscitado pelo socialismo e pelo demoliberalismo. Ortega e Gasset, que possuía uma visão mais optimista sobre o presente e questionava a ideia de decadência⁸¹³, chegou ao ponto de estabelecer uma analogia entre a ascensão política das massas e a criação dos estados totalitários⁸¹⁴.

A ideologia conservadora desenvolveu um ódio evidente à democracia e às concepções igualitárias, que Spengler via como um «logro» e como «declínio da

⁸¹⁰ Cf. Luís de Magalhães, «Notas Políticas», *A Tarde*, n.º 2864, 26-06-1897, p. 1; «O Rei e o Povo», *A Tarde*, n.º 2964, 15-10-1897, p. 1

⁸¹¹ Luís de Magalhães, *Eduardo VII, Elogio Histórico Pronunciado na Sessão Solemne da Liga Monarchica do Porto em 20 de Junho de 1910*, Porto, Magalhães & Moniz, 1910.

⁸¹² Ortega y Gasset, *A Rebelião das Massas*, Lisboa, Relógio d'Água, 2007, p. 16.

⁸¹³ *Ibidem*, pp. 54-56.

⁸¹⁴ Cf. Robert Nisbet, *ob. cit.*, 1987, p. 82.

civilização»⁸¹⁵. Renan, na obra *Reforma Intelectual e Moral*, acusava a soberania popular de constituir um factor de instabilidade e asseverava que «um país democrático não pode ser bem governado, bem administrado, bem dirigido»⁸¹⁶. Os teóricos do elitismo reforçavam a tese dos homens superiores e competentes, como Renan, que postulava a entrega das chaves do Palácio ao resultado de uma «selecção». Os seguidores de Taine, principal teórico do elitismo, acreditavam mesmo que cabia a uma elite culta produzir os valores necessários à regeneração civilizacional, menosprezando os doutrinadores das Luzes e da Abstracção⁸¹⁷.

O pensamento antimoderno fez escola e aos poucos foi penetrando no pensamento político nacional, com ênfase para o campo monárquico e católico. Luís de Magalhães expendeu ideias próximas desta concepção elitista, preconizando uma democracia conservadora, a que ele, citando Littré, chamava de «aristocracia aberta», isto é, «o poder dirigente duma elite seleccionada no livre exercício das suas capacidades»⁸¹⁸. Na realidade, tais concepções configuravam a assunção de uma oligarquia política e cultural no comando da «Cidade», pois «não podendo mandar todos, mandarão alguns». Aceitando a desigualdade social do pensamento conservador, «onde os mais fortes, os mais activos, os mais educados, os mais ilustrados predominarão sobre os que o forem menos», Magalhães estabelecia que o exercício do Poder devia ser apanágio de uma oligarquia restrita, cujas capacidades de mando a habilitassem para o exercício da autoridade: «Acima da lei está a natureza dum lado, e as condições de vida social do outro, que os fazem desiguais. [...] A desigualdade social conduz à formação de agrupamentos diferentes, onde os mais fortes, os mais activos, os mais educados, os mais ilustrados predominarão sobre os que o forem menos. [...] Sendo diferentes as qualidades e as capacidades dos indivíduos, segue-se que nem todos são aptos para o mando. E não podendo mandar todos, mandarão alguns. É essa a etimologia do termo: oligos: poucos; archê: poder»⁸¹⁹.

⁸¹⁵ Zeev Sternhell (org.), *O eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999, p. 126.

⁸¹⁶ Citado por Antoine Compagnon, *ob. cit.*, p. 54.

⁸¹⁷ Cf. Zeev Sternhell (org.), *ob. cit.*, p. 15.

⁸¹⁸ BNP, ELM, caixa 36, carta de Luís de Magalhães ao 2.º conde de Azevedo, 02-06-1928; *Diário da Manhã*, ano I, n.º 35, 05-07-1914, p. 1.

⁸¹⁹ *Ibidem*.

Aires de Ornelas comungava do mesmo exclusivismo elitista, mas ia mais longe nas inferências ideológicas. Com efeito, a incompetência política e governativa das democracias, como a república demonstrava, filiava-se na corrupção ideológica instaurada pelas novas concepções jusnaturalistas, pois «o governo do número é absurdo na sua fonte, incompetente no seu exercício, pernicioso nos seus efeitos»⁸²⁰.

Os principais teorizadores da Causa Monárquica propugnavam portanto uma monarquia que no plano formal instaurasse uma «democracia aristocrática», que não era mais do que uma oligarquia das sociedades modernas. Com efeito, essa aristocracia não era recrutada exclusivamente de acordo com o pretérito privilégio do nascimento ou de casta, antes obedecia aos princípios liberais do mérito individual. Esta ideia, pedida de empréstimo a Renan, significava afinal a restauração da «oligarquia da inteligência»⁸²¹, por isso aberta «a todas as superioridades, a todos os méritos, a todas as capacidades, e cuja selecção se faz naturalmente pela concorrência social»⁸²². O governo da monarquia restaurada seria entregue a verdadeiras competências, numa espécie de meritocracia que recusava todavia qualquer cedência aos valores democráticos da igualdade política e social.

As concepções elitistas ultrapassaram a mera teorização, pois ver-se-iam consagradas num movimento cívico que esteve na origem da *Liga Nacional*, organização de «convergência cívica» que funcionou entre 1915 e 1918, apesar de ter sido ilegalizada depois de 14 de Maio de 1915. Apresentando figurino policromático, pois congregou monárquicos, republicanos e católicos, a *Liga Nacional* evidenciava a hegemonia do conservadorismo monárquico e católico, visível na militância de integralistas, neomonárquicos, casos de Alfredo Pimenta e Cunha e Costa, e militares, como Sinel de Cordes e o tenente integralista Vasco de Carvalho⁸²³. O ideário que emanava dos estatutos da Liga Nacional consagrava aquilo que então se definiu por «critério conservador». Vale a pena apreender essa concepção a partir dos objectivos estatuídos para a *Liga Nacional*: «Envolve a defesa do princípio do governo da sociedade pelos mais aptos; de moral cristã, portanto, de remissão do seu ensino nas escolas; da organização económica

⁸²⁰ Aires de Ornelas, *ob. cit.*, pp. 39-40.

⁸²¹ Cf. Antoine Compagnon, *ob. cit.*, p. 54.

⁸²² *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 35, 05-07-1914, p. 1.

⁸²³ Cf. Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, p. 110.

baseada na harmónica concorrência dos três factores: propriedade, capital e trabalho; da continuidade da tradição nacional, consubstanciada na ideia de Pátria e, portanto, do militarismo; e da expansão colonial e marítima e, portanto, do imperialismo»⁸²⁴. Era este pensamento conservador que predominava nos diferentes segmentos da Causa Monárquica.

Entre os nomes de monárquicos ligados a esta agremiação elitista contavam-se Aires de Ornelas e Luís de Magalhães, teóricos da «democracia aristocrática» e do governo de competências. O autor do romance *O Brasileiro Soares* emigrou para Londres no verão de 1911, na proximidade da primeira incursão monárquica, sendo um dos principais conselheiros de D. Manuel. Fiel ao rei, mas crítico da sua estratégia política durante a Guerra, Luís de Magalhães reforçara em Inglaterra a sua admiração pelo sistema político inglês. Ao contrário de outros dirigentes da Causa Monárquica, exilados em Paris, Madrid e Galiza, onde apreenderam ou aprofundaram os cânones do tradicionalismo, Magalhães encontrava no sistema inglês as virtudes do casamento da democracia aristocrática com o sufrágio e a representação nacional⁸²⁵.

Mas não se julgue nesta admiração pela Inglaterra uma predisposição pelos valores democráticos extremos. É certo que existia na Europa de então uma retórica «anglocêntrica» sobre a predominância das liberdades políticas na pátria da «Magna Charta Libertatum». Na realidade, governada pelo Partido Conservador, a Inglaterra conservadora do final do século XIX, tal como a Europa, revelava um certo desprezo pela democracia, como os ténues progressos do sufrágio universal tendem a comprovar⁸²⁶. A admiração pelo sistema político britânico contribuiu para a dilucidação de um ponto nodal da ideologia conservadora, que se prende com a concatenação do liberalismo com a tradição. Em 1898, e quando se previa mais uma reforma da Carta Constitucional, o ideólogo de João Franco afirmava que «a tradição é um elemento essencial de bom governo», repudiando o fragor reformista de então. Defensor da «evolução na tradição», Luís de Magalhães elogiava a «tradição política» na Inglaterra: «Sem a tradição não se criam costumes políticos e administrativos, e, sem estes, que representam a penetração das leis

⁸²⁴ *Ibidem*, p. 111.

⁸²⁵ Leia-se Luís de Magalhães, *Eduardo VII*, Porto, 1910.

⁸²⁶ Cf. Luciano Canfora, *A Democracia. História de uma Ideologia*, Lisboa, Edições 70, pp. 139-141.

na psicologia dos povos, nunca se poderá formar inabalavelmente o império da lei – base única da ordem e do equilíbrio social»⁸²⁷.

Luís de Magalhães publicou no *Diário da Manhã*, órgão oficial da Causa Monárquica, um conjunto coerente de textos doutrinários, únicos no seu género dentro deste segmento ideológico, que entroncavam na estratégia de reforma espiritual que «reabilitasse» a realeza e o constitucionalismo. A sua leitura, necessariamente sucinta, permite penetrar no âmago desse pensamento político do sector monárquico conservador e oligárquico. No texto que contém os pró-dromos da sua doutrina, Magalhães opõe a tradição histórica das monarquias à utopia racionalista do republicanismo. Filiando-se num liberalismo racional e individualista, gerado pelo idealismo utópico das Luzes, o republicanismo não resultara das necessidades evolutivas das colectividades. Era uma imposição dogmática de princípios abstractos que não tinha em conta as realidades nacionais: «As sociedades idealizadas por todos os sonhadores ou racionadores de sistemas, desde Campanella ou Morus aos colectivistas ou aos anarquistas contemporâneos, não passam de puras e fantasiosas utopias. A base positiva de toda a política é a tradição histórica. Nela é que se desenham o carácter e o temperamento nacionais, o modo de ser político e social de cada povo, as suas capacidades e energia representativas. Nela se acentuam as suas tendências, se definem os seus costumes, se vão revelando e formulando as suas necessidades vitais»⁸²⁸.

A defesa da tradição histórica era uma ideia que o conservadorismo liberal partilhava com o pensamento contra-revolucionário, construído a partir do historicismo antimoderno de Edmund Burke⁸²⁹. Ortega y Gasset lembrava a propósito que «o homem não é nunca um primeiro homem: começa logo a existir sobre certa altitude de pretérito amontoado. É este o tesouro único do homem, o seu privilégio e a sua marca»⁸³⁰. Como estes, Luís de Magalhães, na senda do pensamento tradicionalista e contra-revolucionário português, aceitava que a história, «como um grande livro aberto», arrastava consigo uma experiência concreta que

⁸²⁷ *A Tarde*, ano X, n.º 2864, 26-06-1897, p. 1.

⁸²⁸ *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 2, 28-05-1914, p. 1.

⁸²⁹ Cf. Antoine Compagnon, *ob. cit.*, p. 80.

⁸³⁰ *Ob. cit.*, p. 32.

repudiava os valores abstractos. A legitimidade política estava por isso condicionada aos valores da tradição, dos usos e costumes de cada nação⁸³¹.

Ora as condições históricas, isto é, a tradição, postulada como «política experimental», aconselhava em Portugal o governo da realeza. Luís de Magalhães asseverava que o princípio dinástico era o que melhor se adequava ao governo da nação, devido à «fixidez», «à continuidade dinástica». A realeza era assim uma «criação histórica», que a tradição portuguesa recomendava desde que à dinastia se devia a fundação da nacionalidade: «A dinastia é, assim, o eixo da vida política de todo o país, o ponto imóvel em torno do qual giram todas as peças móveis que constituem o mecanismo político da Nação, a cadeia secular que concatena as tradições dum povo, o seu nexo familiar, familiarmente simbolizado»⁸³².

O princípio dinástico, que neste ponto central aproximava Magalhães dos teóricos do tradicionalismo⁸³³, não esquece os contributos da Revolução, apresentando assim diferenças substanciais para o pensamento contra-revolucionário. No pensamento saído da pena do conservadorismo liberal, a legitimidade do princípio monárquico saía reforçada com as revoluções liberais, pois «a dinastia é consagrada e investida na sua autoridade pela vontade livre da nação»⁸³⁴. As vantagens da monarquia estavam, pois, na continuidade da função, pois o rei «não morre». Por outro lado, e ao contrário do presidente republicano, consagrado pelo voto personalizado, o rei «não erra» porque constitui a «personificação dum princípio». Os conservadores tinham aprendido com a experiência da monarquia constitucional, quando a confusão instituída entre o símbolo e a pessoa do monarca desembocou nos ataques ao rei e à instituição monárquica. Por isso, insistiam na importância de se consagrar a «irresponsabilidade» política do monarca⁸³⁵.

Apresentada a superioridade do princípio monárquico, importava analisar o sistema jurídico-formal da restauração. A sua teoria constitucional tem a originalidade de enlaçar pressupostos conservadores com o liberalismo. Com efeito,

⁸³¹ Sobre a importância da História e da Tradição no pensamento conservador, leia-se Robert Nisbet, *ob. cit.*, pp. 48 e ss; Antoine Compagnon, *ob. cit.*, pp. 80-86.

⁸³² *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 6, 02-06-914, p. 1.

⁸³³ Veja-se, entre outros, António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937; Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, Henrique Paiva Couceiro, *ob. cit.*

⁸³⁴ *Ibidem*.

⁸³⁵ *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 21, 19-06-914, p. 1.

reafirmando o princípio da soberania nacional, Luís de Magalhães inscrevia o contratualismo na nova tradição forjada ao longo do século XIX, considerando que constituía «um facto histórico, um elemento tradicional, um vínculo indelevel, que seria um novo contra-senso pretender pôr de parte na consideração e solução do problema contemporâneo»⁸³⁶. Na medida em que os pressupostos conservadores e contra-revolucionários só admitem as instituições consagradas pela história, pelos usos e tradições, dentro do conceito de «política experimental», a ideia parece um paradoxo e uma contradição. Mas Luís de Magalhães não se encontrava isolado. Também Chateaubriand, pese embora o seu pragmatismo anti-abstracção, via na Revolução um facto histórico concreto que era impossível rejeitar⁸³⁷. A aceitação do liberalismo como realidade histórica irreversível permitiu ao filho de José Estêvão a construção da tese do tradicionalismo da Carta Constitucional, ou do liberalismo como tradição política, concepção a que regressaremos numa fase posterior deste livro.

O conservadorismo liberal defendia que a representação nacional não era uma novidade do liberalismo revolucionário, porquanto se inscrevia em parte na tradição política nacional. Segundo Luís de Magalhães, as cortes teriam exercido em Portugal um «papel representativo» de grande significado. Não legislavam mas faziam chegar ao chefe de Estado as «respectivas necessidades políticas, administrativas ou sociais»⁸³⁸. Esta tese é nuclear na teorização de todos os agrupamentos doutrinários do espectro monárquico, desde os legitimistas aos nacionalistas integrais, e tinha tradição no discurso contra-revolucionário que se bateu contra a instauração do liberalismo, na primeira metade de Oitocentos. Todos afirmavam que «a doutrina da Soberania nacional encarnada no Rei é genuinamente portuguesa»⁸³⁹ e sustentavam a ideia de que as antigas cortes portuguesas traduziam uma forma de soberania nacional, convergindo na acusação ao absolutismo e especialmente ao marquês de Pombal, da responsabilidade de destruição dessa velha forma de representatividade⁸⁴⁰. Uma concepção que os

⁸³⁶ *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 26, 25-06-1914, p. 1.

⁸³⁷ Cf. Antoine Compagnon, *ob. cit.*, p. 118.

⁸³⁸ *Diário da Manhã*, ano I, n.º 26, 25-06-1914, p. 1

⁸³⁹ Leia-se Aires de Ornelas, in Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, n.º 17, 12-03-1914; António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937; Alfredo Pimenta, *ob. cit.*.

⁸⁴⁰ *Ibidem*. Veja-se ainda Joaquim Leitão, *ob. cit.*. Para os tradicionalistas, a acção de Pombal foi determinante na eclosão do pensamento liberal.

conservadores portugueses partilhavam, afinal, com os «reaccionários» franceses de 1789⁸⁴¹.

Luís de Magalhães admitia, pois, a tese de uma monarquia representativa, assente no princípio jurídico da soberania nacional. Se consignava uma monarquia com uma «forma de governo democrática», a aplicação deste princípio deveria atender «às condições especiais da nação a que se aplica, às suas tradições, aos seus costumes, ao seu temperamento, ao seu grau de cultura, à sua energia e à sua capacidade representativa»⁸⁴². Na verdade, como sugeriam as críticas feitas pelos republicanos no final do século XIX, conciliando o sufrágio censitário com a existência de um rei, os teóricos do reformismo liberal apostavam num «eclectismo filosófico e numa legitimação fictícia, traindo assim a vontade popular»⁸⁴³.

A instituição do sufrágio censitário com base económica e social evocava o liberalismo clássico da monarquia representativa. Constituía uma premissa antidemocrática que decorria do princípio liberal de que a posse de propriedade era a mais indicada ao exercício da cidadania activa⁸⁴⁴. Na medida em que recusavam o critério de «saber ler e escrever», instituído pela república, enquanto «base censitária puramente artificial», os conservadores reafirmavam o essencial do liberalismo negativo, explanando a ideia de que a posse de propriedade constituía um sinal de independência económica que comprovava os méritos sociais do proprietário. O voto consistia numa espécie de recompensa para os que revelavam capacidade económica, reforçando-se assim a componente meritocrática deste sistema liberal⁸⁴⁵.

Quanto à questão da representação, Luís de Magalhães não deixou de reprovar o sistema bicamarário da monarquia e o sistema parlamentar republicano pela sua ineficácia, assumindo uma velha bandeira política da *Vida Nova*, o «sistema orgânico de representação parlamentar». Recuperado da pretérita representação das Cortes, o organicismo era ostentado como base da organização social que tinha a vantagem de instituir os interesses de classe. O político

⁸⁴¹ Cf. Antoine Compagnon, *ob. cit.*, pp. 35-38.

⁸⁴² *Diário da Manhã*, ano I, n.º 26, 25-06-1914, p. 1

⁸⁴³ Cf. Fernando Catroga, «O Problema Político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins», Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. III, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1981, p. 19.

⁸⁴⁴ *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 55, 29-07-1914, p. 1.

⁸⁴⁵ Robert Eccleshall et alli, *ob. Cit.*, p. 62.

recuperava algumas das ideias do seu mestre, Oliveira Martins, que defendera na obra reformadora *As Eleições* um modelo orgânico-corporativo que garantisse a representação «concreta» da sociedade, e não a sua simples «abstracção algébrica». Também aí, Oliveira Martins, rejeitando as teorias demoliberaes da contratualidade, propunha uma reforma da Carta Constitucional que garantisse a representação dos órgãos intermédios, ao serviço de um programa político que conciliasse a «ordem» com o «progresso»⁸⁴⁶. Na senda do mestre, Magalhães defendia que «a representação nacional não é apenas o somatório da vontade de todos os cidadãos, [...] tem de ser a expressão dos interesses das classes e das funções orgânicas da sociedade»⁸⁴⁷.

Ao contrário da «representação individualista», «uniforme e indistinta», a representação orgânica tinha a vantagem de reflectir a organização hierárquica da sociedade. Este princípio assume o conflito moderno entre a sociedade e o indivíduo. Luís de Magalhães colocava-se ao lado da sociedade, aceitando as desigualdades sociais e declinando os direitos naturais dos indivíduos. O conservadorismo assumia que o princípio da igualdade seria sempre revogado pela natureza, favorável à emergência de oligarquias, pois não basta que a lei «declare iguais todos os homens» para que, na realidade, o sejam. «Acima da lei está a natureza dum lado, e as condições de vida social do outro, que os fazem desiguais»⁸⁴⁸.

A representação orgânica salvaguardava os agrupamentos naturais da ameaça igualitária ao princípio da liberdade, «liberdades que são inseparáveis da diferenciação inata, da variedade e das diversas oportunidades que são tantas vezes o alvo do igualador»⁸⁴⁹. Na verdade, os conservadores lusos acatavam o pensamento antidemocrático e antimoderno então em voga, segundo o qual «uma sociedade sã assenta na desigualdade natural; é hierarquizada». Na senda de Nietzsche e de Spengler, e de todos os teóricos da contra-revolução, admitem

⁸⁴⁶ Sobre a criação do Estado Corporativo em Oliveira Martins, leia-se Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 20 e ss.

⁸⁴⁷ *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 63, 07-08-1914, p. 1.

⁸⁴⁸ *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 35, 05-07-1914, p. 1.

⁸⁴⁹ Robert Nisbet, *ob. cit.*, p. 90.

que o «ideal plebeu» da igualdade sobrepõe a quantidade à qualidade, privilegiando a mediocridade do número em detrimento da competência das elites⁸⁵⁰.

Finalmente, diga-se que Luís de Magalhães propugnava um sistema eleitoral de lista plurinominal que tinha a vantagem de garantir a representação das minorias. Apesar de liberal oligárquico, o antigo ministro de João Franco entendia que o sistema político devia garantir a ida ao parlamento das «diferentes sensibilidades partidárias», para fiscalizar os actos da maioria de governo. A aceitação do parlamentarismo e do partidarismo, mesmo com limitações e critérios apertados de representação, eram notas importantes na diferenciação doutrinária do liberalismo conservador perante os turibulários do tradicionalismo.

Ainda assim, o seu pensamento continuava inoculado pela vaga autoritária da época, assumindo a primazia do Poder executivo face ao Poder legislativo, como resultado das experiências negativas do final da monarquia e da república: «A iniciativa governamental tem sido, é e será, por muito tempo, o supremo elemento director da vida política». Os monárquicos vislumbravam no parlamentarismo republicano, que não admitiu, antes de 1919, a dissolução do parlamento, um factor nuclear de instabilidade política. Luís de Magalhães afirmava que o parlamento republicano era dominado por Afonso Costa e pelo Partido Democrático, pelo que não restava alternativa aos demais agrupamentos republicanos senão recorrer à violência para transitar às cadeiras do Poder. Por isso sentenciava: «O dilema é inexorável: ou a epilepsia revolucionária, ou a atonia política. E, quer numa quer noutra das pontas desse dilema – a morte⁸⁵¹».

O ideário difundido por Luís de Magalhães sintetiza o pensamento dos sectores manuelistas da Causa Monárquica, aqui omitidos por inexistência de fontes ou porque faltou sistematização aos esparsos comentários com que ocasionalmente pulverizaram colunas de imprensa. Estas lacunas atestam a inexistência de uma teorização sistemática em torno das questões ideológicas.

Vimos já que o conservadorismo liberal desejava uma monarquia constitucional, mas o seu ideário estava repleto de premissas que avocavam um certo eclectismo filosófico. Por um lado, aceitavam as conquistas básicas do liberalismo político, como a contratualidade, a cidadania e a soberania nacional; por

⁸⁵⁰ Zeev Sternhell (org.), *ob cit.*, p. 126.

⁸⁵¹ *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 39, 10-07-1914, p. 1.

outro, manifestavam um irreprimível conservadorismo social e até filosófico. Nalguns casos, porém, este eclectismo revela-se ainda mais contraditório e talvez original, conciliando parte do liberalismo com o tradicionalismo. Foi o caso de Aires de Ornelas, futuro lugar-tenente de D. Manuel. Formado na escola da contra-revolução, profundamente católico, recusava os dogmas da Revolução, o liberalismo político e a democracia⁸⁵². Mas, paradoxalmente, defendia a monarquia com a Carta Constitucional, aceitando a soberania nacional e a separação de poderes⁸⁵³. O seu sistema político consubstanciava uma modalidade política que o aproximava do aristocratismo, mas onde a sociedade surgia modelada por valores irrefragavelmente cristãos.

Esse eclectismo evidenciava-se igualmente na coabitação de modulações ideológicas antagónicas. Se a maioria aprovava um conservadorismo ideologicamente mais extremado, irromperam também fórmulas mais progressistas, que coadunavam a instituição monárquica com o reformismo de base social e operária, como acontecia com Moreira de Almeida e Rocha Martins. É certo que Moreira de Almeida abjurara os valores abertamente progressistas que advogou no final da monarquia para se aproximar de uma política mais conservadora. Mas o velho jornalista recusava que sob o manto conservador se entresse qualquer «reacção», qualquer «retrocesso» histórico. O seu conservadorismo foi talvez o resultado dos excessos da vaga revolucionária. Tal como o exaltado progressista António Cabral, que viria a singrar no campo tradicionalista da *Acção Realista*, Moreira de Almeida passou a valorizar a história e a tradição, no fundo, adaptava-se a uma nova era, marcada pela crise do sistema liberal e pela emergência da autoridade. Nas suas palavras, o conservadorismo era uma «fórmula de progresso dentro da ordem, um desenvolvimento evolutivo da sociedade em que o futuro se liga ao passado em vez de o negar, em que as raízes da tradição não são inconscientemente cortadas»⁸⁵⁴.

Neste reformismo evolucionista, que respeitava as «instituições seculares», porque eram a «espontânea criação histórica do génio da raça», não cabiam os velhos preceitos do liberalismo clássico. Na verdade, a monarquia de Moreira

⁸⁵² Veja-se *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa, Livraria Portugal Editora, 1914; *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916.

⁸⁵³ Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem Santo nem Senba*, n.º 17, 12-03-1914, p. 269.

⁸⁵⁴ *O Dia*, ano 17, n.º 842, 02-01-1916, p. 1.

de Almeida era tendencialmente antiliberal porque repudiava o seu excessivo individualismo e preconizava uma solução nacional para o grande problema moderno: a questão social. Não se reportava a uma monarquia socialista, tratava-se antes de mais de criar instrumentos de justiça social, de redistribuição equitativa da riqueza dentro de critérios conservadores, isto é, que evitassem o conflito social, a luta de classes, e atendessem em primeiro lugar ao interesse nacional: «O que é preciso é que a política social não represente um enfraquecimento da política nacional. O que é preciso é que o desenvolvimento e a saúde de certos órgãos não se façam à custa da robustez do corpo de que eles não são parte. O que é preciso é que classe e pátria não representem uma antinomia, uma insaciável e irreduzível oposição».

Rui Ulrich é outro exemplo de um conservadorismo travestido⁸⁵⁵. Este antigo lente da Universidade de Coimbra, mestre e simpatizante do ideário integralista, e que pertencia a um grémio elitista que poderíamos apelidar de «monárquicos de competências»⁸⁵⁶, defendia uma restauração cuja reforma devia obedecer a «um sentido abertamente conservador, dando-se de preferência a representação às classes organizadas e às corporações técnicas para assim se corrigirem os erros do parlamentarismo excessivo»⁸⁵⁷.

Este pressuposto confirma todavia a concatenação de princípios conservadores com pressupostos liberais, pois Rui Ulrich afirmava então que este sistema «não exclui a manutenção do regime constitucional, que apesar dos seus defeitos ainda é o sistema de governo menos imperfeito»⁸⁵⁸. Numa célebre polémica entre liberais e tradicionalistas, ocorrida em Março de 1915, quando o optimismo exa-

⁸⁵⁵ Rui Ennes Ulrich (1883-1966) foi político, professor e diplomata. Doutorado na Universidade de Coimbra, onde foi professor até 1910, afastou-se alegando razões políticas. Entre 1914 e 1927 esteve à frente do Banco de Portugal. Em 1933 dirigiu a embaixada de Portugal em Londres e em 1937 regressou à universidade, em Lisboa, dirigindo a Faculdade de Direito até 1950. Neste ano voltou a chefiar a embaixada de Portugal em Londres.

⁸⁵⁶ A expressão reflecte uma tendência conservadora, durante a República e o Estado Novo, que estava ligada aos grandes quadros técnicos do capitalismo industrial, comercial e financeiro e que muitas vezes era colocada como reserva política da nação. Tal como Rui Ulrich, seu irmão João Henrique Ulrich (n. 1880) integrava este grupo. Deputado do Partido Regenerador (1907-1910), foi advogado e exerceu vários cargos financeiros: vice-governador e governador do Banco Nacional Ultramarino; presidente do conselho de administração da Companhia da Zambésia; administrador e presidente do conselho de administração da Companhia Nacional de Navegação; administrador do Companhia das Águas de Lisboa (1914-1928).

⁸⁵⁷ *O Nacional*, ano 1, n.º 50, 21-04-1915, p. 1.

⁸⁵⁸ *Ibidem*.

cerbado fazia crer a restauração para breve, a maioria dos políticos de nomeada defendeu a restauração imediata da monarquia constitucional. Mas quase todos proclamavam em unísono a necessidade de uma reforma da sua base ideológica e política⁸⁵⁹. O próprio Rui Ulrich, apesar do apoio a D. Manuel, afirmava «haver nesses trabalhos [dos integralistas] muito de aproveitável para as alterações a fazer na monarquia nova, sem poder, porém, partilhar em absoluto todo o rigor das suas conclusões. Estou certo de resto que o espírito ilustrado de S. M. El-Rei será o primeiro a apreciar e a aprovar gostosamente as reformas projectadas»⁸⁶⁰. Esta era, afinal, a esperança dos intelectuais do Integralismo Lusitano.

3. Tradicionalismo ou a «Geração do Regresso»

O segundo campo da direita monárquica era constituído pelo sector antiliberal, tradicionalista e contra-revolucionário. A referência à «tradição» como denominador comum de um vasto sector político heterogéneo tem em vista alcançar uma unidade ideológica que só este vocábulo podia emprestar. Com efeito, tanto o integralismo como o legitimismo e o neo-traditionalismo monárquico e católico partem duma concepção segundo a qual a tradição é um «depósito» constituído pelas gerações passadas que deve impor-se aos sistemas de governo e à opinião pública. Ao contrário da modernidade, que garantia ao indivíduo a liberdade de escolha, o tradicionalismo aceitava que a liberdade individual se esgotava no peso das tradições, da herança histórica⁸⁶¹. O ressurgimento monárquico assumiu como vector estruturante do espírito colectivo a revalorização das «dependências ancestrais» e de uma solidariedade entre gerações que estava contida na história.

⁸⁵⁹ A polémica dirimiu-se entre os jornais *O Nacional*, dirigido por Aníbal Soares, e a *Nação*, órgão do miguelismo, entre Março e Abril de 1915. A este assunto voltaremos mais à frente.

⁸⁶⁰ *O Nacional*, ano 1, n.º 50, 21-04-1915, p. 1

^{ibidem}.

⁸⁶¹ Cf. Luc Ferry, «A crítica nietzscheana da democracia», in Alain Renault (dir.), *História da Filosofia Política 4. As Críticas da Modernidade Política*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002, p. 301; Cristián Garay Vera, «Nacionalismo, Tradicionalismo, Conservadurismo y Liberalismo Censitario. Aproximaciones para el debate», *Revista de Historia*, año 9-10, vol. 9-10, Instituto de Estudios Avanzados, Universidad de Santiago de Chile, 1999-2000.

O tradicionalismo, tal como o nacionalismo de Barrès, de Sardenha ou Couceiro, enraizava-se na «fé na terra e nos mortos»⁸⁶².

Pode argumentar-se que o nacionalismo, enquanto ideologia, corporiza o essencial do pensamento monárquico deste período. Mas o nacionalismo era uma componente ideológica complexa que os ideólogos do conservadorismo liberal, como alguns sectores republicanos, cultivavam com a mesma exaltação⁸⁶³. Não erraremos muito afirmando que a essência do nacionalismo monárquico reside no aproveitamento ideológico da tradição, repensando a nação à luz da história e de uma vasta mitografia produzida pelas interpretações historiográficas que buscavam, *in illo tempore*, o génio da raça e o fermento espiritual da existência colectiva⁸⁶⁴. A importância do tempo e da história não significa que o nacionalismo monárquico defendesse o simples regresso ao passado, pois o conceito de tradição era dinâmico: «Somos tradicionalistas. Mas ser tradicionalista não é encerrar-nos na contemplação saudosa do Passado. É antes reconhecer a contínua sucessão dinâmica em que a história se coordena entre si, efectuando a solidariedade dos Mortos com os Vivos»⁸⁶⁵.

Para além da tradição, este grémio nacionalista pregava o ódio ao «fatal século XIX», século em que se «esquecera o primado do Espírito», a soberania divina, e «proclamara-se, com solenidade alucinada, os Direitos do Homem». Para a nova «Ordem» intelectual, empenhada na recristianização do ocidente sob a égide espiritual de Roma, os «verdadeiros direitos do homem nascem de que ele tem deveres para com Deus»⁸⁶⁶. Colocando de parte as dissensões dinásticas e a dimensão doutrinária dos grupos, parece haver unidade ideológica neste bloco antimoderno na aceitação desta premissa: nação reorganizada em torno da

⁸⁶² Miguel Dias Santos, «O Mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico», in *Estudos do Século xx*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx, 2008, p. 280.

⁸⁶³ Sobre o nacionalismo, leia-se Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

⁸⁶⁴ Miguel Dias Santos, art. cit.; Paulo Archer de Carvalho, «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1996.

⁸⁶⁵ António Sardenha, *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida Miranda Sousa, 1915, p. 152.

⁸⁶⁶ Leão XIII, na encíclica *Sollicitudo*, citado por João Ameal, *ob. cit.*, pp. 7-8.

realeza, tendo o catolicismo como horizonte moral e espiritual e a tradição como referência histórica e política.

Os títulos estampados em obras de doutrinação e divulgação pelos principais ideólogos monárquicos avocavam a tradição como referencial. Obras como *O Valor da Raça*, de António Sardinha (1915), *O Culto da Tradição* (1916), de Luís de Almeida Braga, *Uma Campanha Tradicionalista* (1919) e *A Lição da Democracia* (1922), de Caetano Beirão, entre tantas outras, e publicações periódicas como *A Nação*, a *Nação Portuguesa* e a *Monarquia*, inscrevem-se na acção deste vasto aparelho ideológico que salpica todo o espectro político de direita, visando atestar a superioridade da tradição nacional sobre a democracia e o liberalismo. Paiva Couceiro resumiu a força da tradição a essa «herança» de «um grande património de sacrifícios, experiências e conhecimentos», que constituía, afinal, o «governo dos mortos»⁸⁶⁷.

Compunham este sector ideológico a *nova geração*, na expressão que deu título ao livro de Diogo Pacheco de Amorim⁸⁶⁸, católico tradicionalista, ao lado das gerações mais vetustas do miguelismo e da tradição militar monárquica. A *nova geração* ou «geração do regresso» era constituída pela grémio de universitários que acompanhou a queda da monarquia e a instauração da república e que integrou a corrente nacionalista que em Portugal procurou reatar a tradição que fora supostamente quebrada pelo liberalismo e pela herança da Revolução de 1789⁸⁶⁹. O integralismo lusitano é talvez o mais sonante dos agrupamentos monárquicos da «nova geração», e por isso alvo do olhar atento da historiografia e dos estudiosos. Movimento político e intelectual, o integralismo teve a sua origem remota no decadentismo da geração de 70 e no movimento de regeneração nacionalista e religiosa que se seguiu após o ultimato inglês⁸⁷⁰. Já dentro da república, foi gerado no seio da academia coimbrã, onde o espírito conservador do *Centro Académico de Democracia Cristã* e do *Centro Monárquico Académico* se opunha ao radicalismo republicano do *Centro Académico republicano*. Foi numa

⁸⁶⁷ *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917, p. 115. «Os laços que mais seguramente podem apertar a Unidade Nacional, vão colher-se no terreno histórico dos Mortos. Essa dependência e ligação indissociável com os “Vivos do Passado” é lei natural dos “Vivos do Presente”».

⁸⁶⁸ Veja-se Diogo Pacheco Amorim, *A Nova Geração*, Coimbra, França e Arménio Livresiros, 1918.

⁸⁶⁹ João Ameal, *Panorâmica do Nacionalismo Português*, Lisboa, 1932, p. 79.

⁸⁷⁰ Sobre esta filiação nos movimentos de ideias da monarquia finissecular, veja-se José Manuel Quintas, *ob. cit.*, pp. 51 e ss.

viagem do Orfeão Académico de Coimbra, a Paris, em Abril de 1911, que Alberto de Monsaraz contactou pessoalmente com os «mestres da Action française»⁸⁷¹. Mais tarde, o exílio na Bélgica, que se seguiu às incursões monárquicas, trouxe uma proximidade mais profunda com as ideias de Charles Maurras.

Não é aqui o lugar para uma história do movimento deste agrupamento doutrinário, campo fértil em estudos. Importa talvez reafirmar que o integralismo se propunha, como Charles Maurras em França, empreender em Portugal uma «reforma intelectual» que lhe permitisse «restaurar a consciência portuguesa»⁸⁷² ou, na expressão de Sardinha, «restaurar Portugal pela monarquia»⁸⁷³. Assumindo a sua natureza de movimento de ideias, o grupo tinha também ambições legítimas no campo político, pois aspirava chegar ao Poder através da monarquia restaurada. Mas a conquista do Poder político só seria realidade se fosse precedida da conquista do Poder intelectual, ganhando a «batalha pelas ideias e a luta pela razão histórica»⁸⁷⁴. Na perspectiva dos intelectuais do Pelicano, muito marcados pelo positivismo francês, a monarquia não seria restaurada por um acto de fé, mas resultava de uma demonstração das leis da física social, «comme un théorème»⁸⁷⁵, que aduziam a realeza como o regime comprovado pela experiência histórica.

Quanto ao seu projecto político, o grupo sustentava a monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar, articulando uma tendência centralizadora – o poder pessoal do rei – com uma tendência descentralizadora, que incidia sobre a economia, a família e a justiça, concebidas como um todo orgânico enquanto «nação organizada»⁸⁷⁶. Profundo movimento de ideias, o integralismo opunha também a história, enquanto «método positivo», ao racionalismo do século XIX, na concretização de um vasto movimento de reacção nacionalista e universalista, na medida em que a vitalidade dos «agrupamentos nacionais» exigia a obediência aos «mandamentos» cristãos e a definição de uma cristandade ocidental. Para

⁸⁷¹ *Ibidem*, p. 79.

⁸⁷² Cf. José Manuel Quintas, *ob. cit.*, p. 93.

⁸⁷³ António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937, p. 144.

⁸⁷⁴ Paulo Archer, «Três teses sobre a ucrónia e a floresta utópica. A propósito do Integralismo Lusitano», in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra, 2003, p. 284.

⁸⁷⁵ *Nação Portuguesa*, I série, n.º 1, 08-04-1914.

⁸⁷⁶ *Ibidem*.

Sardinha, «tomar partido dos nossos Maiores é reconciliar-nos com a essência eterna da Pátria – é integrar-nos na sequência tradicional do nosso passado de ocidentais e de portugueses»⁸⁷⁷.

Aos novos do integralismo importa agregar o velho partido legitimista renascido, que juntava à legitimidade de D. Miguel a defesa da monarquia cristã, tradicional e hereditária⁸⁷⁸. A proximidade ideológica com o integralismo começa com a partilha dos teóricos da contra-revolução portuguesa, como o Marquês de Penalva, José Agostinho de Macedo, José Acúrsio das Neves, Fortunato de S. Boaventura, Visconde de Santarém, José da Gama e Castro e António Ribeiro Saraiva, entre outros, cujos textos eram objecto de revisitação à luz de novos pressupostos⁸⁷⁹. António Sardinha, escrevendo sobre o marquês de Penalva, não tinha dúvidas em considerá-lo como «um dos mestres venerados da nossa Contra-Revolução»⁸⁸⁰. Divididos, até 1919, pela questão dinástica, integralismo e miguelismo participavam da mesma corrente antimoderna e antidemocrática, achavam-se ligados por um certo «vínculo hereditário»⁸⁸¹ e pela «mesma ideia»: «Em Portugal, presentemente, esses princípios sobre os quais é preciso que asente a nacionalidade portuguesa são representados por duas facções que, se à primeira vista podem parecer divorciados, não são afinal senão os dois aspectos sob que esses princípios se podem apresentar. É o velho partido legitimista e o novo partido integralista. Os primeiros representam a ideia intuitiva, hereditária, contínua; os segundos representam a ideia histórica, científica, dedutiva. Mas a ideia é a mesma»⁸⁸².

A existência de uma estrutura ideológica antimoderna no miguelismo, ao longo do século XIX, foi já objecto de análise historiográfica, que evidenciou igualmente a presença de uma forte componente mítica e messiânica, em que D. Miguel «surgiu contra o futuro, contra a imagem de um novo homem e de

⁸⁷⁷ António Sardinha, *Ao Princípio era o Verbo*, Lisboa, Editorial Restauração, 2ª ed., 1959, pp. 10-11.

⁸⁷⁸ Cf. *A Nação*, n.º 16239, 16-04-1915, p. 1]. Sobre o seu programa, leia-se *Partido Legitimista. Programma elaborado pelo Conselho Superior do mesmo Partido* (1884?).

⁸⁷⁹ Fernando Campos publicou uma antologia em *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal (século XIX)*, 2 vol., Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1931-1932.

⁸⁸⁰ António Sardinha, *Ao Princípio era o Verbo*, cit., 1959, p. 273.

⁸⁸¹ Jordi Canal, *ob cit.*, p. 13.

⁸⁸² Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista (Com um estudo de António Sardinha)*, Lisboa, Livraria Lisbonense, 1919, p. 70.

um novo mundo, contra a idealização de uma felicidade social e política liberta da vontade de Deus e gerada apenas pela razão humana»⁸⁸³. O recrudescimento do miguelismo, no decorrer das primeiras décadas do século XX, não pode dissociar-se da emergência em Portugal e na Europa deste vasto complexo ideário de direita, da crítica antimoderna e anti-racional elaborada pela tradição.

Despojado dos complexos mecanismos de propaganda do século XIX, impostos pelo exílio e pela morte de D. Miguel, em 1866, o miguelismo passou a identificar-se com o integralismo e com a escola da Action Française, apesar de reivindicar uma certa independência: «Somos, como dele [programa] se vê monárquicos integristas, da escola de Maurras. Inscrevemo-nos, pois, contra o parlamentarismo da Carta. Repelindo o absolutismo [...] somos pela representação nacional organizada e não pulverizada num sufrágio universal. Com este nosso antigo programa, tão nítido e franco, temos a imensa satisfação de ver que concorda essa admirável plêiade de monárquicos de Coimbra, esperança da monarquia de amanhã»⁸⁸⁴.

Outro grupo importante, dentro do ideário tradicionalista, era representado pela corrente neomonárquica, constituído por antigos republicanos descontentes. António Sardinha, Alfredo Pimenta, Homem Cristo Filho e Cunha e Costa, entre outros, representavam os sectores que se desencantaram com o regime do barrete frígido. Quase todos militaram na extrema-esquerda, antes de transitarem para a república, que agora repudiavam. Na verdade, a definição que Chateaubriand atribuíra à Revolução, de «destruição», era aplicado à revolução republicana portuguesa. Por um lado, a república significava a destruição das «bases fundamentais da sociedade portuguesa: a família, a religião e a propriedade»⁸⁸⁵; por outro, o colapso da monarquia amplificava a crise da autoridade do Estado⁸⁸⁶.

A continuidade dessa crise de autoridade, a que associavam a república, que, como a república de Weimar, transformara Carl Schmitt num neófito entusiasta

⁸⁸³ Armando Malheiro da Silva, *Miguelismo Ideologia e Mito*, Coimbra, Minerva História, 1993, p. 218.

⁸⁸⁴ *A Nação*, n.º 16215, 18-03-1915, p. 1. E ainda: «[...]tudo quanto há na escola de Maurras, limitação da onipotência parlamentar, poder Real forte e efectivo (além de hereditário, claro está), representação de classes e não de indivíduos, descentralização administrativa, tudo isso está no nosso programa» [*A Nação*, n.º 16220, 24-03-1915, p. 1].

⁸⁸⁵ Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, p. 74.

⁸⁸⁶ Vejam-se os artigos de Alfredo Pimenta na revista *A Ideia Nacional* (1915), onde, sob o pseudónimo de Lord Henry, e ainda republicano, desenvolve o seu pensamento de base autoritarista e racista.

do antiliberalismo⁸⁸⁷, estava integrada numa crise mais vasta do sistema liberal. A doutrinação segundo os princípios conservadores, das tradições e das instituições intermédias, como a Igreja Católica, haviam juntado afinal os neomonárquicos com os integralistas, católicos e alguns liberais numa colaboração política e doutrinária, sob a direcção de Homem Cristo Filho, na revista *A Ideia Nacional*. Apesar de algumas nuances, que se tornam claras com a evolução do pensamento político destes intelectuais reaccionários, as suas ideias estendiam-se do nacionalismo integral, de António Sardinha⁸⁸⁸, até às soluções ultraconservadoras e autoritaristas de Cunha e Costa e Alfredo Pimenta e às concepções profascistas explanadas por Homem Cristo Filho⁸⁸⁹.

Destas personalidades, só António Sardinha e Alfredo Pimenta permaneceram fiéis à coroa, evidenciando-se como doutrinários de referência do seu campo ideológico. Cunha e Costa defendia então o «fortalecimento do prestígio real». As suas ideias sobre a monarquia restaurada pressupunham o regresso da «tradição nacional, simultaneamente apoiada na Cruz, na Espada e na Toga». Convicto das virtudes da «obediência» na organização das sociedades políticas, Cunha e Costa afirmava que «a obediência terá de ser a condição da monarquia nova», organizando a sociedade enferma numa estrutura fortemente hierarquizada⁸⁹⁰. Este pensamento autoritarista, que partilhou com Alfredo Pimenta⁸⁹¹, explica a evolução ideológica de Cunha e Costa, que rompeu em 1918 com a Causa Monárquica para abraçar o sidonismo e o seu chefe, que ele vislumbrava como «criatura providencial» para iniciar um processo de regeneração nacional sob o signo da Ordem⁸⁹².

A mesma sedução pelo sidonismo revelou Homem Cristo Filho, intelectual muito marcado pelas teorias do movimento e da revolução de Sorel. O seu apoio entusiasta ao poder pessoal de Sidónio e ao seu autoritarismo de cariz

⁸⁸⁷ Cf. Stephen Holmes, *The Anatomy of Antiliberalism*, London, Harvard University Press, 1996, p. 37.

⁸⁸⁸ Sobre António Sardinha, veja-se Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925) Um Intelectual do Século*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006.

⁸⁸⁹ Veja-se Cecília Barreira, *Nacionalismo e Modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981.

⁸⁹⁰ *O Dia*, 15.º ano, n.º 464, 19-05-1914, p. 1.

⁸⁹¹ Cf. *A Ideia Nacional*, 27-03-1915.

⁸⁹² Sobre a sua ruptura com a monarquia e a sua adesão ao sidonismo, veja-se Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 66 e ss.

bonapartista, juntamente com o papel assumido pelas teorias do movimento de Sorel, anteciparam a evolução do pensamento de Cristo Filho para uma direita moderna, concretizada na apologia do ideário fascista⁸⁹³.

Quanto a Alfredo Pimenta, evoluiu do socialismo anarquista para o republicanismo e daqui para o monarquismo orgânico e tradicionalista⁸⁹⁴, criando em 1915, com Alberto Reis, Caetano Beirão, Luís Chaves e Oliveira Monteiro o «Grupo dos Cinco». A ruptura estava já iminente quando emprestou a sua colaboração a Homem Cristo Filho, na revista *A Ideia Nacional*. Sob o pseudónimo de Lord Henry, desenvolveu aí algumas das premissas do seu pensamento ultraconservador, em matizes fascizantes, autoritárias, pró-belicistas e racistas, e pregando a ordem e a tradição como elementos base da colectividade: «As nações devem caminhar para o futuro, cada vez mais se servindo do passado»⁸⁹⁵.

Este sector, de grande importância no quadro da direita monárquica, tinha muitas afinidades ideológicas com o integralismo, mas manteve sempre alguma autonomia institucional, colaborando com os diferentes órgãos da imprensa monárquica, como a *Nação*, a *Nação Portuguesa*, *A Ideia Nacional*, o *Diário Nacional* e o *Dia*. Divergindo do integralismo na questão dinástica, depois de 1919, o neo-tradicionalismo de Alfredo Pimenta fundou a *Acção Tradicionalista Portuguesa* em 1921 e, em 1923, a *Acção Realista Portuguesa*. Este grupo incluiu alguns dos monárquicos de nova geração, como Caetano Beirão, Alberto Reis, Ernesto Gonçalves, Laertes de Figueiredo, Luís Chaves e João Ameal, que em 1926 haveria de dirigir o diário do grupo, *Acção Realista*. Para além deste periódico, a sua acção doutrinária, de grande relevância na década de vinte, contava ainda com as revistas *Acção Realista* e o semanário *A Voz Nacional*.

O seu pensamento político, vincadamente tradicionalista, católico e nacionalista, teve a influência do positivismo de Comte e de Taine, fazendo a apologia da autoridade e da acção das elites⁸⁹⁶ numa monarquia antiparlamentar fundada em «princípios formulados cientificamente»⁸⁹⁷. Tais princípios científicos exigiam

⁸⁹³ Cf. Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, p. 116-118.

⁸⁹⁴ Cf. Manuel Braga da Cruz, Prefácio a *Salazar e Pimenta. Correspondência 1931-1950*, Lisboa, Verbo, 2008, pp. 5-6.

⁸⁹⁵ *A Ideia Nacional*, 27-03-1915, p. 16.

⁸⁹⁶ Cf. João Ameal, *ob. cit.*, p. 22; Alfredo Pimenta, *Política Monárquica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d, [1917], pp. 8-9.

⁸⁹⁷ Cf. Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p. 8; Caetano Beirão, in *Acção Realista*, n.º 1, 1924, pp. 10-11.

a confirmação da história, explicando-se desta forma a centralidade que adquiriu a revisão historiográfica a que submeteram a história de Portugal, procedendo a uma revisão crítica do liberalismo e do século XIX em geral, que colocou no mesmo patamar ideológico a monarquia constitucional e a república⁸⁹⁸.

Outro segmento tradicionalista de relevo era constituído pelo sector católico, núcleo que tinha em José Fernando de Sousa (Nemo), Pinheiro Torres, Diogo Pacheco de Amorim e Domingos Pinto Coelho as referências de notoriedade. Políticos experimentados no combate político-partidário, mantiveram a fidelidade à realeza depois de 5 de Outubro, e alguns, como Fernando de Sousa e Pinheiro Torres, viveram a experiência da emigração na Galiza. A organização dos católicos ficaria refém da questão do regime, enfeudando o Centro Católico, criado entre 1915 e 1917, à política monárquica, pelo menos até à sua reestruturação, ocorrida em 1919⁸⁹⁹. Este grémio dividia-se entre a monarquia de D. Miguel e de D. Manuel, entre o direito divino e a soberania nacional, mas quase todos advogavam uma cultura política antimoderna e antiliberal, cultivando os valores da ordem e da autoridade. Defendendo uma «reforma das ideias» e a recristianização da sociedade, veiculavam a acção determinante das elites no processo de «reconstrução religiosa» e na afirmação de uma política «patriótica»⁹⁰⁰. Fernando de Sousa foi director dos jornais *A Ordem* (Lisboa), *A Época* e *A Voz*, assumindo a defesa do nacionalismo monárquico de influência maurrasiana⁹⁰¹.

Finalmente, o campo tradicionalista integrava algumas das mais proeminentes figuras do exército monárquico e da própria contra-revolução: Aires de Ornelas (já referido), Azevedo Coutinho, Henrique Paiva Couceiro e João de Almeida. Oficiais com folha brilhante na moderna ocupação africana, Couceiro e Almeida empunharam a pluma para travar um combate ideológico, envolvendo-se em acções de doutrinação e num esforço de teorização que via na tradição e no

⁸⁹⁸ Leia-se Alfredo Pimenta, *ob. cit.*; Caetano Beirão, *A Lição da Democracia*, Empresa Diário de Notícias, Lisboa, 1922; *Ação Realista*, 1924-1925. Alfredo Pimenta, Caetano Beirão e João Ameal dedicaram muito do seu labor à produção historiográfica antes e especialmente na vigência do Estado Novo.

⁸⁹⁹ Sobre a relação dos católicos com os monárquicos, leia-se Arnaldo Madureira, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003; Miguel Dias Santos, *Os monárquicos e o Sidonismo*, cit., pp. 92-106.

⁹⁰⁰ Francisco Veloso, in *Lusitânia*, n.º 1, 01-01-1914, p. 1.

⁹⁰¹ Cf. José António Faria Pinto, «O Imparcial (1912-1919). Um Jornal da Resistência Católica à Primeira República», in *Studium Generale*, n.º 0, Porto, 1979, p. 140

nacionalismo as alavancas de ressurgimento colectivo⁹⁰². Para Paiva Couceiro, só a restauração da «tradição monárquica» podia conduzir à felicidade colectiva pelo reforço dos laços de solidariedade: «a felicidade e o bem, não os encontram o homem na quebra de laços, mas, precisamente ao inverso, nas mesmas cadeias que os prendem aos seus parentes e companheiros, à sua casa e afazeres, à sua Terra e Igreja, à sua Raça, de quem herdou o sangue, e à sua História, que, através dos séculos, lhe perpetua a existência pessoal dentro da existência colectiva»⁹⁰³.

Mas restaurar a «tradição monárquica» não significava, na teorização de Paiva Couceiro, a simples restituição do Poder ao rei. Os tradicionalistas, em Portugal como em França, defendiam que a restauração da monarquia significava a reposição «de todas as leis fundamentais do Povo»⁹⁰⁴. Esta será uma distinção teórica importante para o liberalismo. No lugar dos «Direitos naturais do Homem», erigidos em ara política pela Revolução, os tradicionalistas colocavam as «liberdades» do direito tradicional, como os foros, os privilégios, as garantias municipais, corporativas, familiares e profissionais⁹⁰⁵. Repudiando os «Direitos do Homem» como «absurdo e heresia da filosofia tarada de Rousseau», afirmavam que os únicos direitos existentes na «Lei Tradicional Portuguesa», fundamento da sua constituição nacional, eram o «Bem Comum da Nação, superior ao bem individual dos seus membros»⁹⁰⁶.

Apesar de algumas nuances ideológicas, visíveis sobretudo no papel do Estado e nos excessos autoritaristas de Alfredo Pimenta, o campo tradicionalista partilhava a mesma teoria constitucional antiliberal e anti-abstracção. Refutando a soberania popular, essa ignomínia de Rousseau, todos sustentavam a existência de uma constituição de origem histórica em que assentava a soberania

⁹⁰² Veja-se Henrique de Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917; João de Almeida, *Visão do Crente*, 2.^a ed., 1937, Livraria Tavares Martins, Porto, 1937.

⁹⁰³ *Ob. cit.*, p. 61.

⁹⁰⁴ Cf. António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937, p. 11. Paiva Couceiro partilhava afinal as ideias de António Sardinha, de Ribeiro de Saraiva e do francês De La Barre de Nanteuil.

⁹⁰⁵ Cf. João Ameal, prefácio a D. Miguel Sotto-Mayor, *A Realeza de D. Miguel. Resposta a Um Livro do Sr. Tomaz Ribeiro*, 2.^a ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1929; António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937, p. 11.

⁹⁰⁶ *Ibidem*; Paiva Couceiro, *ob. cit.*, pp. 136-137.

nacional⁹⁰⁷. A constituição não podia ser o resultado de «criações artificiais», da vontade arbitrária de «uma assembleia ou de um homem», constituía, pelo contrário, o resultado das «circunstâncias históricas» que enformavam o «espírito público» ou «Bem Comum»⁹⁰⁸. António Sardinha afirmava, porém, que anterior ao «Bem Comum» ou «Poder Público», existia um «direito social» que condicionava o Poder e o governo, afirmando em conformidade que a soberania derivava da sociedade mas não residia nela⁹⁰⁹.

Dentro desta linha de pensamento, a restauração da realeza consubstanciava o regresso à verdadeira constituição nacional. O princípio hereditário, ao contrário da eleição, garantia a «estabilidade, continuidade e homogeneidade» do Poder político, e era a condição necessária ao funcionamento estável da sociedade e da ordem política⁹¹⁰. «O Rei é a Nação personificada», afirmava Alfredo Pimenta, para quem o monarca «está acima dos dirigidos» e tem «poderes absolutos», pois a fórmula liberal segundo a qual o «rei reina mas não governa fez o seu tempo»⁹¹¹.

Esta teoria constitucional era compatível com as novas concepções antropológicas de fundo conservador, que preceituavam a desigualdade natural dos indivíduos⁹¹². Tais teorias filiavam-se afinal numa concepção aristocrática e hierárquica de sociedade e de Poder. Aceitando que as «massas não pensam» mas obedecem, a contra-revolução defendia a acção das elites, de uma «elite superior dedicada ao interesse público»⁹¹³, que era muitas vezes conotada com a nobreza e o nascimento de casta. Tanto Alfredo Pimenta como António Sardinha e Caetano Beirão expunham as suas teorias da nobreza, no pressuposto de que a aristocracia carregava o peso da história e da família, vista por Sardinha como a base da sociedade⁹¹⁴: «O regime das castas que fez a grandeza dominadora de tantas civilizações, grandeza que as civilizações modernas, viciadas de igualitarismo,

⁹⁰⁷ Veja-se António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937; Alfredo Pimenta, *Política Monárquica*, Coimbra, s/d [1917]; Henrique de Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, ed. de autor, 1917; João Ameal, prefácio a D. Miguel Sotto-Mayor, *A Realeza de D. Miguel. Resposta a Um Livro do Sr. Tomaz Ribeiro*, 2ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1929.

⁹⁰⁸ Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, pp. 32-33.

⁹⁰⁹ *Ob. cit.*, p. 71.

⁹¹⁰ Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, pp. 10-11.

⁹¹¹ *Ob. cit.*, pp. 20-26 e 63-64.

⁹¹² Cf. Paiva Couceiro, *ob. cit.*, p. 65.

⁹¹³ *Ibidem*, p. 149.

⁹¹⁴ Cf. António Sardinha, *Ao Princípio era o Verbo*, cit., p. 191.

de democratismo, de degradante mestiçagem, de babelismo, jamais atingirão, o regime das castas é uma das fundamentais condições de ordem e de prosperidade positiva»⁹¹⁵.

Se Alfredo Pimenta, fiel a um velho preceito comtiano, vislumbrava na acção dessa elite a salvaguarda da ordem social e do progresso⁹¹⁶, António Sardinha enquadrava-a na proposta utópica e antimoderna de um regresso «à terra, de hora para hora mais imperioso com o excessivo urbanismo que tudo devora e não termina nunca»⁹¹⁷. Esta recusa do mundo moderno transformado pela industrialização e pelas máquinas não constituía propriamente novidade. A crítica à industrialização, muito forte na tradição conservadora, consubstanciava afinal um acendrado cepticismo face às mudanças nos antigos modos de produção, incapazes de vislumbrar na produção industrial as oportunidades para as populações poderem melhorar as duras condições de vida. Na Inglaterra, este fenómeno fomentou uma escola de interpretação histórica que via na industrialização a responsável pelo «colapso nos padrões de vida popular e responsável pela ruptura das velhas relações de hierarquia nas quais os governantes validavam uma obrigação para com a comunidade»⁹¹⁸. Para os conservadores europeus, como para os portugueses, casos de Sardinha, Couceiro, Pimenta e mais tarde Salazar, as «relações de autoridade são aspectos da forma natural da vida social»⁹¹⁹ e só o mundo rural poderia garantir a permanência dessas relações de autoridade.

4. A «questão doutrinária»: liberalismo ou tradição?

A coexistência, dentro da direita monárquica, de concepções antagónicas gerou um conflito ideológico – acompanhado de perturbações institucionais e dinásticas - que à época ficou conhecido como «questão doutrinária». Em 1914 ainda existia algum equilíbrio entre uma corrente de feição liberal e constitucio-

⁹¹⁵ Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p. 18. Caetano Beirão afirmava igualmente a necessidade de uma aristocracia organizada pois «uma classe de elite é indispensável dentro dum regime conservador, bem equilibrado e probo» [*ob. cit.*, p. 19].

⁹¹⁶ *Ob. cit.*, p. 9.

⁹¹⁷ António Sardinha, *ob. cit.*, p. 188.

⁹¹⁸ John Gray, *O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 137.

⁹¹⁹ *Ibidem*, p. 136.

nalista e a corrente dos neo-traditionalistas. Em 1930, porém, predominava já largamente o pensamento tradicionalista e contra-revolucionário, ideias antimodernas que os seus arautos classificavam de «modernas»⁹²⁰. Aparentemente, esta mutação no campo ideológico da direita significava a consagração definitiva das ideias antidemocráticas e antimodernas, a exemplo do que acontecia noutros sectores político-ideológicos e militares.

Para muitos monárquicos, especialmente para as novas gerações, desencantadas com a ausência de novidade no discurso republicano e com a fraqueza do Estado republicano, só o princípio monárquico podia superar a angústia moderna gerada pelo cosmopolitismo e pelo racionalismo. Aderindo às novas concepções nacionalistas e ao ressurgimento católico, os monárquicos recusavam qualquer conotação real ou fictícia com a monarquia constitucional sustentada pelas cúpulas manuelistas. «Novos» e «velhos» não se entendiam sobre a organização da Causa Monárquica e sobre os princípios ideológicos que haviam de constituir os alicerces da realeza. O conde de Bertandos⁹²¹, antigo dirigente do Partido Nacionalista, afirmava a esse propósito: «Agora anda tudo mto baralhado; nem sequer sobre a existência do parlamento há concórdia! A gente nova não quer ouvir falar nele! Entre os velhos não há harmonia sobre como ele se tem de formar. Era preciso que se chegasse a um acordo em que todos transigíssemos um bocadinho e reflectíssemos no que é prático e possível e não no que tem cada um de nós na sua cabeça»⁹²².

A «questão dinástica», renascida em 1915, durante a ditadura de Pimenta de Castro, não era mais do que a consubstanciação desta antinomia ideológica: D. Manuel representava os princípios do conservadorismo liberal e D. Miguel o tradicionalismo emergente, mesmo que então os integralistas arvorassem o seu apoio ao exilado de Richmond⁹²³. Fervilhando de quezílias e inebriado pelo «pimentismo», o ambiente político viu-se toldado por uma polémica surda, ocorrida

⁹²⁰ Cf. IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, minuta de uma carta sem data [1926?].

⁹²¹ Gonçalo Pereira da Silva de Sousa Meneses.

⁹²² BNP, ELM, doc. n.º 3831, carta do Conde de Bertandos a Luís de Magalhães, de 11-04-1917.

⁹²³ António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937, p. 91.

em Março e Abril de 1915, quando então se afigurava a todos a «agonia republicana» e «próxima portanto a restauração da Monarquia»⁹²⁴.

A polémica estalou quando o órgão miguelista *A Nação* escreveu «que o Senhor D. Miguel II é que é o legítimo rei de Portugal»⁹²⁵. Durante semanas, as duas famílias monárquicas esgrimiram argumentos e revisitaram a história da implantação do liberalismo para provar a legitimidade dinástica dos dois ramos da família Bragança. Discussão tão acerba que Cunha e Costa, recém-chegado ao aprisco régio, não resistiu a descrevê-la para a posteridade: «A intimativa e o fervor dos jornais monárquicos são tais que uma pessoa até se chega a convencer de que a Monarquia já está restaurada e que Nação e O Nacional tratam apenas, muito avisada e legitimamente, da propaganda eleitoral das respectivas candidaturas que amanhã, nas futuras Constituintes, farão vingar a Monarquia do Senhor D. Manuel ou a Monarquia do Senhor D. Miguel»⁹²⁶.

O ímpeto dos manuelistas, extasiados com a política conciliatória de Pimenta de Castro e com a crença na derrocada da república, levou Aníbal Soares a dirigir um inquérito público às mais distintas personalidades da grei para se manifestarem sobre o monarca a coroar em caso de restauração da realeza⁹²⁷. O inquérito gerou copiosos depoimentos e lições memoráveis de direito público, saídas das penas de figuras como Luís de Magalhães, Anselmo de Andrade, Cunha e Costa, José de Azevedo Castelo Branco, D. Luís de Castro, conde de Paço Vieira, conde de Águeda, Fernando Martins de Carvalho e Roma de Bocage. Os manuelistas apresentavam grande unanimidade sobre o rei a sentar no trono, mas os prosélitos, como Cunha e Costa, tinham ideias próprias e imaginavam a refundação da monarquia com um monarca legitimado pela nação em cortes constituintes⁹²⁸. Era o que defendia Anselmo de Andrade, antigo ministro, para quem «a monarquia restaurada teria de ser agora uma monarquia nova, com outras ideias, com processos diferentes de governo, outra monarquia, enfim», e que os seus princípios deveriam ser definidos antes da «designação» constitucional do rei⁹²⁹.

⁹²⁴ *O Nacional*, ano 1, n.º 17, 17-03-1915, p. 1.

⁹²⁵ *A Nação*, ano 68, n.º 16213, 16-03-1915, p. 1.

⁹²⁶ *O Dia*, ano 16 (4.ª série), n.º 756, 26-03-1915, p. 1.

⁹²⁷ Cf. *O Nacional*, ano 1, n.º 29, 29-03-1915, p. 1.

⁹²⁸ *O Dia*, ano 16 (4.ª série), n.º 756, 26-03-1915, p. 1.

⁹²⁹ Cf. *O Nacional*, ano 1, n.º 39, 10-04-1915, p. 1.

A doutrina foi imediatamente censurada pois representava a ameaça iconoclasta, nociva para os interesses do liberalismo constitucional. Para Luís de Magalhães, que sempre defendeu o regresso a 4 de Outubro de 1910, a doutrina de Cunha e Costa e Anselmo de Andrade não representava uma restauração mas uma «revolução monárquica»⁹³⁰. O princípio da eleição foi igualmente recusado pelo conselheiro Fernando Martins, para quem a escolha do monarca por uma assembleia constituinte traduzia a assunção «do princípio republicano da eleição do Chefe de Estado, importaria o absurdo e anacrónico reconhecimento duma superioridade teórica do regime democrático»⁹³¹.

A essência da polémica foi bem compreendida pelos constitucionalistas d'O *Nacional*, órgão oficial de D. Manuel. Tiveram a percepção imediata de que por trás do ressurgimento dinástico se escondia uma dimensão ideológica fracturante: a escolha entre uma monarquia constitucional e uma monarquia antiparlamentar⁹³². Recusando tergiversações sempre funestas, Aníbal Soares prescreveu sem reboço a posição oficial: «Nós somos partidários da restauração incondicional da pessoa do Senhor D. Manuel II e do constitucionalismo, logo no próprio acto de proclamação da Monarquia, sem dependência de luta eleitoral e de voto das Cortes ou de quaisquer outras aventurosas contendidas»⁹³³.

Para os miguelistas, a discussão devia centrar-se no campo ideológico e menos na vetusta questão da legitimidade, convictos de que o tempo favorecia as ideias antiliberais. Só assim se compreende a provocação contínua feita ao campo adversário para que apresentasse publicamente um programa doutrinário, visando com tal expediente fraccionar o campo manuelista e talvez atrair o integralismo para a causa de D. Miguel⁹³⁴.

A I Guerra Mundial contribuiu também para a crise do sistema liberal, com as suas práticas políticas em ruptura com os preceitos liberais e parlamentares. Os governos exerciam vastos poderes por derrogação parlamentar, estabeleceu-

⁹³⁰ Cf. *O Nacional*, ano 1, n.º 35, 06-04-1915, p. 1.

⁹³¹ *O Nacional*, ano 1, n.º 43, 14-04-1915, p. 1.

⁹³² Cf. *O Nacional*, ano 1, n.º 27, 27-03-1915, p. 1.

⁹³³ *Ibidem*.

⁹³⁴ Cf. *A Nação*, ano 68, n.º 16215, 18-03-1915, p. 1.

se a censura vigorosa e em alguns países foi restabelecida a pena de morte⁹³⁵. O Estado mínimo do liberalismo dava então lugar ao Estado interventivo que impôs serviços públicos, mobilizou milhões de soldados, racionou a alimentação e restringiu a liberdade de movimentos⁹³⁶.

Em Portugal, o conflito abriu feridas profundas numa sociedade em crise. No campo monárquico, o fermento antiliberal alastrava. Os seus progressos, em especial a sua expressão antiparlamentar, atingiam também as figuras de proa do monarquismo e da hagiografia africanista. Paiva Couceiro, na sua *Democracia Nacional*, e João de Almeida, na *Visão do Crente*, livros que produziram nos anos difíceis do conflito, arremessaram com estrondo contra o liberalismo e os seus «mitos depressores», que responsabilizaram pela decrepitude da monarquia e, conseqüentemente, pela instauração da república. Paiva Couceiro, já então convertido ao ideário tradicionalista, explanava nas páginas da *Pátria!* (Porto), em «Conversas com o Povo», as suas ideias sobre a «Monarquia Nova», aprofundando as teses expostas na *Democracia Nacional*. Nesses artigos tornava-se límpida a valorização da História, enquanto processo «experimental», na definição da nova constituição monárquica: «Classes e regiões organizadas [...] constituindo-se, por intermédio de um Estado equilibrado e dirigente, em Nação organizada e unitária. Eis, em essência, o conceito historicamente português de constituição»⁹³⁷.

Esta ruptura com o sistema constitucional do liberalismo, apodado de «mentira das eleições» e outros vituperios flamejantes, foi objecto de contraditório nas colunas da imprensa liberal, como o *Dia*, onde Paiva Couceiro foi acusado de «abandonar o Partido Monárquico Constitucional». Na sua defesa, Paiva Couceiro afirmou então que «se essa frase [...] entende exprimir que não concordo com que a Monarquia Nova, conforme a queremos, continue a reger-se nos precisos termos da «carta velha», poderia a frase considerar-se exacta no fundo». Para o «paladino», eram os monárquicos os verdadeiros apóstatas quando defendiam a

⁹³⁵ Em Portugal, a lei n.º 491, de 12 de Março, concedeu ao governo de Afonso Costa poderes extraordinários para o estado de guerra. Nesse Verão de 1916 ainda se propôs o restabelecimento em Portugal da pena de morte para crimes de guerra no teatro de operações, mas foi recusado por unionistas e evolucionistas.

⁹³⁶ Cf. John Gray, *ob. cit.*, p. 66.

⁹³⁷ H. Paiva Couceiro, «Conversas com o Povo. VII – A Constituição», in *Pátria!*, ano 1, 19-10-1917, p. 1.

Carta Constitucional reformada, advogando que a chegada ao tradicionalismo se faria por um processo evolutivo e não revolucionário⁹³⁸.

O constitucionalismo liberal sofria as mais impiedosas investidas, vindas de um sector tradicionalista em franco crescimento. O Integralismo Lusitano ia reforçando o seu prestígio como grupo de doutrinação e cuja combatividade intelectual, sólida e tenaz, se impunha aos adversários. Exemplo dessa determinação em doutrinar, «educar» e forjar os espíritos, encontra-se na série de conferências proferidas na Liga Naval em torno da ameaça espanhola, questão que ganhou foros exacerbados de especulação em 1915⁹³⁹. Ao nível institucional, o Integralismo aprofundou a sua organização em 1916, com a criação da *Junta Central do Integralismo Lusitano*, dirigida por Xavier Cordeiro, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz e Luís de Almeida Braga⁹⁴⁰. No seu primeiro manifesto, saído em Abril de 1916, o movimento mantinha a fidelidade a D. Manuel e aplaudia a sua estratégia de, em nome da aliança inglesa, em defesa da pátria e da disciplina militante, secundar a política belicista da república⁹⁴¹. Mas ao nível da doutrinação, tanto a *Nação Portuguesa* como o jornal *A Monarquia*, aparecido em Fevereiro de 1917, continuavam a causticar os dogmas adversários com o fito de «destruir o falso prestígio do constitucionalismo monárquico, responsável por todas as desgraças em que a Pátria parecia subverter-se»⁹⁴².

Na senda do integralismo, os neo-traditionalistas do grupo de Alfredo Pimenta e Caetano Beirão, ambos colaboradores da *Nação*, redobravam os dispositivos ideológicos do sector antimoderno, apesar de Alfredo Pimenta ser também colaborador importante do *Diário Nacional* e defensor acérrimo da disciplina em torno de D. Manuel⁹⁴³. Tanto na sua *Politica Monarchica*, de 1917, como na *Lição da Democracia e Uma Campanha Tradicionalista*, de Caetano Beirão, o constitucionalismo da monarquia e da república sofreu os mais ferozes doestos num processo de revisão historiográfica que carregava sobre a «ilegitimidade»

⁹³⁸ «H. de Paiva Couceiro – Uma Carta», in *Pátria!*, ano 1, 15-12-1917, p. 1.

⁹³⁹ Foram reunidas em volume na *A Questão Ibérica*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa, 1916.

⁹⁴⁰ Cf. Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 40-41.

⁹⁴¹ *Ibidem*, pp. 179-184.

⁹⁴² António Sardinha, *ob. cit.*, p. 91.

⁹⁴³ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 132-133.

do liberalismo. Os dois publicistas sustentavam que tanto o liberalismo como a democracia teriam afastado Portugal das «realidades nacionais»⁹⁴⁴, estabelecendo nos séculos XVIII e XIX a génese da «derrocada democrática» que caracterizou «essa avalanche ensanguentada que rolou sobre a Europa-latina desde os fins do século XVIII até à guerra actual»⁹⁴⁵.

A teorização desenvolvida em torno da guerra, assunto a que voltaremos depois, emprestava aos monárquicos uma estranha certeza sobre a vitória dos princípios conservadores, e sobre a derrocada inevitável da república como símbolo da falência do constitucionalismo e da democracia em Portugal⁹⁴⁶. Em certa medida, o sidonismo, com a sua «experiência» ditatorial e presidencialista, que Sardenha antevia como «interessante demonstração de integralismo»⁹⁴⁷, acentuou a convicção de que uma vez restaurada a monarquia seria definitivamente banido o parlamentarismo em Portugal⁹⁴⁸.

Este optimismo sofreu um abalo estrondoso com a restauração da monarquia constitucional durante a fugaz Monarquia do Norte. A opção constitucional deduzia directamente do projecto restauracionista elaborado por Luís de Magalhães, em 1912, e agora reinventado⁹⁴⁹. A sua proclamação no Monte Pedral, a 19 de Janeiro, provocou uma onda de indignação entre os sectores tradicionalistas. Incrédulo e tempestuoso, Alfredo Pimenta expôs essa indignação em termos muito vigorosos e vibrantes de alacridade: «Planeia-se um movimento revolucionário de possível grande repercussão, que muito possivelmente podia degenerar numa guerra civil feroz e perigosa – para se restaurar a carta constitucional? Era para voltarmos aos moldes anárquicos de antes de 5 de Outubro que tornaram possível essa data, que se trabalhava, que todos nós trabalhávamos? Era para restabelecer o liberalismo constitucional, com as suas superstições dispersivas, com as suas quimeras negativas, com as suas ficções democráticas – que nós andávamos a lutar? Era para restaurar a monarquia degenerada e falsa, que nós

⁹⁴⁴ Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista (Com um estudo de António Sardenha)*, Lisboa, Livraria Lisbonense, 1919, p. 69.

⁹⁴⁵ Cf. *Ibidem*, p. 69.

⁹⁴⁶ *Ibidem*, pp. 53-54; Caetano Beirão, *Lição da Democracia*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1922.

⁹⁴⁷ Cf. *A Monarquia*, 14-01-1918, p. 1.

⁹⁴⁸ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 53-58.

⁹⁴⁹ Cf. Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação*, *ob. cit.*, pp. 206-223.

andávamos no bom combate? Era para substituir um rei sem coroa por um presidente coroado? Era para voltarmos à nefasta política do rei que reina mas não governa, do Rei-chancela, do Rei-Abúlico, do Rei-Irresponsável, do Rei-Fantasma, que nós todos nos andávamos a sacrificar dia-a-dia?»⁹⁵⁰. Os integralistas, pela pena do conde de Monsaraz, já tinham afirmado que se a proclamação do trono significasse o regresso à Carta Constitucional era preferível «decididamente que a monarquia se não restaur[asse]»⁹⁵¹. Mais tarde, o próprio Paiva Couceiro, obreiro-mor da Monarquia do Norte, explicava nas páginas da *Acção Realista* que a restauração da Carta constituía uma inevitabilidade da conjuntura política, enquanto asseverava o seu repúdio determinante pelo liberalismo⁹⁵².

A nova polémica teve consequências dramáticas nas relações institucionais e aprofundou a antinomia doutrinária dentro da direita monárquica. O agrupamento mais buliçoso, o integralista, abriu as hostilidades com uma campanha fortemente subversiva contra o liberalismo de D. Manuel. Os integralistas enviaram uma delegação a Londres, chefiada por José Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga, que levava na bagagem, para além de uma «mensagem política», uma agenda de exigências significativas a entregar ao antigo monarca, entre as quais se conta a nomeação de um sucessor ou a assunção de um dispositivo ou política abertamente contra-revolucionária. Mas, na substância, reclamavam de D. Manuel que «repudiasse o sistema constitucional» e adoptasse o programa do integralismo lusitano⁹⁵³.

Esta tentativa de «golpe de estado», consumando um «Direito de revolta» contra um monarca que não consubstanciava o «interesse nacional», nas expressões de Sardenha⁹⁵⁴, era reveladora de uma dupla ambição: tratava-se, por um lado, de abandonar o campo da simples doutrinação, enveredando pelo confronto político na expectativa da conquista futura do Poder; por outro, ambicionavam

⁹⁵⁰ Alfredo Pimenta, *A Revolução Monárquica*, Lisboa, Edição do Autor, 1919, pp. 17-18.

⁹⁵¹ *A Monarquia*, ano II, n.º 363, 11-05-1918, p. 1.

⁹⁵² Henrique Paiva Couceiro, «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», in *Acção Realista*, ano I, n.º 10, 01-11-1924, pp. 182-184.

⁹⁵³ Cf. *Cartas Políticas de Sua majestade El-Rei D. Manuel II*, coligidas por Alfredo Pimenta, Lisboa, Portugália, 1922, pp. 29-37; *A Questão Dinástica. Documentos para a História Mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, 1921.

⁹⁵⁴ Cf. António Sardenha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937.

transformar o nacionalismo integral na ideologia oficial da Causa Monárquica, colocando no seu programa político a restauração da monarquia integralista.

A posição do integralismo não colheu aplausos nos sectores manuelistas, que vislumbravam nesta corrente um «miguelismo... infantilmente filosófico»⁹⁵⁵. Luís de Magalhães descreveu o gesto num tom declaradamente acintoso: «A acção dos integralistas é uma miserável infâmia, uma vilania que, para sempre, os estigmatiza e os degrada. Política e pessoalmente, passam à categoria de desqualificados»⁹⁵⁶.

A resposta inabalável de D. Manuel, farpeando os integralistas com a recusa de «monarquias absolutas»⁹⁵⁷, acirrou o pleito e estimulou uma profunda cisão no campo monárquico, com o Integralismo a transferir o seu apoio para a causa de D. Miguel e D. Duarte Nuno⁹⁵⁸. Alfredo Pimenta e o seu sector neo-tradicionalista, apesar da proximidade com o ideário integralista, mantiveram-se fiéis a D. Manuel, fundando a *Acção Tradicionalista Portuguesa*, no final de 1921⁹⁵⁹. Politicamente, o movimento pretendia «ocupar o lugar que a Junta Central do Integralismo Lusitano» desempenhava em 1919 e «congrajar à sua volta todos os monárquicos que professam as ideias antiliberais»⁹⁶⁰. O seu programa doutrinário seguia de perto as ideias de Alfredo Pimenta sobre uma monarquia onde o rei exercia efectiva autoridade política e governativa, estribado no princípio elitista e no poder espiritual da Igreja Católica, e veiculava as concepções orgânicas sobre soberania e representação⁹⁶¹.

A teorização neo-tradicionalista e nacionalista retomava, no primeiro lustro de Vinte, uma predisposição combativa feroz, no pressuposto de que a «monarquia nova» só seria viável após uma campanha de doutrinação sistemática para derruir o que restava do velho edifício constitucional. Este combate pela razão histórica

⁹⁵⁵ BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 20-11-1919.

⁹⁵⁶ BNP, ELM, doc. n.º 12066, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 17-01-1920.

⁹⁵⁷ Cf. *A Questão Dinástica*, p. 10. D. Manuel escreveu então a Aires de Ornelas afirmando: «1º. Mantenho formalmente todos os meus indiscutíveis direitos ao trono de meus maiores; 2º. Afirmo, vindo a ser restaurada a Monarquia, reunir imediatamente Cortes Gerais, eleitas pelo sufrágio mais amplo, para determinarem a forma de governo».

⁹⁵⁸ Sobre este processo veja-se, *A Questão Dinástica*, ob. cit..

⁹⁵⁹ Cf. *Acção Tradicionalista Portuguesa*, n.º 1, Lisboa, 10-12-1921.

⁹⁶⁰ *Correio da Manhã*, ano I, n.º 246, 12-12-1921, p. 1.

⁹⁶¹ *Acção Tradicionalista Portuguesa*, n.º 1, Lisboa, 10-12-1921.

reforçou a componente de reinterpretação historiográfica, associada a uma exegese crítica dos fundamentos histórico-filosóficos da teoria constitucional.

Os ataques ao liberalismo monárquico tomaram como alvo central a Carta Constitucional, que alguns contemplavam como «fonte primária da república»⁹⁶². Se a teoria liberal descobria na constituição a fórmula jurídica que melhor garantia a separação de poderes e impedia os abusos do Estado, os tradicionalistas recusavam que «a sociedade pudesse dar-se a si mesma, por um acto de soberania, instituições da sua preferência»⁹⁶³. As únicas e verdadeiras fontes de soberania nacional encontravam-se no costume e na tradição, alicerçados na história, e não no conceito vago e abstracto de vontade geral.

A revisitação teórica do século XIX, com que se ressuscitaram velhos tratadistas do legitimismo miguelista⁹⁶⁴, centrou as suas críticas no liberalismo, ao qual se imputavam as condicionantes jurídico-políticas que teriam «obrigado» o país a viver, desde 1820, numa situação «estruturalmente, revolucionária»⁹⁶⁵. Filha desse espírito revolucionário, a Carta impunha o jugo de instituições de importação, cujo exotismo rompia com a tradição política nacional. Para alguns, os regimes constitucionais não passavam de joguetes nas mãos dos interesses do internacionalismo maçónico e anticatólico⁹⁶⁶.

Governando pela «tirania do bando»⁹⁶⁷, o liberalismo condenara o século XIX à decadência, fragmentando a nação e o império e dissolvendo os valores patrióticos⁹⁶⁸. A república dera continuidade à obra desnacionalizadora da monarquia constitucional e consumara a democracia como «forma de governo de sociedades embrionárias ou decrépitas», sendo por isso ilegítima⁹⁶⁹. Para a crítica

⁹⁶² Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p. 18.

⁹⁶³ Cf. António Sardinha, *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937 [1922], p. 68.

⁹⁶⁴ Cf. Fernando Campos, *Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra-Revolução. Juízos e Depoimentos*, Lisboa, Portugália Editora, 1924; Idem, *O Pensamento Contra-Revolucionário em Portugal (século XIX)*, 2 vols., Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1931-33; D. Miguel Sotto-Mayor, *A Realeza de D. Miguel. Resposta a um livro do sr. Tomaz Ribeiro* [1ª edição, 1882], Prefácio de João Ameal, Coimbra, Livraria Atlântida, 1929.

⁹⁶⁵ Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p. 19.

⁹⁶⁶ Leia-se Luís Vieira de Castro, *A Europa e a República Portuguesa*, Coimbra, Lúmen, 1922.

⁹⁶⁷ Cf. Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit.*, pp. 20-26 e 38-39.

⁹⁶⁸ Alfredo Pimenta, *Política Monárquica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d [1917], p. 15.

⁹⁶⁹ Caetano Beirão, *A Lição da Democracia*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, p. 229. Idem, *Uma Campanha Tradicionalista (com um estudo de António Sardinha)*, cit., p. 127.

neo-tradicional, D. Pedro, usurpando o trono legítimo de D. Miguel, inaugurava a era democrática em Portugal⁹⁷⁰.

Vimos atrás que a consciência decadentista, conhecida como «enfermidade do século», se apossara dos circuitos intelectuais europeus no final do século XIX, dando origem em Portugal às «paranóias regeneradoras»⁹⁷¹. Na verdade, o processo começara muito antes. Ao recusar todas as mudanças operadas pela Revolução Francesa, a reacção confessava a sua desconfiança no futuro, sentimento que ficaria gravado no pessimismo de De Maistre e Chateaubriand e nos grandes pensadores franceses da segunda metade do século XIX. Se no decurso da Revolução este pessimismo podia ser interpretado apenas como emoção psicológica, face ao «excesso de mal» representado pelos jacobinos, em meados do século XIX pressupõe já uma conotação política, ligada à «desilusão do progresso e da democracia»⁹⁷². Essa seria também a interpretação do nacionalismo português, que entrevia «na crise do liberalismo e na difícil transição para a sociedade de massas» os sintomas de uma «verdadeira crise da civilização ocidental»⁹⁷³.

António Sardinha procurou explorar a «enfermidade do século» apresentando-a como crise da autoridade do Estado liberal. A teoria constitucional teria lacerado o princípio da autoridade, princípio que Sardinha considerava ser anterior à legitimidade de qualquer regime ou governo⁹⁷⁴. O Rei constituía a base do ideário tradicionalista na medida em que encarnava o princípio da continuidade dinástica e da autoridade do Estado. Sobre a realeza pesavam as gerações perdidas, as tradições e o sentimento nacional. O monarca oferecia a única estabilidade viável, unindo as gerações no mesmo sentimento patriótico. Este pensamento encontra-se nos antípodas da teoria constitucional, que oferece as restrições ao

⁹⁷⁰ Cf. Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista (com um estudo de António Sardinha)*, cit., pp. 123-128.

⁹⁷¹ Veja-se Paulo Archer de Carvalho, «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1996, pp. 231-243.

⁹⁷² Antoine Compagnon, *ob. cit.*, pp. 97-99.

⁹⁷³ Para o integralismo, veja-se Paulo Archer, «Três teses sobre a Ucrónia e a Floresta Utópica», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 2003, pp. 267 e ss. Era também a perspectiva dos oficiais africanistas. Cf. Paiva Couceiro, *O Soldado Prático*, Lisboa, [s/n], 1936; João de Almeida, *A Ocupação Portuguesa na África Contemporânea*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936.

⁹⁷⁴ *Ob. Cit.*, p. 43.

exercício do Poder e a cidadania activa como virtudes do constitucionalismo e conquistas da modernidade⁹⁷⁵.

As restrições ao exercício do Poder do monarca constituíam, na retórica dos contra-revolucionários, a principal explicação para a ineficácia do sistema liberal, na medida em que o «rei reina mas não governa», dando origem a uma «majestade fictícia»⁹⁷⁶. A Carta Constitucional estabelecia que a «Nação» era constituída unicamente pela «associação política dos seus indivíduos», de que o rei era o chefe supremo. Em conformidade, Sardinha advogava que a legitimidade do monarca liberal residia no consenso definido pelos indivíduos e por isso a sua situação era legítima apenas e enquanto fosse legal⁹⁷⁷. No princípio da soberania popular residia, afinal, a chave que explicava não só a crise do princípio da autoridade como o predomínio do espírito revolucionário. Com efeito, «se a origem do poder está na vontade das turbas, todas as restrições que se façam à actividade soberana destas turbas são artificiais, e todas as revoluções que estas turbas pratiquem são legítimas»⁹⁷⁸.

A teoria do consenso tornava inteligível a instauração da república em Portugal, vista como corolário lógico da evolução da monarquia liberal em direcção à democracia. Mas esta ideia tinha algo de perverso para a causa de D. Manuel. Se a república traduzia o desagrado da nação, também extinguiu a legitimidade do rei por ruptura do necessário consenso nacional. O 5 de Outubro consagrava o termo do mandato nacional de D. Manuel, instituindo uma forma de governo supostamente mais consensual. Detentor de uma soberania «fantasma», transformado pela Carta em «chefe de facção», D. Manuel não passava, à luz do direito constitucional, de um «pretendente» ao trono⁹⁷⁹.

O carácter subversivo de tais inferências, congeminadas por António Sardinha no rescaldo da ruptura dinástica, revelava-se perigoso para as pretensões dinásticas de D. Manuel, forçando o campo liberal a movimentações político-diplomáticas. A Causa Monárquica era então uma estrutura sem credibilidade, um

⁹⁷⁵ Sheldon S. Wolin, *Política y perspectiva. Continuidad y cambio en el pensamiento político occidental*, Buenos Aires, Amorrortu editores, 2001, p. 417.

⁹⁷⁶ Alfredo pimenta, *Ob. cit.*, pp. 25-26.

⁹⁷⁷ António Sardinha, *ob. cit.* p. 81.

⁹⁷⁸ Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, p. 27.

⁹⁷⁹ Cf. António Sardinha, *ob. cit.*, pp. 81-82.

«instrumento anémico, entorpecido», que precisava urgentemente de renovação e de uma conquista política relevante⁹⁸⁰.

O Pacto de Paris, assinado a 17 de Abril de 1922 entre os ramos políticos desavindos⁹⁸¹, foi entendido por muitos como uma ofensiva flagrante dos signatários do parlamentarismo e por isso recusado pelos seus émulos⁹⁸². O Integralismo divergiu em adesões e afectos e suspendeu funções, «para que não possa atribuir-se ao Integralismo Lusitano a responsabilidade de retardar ou prejudicar o advento da Monarquia»⁹⁸³. Quanto à *Acção Tradicionalista Portuguesa*, e face à unificação das duas famílias reais, optou por dissolver-se alegando «não ter razão de existir, como organismo independente»⁹⁸⁴.

A intransigência do integralismo teve eco no carácter de Aires de Ornelas, criatura conciliadora e sensível às «divisões doutrinárias», que rapidamente defendeu a remodelação institucional da Causa Monárquica com intuítos pacificadores, recuperando a tese manuelina sobre a legitimidade das Cortes Gerais para decidir a natureza formal da monarquia: «São as futuras Cortes Gerais que devem, segundo o acordo, decidir a Constituição dessa Monarquia salvadora e reparadora. Quem os impede [aos integralistas] de preparar os espíritos e as coisas para que essas Cortes sejam já representantes de Municípios, Províncias e Corporações e não saídas apenas do Sufrágio Universal? Porque sem esse alicerce todo o edifício que pretendemos levantar fica sem bases»⁹⁸⁵.

Mas o confronto institucional entre os sectores do conservadorismo liberal e os tradicionalistas, em vez de se apaziguar, redobrou de intensidade. A reorganização da Causa Monárquica, unida em torno do Pacto de Paris, teve como consequência a primazia dos velhos conselheiros da monarquia liberal, facto que provocou o azedume dos sectores contrários. Para estes, tornava-se evidente que

⁹⁸⁰ BNP, ELM, doc. n.º 714, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 19-05-1920.

⁹⁸¹ Sobre o Pacto de Paris, veja-se, entre outros, Luís de Magalhães, *A Crise Monárquica. Documentos para a História e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello, 1934, pp. 160 e ss.

⁹⁸² A maioria do Conselho Superior adjunto à Lugar-Tenência do Partido Tradicionalista declarou, em reunião de 24 de Maio de 1922, «não poder aceitar os termos do referido acordo, tendo os seus vogais resolvido [...] abandonar completamente a actividade política» [*Correio da Manhã*, ano II, n.º 384, 06-05-1922, p. 1].

⁹⁸³ *Ibidem*.

⁹⁸⁴ *Ibidem*.

⁹⁸⁵ Aires de Ornelas, «As Consequências Políticas do Acordo», in *Correio da Manhã*, ano II, n.º 385, 07-05-1922, p. 1.

a Causa Monárquica procurava inibir a restauração da «tradicional Monarquia Portuguesa»⁹⁸⁶. O *Correio da Manhã*, órgão oficial da Causa, sendo acusado de fazer a apologia do liberalismo, defendia-se das muitas vozes que repudiavam, com fragor inusitado, o regresso à «monarquia de 1910». Protegendo a instituição que governou entre 1834 e 1910, com a Carta Constitucional, recriminava os seus detractores acusando-os de fazerem o «jogo republicano»⁹⁸⁷. Num propósito de acalmação dos ânimos desavindos, Luís de Magalhães explicou, em artigos inseridos no mesmo *Correio da Manhã*, as razões que ditaram a restauração da Carta Constitucional em 1919⁹⁸⁸.

As tensões agudizavam-se, afinal, num quadro político marcado pela edificação dos novos estatutos da Causa Monárquica, que seriam aprovados em 1924 de acordo com as «Bases de Acção da Política Monárquica»⁹⁸⁹. As «Bases» estabeleceram as consignas de um projecto liberal conservador, que defendia a Igreja Católica e atacava o laicismo; que valorizava a família e repudiava o divórcio; que recusava o marxismo e a nacionalização da propriedade; que sugeria a descentralização e a unidade colonial e a reforma das diferentes instituições políticas e judiciais. Quanto à forma ou natureza ideológica, as bases fixaram apenas uma fórmula já institucionalizada: «A restauração da Monarquia está condicionada quanto à Constituição Política e à sucessão da coroa pelo Acordo assinado em Paris em 17 de Abril de 1922»⁹⁹⁰. Este acordo, como se sabe, atribuía às cortes gerais a definição do estatuto político da monarquia restaurada, o que correspondia à posição de D. Manuel⁹⁹¹. Mas a própria organização da Causa Monárquica foi motivo para disputas orgânicas infundáveis, tal como em 1917/1918, que uns pretendiam centralizada na pessoa do monarca e outros sujeita às regras democráticas⁹⁹².

⁹⁸⁶ *Ibidem*, n.º 967, 14-01-1924.

⁹⁸⁷ *Ibidem*, n.º 922, 26-11-1923.

⁹⁸⁸ «Porque restaurámos a Carta em 1919», *Correio da Manhã*, ano III, n.º 1010, 27-02-1924, p. 1 e n.º 1011, 28-02-1924, p. 1. Os artigos foram depois transcritos na íntegra em Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica*, cit., pp. 17-23.

⁹⁸⁹ Cf. *Correio da Manhã*, ano III, n.º 1020, 09-03-1924, p. 1.

⁹⁹⁰ *Ibidem*.

⁹⁹¹ Cf. Carta de D. Manuel a Aires de Ornelas, de 26-11-1919, in Alfredo Pimenta (org.), *Cartas Políticas de D. Manuel II*, Lisboa, Portugália, 1922, pp. 29-37. Sobre o Pacto de Paris, veja-se Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 160-161.

⁹⁹² BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 20-11-1919.

O acendrar das tensões doutrinárias teve como consequência uma iniciativa institucional de peso no campo tradicionalista, associada a um novo movimento doutrinário de importância capital para aquele ideário. Referimo-nos à fundação, em 1924, da *Acção Realista*, movimento encabeçado por Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Alfredo Pereira Júnior e pelos restantes membros da *Acção Tradicionalista*. A *Acção Realista* lançou então uma revista com o mesmo nome, dirigida por Ernesto Gonçalves, em Maio desse ano. No artigo de abertura, Alfredo Pimenta lançou-se com enorme exaltação e voracidade contra o «papelejo» de D. Pedro para declarar que «a Carta constitucional está enterrada para sempre». Pimenta declarava que a monarquia constitucional não fora mais do que obra pré-republicana, pois a sua «doutrina fundamental é da limitação dos poderes dos Reis». «Que os monárquicos constitucionais cedam. A monarquia ou será antiliberal ou não será»⁹⁹³.

Os campos extremavam-se agora com grande estrondo público, acentuando divisões e incompatibilidades. Por essa altura, Paiva Couceiro escreveu a Luís de Magalhães uma longa missiva, censurando D. Manuel, que julgava incapaz para «rei dos portugueses» - e por isso o «abandona» - ao mesmo tempo que exprobrava todos os projectos que visavam restaurar a Carta Constitucional⁹⁹⁴. O «paladino» acreditava que as doutrinas orgânicas, antiliberais e antiparlamentares, próprias da «moderna (embora antigas nas origens) corrente de ideias» estavam «destinadas a caracterizar o funcionamento das sociedades do presente século, como as ideias do constitucionalismo liberal caracterizaram o século XIX»⁹⁹⁵. No campo organizativo, o «comandante» havia criado em Madrid uma estrutura política independente cujos trabalhos obedeciam aos propósitos ideológicos do seu mentor, edificando um projecto institucional, uma organização e disciplina dentro das concepções do nacionalismo orgânico e tradicionalista⁹⁹⁶.

Mas os monárquicos constitucionais não cediam, ambicionando «ressuscitar» a «calamidade» parlamentar⁹⁹⁷. A doutrinação liberal constituiu uma preocupação

⁹⁹³ Alfredo Pimenta, «As minhas Razões», in *Acção Realista*, n.º 1, 22-05-1924, pp. 5-6.

⁹⁹⁴ BNP, ELM, doc. n.º 723, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 25-10-1924.

⁹⁹⁵ Henrique de Paiva Couceiro, «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», in *Acção Realista*, ano I, n.º 10, 01-11-1924, p. 184.

⁹⁹⁶ BNL, ELM, doc. n.º 716, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 30-08-1920.

⁹⁹⁷ Paiva Couceiro, «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», in *Acção Realista*, ano I, n.º 10, 01-11-1924, pp. 203-204.

constante no órgão oficial da Causa Monárquica, o *Correio da Manhã*, dirigido por Aníbal Soares. No plano individual, a defesa mais consistente e original da Carta saiu da pena do inevitável Luís de Magalhães, ideólogo e conspirador-mor da contra-revolução. Reagindo aos ataques cerrados vindos do campo adversário contra a «soberania da incompetência»⁹⁹⁸, Luís de Magalhães sustentou que a carta constitucional de 1826 se limitou a reatar a tradição política nacional. Para espanto e incredulidade do sector antiliberal, o político defendeu ainda o carácter tradicionalista da Carta Constitucional⁹⁹⁹.

A primeira parte da tese não constituía propriamente novidade, antes retomava argumentação do período liberal. Com efeito, como demonstrou António Silva Pereira, o liberalismo Oitocentista procurou legitimar-se através de dois métodos: um método histórico e um método filosófico. O método filosófico consistiu em demonstrar por uma via racional-abstracta a superioridade das instituições liberais; o método histórico partia da análise da evolução histórica da sociedade portuguesa. Dentro desta corrente figurou uma plêiade de autores notáveis, com destaque para José Liberato Freire de Carvalho, João Bernardo da Rocha ou Almeida Garrett, que advogou que o constitucionalismo se inscrevia numa tradição política nacional que havia sido quebrada pelo absolutismo. O constitucionalismo, instituindo a soberania nacional, reatava a tradição e delimitava o campo de acção do próprio monarca, salvaguardando os antigos foros e privilégios. Nesta linha de pensamento, argumentava-se que a antiga constituição e as cortes teriam sido responsáveis pela grandeza de Portugal, cuja decadência era afinal responsabilidade da centralização monárquica operada pelo absolutismo¹⁰⁰⁰.

José Liberato Freire de Carvalho considerava mesmo, com evidente exagero, que a origem da constituição portuguesa se encontrava já nos lusitanos e que desde as cortes de Lamego, passando pela aclamação de D. João I até às cortes

⁹⁹⁸ «A “Carta”, constituição tradicionalista», in *Portugália*, vol. 1, Outubro de 1925.

⁹⁹⁹ As suas ideias encontram-se explanadas em dois artigos: no *Serviço d’El-Rey*, em 1925, e «A “Carta”, constituição tradicionalista», *Portugália*, vol. 1, Outubro de 1925. Vêm reproduzidos no livro *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927. Este livro foi entretanto publicado com um estudo introdutório por Luís Loia intitulado *Liberalismo Constitucional 1826-1926. O Pensamento Político de Luís de Magalhães*, Lisboa, Tribuna, 2008.

¹⁰⁰⁰ Cf. António J. da Silva Pereira, «Estado de Direito e “Tradicionalismo Liberal”», in *Revista de História da Ideias*, n.º 2, Coimbra, 1979, pp 119-161.

de 1641, a soberania nacional fora insofismavelmente exercida pelos portugueses. Invocada como instância legitimadora da nova ideologia, a história comprovava a origem constitucional da monarquia portuguesa¹⁰⁰¹.

Luís de Magalhães, fiel ao pensamento conservador, que buscava nos dados concretos da História a fundamentação necessária à sua teoria constitucional, procurou demonstrar que a Carta Constitucional significava, afinal, o reatar dessa tradição nacional. Em resposta a Caetano Beirão¹⁰⁰², Magalhães afirmava que o «espírito liberal do nosso tradicionalismo vem-nos de muito longe, tem raízes seculares, onde já no século XII, antes, portanto, de tal facto se dar em Inglaterra e na França, os povos tinham ingerência na vida política da nação pela sua representação em Cortes»¹⁰⁰³. Os próprios direitos individuais, fundamento primordial das modernas constituições, tinham a sua génese nas antigas liberdades dos povos¹⁰⁰⁴.

Entendendo a história como sucessão de ciclos evolutivos, inscritos na influência hegemónica de uma grande potência, o autor afirmava que a instituição do liberalismo em Portugal harmonizava o país com a evolução das instituições europeias¹⁰⁰⁵. Na verdade, Magalhães apresentava o liberalismo como a verdadeira tradição, conceito que entendia, na esteira do próprio Sardinha, como «continuidade no desenvolvimento» e «permanência na renovação»¹⁰⁰⁶. A revolução liberal de 1820 abjurara o absolutismo e edificara a tradição representativa reactualizada segundo os princípios liberais vigentes na Europa. Desta forma, a tese de Magalhães não antagonizava a história à razão, como faziam os integralistas, procurava, pelo contrário, harmonizar as duas esferas do devir humano.

A originalidade da sua teorização encontra-se na formulação do carácter tradicionalista da Carta Constitucional, que ele considerava «acentuadamente integralista». Luís de Magalhães entendia mesmo que «a revolução liberal por-

¹⁰⁰¹ José Liberato Freire de Carvalho, *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e o Governo do Reino de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1843, pp. 14 e 350.

¹⁰⁰² Os artigos de Caetano Beirão podem ler-se em *Acção Realista*, números 27, 28, 29 e 30, como resposta ao artigo de Magalhães inscrito na *Portugália*, vol. 1, Outubro de 1925, com o título «A “Carta”, constituição tradicionalista».

¹⁰⁰³ Luís de Magalhães, *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927, p. 41.

¹⁰⁰⁴ *Ibidem*, p. 36.

¹⁰⁰⁵ *Ibidem*, pp. 5-6.

¹⁰⁰⁶ *Ibidem*, p. 35.

tuguesa foi, de facto, uma reacção tradicionalista». Esta ideia, central na sua tese, pressupõe que fora o absolutismo quem derrubara as tradições liberais da representação nacional, através do processo de centralização do Poder. A Carta limitara-se a restabelecer a «nossa tradição representativa»¹⁰⁰⁷.

A tese é importante para compreender a clivagem ideológica no seio da direita monárquica, se considerarmos que os tradicionalistas, incluindo os intelectuais do pelicano, reivindicavam a legitimidade de D. Miguel¹⁰⁰⁸, que Magalhães apodava de absolutista e usurpador. Os opositores do conservadorismo liberal estavam conotados com o regresso intransigente do absolutismo, representavam «o crê ou morres do mais intratável fanatismo sectário, do mais intolerante jacobinismo branco»¹⁰⁰⁹.

A argumentação de Luís de Magalhães encontrava na própria génese da Carta os fundamentos para o seu carácter tradicionalista, na medida em que a outorga do diploma não reflectia qualquer mandato nacional: «A outorga da Carta é um acto espontâneo do poder pessoal do Rei, na plena integridade da sua soberania, uma livre decisão da sua vontade pela qual ele dá à Nação um estatuto político que se afigurou o mais adequado ao interesse nacional. [...] Já isto é um traço firme do tradicionalismo da Carta»¹⁰¹⁰. Através deste acto individual, D. Pedro teria articulado com sucesso a tradição autoritária dos monarcas com o espírito liberal dos direitos e garantias dos cidadãos. O cartismo apresentava-se assim uma via moderada entre as concepções políticas do radicalismo vintista e da tradição monárquica nacional.

Mas a prova irrefutável do carácter tradicionalista da Carta parecia descobrir-se, afinal, nas condições de organização do Estado, ao instituir a representação nacional à maneira tradicional das cortes gerais: o clero, a nobreza e o povo restabeleciam a velha «tradição representativa». Para Magalhães, a Carta não aplicava o princípio abstracto da representação nacional das constituições radicais, como

¹⁰⁰⁷ Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 45.

¹⁰⁰⁸ Caetano Beirão, in *Acção Realista*, n.ºs 27-28, Junho de 1926, p. 284. Para António Sardinha, «o direito dinástico chamava sem hesitações o infante D. Miguel à sucessão. Em D. Miguel se reunia, pois, com a *legitimidade da pessoa*, a *legitimidade da instituição* [*Processo dum Rei*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Civilização, 1937, p. 22].

¹⁰⁰⁹ Luís de Magalhães, *A Crise Monarchica*, cit., p. 13.

¹⁰¹⁰ Luís de Magalhães, *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927, p. 19.

a constituição vintista de 1822, antes estabelecia uma fórmula intermédia entre o princípio da soberania nacional e o princípio dinástico. Com efeito, o clero e a nobreza estavam representados na câmara dos Pares por direito próprio e por nomeação régia, a título vitalício, e o povo na câmara dos deputados por sufrágio universal restrito¹⁰¹¹. O diploma constitucional era visto como o equilíbrio necessário numa sociedade em transição para a modernidade, congraçando a velha nobreza com os grupos intermédios da sociedade e as instituições liberais.

No eixo central do discurso antiliberal estava, como se viu, a questão da autoridade do rei. Para os liberais, porém, o espírito e a letra da Carta procuravam harmonizar uma autoridade que reputavam incontestável com o princípio da cidadania. Com efeito, o diploma de 1826 estabelecia sem equívocos que o rei constitucional «era a chave de toda a organização política» (art.º 71): controlava o poder executivo, nomeando e demitindo livremente os seus ministros; interferia no poder legislativo, pois reservava-se o direito de dissolução e de veto; e controlava o poder judicial, pois salvaguardava o direito de moderar ou anular as penas decretadas (art.º 74). Por último, Magalhães exibiu como argumentos irrefutáveis a existência do poder moderador, a irresponsabilidade política do monarca e o carácter sagrado da sua realeza¹⁰¹². Para atestar a amplitude constitucional dos poderes régios, citou ainda uma carta que Charles Maurras teria endereçado a Aires de Ornelas, declarando que «bem estimaria ele que, restaurada a Monarquia em França, os seus Reis viessem a ter o poder e a autoridade que a Carta atribuía aos soberanos portugueses»¹⁰¹³.

O longo ensaio teórico de Luís de Magalhães não deixou de abordar questões sensíveis como a questão religiosa. Os seus adversários acusavam a monarquia constitucional de perseguir a igreja e viam no regalismo «impenitente» o predomínio da Maçonaria internacional. Luís de Magalhães recordou que o catolicismo era a religião oficial do Estado durante a monarquia liberal. Se a transcendência não tinha para os liberais a mesma importância que para os tradicionalistas, pelo seu papel na edificação de uma ordem social cristã, a moral católica assumia, apesar de tudo, uma posição de centralidade num liberalismo que se tornara

¹⁰¹¹ *Ibidem*, pp. 19-21

¹⁰¹² Idem, «A «Carta» Constituição Tradicionalista», *Portugália*, n.º 1, Out. 1925, p. 21.

¹⁰¹³ Idem, *Tradicionalismo e Constitucionalismo*, cit., p. 146.

mais conservador. O radicalismo republicano extirpara de vez do campo monárquico os velhos resquícios anticlericais, assumindo-se a liberdade religiosa e de associação como uma responsabilidade do Estado na educação para os próprios valores liberais, em especial na organização de uma sociedade governada segundo os preceitos da ordem e da moral. Luís de Magalhães elogiava por isso o regresso das corporações religiosas no final do século XIX, «pela sua elevada e profícua acção no ensino e na beneficência», e deixava antever a sua legalização dentro da «monarquia nova»¹⁰¹⁴.

Vimos já que sob Caetano Beirão recaiu a incumbência de responder à tese de Luís de Magalhães, exposta pela primeira vez na revista *Portugália*: «A Carta é uma constituição de aspecto acentuadamente integralista! Era troça? Era blague? Era paradoxo? Não! [...] O antigo ministro da monarquia quase pretende que a “Carta” do imperador D. Pedro “foi, é e será a constituição mais reaccionária do mundo”»¹⁰¹⁵. Caetano Beirão construiu a sua refutação em torno dos conceitos de «liberalismo» e «tradicionalismo» que entendia como «escolas filosóficas completamente distintas, duas doutrinas sociais perfeitamente opostas»¹⁰¹⁶. Partia por isso de uma epistemologia para asseverar a antítese irrepreensível entre as concepções tradicionalistas e liberais: «O que está na base da questão é a concepção científica da sociedade. Temos de considerar esta como um organismo, com personalidade própria e permanente, com os seus órgãos definidos constituindo um quadro de interesses intermediários entre o indivíduo e a nação». Desta concepção resultava o Estado como «produto natural» da sociedade. Já o Estado liberal, porque via na sociedade um agregado de indivíduos em que cada um não significava mais do que a «unidade constitutiva do todo», representava o «interesse abstracto desses indivíduos». Caetano Beirão acusava Luís de Magalhães de confundir o estatismo da carta constitucional, gerada no regalismo, com o tradicionalismo. A Carta não seria mais do que uma «tragicomédia do racionalismo político de 93»¹⁰¹⁷.

¹⁰¹⁴ *Ibidem*, pp. 155-159. Ainda assim, o político, fiel à tradição liberal, defendia a separação clara entre as esferas do espiritual e do temporal.

¹⁰¹⁵ Caetano Beirão, «O “Tradicionalismo” da Carta», in *Acção Realista*, n.º 25, Dezembro de 1925, pp. 260.

¹⁰¹⁶ *Ibidem*, p. 261.

¹⁰¹⁷ *Ibidem*.

A argumentação de Caetano Beirão desenvolveu-se no sentido de demonstrar a ilegitimidade da Carta e do próprio D. Pedro IV, pois aquela teria sido outorgada por um «mação» e «estrangeiro». O acto de outorga não representava senão uma «tirania» que resultava do estatismo liberal a impor-se à nação. Quanto à representação, Beirão distinguia entre uma representação «orgânica e nacional» e a representação liberal, vista como «delegação aritmética e viciada do eleitor, considerado em abstracto como indivíduo isolado»¹⁰¹⁸. Como tinha já enunciado em 1922, no livro *A Lição da Democracia*, Caetano Beirão afirmava categoricamente que a república existia em Portugal desde 1834 e não representava mais do que o predomínio histórico da Maçonaria¹⁰¹⁹.

A verdade é que apesar da polémica, a própria tese do tradicionalismo liberal confirmava o crescente predomínio das ideias contra-revolucionárias, antiliberais e antidemocráticas no seio dos diferentes segmentos monárquicos. Mesmo este liberalismo oligárquico não passava então de uma fórmula dissimulada de elitismo e tecnocracia. Com efeito, em 1926, num ambiente político mais favorável à reacção, D. Manuel afirmaria publicamente, pela primeira vez, a sua predisposição para aceitar que a monarquia restaurada «não podia ser a monarquia que caiu em 1910»¹⁰²⁰. Em consequência, nomeou uma comissão para chegar a um acordo sobre os princípios gerais da monarquia a restaurar, procurando com esta iniciativa congregar definitivamente as facções desavindas.

Essa comissão nunca chegou a acordo e por isso os princípios doutrinários da monarquia restaurada nunca foram definidos. Mas o ambiente ideológico era já favorável às concepções antiliberais. D. Manuel, até aqui irredutível na defesa dos princípios liberais e parlamentares, enviou uma mensagem aos seus partidários carregada de inferências conservadoras que o aproximavam do ideário tradicionalista. Para o monarca exilado, «a monarquia do futuro tem de ser baseada sobre Deus e a religião, sobre a tradição, sobre a autoridade, sobre princípios e convicções, sobre a Ordem»¹⁰²¹. Os sectores tradicionalistas regozijaram com a evidente mudança de paradigma, Alfredo Pimenta anunciou publicamente que o

¹⁰¹⁸ *Ibidem*, n.º 26, Janeiro de 1926, pp. 8-11.

¹⁰¹⁹ *Ibidem*, p. 12 e 43.

¹⁰²⁰ Luís de Magalhães, *A Crise Monárquica*, Porto, Livraria Lello, 1934, p. 14.

¹⁰²¹ *Correio da Manhã*, ano V, n.º 1722, 02-03-1926, p. 1. Afirmou ainda D. Manuel que «o regime parlamentar tal como existe faliu» e «a monarquia de 1910 não pode voltar».

«rei inerte e abúlico do liberalismo revolucionário» dera lugar ao «rei moderno» e «antidemocrático» por que tantos suspiravam¹⁰²².

Era já evidente que as ideias antiliberais haviam penetrado a cultura política e as mentalidades da época. Para além do anti-individualismo, as novas gerações aceitavam com agrado os limites à liberdade, pois a liberdade sem limites aproximava-se da desordem e mostrava-se por isso incompatível com o progresso social e moral¹⁰²³. Quanto à igualdade social e política, era uma «mentira» que os inimigos da nação apregoavam em defesa de interesses individuais que feriam a disciplina e o interesse nacional. O próprio *Correio da Manhã*, em cujas penas rutilara, durante anos, o dogma constitucional, acabaria por conformar-se com as exigências dos tempos, ao mudar de proprietário. Neste ano decisivo para a República, vencida por um movimento militar, a direcção do Conselho Director das Juventudes Monárquicas, sob inspiração de Fernando Pizarro, assumiu uma orientação antiparlamentar, defendendo ser a «hora das ditaduras» e dos governos fortes «recheados de competências», ainda que ancorados na figura de um rei¹⁰²⁴. Mas se apenas sob a direcção do monarca era «lícito confiar num governo de força», havia contudo a obrigação de todos os monárquicos contribuírem para «fazer durar» a ditadura militar¹⁰²⁵.

«Autoridade e Ordem» constituíam então o lema da nova geração¹⁰²⁶. Mas não só. Os mais velhos, como o antigo ministro progressista António Cabral, que combatera ferozmente a ditadura de João Franco¹⁰²⁷, deixavam-se enlevar pelas ideias que eles agora apelidavam de modernas. António Cabral converteu-se ao ideário tradicionalista e ingressou na *Acção Realista*. Nas páginas da revista do grupo, o antigo ministro progressista desancou com fragor as concepções demoliberais, atacando o sufrágio popular e o parlamentarismo onde não

¹⁰²² Cf. *Correio da Manhã*, ano V, n.º 1744, 24-03-1926, p. 1.

¹⁰²³ Cf. Diogo Pacheco de Amorim, *ob. cit.*, 1918, pp. 18-19.

¹⁰²⁴ *Correio da Manhã*, ano VI, n.º 1876, 05-08-1926: «A verdade, porém, é que hoje, todos admitem a pôr de parte o Parlamento, para que um governo, forte, bem intencionado, rodeado por competências, possa agir sem quaisquer embaraços. É bem a hora das ditaduras».

¹⁰²⁵ Cf. *Correio da Manhã*, ano VI, n.º 1809, 30-05-1926. O jornal apoiou incondicionalmente o movimento militar e defendeu que «não basta vencer, é indispensável durar».

¹⁰²⁶ Cf. Querubim Guimarães, in *Correio da Manhã*, ano VI, n.º 1930, 02-10-1926, p. 1.

¹⁰²⁷ Cf. Rocha Martins, *O Regicídio*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2007, p. 27.

vislumbrava «nada, absolutamente nada de aproveitável»¹⁰²⁸. Na mesma *Acção Realista*, Paiva Couceiro, que chefiava o grupo monárquico da emigração em Madrid, expunha, numa «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», o seu projecto restauracionista, acintosamente norteado contra a monarquia liberal e o parlamentarismo¹⁰²⁹. Por sua vez, João de Azevedo Coutinho apodava os constitucionistas, chefiados por Luís de Magalhães, de «inveterados parlamentares» que não queriam ver que só as modernas ideias antiliberais atraíam os jovens e os militares¹⁰³⁰. E lembrava a D. Manuel que dos seis senadores existentes no último senado da república só um, Tomás de Vilhena, era parlamentarista, para concluir que o futuro da monarquia passava inevitavelmente pelas concepções tradicionalistas¹⁰³¹.

Chegados ao termo desta incursão ideológica, desta polémica «questão doutrinária», parece evidente a vitória das novas concepções ideológicas, estribadas na «ordem» e na «autoridade», que não negavam as virtudes das ditaduras. Mesmo o liberalismo oligárquico e conservador de Luís de Magalhães, visconde do Banho e Tomás de Vilhena, não escondia a sua sedução pelas novas doutrinas: «O meu liberalismo – escreveu Luís de Magalhães - nunca foi incompatível com o tradicionalismo, o nacionalismo, o regionalismo, o hierarquismo, o espírito orgânico na constituição da sociedade»¹⁰³². Parece assim evidente que o liberalismo de Luís de Magalhães, como de muitos outros adeptos da coroa, sofrera transformações que o afastavam da tradição do liberalismo clássico.

Estavam pois criadas as condições ideológicas favoráveis à aproximação dos monárquicos com a Ditadura Militar e o Estado Novo¹⁰³³. A própria Causa Monárquica publicou em 1930 uma declaração oficial de apoio à política e ao

¹⁰²⁸ António Cabral, «A burla das eleições», in *Acção Realista*, ano I, n.º 2, 10-06-1924, pp. 20-23.

¹⁰²⁹ *Acção Realista*, ano I, n.º 10, 01-11-1924, pp. 181-186.

¹⁰³⁰ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de Azevedo Coutinho para D. Manuel, s/d. [1926].

¹⁰³¹ Os outros eram Luís de Castro, Fernando de Sousa, Querubim Guimarães, Álvaro Mendonça e o próprio João de Azevedo Coutinho.

¹⁰³² Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, p. 163. Magalhães descreveu Mussolini, a propósito da reforma do senado italiano, como «a mais interessante e proeminente individualidade política da Europa» [in *Correio da Manhã*, ano V, n.º 1705, 12-02-1926, p. 1].

¹⁰³³ Sobre a relação dos monárquicos com o Estado Novo, leia-se Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.

espírito da Ditadura¹⁰³⁴. Organizações como a *Cruzada Nuno Álvares Pereira* não fizeram mais do que congregar monárquicos e republicanos no mesmo espírito nacionalista e antiliberal. Como referiu com acerto Raul Proença, no contexto de outra polémica relacionada com a Cruzada, já não havia entretanto monárquicos e republicanos. Havia essencialmente conservadores e radicais¹⁰³⁵.

¹⁰³⁴ Cf. «Nota Oficiosa da Causa Monárquica sobre o Manifesto do Governo de 30 de Julho de 1930», in Leão Ascensão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 207-209. Na imprensa monárquica, como o *Correio da Manhã*, a obra de saneamento financeiro operada por Salazar foi muito elogiada.

¹⁰³⁵ Raul Proença, *Polémicas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, p. 384.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO II

OS MONÁRQUICOS E A GRANDE GUERRA

1. A Guerra como «Revolução Conservadora»

O assassinato do herdeiro do império Habsburgo, o arquiduque Francisco Fernando, em 28 de Junho de 1914, lançou a Europa num dos mais terríveis conflitos do século XX, rompendo com o ambiente de concórdia que reinava nas últimas quatro décadas. Mas a paz podre que persistia no velho continente escondia feridas e ódios antigos, sobredeterminando as relações entre a França e a Alemanha desde a guerra franco-prussiana de 1870. Por outro lado, as ambições territoriais da Alemanha, na Europa, África e Ásia provocavam a animosidade e o espírito antigermânico na Grã-Bretanha, que assistia alarmada ao crescimento do poderio naval dos teutónicos.

As causas do conflito, apesar de complexas, decorriam dos jogos de interesses políticos e económicos entre as principais potências europeias¹⁰³⁶. Eric Hobsbawm já mostrou como na fase imperial da Europa a política se tinha fundido com a economia, conduzindo a rivalidades extremas e a uma competição económica exacerbada, empurrando a guerra para metas ilimitadas¹⁰³⁷. A Inglaterra e a Alemanha, mas também a França, jogavam na diplomacia das

¹⁰³⁶ Sobre as causas da guerra veja-se, entre outros, uma síntese na obra monumental de Martin Gilbert, *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 29-49.

¹⁰³⁷ Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX 1914-1991*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 39.

alianças a concretização de um alargamento de áreas de influência, numa época em que o crescimento económico e demográfico explicava a grandeza das nações. Ao imperialismo e à chamada política das potências, havia ainda que adicionar os nacionalismos surgidos entre os povos oprimidos pelo jugo dos grandes impérios, a Turquia, a Áustria-Hungria e a Rússia. As ambições nacionalistas dos povos eslavos seriam o detonador do conflito bélico, cujos efeitos catastróficos tinham sido previstos por espíritos mais lúcidos como o primeiro ministro inglês, H. H. Asquith, que afirmou então ao rei Jorge V que a Europa estava a «uma distância apreciável de um verdadeiro Armagedão»¹⁰³⁸.

É certo, como já escreveu Eric Hobsbawm, que em 1914 não era propriamente a ideologia que separava os beligerantes¹⁰³⁹. Apesar das suas especificidades e dos regimes políticos, não havia diferenças profundas entre os sistemas políticos da França, Alemanha e Inglaterra, pois em todos predominava o sufrágio restrito¹⁰⁴⁰. Mas Winston Churchill, avaliando as possibilidades de um conflito, em 1901, referia-se a uma guerra entre democracias, para concluir que «as guerras entre povos serão mais terríveis do que as guerras dos reis»¹⁰⁴¹.

A guerra entre democracias, entendido então o conceito na sua expressão demoliberal, explica que a mobilização da opinião pública obrigasse os governos e os partidos políticos a animar fortes campanhas ideológicas para explicar as motivações pró-beligerância. As motivações ideológicas eram um catalizador de mobilização mais forte do que as rivalidades políticas e os interesses económicos. Isso explica que em Portugal, como em França e Inglaterra, o conflito fosse descrito como um confronto entre a cultura ocidental e a barbárie e o absolutismo, representados pela Alemanha, em defesa dos direitos e liberdades da Europa democrática¹⁰⁴². Citando o antigo primeiro-ministro inglês H. Asquith, Aires de Ornelas garantia também que a Inglaterra agia em nome do Direito, «no

¹⁰³⁸ Cf. Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 60.

¹⁰³⁹ Cf. *Ob. Cit.*, p. 39.

¹⁰⁴⁰ Leia-se, a esse propósito, Luciano Canfora, *A Democracia. História de uma Ideologia*, Lisboa, Edições 70.

¹⁰⁴¹ Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 32. Este historiador afirma mesmo que a guerra era vista em alguns círculos políticos da Alemanha como uma possibilidade de operar uma viragem na política doméstica «numa direcção conservadora» [*Ibidem*, p. 47].

¹⁰⁴² Cf. João Chagas, *Diário I*, prefácio de João B. Serra, Lisboa, Edições Rolim, 1986, p. 132; Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, pp. 99 e ss.

desempenho de uma obrigação internacional», para combater «a força» e fazer triunfar «o princípio das nacionalidades»¹⁰⁴³.

Desvalorizando que entre os aliados da *Entente* se encontrava a última monarquia absoluta da Europa, a Rússia de Nicolau II, os republicanos evocavam igualmente a autodeterminação dos povos e o seu direito à independência, e exaltavam a vitória da democracia sobre o «despotismo revigorado»¹⁰⁴⁴. Segundo a retórica da época, de um lado encontravam-se os defensores dos princípios liberais, a Europa democrática, e do outro os adeptos do reaccionarismo encarnado pela «Europa feudal e apostólica»¹⁰⁴⁵. A mesma retórica e a respectiva filiação política existiam em Espanha, cuja sociedade se viu cindida entre os conservadores, incluindo o exército, que apoiavam a Alemanha e defendiam a «autoridade» contra a decadência, e a esquerda intelectual, que apoiava a «civilização» contra a «barbárie»¹⁰⁴⁶.

A posição dos monárquicos portugueses sobre a guerra – assunto a que voltaremos à frente – fosse em defesa dos aliados ou apoiando a Alemanha, não pode dissociar-se do seu vasto projecto ideológico de refundar Portugal pela monarquia. As diferentes narrativas então produzidas analisavam a crise europeia dentro de um quadro interpretativo mais penetrante, cunhado no seio de uma filosofia da história e de diferentes modulações ideológicas. A guerra constituía o corolário de uma crise mais profunda do sistema liberal de que resultaria uma mudança no paradigma político e ideológico da Europa. Os discursos da direita monárquica não se limitavam a apreender o significado filosófico e político da contenda, inseriam-na numa cruzada ideológica contra os valores da democracia. Entendida também como disputa cultural e moral, a guerra assumia essa

¹⁰⁴³ Aires de Ornelas, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916, p. 60.

¹⁰⁴⁴ *O Dia* ironizou com esta campanha: «A Rússia, o grande colosso, é o mais absoluto e até despótico, dos impérios do mundo, apesar das recentes tinturas de formalismo constitucional na Duma, cujo presidente e deputados foram agora prostrar-se aos pés do Czar. Pois é num governo que entram nações assim caracterizadas que os nossos políticos de papelão pintado e os respectivos canudos de imprensa descobriram a defesa da Liberdade ante o espírito retrógrado! O da Alemanha! E lá diz a Luta, apesar das pretensões de intelectual, que os exércitos liberais (!!) vão resistir aos embates das tropas imperialistas (!!)» [n.º 721, 14-08-1914, p. 1].

¹⁰⁴⁵ É esta também a tese de Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 106-113. O historiador cita textos de Henrique Lopes de Mendonça, João Chagas e Raul Proença.

¹⁰⁴⁶ Cf. Raymond Carr, *Espanña: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*, Barcelona, Ariel, 1983, p. 118.

dimensão demiúrgica e insofismável de uma «Revolução conservadora». Tomada no sentido que lhe conferiu João Ameal, a contra-revolução perspectivava-se como «uma revolução contrária» ou «conservadora», de demolição e extermínio do demoliberalismo¹⁰⁴⁷.

A tese da «Revolução conservadora» teve em Oswald Spengler um dos seus fundadores espirituais. A observação dos factos que conduziram ao conflito mundial, e que estiveram na origem da conhecida obra *O Declínio do Ocidente*, levou-o a tomar consciência de que se preparava uma disputa entre o campo liberal, representado pela França e Inglaterra, e o campo conservador, protagonizado pela Alemanha¹⁰⁴⁸. Para Spengler, como para muitos monárquicos portugueses, a democracia era «a forma política do declínio», consequência de uma ordem burguesa e racionalista que substituíra o «Estado orgânico» primitivo¹⁰⁴⁹.

A elite monárquica portuguesa comungava desta visão decadentista da democracia e do liberalismo¹⁰⁵⁰. João de Almeida, o herói dos Dembos e figura cimeira do nacionalismo português a partir da década de vinte, afirmará a este propósito que «demonstrada a falência dos pacifismos democráticos [...] a evolução para a direita, a regressão aos princípios conservadores e tradicionalistas, ao puro nacionalismo, é concludente, é um facto»¹⁰⁵¹. A retórica azul e branca empenhou-se em aprofundar estas ideias, convencida da inevitabilidade dos princípios conservadores. Tanto no grémio liberal, encarnado na figura de velhos conselheiros e antigos ministros, como no redil neo-tradicionista, garantia-se a vitória dos pressupostos doutrinários do conservadorismo, independentemente do vencedor da guerra.

No *Diário da Manhã*, onde pontificavam os notáveis do conservadorismo liberal, chegou-se ao extremo de elogiar a Alemanha, nação que devia constituir um «exemplo para os latinos» devido ao «são patriotismo» instituído pelo seu grito de guerra colectivo: «Com Deus pelo Imperador e pela Pátria»¹⁰⁵². E indepen-

¹⁰⁴⁷ Cf. João Ameal, *ob. cit.*, p. 36.

¹⁰⁴⁸ Sternhell, Zeev (org.), *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999, pp. 13-124.

¹⁰⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁵⁰ Leia-se, entre outros, Paiva Couceiro, *A democracia Nacional*, Coimbra, Edição de autor, 1917.

¹⁰⁵¹ João de Almeida, *Visão do Crente*, 2.^a ed., 1937 [1.^a ed. de 1918], Livraria Tavares Martins, Porto, 1937, pp. 112-113.

¹⁰⁵² *Diário da Manhã*, n.º 54, 30-07-1914, p. 1.

dentemente do vencedor da contenda, o *Diário da Manhã* asseverava a «vitória do princípio conservador»¹⁰⁵³. Também *O Dia*, dirigido pelo antigo progressista Moreira de Almeida, apesar de afirmar que as causas da guerra eram essencialmente económicas, o «struggle for life de nações» em expansão comercial, reconhecia que «nesta guerra estão irremediavelmente perdidos os princípios avançados». O conflito mundial, antecâmara de uma nova geografia política, preparava o epílogo do espírito revolucionário e a emergência do espírito conservador, sob o qual a Europa colheria os benefícios de uma paz duradoura¹⁰⁵⁴.

Se tal profetização se impunha face à vitória dos aliados - Moreira de Almeida apoiava a causa francesa - uma vitória eventual dos exércitos teutónicos tornava mais óbvia tamanha constatação, mesmo para espíritos mais liberais e arejados¹⁰⁵⁵. Aires de Ornelas e Luís de Magalhães, aliadófilos indiscutíveis, exibiam, apesar de tudo, profunda admiração pela organização política dos germânicos¹⁰⁵⁶. Para Aires de Ornelas, a superioridade do sistema político e da capacidade de organização da Alemanha, que justificavam as retumbantes vitórias no primeiro ano do conflito, espelhavam a superioridades das monarquias conservadoras e a crise das democracias¹⁰⁵⁷. Essa superioridade não residia apenas na sua organização político-constitucional, que estabelecia a continuidade da chefia do Estado, mas também nos pressupostos ideológicos do regime. As suas virtudes de comando militar, de exercício de autoridade e capacidade de organização sobrepunham-se facilmente às deficiências reveladas pelos sistemas electivos, onde mandava indirectamente a opinião pública: «Numa monarquia bem organizada, como a alemã, o Kaiser emprega em tempo de guerra todos os recursos da nação, para o melhor dos interesses da mesma sem hesitação nem demoras, e o chefe duma democracia tem que a convencer de que há perigo e das obrigações que impõe esse perigo nacional. [...] os chefes duma democracia tendo que ser oradores

¹⁰⁵³ *Diário da Manhã*, n.º 62, 06-08-1914, p. 1.

¹⁰⁵⁴ *O Dia*, n.º 721, 14-08-1914, p. 1; *Dia*, 17.º ano, n.º 842, 02-01-1916, p.1.

¹⁰⁵⁵ Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Amado, 1915, pp. 49-50.

¹⁰⁵⁶ Cf. Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Amado, 1915; Aires de Ornelas, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916.

¹⁰⁵⁷ Cf. Aires de Ornelas, *ob. cit.*, pp. 222-223.

e parlamentares, não só se habituariam a resolver as questões, falando, como são incapazes de as tratar sem a preocupação eleitoral do voto»¹⁰⁵⁸.

A abordagem que as narrativas monárquicas construíram, a propósito da vitória do conservadorismo e da antidemocracia em França e Inglaterra, centrou-se menos na organização do sistema político e mais numa escala de valores. A maioria dos teóricos monárquicos evidenciava naquelas nações aliadas a emergência dos valores patrióticos associados ao militarismo e ao nacionalismo, valores reclamados no reforço da unidade nacional e indispensáveis para vencer o inimigo alemão. Aires de Ornelas afirmava categoricamente que só o nacionalismo e a tradição, «criação dos séculos», e «apesar do regime», granjearam à França suste a ofensiva germânica, «e salvaram definitivamente a tradição e a civilização latinas do maior ataque conhecido»¹⁰⁵⁹. Luís de Magalhães vislumbrava também no militarismo gaulês o «triunfo do nacionalismo» e a vitória do conservadorismo. Para o provar abordava a questão das expectativas para o pós-guerra, irrevogavelmente cunhadas pela desordem económica e financeira e pela profunda agitação social que fatalmente haveria de se abater sobre a velha Europa. Revelando grande capacidade de previsão, os políticos monárquicos sustentavam que a catástrofe belicista acabaria por impor aos governos, como política dominante, a afirmação da autoridade do Estado, da «disciplina social» e da ordem pública¹⁰⁶⁰.

O reforço dos conteúdos nacionalistas operava mais uma evidência. As exigências da guerra, impondo uma organização «robusta», «disciplinadora» e «coerente», indicavam a valorização efectiva do colectivo em detrimento dessa excrescência ideológica que respondia pelo nome de «individualismo», responsável pela «desagregação», «decomposição» e «apodrecimento da Europa»¹⁰⁶¹. Para os neo-traditionalistas, como Caetano Beirão e Alfredo Pimenta, a superioridade germânica residia no facto de ser a «nação menos individualista no mundo». A conclusão ditava-se por si mesma: «O individualismo faliu» perante o retorno aos valores do passado e da tradição¹⁰⁶².

¹⁰⁵⁸ *Ibidem*; leia-se, também, Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 45.

¹⁰⁵⁹ *Ibidem*, p. 92.

¹⁰⁶⁰ Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 50-51.

¹⁰⁶¹ Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista*, cit., pp. 61-63.

¹⁰⁶² *Ibidem*.

Esta abordagem da Grande Guerra como «Revolução conservadora» poderá eventualmente lançar alguma luz sobre as ideias de António Sardinha, que foi muitas vezes acusado de germanofilia. No parlamento sidonista, Cunha Leal lembrou que existia em Portugal uma corrente germanófila, facto que despertou automaticamente em António Sardinha um sentimento de reacção. O libelo tinha como base um trecho de António Sardinha, publicado na *Nação Portuguesa* no final de 1915. Nesse texto já famoso, escreveu o notável ensaísta: «A nossa derrota será, Latinos, a nossa salvação. [...] Francófilo que me mostrei, já em público, eu desejo agora veementemente, a vitória da Alemanha. Só pela vitória dos Impérios Centrais nós teremos, com a derrota da Maçonaria, o restabelecimento da ordem legítima que permitirá à França ressarcir-se e a nós curar-nos»¹⁰⁶³. António de Monforte, como então se declarava num toque de nobilitação toponímica, esclareceu a nação sobre o sentido do seu pensamento, afirmando que apenas censurava que a França sacrificasse as novas gerações aos princípios da Revolução e do Internacionalismo: «Vítima da mentira Democrática, a França sacrificava a essa mentira o sangue inflamado da mocidade católica e nacionalista»¹⁰⁶⁴. Na derrota dos latinos vislumbrava então a vitória dos princípios conservadores como condição para salvar a Europa da decadência, na sequência das ideias que afinal atravessaram todo o pensamento monárquico de então. Na sua retórica, a apologia da guerra tinha como base o sofrimento colectivo enquanto punição regeneradora e restauradora de uma nova era ou «Ordem» cristã. Sardinha encontrava um paralelismo entre a realidade coeva e o que sucedera com a Roma do declínio, quando as invasões germânicas abriram o campo à vitória do cristianismo¹⁰⁶⁵.

Apesar de nunca utilizada pelos monárquicos, por ser politicamente heterodoxa, a argumentação de António Sardinha tem para a compreensão histórica

¹⁰⁶³ António Sardinha, «O testamento de Garrett», in *Nação Portuguesa*, 1.ª série, n.º 10, Dezembro de 1915, pp. 300-301.

¹⁰⁶⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 30-07-1918, pp. 1-3. Sardinha citava então em sua defesa o escritor francês Lysis: «Trata-se de se saber se nós queremos sacrificar os princípios à França ou a França aos princípios. Se nós sacrificamos a França aos princípios, é baldadamente que nossos filhos terão morrido; é baldadamente que os nossos heróis terão sido mutilados, ficando inutilizados para sempre e arrastando uma existência miserável; é baldadamente que as nossas mulheres terão sofrido os piores ultrajes. No entanto, nós compensar-nos-emos dessas desgraças pensando nos princípios».

¹⁰⁶⁵ Cf. José Manuel Quintas, *ob. cit.*, p. 204.

a vantagem de sintetizar o pensamento de um importante sector ideológico da sociedade portuguesa. A expressão «Revolução conservadora», aqui por nós adoptada, traduzia as expectativas monárquicas de uma viragem ideológica na Europa que favorecesse os princípios nacionalistas e a vitória da monarquia em Portugal. Era contudo uma tese ambígua e perigosa para a Causa Monárquica, ambiguidade que Cunha Leal sintetizou na resposta que deu então a António Sardinha: «Quer dizer: a melhor forma que o Sr. Sardinha descobre para que Portugal ressurja, para que os nossos aliados ressurjam na hora crítica em que a França está espezinhada e a Bélgica calcada pela força teutónica, é a de que sejamos todos esmagados»¹⁰⁶⁶.

À tradição e ao nacionalismo restava acrescentar o ressurgimento católico para a «Revolução conservadora» assumir a plenitude. A tese principal de Ornelas sustentava que a guerra opunha o materialismo germânico ao espiritualismo e à moral do catolicismo. Para o lugar-tenente de D. Manuel, nomeado em 1916, e fiel ao seu espírito profundamente católico, a raiz do despotismo alemão encontrava-se na natureza individualista do Luteranismo e da Reforma. O protestantismo traduzia uma subversão cuja génese se imputava à aversão a Roma e à Igreja Católica, justificando-se desta forma que o individualismo estivesse na origem da Revolução. O ódio a Roma explicava também a supremacia do poder civil e o laicismo do Estado, «estas duas criações onde está o gérmen do espírito revolucionário». Os princípios do luteranismo, na sua aversão ao espírito latino, conformavam-se com o espírito revolucionário, espírito que era contrário aos princípios da ordem e da autoridade, que tinham na Igreja Católica a sua fonte moral e espiritual. Segundo Ornelas, a destruição dos templos católicos e o assassinato de clérigos, no decorrer da invasão da Bélgica, levada a cabo com violência e desumanidade, constituíam consequência directa deste materialismo extremo. Sob o signo da recristianização católica, pregava-se a soberania da lei e do direito contra a força e o despotismo¹⁰⁶⁷.

O discurso laudatório em torno de Roma e do catolicismo inscreve-se num plano mais vasto do nacionalismo monárquico. A Revolução – isto é, os seus avatares liberais e republicanos – tinha operado uma «descristianização» do mundo

¹⁰⁶⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 30-07-1918, p. 9

¹⁰⁶⁷ Aires de Ornelas, *ob. cit.*, pp. 271-285.

ocidental, cedendo aos avanços do laicismo e da secularização. Mas o tempo era de revivescência religiosa, o catolicismo deixava de ser uma questão de fé individual para assumir uma dimensão ideológica, transformava-se no único elemento seguro de oposição à força bruta. Na Igreja Católica depositavam-se as últimas esperanças de resguardo para a civilização latina, da sua concepção de Homem e de Sociedade¹⁰⁶⁸.

Compreendem-se assim as referências encomiásticas dirigidas por Ornelas à França e à *Action Française*, tidas como responsáveis pelo regresso ao espírito católico, vendo neste movimento patriótico, nacionalista e monárquico a responsabilidade pelo fim da «irreligião» e pelo combate tenaz ao «erro revolucionário». A guerra apresentava esse significado mais profundo de uma «catástrofe regeneradora» através da qual irrompia uma nova era de «patriotismo e fé religiosa»¹⁰⁶⁹.

Esta exaltação da França tradicionalista e católica, protagonizada por Ornelas, Homem Cristo Filho e pelos sectores miguelistas¹⁰⁷⁰, expunha a importância ideológica e política do catolicismo para o ideário conservador. A relevância moral da religião, reforçando a consciência nacional, explicava a capacidade de resistência dos franceses ante as arremetidas germânicas de Marne, e elevava o valor moral do «sacrifício» do povo belga.

Muitos adeptos da coroa, especialmente os que militavam no sector tradicionalista, reclamavam a velha e rechaçada aliança entre o trono e o altar¹⁰⁷¹. Tanto Ornelas como Homem Cristo Filho imputavam ao catolicismo a glória de ser «portador da unidade e da pureza moral indispensáveis para que viva e perdue uma civilização». Do espírito cristão esperava-se o «milagre» de salvar a Europa e a civilização latina da ameaça provinda de «nova invasão dos bárbaros»¹⁰⁷².

Mas o ressurgimento católico não significava apenas a vitória da civilização sobre a barbárie. Contribuía para o renascimento dos valores da tradição, indispensáveis para combater a desordem e anarquia nos espíritos e nas

¹⁰⁶⁸ Cf. Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, pp. 82-83; Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 42.

¹⁰⁶⁹ Aires de Ornelas, *Ibidem*, pp. 244-256.

¹⁰⁷⁰ Cf. *A Nação*, 02-08-1914, p. 1; 07-08-1914, p. 1.

¹⁰⁷¹ Cf. Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães e Moniz, 1918, pp. 289-291; *A Restauração* (Lamego), n.º 1, 07-05-1914, p. 1.

¹⁰⁷² Homem Cristo Filho, *A ideia Nacional*, n.º 3, 24-03-1915, pp. 68-69.

instituições¹⁰⁷³. Em Portugal, o «abismo» criado pela descristianização republicana, na sua ofensiva anticlerical e anti-religiosa, só podia evitar-se pela restauração da monarquia cristã, no pressuposto de que «não há povo sem religião»¹⁰⁷⁴. As virtudes da ideologia da restauração estavam pois na sua capacidade de «conservar as tradições nacionais, os padrões de memória imorredoura, que esmalta as páginas da nossa história; os símbolos augustos da nossa Religião Católica, sua liberdade e independência, como derivam do Evangelho; conservar a forma social que presidiu à formação, desenvolvimento e perfeição desta nacionalidade; conservar finalmente o trono, apoiado pelo altar»¹⁰⁷⁵.

Paiva Couceiro, que não admitia o «Bem Comum» e a «moral pública» desligados da ideia de Deus, condenava os males que decorriam do livre pensamento e do ateísmo republicano. O «paladino» defendia uma monarquia cristã porquanto a religião católica, enquanto «religião tradicional e estrutural da Nação portuguesa» constituía o único esteio da unidade social, da ordem e da autoridade contra o dique revolucionário que ameaçava os fundamentos de Portugal e do ocidente cristão¹⁰⁷⁶.

O conflito bélico foi também interpretado pelos vários segmentos ideológicos do monarquismo como um conflito cultural que tinha as suas raízes no século XIX. Foi já sublinhada a importância que as historiografias de cunho nacionalista e as «antropologias identitárias», juntamente com as teorias positivistas e naturalistas, tiveram na definição dos mitos eurocêntrico e etnocêntrico¹⁰⁷⁷. No caso da Alemanha, a preparação do público para o conflito foi uma preocupação do chefe de Estado-Maior conde Von Moltke. A 10 de Fevereiro de 1913, Moltke afirmaria ao chefe de Estado-Maior austríaco, general Conrad Von Hotzendorf, a braços com os nacionalismos eslavos, que «uma guerra na Europa virá mais cedo ou mais tarde, e nela o que estará em causa será a luta entre o mundo germânico e o mundo eslavo»¹⁰⁷⁸.

¹⁰⁷³ Cf. Aires de Ornelas, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, cit., pp. 244-256.

¹⁰⁷⁴ Cf. *A Restauração* (Lamego), nº 1, 07-05-1914, p. 1.

¹⁰⁷⁵ *Ibidem*, n.º 49, 08-04-1915, p. 1.

¹⁰⁷⁶ *Ob. cit.*, pp. 153-163.

¹⁰⁷⁷ Cf. Miguel Castelo- Branco, *ob. cit.*, p. 100.

¹⁰⁷⁸ Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 40.

A mitologia etnocêntrica, transformada em ideologia pela propaganda, legitimava o belicismo das grandes potências europeias. Se a França lutava em nome da civilização latina, a Alemanha invocava a cultura, vista como «ideia de Estado étnico» que traduzia a superioridade material e tecnológica da civilização germânica¹⁰⁷⁹.

Esta visão da guerra como conflito de civilizações seria teorizada pelos monárquicos portugueses de acordo com as suas convicções filosóficas, ideológicas e de oportunismo político. Para os aliadófilos indiscutíveis, como Aires de Ornelas e Homem Cristo Filho, a causa da França e da Inglaterra exprimia o confronto da civilização com a barbárie. Aires de Ornelas, habituado a reflectir sobre política internacional, via na política alemã aquilo que Hobsbawm apelidara de «metas ilimitadas»¹⁰⁸⁰, ou seja, o desejo insaciável de dominar os mares e o mundo. Para o demonstrar citava o Kaiser, para quem «qualquer interesse que surgisse contra o interesse alemão tinha que ser esmagado com o punho ferrado»¹⁰⁸¹. Ornelas vislumbrava nesta manifestação de força o resultado da aliança da cultura científica alemã com o militarismo de raiz prussiana, circunstância que explicava a «desumanidade» do conflito: «A união da barbárie com a ciência, da kultur com o militarismo, negada pelos devaneadores [sic] internacionais, proclamada agora e orgulhosamente reivindicada pelo célebre manifesto dos intelectuais alemães, eis o que explica o carácter pavoroso e absolutamente anti-humano que a guerra alemã tem assumido»¹⁰⁸².

O antagonismo entre as duas civilizações reflectia, afinal, a diferença entre a cultura arrogante e musculada dos germânicos e a cultura humanista e centrada nos valores e no direito da civilização latina¹⁰⁸³. Para Ornelas, «esta guerra vem revelar-nos que, como no tempo de Tácito, a civilização e barbárie, a *Rbeno separatur*»¹⁰⁸⁴. O combate ao expansionismo da Alemanha assumia pois a defesa da cultura, das letras e dos valores romanos e latinos contra os perigos que

¹⁰⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁸⁰ Cf. *ob. cit.*, p. 100.

¹⁰⁸¹ Aires de Ornelas, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916, p. 21.

¹⁰⁸² *Ibidem*, p. 42.

¹⁰⁸³ *Ibidem*, pp. 42-43.

¹⁰⁸⁴ *Ibidem*.

além-Reno a ameaçavam. Em França, a Sorbonne juntou um grupo de intelectuais de vários países, a 15 de Fevereiro de 1915, numa manifestação cívica e cultural contra o perigo germânico. A Alemanha viu-se dissecada pelos intelectuais que, como Homem Cristo Filho, viam na guerra um confronto entre o «ideal de potência» e o «ideal de perfeição», em que a civilização latina representava as aspirações de beleza e liberdade a que todo o indivíduo podia legitimamente aspirar¹⁰⁸⁵. Mas não era a Alemanha, na consciência dos europeus, a pátria do idealismo e da estética, vertida no pensamento e nos escritos dos seus filósofos, escritores e artistas?

Aires de Ornelas, que participou dessa necessidade que atravessou o campo intelectual de decifrar o enigma e a aparente contradição, esforçou-se por derubar essa «doença» que aceitava a «superioridade da cultura alemã». Com efeito, a Alemanha «idealista e sonhadora» não fizera mais do que «impregnar-se» da cultura latina, não era genuína, era uma *imitatio*¹⁰⁸⁶.

Mas nem todos partilhavam desta visão negativa a propósito da Alemanha. Alfredo Pimenta, germanófilo convicto, citava Nietzsche para afirmar que a civilização latina tinha como função a criação da beleza, era do domínio do espiritual; enquanto que na civilização germânica avultava a sua função «temporal, política e económica: obra de força»¹⁰⁸⁷. Os sectores neo-traditionalistas defendiam, por outro lado, que a civilização latina estava em decadência, enquanto a sua oponente germânica se encontrava numa fase de crescimento e afirmação. Adeptos das virtudes morais da guerra, todos asseveravam que as civilizações, na sua origem, apresentam um temperamento guerreiro, enquanto o pacifismo era apanágio do seu período de decadência¹⁰⁸⁸.

Tais afirmações significavam que além de conflito cultural, a guerra assumia igualmente uma dimensão moral. Muitos realistas, como Homem Cristo Filho, Caetano Beirão, João de Almeida e Alfredo Pimenta, faziam a apologia da conflagração enquanto instrumento de revigoração dos povos e das raças. João de Almeida afirmava a esse propósito: «Eu não odeio a guerra porque, em

¹⁰⁸⁵ Cf. Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, pp. 102-103.

¹⁰⁸⁶ Cf. *Ob. cit.*, pp. 42-43.

¹⁰⁸⁷ Cf. Alfredo Pimenta, *A Significação Filosófica da Guerra Europeia*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1915, p. 26.

¹⁰⁸⁸ *Ibidem*, pp. 26-30; Caetano Beirão, *ob. cit.*

momentos de crise e de abatimento, de degenerescência como a actual, quando conduzida com honra e dignidade pode ela ser a nossa salvação. Porque só na guerra se desenvolvem e fortificam as mais nobres virtudes do homem; e a guerra é a melhor escola de educação cívica de um povo¹⁰⁸⁹. Se Homem Cristo Filho admitia que a guerra significava a construção de um mundo novo e de um aperfeiçoamento da sociedade¹⁰⁹⁰, os germanófilos mais radicais, como Pimenta e Beirão, exaltavam o belicismo alemão em nome da sobrevivência nacional. Adeptos do darwinismo social e dos seus avatares, evocavam as «leis imutáveis» segundo as quais só a guerra faz grandes nações e que a «vida é a luta constante pela sobrevivência». Estas ideias, hauridas das concepções etnocêntricas, encontram-se plasmadas em escritos produzidos por militares alemães, como o oficial de cavalaria Friedrich von Bernhardi, que escreveu no seu livro *Germany and the Next War* (1912), que a guerra era uma «necessidade biológica» e que a Alemanha devia tomar a iniciativa das batalhas ou perderia a luta pelo Poder mundial. Bernhardi também evocava, num claro esforço de fundamentação teórica, a «lei natural em que se baseiam todas as leis da natureza», a «lei da luta pela sobrevivência»¹⁰⁹¹.

O pacifismo explicaria a «debilidade da França e da Inglaterra» e a afirmação da superioridade alemã¹⁰⁹². Alfredo Pimenta avocou igualmente princípios «científicos» pedidos a Gustave Le Bon para legitimar a «brutalidade» guerreira que lançava a França sobre um fogo mortal: «A guerra faz-se com brutalidade e aspereza». Quanto à sua legitimidade, invocava Maquiavel, afirmando categoricamente que «a força é a garantia do Direito» e uma «necessidade dos povos»¹⁰⁹³. A conflagração europeia constituía uma oportunidade para Portugal proceder à sua «revolução conservadora» e realizar a parte do seu sonho imperialista, pois o imperialismo mais não era do que a «luta pela sobrevivência»¹⁰⁹⁴. Como sintetizou João de Almeida, «vamos pois pela guerra, se a guerra é necessária e ela nos satisfaz ambições queridas e justas e nos conduz à vitória dos ideais da

¹⁰⁸⁹ João de Almeida, *Visão do Crente*, 2ª ed., 1937, Livraria Tavares Martins, Porto, 1937.

¹⁰⁹⁰ Cf. *ob. cit.*, 106-107.

¹⁰⁹¹ Citado por Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 30.

¹⁰⁹² Caetano, Beirão, *ob. cit.*, p. 62.

¹⁰⁹³ *Ob. cit.*, p. 16-20.

¹⁰⁹⁴ *Ob. cit.*, p. 52.

nossa Raça»¹⁰⁹⁵. De acordo com esta retórica, a «revolução conservadora» e o conseqüente ressurgimento da pátria reclamavam o imperialismo como ideologia de engrandecimento e demanda de unidade nacional.

2. Nação e Imperialismo

O imperialismo europeu não pode dissociar-se da construção moderna de nação e identidade nacional e das teorias rácicas que povoaram o universo cientista e naturalista no final do século XIX. A divisão da Europa em nações «viventes» e nações «moribundas»¹⁰⁹⁶ decorria da aplicação dos pressupostos do evolucionismo darwinista de que apenas as raças mais aptas estariam em condições de sobreviver¹⁰⁹⁷. Estas ideias penetraram fortemente no pensamento dos ideólogos do militarismo, como João de Almeida, que afirmava que «aqueles que crêem nessa utopia [pacifismo] desconhecem que o Imperialismo é a manifestação da vontade do mais forte [...] que a própria união dos Estados na defesa da justiça e do direito comum é apenas o modo de fazer triunfar essa vontade, é ignorar a guerra e a filosofia da guerra. A ambição de viver, como a da supremacia, importa a acção e o progresso. Não há progresso sem competência, como não há competência sem luta»¹⁰⁹⁸.

A expansão imperial correspondia assim a uma etapa para afirmação das nações «viventes» em direcção a mais um estágio superior de evolução civilizacional e de progresso. A tese parece significar que o determinismo rácico não podia dissociar-se da ideologia nacionalista, pois só na unidade nacional se podiam exprimir as bases do expansionismo imperial. Como construção realizada *à posteriori*, a nação resultou de um longo processo de formação identitária de-

¹⁰⁹⁵ João de Almeida, *ob. cit.*, p. XX.

¹⁰⁹⁶ Cf. Joaquim António Fernandes dos Santos, *Do Império da Raça à «Raça do Império» (Etnicidade e Colonialismo, 1870-1914)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Coimbra, Faculdade de Letras, 2002, p. XX.

¹⁰⁹⁷ Valentim Alexandre, «Nação e Império», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, [s/l], Círculo de Leitores, 1998, p. 133.

¹⁰⁹⁸ João de Almeida, *ob. cit.*, pp. 115-116.

envolvido ao longo do século XIX, período em que as elites políticas e culturais determinaram o património de cada nação e difundiram o seu culto¹⁰⁹⁹.

Em Portugal, coube a Teófilo Braga e Oliveira Martins procurarem uma fundamentação «supostamente científica» para a existência de Portugal e da sua missão histórica, construindo uma teoria geral da história que atribui um papel central ao «espírito» ou «génio» dos povos e das raças. Ambos aceitavam a superioridade hierárquica da raça branca, destinada a dominar o mundo e a reduzir as raças «inferiores» à subjugação ou ao extermínio¹¹⁰⁰.

Foi neste ambiente cultural e ideológico que se iniciou a campanha africana do moderno colonialismo português. Numa época em que as ameaças ao património colonial eram uma realidade decorrente da aplicação do espírito da Conferência de Berlim, as campanhas de ocupação africana constituíram uma escola de nacionalismo e imperialismo, levada a cabo pelos «heróis da ocupação»¹¹⁰¹.

A direita monárquica integrava muitos desses «heróis» das campanhas de ocupação de Angola e Moçambique, como foram Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e João de Almeida, que formavam o «partido africanista». Todos representavam uma forte corrente nacionalista e imperial ligada aos destinos africanos que se iria projectar ao longo dos anos para culminar no reconhecimento ideológico do Estado Novo¹¹⁰². A Grande Guerra reforçou o seu papel como ideólogos da ideia imperial e arautos do nacionalismo dentro das concepções ráticas tão em voga na época. A análise das suas ideias, ainda que sucinta, deve integrar-se no quadro da mesma «revolução conservadora» que atrás identificámos, e perspectiva alguns dos mitos coloniais que atravessaram o século XX português.

As suas narrativas reforçavam as teorias que representavam Portugal como um todo orgânico, de raiz étnica ou racial, portador de um espírito ou «génio específico proveniente do fundo dos tempos»¹¹⁰³. Todos acreditavam que Portugal tinha

¹⁰⁹⁹ Cf. Anne-marie Thiesse, *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, pp. 14-17.

¹¹⁰⁰ Valentim Alexandre, *ob. cit.*, pp. 133-134.

¹¹⁰¹ Cf. Luís Teixeira, *Heróis da Ocupação*, Lisboa, Editorial Ática, 1943, p. 41.

¹¹⁰² Sobre o seu papel na construção de alguns dos mitos coloniais, veja-se Miguel Dias Santos, «Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», in *Estudos do Século XX*, nº 3, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, pp. 83-112.

¹¹⁰³ Valentim Alexandre, *ob. cit.*, p. 133.

uma «vocalção» ou «génio colectivo» que correspondia afinal à missão história de colonizar¹¹⁰⁴. Numa época marcada pelas tensões nacionalistas, o expansionismo imperialista da raça lusitana expressava a identidade da nação, emprestava um sentido à existência colectiva: «Numa conferência feita no ano passado, na sede desta mesma Liga, eu tive ocasião de expor o que a tradição nos ensinou ser o objectivo da actividade nacional: a expansão de Portugal. Dela tem resultado a posse dum dos grandes impérios coloniais do mundo actual. Essa posse impõe-nos deveres de diversa ordem e importância, que nos cabe cumprir sob pena de a perdermos, e com ela a razão de ser da nossa existência como nação autónoma e livre. Quer isto dizer: dentro desses deveres está a Política marítima que ao decoro e brio nacional cumpre seguir»¹¹⁰⁵.

A história devia comprovar esta matriz identitária de um destino colectivo que se realizava na actividade expansionista, o que explica a profusão de textos de pendor historiográfico. João de Almeida e António Sardinha foram mais longe nessa elaboração mitográfica, ao identificar o povo da mítica Atlântida com os antepassados dos lusitanos¹¹⁰⁶. A teorização da ideia de «Nação», definindo a identidade nacional, implicava a elaboração de epopeias e expressões literárias e culturais tantas vezes forjadas em documentos apócrifos¹¹⁰⁷. Para além do passado, a língua e a etnia serviram de ferramentas teóricas aos nacionalismos do fim do século para a construção do estado-nação e para a formação de movimentos de autodeterminação¹¹⁰⁸.

Os teóricos do nacionalismo monárquico centraram o seu discurso nas teses ráticas para fundamentar a independência de Portugal, «reconstruir» o que fosse a «raça portuguesa» e «surprender-lhe a capacidade criadora»¹¹⁰⁹. No contexto

¹¹⁰⁴ Cf. Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, cit, pp. 102-103; João de Almeida, *ob cit.*, p. 116; Aires de Ornelas, *O Ultramar Portuguez. O que foi e o que é perante o conflito actual*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919, pp. 91-92.

¹¹⁰⁵ Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional, Conferência realizada na Sede da Liga Naval Portuguesa*, Lisboa, Liga Naval Portuguesa, 1910, p. 4.

¹¹⁰⁶ Cf. Miguel Dias Santos, «O Mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico», in *Estudos do Século XX*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008, pp. 273-287.

¹¹⁰⁷ Cf. Anne-Marie Thiesse, *ob. cit.*

¹¹⁰⁸ Eric Hobsbawm, *A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1870*, Lisboa, Terramar, 2.ª ed., 2004, pp. 97 e ss.

¹¹⁰⁹ António Sardinha, *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida Miranda Sousa, 1915, p. 59.

de critérios etno-culturais e linguísticos europeus, a tese de João de Almeida e António Sardinha não era minimamente extravagante, mas a sua cientificidade foi duramente causticada pela crítica do padre Amadeu Mariotte¹¹¹⁰.

O «herói dos Dembos» procurou demonstrar que a mítica Atlântida, que teria sucumbido a «profundas alterações geológicas», apresentava como vestígios «a Gronelândia, os Açores, a Madeira e as Canárias com as três grandes extensões de terra firme, as ilhas Britânicas, a Lusitânia e a Mauritània»¹¹¹¹. O rigor histórico e arqueológico destas teorias perdia-se na intencionalidade ideológica e subjetiva da empresa, empenhada na busca das virtudes ráticas ancestrais do povo português¹¹¹². Tratava-se, no fundo, de «escolher» um passado ou «precedente» que, mesmo quando falsificado, cumpria uma função simbólico – cultural e identitária que devia servir de farol às gerações futuras¹¹¹³.

João de Almeida encontrava vestígios da pureza dos «atlantes» na Lusitânia, para onde aqueles teriam emigrado, «nos platós e altos vales do Minho (Castro Labreiro, Gerez), Trás-os-Montes e na Beira», onde evitaram a «mestiçagem» e formaram uma raça pura, o «Homo Atlanticus»¹¹¹⁴. As invasões posteriores da península, por iberos e celtas, teriam dado origem às duas raças peninsulares, os lusitanos e os celtiberos, mas estes cruzamentos não produziram qualquer alteração «no fundo dessas raças primordiais». Estavam assim explicadas as diferenças étnicas entre os portugueses e os espanhóis, que no contexto da mestiçagem europeia significavam todavia a pureza das raças peninsulares¹¹¹⁵.

A tese de João de Almeida evolui na pré-história e na história medieval de Portugal, analisando em detalhe a chegada à Lusitânia dos vários povos, desde os fenícios, até aos «árabes», passando por gregos, romanos e «bárbaros do norte». Para o nosso estudo interessa saber que João de Almeida encontrou na origem atlântica dos lusitanos um temperamento expansionista que sobredeterminou a reconquista cristã e os próprios descobrimentos. O fim da reconquista cristã

¹¹¹⁰ Cf. Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República. Autópsia de um mito*, vol. 1, Lisboa, Inquérito, s/d [1964], pp. 65-91.

¹¹¹¹ João de Almeida, *Visão do Crente*, cit., pp. 11-14.

¹¹¹² Cf. João de Almeida, *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa*, Lisboa, Edição do Autor, 1949].

¹¹¹³ Cf. Miguel Dias Santos, art. cit., p. 283.

¹¹¹⁴ João de Almeida, *Visão do Crente*, cit., p. 16.

¹¹¹⁵ Os nacionalismos do fim do século XIX prezavam a pureza da raça, o que explicaria a efervescência anti-semita em algumas regiões da Europa.

marcava a emergência de uma verdadeira comunidade nacional, pois estava fixada a «unidade moral, de raça, língua, usos, costumes e aspirações»¹¹¹⁶.

As narrativas dos oficiais monárquicos valorizavam a Idade Média e a Renascença porque eram épocas em que Portugal se confirmava como nação imperial, dando continuidade às exigências expansionistas da raça. Aires de Ornelas defendia que a conquista do Algarve era a «primeira afirmação da força expansiva da Nação e também a primeira façanha da marinha nacional»¹¹¹⁷, enquanto João de Almeida vislumbrava nas conquistas de D. Sancho o modelo de colonização próprio da «raça» lusitana. Quanto aos descobrimentos, constituíam uma etapa na afirmação gloriosa da raça, «rompendo as estreitas fronteiras do mundo antigo»¹¹¹⁸, «ampliando o horizonte do mundo antigo»¹¹¹⁹ e assim estabelecendo os alicerces da civilização moderna. A ideia moderna de império, criação de heróis e estadistas lusitanos, constituía, para os teóricos do nacionalismo monárquico, o contributo português para o progresso geral da história e da civilização ocidental, «ampliando o horizonte do espírito humano»¹¹²⁰.

Havia nestas crenças uma concepção providencialista da história, uma ideia subjectiva acerca de um destino histórico sobredeterminado pelas qualidades inatas da «raça»¹¹²¹. Essa «fatalidade étnica», essa força misteriosa e colectiva, explicava a emergência de Portugal como nação imperial, correspondia ao «génio colectivo» ou a «uma ideia nacional sempre igual a si própria» que traçava a matriz identitária de Portugal¹¹²².

Este conjunto teórico não pode ser entendido fora dos nacionalismos forjados entre a crise de 1890 e a I Guerra Mundial. Foi já demonstrado como o imaginário colectivo respondeu a essa crise com a formulação de um novo pe-

¹¹¹⁶ Eric Hobsbawm, *ob. cit.*, pp. 65-78.

¹¹¹⁷ Aires de Ornelas, *O Ultramar Portuguez. O que foi e o que é perante o conflito actual*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919, pp. 9-10.

¹¹¹⁸ Paiva Couceiro, *ob. cit.*, p. 101.

¹¹¹⁹ Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 14.

¹¹²⁰ Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 20; João de Almeida, *ob. cit.*, pp. 85-86. Paiva Couceiro, *ob. cit.*, p. 115.

¹¹²¹ Cf. Miguel Dias Santos, *art. cit.*, pp. 90-91.

¹¹²² Cf. Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 8; Paiva Couceiro, *ob. cit.*, pp. 102-103.

ríodo imperial a desenvolver no continente africano¹¹²³. A construção da «Nação Imperial» ou do «Portugal Maior» atravessou as narrativas dos monárquicos africanistas entre o final do século XIX e o Estado Novo, mantendo uma coerência doutrinária que não deixaria de contribuir para os mitos da «herança sagrada», da «missão civilizadora» e da ilusão de grandeza que se veio a apoderar dos ideólogos do Estado Novo¹¹²⁴. Os «heróis africanistas», fundadores da «moderna escola colonial», perseguíam os caminhos trilhados pelos antigos colonizadores, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama ou Francisco de Almeida (João de Almeida descendia do 1.º vice-rei da Índia) fundando em África uma nova era expansionista¹¹²⁵.

A guerra constituía então uma oportunidade para recolocar Portugal em comunhão com o seu destino imperial, interrompido pelo liberalismo. A ideia de decadência, central na crítica antidemocrática, ressurgiu com as teorias de engrandecimento desenvolvidas pelos oficiais africanistas¹¹²⁶. Ao liberalismo monárquico e depois ao epílogo republicano atribuíam a responsabilidade pelo ambiente de decrepitude que inebriara o país através das «ideias alucinadoras bebidas da filosofia»¹¹²⁷. Ilustração e Revolução eram portanto responsáveis pela ruptura com as leis imutáveis da história, no fundo, com o génio colectivo que se revelou em toda a sua extensão na «missão civilizadora» de Portugal. A «tradição imperial» estiolava ante as arremetidas do individualismo, depreciava-se o interesse colectivo e a «consciência nacional» em face dos «políticos sem escrúpulos», das «quadrilhas democráticas» que condenavam a nação à decadência¹¹²⁸. Se o liberalismo e a democracia continham em si mesmos, como componentes ontológicos, os elementos constitutivos da ruína colectiva, a «tradição imperial», isto

¹¹²³ Cf. Alexandre, Valentim, *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 33.

¹¹²⁴ Cf. Miguel Dias Santos, *art. cit.*.

¹¹²⁵ Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional, Conferência realizada na Sede da Liga Naval Portuguesa*, Lisboa, Liga Naval Portuguesa, 1910.

¹¹²⁶ Cf. Miguel Dias Santos, *art. cit.*, pp. 92-93.

¹¹²⁷ Cf. Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit.*, p. 117.

¹¹²⁸ Cf. Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional, Conferência realizada na Sede da Liga Naval Portuguesa*, Lisboa, Liga Naval Portuguesa, 1910; João de Almeida, *ob. cit.*; Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit.*

é, a «verdade biológica» da nação portuguesa¹¹²⁹, haveria de alcandorar Portugal a uma nova «época de ouro». Esta concepção explica a importância dos mitos, como o mito da Atlântida, enquanto utopia regressiva que ambicionava «restaurar a consciência colectiva» através do regresso ao tempo primordial¹¹³⁰.

Compreende-se, no âmbito deste quadro teórico e interpretativo, a importância atribuída ao conflito europeu, visto como catástrofe regeneradora, devolvendo Portugal à sua vocação imperial, reatando a «tradição quebrada» pelo liberalismo individualista¹¹³¹. O belicismo dos monárquicos africanistas aspirava a animar a «nação» de um desígnio comum que rompesse com a anomia colectiva inaugurada com o liberalismo. Paiva Couceiro, citando o Renan da célebre conferência «O que é a nação?» (1882), afirmava que a existência dos povos dependia desse desígnio que consistia em «ter feito grandes coisas reunidas» e «estar no propósito, ainda, de fazer outras coisas semelhantes»¹¹³², domínio ôntico que Ornelas identificava também com a «expansão de Portugal»¹¹³³.

Havia uma visão trágica neste enunciado, pois os teóricos do «Portugal Maior» vislumbravam na recusa da política expansionista a morte da nacionalidade¹¹³⁴. Por isso, uma política imperialista efectiva não significava apenas o reatar dessa «fatalidade étnica» de colonizar, era todo um programa ideológico marcado pelo nacionalismo e pelos valores antimodernos: «Portugal tem também os seus objectivos a alcançar, os seus fins a atingir, tem também o seu *imperialismo*. [...] É indispensável libertar-se das peias avassaladoras dos espíritos e dos actos, das imposições deprimentes, e, primeiro que tudo, reatar a tradição quebrada pela acção nefasta e dissolvente das importações exóticas mal apropriadas e pior digeridas, como impróprio alimento do seu organismo. Integrar a nacionalidade nos moldes políticos e orgânicos talhados na rigidez e austeridade dos princípios e na pureza dos costumes e tradições da raça, inspirados nos grandes ideais de

¹¹²⁹ António Sardinha, *ob. cit.*, p. 120.

¹¹³⁰ Cf. Miguel Dias Santos, «O mito da Atlântida nas Leituras Historiográficas do Nacionalismo Monárquico», in *ob. cit.*, p. 281.

¹¹³¹ Cf. Henrique de Paiva Couceiro, *ob. cit.*, p. 115.

¹¹³² *Ibidem*, p. 102.

¹¹³³ Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 4. «Uma nação é um ser vivo, um organismo que se perpetua através do tempo e da história com tradições, isto é, com um passado que é seu e com um objectivo, uma razão de ser que é o seu futuro, a própria determinante da sua existência actual».

¹¹³⁴ Cf. Aires de Ornelas, *ob. cit.*, p. 4; João de Almeida, *ob. cit.*, p. 116.

nobreza e engrandecimento, dando largas às tendências e aspirações da nacionalidade, deve ser o início da obra que compete às gerações actuais»¹¹³⁵.

A problemática que então se arrastou para discussão prendia-se com a forma como devia ser conduzida a política imperialista de Portugal no contexto da guerra, atendendo à sua reduzida capacidade militar e à sua situação de periferia da Europa. Sabe-se que a vizinha Espanha aproveitava a sua condição de potência continental peninsular para negociar dividendos, que reforçavam, inclusive, o chamado «perigo espanhol» sobre Portugal. Com feito, Afonso XIII, empenhado em recuperar «una antigua grandeza», negociou a sua neutralidade com a Entente e com a Alemanha na esperança de conseguir alargar a sua zona de influência. Em 1914, enquanto conseguia da Alemanha a «oferta» de Gibraltar, Portugal e Tânger, o monarca solicitou à França «alguna satisfacción tangible»¹¹³⁶. Todas as potências acreditavam que o conflito mundial continha a chave política para o aumento ou a perda de influência territorial e geo-estratégica.

No caso de Portugal, a maioria dos políticos tinha consciência de que a prioridade estava em manter a integridade do seu património colonial, no quadro da aliança com a Inglaterra. Como podia então Portugal, um país pobre e periférico, desenvolver uma política efectivamente expansionista? Os monárquicos africanistas tinham consciência destas debilidades, por isso entendiam que uma política de engrandecimento só poderia ser desenvolvida em África, porque aí se afirmavam claramente os interesses coloniais do país¹¹³⁷. Importava não só proceder à defesa das colónias, face à ameaça alemã, mas igualmente intentar a expansão das fronteiras, recuperando territórios de que Portugal tivesse sido despojado.

Para além dos objectivos, a natureza dos conflitos coloniais aconselhava esta solução como a mais adequada ao exército português. O autor da *Visão do Crente* conhecia bem as limitações das forças militares, asseverando a sua falta de preparação para uma guerra moderna determinada pelos fracos recursos bélicos e financeiros. Mas tais limitações não significavam qualquer inferioridade militar. Acontecia que «a índole das tropas nacionais estaria mais em harmonia

¹¹³⁵ João de Almeida, *ob cit.*, pp. 116-117.

¹¹³⁶ Javier Tusell e Genoveva G. Queipo Llana, *Afonso XIII*, Madrid, Taurus, 2.^a ed, p. 287.

¹¹³⁷ Cf. «Portugal na Guerra», *O Dia*, 12-12-1917, p. 1.

com as campanhas coloniais», numa guerra que se revelava, afinal, «mais penosa» pelos rigores da natureza¹¹³⁸.

Ao orientar a sua política belicista para o continente africano, Portugal não se limitaria à defesa da sua soberania colonial. Os africanistas entreviam no conflito a possibilidade de engrandecimento de Portugal através de uma política inequivocamente expansionista. Mas em vez de uma expansão que resultasse de uma política de conquista, impossível para um país periférico e de fracos recursos como Portugal, pensava-se numa forte política diplomática que permitisse ao país estabelecer exigências nas conferências do pós-guerra, não esquecendo talvez que o destino colonial de muitas regiões do globo havia sido definido em conferências internacionais. Fora o caso mais recente da ocupação do norte de África, partilhado pela França, Espanha e Itália no âmbito da conferência de Algecira de 1906. Já em 1904, um tratado bilateral entre a Inglaterra e a França abria a esta última as portas de Marrocos, que manteve um conflito aberto com a Espanha pela posse do território até à década de vinte¹¹³⁹.

A posse de Marrocos voltou a ser uma prioridade e tornou-se o eixo da rivalidade entre as principais potências europeias, quando a Alemanha, em 1911, procurou alargar a sua influência à região, tentando estabelecer um porto em Agadir, na costa atlântica. A chegada de um barco alemão, em Agosto desse ano, obrigou os britânicos a ameaçar com a abertura de hostilidades se a Alemanha não retirasse. A pressão da Inglaterra e da França produziu os seus efeitos, mas aumentou o rancor e a hostilidade da Alemanha¹¹⁴⁰.

Marrocos ocupou um papel central no pensamento imperialista dos principais teóricos do nacionalismo integral. Ceuta dera início à actividade expansionista dos portugueses, tendo sido inclusive objecto de rememoração solene em 1915, e ressurgia na pena dos ideólogos imperialistas através de uma nova «visão» de engrandecimento. Tanto João de Almeida, então a residir em Marrocos, como Aires de Ornelas, viam no norte de África a zona de expansão «natural»

¹¹³⁸ Cf. *ob. cit.*, pp. 126-129.

¹¹³⁹ Cf. Témime, É., Broder, A., Chastagnaret, G., *Historia de la España contemporánea. Desde 1808 hasta nuestros días*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985, p. 178; [João de Almeida], *Marrocos Terra Irredenta de Portugal*, Memorial apresentado ao Governo Português por um grupo de nacionais residentes em Marrocos, 1917, pp. 27-33.

¹¹⁴⁰ Cf. Martin Gilbert, *ob. cit.*, pp. 32 e 37-38.

de Portugal. Ambos perspectivavam que esse domínio se confirmasse como a solução razoável para a questão marroquina, «à espera da qual ainda hoje se encontra a Europa»¹¹⁴¹. Mas João de Almeida, arvorando a sua tese étnica sobre a proximidade rática dos habitantes da península e do norte de África, defendia os direitos históricos de Portugal: «Se Marrocos não pode viver nem civilizar-se só por si, se a sua nacionalidade precisa de *protecção* de outras nações para a governarem e administrarem, entregue-se essa missão a quem mais direitos possuía, pela raça, pela semelhança do meio, pela prioridade de acção e mais competência tenha mostrado pelas obras passadas e garantias no futuro. Esse direito compete a Portugal»¹¹⁴².

Tal pretensão dirimia-se no âmbito dos interesses geo-estratégicos gizados em torno da soberania do Estreito de Gibraltar, considerando o autor que um acordo entre Espanha, Inglaterra e Portugal garantiria a «neutralidade do estreito». Para João de Almeida, o domínio de Marrocos e de Tânger, não só constituía um direito histórico, como era «para as duas nações peninsulares uma nova forma do imperialismo ibérico; é uma necessidade e um direito»¹¹⁴³.

Definida a zona como «protectorado», iniciar-se-ia o processo de colonização efectiva, segundo o modelo histórico e orgânico de nacionalização dos novos territórios: pela emigração de portugueses, que em dezenas de anos «seria mais do que suficiente para transformar os territórios da sua zona numa perfeita continuidade do Portugal europeu»¹¹⁴⁴.

A ocupação de Marrocos por Portugal inscrevia-se no quadro da tradicional aliança com a Inglaterra, que João de Almeida supunha a principal interessada no «engrandecimento de Portugal», reforçando por esta via a sua posição no Atlântico. Mas significa que o antigo governador de Huíla não admitia a intervenção no conflito armado, em nome da mesma aliança, com todos os «perigos e sacrifícios da guerra» sem que Portugal viesse a colher benefícios políticos, em termos de uma clara expansão territorial¹¹⁴⁵.

¹¹⁴¹ Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional. Conferência realizada na Sede da Liga Naval*, Lisboa, Liga Naval Portuguesa, 1910, p. 24.

¹¹⁴² *Ob. cit.*, pp. 98-99.

¹¹⁴³ *Ibidem*, p. 184.

¹¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 145.

¹¹⁴⁵ *Ibidem*.

Aires de Ornelas, chefe político do partido monárquico, postulava a participação portuguesa no conflito mundial sob a égide da aliança anglo-portuguesa. Ornelas entendia que a concepção imperialista do século XIX, associada ao desenvolvimento capitalista, implicava uma luta e uma concorrência por novos mercados e pela influência económica no mundo. Considerava que a nova roupagem imperialista, motivada por razões económicas e comerciais, não apontava para a conquista e ocupação de novos territórios, como pretendiam os seus correligionários João de Almeida e Paiva Couceiro, que viam no imperialismo colonial a política de construção de países idênticos à metrópole. Pelo contrário, o expansionismo moderno aspirava a anexar vastos territórios, com soberania decidida em Congressos, visando o seu desenvolvimento comercial e industrial. No plano político e ideológico, esta concepção, que Ornelas associava à política colonial da Inglaterra¹¹⁴⁶, vinculava a ideia da criação de novas sociedades unidas à «pátria-mãe» pelos mesmos interesses e pela solidariedade da raça: «Tal é a concepção da ideia imperialista ao findar o século XIX; dela se deduz todo o sistema colonial moderno: o aumento constante da força viva da mãe pátria, pela associação de sociedades novas, as colónias de antigas eras, ligadas pela troca de interesses, apertadas pelo laço misterioso, mas tão forte, da unidade da raça»¹¹⁴⁷.

A grande questão nacional era, pois, a de saber como podia Portugal adaptar-se a esta nova concepção imperial, considerando a sua situação periférica e o seu atraso industrial. Segundo Aires de Ornelas, o país teria de modificar o seu modelo tradicional de colonização ou seria incapaz de resistir à concorrência mundial¹¹⁴⁸. O seu apurado conhecimento de política e diplomacia internacionais impelia-o a defender o fortalecimento de Portugal tendo como base o reforço da velha aliança com a Inglaterra, com vista à manutenção do império colonial e à construção do «Atlântico em Lago anglo-latino». Consciente das debilidades materiais do país e da importância estratégica do Atlântico na rivalidade entre a Grã-Bretanha e a Alemanha¹¹⁴⁹, o chefe monárquico propugnou a «união das potências atlânticas» contra o expansionismo alemão. A Portugal, pelo seu domínio de pontos-chave no atlântico insular e na costa ocidental africana, ficava

¹¹⁴⁶ Cf. Heinz Gollwitzer, *ob. cit.*, p. 54.

¹¹⁴⁷ Aires de Ornelas, *ob. cit.*, pp. 91-92.

¹¹⁴⁸ *Ibidem.*

¹¹⁴⁹ Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 80.

reservado um papel nevrálgico na nova ordem geopolítica, que devia incluir o Brasil, nação ligada a Portugal pelos laços inexpugnáveis da raça¹¹⁵⁰. A consecução de tais objectivos justificava assim plenamente a entrada de Portugal na guerra, vista igualmente como única via de sobrevivência do país e da integridade do seu império colonial¹¹⁵¹.

A questão colonial ganhou maior amplitude nas vésperas da Guerra e prendia-se com o renovado interesse da Inglaterra e da Alemanha em dividir entre si as colónias portuguesas, tendo-se iniciado as negociações no princípio de 1912. Apesar de hoje sabermos que a Inglaterra não se empenhou verdadeiramente nesta partilha¹¹⁵², o problema colonial foi uma bandeira política que os monárquicos bramiram com mestria, no sentido de convencer a opinião pública da incapacidade política e administrativa da república¹¹⁵³. Exagerando muitas vezes o perigo, afirmavam convictamente que o fim do império colonial implicava o fim da independência de Portugal¹¹⁵⁴.

As apreciações negativas à política colonial da república vinham dos mais variados segmentos ideológicos da direita conservadora. Os antigos oficiais africanistas acusavam-na de ceder os interesses nacionais às conveniências e ao proveito das «quadrilhas republicanas e da demagogia»¹¹⁵⁵. No plano das realizações práticas, censuravam a política republicana de favorecer os apetites alemães em Angola e Moçambique, numa época em que ressurgira o acordo anglo-alemão de partilha do império colonial português, a troca do reconhecimento internacional do novo regime. Afirmava Paiva Couceiro: «Logo em 1911, por exemplo, a república, - a troca plausivelmente do seu reconhecimento pela Alemanha – abriu as portas à influência alemã na província de Moçambique, entregando a missionários alemães, patrocinados pelo governo imperial, a missão da Zambézia. Do lado de Angola, temos depois, em 1913, o decreto chamado

¹¹⁵⁰ Aires de Ornelas, *O Ultramar Português. O que foi e o que é perante o conflito actual*, cit., pp. 116-117; João de Almeida, *ob. cit.*, pp. 189-193.

¹¹⁵¹ *Ibidem*.

¹¹⁵² John Vicent-Smith, *ob. cit.*, pp. 66-69. À Inglaterra não interessava ceder colónias portuguesas à Alemanha. Por isso, apesar da assinatura de um acordo anglo-alemão, ninguém vislumbrava a possibilidade de se anular a aliança luso-inglesa e o tratado que previa que a Inglaterra estava obrigada a defender as colónias portuguesas de qualquer ameaça.

¹¹⁵³ Aires de Ornelas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, cit., pp. 56-57.

¹¹⁵⁴ *Diário da Manhã*, n.º 9, 05-06-1914, p. 1.

¹¹⁵⁵ João de Almeida, *ob. cit.*, p. 203-205.

de «Portas Abertas». Abrindo facilidades às manufacturas alemãs, com prejuízo reflexo da Indústria Portuguesa, aí se reconhece da nossa parte uma cedência, só explicável logicamente [...] pela falta de consciência portuguesa [...].¹¹⁵⁶

O consenso sobre o património colonial explica que a retórica monárquica explorasse em proveito próprio as ameaças a esse património. Por isso, a política da república, e em especial a lei de 17 de Novembro de 1913, era vista como uma das mais ruinosas medidas políticas de governação, para Portugal e para a indústria portuguesa¹¹⁵⁷. Aires de Ornelas via nesta política de concessões a confirmação do espírito antipatriótico dos republicanos, acentuando a contradição com o exacerbado fogo patriótico que tinham revelado em 1890¹¹⁵⁸.

Por outro lado, a existência de Portugal como nação imperial explica a importância das colónias no debate sobre a entrada do país no conflito. Aires de Ornelas, apesar de aliadófilo indiscutível, admitia a beligerância de Portugal para defesa do património colonial, mas essa beligerância devia concretizar-se em África e não no teatro europeu. A cooperação em África e na Europa, fornecendo à Inglaterra material de guerra, constituía o processo ideal de salvaguardar os «deveres da aliança» e sentar Portugal numa futura conferência de Paz¹¹⁵⁹. Para muitos monárquicos, como se verá, a neutralidade colaborante era a política que melhor servia os interesses coloniais de Portugal.

¹¹⁵⁶ Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição de Autor, 1917, pp. 217-218.

¹¹⁵⁷ Luís de Magalhães, «A Perda d'Angola», in *Diário da Manhã*, n.º 47, 18-07-1914, p. 1.

¹¹⁵⁸ Aires de Ornelas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa, Livraria Portugal Editora, 1914, pp. 56-58.

¹¹⁵⁹ Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1918, pp. 18-26.

CAPÍTULO III

OS MONÁRQUICOS CONTRA A GUERRA

1. A «Segunda Outubrada»

Na antecâmara da Guerra, a política externa de Portugal encontrava-se sobre-determinada pela possível ameaça ao seu património colonial e pelo «perigo espanhol», problemas que a retórica monárquica imputava ao regime republicano. O «perigo espanhol» teria atingido proporções alarmantes por força das péssimas relações entre Portugal e Espanha depois de instaurada a República. Para muitos, o «perigo espanhol» decorria das ambições expansionistas que alguns sectores próximos de Afonso XIII e de segmentos mais conservadores, como carlistas e católicos, exibiam em relação a Portugal.

Na vizinha Espanha, Portugal era tema de discussões em vários quadrantes político-ideológicos, que depois da instauração da república recuperaram a velha questão ibérica. Muitos comungavam da ideia de uma nacionalidade em decadência que justificava a intervenção das potências europeias por incapacidade política de sobreviver¹⁶⁰. No complexo jogo diplomático, Espanha procurava aproximar-se da França e da Inglaterra desde o início do século, a propósito do contencioso de Marrocos. Afonso XIII não desdenhava uma absorção

¹⁶⁰ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 116-117.

de Portugal e por várias vezes negociou essa possibilidade com a Alemanha¹¹⁶¹ e com a própria Inglaterra. Um *post-scriptum* de Churchill a um documento do almirantado, de 5 de Dezembro de 1912, que questionava a aliança anglo-portuguesa, admitia que a absorção de Portugal pela Espanha não colidia com os interesses da Grã-Bretanha¹¹⁶².

A existência de um verdadeiro «perigo espanhol», explorando as controversas relações entre as nações peninsulares, não encontrava consenso entre a grei monárquica. Para alguns, como Luís de Magalhães, o «perigo ibérico» era uma realidade «possível, mas não provável», e só existia por força da instauração da república em Portugal e da sua feição jacobina, que acusava de hostilizar a monarquia espanhola auxiliando o movimento republicano daquele país¹¹⁶³. Dentro desta lógica, esse perigo só seria esconjurado quando «desaparecer a república, nem antes nem depois. É um problema de regime»¹¹⁶⁴.

Já no decorrer da contenda mundial, muitos entreviam na proximidade da Espanha à Alemanha o perigo real de uma anexação, concretizando-se assim as ambições expansionistas de Afonso XIII e de alguns sectores militares¹¹⁶⁵. Os integralistas amplificaram o problema durante o governo de Pimenta de Castro, vislumbrando no putativo ataque da Espanha - que muitos realistas aceitavam piamente¹¹⁶⁶ - o resultado da instabilidade republicana. Na Liga Naval, um conjunto de conferências de cariz patriótico constituíram afinal um instrumento importante de doutrinação do nacionalismo integral¹¹⁶⁷.

O «perigo espanhol» e a «questão colonial», muito discutidos na opinião pública no início de 1914, condicionaram a política externa de Portugal. Mas a deflagração da guerra, na vigência do governo de Bernardino Machado, foi entendida como oportunidade para Portugal solucionar os seus problemas internacionais¹¹⁶⁸. Com efeito, pensavam os republicanos que a beligerância de Portugal, no campo

¹¹⁶¹ Javier Tusell y Genoveva G. Queipo de Llano, *ob. cit.*, p. 287.

¹¹⁶² Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, pp. 92-93.

¹¹⁶³ Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra, Coimbra*, França & Arménio, 1915, pp. 33-34.

¹¹⁶⁴ *Diário da manhã*, nº. 9, 05-06-1914.

¹¹⁶⁵ BNP, ELM, doc. n.º 10666, carta do 1.º conde de Tovar a Luís de Magalhães, de 30-01-1915.

¹¹⁶⁶ Cf. BNP, ELM, caixa 46, carta do conde de Mangualde ao general Pimenta de Castro.

¹¹⁶⁷ Cf. *A Questão Ibérica*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa, 1916.

¹¹⁶⁸ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, 60.

da sua velha aliada, esconjurava quaisquer ameaças vindas de Espanha e assegurava a soberania sobre os seus territórios coloniais numa futura conferência de Paz. Por outro lado, reforçava a soberania e independência de Portugal, e legitimava a nova ordem política no contexto diplomático internacional¹¹⁶⁹.

Em Portugal, a guerra despertou paixões e ódios, mobilizou a opinião pública e agravou as clivagens na sociedade portuguesa, aumentando as tensões e agravando a instabilidade endémica. O conflito armado foi aproveitado como instrumento político e ideológico, acabando por dividir a sociedade em intervencionistas e não intervencionistas, entre beligerantes e aqueles que alinhavam pela neutralidade.

O partido da guerra era liderado pelos democráticos. Afonso Costa e o sector militar do partido, constituído pelos «jovens turcos»¹¹⁷⁰, entreviam na beligerância a resolução definitiva da questão de regime, legitimando para sempre a república e o próprio Partido Democrático no Poder. Apesar de alguns historiadores recusarem a tese da legitimidade, com o argumento de que a república estava consolidada¹¹⁷¹, a verdade é que os seus dirigentes tinham consciência de que a guerra constituía uma oportunidade única para construir a unidade nacional em torno dos valores patrióticos e republicanos, até aqui inexistente, e edificar uma consciência política mais homogénea que atraísse o mundo rural e os católicos, afastando definitivamente o perigo monárquico¹¹⁷².

Os próprios monárquicos tiveram consciência desse perigo de consolidação e atracção sobre o mundo conservador. Mais tarde haveriam de explorar as fraquezas da propaganda e da mobilização. Se no plano ideológico viam na guerra o prenúncio de uma «revolução conservadora» e subsequente vitória da contra-revolução, no plano político vislumbravam a hipótese de derrubar definitivamente a república. A política de mobilização dos diferentes sectores da sociedade portuguesa foi já alvo da atenção da historiografia, tendo ficado claro que a imprensa monárquica, apesar da posição contrária de D. Manuel,

¹¹⁶⁹ Sobre as causas da entrada de Portugal na guerra, veja-se Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 210-211.

¹¹⁷⁰ Sobre o esforço de guerra deste grupo, leia-se Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*, Lisboa, Assembleia da República e D. Quixote, 2005.

¹¹⁷¹ Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 108.

¹¹⁷² Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, pp. 22-23.

combateu a política belicista do Partido Democrático¹¹⁷³. Mas aquilo que a imprensa monárquica não podia revelar eram os planos subversivos dos sectores radicais da monarquia, que juntavam à campanha de contra-mobilização uma estratégia de confronto armado. Os anos de 1914-1917 foram férteis em projectos contra-revolucionários e criaram condições para a disposição de uma teia conspirativa permanente. Com tais expedientes, fomentaram as maiores dificuldades ao Poder instituído, aproveitando o descontentamento do exército e incitando a população ao ódio contra a guerra, Afonso Costa e o Partido Democrático.

A organização contra-revolucionária não recuou depois do fracasso da «primeira outubroada», recuperando o fôlego no início de 1914. Nas cúpulas do movimento acreditava-se que o país era hostil à república e que esse sentimento favorecia a acção dos adversários do regime: «As tentativas contra-revolucionárias continuarão indefinidamente enquanto o estado de espírito do país for de inconformidade manifesta e clara com o regime, como é. Estamos em frente de um fenómeno natural de reacção que nem está na vontade de ninguém impedir que se dê»¹¹⁷⁴. Quanto aos planos de subversão, mantinha-se a fecundidade recente, que dependia apenas dos planos e sensibilidades dos seus mentores. Muitos continuavam a porfiar num movimento complexo, que repetia o modelo fracassado das incursões, combinando a acção de um «exército» exterior com a deflagração de movimentos internos. Outros queriam a acção rápida e cirúrgica de «meia dúzia de grupos» que em Lisboa provocassem um golpe contra os principais órgãos de poder político e militar¹¹⁷⁵. A existência de múltiplos planos contra-revolucionários não oferecia, porém, condições de vitória, como se verá ao longo dos próximos capítulos.

Esta predisposição combativa contrastava com a política de «apaziguamento» desenvolvida no início de 1914 pelo governo de Bernardino Machado. Até porque muitos monárquicos tinham conhecimento da proximidade de uma amnistia. Luís de Magalhães, por exemplo, estava convencido que o novo governo, que substituíra a administração de Afonso Costa, se encontrava pressionado para

¹¹⁷³ Cf. *Ibidem*, 37-64.

¹¹⁷⁴ ADG, Fundo do General João de Almeida, Carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 27-01-1914.

¹¹⁷⁵ *Ibidem*.

inaugurar «uma política de acalmação», conforme indicações do presidente da república, Manuel de Arriaga¹¹⁷⁶.

A pacificação da vida pública, que a carta-programa de Manuel de Arriaga apresentara aos partidos republicanos, implicava uma amnistia e a revisão da lei de separação. A amnistia configurava uma exigência que muitos políticos, como Bernardino Machado, António José de Almeida e Machado Santos¹¹⁷⁷, faziam publicamente, e parece que decorria de uma reclamação da Inglaterra e do Brasil¹¹⁷⁸. Recusada a hipótese de um governo extrapartidário, Arriaga convidou Bernardino Machado, regressado da embaixada no Brasil, para chefiar um governo de acalmação. Mal recebido pelos republicanos radicais, o gabinete pôs em prática uma política de «congraçamento» que tinha como objectivo «reconciliar a família portuguesa». Mas a atribuição de uma amnistia devia evitar a entrada em Portugal de «elementos que mais podiam ser causa de perturbação»¹¹⁷⁹. Apesar de atribuída a cerca de duas mil pessoas (1200 estavam presas)¹¹⁸⁰, a lei de 22 de Fevereiro deixava de fora onze «elementos de perturbação», com destaque para Paiva Couceiro, João de Azevedo Coutinho, João de Almeida, Jorge Camacho, Vítor Sepúlveda e o padre Domingos Pereira¹¹⁸¹.

A amnistia abriu as fronteiras a figuras proeminentes da emigração, como Luís de Magalhães, e concedeu a liberdade a centenas de prisioneiros políticos, que depressa se reiniciavam em acções de conspiração¹¹⁸². Se a intenção dos republicanos moderados era pacificar a sociedade portuguesa, tudo indicava que tinham aberto uma caixa de Pandora, pois os monárquicos não estavam na disposição de baixar as armas. Pelo contrário, aproveitaram a amnistia para se reorganizarem, pois contavam com o «relaxamento dos rigores e de perseguições os deverão cobrar ânimo - eles hão-de continuar a conspirar amparados na opi-

¹¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷⁷ João Chagas, *Diário I*, Lisboa, Edições Rolim, 1986, p. 35.

¹¹⁷⁸ ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 27-01-1914.

¹¹⁷⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 19-02-1914, p. 39.

¹¹⁸⁰ Rui Ramos, «A Segunda Fundação», in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 500.

¹¹⁸¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 19-02-1914, pp. 39-40.

¹¹⁸² Veja-se a carta do administrador de Viseu ao comissário da polícia da cidade, de 25 de Maio de 1914, in AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 6.

nião por uma imprensa monárquica que vai reaparecer, decerto, mais numerosa, e mais cúmplice nos seus ataques»¹¹⁸³.

No momento em que Lisboa aprovava a lei de amnistia, o Porto conspirava, redobrando os esforços para a aquisição de armamento¹¹⁸⁴. A realidade é que os realistas não viam a amnistia como um gesto magnânimo mas como uma «imposição externa da Inglaterra e do Brasil», concedida «de uma forma que não convida à gratidão»¹¹⁸⁵. O próprio D. Manuel, em carta dirigida a João de Azevedo Coutinho, seu lugar-tenente, reafirmou então publicamente as «suas pretensões ao trono», declarando clara e inequivocamente que «os seus esforços e a sua actividade, tenderão sempre para o restabelecimento da Monarquia em Portugal»¹¹⁸⁶.

Com a amnistia e o regresso de parte significativa da emigração, teve lugar a organização da Causa Monárquica e a difusão doutrinária através da imprensa, do livro e da conferência. Apesar de tudo, muitos não acreditavam que o regime autorizasse a oposição política no campo eleitoral. Os mais impetuosos pretendiam averiguar se podiam «ir às urnas», explanando a doutrina segundo a qual a «boa táctica» mandava «aproveitar as faltas ou os erros do adversário»¹¹⁸⁷. Paiva Couceiro, analisando as condições políticas dessa pugna eleitoral, defendia que a Causa devia preparar uma «organização local e central» para «dirigir os trabalhos» e fiscalizar os actos da república. Mas, desconfiado de tanta generosidade, considerava que o movimento devia estar «preparado para tudo, e estarmos com as predisposições tomadas para sair imediatamente para a rua com as armas na mão, à primeira tentativa de golpe que os nossos adversários venham a pronunciar contra as ditas eleições livres e contra o governo que no-las garanta»¹¹⁸⁸. Informações recolhidas pela secretaria de guerra confirmavam a existência de

¹¹⁸³ ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 27-01-1914.

¹¹⁸⁴ ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães para João de Almeida, 16-03-1914.

¹¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹¹⁸⁶ Carta de 26 de Fevereiro, publicada no *Diário da Manhã*, n.º 1, 27-05-1914, p. 1.

¹¹⁸⁷ BNP, ELM, doc. n.º 3609, carta do visconde do Banho a Luís de Magalhães, de 20-03-1914.

¹¹⁸⁸ BNP, ELM, doc. n.º 703, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 06-02-1914.

manobras subversivas nas proximidades da fronteira com Espanha e no interior do país¹¹⁸⁹.

Dotados de imprensa, os monárquicos procediam à sua campanha de doutrinação, insuflavam os ânimos de valores patrióticos¹¹⁹⁰ e cerziam injúrias e acusações em torno dos republicanos, autores «dessa política de desmiolados facciosos»¹¹⁹¹. Aires de Ornelas teorizou sobre a violência revolucionária e, evocando a sua «tendência destruidora», alertou para a «continuação do estado de guerra»: «a luta não cessou; os monárquicos não desarmaram; a nação não abdicou; o país não quer morrer!»¹¹⁹². Enquanto uns passavam atestados de óbito à república¹¹⁹³, outros identificavam as fraquezas do regime, orientando os fazedores de opinião para a retórica demolidora com que deviam fustigar as instituições e a vida política adversária¹¹⁹⁴.

Os políticos do regime sofreram então as investidas impiedosas de uma imprensa cada vez mais ousada e aguerrida. A crítica feroz à «falta de liberdades» e a alguns negócios cuja transparência fora questionada pela opinião pública crispou as relações entre Bernardino Machado e os realistas. Estes traçaram-lhe o perfil de falso bonacheirão, de lobo travestido em pele de cordeiro e dotado de «requintada hipocrisia», «ridículo» e «mentiroso»¹¹⁹⁵. O «tio ternuras», como era mimado pelos adversários, devolveu os doestos, apodando os monárquicos de «imbecis e cretinos» porque estes alardeavam a bondade de Afonso Costa quando comparado consigo¹¹⁹⁶. Como consequência da desbocada verrina, a imprensa monárquica passou a ser alvo da censura e da polícia, que durante meses apreendeu várias edições de diferentes periódicos, com destaque para o *Diário da Manhã*. O magistrado João Eloy, comissário da polícia, foi mais longe

¹¹⁸⁹ IAN/TT, DGAPC, maço 51, Informação de 18-03-1914; AHM, 1.ª divisão, 34.ª secção, caixa 6, pasta 16.

¹¹⁹⁰ *Papagaio Real*, n.º 1, 07-04-1914, p. 2.

¹¹⁹¹ José de Arruela, *A Monarchia e a República. O programma do «Diário da Manhã»*, Typographia Portugueza, 1914, p. 5

¹¹⁹² *Diário da Manhã*, n.º 3, 29-05-1914, p. 1.

¹¹⁹³ Cf. José de Arruela, *ob. cit.*, p. 10.

¹¹⁹⁴ ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Luís de Magalhães para João de Almeida, 16-03-1914. Segundo Luís de Magalhães, essa retórica devia centrar-se na questão colonial, no «perigo espanhol» e nos conflitos partidários internos da república.

¹¹⁹⁵ *Papagaio Real*, n.º 10, 09-06-1914, p. 2.

¹¹⁹⁶ *Ibidem*.

nas manobras de intimidação, avisando os seus directores de que «devia parar o abuso de insinuar directa ou indirectamente que a salvação do país depende do regresso à monarquia»¹¹⁹⁷.

O assunto concitou o interesse do parlamento, onde se clamava contra a ausência de liberdade de expressão. Bernardino Machado revelou então as ponderosas razões que levaram o governo a perseguir a imprensa, afirmando que a «república não tem que ser fiscalizada pelos monárquicos». O argumento balofo não tinha base de sustentação, pois o próprio Bernardino Machado haveria de reconhecer que o papel da oposição era fiscalizar o Poder, como também no passado tinham feito os «republicanos que fiscalizavam a monarquia». A verdade é que Bernardino, como muitos republicanos, recusava a existência de uma opinião pública realista, para além dos «parasitas» e «snobs», enquanto justificava, num assomo de confiança, que o objectivo principal da censura era combater a «linguagem» revolucionária dos adeptos da realeza e evitar as suas previsíveis «aventuras»¹¹⁹⁸.

A deflagração da guerra, em Agosto de 1914, agravou ainda mais as relações entre monárquicos e republicanos. Bernardino Machado convocou o Congresso para uma assembleia extraordinária, que teve lugar a 7 de Agosto, e reivindicou para o governo poderes excepcionais com vista a «garantir a ordem» e defender «os interesses nacionais». Reafirmou também a disposição de Portugal cumprir as suas obrigações políticas com a Inglaterra.

O Congresso aprovou o mandato pedido por Bernardino numa quase unanimidade, com Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho a reforçarem a importância da cooperação de Portugal com a sua velha aliada. Apenas Machado Santos questionou este reforço de poderes, sugerindo a necessidade de um governo nacional que congregasse todas as correntes políticas¹¹⁹⁹. Entretanto, davam-se no norte de Moçambique os primeiros incidentes militares com tropas alemãs. O governo ordenou então, a 18 de Agosto, a mobilização de duas forças expedicionárias para Angola e Moçambique. A primeira seria comandada por Alves Roçadas e a segunda por Massano de Amorim, totalizando cerca de 3000

¹¹⁹⁷ *O Dia*, n.º 714, 06-08-1914, p. 1.

¹¹⁹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 12-06-1914, pp. 19-20.

¹¹⁹⁹ *Ibidem*, sessão de 07-08-1914.

combatentes, entre cavalaria, infantaria e artilharia, que embarcaram a 11 de Setembro¹²⁰⁰.

No campo monárquico, D. Manuel escreveu uma carta a João de Azevedo Coutinho, datada de 15 de Agosto, que modificava radicalmente a sua política restauracionista. Colocando de parte a via armada, defendeu uma política de unidade, instou os seus partidários a servir «em Portugal para defender o nosso País» ou «combatendo nas fileiras dos aliados»¹²⁰¹. Ao conde de Sabugosa diria, na mesma data, que todos os monárquicos deviam oferecer os seus serviços ao governo de Portugal¹²⁰². A justificação para esta inversão política foi produzida numa outra missiva que dirigiu ao conde de Sabugosa, onde defendeu que Portugal deveria acompanhar a Inglaterra na guerra com base nas garantias que o rei Jorge V lhe dera pessoalmente, nomeadamente: que seria mantida a integridade de Portugal e do seu património colonial, incluindo a devolução do território conquistado pela Alemanha; a eliminação de qualquer ameaça vinda de Espanha e, finalmente, a promessa de que D. Manuel seria ouvido em futura Conferência de Paz¹²⁰³.

O antigo monarca mostrou que sabia efectivamente colocar os interesses do país acima das suas conveniências dinásticas. A sua retórica argumentativa, favorável à beligerância de Portugal, aproximava-o do Partido Democrático, provocando uma dilacerante angústia entre os seus apaniguados. Para além de importante acção diplomática junto das autoridades inglesas, D. Manuel animou uma actividade humanitária de grande relevo, edificando e custeando um hospital de convalescença para feridos de guerra¹²⁰⁴.

O campo monárquico reagiu com azedume às orientações patrióticas do seu chefe político. A historiografia tem centrado a sua explicação para esta rebelião no facto de vários segmentos monárquicos serem germanófilos, porque

¹²⁰⁰ O facto de Portugal ainda não estar em guerra explica o fraco contingente, que seria mais tarde reforçado. Cf. Marco Fortunato Arrifes, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004, pp. 113-114.

¹²⁰¹ *Cartas Políticas de Sua majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II*, coligidas por Alfredo Pimenta com um Prefácio de um «Monarchico», Lisboa, Portugália, 1922, pp. 23-24.

¹²⁰² *Ibidem*, p. 24-25.

¹²⁰³ Carta de D. Manuel para o Conde de Sabugosa, de 15-08-1914, citado por Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2006, pp. 159-160.

¹²⁰⁴ Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 339.

acreditavam que a vitória da Alemanha lhes traria a restauração do trono¹²⁰⁵. Sendo verdadeira na substância, esta explicação não é suficiente para compreender os acontecimentos de 1914. É que a emergência da guerra e as orientações ulteriores de D. Manuel coincidiram com projectos contra-revolucionários que se encontravam num estado de execução muito avançado. A sua nova política provocou os maiores embaraços à flamejante actividade conspiratória, que continuava a alimentar a esperança numa derradeira restauração do trono.

Os sectores mais buliçosos fervilhavam de actividade, de tal forma que existiam planos diferenciados de ataque à república. Havia o grupo de Paiva Couceiro e do padre Domingos, exilados em Espanha, que estava em ligação com Luís de Magalhães e os grupos internos. Paiva Couceiro descreveu a D. Manuel, em carta de 8 de Agosto, as suas relações com o movimento interno, afirmando que tinha pessoas idóneas dispostas a «assumir compromissos de acção»¹²⁰⁶. A propósito da acção dos grupos internos, diria também Luís de Magalhães: «Em Agosto, antes da partida da expedição para Angola, tive a máxima confiança no golpe que se projectava em determinado ponto porque toquei e palpei directamente os elementos de que para isso se dispunha - e esses elementos eram a todos os respeito excelentes e deviam ser decisivos»¹²⁰⁷. Este depoimento revela a extensão das movimentações militares e prova a vitalidade da contra-revolução.

Existia entre a grei realista um renovado sentimento de optimismo, estribado na crença generalizada de que os tempos eram favoráveis à sua causa. Julgavam também que a instituição militar revelava finalmente uma predisposição favorável a um movimento corporativo para derrubar o 5 de Outubro. Todas as manobras e congeminações architectadas a partir de 1914 tinham como fito o exército, e essa estratégia redobrou de intensidade e convicção com o conflito que lavrava no coração da Europa.

Os planos de restauração previam, por isso mesmo, sublevações militares em cidades estratégicas da província, que lhes permitissem subjugar os comandos militares de divisão, constituindo mero prelúdio para uma «sublevação geral». Luís de Magalhães reconhecia que qualquer iniciativa hostil era mais difícil de

¹²⁰⁵ Rocha Martins, *D. Manuel II - História do seu reinado e da Implantação da República*, Lisboa, Edição de Autor, 1931, p. 617.

¹²⁰⁶ Cf. Maria Cândida Proença, *ob. cit.*, p. 161.

¹²⁰⁷ BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 12-10-1914.

concretizar em Lisboa e Porto, devido à acção da polícia, da carbonária e dos grupos civis. E chamava a atenção para o perigo externo, caso o golpe redundasse numa guerra civil. Preocupava-o acima de tudo a política expansionista de Espanha, razão porque preconizava uma acção diplomática na Grã-Bretanha: «A Espanha nada faria em Portugal contra a vontade da Inglaterra». Dadas as dificuldades desta diligência diplomática, aconselhava a criação de uma missão realista que em Madrid fosse abatendo dificuldades e preparando as autoridades para a restauração do trono. Quanto às demais potências, não lhe parecia que, em conjuntura de guerra, pudessem desviar atenções e meios para a política doméstica de Portugal. Sobre a natureza da restauração, Luís de Magalhães defendia a simples reposição da monarquia de 1910, vista como «plataforma segura e sólida, que evitaria todas as incertezas, arbítrios e confusões dos períodos revolucionários»¹²⁰⁸.

Mas havia outro grupo de irrequietos e outro plano de restauração, que estava na dependência de João de Azevedo Coutinho. Igualmente complexo, pois visava a concatenação de ataques civis com manobras militares, incluindo o pronunciamento de regimentos provinciais, a existência deste projecto parece desmentir a ideia de que o lugar-tenente de D. Manuel se empenhou na política de unidade de Richmond¹²⁰⁹. Na verdade, João de Azevedo Coutinho presidia então a um comité que tinha sede em Espanha. As instruções que no início de Setembro de 1914 expediu para Portugal confirmam o seu estatuto de rebelde às orientações públicas de D. Manuel. Nessas instruções, João Coutinho interpretou e adulterou as declarações públicas do seu chefe político porque era a única forma de manter a fidelidade dos elementos subversivos. Justificou as declarações de Richmond, explicando que D. Manuel estava preso por um sentimento de lealdade à Inglaterra e porque julgara interpretar as convicções dos monárquicos no momento em que a pátria se sentia ameaçada por potências externas. Concluiu então João Coutinho: «Desde que deixou de existir a iminência do perigo, e há feitos trabalhos e combinações importantes que, por circunstâncias [D. Manuel] não conhecia em toda a sua extensão e valor, entende que se deve

¹²⁰⁸ BNP, ELM, documento intitulado «Projecto de Restauração», datado de 18-08-1914, caixa 43.

¹²⁰⁹ Segundo o seu biógrafo, António M. Martínó, João de Azevedo Coutinho ofereceu-se imediatamente para ser integrado nas forças combatentes. Cf. *João de Azevedo Coutinho. Marinheiro e soldado de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 181.

prosseguir, e que como Português e Rei, deve estar com o seu povo onde a honra e o dever o aconselhem»¹²¹⁰. O então lugar-tenente de D. Manuel terminou as suas instruções carregando a pena com um vibrante «Vamos para a frente o quanto antes!»¹²¹¹.

A carta representava naturalmente uma falsidade e uma farsa. Mas era uma farsa necessária aos esforços da contra-revolução que já haviam sofrido atrasos devidos às declarações intempestivas de Londres. Estaria João Coutinho a defender os interesses de D. Manuel, ameaçados pelos revolucionários que, chamando-o a Burgos, anunciavam escolher D. Miguel para rei¹²¹². A hipótese é aceitável, mas só a natureza impetuosa e irreflectida de João Coutinho explica a gravidade das suas acções, adulterando tão drasticamente a política e as intenções de D. Manuel.

A carta com as orientações de João Coutinho foi distribuída pelo comité interno, a 11 de Setembro, dando instruções e pedindo informações sobre o estado das manigâncias conspirativas¹²¹³. Falhadas as diligências de Verão, a contra-revolução empenhava-se agora numa nova conjura, preparando o golpe que haveria de rebentar em 20 de Outubro. Em Espanha, o padre Domingos, integrado no grupo de Paiva Couceiro, preparava um novo assalto a Chaves, praça onde esperavam finalmente um pronunciamento favorável às suas pretensões. O tráfico de armas continuava, através de acções concertadas de contrabando, o seu fluxo para Portugal, seguindo para as cidades de fronteira, que deviam revoltar-se no contexto de um movimento mais amplo¹²¹⁴.

A existência de um plano de revolta em fase adiantada de preparação colidia, pois, com as recentes instruções de D. Manuel. As suas declarações, tornadas públicas, retiravam legitimidade aos trabalhos da contra-revolução. A resposta dos monárquicos radicais passou, nesta fase, por ignorar simplesmente as ordens de Londres. D. Manuel, que entretanto descobrira os planos da conjura, escreveu

¹²¹⁰ BNP, ELM, doc. n.º 4661, carta de João de Azevedo Coutinho, de 02-09-1914.

¹²¹¹ *Ibidem*.

¹²¹² Cf. Rocha Martins, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, vol. 3, Lisboa, Organizações Crisalis, 1951, p. 221.

¹²¹³ BNP, ELM, doc. n.º 4661, carta do Comité Interno, de 11-09-1914.

¹²¹⁴ BNP, ELM, doc. n.º 8788, carta do Padre Domingos a Luís de Magalhães, de 22-09-1914.

a João Coutinho responsabilizando-o pelo «crime» e pelo «acto terrível de «indisciplina», intimando-a a deslocar-se à Grã-Bretanha, o que ele não fez¹²¹⁵.

A reprimenda não chegou a tempo de evitar a revolta. Os monárquicos não apreciavam e não compreendiam o alcance das intervenções de D. Manuel. Luís de Magalhães pertencia ao estrito clube de notáveis que tinha a consideração pessoal do antigo monarca e que por isso lhe podia falar com franqueza e alguma ousadia. Sem as adulações costumeiras, Luís de Magalhães expressou o descontentamento de muitos sectores da Causa, expondo-lhe que a revolta era um problema interno que não responsabilizava o pretendente ao trono.

Há na sua racionalidade interpretativa uma explicação para o dissídio irremediável entre D. Manuel e a Causa Monárquica e para a proliferação de movimentos e conjuras contra a república. Para Luís de Magalhães, como para muitos conservadores, a incompatibilidade que vislumbravam entre a sociedade portuguesa e o regime republicano impunha aos defensores da realeza um esforço moral e material para oferecer uma alternativa política ao país. Tal como em 1911-1912, pensavam que havia um sentimento global favorável às correntes conservadoras que lhes impunha o dever de intervir. Havia por isso, nas orientações de D. Manuel, uma incompatibilidade flagrante com a nação e uma antinomia estratégica com o seu partido: «É que a aspiração restauradora, meu Senhor, é uma aspiração nacional, uma necessidade nacional, um movimento insistente de opinião [...]. Recomendar aos monárquicos que se não movam a mesma coisa é que recomendar a um homem soterrado por um desmoronamento que não faça esforços para sair dentre os escombros que ameaçam matá-lo. [...] Isto é um estado de psicologia colectiva, creia-o El-Rei, que há-de ter as suas conseqüências fatais e superiores a toda vontade individual. Os chefes da conspiração passam, inutilizados ou desviados apenas pelos insucessos – e outros vêm tomar-lhes o lugar. E isto há-de ser assim, de tentativa em tentativa, sob o impulso íntimo d'uma sinceridade vital da sociedade portuguesa, até que um dia o sucesso chegue»¹²¹⁶.

¹²¹⁵ Cf. António M. Martinó, *ob. cit.*, 181. Rocha Martins justificou a recusa de viajar para Londres com as dificuldades das viagens naquela conjuntura. Cf. *ob. cit.*, p. 221.

¹²¹⁶ BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 12-10-1914.

A avultada correspondência trocada entre Luís de Magalhães e D. Manuel é importante para documentar este confronto de posições apaixonadas sobre a guerra. Se muitos, como os miguelistas e alguns neo-traditionalistas, expunham posições próximas da Alemanha, que lhe valeram os epítetos de germanófilos, a posição de Luís de Magalhães levanta outras questões e permite outras interpretações. Com efeito, aliadófilo indiscutível¹²¹⁷, espírito culto e arejado, o antigo ministro de João Franco era um dos mais proeminentes conselheiros de D. Manuel, que por ele nutria elevada consideração. A sua rebeldia é relevante porque prova que mesmo o sector conservador liberal, que então predominava na Causa Monárquica, não concordava com a política de unidade patriótica reivindicada pelo pretendente ao trono. E não concordava porque política e racionalmente não a compreendia. Luís de Magalhães fez chegar as suas dúvidas e cogitações a Richmond, questionando o antigo monarca sobre a origem dos perigos que este reclamava «para a integridade da Pátria». Habitado a reflectir sobre uma área da política que já tinha tutelado, desmontou todas as ameaças que supostamente chegavam de Espanha e da Alemanha, entendidas por muitos como ameaças naturais à independência e integridade territorial de Portugal. Numa das suas missivas, questionava: «Quem atenta contra a nossa integridade? Não o descortino, meu Senhor por mais que o procure. O perigo que V. M. denuncia parece-me extremamente vago, e, assim, não vejo fundamento para a atitude que V. M. recomenda aos seus partidários»¹²¹⁸.

A resposta de D. Manuel revelou que preocupações e dúvidas semelhantes lhe chegavam de diferentes destinos e latitudes. A Luís de Magalhães expôs finalmente que as ameaças chegavam, paradoxalmente, da Grã-Bretanha, remetendo mais explicações para uma carta, já referida, que endereçara ao conde de Sabugosa. E terminou a sua explicação deixando um aviso inflamado: «Tomem os monárquicos cuidado com o que fazem, porque se têm a Inglaterra contra si, nunca mais a monarquia será restaurada em Portugal!»¹²¹⁹.

Para os seus correligionários, porém, o «perigo inglês» era uma ameaça incompreensível. Luís de Magalhães voltou a dirigir-se a D. Manuel afirmando-lhe que

¹²¹⁷ Cf. *Ibidem*; Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Amado, 1915.

¹²¹⁸ BNP, ELM, doc. n.º 12055, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 04-09-1914.

¹²¹⁹ BNP, ELM, doc. n.º 9428, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 24-09-1914.

os monárquicos portugueses não compreendiam que o «perigo» viesse da velha aliada e que, a ser verdadeiro, seria uma ingerência inaceitável da Inglaterra nos destinos de Portugal, que transformava o país num «protectorado inglês»¹²²⁰.

No início de Outubro, e face a informações que davam como certa uma revolta no dia 15, o exilado de Richmond voltou a repudiar qualquer acção militar, declarando-a como um «acto de indisciplina e de violência»¹²²¹. Mas os seus avisos não demoveram os conjurados. A «segunda Outubrada» culminava mais de um ano de actividade conspiratória. Se, em 1913, a revolta se estribava na recusa do programa racionalista, igualitário e secularizador da «república dos sapateiros», isto é, de uma certa modernidade, em 1914 aproveitaria o crescente descontentamento com a eventual possibilidade de Portugal vir a envolver-se em campo de batalha no braseiro que dilacerava já a Europa.

No dia 10 de Outubro, a Inglaterra convidou formalmente Portugal a entrar na guerra em nome da velha aliança. O convite constituía o resultado das preteritas pressões francesas. Com efeito, a França, depois da batalha do Marne, em que repelira decididamente os alemães, carecia de artilharia para reequipar o seu exército. Joffre perguntou então a Portugal se poderia enviar para França peças de artilharia e respectivo pessoal. O convite, que teve o beneplácito do ministério da guerra inglês, não foi, porém, bem recebido em Portugal. O general Pereira de Eça, então ministro da guerra, não aceitava enviar a artilharia senão acompanhada de uma divisão do exército. E tanto Freire de Andrade como Teixeira Gomes insistiam que o apoio de Portugal devia ser solicitado formalmente pela Inglaterra, invocando a aliança entre os dois países. Na verdade, a diplomacia do regime, exceptuando aquela que foi gizada durante o governo de Pimenta de Castro, viria a caracterizar-se por um esforço intenso de empurrar Portugal para o teatro de guerra¹²²².

Depois da visita prévia realizada por uma legação militar a Londres e Paris, com vista a preparar o transporte do material de guerra solicitado, no dia 21 de Novembro foram embarcados 56 canhões de 75 mm¹²²³. Mas apesar da remessa, em Portugal era claro que os altos comandos não estavam preparados para

¹²²⁰ BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 12-10-1914.

¹²²¹ BNP, ELM, doc. n.º 9429, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 07-10-1914.

¹²²² Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, 93-100.

¹²²³ *Ibidem*, p. 100.

ir para o *front*. Havia uma consciência muito nítida de que o exército português não estava nem habilitado nem predisposto para um conflito de tamanha envergadura, com um exército «indisciplinado» e sem «organização militar»¹²²⁴. Esse facto pode explicar que a Inglaterra, apesar das necessidades óbvias de armamento, aconselhasse Portugal a concentrar o seu esforço bélico na defesa das fronteiras coloniais¹²²⁵. E que procurasse adiar a entrada do país no conflito europeu até 1916, convencida da sua incapacidade militar e da falta evidente de recursos. Nos meios monárquicos instalados em Londres fazia-se eco desta posição. Segundo o visconde de Asseca, «a Inglaterra não quer que Portugal entre pois as desvantagens que colhe de nós declararmos a guerra e ter que nos proteger e defender em toda a parte, não compensam as desvantagens [sic] de 20 ou 30 mil homens na linha de batalha. Além disso sabe também o estado de desmoralização em que tudo se acha lá»¹²²⁶.

Os dirigentes internos do movimento realista tinham consciência da animosidade que se instalara entre a oficialidade face à possibilidade de uma mobilização, convicção que parece concertar-se com a prevalência de um Estado-Maior dominado por oficiais «reaccionários». Essa animosidade estava entranhada no corpo de Estado Maior, chefiado em 1913 pelo general Martins de Carvalho, que tinha como vice-chefe o major Sinel de Cordes, oficial monárquico cujo nome figurava em documentos realistas comprometedores, e que será o grande obreiro das conspirações de 1925-26 contra a república¹²²⁷.

O mesmo estado de espírito de repulsa pela mobilização, num exército dirigido por oficiais passivos, marcados por rotinas e excessivamente preocupado

¹²²⁴ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 7080, carta de Alberto Castro de Meneses (Margaride) a Luís de Magalhães, de 15-10-1914. Veja-se, também, a propósito da organização, em Tancos, do CEP, Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in Isabel Pestana Marques, *Memórias do General 1915-1919*, Viseu, Fundação Maria Seixas, 2004, pp. XV-XXXIII. Visão diferente apresenta Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 155-205.

¹²²⁵ Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, 85-86. A 3 de Agosto, o governo inglês pediu a Teixeira Gomes que Portugal não declarasse beligerância nem neutralidade.

¹²²⁶ ADG, Fundo do general João de Almeida, carta do Visconde de Asseca para João de Almeida, de 21-11-1914.

¹²²⁷ Nem todos os oficiais identificados como «reaccionários» eram monárquicos. Bastava que não fossem exaltados republicanos para serem apodados pelos oficiais republicanos de «reaccionários», como acontecia desde 1910. Sobre o carácter «reaccionário» dos oficiais de Estado-Maior que em Portugal e depois no CEP dirigem o exército em conflito, veja-se Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 89-90.

com os seus interesses de caserna, pode encontrar-se num relato de Eurico Cameira, jovem oficial monárquico que participará na «outubrada» de 1914 e na revolução que derrubaria a «república velha», a 5 Dezembro de 1917. O seu relato é da maior importância porque nele se revelam os primeiros sintomas - o «medo de ir para a guerra» - e os primeiros gestos subversivos, vindos de sectores do exército tradicionalmente apáticos, com vista a derrubar o regime instalado a 5 de Outubro. E, finalmente, porque surge a primeira referência a um movimento «sem cor política». Mas sigamos de perto a descrição singular de Eurico Cameira: «Logo que a nossa participação na guerra se tornou pública e à maneira que vai sendo mais certa, nota-se que vão empalidecendo os rostos daqueles bravos oficiais que a mim e a outros como a mim nos chamavam malucos [...] e nos perseguiam sempre que podiam. O medo de ir para a guerra entre estas bravas gentes é terrível. Eu já sabia que isto tudo era lama, mas nunca supus que ela fosse tão pertinente [...] agora têm medo da guerra como na revolução tiveram medo de defender a M.[onarquia] e como depois foi por medo que não coadjuvaram os monárquicos, e que há tanta dificuldade em organizar qualquer coisa, isto com algumas excepções é claro. Eu vim aqui hoje porque me chamaram cá a ver se se conseguia aproveitar este medo sentido fazer movimento como protesto marcha sem cor política. Parece que entre expectativa a ter aí sério ou aqui à bofetão preferir este. É pouco honroso para tal gente isto; mas eles a tudo se submeterão contando que os deixem saborear o seu café todos os dias e não lhes dêem manadas. A barriga e o descanso, a isto tudo! Chega às vezes a gente a pensar se merece a pena o sacrifício por uma raça assim degenerada que parece perder todas as suas energias de outrora; isto é triste, mas os factos são factos»¹²²⁸. Esta animosidade de oficiais contra a participação de Portugal na guerra europeia seria do conhecimento das autoridades militares e políticas, como provam vários relatos de diferentes chefias militares¹²²⁹.

Para além das «comodidades», os oficiais do exército começavam então a hostilizar as diferentes campanhas de propaganda e mobilização, porque as entendiam como ingerências inaceitáveis dos políticos na esfera militar. Com

¹²²⁸ ADG, Fundo do general João de Almeida, carta de Eurico Cameira para João de Almeida, de 04-10-1914.

¹²²⁹ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 6, pasta 16, carta do comando militar da 3.^a divisão do exército (Porto), de 15-10-1914.

feito, não compreendendo que valores patrióticos existissem na argumentação republicana, muitos entreviam nessa mobilização uma estratégia política do governo republicano, e especialmente do Partido Democrático, que muitos oficiais desprezavam, de consolidação partidária.

O oficial de cavalaria Alberto Cardoso de Meneses (Margaride), monárquico confesso, expôs a Luís de Magalhães a desconfiança de parte da oficialidade que integrara a expedição moçambicana para com as autoridades republicanas. Para Margaride, em campanha era indispensável ter «confiança em quem nos manda principalmente nos governos que dirigem a nação». Ora essa «confiança» na república, efectivamente, não existia: «No meu esquadrão todos os oficiais são rapazes amigos e com o mesmo modo de pensar, e sentem-se igualmente caídos e desalentados pelo desconhecimento do fim para que vamos, do que se tem passado pela Europa, e principalmente do que se possa ter passado pelo nosso país. Habitados à mentira desta gente, não acreditamos no que dizem, conhecedores da linguagem brutal e tola orientação dos jornais Mundo, Século e outros, da pouca consideração e valor de ministérios e outras autoridades do regime, convencidos de que os republicanos não têm um partido de valor»¹²³⁰. Para este descontentamento teria contribuído o facto de o governo não ter explicado cabalmente os objectivos destas missões em território africano e ter colocado à sua disposição fracos recursos militares¹²³¹.

Os monárquicos saberiam explorar o súbito descontentamento revelado por muitos oficiais do exército. A sua imprensa começou então a dar destaque aos assuntos militares, discutindo doutrinas e concepções ou enaltecendo simplesmente o brio de alguns oficiais. Foi o caso de Adriano Madureira Beça, coronel do exército que participara em Lisboa no movimento de Outubro de 1913, e que conspirava desde a implantação da república¹²³².

No plano da propaganda interna, criticavam a indisciplina no exército e o desrespeito pelos oficiais da instituição militar. O caso que mais acendrou a opi-

¹²³⁰ BNP, ELM, doc. n.º 7080, carta de Alberto Castro de Meneses (Margaride) a Luís de Magalhães, de 15-10-1914.

¹²³¹ Cf. Marco Fortunato Arrifes, *ob. cit.*, pp. 113-114.

¹²³² Cf. *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 70, 15-08-1914, p. 1. Adriano Beça tinha sido deslocado para Bragança onde veio a envolver-se na tentativa revolucionária de 1914. Cf. BNP, ELM, doc. n.º 3821, carta de Adriano Madureira Beça a Luís de Magalhães, de 10-07-1916.

nião pública teve que ver com o general Jaime Leitão de Castro, preso às mãos de uma horda de radicais republicanos, supostamente por ordem do governador civil de Lisboa. O general terá sido agredido por um conhecido chefe revolucionário civil, João Borges, numa ourivesaria, por suspeita de envolvimento na «primeira outubroada»¹²³³. Em depoimento feito perante uma comissão do Senado, em 27 de Dezembro de 1913, Leitão de Castro declarou que foi «preso violentamente» e que não ofereceu resistência para evitar maior escândalo, depois de agarrado por três indivíduos em público. Mais tarde teria sido agredido por um grupo de indivíduos, quando era transportado para o governo civil. Afirmou ainda que fora abandonado numa sala do governado civil de Lisboa, «ensanguentado», onde aguardou durante duas horas antes de ser ouvido. Para o governador civil, Daniel Rodrigues, contudo, as agressões teriam sido «um episódio de rua» e não «vexame para a classe»¹²³⁴.

Para a imprensa monárquica, pelo contrário, a agressão a um general constituía mais um sintoma inabalável de uma sociedade enferma e desorganizada, fruto das políticas igualitárias de uma república «demagógica». A comparação com a Alemanha, onde oficiais agredidos teriam reagido recorrendo à força, revelava a superioridade de uma sociedade que salvaguardava as necessárias hierarquias sociais: «A consideração social de que goza um oficial alemão é superior à dispensada a outras classes importantes do império. O exército, segundo o conceito de Comert, é a parte mais elevada da pirâmide social»¹²³⁵. O general Jaime Leitão de Castro não deixará de ser conotado com actividades conspiratórias contra a república, como já estivera em 1913, apesar de ilibado em tribunal¹²³⁶.

Nas colunas do *Correio da Manhã*, órgão da Causa Monárquica, foi então introduzida uma rubrica dedicada a assuntos militares, que analisou à lupa a reforma militar republicana. De uma maneira geral, a doutrina monárquica repudiava a concepção miliciana do exército, assente na existência de um grande exército de reservistas, visto como uma «exército de decadência»¹²³⁷. Satúrio Pires,

¹²³³ Conta Rocha Martins que João Borges lhe confessara ter ficado surpreendido por o general se deixar prender por um civil, mas que não o agredira. Cf. Rocha Martins, *ob. cit.*, p. 198.

¹²³⁴ O depoimento vem transcrito no *Dia*, 15.º ano, n.º 617, 17-04-1914, p. 1.

¹²³⁵ *Correio da Manhã*, ano 1, n.º 9, 05-06-1914, p. 1.

¹²³⁶ Cf. Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 197-198.

¹²³⁷ Cf. Joaquim Leitão, *A Entrevista. Sem Santo nem Senha*, 04-03-1914, pp. 250 e 252.

antigo oficial do exército e cadete da Galiza, defendia um pequeno exército de profissionais, bem treinado e disciplinado, que constituísse um «bom instrumento de guerra», o chamado «exército permanente» ou «activo». Esse exército permanente, atendendo às dificuldades financeiras do país, seria um corpo de elite, mesmo que isso significasse contar apenas com uma divisão militar, que deveria permanecer nas fileiras pelos menos três anos, em vez dos três meses da estrutura existente. Haveria depois um exército de apoio, constituído por reservas e milícias regionais¹²³⁸.

No que diz respeito à Marinha, Aires de Ornelas tinha defendido, em 1910, uma reorganização da Armada no sentido de se constituir uma verdadeira «marinha de guerra». Ornelas considerava então que a defesa das fronteiras e do património colonial exigia a criação de uma marinha de guerra que pudesse garantir a soberania de Portugal num espaço geográfico tão vasto, dentro de uma concepção imperialista moderna¹²³⁹. A realidade da armada portuguesa estava longe de constituir uma marinha de guerra, que não chegaria a ser objecto de reformas. Dos cinco navios principais existentes em 1910, um perdera-se e três encalharam. Um relatório da armada inglesa, realizado em 1913, dava conta do receio dos marinheiros em embarcar, enquanto os oficiais temiam os marinheiros¹²⁴⁰.

Quanto ao chefe supremo, Satúrio Pires, que fora segundo comandante da guarda do Palácio das Necessidades, considerava que a «boa doutrina monárquica» indicava que «só o rei, na altíssima concepção alemã, do chefe de guerra» poderia assumir a função, salvaguardando o carácter nacional do exército¹²⁴¹. Estas e outras ideias casavam com a recusa de parte da oficialidade da aplicação da reforma militar de 1911, pois a sua concretização envolvia a substituição dos quadros permanentes por quadros de milicianos¹²⁴².

A súbita atenção que os diferentes órgãos e personalidades da oposição realista deram às questões militares foi tudo menos ingénua. Tratava-se no essencial

¹²³⁸ *Ibidem*, pp. 258-259.

¹²³⁹ Cf. Aires de Ornelas, *Política Marítima Nacional*, Conferência realizada na Sede da Liga Naval Portuguesa, Lisboa, Liga naval Portuguesa, 1910, pp. 56-57.

¹²⁴⁰ Cf. John Vincent-Smith, *ob. cit.*, p. 84.

¹²⁴¹ Cf. Joaquim Leitão, *ob. cit.*, p. 262.

¹²⁴² Cf. Aniceto Afonso, *ob. cit.*, p. 145.

de explorar a crescente animosidade de parte da oficialidade para com o regime, que agora se via agravada com o ensejo da beligerância. A sua imprensa explorou o assunto tanto quanto pôde, questionando a existência de um convite da Inglaterra para a colaboração de Portugal ao abrigo da aliança. Para os monárquicos, era evidente que não existira qualquer convite, explorando assim os perigos de uma intervenção: «Não havendo pedido nem sequer convite, não perigando a segurança da pátria e não o exigindo a opinião nacional, intervir porquê e para quê? A falta de ponderação e prudência que caracteriza a obra da república dentro de fronteiras, não deve consentir-se que passe para fora delas, servindo de guia a alguns milhares de portugueses para lugar em que o perigo é certo e a morte muito possível»¹²⁴³. A propaganda contra a guerra aumentava em vários quartéis, onde as autoridades militares alertavam para a existência de panfletos a increpar mais um «crime da república»¹²⁴⁴. Foi por esta altura que rebentou a «segunda Outubrada».

Mais uma vez, o plano de revolta era muito complexo, pois envolvia militares e civis numa teia de cumplicidades que abrangia a maior parte do território nacional. Fora elaborado por oficiais monárquicos no activo, como o coronel Alfredo José de Albuquerque e o major de engenharia António Rodrigues Nogueira, numa conjugação de esforços com grupos civis, liderados por José de Azevedo Castelo Branco e Moreira de Almeida¹²⁴⁵. Rodrigues Nogueira, oficial com larga carreira política durante a monarquia¹²⁴⁶, percorrera o país a organizar e instalar juntas revolucionárias, dividindo o país em províncias, municípios e grupos paroquiais que constituíam as células de base das operações¹²⁴⁷. Em Espanha contava-se com as já clássicas movimentações da emigração, comandadas por

¹²⁴³ *A Restauração* (Lamego), ano 1, n.º 25, 22-10-1914, p. 1.

¹²⁴⁴ Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, pp. 240-241.

¹²⁴⁵ Cf. Almeida (Lavradio), D. José Luís de [Coordenação], *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947, p. 244. Nuno Severiano Teixeira (*ob. cit.*, p. 241) refere que o movimento de 1914 teria o apoio de agentes alemães, mas as fontes que apontam tais ligações são vagas e não se referem a 1914.

¹²⁴⁶ Foi deputado em 1907, quando participou numa manifestação contra João Franco, assumindo-se como um adversário aguerrido da ditadura franquista. Viria a morrer em 1918, e a sua actividade política e militar seria relembrada pelos monárquicos na câmara dos deputados do congresso sidonista. Cf. Rocha Martins, *O Regicídio*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2007, p. 66; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 29-07-1918, pp. 3-5.

¹²⁴⁷ Cf. Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 222-223.

João de Azevedo Coutinho, Paiva Couceiro e o padre Domingos. Era uma máquina com uma engrenagem complexa e difícil de manobrar, facto que já Luís de Magalhães apontara numa carta a D. Manuel¹²⁴⁸.

O movimento acabou por deflagrar apenas em Mafra, onde um grupo de civis, liderado por Eduardo Alberto Pacheco Soares, atacou e ocupou a Escola de Tiro de Infantaria. Depois de se armar com 200 espingardas e 2800 munições do exército, o grupo passou a constituir um corpo de guerra, dirigido pelo tenente Henrique Constâncio e pelo sargento Conceição. Engrossado por militares que aderiram ao movimento, dirigiu-se a Torres Vedras, «dando vivas a D. Manuel e à monarquia». O confronto com tropas fiéis ao regime teve lugar em S. Pedro da Cadeira, perto de Torres Vedras, saindo derrotado o grupo monárquico e esconjurada a revolta¹²⁴⁹.

A rebelião tinha sido denunciada por um tenente que no derradeiro lance recuou. Aparentemente, o seu objectivo principal visava provocar um levantamento militar contra os supostos preparativos de uma divisão auxiliar a enviar brevemente para a frente europeia¹²⁵⁰. Tinha ramificações por todo o país, especialmente em Leiria, Castelo Branco, Porto, Portalegre, Viseu, Évora, Lisboa, Bragança, Vila Real e Braga¹²⁵¹. Em vários pontos do país foram cortadas as comunicações telegráficas e telefónicas, várias bombas deflagraram em pontes, linhas de caminho de ferro e postes eléctricos¹²⁵².

Apesar da agitação, facilmente sufocada pelas autoridades republicanas, o movimento falhou porque muitos dos oficiais envolvidos recuaram. Este comportamento era típico entre as altas patentes do exército. Conspiravam, comprometiam-se mas, receosos, aguardavam até ao último momento para ver o que acontecia. O general Fernando Tamagnini de Abreu abordou o problema, explicando que os oficiais do exército não tinham «firmeza de convicções» e por isso eram facilmente atraídos para «qualquer conspirata», bastava a promessa de uma «comissão cómoda e rendosa após a vitória»¹²⁵³. A mesma atitude explicava

¹²⁴⁸ BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 12-10-1914.

¹²⁴⁹ Cf. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 1; *A Restauração*, ano 1, n.º 26, 29-10-1914, p.1.

¹²⁵⁰ Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 241.

¹²⁵¹ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 56.

¹²⁵² Cf. *A Restauração*, ano 1, n.º 26, 29-10-1914, p.1.

¹²⁵³ Fernando Tamagnini, *ob. cit.*, pp. X-XI.

a falta de fé monárquica, agravada pela descrença e desconfiança com que no exército se olhava a Causa Monárquica, percebida «sem união, sem coragem, sem portugueses», e que impunha a recusa de «sacrifícios» inúteis¹²⁵⁴.

As consequências imediatas do movimento consistiram na prisão de centenas de monárquicos envolvidos em conspirações, muitos chegados a Portugal depois da amnistia¹²⁵⁵. Mais significativa seria mesmo a prisão de muitos oficiais realistas. Em Bragança foi preso o coronel Adriano Beça, acusado de tentar revoltar o regimento de infantaria 30. Em Amarante foram encarceradas duas personalidades que seriam centrais na conjuntura sidonista: o capitão Artur Silva Ramos, predominante na Junta Militar do Norte, e o tenente Eurico Cameira, «uma das figuras proeminentes do movimento», conspirador experimentado e um dos autores da estratégia de 29 Setembro de 1911¹²⁵⁶. Mas outros oficiais, que virão a destacar-se no período do sidonismo e da Monarquia do Norte, foram também detidos: capitães Piçarra, Alberto de Almeida Teixeira e Silveira Ramos e o conde de Mangualde; e os tenentes Pais do Amaral e Brito e Silva¹²⁵⁷.

O chefe do movimento, major Rodrigues Nogueira, desaparecido inicialmente, foi detido em Viana do Castelo e mais tarde expulso do país, por ordem do governo. Outras figuras proeminentes foram removidas para Madrid e Bordéus, entre civis, militares e clérigos, com destaque para conspiradores impenitentes como António Teles de Vasconcelos, José de Azevedo Castelo Branco, Júlio da Costa Pinto e Moreira de Almeida¹²⁵⁸. Uma vaga de destruição tomou de assalto e varreu as redacções dos jornais *O Dia*, *Jornal da Noite*, *Restauração* (Lisboa), *Nação*, *Talassa* e *Ridículos*¹²⁵⁹. João Chagas legitimava a onda de destruição louvando a acção dos arruaceiros, a clássica «multidão» ou «rua» de Lisboa, feita de

¹²⁵⁴ BNP, ELM, doc. n.º 7080, carta do major Alberto Castro de Meneses (Margaride) a Luís de Magalhães, de 15-10-1914.

¹²⁵⁵ Cf. IAN/TT, DGAPC, maço 56.

¹²⁵⁶ *Ibidem*. Esse plano detalhado existe no ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de Eurico Cameira a João de Almeida, de 23-04-1914.

¹²⁵⁷ Cf. *A Capital*, n.º 1539, 15-11-1914, p. 2.

¹²⁵⁸ Cf. IAN/TT, DGAPC, maço 56. Do grupo, apenas Moreira de Almeida não tinha tradição de agitador.

¹²⁵⁹ Sousa Costa, *Páginas de Sangue*, vol. 2 – Buiças, Costas & Cª., Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1939, pp. 201-202.

«cidadãos que, à falta de governos justiceiros, fazem justiça por suas mãos. São beneméritos»¹²⁶⁰.

Poder-se-á integrar a «segunda Outubrada» no primeiro conjunto de acções contra a beligerância de Portugal? Vimos já que quando a guerra irrompeu as manobras conspirativas tinham planos muito avançados. Mas o depoimento do tenente Eurico Cameira prova que os conspiradores procuraram aproveitar as possibilidades de mobilização para envolver a oficialidade. A análise produzida por um jornal monárquico da província parece confirmar que as causas da revolta se achavam na «impressão de desgosto com que foi recebida a notícia do envio das nossas tropas para o teatro da guerra»¹²⁶¹. O mesmo jornal referia mais tarde que a extensão do movimento, depois de presas cerca de «1500 pessoas», provava o «descontentamento» que alastrava entre as diferentes classes sociais, e em especial o exército¹²⁶². Mas a causa remota para tamanho descontentamento social era, inevitavelmente, «a incompatibilidade do povo português com o regime implantado em 5 de Outubro de 1910»¹²⁶³.

Nos antípodas, a opinião pública republicana reconhecía nos constantes fracassos dos movimentos adversários a ausência de «fé monárquica». Mayer Garção, na *Capital*, lembrava que depois do movimento abortado em Lisboa, em 1913, «nem já se conseguiu desencadear numa cidade qualquer tumulto». Para Mayer Garção, a república estava já consolidada, e «abrsa hoje, no seu fogo redentor, a alma de todo um povo». Ainda assim, reconhecia que a conspiração realista haveria de continuar a flagelar o país, «enquanto houver quem a pague, enquanto houver quem a acoite, e enquanto houver quem se alugue nas suas aliciações»¹²⁶⁴. Quanto aos objectivos da contra-revolução, os republicanos de-pressa compreenderam que a revolta estava na génese de um movimento contra a mobilização, procurando explorar os sentimentos do exército e do povo. Tais projectos filiavam-se numa campanha «de desânimo e de covardia» que se fazia em Portugal¹²⁶⁵.

¹²⁶⁰ *Diário I*, cit., p. 289.

¹²⁶¹ *A Restauração* (Lamego), ano 1, n.º 26, 29-10-1914, p. 1.

¹²⁶² *Idem*, ano 1, n.º 29, 19-11-1914, p. 1.

¹²⁶³ *Idem*, ano 1, n.º 26, 29-10-1914, p. 1.

¹²⁶⁴ «A Conspiração», in *A Capital*, n.º 1520, 25-10-1914, p. 1.

¹²⁶⁵ *A Capital*, n.º 1532, 06-11-1914, p. 1.

Como consequência por mais um desastre, os monárquicos davam legitimidade aos radicais republicanos contra os moderados, aqueles que fizeram aprovar a amnistia por acreditarem na pacificação da sociedade portuguesa¹²⁶⁶. Para os monárquicos, porém, a Grande Guerra reforçava a legitimidade da contra-revolução e transformava-se no eixo gravitacional de toda a estratégia e de todas as actividades conspiratórias. Nela residia a derradeira esperança numa restauração da realeza. E nem as orientações contrárias de D. Manuel tinham força para alterar o rumo dos acontecimentos. Bem pelo contrário.

2. Da «ditadura» Pimenta de Castro ao 14 de Maio

O conflito mundial continuou a dominar os debates políticos e ideológicos no final de 1914. Como se sabe, a constituição de 1911 previa que só o parlamento podia autorizar a beligerância de Portugal. Este foi convocado para uma reunião extraordinária, realizada no dia 23 de Novembro. Bernardino Machado, em nome do executivo, apresentou uma proposta de lei que autorizava o governo a «intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra»¹²⁶⁷. A proposta, depois de lido um documento que fazia referência a um convite explícito da Inglaterra, foi apoiada por unanimidade, incluindo Machado Santos, apesar de uma certa ambiguidade de António José de Almeida e Brito Camacho para quem, por certo, importava manter a situação estabelecida a 7 de Agosto¹²⁶⁸. Por proposta de Alexandre Braga, foi ainda aprovada uma moção de apoio ao exército pelo seu «heroísmo e alto sentimento patriótico».

Mas os acontecimentos futuros pressentiam outros sentimentos no exército. Em face das circunstâncias, o governo de Bernardino Machado demitiu-se, abrindo uma nova crise política. A recusa de Afonso Costa de liderar um governo de concentração obrigou Manuel de Arriaga a convidar várias personalidades para formar governo, como Machado Santos, Braancamp Freire e Magalhães Lima.

¹²⁶⁶ Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 243.

¹²⁶⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária de 23-11-1914, p. 3.

¹²⁶⁸ *Ibidem*; Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 244.

A denegação dos convidados teve como consequência um derradeiro apelo dirigido ao presidente da câmara dos deputados, Victor Hugo Azevedo Coutinho, que formou um novo executivo. Ganhava o partido da guerra, pois nele predominavam os democráticos.

Entretanto, em Angola, davam-se os primeiros incidentes com forças alemãs a atravessar a fronteira portuguesa em Naulila, a 19 de Outubro, que se seguiram de ataques a postos portugueses, entre os quais Cuangar (31 de Outubro), onde morreram 22 pessoas. Estas escaramuças terminariam com o combate de Naulila, a 18 de Dezembro, em que um destacamento de 580 homens foi derrotado e obrigado a retirar para Dongoena¹²⁶⁹. Como consequência, várias tribos do Sul de Angola acabaram por sublevar-se. Num país em tensão permanente, tais infortúnios acirraram ainda mais uma opinião pública convulsiva.

Quanto aos monárquicos, apesar da derrota de 20 de Outubro, ressurgiam num novo ímpeto contra-revolucionário. Em Londres, bem se esforçava D. Manuel para contrariar esta tendência. Para o vincar escreveu ao seu lugar-tenente, João de Azevedo Coutinho, para lhe conceder a demissão que este solicitara, por desobediência consciente em Outubro¹²⁷⁰. Mas os seus partidários continuavam a insistir na organização de conjuras e a urdir planos e maquinações, como João de Almeida, que instava o ex-monarca a realizar, em Londres, uma conferência de proeminências, que devia juntar João Azevedo Coutinho, Aires de Ornelas e Paiva Couceiro na composição de uma nova revolta¹²⁷¹. A repulsa de D. Manuel não podia ser mais categórica, ameaçando tornar público um manifesto se tal movimento se engendrasse. Na verdade, este preocupava-se com os estragos que cada nova conjura provocava na sua credibilidade. No íntimo da sua consciência, porém, não acreditava no sucesso da restauração, «pois não é de um dia para um outro que se reorganiza a monarquia e se torna são um corpo podre!»¹²⁷².

A complexidade da máquina conspirativa de 1913 e 1914 e a animosidade da caserna ao conflito bélico operaram uma mudança estratégica significativa. Os

¹²⁶⁹ Cf. Marco Fortunato Arrifes, *ob cit.*, pp. 302-303. Aqui perderam a vida três oficiais e 66 soldados.

¹²⁷⁰ IANT/TT, Arquivo Pessoal de Azevedo Coutinho, carta de D. Manuel para João de Azevedo Coutinho, de 23-12-1914.

¹²⁷¹ *Ibidem*.

¹²⁷² ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de D. Manuel a João de Almeida, com indicação de Natal de 1914.

principais estratégias entendiam que as operações de restauração deviam constituir uma responsabilidade do exército, instituição com legitimidade para intervir nos destinos da nação. Por outro lado, e esta será talvez uma novidade, essa missão devia ser confiada a um general, pois entendiam os teóricos desta solução que «a monarquia tem de ser restabelecida por um *pronunciamento*, à frente do qual se ponha um chefe prestigioso, em *serviço activo*»¹²⁷³. Para desempenhar tão patriótica tarefa, os monárquicos escolheram o general Jaime Leitão de Castro, oficial que nutria pouca simpatia pela república democrática, e a quem não poupavam rasgados elogios¹²⁷⁴. A escolha procurava por certo capitalizar o seu ódio aos republicanos, devido ao encarceramento e ao «vexame» que sofrera às mãos dos «carbonários».

Convém lembrar que, em 1914, muitos oficiais eram maltratados e vigiados por carbonários e republicanos civis, especialmente aqueles oficiais que não manifestavam um sentimento genuinamente republicano. A indisciplina nos quartéis chegara a tais extremos que, em 1915, alguns oficiais, durante os exercícios, andavam com as pistolas engatilhadas¹²⁷⁵. No documento endossado a Jaime Leitão de Castro, lembrava-se que «o exército tem sido uma das maiores vítimas da Demagogia que nos tiraniza»¹²⁷⁶. Como escreveu Douglas Wheeler, a politização do exército, nos anos de 1914-1915, se deixava a maioria dos oficiais embalados numa certa passividade e neutralidade para com a república, fazia emergir duas tendências minoritárias: uma tendência republicana radical, adjacente aos «jovens turcos» e ao *Partido Democrático*; e uma tendência conservadora, mais próxima dos monárquicos. Mas no início de 1915, a decisão do *Partido Democrático* de apoiar a mobilização do exército e a crescente interferência do poder civil nos assuntos militares fazia aumentar a animosidade dos sectores mais neutrais e passivos contra a república¹²⁷⁷.

Os monárquicos souberam explorar a propaganda guerrista dos republicanos. Para os autores do projecto de intervenção do exército, a participação de

¹²⁷³ BNP, ELM, caixa 43, documento destinado ao general Jaime Leitão de Castro. Sublinhado no original.

¹²⁷⁴ *Ibidem*.

¹²⁷⁵ Cf. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Lisboa, Publicações Europa América, 1978, pp. 130-131.

¹²⁷⁶ BNP, ELM, caixa 43, documento destinado ao general Jaime Leitão de Castro.

¹²⁷⁷ Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 133.

Portugal no conflito «não passa dum plano abjectamente maquiavélico, urdido pelo chefe do governo para enviar, como ele próprio disse, para o matadouro europeu, o exército, de que a República se arreceia, como a única força capaz de a derrubar»¹²⁷⁸. Os estrategas do monarquismo esforçaram-se para rentabilizar a hostilidade da instituição castrense à beligerância portuguesa. Para o efeito, propunham um pronunciamento militar em duas ou três divisões da província, onde contavam com a adesão da oficialidade, para depois vergar Lisboa e Porto, objectivo que deveria ser atingido «sem derramamento de sangue»¹²⁷⁹.

Desconhecem-se os resultados das manobras intentadas junto do general Jaime Leitão de Castro e de outras patentes. São, pelo contrário, conhecidas as diligências do general no sentido de combater a propaganda monárquica contra a guerra, que no final de 1914 chegava a alguns quartéis da 7.^a divisão militar, que comandava¹²⁸⁰. Mais tarde apoiou a ditadura de Pimenta de Castro, mas a sua indecisão, perante a revolução de 14 de Maio, revelou alguma inépcia para o comando de tropas¹²⁸¹. Apesar de tudo, é possível que o movimento das espadas, concebido para alijar o governo democrático do Poder, tenha constituído o resultado concertado das manobras desenvolvidas por oficiais retintamente monárquicos para derrubar o governo¹²⁸².

Para os sectores conservadores do exército, que incluíam muitos monárquicos e todos os oficiais que odiavam o *Partido Democrático*, a sua política beligerante obrigava a um plano de intervenção. Entretanto, o governo decidira reforçar o contingente angolano de Alves Roçadas, devido à ameaça alemã, enviando 2400 homens em Novembro e 4330 em Dezembro¹²⁸³. A sua diplomacia procurou convencer a Grã-Bretanha de que as ameaças alemãs eram o resultado da atitude pró-Inglaterra de Portugal e que tudo indicava ao país a intervenção no conflito em território europeu. A Grã-Bretanha, porém, não só não se deixou convencer,

¹²⁷⁸ BNP, ELM, caixa 43, documento destinado ao general Jaime Leitão de Castro.

¹²⁷⁹ *Ibidem*.

¹²⁸⁰ AHM, 1.^a divisão, 35.^a secção, caixa n.º 1262.

¹²⁸¹ Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *As Minbas memórias - na metrópole e nas colónias*, vol. 1, 1947, p. 420: «Voltando ao general Jaime de Castro, esse tinha no Entroncamento regimentos de infantaria, de cavalaria e artilharia, absolutamente fiéis. A sua excessiva prudência fez com que a revolução do 14 de Maio vencesse».

¹²⁸² Cf. *Ibidem*, p. 221. Veja-se, igualmente, Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, pp. 133-134.

¹²⁸³ Cf. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *ob. cit.*, p. 25.

como mostrava alguma irritação, pois estava convencida de que a Alemanha não desejava declarar guerra a Portugal¹²⁸⁴.

A decisão do parlamento criou a expectativa nos sectores radicais de uma participação militar iminente, por isso começaram a correr panfletos favoráveis à guerra e às posições dos aliados¹²⁸⁵. Do lado monárquico, pelo contrário, as forças políticas tendiam a dividir-se entre aliadófilos e germanófilos. Muitos, apesar de aliadófilos, não deixavam de revelar uma curiosa admiração pela Alemanha, como Aires de Ornelas¹²⁸⁶ e Luís de Magalhães, entre outros, entusiastas da «organização alemã» e do seu conservadorismo. Outros regozijavam com «a expiação dos crimes da jacobina França» e da «soberba Albion que no seu activo tem também a expiar muitos actos de crueldade, de injustiça, de rapina e de política interesseira e desleal»¹²⁸⁷.

A corrente contra a guerra parecia já ser dominante entre os arraiais da realza, por razões de estratégia política. Nos quartéis começaram a circular panfletos antiguerristas que tinham origem no campo monárquico, enviados a partir do exílio. De Paris chegaram diferentes panfletos que foram distribuídos em quartéis da 7.^a divisão, incluindo aos comandantes do regimento, ou colados em paredes, como aconteceu em Alcobaça¹²⁸⁸. A leitura desses e de outros documentos permite compreender como os monárquicos conheciam bem as movimentações diplomáticas¹²⁸⁹ e percebiam claramente os objectivos da política intervencionista dos republicanos, especialmente do *Partido Democrático*. E, por

¹²⁸⁴ Cf. Jonh Vicent-Smith, *ob. cit.*, p. 106-107. Veja-se BNP, ELM, carta do visconde de Asseca a Luís de Magalhães, de 04-01-1915.

¹²⁸⁵ Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 245. No total, teriam sido enviadas para África cerca de 34 600 combatentes das forças metropolitanas a juntar aos 19 500 das forças indígenas.

¹²⁸⁶ *Diário da Manhã*, n.º 16, 13-06-1914, p. 1. Ornelas refere-se ao imperador alemão como «o homem que mais admiro hoje no mundo como Chefe de Estado».

¹²⁸⁷ *Diário da Manhã*, n.º 56, 30-07-1914; *Restauração* (Lamego), n.º 31, 3-12-1914, p. 1.

¹²⁸⁸ AHM, 1.^a divisão, 35.^a secção, caixa n.º 1276. O comandante do regimento de infantaria n.º 7, de Leiria, recebeu esses panfletos num envelope que lhe fora expressamente dirigido.

¹²⁸⁹ D. Manuel, Luís Soveral, antigo ministro da monarquia em Londres, e outros monárquicos tinham acesso privilegiado ao rei Jorge V e a políticos influentes da Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria, França, Itália e Espanha.

outro lado, compreendiam as expectativas e os receios da opinião pública, que sabiam ser contra a guerra¹²⁹⁰.

A questão da aliança inglesa ocupava lugar central nesta literatura subversiva, pois a opinião pública só admitia a intervenção de Portugal desde que esta resultasse de um pedido expresso da Grã-Bretanha no quadro dessa coligação. A propaganda contrária intentou persuadir a opinião pública de que a aliança com a Inglaterra não impunha qualquer dever de intervenção no conflito, pois não existia «uma única cláusula nos tratados de aliança com a Grã-Bretanha, que, directa, ou indirectamente, nos obrigue a tal acto»¹²⁹¹. Por outro lado, aos monárquicos interessava explorar a contradição entre o discurso pró-aliança mais recente, em confronto com o ódio e a histeria antibritânica revelados por vários sectores republicanos no período do ultimato de 1890.

Foi já suficientemente demonstrado o esforço diplomático do regime para pressionar a Inglaterra a convidar formalmente Portugal a entrar na guerra, depois do primeiro convite realizado a 10 de Outubro¹²⁹². Os monárquicos a residir em Londres conheciam bem essas manobras diplomáticas e a resistência da Inglaterra¹²⁹³. A propaganda anti-republicana esforçou-se para sublinhar a subserviência de Portugal, colocado pelo oferecimento na categoria de simples «protectorado britânico»¹²⁹⁴.

O panfletarismo antiguerra alertava também para as crescentes dificuldades financeiras e para a inevitável ruína do país. Exibindo uma preferência germânica que decorria da inexistência de qualquer «pretexto plausível para combater a Alemanha», a retórica azul e branca explicava que as razões que empurravam Portugal para o conflito radicavam no desejo «que os carbonários têm de consolidar

¹²⁹⁰ Manuel Teixeira Gomes afirmara em 1914 que em Portugal «ninguém tem entusiasmo pela guerra», ideia corroborada por Brito Camacho na mesma altura. Cf. John Vincent-Smith, *ob cit.*, pp. 88-89.

¹²⁹¹ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1276, panfleto com o título «Vítimas da nefasta política Internacional republicana», de 25-11-1914.

¹²⁹² Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob cit.*, pp. 67-68.

¹²⁹³ Cf. ADG, Fundo do general João de Almeida, carta do Visconde de Asseca a João de Almeida, de 21-11-1914.

¹²⁹⁴ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1276, panfleto com o título «Vítimas da nefasta política Internacional republicana», de 25-11-1914; veja-se igualmente BNP, ELM, doc. n.º 12056, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de 12-10-1914.

a república»¹²⁹⁵. Este argumento central na historiografia que actualmente analisa as razões da participação de Portugal na guerra¹²⁹⁶, torna mais compreensível a recusa da política conciliadora de D. Manuel, mas a este assunto voltaremos em momento mais oportuno.

Outros panfletos, com a mesma origem, incitavam à violência geral contra o regime republicano. Tais incitamentos exploravam o sentimento de muitas famílias que viam os seus filhos enviados para o «matadouro», numa retórica que apelava às mulheres para salvar «da morte e da desonra vossos maridos e filhos e gritai comigo: Às Armas! Abaixo a maldita república, morte aos traidores!»¹²⁹⁷. O grito de revolta dirigido «ao povo e ao exército» procurava aproveitar o descontentamento que só então começava a emergir e assim potenciar a reacção contra os governantes da república. Pretendia-se com este expediente levar a opinião pública a acreditar que as motivações dos republicanos eram essencialmente partidárias e não visavam a defesa dos interesses nacionais. As mudanças políticas que entretanto se deram, com o governo de Pimenta de Castro, reflectem já este sentimento popular e castrense contra a guerra e contra o *Partido Democrático*.

Parece não persistirem dúvidas de que o movimento das Espadas teve a sua génese na reacção militar à política beligerante do governo de Vítor Hugo Azevedo Coutinho, conhecido jocosamente como os *miseráveis*. Não por acaso, esse movimento conservador coincidiu com a partida de uma força expedicionária para África¹²⁹⁸. E a própria política diplomática de Pimenta de Castro, defendendo a neutralidade de Portugal, parece confirmar tais asserções. Apesar de formalmente respeitar a aliança, Pimenta de Castro recusava a ingerência da Grã-Bretanha na política interna portuguesa, exibindo mesmo alguma simpatia pelo Kaiser e pelo povo alemão¹²⁹⁹. Conhecedora deste recuo táctico da política externa de Portugal, a Inglaterra apoiou a política pimentista de contenção¹³⁰⁰.

¹²⁹⁵ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1276, panfleto com o título «Vítimas da nefasta política Internacional republicana», de 25-11-1914. Tem a indicação: «lerá e faça circular».

¹²⁹⁶ Especialmente, Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*; Filipe Ribeiro de Meneses; *ob. cit.*.

¹²⁹⁷ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1276, panfletos com os títulos «Alerta Portugueses» e «Portugueses».

¹²⁹⁸ Cf. *Diário II*, Lisboa, Edições Rolim, p. 23.

¹²⁹⁹ Cf. Jonh Vincent-Smith, *ob. cit.*, p. 113. Leia-se também Joaquim Pimenta de Castro, Castro, Joaquim Pereira Pimenta de Castro, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, Weimar, Wagner G. Humbold, 1915.

¹³⁰⁰ *Ibidem*.

A chegada ao Poder do general Joaquim Pimenta de Castro, sob o signo da pacificação social, resultou da intervenção política de Manuel de Arriaga, que se queixava da excessiva interferência do *Partido Democrático* na sua acção política, numa conjuntura política que reputava de gravidade¹³⁰¹. O pretexto fora a reclamação de vários oficiais de Lisboa contra a transferência do major de infantaria Graveiro Lopes, comandante de infantaria 28, na Figueira da Foz, que se deslocaram a Belém para depositar as respectivas espadas nas mãos do chefe de Estado.

Douglas Wheeler caracterizou o movimento das espadas como um golpe de estado sem derramamento de sangue, com origem em segmentos ideológicos diferenciados e com objectivos dissemelhantes. Segundo este historiador, existia um movimento monárquico preparado em diferentes guarnições que planeava um pronunciamento militar e, eventualmente, a restauração da monarquia; um outro grupo de oficiais republicanos que protestava contra o baixo estatuto dos oficiais e o desprestígio crescente do exército; e, finalmente, um grupo de oficiais da guarnição de Lisboa e do regimento da Figueira da Foz, apoiado por Brito Camacho e Machado Santos, empenhado em fazer chegar os moderados ao Poder¹³⁰².

Gonçalo Pimenta de Castro, oficial monárquico, confirmou nas suas memórias que o movimento das espadas tinha ramificações em várias cidades, sendo ele o chefe do movimento em Leiria, e que visava «expulsar das cadeiras do governo um ministério democrático»¹³⁰³. Mas não faz qualquer referência à possibilidade de uma restauração monárquica, cuja causa parecia já não o seduzir grandemente. Muitos oficiais, apesar de monárquicos, não vislumbravam na realeza a solução para a crise nacional. Por isso, o movimento das espadas deve ser interpretado apenas como sinal do descontentamento dos oficiais mais conservadores, insensíveis à introdução dos valores democráticos no exército e ao espírito igualitário que supostamente estabelecia a matriz ideológica da república. A ideologia começava então a aproximar largos sectores do exército do campo conservador, protagonizado pelos monárquicos, católicos e alguns re-

¹³⁰¹ Sobre a posição do presidente, veja-se Manuel de Arriaga, *Na Primeira Presidência da República, Um rápido relatório*, Lisboa, Typographia A Editora, 1916.

¹³⁰² Cf. *ob. cit.*, pp. 133-134.

¹³⁰³ *Ob. cit.*, p. 221.

publicanos, em favor dos princípios da ordem e da autoridade contra a «rebelião das massas» e consequente subversão das hierarquias¹³⁰⁴.

Para os monárquicos, só a ideologia explicava o governo de Pimenta de Castro, sustentando que a intervenção do exército se fizera contra o regime de violência permanente instaurado pela «canalha republicana», e em defesa de uma sociedade católica e conservadora. «Enfim, respira-se», escrevia a imprensa tradicionalista¹³⁰⁵. O motejo da violência opressiva, dos «desvarios da rua», explicava e legitimava todas as tentativas restauracionistas desenhadas nos primeiros anos da república, única reacção possível contra o que eles chamavam de ausência de liberdades políticas e dos atropelos constantes à liberdade de expressão¹³⁰⁶.

A instauração de um governo militar, apesar da presença de alguns civis do partido de Brito Camacho, que apoiou inicialmente o movimento, concebido em nome da «ordem» e da «liberdade», provocou nos arraiais monárquicos um desenfreado optimismo quanto às possibilidades de restauração, pois interpretavam o movimento como «falência» do regime republicano¹³⁰⁷. Tal como em 1918, com Sidónio Pais, explicavam que uma ditadura militar, «expediente por sua natureza anormal e efémero», teria forçosamente que terminar com um regresso ao democratismo ou à restauração da monarquia¹³⁰⁸. Se a república significava a demagogia, a monarquia representava a ordem. O seu profético lema «Anarquia ou Monarquia» encheu páginas de retórica e de doutrinação, mobilizou toda a casta de políticos até aqui indiferentes, passivos e já sem fé no regresso do trono¹³⁰⁹.

Conscientes das mudanças tácticas que operavam no xadrez político, os políticos mais activos da monarquia formalizaram os primeiros contactos com Pimenta de Castro, que algumas fontes dão como sensibilizado para a realização de um plebiscito sobre o regime¹³¹⁰. Políticos experimentados, os realistas

¹³⁰⁴ Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *ob cit.*, pp. 423-424.

¹³⁰⁵ *Restauração* (Lamego), n.º 40, 04-02-1915, p. 1.

¹³⁰⁶ Cf. *O Nacional*, n.º 2, 02-03-1915.

¹³⁰⁷ Cf. *O Nacional*, n.º 6, 06-03-1915, p. 1.

¹³⁰⁸ *O Nacional*, n.º 6, 06-03-1915, p. 1].

¹³⁰⁹ Cf. Luís de Magalhães, «República Conservadora», in *A Ideia Nacional*, n.º 7, 07-04-1915, pp. 197-201; Um Operário, *Anarquia ou Monarquia*, Lisboa, 1923.

¹³¹⁰ BNP, ELM, doc. n.º 4318, carta de José Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 28-01-1915; entrevista de Luís de Magalhães à *Capital*, ano 5, n.º 1638, 26-02-1915, p. 1.

conheciam bem as vantagens de poder controlar a máquina do Estado, quando era certo que dificilmente os partidos republicanos apoiariam uma ditadura militar, mesmo a União Republicana, de Brito Camacho, como veio a suceder. Nos primeiros contactos com Pimenta de Castro, insistiram com o general para que entregasse o lugar de ministro do interior, os cargos de governadores civis e os comandos militares das divisões a personalidades monárquicas¹³¹¹. A reunião de José de Azevedo Castelo Branco com Pimenta de Castro, para lançar «os fundamentos da obra», teve lugar a 4 de Março, quando as nomeações de alguns governadores civis pareciam «sensivelmente favoráveis» aos interesses da oposição realista¹³¹². Castelo Branco, como muitos monárquicos, acreditava que os adeptos do trono representavam a «maioria do país» e nessa maioria se legitimavam as exigências que fizera ao chefe de governo, convencido de que as eleições seriam o passaporte para a restauração¹³¹³.

A conferência, porém, terá sido pouco animadora para as pretensões azuis e brancas. À indecisão de Pimenta de Castro, provavelmente tolhido pela intervenção legalista do ministro da justiça e reitor da Universidade de Coimbra, Guilherme Moreira, juntava-se uma estranha certeza quanto à importância do seu projecto eleitoral. Era uma ideia antiga que o velho general alimentava como «panaceia» para resolver «todos os males»¹³¹⁴.

Pimenta de Castro estava então firmemente convencido de que uma nova lei eleitoral, abrindo a disputa política a todos os sectores políticos, incluindo monárquicos e católicos, haveria de pacificar a república¹³¹⁵. O decreto de 24 de Fevereiro de 1915 revogou a lei de 11 de Janeiro, da autoria de Vítor Hugo Coutinho, e estabeleceu a data de 6 de Junho para as eleições. As principais alterações à lei anterior prendem-se com a definição de 22 círculos plurinominais

¹³¹¹ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4318, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 28-01-1915.

¹³¹² Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4319, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 04-02-1915.

¹³¹³ *O Nacional*, n.º 3, 03-03-1915, p. 1.

¹³¹⁴ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4314, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 05-02-1915.

¹³¹⁵ O seu projecto político é explicado em Joaquim Pereira Pimenta de Castro, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, Weimar, Wagner G. Humbold, 1915.

e a restituição do direito de voto aos oficiais e sargentos no activo¹³¹⁶. Compreensivelmente, a hipótese de plebiscito ao regime não constava da proposta eleitoral. Ao contrário do que a propaganda republicana fez circular, Pimenta de Castro não era «monárquico», apesar do seu nome aparecer em documentos conspiratórios anteriores a 1915, e de conviver intimamente com adversários do regime. O general era republicano mas, ao contrário de muitos oficiais com aquela patente, «era homem que pensava pela sua cabeça e tinha vontade própria»¹³¹⁷.

Inevitavelmente, a nova lei eleitoral desagradou ao campo monárquico. A base capacitária definida na lei, não alterando no essencial o pressuposto republicano do «saber ler e escrever», não agradava aos interesses monárquicos, que repudiavam como «vago» e pouco «expressivo» da capacidade política dos eleitores. Estes continuavam a defender a base económica e censitária do sistema eleitoral como a mais ajustada ao «interesse social»¹³¹⁸. Não entendiam que se negasse capacidade cívica a quem produzia e pagava impostos e se atribuísse essa capacidade ao «primeiro vadio que rabisque o seu nome em letras gordas»¹³¹⁹. Sem terem a certeza do apoio das classes trabalhadoras, que tinham como favoráveis ao trono, muitos monárquicos alardearam a abstenção eleitoral como o caminho mais seguro e inevitável, como veio aliás a suceder¹³²⁰.

A nova ordem política, pouco favorável ao republicanismo radical, provocou uma grave crise política. A tensão político-social e a conflitualidade aumentaram consideravelmente, como testemunhavam as parangonas da imprensa. Os democráticos declararam guerra ao novo Poder, indo ao ponto de instigar a «rua à violência». O Congresso deveria abrir as portas no dia 4 de Março mas a recusa de Pimenta de Castro em permitir o acesso dos deputados ao palácio de S. Bento adensou a crise. Uma minoria de deputados reuniu em Santo Antão do Tojal (Loures), no antigo Palácio da Mitra, onde Afonso Costa, em vibrante discurso,

¹³¹⁶ Cf. Pedro Tavares de Almeida (Organização e introdução), *Legislação Eleitoral Portuguesa 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 649-652. O decreto ditatorial estribava-se na lei de 8 de Agosto de 1914, que conferia ao governo poderes excepcionais.

¹³¹⁷ Cf. Machado Santos, *A Ordem Publica e o 14 de Maio*, Lisboa, Papelaria e Tipografia Liberty, 1916, p. 19.

¹³¹⁸ Entrevista de Luís de Magalhães à *Capital*, ano 5, n.º 1638, 26-02-1915, p. 1.

¹³¹⁹ *Ibidem*.

¹³²⁰ *Ibidem*. Veja-se, igualmente, AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 2.

apresentou uma moção que proclamava inconstitucionais, e por isso «fora da lei», todos os actos do presidente da república e do governo de Pimenta de Castro¹³²¹. Os democráticos decidiram então derrubar o governo, promovendo uma greve geral do funcionalismo público que paralisasse a administração¹³²².

Aos poucos, Pimenta de Castro perdeu o apoio dos moderados ligados a Brito Camacho, e estava prestes a aborrecer os grémios de António José de Almeida e de Machado Santos. Mais tarde, o chefe evolucionista haveria de admitir que Pimenta de Castro fizera demasiadas «concessões» ao «chamado espírito conservador»¹³²³.

Restavam os monárquicos, a quem Pimenta de Castro solicitou auxílio para as eleições e que votaram uma moção de apoio a uma maioria de governo¹³²⁴. A substituição de administradores, governadores civis e autoridades policiais e militares colocara personalidades adversas à república em lugares importantes do Estado. O adensamento da crise, com a fuga dos partidos republicanos moderados, aumentava as esperanças numa restauração.

A organização política dos monárquicos foi por isso uma preocupação do seu núcleo mais activo, que incluía Luís de Magalhães, José de Azevedo Castelo Branco, visconde do Banho, Moreira de Almeida, António Cabral, conde de Bertandos e tantos outros. Em pouco tempo, Luís de Magalhães contactou os antigos caciques da monarquia, ministros, governadores civis, deputados, administradores de concelho e presidentes de câmara, preparando a velha máquina política da monarquia, e todos «afirmaram que, *mesmo com esta lei eleitoral*, a vitória dos monárquicos na urna era certa, certíssima, sem programa eleitoral, se a ela resolverem ir. E todos se mostraram não apenas *dispostos* a ir à batalha eleitoral, mas entusiasmados com essa ideia»¹³²⁵.

¹³²¹ Cf. David Ferreira, *História Política da Primeira República Portuguesa*, vol. 1 (1910-1915) II Parte, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 51-53.

¹³²² Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 137.

¹³²³ Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 133.

¹³²⁴ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4321, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 13-04-1915.

¹³²⁵ BNP, ELM, doc. n.º 1249, carta de Luís de Magalhães ao conde de Sabugosa, de 20-03-1915. Vejam-se igualmente as cartas de António Cândido Nogueira, antigo governador civil de Viana do Castelo durante o primeiro governo de João Franco, e António Barbosa de Mendonça, documentos n.ºs 8008 e 7343.

Persistia, todavia, um entrave formal à organização política e eleitoral da oposição monárquica: a ausência de um directório político que coordenasse os trabalhos e edificasse as estruturas necessárias. O núcleo mais buliçoso dirigiu-se a D. Manuel e aos seus conselheiros mais próximos, expondo o estado de espírito das bases da Causa Monárquica e exigindo daquele a nomeação de um directório político. Agastados com o seu longo silêncio, atiravam-lhe com a «desatenção», a «hesitação» e o «desinteresse» com que atendia aos negócios urgentes e penderes da Causa¹³²⁶.

D. Manuel olhava com optimismo o governo de Pimenta de Castro mas pedia alguma contenção¹³²⁷. Londres negava o «desinteresse» e a «hesitação», existia apenas o estado de «natural ponderação com que El-Rei resolve os casos que lhe são urgentes»¹³²⁸. Mas a resposta não convencia. Para alguns políticos mais experientes, como Luís de Magalhães, a hesitação dos monárquicos poderia favorecer o aparecimento de uma república conservadora em torno de Pimenta de Castro¹³²⁹. Esta possibilidade talvez não soasse mal ao general e ao seu ministro da justiça, Guilherme Moreira, que era apontado na época como o «novo apóstolo duma república conservadora»¹³³⁰. O governo nomeara mesmo uma comissão eleitoral e ordenara aos governadores civis, através de uma «circular confidencial», o «emprego de meios para assegurar o triunfo da lista governamental»¹³³¹.

O projecto não agradara certamente à grei monárquica, convencida de que uma república conservadora podia efectivamente «roubar-lhes adeptos e força»¹³³². A solução conservadora não passaria de algumas reflexões avulsas, mas a sua formulação viria a fazer-se nas conjunturas mais conturbadas do regime, surgindo com maior acuidade no decorrer das duas ditaduras. A retórica monárquica tratou sempre o projecto com desprezo que mal mascarava, afinal, o receio de

¹³²⁶ *Ibidem*.

¹³²⁷ Cf. Carta de D. Manuel ao marquês do Lavradio, de 16-02-1915, in D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, p. 249.

¹³²⁸ BNP, ELM, doc. n.º 1250, carta do conde de Sabugosa a Luís de Magalhães, de 24-03-1915.

¹³²⁹ BNP, ELM, doc. n.º 1251, carta de Luís de Magalhães ao conde de Sabugosa, de 31-03-1915.

¹³³⁰ *O Nacional*, 18-04-1915, p. 1.

¹³³¹ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4321, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 13-04-1915.

¹³³² António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932, p. 241.

consolidação definitiva do regime. Na imprensa, como na literatura, sustentavam que em Portugal a república só poderia ser «demagógica», entendendo a demagogia como «degenerescência viciosa da democracia»¹³³³. A república conservadora era, em Portugal, um «impossível metafísico»¹³³⁴.

Entretanto chegavam notícias de Londres. O conde de Sabugosa explicava que o caso era complexo e que D. Manuel precisava de reflectir profundamente sobre as propostas feitas por Luís de Magalhães e pelo conde de Bertandos para a constituição de uma comissão política. O próprio D. Manuel, recalcitrante a todas as diligências autónomas da sua grei, dirigiu-se a João de Azevedo Coutinho reiterando que a matéria a tratar constituía «um assunto muito grave e complexo, e que carece de madura reflexão». Insistia com os seus correligionários para que apoiassem inequivocamente Pimenta de Castro contra a ameaça democrática, e recomendava aos oficiais que aceitassem a amnistia e a reintegração no exército. Quanto à acção política, resumiu a sua política a uma fórmula lapidar: «Antes de tudo está a nossa Pátria»¹³³⁵. Tudo indicava que o pretendente ao trono não estava interessado em movimentos que revestissem o carácter de uma mudança de regime. Richmond esteve sempre em conflito com os seus partidários mais aguerridos. Mais tarde, e já depois da inauguração de vários centros monárquicos, voltaria a recusar qualquer pressão, acusando mesmo os meios realistas de viverem num meio de «intriga». Em Lisboa, só Aníbal Soares, director do jornal *O Nacional*, estava autorizado a falar em nome do chefe político¹³³⁶.

Apesar das recomendações de Londres no sentido da contenção política, os monárquicos, eufóricos, começaram a apregoar a restauração próxima da monarquia. A sua imprensa aparecia mais atrabiliária do que nunca, denunciando a

¹³³³ Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, cit., p. 48. O autor definiu assim a demagogia: «É o arbítrio violento duma baixa e ignara oligarquia plebeia, guiada por energúmenos e aventureiros sinistros, que, por um permanente regime revolucionário, põe e dispõe dos governos e da sua política, dobrando-os aos seus caprichos desorientados, tornando a lei letra morta, suprimindo, de facto, todas as garantias, calcando todos os direitos, coagindo a justiça, violando todas as liberdades, contendo impunemente toda a casta de atentados pessoais, e impondo, enfim, brutalmente, o seu despotismo atrabiliário e fanático com as armas sangrentas do terror».

¹³³⁴ Luís de Magalhães, «República Conservadora», in *A Ideia Nacional*, n.º 7, 07-04-1915, pp. 197-201.

¹³³⁵ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, Caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 23-03-1915.

¹³³⁶ ADG, Fundo do General João de Almeida, carta de D. Manuel a João de Almeida, datada de Abril de 1915.

«falência da república»¹³³⁷, os crimes da «carbonária»¹³³⁸ e fulminando os principais vultos republicanos, que atacou em linguagem desbragada e verrinosa¹³³⁹. Desse optimismo exacerbado resultou a célebre polémica sobre o rei a colocar no trono: a *Nação* afirmava que o rei legítimo era D. Miguel e os constitucionalistas, acompanhados pelo grémio neo-tradicionista, advogavam a monarquia de D. Manuel.

As recomendações e as hesitações de Richmond não foram suficientemente pujantes para impedir as manobras organizativas da sua grei. Mesmo sem comissão política oficial, arquitectaram estruturas e fundaram centros políticos nas cidades e vilas que representavam maior afinidade, estabelecendo uma dinâmica que lançou o pânico nos covis do republicanismo radical. Presume-se que entre Março e Maio tenham inaugurado cinquenta e cinco centros políticos em Lisboa e nas províncias¹³⁴⁰.

Para a consolidação dessa dinâmica contribuiu toda a família política, incluindo manuelistas, integralistas e católicos, que nos jornais *A Palavra*, *Liberdade*, *A Ordem* e *Restauração* (Lamego) faziam a apologia do tradicionalismo monárquico. Mas foi por acção dos caciques, os «ominosos caciques» da monarquia defunta, incluindo-se nesta categoria os deputados, governadores civis, administradores e regedores, que tamanha máquina política acabou empreendida. O optimismo transbordava na imprensa realista, convencida da sua força política e do seu contributo para reacender a «fé monárquica»¹³⁴¹.

Os centros monárquicos podem ser um indicador sociológico importante para compreender a origem social dos adeptos do trono. Com efeito, nas suas direcções predominava a antiga fidalguia, ao lado de velhos conselheiros e caciques do liberalismo: os grandes proprietários, empresários, agricultores e profissionais liberais. O Centro Monárquico D. Carlos, de Lisboa, inaugurado a 17 de Abril, empresta uma imagem fidedigna desta realidade sociológica. Concebido

¹³³⁷ *O Nacional*, n.º 6, 06-03-1915, p. 1.

¹³³⁸ Cf. *Jornal da Noite*, n.º 73, 02-04-1915, pp. 1 e 2; n.º 74, 03-04-1915, p. 1.

¹³³⁹ Cf. Jornais *O Nacional*, *O Dia*, *Jornal da Noite*, *Restauração* (Lamego) e a Revista *Ideia Nacional*.

¹³⁴⁰ Cf. David Ferreira, *ob. cit.*, p. 96. A grande maioria situava-se no Centro e Norte do país. Os mais importantes, depois de Lisboa, eram Porto, Braga, Coimbra, Guimarães e Felgueiras.

¹³⁴¹ *O Nacional*, n.º 39, 10-04-1915, p. 2.

para orientar toda a actividade política da Causa em Portugal¹³⁴², oferecia o exemplo do empenho redobrado da fidalguia portuguesa na causa do seu rei, mas constituía também o símbolo imutável de um Portugal arcaico que se pretendia restaurar, com o seu fausto, as suas hierarquias e o tradicional respeito pela ordem e pela autoridade. Presidido pelo conde de Bertandos, tinha como secretários os condes de Arrochela e do Sisal. O Conselho Administrativo era dirigido pelo conde de Verride e a Comissão Política por Aires de Ornelas, também ele descendente de cepa nobilitada¹³⁴³.

A narrativa jornalística que cobriu o evento anunciou a presença, no seio da Causa Monárquica ali representada, de uma casta superior com «direito a governar»: «Era, por um lado quase tudo o que [...] pela sua capacidade, pela sua fortuna, pela sua educação, pelos seus títulos literários e científicos – tudo quanto é alguém e tem neste país, que é o seu, o direito de governar, e não a obrigação de se submeter, como bando de incapazes ou leva de escravos, à tirania rancorosa e pelintra dum relativamente insignificante número de ineptos e de perversos, sem imputação social de espécie alguma»¹³⁴⁴. Para além da aristocracia, o evento político contava com a plebe, com o povo.

Mas a imprensa realista estabelecia bem a diferença entre o povo monárquico, o «verdadeiro povo, que é aquele que labuta, produz, paga e constitui o manancial inexorável onde a Pátria vai buscar a sua seiva», e a «canalha republicana», constituída por «aquela turba-multa de gentalha quase toda sem ofício, vivendo do ódio, envenenada pelas mais perniciosas lições, que forma o núcleo central das *imponentes manifestações* jacobinas!». Esta dicotomia político-social oferecia ao espectador coevo a imagem do mundo conservador, supostamente trabalhador, amigo da ordem, da autoridade e da estabilidade. Essa marca de conservadorismo seria bem vincada pela sessão política, realizada com a presença de «milhares de pessoas» que primaram pela correcção de comportamento, pela «unidade, a disciplina voluntária, a harmonia, a concordância de vistas». Muito distante, afinal, da propaganda dos comicieiros republicanos: «não houve

¹³⁴² Cf. *O Nacional*, n.º 50, 21-04-1915, p. 2.

¹³⁴³ Cf. *O Nacional*, n.º 47, 18-04-1915, p. 2.

¹³⁴⁴ *Ibidem*, p. 1.

discursos, não houve o espalhafato domingueiro que se via na propaganda dos adversários»¹³⁴⁵.

A Causa Monárquica procurava mostrar ao país que existia uma elite de Poder que não se conformava com a ausência do mando, assumindo princípios hauridos da ideologia conservadora segundo os quais competia às elites governar e ao povo obedecer e trabalhar ordeiramente. E que existia unidade política em torno da restauração da monarquia de D. Manuel. Mesmo sabendo que essa unidade era mais ideal que real.

A participação inusitada da fidalguia numa assembleia política não passou despercebida ao olhar arguto de António José de Almeida, que ironizou com o facto de uma realeza supostamente liberal estar a ser defendida pela nobreza. Rocha Martins, patrono de uma monarquia social, veio logo a terreiro lembrar a costela liberal dos respectivos titulares, portadores do sangue e da espada com que se inaugurou o liberalismo e o sistema constitucional em Portugal, e que ele entrevia como os verdadeiros arautos da liberdade¹³⁴⁶.

A proliferação de centros políticos, as campanhas na imprensa e a discussão pública do rei a restaurar já traziam as hostes republicanas num frenesim revolucionário, quando Pimenta de Castro aprovou a nova lei de amnistia. Esta lei abria as fronteiras aos mais categorizados dirigentes monárquicos ainda no exílio, como Paiva Couceiro, João de Almeida, João de Azevedo Coutinho, Jorge Camacho, Vítor Sepúlveda e o padre Domingos. Publicada a 20 de Abril, foi logo reprovada como lei ofensiva e provocadora, por coincidir com o quarto aniversário da lei de separação¹³⁴⁷. Enquanto a imprensa monárquica exultava de regozijo e satisfação, a rua republicana, os célebres «carbonários» e «voluntários da república», ressumbrava em gestos de ameaça, com o fito claro de defender o regime pela força.

A conflitualidade política e social aumentara de intensidade. A inauguração de centros políticos monárquicos mobilizou a «canalha republicana» para as imediações das sedes, provocando os adversários políticos e as autoridades policiais destacadas para a segurança das manifestações. A simples imagem da polícia

¹³⁴⁵ *Ibidem*.

¹³⁴⁶ *Jornal da Noite*, n.º 89, 21-04-1915, p. 1.

¹³⁴⁷ Cf. David Ferreira, *ob. cit.*, p. 83.

republicana a proteger os «inimigos» do regime era uma ironia que os radicais não aceitavam. Por outro lado, para além de anular todas as medidas dos governos anteriores contra oficiais monárquicos ou antidemocráticos, o pimentismo entregou a chefia das polícias e do exército a oficiais conservadores, como fará mais tarde o sidonismo; muitos dos polícias demitidos desde a implantação da república regressaram aos seus postos, aumentando a crispação dos republicanos radicais.

A inauguração do Centro Monárquico Académico, em Coimbra, é o exemplo paradigmático da crescente conflitualidade entre monárquicos e republicanos. A cidade juntou aí uma plêiade de notáveis dirigentes da Causa Monárquica, como o conde de Bertandos, Aires de Ornelas, António Cabral, José de Azevedo Castelo Branco, Homem Cristo Filho e o séquito integralista, com António Sardinha, Luís de Almeida Braga, Alberto Monsaraz e João do Amaral¹³⁴⁸. Os políticos monárquicos foram atacados com pedras quando se dirigiam para o teatro Sousa Bastos, onde se realizava o acto político. Na baixa de Coimbra, os agitadores republicanos deixaram a cidade em estado de sítio, investiram ruidosamente contra os automóveis e gritaram impropérios e palavras de guerra como «mata, mata». A acção da polícia foi então considerada insuficiente pela imprensa realista para jugular os tumultos¹³⁴⁹. Receosa talvez da força popular, limitava-se a evitar que a «canalha», vinda de todos os partidos da república, se aproximasse demasiado dos realistas, mas não evitou as agressões e não procedeu a muitas prisões. Para os monárquicos, esta era a prova irrefutável da força da rua republicana, em Lisboa como em Coimbra e noutras cidades, e da incapacidade do governo de Pimenta de Castro para utilizar a força contra o radicalismo¹³⁵⁰.

Aproximava-se já a revolução de 14 de Maio, para a qual muito contribuiu a «rua», acendrada pelos excessos optimistas dos realistas, que afirmavam sem reboços que a ditadura só podia desaguar na monarquia. Paiva Couceiro, que regressara a Portugal a 5 de Maio, era ameaçado por uns e admirado por outros, enquanto a imprensa realista exultava de entusiasmo. A sua presença nas ruas de Lisboa era, contudo, uma provocação que os radicais não toleravam. A chega-

¹³⁴⁸ Cf. *Jornal da Noite*, n.º 105, 10-05-1915, p. 1.

¹³⁴⁹ *Ibidem*.

¹³⁵⁰ BNP, ELM, doc. n.º 3830, carta do conde de Bertandos a Luís de Magalhães, de 12-05-1915.

da a Portugal do «Paladino» foi acompanhada desde a fronteira pela polícia e por informadores republicanos, que lhe conheciam todos os passos¹³⁵¹. No panfleto *EH Real*, publicado já depois da revolução, tripudiava-se com a imagem traçada pela imprensa, de um «Nun'Álvares, o santo e heróico condestável» com que era apresentada ao Povo a «figura desmanchada e reles de Paiva Couceiro»¹³⁵². Na verdade, o texto de Sérgio Sílvio contestava, em tom colérico e atrabiliário, a amnistia dada pela ditadura ao mais «odiento e celerado dos criminosos», culminando a sua catilinária com um grito subversivo: «E visto que tal se torna necessário [...] peguemos em armas e vamos para a luta revolucionária, implantando, definitivamente, a República em Portugal»¹³⁵³. Couceiro foi obrigado a esconder-se até conseguir sair novamente do país, enquanto um grupo de revolucionários atacava e saqueava a casa da irmã, em Santa Catarina¹³⁵⁴.

No dia 6 de Maio, Afonso Costa deu uma conferência no Teatro Nacional, no Porto, onde apelou à violência contra a «ditadura» de Pimenta de Castro, que apodou de «reaccionária» e de ser a «contra-revolução do 5 de Outubro». Quanto à restauração da monarquia, considerava-a uma impossibilidade e que tal tentativa havia de degenerar numa luta sem tréguas contra os adeptos da coroa¹³⁵⁵. O sentimento de revolta aumentava. Durante este período Portugal fervilhou de conspiradores e revolucionários. Os monárquicos conspiravam para restaurar a monarquia. A dinâmica organizativa que a ditadura de Pimenta de Castro facilitou, marcada por inúmeras reuniões em Lisboa, Porto e nas restantes cidades do Norte, servia igualmente os propósitos contra-revolucionários¹³⁵⁶. Muitos acreditavam que a máquina política devia estar preparada para um movimento revoltoso, e o futuro provaria a verdade desta afirmação¹³⁵⁷.

Continuaram, pois, os preparativos e as maquinações, recorrendo-se novamente a uma complexa máquina organizativa, que exigia focos de conspiração

¹³⁵¹ AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 2.

¹³⁵² *Eh Real, Panfleto Semanal de Crítica e Doutrinação Política*, n.º 1, 13-05-1915, p. 4.

¹³⁵³ *Ibidem*, pp. 11-12.

¹³⁵⁴ Cf. Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 130.

¹³⁵⁵ A conferência de Afonso Costa foi mais uma análise da conjuntura política. Pode ler-se uma síntese em David Ferreira, *ob. cit.*, pp. 131-149.

¹³⁵⁶ AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 2.

¹³⁵⁷ A tentativa revolucionária de Agosto de 1915 foi liderada, em Guimarães, por António Machado, que era secretário do Centro Monárquico de Guimarães. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 61.

interna muito bem articulados entre si e com a emigração¹³⁵⁸. Com esse objetivo em mira, acentuaram-se os contactos e as movimentações em Espanha e nas regiões de fronteira. O trânsito de armamento, trazido por contrabandistas, continuou a fazer-se com destino a Portugal¹³⁵⁹. Os comités de Lisboa e do Porto estavam em permanente contacto com Espanha e com os comités militares para preparar uma revolta ou pronunciamento que devia acontecer antes das eleições, marcadas para Junho¹³⁶⁰.

No campo adversário, os carbonários voltavam à sua actividade revolucionária, enquanto no exército se preparava a queda da ditadura¹³⁶¹. O comité revolucionário era constituído por Sá Cardoso, Álvaro de Castro, António Maria da Silva, Norton de Matos e Leote do Rego, todos próximos do Partido Democrático. A revolução repetiu o modelo do 5 de Outubro, com a acção combinada do exército, da marinha e dos grupos carbonários, contando também com a passividade da maioria das unidades do exército. Por tudo isso, seria considerada pela retórica republicana como uma segunda proclamação da república.

A revolução saldou-se em cerca de 150 mortos e mais de mil feridos, nos confrontos que tiveram lugar em Lisboa, Porto e Santarém, vítimas em número superior às que se haviam registado no 5 de Outubro¹³⁶². Nos sectores militares, as diferentes guarnições, comandadas por oficiais passivos, foram abdicando da luta, excepção feita a infantaria 16, chefiada por Gomes da Costa e por Gonçalo Pimenta de Castro. O auxílio esperado das forças da 7.ª divisão, chefiadas por Jaime Leitão de Castro, não chegou e o exército rendeu-se aos revoltosos¹³⁶³.

A revolução ficou inexoravelmente associada ao recrudescimento da violência revolucionária, marcada por confrontos terrivelmente sangrentos. Houve ataques a igrejas, centros monárquicos, sabotagens de postes eléctricos e telegráficos e vários assassinatos, incluindo, no Porto, a eliminação de Homero de Lencastre

¹³⁵⁸ BNP, ELM, caixa 58, carta cifrada de 24 de Abril [1915?].

¹³⁵⁹ Cf. dezenas de relatórios em AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, maço 2.

¹³⁶⁰ *Ibidem*. Entre os mais dinâmicos encontravam-se Luís de Magalhães, considerado «tesoureiro do comité do Norte», José de Azevedo Castelo Branco, Pinheiro Torres, Jaime Duarte Silva, Gaspar de Abreu, conde de Azevedo, Júlio de Araújo, Abel Ferreira, abade de Caminha, coronel Adriano Beça e muitos outros, civis, clérigos e militares.

¹³⁶¹ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 60, carta do Governador Civil de Bragança ao Ministro do Interior, de 24-04-1915.

¹³⁶² Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 139. Outros historiadores referem apenas 102 mortos.

¹³⁶³ Cf. Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 410-420.

por radicais¹³⁶⁴. O ódio para com a polícia de Pimenta de Castro, acicatado pela imprensa republicana, levou a que os sectores radicais assaltassem as repartições policiais no governo civil de Lisboa, destruindo o mobiliário e assaltando os cofres, de onde levaram os fundos de pensões e todo o dinheiro existente, para além de armamento. Vários polícias foram entretanto assassinados, muitos seriam republicanos dedicados, enquanto outros fugiam ou se escondiam das turbas enfurecidas¹³⁶⁵.

Portugal dava então uma imagem de guerra civil que as autoridades procuraram conter através de uma circular distribuída aos governadores civis¹³⁶⁶. A violência da revolução, os bombardeamentos de Lisboa, os ataques a casas de apoiantes de Pimenta de Castro, e muito especialmente monárquicos conhecidos, marcaria o imaginário conservador durante anos, aprofundando a imagem de «balbúrdia sanguinolenta» que se colara à república. A condessa de Mangualde, que descreveu os acontecimentos revolucionários com pormenor, escreveu a esse propósito: «Parece impossível que este Portugal seja o mesmo que ainda há dez anos era a terra mais pacata e mais sossegada do mundo. Que responsabilidade medonha têm os que transformaram o bom povo português nas feras que agora andam por aí»¹³⁶⁷.

Os monárquicos exploravam esta violência política, de que também participavam como conspiradores impenitentes, apresentando-se como vítimas da ferocidade republicana. D. Manuel, em Londres, vituperava a revolução numa toada muito pessimista, afirmando que Portugal teria estado à beira de uma «intervenção estrangeira», isto é, intervenção de Espanha, que a Inglaterra «evitou»¹³⁶⁸. Para o monarca exilado, o país, indiferente, nada podia contra os criminosos republicanos e a sua violência ferina: «Temos em frente de nós, de um lado

¹³⁶⁴ IAN/TT, DGAPC, maço 60.

¹³⁶⁵ *Ibidem*, Relatório do Comandante da Polícia, Tristão da Câmara Pestana, de 19-05-1915.

¹³⁶⁶ *Ibidem*, circular de 18-05-1915.

¹³⁶⁷ *Ob. cit.*, p. 128.

¹³⁶⁸ IAN/TT, Fundo de João Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 02-06-1915. Carta de teor muito semelhante foi dirigida ao marquês do Lavradio, em 10-06-1915, aí expressando o receio de um entendimento entre a Inglaterra e a Espanha. Cf. D. José Luís de Almeida (Lavradio), *ob. cit.*, pp. 249-250.

assassinos, bandidos, a ralé que matam, assassinam [...]; do outro, infelizmente, um país inteiro apático e indiferente»¹³⁶⁹.

O fim da ditadura de Pimenta de Castro trouxe os democráticos novamente ao Poder, com um governo liderado por José de Castro, a que se seguiu a demissão de Manuel de Arriaga, substituído por Teófilo Braga¹³⁷⁰. O ambiente político, já muito degradado, agravar-se-ia nos anos seguintes, com a formação de um forte sentimento antidemocrático em alguns sectores republicanos, enquanto no exército surgia uma nova família política, ainda vaga, conhecida por «pimentismo». O «pimentismo», como depois o «sidonismo», era constituído por oficiais, uns sem cor política, outros republicanos conservadores e monárquicos, que nutriam um ódio visceral aos democráticos e que defendiam os valores da ordem e da autoridade como a mais imperiosa função política do Estado¹³⁷¹. Começava então a formar-se uma poderosa aliança contra o Partido Democrático que viria a ser responsável pela recusa da sua política intervencionista.

Alguns monárquicos caíram então num profundo pessimismo depois do 14 de Maio, que viria a derruir parte do esforço organizativo, político e contra-revolucionário que haviam arquitectado durante a ditadura de Pimenta de Castro¹³⁷². A sua capacidade de propaganda ficou seriamente debilitada com o desaparecimento de alguns dos seus mais relevantes órgãos de imprensa, como o *Dia*, o *Nacional*, o *Jornal da Noite* (este em Agosto). Deixara de haver condições políticas para concorrer a eleições, que se realizaram a 13 de Junho, e condições de mobilização para levar a cabo um movimento restauracionista.

Mas nem todos analisavam negativamente o 14 de Maio. Luís de Magalhães descobria algo de positivo na revolução, que via como uma radicalização ainda maior do regime, no sentido de aumentar os confrontos entre as facções republicanas, «o que é uma maior chance de triunfo final». O 14 de Maio mostrava ao exército que a estabilidade seria sempre uma empreitada irrealizável com a república e, finalmente, porque «liquidava completamente a ideia de uma república

¹³⁶⁹ IAN/TT, Fundo de João Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 02-06-1915.

¹³⁷⁰ Manuel de Arriaga abdicou da função a 29 de Maio, enquanto Teófilo Braga se manteve no cargo até à eleição de Bernardino Machado, a 6 de Setembro.

¹³⁷¹ Cf. AHM, 1.ª divisão, 36.ª secção, caixa 13, pasta 3, relatório do Governo Civil de Viana do Castelo ao Ministro do Interior, de 29-07-1915 e cartas particulares.

¹³⁷² Cf. BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães a Moreira de Almeida, de 06-06-1915.

conservadora»¹³⁷³. A argumentação do antigo conselheiro monárquico radicava numa observação racional dos acontecimentos, segundo a qual nenhuma sociedade podia viver em «instabilidade permanente», como vivia a república. Como político hábil e pensador penetrante, sabia que as questões da «ordem» pública obrigariam o exército, quando a situação se tornasse insuportável, a intervir para repor essa «necessidade orgânica» das sociedades¹³⁷⁴. Por isso, defenderia sempre a via da organização política da Causa Monárquica e o combate firme e cerrado ao regime republicano, mesmo que isso implicasse ignorar as orientações expedidas de Londres. Na verdade, a revolução tinha ainda outro mérito: o de revelar ao vasto campo do conservadorismo nacional que uma república conservadora era uma impossibilidade política, um «absurdo». Os monárquicos convenciam-se agora de que apenas a república radical e «jacobina», isto é, a «demagogia», enquanto «degenerescência viciosa da democracia», podia vingar em Portugal. A monarquia era assim apresentada como o único regime compatível com a «ordem» e a «autoridade», dentro de um quadro evolucionista que a civilização coeva exigia para extirpar o vírus revolucionário que atacara Portugal e o lançara na mais deprimente anarquia¹³⁷⁵.

D. Manuel, na sua carta a João de Azevedo Coutinho, datada de 2 de Junho, tinha voltado a insistir na imobilidade política dos seus correligionários, cuja actividade causticava como «crime de lesa-pátria», enquanto prometia a restauração do trono no «fim desta guerra pavorosa»¹³⁷⁶. Mas os monárquicos não aceitaram tais recomendações, insistindo sempre na necessidade de «organização» política, e continuaram a propaganda subversiva, especialmente no Norte do país¹³⁷⁷.

Para além da propaganda da ideia monárquica, procuraram capitalizar o descontentamento económico-social dos portugueses. Com efeito, aos problemas de uma sociedade em conflito seguiram-se as complicações económicas e sociais, com o agravamento do abastecimento público de géneros alimentares. O mês de

¹³⁷³ BNP, ELM, carta de Luís de Magalhães a Moreira de Almeida, de 06-06-1915.

¹³⁷⁴ *Ibidem*, carta de 25-06-1915.

¹³⁷⁵ Esta era pelo menos a posição dos monárquicos constitucionalistas. Cf. Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Lisboa, 1915, pp. 48-53.

¹³⁷⁶ IAN/TT, Fundo Particular de João Azevedo Coutinho, caixa 8, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 02-06-1915.

¹³⁷⁷ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 8022, carta de D. Luís de Castro (conde de Nova Goa) a Luís de Magalhães, de 16-07-1915.

Julho ficou marcado por um conflito entre os agricultores do Douro e os agricultores do Sul, por causa da exportação de vinhos generosos para Inglaterra. O tratado de comércio com este país, assinado a 23 de Janeiro de 1915, aceitava como vinho do Porto todos os vinhos exportados de Portugal¹³⁷⁸. Os agricultores do Douro reclamavam a revisão do tratado no sentido de restringir as exportações de vinhos generosos aos vinhos produzidos na região duriense, e ameaçavam a exportação enquanto Inglaterra não adoptasse a designação portuguesa de «Vinho do Porto»¹³⁷⁹.

Na região do Douro, a 19 de Julho, os produtores de vinho mostraram o seu descontentamento numa manifestação que teve lugar em Lamego, congregando cerca de quatro mil manifestantes. Essa «multidão», que invadira a cidade armada «com paus, varapaus, machados, baionetas, antigas, facas atadas na ponta de paus, choupas, espingardas de caça e bombas» protestava contra a «questão duriense», levantava impropérios contra a república e contra o Sul que os «matava à fome». Quando, no dia seguinte, o povo amotinado se preparava para invadir o edifício dos Paços do Concelho, «a força militar abriu fogo contra os populares, e ao mesmo tempo algumas bombas rebentaram em frente do edifício»¹³⁸⁰. Mas o relatório oficial das autoridades dá conta de uma explosão de violência entre os manifestantes e os civis republicanos que se encontravam no edifício público, a quem aqueles «chamavam carbonários». A fúria dos confrontos ficou marcada pelo arremesso de bombas e o uso de «pistolas automáticas» contra os ditos «carbonários», e a que estes responderam lançando «para a rua três ou quatro bombas» sobre o povo amotinado. Dos confrontos resultaram doze mortos e dezanove feridos¹³⁸¹. A existência de uma bandeira azul e branca, os vivas a D. Manuel e à monarquia, e as conhecidas simpatias monárquicas dos dirigentes do protesto revelam que por trás da manifestação poderiam estar os interesses

¹³⁷⁸ Cf. Miguel Nunes Ramalho, *A Opressão Salazarista e a Força da Liberdade*. Alfredo de Sousa, *um resistente*, p. 80.

¹³⁷⁹ Cf. *A Capital*, ano 6, n.º 1783, 20-07-1915, p. 2. Os agricultores do Norte e os do Sul enviaram comissões a Lisboa, para fazerem chegar ao governo as suas reivindicações. O governo apresentou então no parlamento uma proposta que atendia aos interesses dos agricultores do Douro e compensava os agricultores do Sul com aumentos significativos dos preços das aguardentes, indispensáveis para a produção dos vinhos do Douro.

¹³⁸⁰ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 61.

¹³⁸¹ *Ibidem*.

monárquicos locais em criar mais um foco de instabilidade¹³⁸². Esta era a tática recorrente nas tramas dos adversários do regime.

Os manejos conspiratórios aumentaram de intensidade no Verão de 1915. A máquina contra-revolucionária começava a engrenar, por certo aproveitando a dinâmica criada durante o pimentismo. A Galiza fervilhava de novo de actividade, com a constante deslocação dos principais exilados, como Paiva Couceiro, Jorge Camacho, Sousa Dias e padre Domingos, constantemente acoçados pelos espões da república. Dentro de fronteiras multiplicavam-se as reuniões de chefes monárquicos, especialmente no Porto e em Braga. As autoridades militares tinham indicações de que o movimento monárquico tinha agora a colaboração de «sindicalistas» e «pimentistas»¹³⁸³. Rocha Martins acrescentaria que o movimento era dirigido por Paiva Couceiro, e contava com a colaboração de Egas Moniz, sindicalistas, evolucionistas e unionistas¹³⁸⁴. O «pimentismo», como vimos, era uma nova sensibilidade formada dentro da instituição castrense que principiava então a revelar a sua hostilidade para com o Partido Democrático¹³⁸⁵. É possível que tenham sido aliciados pelos monárquicos para um novo movimento. Quanto aos sindicalistas e membros de outros partidos é difícil provar a sua participação, conquanto existam indícios de que figuras republicanas terão sido convidadas para a revolta, devido ao seu «ódio aos democráticos»¹³⁸⁶.

Entretanto, em Lisboa, aumentavam os boatos que indicavam a iminência de uma nova incursão a partir da Galiza, protagonizada por portugueses, carlistas e alemães. Informações delirantes referiam a existência, em Alcanises, de 400 homens armados, «na maioria espanhóis»¹³⁸⁷. Para a propaganda republicana, empenhada em aumentar o sentimento patriótico dos portugueses e justificar a sua

¹³⁸² *ibidem*.

¹³⁸³ Cf. AHM, 1.^a divisão, 36.^a secção, caixa 13, pasta 3, «Informação ao Chefe de Estado Maior da 8.^a Divisão do Exército, Braga, de 01-08-1915.

¹³⁸⁴ Cf. Rocha Martins, *D. Manuel II. História do seu Reinado e da Implantação da República*, Lisboa, Ed. de Autor, 1931, p. 621.

¹³⁸⁵ Cf. AHM, 1.^a divisão, 36.^a secção, caixa 13, pasta 3. Oficiais «pimentistas» ou «espadistas» eram identificados em Viana do Castelo e em Valença, onde havia «excesso de pimentismo e quiçá de monarquismo», e em Chaves, onde «formam um grupo à parte».

¹³⁸⁶ IAN/TT, MI, DGAPC, «Relatório aos Acontecimentos do Norte, pelo Delegado do Procurador da República da Comarca de Bragança», pp. 5-6.

¹³⁸⁷ Cf. AHM, 1.^a divisão, 36.^a secção, caixa 13, pasta 3, «Informação da Organização Voluntária 'Pátria e Liberdade'», de 30-07-1915.

política intervencionista, era importante exagerar o perigo estrangeiro, insinuando a existência de conúbios entre a Alemanha, Espanha e os monárquicos portugueses. As autoridades militares rapidamente eliminaram esta possibilidade¹³⁸⁸.

O movimento monárquico que deflagrou parcialmente em 27 de Agosto de 1915¹³⁸⁹ previa a sublevação de quartéis por revolucionários civis, e devia estender os seus tentáculos a várias cidades do Norte e Lisboa. Esperava-se portanto um movimento militar provocado por civis que seria o detonador de um pronunciamento militar mais vasto. Na pior das hipóteses, tomariam uma cidade ou uma divisão do exército, que constituiria uma linha avançada do golpe restaurador. Aparentemente, o movimento era chefiado, em Portugal, por Vasconcelos Porto e, em Espanha, por Paiva Couceiro. Oficiais da Galiza deviam entrar em Portugal para se colocarem à frente dos regimentos: Paiva Couceiro e Jorge Camacho operavam em Chaves, Sousa Dias em Guimarães, padre Domingos no Porto e Martins de Lima e Satúrio Pires em Braga¹³⁹⁰.

Na prática, porém, é possível que Jorge Camacho ou Sousa Dias tenham estado em Guimarães. Júlio da Costa Pinto, ex-oficial do exército, veio da Capital para comandar o regimento de Infantaria 29, em Braga, e constituía o elo de ligação entre as duas cidades. Já Manuel Costa Alemão Teixeira, ex-aspirante e «soldado» das incursões monárquicas, esteve reunido com os conspiradores em Guimarães e acompanhou o assalto ao regimento da cidade. Para os assaltos aos quartéis contavam com populares aliciados por revolucionários ou atraídos pela retórica ilusória e persuasiva de vários clérigos da região. Infelizmente para os conspiradores, a Causa Monárquica não dispunha de rua, isto é, de associações secretas e «voluntários civis» cujo ardor ou «fé monárquica» justificasse a exposição a grandes perigos. Ainda assim, o ambiente político de Guimarães, cidade votada à religião e aos valores da tradição, cultivados por clérigos e por antigos caciques, explica a adesão de largas dezenas de populares. Alguns dos presos «saúdam a santa monarquia, cruz e coroa de mãos dadas»¹³⁹¹.

¹³⁸⁸ Cf. AHM, 1.^a divisão, 36.^a secção, caixa 13, pasta 3, «Informação ao Chefe de Estado Maior da 8.^a Divisão do Exército (Braga), de 01-08-1915.

¹³⁸⁹ Segundo informações da espionagem na Galiza, o movimento devia rebentar apenas na noite de 28 para 29. AHM, 1.^a divisão, 36.^a secção, caixa 13, pasta 1, Informação de Tui, de 04-09-1915.

¹³⁹⁰ *Ibidem*; IAN/TT, MI, DGAPC, «Relatório aos Acontecimentos do Norte, pelo Delegado do Procurador da República da Comarca de Bragança», p. 9.

¹³⁹¹ *Ibidem*, p. 13 v.^o.

O movimento resultou apenas num ataque perpetrado por civis ao regimento de Infantaria 29, em Braga, e ao regimento de Infantaria 20, em Guimarães. Nesta última cidade, os revoltosos, liderados por Costa Alemão e António Machado, director do *Comércio de Guimarães* e primeiro secretário do centro monárquico local, concentraram-se, na madrugada de 27, num acampamento no monte de S. Pedro de Azurens. Seguiram depois para o quartel, onde lhes foi facilitada a entrada por membros anteriormente aliciados. À mesma hora, em Braga, Miguel Sotto Maior, chefe regional do movimento, tentava o assalto ao regimento 29, acompanhado de Júlio Costa Pinto. Alguns elementos conseguiram entrar mas foram presos de imediato. Na verdade, a maioria dos militares aliciados, em Guimarães e em Braga, não se mexeu e o movimento foi sufocado com grande facilidade. Na localidade de Trofa foi também dinamitada a ponte do caminho-de-ferro, mas sem grandes prejuízos. Nas averiguações da justiça¹³⁹² ficaria provado que o movimento revestia carácter monárquico, apesar de muitos republicanos antidemocráticos terem sido aliciados, e que fora concebido em articulação com os comités de Espanha e Lisboa. Previa a sublevação das guarnições de Braga e Guimarães, para as quais contavam com comandantes designados, e o controlo da divisão militar de Braga. Na posse de Braga, ambicionavam conseguir a adesão de outras divisões militares, como o Porto. Na pior das hipóteses, esperavam provocar um estado de caótica agitação, suficiente largo para convencer Espanha a intervir em Portugal no sentido de restabelecer a ordem e eventualmente restaurar o trono.

Apesar de mais um malogro, sem grande impacto, aliás, na imprensa republicana, e tratado na câmara como mais um caso de «ordem pública»¹³⁹³, a máquina revolucionária dos monárquicos continuou os preparativos para um novo golpe, sempre com a oposição determinada de D. Manuel. Mas então a entrada de Portugal no conflito mundial voltou a centrar e a determinar a acção dos infatigáveis adversários da república.

¹³⁹² O juiz de investigação criminal interrogou 84 presos: 35 de Braga, 47 de Guimarães e 2 da Trofa. 31 foram libertados depois de um inquérito preliminar, pois o juiz de instrução decidiu mandar a tribunal apenas aqueles sobre quem pendiam responsabilidades criminais.

¹³⁹³ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 27-08-1915.

3. Contra-mobilização e contra-revolução

320

O período que decorreu entre 1916 e 1917 ficou marcado pelo esforço do *Partido Democrático* e dos *Jovens Turcos* no sentido de mobilizar a opinião pública e preparar o exército para a sua política intervencionista. A essa mobilização opunham-se vastos sectores da sociedade portuguesa, como os republicanos de Brito Camacho e Machado Santos, que apenas admitiam a intervenção num contexto colonial; o operariado e sindicalistas, defensores dos ideais pacifistas, e ainda a maioria do mundo conservador. Congraçados no mesmo sentimento, viam a desenhar um reduto político e social de oposição, que no imediato visava a propaganda da contra-mobilização mas, no extremo, não desdenhava a revolução.

Tanto os moderados como os socialistas e o mundo operário tinham em vista a substituição do *Partido Democrático* e a própria refundação do regime. Os monárquicos, por seu lado, mantinham-se na expectativa restauracionista do costume. Este bloco heteróclito, que incluía os sectores económicos ligados à agricultura e à indústria, chegou a ponderar a realização de alianças políticas e militares para atingir plenamente tais objectivos. Havia uma consciência estratégica apostada em aproveitar as dificuldades políticas e militares associadas à mobilização e às graves consequências económicas e sociais relacionadas com o conflito, cultivando e instigando a opinião pública no ódio ao Partido Democrático e à «União Sagrada».

O partido da guerra reforçou o seu Poder com a nomeação de Afonso Costa para o cargo de chefe de governo, depois da demissão de José de Castro, a 18 de Novembro de 1915, por não concordar com o processo de saneamentos militares exigido pela maioria democrática. O novo executivo, nomeado a 29 de Novembro e saído do Partido Democrático, haveria de clarificar a sua política de beligerância perante o parlamento e o país: «O Governo esforçar-se-á por dar execução a esses votos [de apoio à Inglaterra], salvaguardando assim a dignidade e os interesses nacionais e continuando a prestar todos os concursos necessários para a vitória do Direito e da Justiça, defendidos pela Inglaterra e seus aliados, a quem o governo português assegurou desde o começo da guerra, e diversas vezes confirmou, a sua decidida solidariedade moral»¹³⁹⁴. A declaração

¹³⁹⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 02-12-1915, p. 7.

do chefe da maioria democrática, Alexandre Braga, tornava claro o pensamento de Afonso Costa, afirmando que este governo iria colocar «todas as energias da Pátria» no objectivo de levar Portugal a lutar em território europeu, ao lado da sua «secular aliada» e em «afinidade espiritual» com a França, criadora do «génio latino»¹³⁹⁵. Estava dado o mote para o aprofundamento da política intervencionista de Afonso Costa e do Partido Democrático.

A diplomacia portuguesa exercia forte pressão sobre a Inglaterra, desde que Augusto Soares e Norton de Matos chegaram ao governo, para a necessidade de uma declaração de guerra. A estratégia passava por «pressionar a Inglaterra e provocar a Alemanha». É que a Inglaterra só admitia uma declaração de guerra unilateral desde que pudesse invocar-se qualquer provocação da Alemanha. Por isso insistia que, nos termos da aliança, apenas podia comprometer-se a defender as colónias portuguesas¹³⁹⁶. Houve então uma atitude concertada entre a diplomacia portuguesa e o executivo de Lisboa para coagir a Grã-Bretanha. Em Londres manobrava o chefe da diplomacia, Manuel Teixeira Gomes, enquanto em Lisboa o governo pressionava o ministro inglês, na esperança de convencer o Foreign Office a reconhecer publicamente os serviços prestados por Portugal e forçar aquela potência a invocar a aliança.

Foi neste contexto diplomático que emergiu a questão dos navios alemães estacionados em Portos portugueses. A guerra marítima tinha provocado pesadas baixas na marinha dos aliados, com a diminuição drástica da tonelagem da França e da Inglaterra a tornar apeteceíveis as 240 000 toneladas representadas pelos 76 navios alemães estacionadas em portos nacionais¹³⁹⁷. A 23 de Fevereiro, e depois de um pedido formal da Inglaterra, invocando a aliança, Portugal apreendeu 70 navios alemães e 2 austríacos¹³⁹⁸. A reacção da Alemanha, depois de diplomaticamente ter tentado evitar o conflito com Portugal, surgiu com a inevitável declaração de guerra de 9 de Março. O Partido Democrático tinha finalmente condições políticas para entrar no conflito.

¹³⁹⁵ *Ibidem*, pp. 10-11.

¹³⁹⁶ Sobre as movimentações diplomáticas durante 1915 e 1916, veja-se John Vicent-Smith, *ob. cit.*, pp. 107-136; Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, pp. 325 e ss.

¹³⁹⁷ John Vincent-Smith, *ob. cit.*, p. 128; Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, pp. 358-359;

¹³⁹⁸ Para uma descrição do acto de confiscação dos navios alemães, dirigido por Leote do Rego a bordo do navio Vasco da Gama, leia-se *A Capital*, ano 6, n.º 1993, 23-02-1916, p. 2.

A política de guerra teve depois o apoio do Congresso, reunido em sessão extraordinária de 10 de Março de 1916, palco onde Afonso Costa propôs um governo de unidade nacional. Para Brito Camacho, porém, um governo nacional só seria viável se integrasse monárquicos, socialistas e católicos. Em vez disso, formou-se o governo da «União Sagrada», chefiado por António José de Almeida, resultado da aliança entre democráticos e evolucionistas. Os monárquicos insurgiram-se imediatamente contra um governo partidário, depois de D. Manuel fazer publicar em Lisboa e Londres um telegrama em que exaltava o esforço patriótico dos monárquicos ao disponibilizarem-se para entrar num «governo nacional». *O Dia* não entendia que os realistas, «que são alguns milhões de portugueses», não fossem sequer ouvidos pelas autoridades da república¹³⁹⁹.

É verdade que os nomes de alguns monárquicos ilustres andaram na praça pública como ministeriáveis, surgindo à cabeça a figura incontornável de Aires de Ornelas. Mas esta possibilidade não agradava a todos os republicanos, com destaque para o sector radical, que ameaçou organizar uma manifestação de força contra um governo que incluísse o lugar-tenente de D. Manuel¹⁴⁰⁰. Na verdade, a relação dos republicanos com os monárquicos prova talvez que aqueles não estariam muito interessados num consenso nacional em torno da guerra. É o que se depreende do significado da nova lei da amnistia, que deixava de fora os monárquicos proeminentes no exílio, aqueles cujos nomes estavam associados à direcção da pugna contra-revolucionária¹⁴⁰¹.

No sector monárquico, D. Manuel, que terá movido influências na corte londrina para que esta facilitasse a entrada de Portugal na guerra¹⁴⁰², reagiu imediatamente à declaração da Alemanha, chamando Aires de Ornelas a Londres, no início de Março, e com ele analisou detalhadamente a política externa do País¹⁴⁰³. No imediato, procedeu à nomeação do antigo ministro de João Franco para o lugar ainda não ocupado, depois da destituição de Azevedo Coutinho, de

¹³⁹⁹ *O Dia*, ano 17, n.º 902, 13-03-1916, p. 1; n.º 920, 03-04-1916, p. 1.

¹⁴⁰⁰ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 1.

¹⁴⁰¹ *O Dia*, ano 17, n.º 931, 15-04-1916, p. 1.

¹⁴⁰² Cf. António Cabral, *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, 1933, Livraria Popular de Francisco Franco, pp. 200-201.

¹⁴⁰³ Cf. Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Rio de Mouro, 2006, p. 170.

lugar-tenente em Portugal, convencido da sua capacidade para impor disciplina partidária aos seus correligionários.

Ao contrário do irrequieto Azevedo Coutinho, o perfil de Aires de Ornelas, militar ordeiro e «correcto», impunha então uma figura de prestígio e consenso entre apaniguados e adversários políticos. D. Manuel viu nele a personalidade capaz de arrojar com a tarefa de unir a Causa Monárquica em torno do seu programa político, intervencionista e marcadamente anti-revolucionário¹⁴⁰⁴. Numa carta que dirigiu ao marquês do Lavradio, de 16 de Março, o antigo monarca deu conta dessa nomeação e transmitiu as instruções aos seus partidários para que se abstivessem de actos políticos e apelou de novo à unidade patriótica e à cooperação com a política de intervenção. A todos as personalidades de referência terá escrito no sentido de garantir essa unidade política e submissão à sua «autoridade e direcção», condição que entendia indispensável para a concretização da tão ansiada restauração¹⁴⁰⁵. No *Diário Nacional*, surgido em Agosto, dar-se-ia expressão oficial à política da Causa Monárquica, quer assumindo claramente a via anti-revolucionária, quer evitando polémicas desnecessárias, arvorando um tom conciliatório¹⁴⁰⁶.

Mas nem as vivas recomendações de D. Manuel, nem a toada conciliatória do *Diário Nacional*, hasteando uma unidade e uma disciplina que traduziam mais uma aspiração do que uma realidade¹⁴⁰⁷, alteravam a antinomia estratégica que existia entre Twickenham – a nova residência de D. Manuel - e a maioria dos adeptos do trono¹⁴⁰⁸. Muitos monárquicos não compreendiam também que D. Manuel enviasse as suas orientações através do conde de Sabugosa, quando em

¹⁴⁰⁴ Cf. Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 113-114.

¹⁴⁰⁵ Cf. Almeida (Lavradio), D. José Luís de [Coordenação], *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947, pp. 250-251; António Cabral, *Cartas de El-Rei D. Manuel II*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1933, pp. 204-205; António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932, p. 308; Maria Cândida Proença, *ob. cit.*, pp. 170-171.

¹⁴⁰⁶ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 114-115; *Diário Nacional*, ano 1, n.º 1, 15-08-1916, p. 1.

¹⁴⁰⁷ Cf. *Diário Nacional*, 12-10-1916, p. 1.

¹⁴⁰⁸ Sobre este conflito de estratégias, veja-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 113 e ss.

Lisboa existia uma Junta Monárquica, eleita em assembleia durante a «ditadura» de Pimenta de Castro, em 1915¹⁴⁰⁹.

Entre os entusiastas da política de D. Manuel contavam-se Aires de Ornelas, João de Azevedo Coutinho, Homem Cristo Filho, Cunha e Costa e a sua corte londrina¹⁴¹⁰. Adepto incondicional e inequívoco desta política beligerante foi Homem Cristo Filho, que Aires de Ornelas designou para o cargo de delegado da Causa Monárquica em França. Homem Cristo Filho foi dos poucos realistas a exultar genuinamente com a declaração de guerra da Alemanha e a mobilização do exército português¹⁴¹¹, quando a maioria a reprovava¹⁴¹². Na sua visita a Lisboa, em Abril de 1916, onde foi recebido por António José de Almeida e lançou a segunda série da revista *Ideia Nacional*, procurou os sectores monárquicos do exército da região de Lisboa para os dissuadir de se envolver em actos conspiratórios tendentes a restaurar o trono. Segundo algumas fontes, Homem Cristo apresentara então credenciais de D. Manuel que atestavam a sua condição de delegado régio¹⁴¹³.

De regresso a França, Homem Cristo Filho procurou aprofundar uma política acentuadamente pró-aliados. Neste país desenvolvera-se um movimento anti-germânico que visava combater as «numerosas manifestações de infiltração austro-boche na nossa finança, no nosso comércio, na nossa indústria, na nossa legislação, nas nossas escolas, nos nossos costumes e, até já no seio das famílias». Homem Cristo Filho era o representante monárquico junto do *Comité Internacional das Associações Antigermánicas* e procurou estender este movimento a Portugal¹⁴¹⁴. Pretendia que em Lisboa se criasse a *Liga Nacional Anti-Germânica de Portugal*, a exemplo do que existia noutras capitais dos países aliados, convencido de que tal organização dava visibilidade aos esforços aliadófilos da política monárquica e esconjurava os estribilhos germanófilos que

¹⁴⁰⁹ Cf. António Cabral, *ob. cit.*, 308. António Cabral, na sequência deste facto, demitiu-se do cargo de vogal da comissão dirigente da Causa Monárquica, por considerar o acto de D. Manuel uma «clara manifestação de falta de confiança política».

¹⁴¹⁰ Cf. IAN/TT, Fundo João de Azevedo Coutinho, caixa 1, carta de João de Azevedo Coutinho a António Machado, de 23-06-1916.

¹⁴¹¹ Cf. Miguel Castelo-Branco, *ob. cit.*, p. 112.

¹⁴¹² BNP, ELM, doc. n.º 4286, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 25-03-1916.

¹⁴¹³ BNP, ELM, doc. n.º 12054, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data.

¹⁴¹⁴ BNP, Espólio de Aires de Ornelas, doc. n.º 154.

predominavam na opinião pública. Escreveu por isso a Aires de Ornelas com o intuito de este encetar diligências para a criação desse organismo, que seria presidido pelo próprio lugar-tenente de D. Manuel e para cujas vice-presidências recomendava os nomes de Fernando de Sousa, D. Luís de Castro, Luís de Magalhães e Cunha e Costa¹⁴¹⁵. A Liga Anti-Germânica não chegaria a formar-se em Lisboa, onde Homem Cristo Filho encontrou a animosidade do importante sector monárquico revolucionário, que não aceitou as diligências que este fizera junto dos sectores militares da Capital¹⁴¹⁶.

Entre os apoiantes da política manuelista encontravam-se também os integralistas, pese embora as ambiguidades de alguns textos aparentemente pró-germânicos de António Sardinha na *Nação Portuguesa*, como foi já referido. A *Junta Central do Integralismo Lusitano* tornou público um manifesto em que analisou o papel da aliança inglesa na história da monarquia portuguesa e terminou afirmando o seu apoio incondicional a D. Manuel e a intenção de «acatar as suas instruções»¹⁴¹⁷. A este coro de apoiantes juntar-se-iam alguns mais paradoxais, vindos do sector neo-tradicionalista, como Alfredo Pimenta¹⁴¹⁸, ou do sector militar revolucionário no exílio, como Jorge Camacho. Jorge Camacho, o braço direito de Paiva Couceiro nas incursões monárquicas, defendera em 1915 a neutralidade de Portugal¹⁴¹⁹. Agora entendia, porém, que, por razões patrióticas, os monárquicos deviam encontrar uma solução política que lhes permitisse coadjuvar as autoridades de acordo com as suas funções político-sociais¹⁴²⁰. Para além de assumirem a disciplina como um valor político e ideológico inquestionável, pelo menos naquela conjuntura, tanto os integralistas como os tradicionalistas vislumbravam então criar condições políticas para assumir maior protagonismo dentro da Causa Monárquica. Para estes sectores, a prioridade da Causa Monárquica residia na propaganda dos princípios doutrinários da realeza. A guerra travava-se

¹⁴¹⁵ BNP, Espólio de Aires de Ornelas, doc. n.º 157, carta de Homem Cristo Filho a Aires de Ornelas, de 04-05-1917.

¹⁴¹⁶ BNP, ELM, doc. n.º 12054, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data.

¹⁴¹⁷ *A Questão Dinástica. Documentos para a Historia mandados coligir pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, 1921, pp. 17-18.

¹⁴¹⁸ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 129-130; Alfredo Pimenta, *A Significação Philosophica da Guerra Europeia. O Imperialismo Contemporâneo*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1915.

¹⁴¹⁹ Jorge Camacho, *A Situação de Portugal perante a Guerra*, Tui, 1915.

¹⁴²⁰ A declaração de Jorge Camacho, publicada no *Comércio de Guimarães*, vem transcrita no *Dia*, n.º 959, 19-05-1916, p. 1.

essencialmente no campo das ideias, substituindo as balas pelas palavras, assumindo assim consonância ideológica com o pensamento contra-revolucionário. Vislumbravam neste combate moral e ideológico a preparação dos espíritos para as novas doutrinas do nacionalismo integralista e do tradicionalismo, expurgando o movimento dos velhos resquícios liberais¹⁴²¹.

Mas a grande maioria da grei monárquica, tal como em 1914, não compreendia e não aceitava a estratégia de D. Manuel, para quem só uma política intervencionista da república poderia garantir «la victoire finale des alliés»¹⁴²². A facção mais belicosa, chefiada internamente por Luís de Magalhães, José Castelo Branco, visconde do Banho, António Cabral, Moreira de Almeida, e externamente por Paiva Couceiro, não aceitava a política de D. Manuel e defendia inequivocamente uma política radical e contra-revolucionária de extermínio da república e de organização política da Causa Monárquica: «Não meu Senhor, nós não podemos, nem devemos, desarmar. Precisamos ao contrário, prepararmo-nos para todas as infinitas hipóteses e eventualidades e que, dum momento para o outro, tornem a restauração uma necessidade nacional, num extremo recurso de salvação pública. Precisamos de nos unir, de nos organizar, de nos disciplinar, de assentar num plano de acção, de fixar a nossa política futura, de fazer propaganda, de captar e enquadrar elementos activos - isto é, de proceder à preparação monárquica, que será a preparação do renascimento nacional»¹⁴²³. Os monárquicos entendiam então que a restauração devia constituir um «acto da vida interna do país» e não uma imposição internacional. Não aceitavam o predomínio da Inglaterra nesse processo de restauração e abjuravam qualquer apoio claro ou moral aos «crimes» e à «ruína» da política de guerra da república, pois, em face disso, «que força moral, que autoridade será a nossa amanhã, restaurada a monarquia, para reprimir, castigar, remediar tudo isto [...]?»¹⁴²⁴.

A máquina política e contra-revolucionária começava então a gizar-se dentro da estratégia de aproveitamento da insatisfação larvar, tanto no exército como na sociedade civil. A imprensa monárquica não podia assumir claramente esta

¹⁴²¹ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 119-120.

¹⁴²² Cf. IAN/TT, Fundo de João de Azevedo Coutinho, telegrama de D. Manuel para João de Azevedo Coutinho, de 16-03-1916.

¹⁴²³ BNP, ELM, doc. n.º 12059, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Março de 1916.

¹⁴²⁴ *Ibidem*.

estratégia subversiva, por isso defendia em público uma conformidade com as instruções de D. Manuel. *O Dia* recusava então qualquer movimento desde que a Alemanha declarara guerra a Portugal, com o argumento de que «se tal movimento se desse e alcançasse êxito, ter-se-ia prestado à Monarquia o pior de todos os serviços, porque se teria imprudentemente antecipado o que só deve ser na hora própria e quando nem uma só voz possa erguer-se a clamar que o advento da Monarquia prejudicaria as vantagens que no ajuste da paz a república conseguira para a Nação Portuguesa»¹⁴²⁵. Este argumento patriótico e fiel aos desejos do chefe da Causa, que esperava uma restauração na conjuntura do pós-guerra, estava em contradição com as movimentações do sector contra-revolucionário, que nos bastidores preparava uma vasta campanha de propaganda contra a mobilização do exército.

Ainda em 1916, o sector mais dinâmico da Causa começaria a espalhar «secretamente a ideia de um movimento de resistência e preparar as coisas para que desse movimento saia a queda disto tudo». Para atrair outras forças políticas e militares que discordassem da política intervencionista do *Partido Democrático*, como republicanos, operários e sindicalistas, alguns monárquicos proeminentes entendiam que não devia defender-se a restauração imediata da monarquia, advogando a criação de uma «Junta de Governo Nacional» que governasse o país até ao fim da guerra. A ideia não era absurda e explica o entendimento de forças monárquicas, republicanas e operárias numa estranha aliança contra os democráticos. A revolução de 5 de Dezembro de 1917 constituirá o corolário lógico deste bloco contrário à mobilização e da sua aguerrida propaganda.

No exílio, alguns monárquicos de nomeada, que não foi possível identificar, mas que tinham acesso facilitado à corte de Afonso XIII¹⁴²⁶, congemavam planos de restauração que reforçavam a tese monárquica de um «governo nacional». A hipótese de um «governo nacional», fruto de um pronunciamento do exército, teria sido colocada formalmente na corte espanhola, tendo como «programa imediato a Ordem, a Disciplina, e a preparação das vias constitucionais para a reorganização do Estado em bases de estabilidade e eficiência governativa»¹⁴²⁷.

¹⁴²⁵ *O Dia*, n.º 990, 26-06-1916, p. 1.

¹⁴²⁶ Cf. Leal da Câmara, *Miren Ustedes. Portugal Visto de Espanha*, Porto, Livraria Chardron – Lello & Irmão Editores, 1917, pp. 22-23.

¹⁴²⁷ BNP, ELM, caixa 58, documento cifrado, sem data.

A resposta das personalidades espanholas contactadas não podia ser mais afirmativa: «O governo espanhol veria com grande simpatia, e prestaria o seu apoio imediato, a um Governo Nacional, que em Portugal afirmasse a Disciplina e a Ordem, gestionando o seu rápido reconhecimento por outras nações»¹⁴²⁸. Desconhecemos a identidade das altas individualidades políticas da corte espanhola que teriam assumido tamanha responsabilidade política. Mas a serem verdadeiras, elas traduzem contactos feitos com sectores bem colocados do Estado espanhol, pois uma das promessas supostamente concedida previa «que por ocasião do levantamento, mandaria ao Tejo uma esquadra pronta a coadjuvar o ministro, com o fim já conhecido de protecção aos súbditos espanhóis, mas com ordens enérgicas de não consentir desmandos»¹⁴²⁹.

Mesmo aceitando que os vários executivos espanhóis não comungassem desta velha ambição intervencionista, incluindo o conde de Romanones, presidente do governo em 1916, a verdade é que a corte de Afonso XIII tinha uma tradição pró-monárquica bem antiga, acolhendo pretéritos desejos restauracionistas¹⁴³⁰. E essa tradição estava em articulação com a pressão alemã para que Espanha quebrassem a neutralidade, fazendo-lhe a oferta de Gibraltar e Portugal¹⁴³¹. Na verdade, os monárquicos portugueses continuavam a manobrar livremente em Espanha, cujas fronteiras se abriam para o contrabando de armamento que continuamente acudia a território nacional. Esse contrabando seria uma constante até à restauração da «Monarquia do Norte», em 1919.

Voltando à questão do projecto monárquico de um «governo nacional», esse desígnio procedia de um amplo consenso que se apossara dos sectores adversários da «União Sagrada». Como fundamento deste combate solidário, tido como fermento de convergência política, estava naturalmente a defesa da mesma política de beligerância: «Entendo ser conveniente espalhar-se secretamente a ideia de um movimento de resistência e preparar as coisas para que desse movimento saia a queda disto tudo e uma Junta de Governo Nacional que permanecerá até ao fim da guerra. A base da resistência deve ser esta: *queremos combater*

¹⁴²⁸ *Ibidem*.

¹⁴²⁹ *Ibidem*.

¹⁴³⁰ Cf. Leal da Câmara, *ob. cit.*, pp. 34-35.

¹⁴³¹ Cf. Hipólito de la Torre Gómez, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 152-153.

dentro do solo pátrio e só dentro dele. Oposição intransigente a toda a ideia de se ir combater lá fora, e para que o sossego e a confiança renasçam nos espíritos, estabelecer um governo que mereça a confiança do país»¹⁴³².

Se bem interpretamos o sentimento desta forte corrente política, havia uma concepção que unia aliadófilos e germanófilos e até sectores republicanos, como a *União Republicana* e o grupo de Machado Santos. Todos sustentavam uma política de neutralidade cooperante ou, na melhor das hipóteses, uma beligerância condicionada ao território nacional e às colónias. Ao avocar a guerra na defesa das colónias, campo tradicionalmente consensual, este vasto segmento político e social procurava resguardar-se das acusações que sobre ele iam pesando de defenderem uma estratégia antipatriótica, que na retórica dos radicais republicanos equivalia ao labéu de «germanofilismo».

Esta posição foi também assumida por muitos monárquicos conhecidos por apoiar a política de D. Manuel, como Aires de Ornelas, Luís de Magalhães e João de Almeida. Na verdade, uma leitura atenta de alguns dos textos que então produziram deixa revelar algumas ambiguidades. Com efeito, Aires de Ornelas, grande defensor dos aliados e da cultura latina, apoiaria publicamente a beligerância de Portugal, seguindo as instruções que lhe dera D. Manuel¹⁴³³. Mas os seus textos não deixavam de denunciar a «verdadeira hipnose europeia» que tomara conta do governo português, empenhado por «todas as formas e feitios» em «levar o país a combater na frente francesa». Nas suas reflexões sobre a guerra, afirmava abertamente a incapacidade militar do exército português para participar numa guerra moderna, incapacidade que também João de Almeida expressava no seu livro *Visão do Crente*¹⁴³⁴. Neste livro, mais tarde visto como importante cartilha nacionalista, o antigo conquistador dos Dembos defendia também uma política intervencionista com o duplo objectivo de garantir a independência de Portugal face à Espanha e salvaguardar uma política verdadeiramente expansionista.

¹⁴³² BNP, ELM, doc. n.º 3616, carta do visconde do Banho a Luís de Magalhães, de 22-03-1916, sublinhado no original.

¹⁴³³ Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1918, pp. 19-20.

¹⁴³⁴ *Ibidem*, p. 21; João de Almeida, *ob. cit.*, pp. 126-129.

Mas era em África que esse duplo objectivo da política intervencionista de Portugal devia efectivar-se, como se viu atrás¹⁴³⁵. João de Almeida partilhava esta concepção com Aires de Ornelas, que via na derrota da Alemanha a possibilidade de Portugal reforçar a sua posição de potência africana. Persistia ainda uma razão moral para Portugal se fazer representar numa futura Conferência, pois o país era o alvo privilegiado dos apetites coloniais germânicos em África. A sua resistência exigia algumas compensações. Por tudo isto, Ornelas defendia que «a situação política, o nosso interesse directo, tudo se combinava para nos impelir para uma *estreita colaboração em guerra africana* nos dois teatros onde ela ia efectivamente travar-se»¹⁴³⁶.

O lugar-tenente de D. Manuel considerava que as obrigações de Portugal com a Grã-Bretanha passavam pela «cooperação em África» e uma «cooperação» estratégica na Europa, isto é, fornecendo meios militares, era a que mais se adequava aos «deveres da aliança». Fica assim claro que mesmo os mais aliadófilos dos manuelistas, como Aires de Ornelas, eram sensíveis a uma estratégia que, internamente, postulava a participação exclusiva de Portugal em acções bélicas no teatro africano. Conhecedores da situação do exército, tanto João de Almeida como Aires de Ornelas proclamavam que não havia vantagens numa força composta por soldados portugueses, afirmando ainda que uma participação na guerra só agravaria a situação económica e financeira do país. Por outro lado, sugeriam que tal decisão não correspondia à vontade do país¹⁴³⁷. Esta era, em suma, a política defendida pela maioria da opinião monárquica¹⁴³⁸.

Uma das questões mais pertinentes no estudo da relação dos monárquicos com a Grande Guerra prende-se com a sua propalada germanofilia. Vimos atrás que este sentimento existia realmente em diferentes sectores realistas, que já em 1914 contemplavam na vitória da Alemanha a possibilidade de uma restauração da monarquia. D. Manuel acusou várias vezes os seus correligionários de serem

¹⁴³⁵ *Ibidem*. Veja-se, ainda, Miguel Dias Santos, «Imperialismo e Ressurgimento Nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», in *Estudos do Século xx*, n.º 3, Coimbra, Centro de Estudos do Século xx, 2003, pp. 100-103.

¹⁴³⁶ Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães e Moniz, 1918, pp. 18-19. Sublinhado nosso.

¹⁴³⁷ *Ibidem*, pp. 25-26.

¹⁴³⁸ Cf. «Portugal na Guerra», in *O Dia*, 12-12-1917, p. 1.

«germanófilos», contribuindo assim para a ruína da sua estratégia política¹⁴³⁹. Na sua opinião, noventa e cinco por cento dos realistas eram simpatizantes incondicionais da Alemanha¹⁴⁴⁰. Para evitar o alastramento desta simpatia, recomendou a Aires de Ornelas que procurasse evitar a influência dos germanófilos na «opinião monárquica»¹⁴⁴¹.

Mas seriam os partidários da realeza autênticos admiradores da Alemanha, no sentido ideológico e filosófico que manifestavam Alfredo Pimenta e Caetano Beirão? Há fortes razões para pensar que não. Na verdade, muitos eram «germanófilos» apenas porque não compreendiam o recente aliadofilismo dos republicanos do *Partido Democrático*. Com efeito, a nova atitude da República face à Inglaterra, confirmada com a requisição dos navios, indispensável para a sua política de beligerância, modificou a retórica republicana, que passou a exaltar a «pérfida Albion». A ideia de que a Inglaterra protegia a república e, no extremo, que facilitou a mudança do regime em 5 de Outubro¹⁴⁴², apregoada então pelos republicanos, provocou um sentimento de revolta nos arraiais monárquicos, reacção emocional que explicava aquilo que Luís de Magalhães chamava de «erro de previsão política»¹⁴⁴³.

A questão torna-se mais complexa, porém, se nos detivermos na possibilidade da acção revolucionária e subversiva dos monárquicos ter contado com a colaboração de agentes e espões alemães. Na documentação da contra-espionagem francesa existem indícios de que houve contactos de agentes monárquicos no exílio com a espionagem alemã existente em Espanha, na preparação do movimento de 27 de Agosto de 1915, que deflagrou em Braga e Guimarães¹⁴⁴⁴. Na documentação da contra-espionagem portuguesa encontram-se também muitos vestígios de cumplicidade entre agentes alemães e os exilados espanhóis para o desenvolvimento de actividades subversivas em Portugal, nos anos de 1916 e

¹⁴³⁹ Carta de D. Manuel ao marquês do Lavradio, de 04-10-1915, in António Cabral, *ob. cit.*, p. 202. Essa carta terminava assim: «O germanofilismo dos monárquicos ser-nos-á fatal».

¹⁴⁴⁰ *A Questão Dinástica*, cit., p. 17.

¹⁴⁴¹ BNP, ELM, doc. n.º 12061, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Agosto de 1916.

¹⁴⁴² Tese antiga que foi recentemente revisitada por Jorge Morais, *Com permissão de Sua Majestade. Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*, [s/l], Via Occidentalis, 2005.

¹⁴⁴³ BNP, ELM, doc. n.º 12061, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, datada de Agosto de 1916.

¹⁴⁴⁴ Cf. Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 342.

1917, de que devia resultar a restauração da monarquia ou, na sua impossibilidade, a criação de um clima geral de agitação que dificultasse a mobilização de forças para o *Front*¹⁴⁴⁵.

Em documentação francesa encontram-se referências ao «ouro alemão» utilizado em propaganda contra a guerra em Portugal. O coronel Denvignes, adido militar em Madrid, implicava dinheiro alemão no movimento de Machado Santos, em 13 de Dezembro de 1916. E explicava que a Alemanha tinha aumentado a sua propaganda em Portugal para impedir a ida do CEP para a França. Já em Março de 1917, os serviços de informação franceses informavam as autoridades portuguesas da preparação de um golpe perpetrado por monárquicos a partir de Espanha, com armas fornecidas pela Alemanha¹⁴⁴⁶. No caso da Espanha, foi já evidenciado todo o investimento da Alemanha para reforçar o sentimento germanófilo dos sectores que defendiam a intervenção daquele país em Portugal. Como demonstrou Torre Gómez, a campanha iberista e intervencionista desenvolvida em Espanha foi promovida pela imprensa germanófila, que seguia a política defendida pela Alemanha¹⁴⁴⁷.

Na documentação de arquivo não encontrámos elementos que ainda que indirectamente confirmassem ligações entre os agentes alemães e elementos subversivos da realeza. Mas existe um relato que pode constituir um indicador forte dessas conexões, pelo menos no exílio. Sabemos, devido ao relato de António Cabral, que o major António Rodrigues Nogueira manifestou a um grupo de notáveis do partido monárquico, reunidos na Quinta das Lágrimas, em Coimbra, que estava encarregado de uma diligência ao serviço da Alemanha¹⁴⁴⁸. Este país prometia, através de Rodrigues Nogueira, o seu empenho na restauração da monarquia em Portugal, garantindo ao mesmo tempo a sua integridade territorial e a independência. «Em troca, pretendia apenas que os monárquicos portugueses, que eram maioria no país, pela sua influência e pela sua acção, concorressem

¹⁴⁴⁵ Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262. Em 1915 teria havido em Madrid um encontro entre o embaixador alemão e João de Azevedo Coutinho. Cf. IAN/TT, Fundo de João de Azevedo Coutinho, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 23-03-1915.

¹⁴⁴⁶ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 206.

¹⁴⁴⁷ Cf. *ob. cit.*, p. 152; Câmara Leal, *ob. cit.*, pp. 197-210.

¹⁴⁴⁸ António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas*, cit., pp. 297-298. Os monárquicos presentes eram o conde de Bertandos, D. João de Alarcão, D. Luís de Castro, José de Azevedo Castelo Branco, Moreira de Almeida e António Cabral.

para que Portugal não entrasse na guerra»¹⁴⁴⁹. António Cabral assevera que a proposta da Alemanha foi recusada, em nome de valores «patrióticos», mas esta diligência não elimina a suspeita de que terão ocorrido contactos efectivos entre representantes da autoridade germânica e os realistas portugueses. Se internamente tais conúbios não passam de meras hipóteses, persistem indícios muito fortes de que através dos exilados em Espanha essa colaboração indirecta tenha de facto existido, tal como já acontecera nos trabalhos subversivos de Agosto de 1915.

Os silêncios da documentação alemã não escondem, porém, uma realidade marcada internamente por uma vasta propaganda chamada «germanófila», substanciada em inúmeros panfletos, cartazes e sentenças escritas nas paredes, pelo menos em Lisboa¹⁴⁵⁰. Alguns desses panfletos resultavam efectivamente da actividade de monárquicos exilados em Espanha, com ou sem conivência de agentes germânicos. Cerca de duzentos panfletos, com o título «Soldados ou carneiros», foram descobertos pelas autoridades no comboio de Valença do Minho e segundo relatórios oficiais tinham vindo de «Vigo», cidade onde residia uma importante colónia realista¹⁴⁵¹.

Alguma historiografia mostra um certo cepticismo quanto a esta matéria, defendendo que não fica comprovado, apesar do que atrás se afirma, que a Alemanha possuísse em Portugal uma rede de espionagem¹⁴⁵². Ainda assim, os serviços de polícia e espionagem do ministério da guerra e do ministério do interior elaboraram informação detalhada dos nacionais alemães, austríacos e espanhóis que viviam ou passavam por Portugal e alguns estavam identificados como «espões»¹⁴⁵³. Existia também informação detalhada sobre as personalidades monárquicas que estavam rotuladas como «activos» e «perigosos» e sobre os quais se supõe que existisse vigilância policial, incluindo sobre alguns dos exilados em Espanha¹⁴⁵⁴. Estes «cadastros» continham os nomes dos «elementos políticos» potencialmente perigosos para a república, ou pelo menos identificados como

¹⁴⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁵⁰ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, pp. 207-208.

¹⁴⁵¹ AHM, 1.^a divisão, 35.^a secção, caixa n.º 1263, pasta 1.

¹⁴⁵² Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 146; Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e o Sidonismo*, vol. 1 História de uma vida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, p. 387.

¹⁴⁵³ Cf. AHM, 1.^a divisão, 36.^a secção, caixa 13, pasta 3, n.º 2.

¹⁴⁵⁴ *Ibidem*. A lista incluía anarquistas, socialistas e sindicalistas supostamente perigosos para a república.

adversários e acusados de combater a política de guerra do governo¹⁴⁵⁵. Faziam parte daquilo que a retórica republicana se habitou a apelidar de «germanófilos».

A verdade é que o epíteto de «germanófilo» foi também usado pelos republicanos radicais para esconder a falta de entusiasmo que o povo português nutria pela mobilização militar¹⁴⁵⁶. Como notou Malheiro da Silva, a campanha radical a favor da guerra criou então um «ambiente emocional de excitação guerreira e heróica» que não admitia posições contrárias, conotadas imediatamente com a Alemanha e os interesses teutónicos¹⁴⁵⁷. Personalidades como Joaquim Pimenta de Castro, Machado Santos, Brito Camacho e Sidónio Pais contavam-se, como os monárquicos e católicos, entre o grémio dos «germanófilos». Alguma imprensa realista mais sensível recusava o atributo, mas a simpatia pela Grã-Bretanha e pelos aliados constituía uma excepção na retórica monárquica¹⁴⁵⁸.

A acção da propaganda contra a guerra conduzida por estes sectores revelou-se muito intensa e persistente. Obedecesse ou não a um plano concertado com os alemães, a verdade é que os monárquicos tudo diligenciaram, ao nível da propaganda, para dificultar a partida efectiva de soldados portugueses para a frente europeia de combate, dando expressão às orientações das cúpulas internas. Foi já analisada por Filipe Meneses a dificuldade dessa propaganda contra a mobilização, em virtude da censura e da vigilância policial instituídas pelo governo. Com efeito, a república criou toda uma rede de espionagem que, juntamente com a sua polícia judiciária e os agentes do ministério da guerra, procurou identificar e eliminar todos os focos de contra-propaganda e as suas extensões subversivas e revolucionárias. Isso explica que parte essencial dessa produção tenha repousado na publicação de panfletos clandestinos e, mais difícil de controlar, no recurso ao contacto directo, que visava a população rural, na sua maioria analfabeta¹⁴⁵⁹.

Esta tática estava conforme com a capacidade de penetração dos sectores monárquico-clericais no mundo rural. A documentação realista confirma que ela foi aproveitada para desenvolver a sua propaganda contra a mobilização. Para

¹⁴⁵⁵ Estavam identificadas duzentas e vinte personalidades monárquicas.

¹⁴⁵⁶ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 206.

¹⁴⁵⁷ Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, pp. 387.

¹⁴⁵⁸ Veja-se *A Nação*, n.º 16439, 29-02-1919, p. 1.

¹⁴⁵⁹ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 179.

além dos manifestos chegados de Espanha, produziam-se em Lisboa panfletos, na sede do jornal *O Liberal*, dirigido por António Teles de Vasconcelos, onde a polícia tinha um agente infiltrado¹⁴⁶⁰. Um panfleto com o título «Os bandidos vendilhões de carne humana», da autoria do exaltado Júlio da Costa Pinto, figura central do revolucionarismo monárquico sediado em Lisboa, explorava o número de mortos em África e revelava que estariam para seguir para o «matadouro da Europa 90:000 portugueses, VENDIDOS OU ALUGADOS A ESTRANGEIROS» em benefício dos chefes republicanos¹⁴⁶¹. Enquanto amealhavam «fortunas», os dirigentes republicanos semeavam, «sem escrúpulos, a viuvez, a orfandade, a miséria e, quem sabe, se a prostituição»¹⁴⁶². O panfleto terminava com um contundente apelo «à revolta» contra os «vendilhões de carne humana». Muitos destes panfletos seriam da lavra de Zeferino Cândido, germanófilo convicto que publicara os livros *O Canhão Vence... A verdade Convence* e *Aliança que Esmaga... Beligerância que desonra*, onde defendeu a mais rigorosa neutralidade. Zeferino Cândido era acusado de ser «agente alemão» e de escrever os «manifestos distribuídos por Portugal incitando o povo a não ir para a guerra»¹⁴⁶³.

Estes panfletos aproveitavam a ignorância e a ingenuidade popular, estratégia que estava conforme com as instruções dadas pelas chefias realistas do sector radical. Com efeito, para além das movimentações políticas dos monárquicos mais activos, existe uma circular que prova a irredutibilidade do sector contra-revolucionário na recusa da política conciliatória de D. Manuel e no ataque à república. Essa circular, enviada a 46 pessoas, entre titulares, padres (12) e antigos caciques locais, convidava os monárquicos a fazer propaganda contra a participação de Portugal na guerra, com argumentos que apelavam ao sentimento popular e à ignorância assumida das populações. Entre as muitas indicações recomendava-se «fazer ver à simplicidade provinciana a falta que os portugueses fazem à sua terra, e a suas famílias, pois pela certa, não voltarão os que seguirem

¹⁴⁶⁰ Em 1916, a polícia conseguiu infiltrar um agente no *Liberal*, que ocupava o lugar de tipógrafo. Não só permitiu às autoridades controlar a actividade editorial e política do grupo, como a sua acção revolucionária e propagandística, entre 1916 e 1917. Esse tipógrafo infiltrado foi o executor de alguns dos panfletos contra a guerra saídos da pena deste grupo irrequieto. Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262, pasta 2.

¹⁴⁶¹ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262, pasta 1.

¹⁴⁶² *Ibidem*.

¹⁴⁶³ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262, pasta 1.

para a guerra»¹⁴⁶⁴. Dentro do espírito subversivo deste grupo, já traçado, insistia-se também na necessidade de «contrariar por todas as formas que a sua inteligência lhe sugerir, as acções do governo da república, qualquer que ele seja».

A publicação da circular foi feita pelo jornal de António José de Almeida, depois de Leote do Rego a ter divulgado numa conferência realizada em Setúbal. Essa publicidade levantou protestos imediatos dos monárquicos. Aníbal Soares, manuelista indefectível, gizou mesmo uma participação às autoridades, exigindo uma acção judicial contra os autores da dita circular¹⁴⁶⁵. Na verdade, a imprensa monárquica não podia admitir publicamente esta activa propaganda contra a guerra, como não podia admitir que os monárquicos conspiravam para derrubar a república. Fosse por tática, ou mesmo por ignorância da actividade subversiva desenvolvida pelos sectores radicais, a imprensa realista refutava todas as acusações que envolviam actividades ilegais. No início de 1916, João Moreira de Almeida declarava no *Dia* que os monárquicos «não conspiram. Pode o governo procurar à vontade. Terá o desgosto de não encontrar o mais ténue fio que possa envolver os monárquicos numa nova fita»¹⁴⁶⁶. A afirmação estava, porém, longe de corresponder à verdade.

A retórica monárquica insistia sobretudo numa ideia estruturante: a de que a política de intervenção não radicava em quaisquer interesses nacionais ou intuitos patrióticos, mas decorria da necessidade de consolidar a república e o *Partido Democrático*. A estratégia política dos afonsistas, agregada a um idealismo beligerante e exaltado, foi rapidamente desmontada por figuras de proa do monarquismo, como João de Almeida e Luís de Magalhães. As análises deste último não resultavam apenas das suas qualidades de político experimentado. O filho de José Estêvão estava habituado a reflectir profundamente sobre a vida pública, com as suas crises políticas, desde os tempos em que militara na *Vida Nova*, ao lado do mestre Oliveira Martins. A mesma acutilância com que defendera então os interesses nacionais, sacrificados à gula dos partidos dinásticos, vergastava agora o governo da república de pretender a beligerância em nome de «interesse políticos do seu exclusivo interesse», pregando um patriotismo que

¹⁴⁶⁴ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1263, pasta 1.

¹⁴⁶⁵ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1263, pasta 5. Veja-se, ainda, o *República*, ano VI, n.º 2116, 28-11-1916, p. 1.

¹⁴⁶⁶ *O Dia*, ano 17, n.º 851, 12-01-1916, p. 1.

mais não era do que «*bluff* político»¹⁴⁶⁷. Luís de Magalhães explicava assim a D. Manuel a estratégia republicana de consolidação do regime: «E, por isso, à falta de uma base interna, [a república] procura, com a política de guerra, uma base externa em que se firme e consolide. A guerra é, para ela, uma carta decisiva. A compartilha do triunfo dos aliados, o baptismo de fogo da bandeira verde e vermelha, a identificação dessa glória com o regime que a promoveu, o levantamento do espírito militar e a consagração por um certo espírito guerreiro, conquistado nos campos de batalha, dalguns chefes retintamente republicanos, o presumido apoio dos aliados às instituições dum país, que tão voluntariamente lhes ofereceu o seu sangue e os seus recursos - seriam, para a República, outras tantas garantias ou probabilidades de garantias da sua estabilização política»¹⁴⁶⁸. A imprensa realista também recusava o carácter nacional da política belicista do regime e insistia em afirmar que a «fúria guerreira» dos republicanos levava consigo a «marca da salvação da república»¹⁴⁶⁹. E mesmo nos sectores mais próximos de D. Manuel, como Aires de Ornelas, que analisava com cautela e até com uma certa ambiguidade a beligerância de Portugal, considerava-se que «falar no poder soberano do Parlamento ou na unanimidade da representação nacional, corresponde à realidade dos factos pela forma que a Nação inteira perfeitamente conhece»¹⁴⁷⁰.

Esta incompatibilidade entre os sectores próximos do monarca exilado e os sectores radicais da Causa Monárquica não se limitava à questão da guerra. Traduzia uma antinomia doutrinária e estratégica que explica o fraco sucesso do movimento monárquico em Portugal. D. Manuel representava então, por questões de tática e de patriotismo inequívoco, o espírito anti-revolucionário. Opunha-se a todos os esforços e manigâncias dos monárquicos porque acreditava que a restauração só seria viável por intervenção da Inglaterra, na conjuntura do pós-guerra. E porque não confiava nos seus correligionários, dificultou sempre os seus esforços de organização política. Bastava-lhe então um lugar-tenente que emprestasse visibilidade à sua política e ao seu pensamento.

¹⁴⁶⁷ BNP, ELM, doc. n.º 12061, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, Agosto de 1916.

¹⁴⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁶⁹ *O Dia*, 17.º ano, n.º 885, 18-02-1916, p. 1.

¹⁴⁷⁰ Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Magalhães & Moniz, 1916, p. 26.

As ideias expendidas então pelo seu órgão oficial, o *Diário Nacional*, revelam afinal uma proximidade, ainda que ténue, com o pensamento contra-revolucionário que então fazia a sua ascensão no campo monárquico. D. Manuel abominava as revoluções porque temia os abalos históricos carregados de instabilidade e desordem social. Preconizava, por isso, uma evolução gradual das instituições políticas, cónscio da importância de fazer corresponder a restauração a uma necessidade colectiva e não a uma imposição de força. Por outro lado, ao contrário da direita moderna de influência soreliana, a contra-revolução repudiava as movimentações das massas, aquilo a que Alfredo Pimenta designava de «movimento perturbador firmado nos elementos sociais inferiores»¹⁴⁷¹.

A problemática torna-se mais pertinente se colocarmos o tema da mudança de instituições: como esperavam os sectores anti-revolucionários, e o próprio D. Manuel, restaurar a monarquia? Por uma restauração das consciências, pela propaganda da ideia monárquica que transformaria a restauração numa aspiração nacional. Os mecanismos podiam ser político-eleitorais, como defendia D. Manuel, ou resultar da intervenção do exército, instituição de vocação nacional.

A reposição da realeza por acção do exército tinha vantagens teóricas e pragmáticas. No campo do pragmatismo e da estratégia porque era, desde o início, a única instituição capaz de operar a mudança de regime e garantir a legitimidade da restauração. No plano teórico, porque a intervenção da força armada não colidia com o pensamento e a sensibilidade dos conservadores. Na medida em que Exército detinha a legitimidade da força e do poder coercivo, a sua intervenção filiava-se na linha dos «actos violentos de restabelecimento da ordem». O restabelecimento da coroa visava em primeiro lugar restaurar a ordem e a autoridade, não era uma revolução¹⁴⁷². Indo ao encontro do ideário de integralistas e tradicionalistas, como Alfredo Pimenta, D. Manuel pensava primeiro numa mudança nas consciências, nos espíritos, que apresentasse a monarquia como garantia de ordem e progresso¹⁴⁷³. O *Diário Nacional* expunha assim o pensamento manuelista: «A causa monárquica tem de seguir uma política diferente da que sempre se tem adoptado em Portugal [...]. Tem de ser

¹⁴⁷¹ Alfredo Pimenta, *Política Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d [1917], p. 31.

¹⁴⁷² *Ibidem*.

¹⁴⁷³ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 119-120.

uma política contra-revolucionária: afirmativa, orgânica e positiva [...]: há-de ser, tem de ser, uma política nacional [...] e subordinada à conveniência nacional e não partidária. Orgânica e não revolucionária»¹⁴⁷⁴.

A corrente radical, herdeira da sua tradição liberal oitocentista, defendia a acção política e a agitação continuada. Não entendia a passividade de D. Manuel e a sua estratégia política de apoio à República, e não se eximia em lhe manifestar esse descontentamento: «Há muito tempo que os Seus partidários, só de Vossa Majestade ouvem conselhos de passividade, de retraimento, desaprovação dos seus intuitos, condenação dos seus actos e, agora, o aviso comunitório d'uma pública exautoração. [...] a impressão que isso causa é, nuns de desgosto profundo, n'outros de irritação, no geral d'um radicado convencimento de que Vossa Majestade se desinteressa da Causa que representa e abandona os seus servidores e o seu país ao seu duro e miserável destino»¹⁴⁷⁵. Para a maioria dos monárquicos, a restauração não podia esperar pelo fim da guerra simplesmente porque «não tem prazos: tem oportunidades»¹⁴⁷⁶.

Paiva Couceiro, apesar do seu pensamento tradicionalista, representava os paradoxos e as antinomias de um sector que no plano doutrinário repudiava a Revolução, mas que por estratégia defendeu sempre a acção subversiva com o mesmo ardor com que combateu a república. Em 1926, o paladino insistia no papel da «violência» política na restauração da monarquia: «Sem o uso de violência não terão monarquia. É o que diz o raciocínio baseado nos factos. Violência efectiva, ou um grande potencial de violência funcionando como ameaça pronta a disparar. [...] Ninguém pensa que o Conselho Político deva ser revolucionário. Mas o que pensa é que, - quando o Estado não garante os direitos cívicos, e antes pelo contrário é conivente com a desordem e o crime, - torna-se para os cidadãos e colectividade, direito, dever e questão de dignidade, assegurar, por meios próprios de polícia armada, a segurança e o respeito devido às pessoas e ao exercício das suas actividades lícitas»¹⁴⁷⁷.

O sector contra-revolucionário, que incluía Paiva Couceiro e o seu séquito de exilados em Espanha, procurou explicar a D. Manuel que a restauração

¹⁴⁷⁴ *Diário Nacional*, ano 1, 14-10-1916, p.1.

¹⁴⁷⁵ BNP, ELM, doc. n.º 12059, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, Março de 1916.

¹⁴⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷⁷ BNP, ELM, doc. n.º 725, carta de Paiva Couceiro a Luís de Magalhães, de 17-01-1926.

aconteceria em função de determinadas «circunstâncias» ou quando os «factos o determinem»¹⁴⁷⁸. Ora os factos e as circunstâncias também se provocam. Entre 1916 e 1917, a conjuntura de guerra e a mobilização do exército constituíam circunstâncias que podiam acelerar o restabelecimento do trono.

Uma dessas poderosas circunstâncias descobria-se na profunda relutância com que parte significativa do exército encarava a possibilidade de marchar para a frente de batalha. Os sectores anti-intervencionistas desenvolveram uma forte campanha de propaganda junto dos quartéis, repudiando a mobilização e defendendo uma intervenção militar para derrubar o *Partido Democrático*. Essa propaganda foi já visível no verão de 1916, quando o governo de António José de Almeida, através do ministério da guerra, chefiado por Norton de Matos, organizou e formou as forças do *Corpo Expedicionário Português*. O exército português não reunia as condições técnico-profissionais nem ao nível dos equipamentos e armamento para combater o tipo de guerra que deflagrava na Europa¹⁴⁷⁹. As reformas realizadas desde a implantação da república, no sentido da criação de um serviço militar universal e obrigatório e de oficiais milicianos, fracassaram, como fracassara a sua modernização técnico-profissional. Comandado por um corpo de oficiais conservador, continuava permeável às velhas práticas que isentavam os mancebos de se apresentar à inspecção¹⁴⁸⁰. Seria este exército que o partido da guerra, liderado por Norton de Matos, procurou mobilizar para o conflito na Flandres, depois de reformas introduzidas que visavam garantir a existência de um serviço militar obrigatório.

A concentração, em Tancos, dos 35 mil homens que compunham a Divisão de Instrução aconteceu nos primeiros dias de Maio de 1916, e a preparação militar ficou concluída em Agosto desse ano. Sobre esses exercícios de treino militar caíram as atenções e a propaganda: para uns era o «milagre de Tancos», traduzido numa mobilização rápida e ordeira; para outros, o descalabro de oficiais

¹⁴⁷⁸ BNP, ELM, doc. n.º 12059, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, Março de 1916.

¹⁴⁷⁹ Cf. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 22.

¹⁴⁸⁰ Em 1915, dos 70 000 mancebos que deviam apresentar-se à inspecção, apenas 22 862 foram inspeccionados (32,9 %) [*Ibidem*, p. 23].

desmotivados e soldados indisciplinados¹⁴⁸¹. O comandante nomeado para a Divisão de Instrução de Tancos, general Tamagnini de Abreu, relatou algumas das dificuldades da empresa, nomeadamente a influência da propaganda deletéria: «Sério empreendimento era, com efeito, reunir alguns milhares de homens, obrigá-los a trabalhar, mantendo neles a disciplina, bastante abalados em consequência dos instigadores profissionais de revoluções [...] à Caserna, prometendo os galões de oficiais a sargentos, [...] e reunindo recrutamentos com eles para tramar [...] conspiratas, e quando também circulava já a corrente contrária à nossa participação na guerra, deixando muitos oficiais transparecer a sua relutância, procurando fugir à mobilização»¹⁴⁸².

Na verdade, o exército não queria ir para a guerra. Segundo o coronel Pereira Bastos, oficial próximo do partido beligerante, no Estado-maior do Exército «poucos eram os partidários ou simpatizantes da República e da Inglaterra»¹⁴⁸³. A mesma ideia predominava no sector antibeligerante. Os monárquicos procuravam convencer D. Manuel da inabilidade da sua política mostrando-lhe o descontentamento da maioria dos oficiais, conscientes da falta de capacidade bélica e de organização da força armada. A propaganda sobre a divisão de Tancos acentuava o descontentamento dos oficiais e soldados, que cantarolavam melodias de protesto ao som do rufo dos tambores, entoando os versos «Para Verdun/Não vai nenhum». Quanto ao «milagre de Tancos», não passaria de «pura pantomina militar. Ao fim de dois meses de instrução conseguiu-se fazer ... uma parada»¹⁴⁸⁴.

Compreende-se assim as movimentações conspiratórias em torno dos quartéis e mesmo de Tancos, onde os adversários da guerra aumentavam a propaganda¹⁴⁸⁵. A vigilância policial e militar começava a identificar os quartéis onde

¹⁴⁸¹ Para uma leitura optimista do «milagre de Tancos», leia-se Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho. Pátria e República*, Lisboa, Publicações D. Quixote - Coleção Parlamento, 2005; para perspectiva contrária, veja-se o depoimento do oficial que comandou a divisão de instrução e o CEP em Isabel Pestana Marques, *Memórias do General. "Os Meus Três Comandos" de Fernando Tamagnini*, Viseu, Sacre/Fundação Mariana Seixas, 2004.

¹⁴⁸² In Isabel Pestana Marques, *ob. cit.*, p. XXVI.

¹⁴⁸³ Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 119.

¹⁴⁸⁴ BNP, ELM, doc. n.º 12061, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, de Agosto de 1916.

¹⁴⁸⁵ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1. Segundo informações do *Grupo Companheiro do Bem*, um dos muitos grupos de vigilância da república então operantes, «nos quartéis alicia-se gente com verdadeiro furor».

predominavam oficiais monárquicos ou «espadistas», todos inimigos ferozes do Partido Democrático e da guerra. Eram os casos de Évora, Viseu, Braga e Vila Real, regiões fronteiriças onde se notava um aumento considerável de actividade do lado espanhol¹⁴⁸⁶. No regimento de cavalaria n.º 5, em Évora, o comandante, tenente-coronel Pereira da Silva, juntamente com os seus oficiais, era acusado de propaganda monárquica e germanófila. Segundo informações de um capitão, ao seu quartel chegaria frequentemente a imprensa espanhola considerada simpática para a causa alemã, e identificava os jornais *ABC* e o *Debate*¹⁴⁸⁷. A situação de Viseu demonstrava o perigo da ameaça monárquica, associada ao clima antibeligerante, atendendo a que a 2.ª divisão militar fornecera contingentes para o CEP. Um relatório pormenorizado dava conta da dinâmica do movimento realista local, liderado pelo visconde do Banho, que se encontrava em contacto com Aveiro através de Luís de Magalhães. Segundo o relatório, tratase de «um movimento monárquico, girando a propaganda em volta da partida para a guerra e da questão religiosa»¹⁴⁸⁸. Nos regimentos da cidade, em infantaria 14 e artilharia 7, predominavam os oficiais monárquicos e alguns sargentos, mas apesar da propaganda contrária, a possibilidade de revolta é baixa, apenas «se for iniciada noutros pontos». Quanto à população da cidade, revelava-se afinal hostil à república e à guerra, seguindo a influência dos notáveis locais e a sua «fraca cultura»¹⁴⁸⁹.

A situação de Viseu, que será um dos esteios do monarquismo que restaura a monarquia, em 1919, mostra bem a situação sociológica das cidades e vilas do interior, onde a republicanização das populações é incipiente e onde predominam as elites conservadoras e a classe dos eclesiásticos. O mesmo conflito de classes, de ideologias e de interesses encontrava-se no resto do país.

O aumento da propaganda antiguerra junto do exército fez com que o governo de António José de Almeida tomasse providências para afastar oficiais potencialmente hostis para com o seu esforço de beligerância. Entre os oficiais

¹⁴⁸⁶ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, vários documentos.

¹⁴⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸⁸ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1279, pasta 3. Outros monárquicos identificados eram o Dr. Joaquim Saldanha, Agostinho Marques da Gama, Dr. Luís Ferreira de Figueiredo e o filho Luís Frutuoso Ferreira de Figueiredo, todos estarão ligados à restauração monárquica de 1919.

¹⁴⁸⁹ *Ibidem*.

incluídos na *Ordem* do exército constavam nomes conotados com o pimentismo e com o monarquismo, como os do general Jaime Leitão de Castro, o tenente-coronel do Estado-Maior Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho, o tenente-coronel de cavalaria Firmino Teixeira de Mota Guedes, para além de outros oficiais de baixa patente, todos afastados do serviço. Mota Guedes viria a assumir papel preponderante em Braga, durante a Monarquia do Norte. Reformados foram o coronel de infantaria Adriano Acácio de Madureira Beça, o capitão de engenharia António Rodrigues Nogueira e o capitão de artilharia Alberto Augusto de Almeida Teixeira¹⁴⁹⁰. Todos partilhavam uma folha de serviço ligada às campanhas de ocupação africana e eram todos figuras sonantes da coroa. Madureira Beça e Rodrigues Nogueira eram impenitentes conspiradores, ligados às tentativas contra-revolucionárias de 1913 e 1914¹⁴⁹¹. Almeida Teixeira terá grande protagonismo durante o sidonismo na fase das juntas militares. A posição de Madureira Beça, que estava em contacto próximo com o sector político e contra-revolucionário da Causa Monárquica, expressa bem o ódio de parte da classe militar aos democráticos, cuja obra consideravam tão nefasta para Portugal, país «tão rijamente açoutado pelo vendaval demagógico, que não tem deixado pedra sobre pedra na sua demolidora e nefasta obra»¹⁴⁹².

Apesar destas medidas disciplinares, Portugal fervilhava de agitação e conspiradores. Os monárquicos continuavam a preparar a restauração concebendo planos a partir sobretudo do exílio, que se revelavam de grande complexidade, pois previam a concertação de acções em vários distritos para deflagrar em simultâneo¹⁴⁹³. Os autores destes planos pareciam não ter aprendido com os erros do passado. Mas percebiam que a conjuntura impunha cuidados especiais, pois o malogro de qualquer movimento seria imediatamente explorado como «acto antipatriótico e sugestão da Alemanha»: «É preciso evitar que tal movimento possa parecer pretexto para evitar intervenção guerra, o que tornaria governo nacional ou restauração monárquica, que dele saísse, abrigo de cobardia militar»¹⁴⁹⁴.

¹⁴⁹⁰ Cf. *O Dia*, ano 17, n.º 974, 06-06-1916, p. 1.

¹⁴⁹¹ BNP, ELM, doc. n.º 3821, carta de Adriano de Madureira Beça a Luís de Magalhães, de 10-07-1916.

¹⁴⁹² *Ibidem*.

¹⁴⁹³ BNP, ELM, caixa 58, carta cifrada.

¹⁴⁹⁴ *Ibidem*.

A leitura da imprensa realista, coarctada na sua livre expressão por medidas conjunturais, ligadas à censura, ou estruturais, decorrentes da sua condição de oposição ao regime, raramente favorecia a publicação de um programa político que traduzisse as intenções das cúpulas dirigentes. A conjuntura política e as movimentações do sector radical, associadas ao movimento de contra-mobilização, criavam a expectativa de que existisse um plano político ou projecto restaurador específico para essa conjuntura. Para penetrar nas intenções políticas do sector contra-revolucionário da Causa Monárquica foi preciso recorrer às fontes de arquivo. Esse projecto político existia de facto, e a sua análise torna inteligível e transparente a ambição monárquica de derrubar a república aproveitando as dificuldades de guerra.

Em primeiro lugar, ficava claro que o movimento monárquico devia começar por um pronunciamento militar «destinado a reagir contra a indisciplina revolucionária»¹⁴⁹⁵. Seria então formado um «governo na sua maioria formado por militares», instaurando uma «ditadura militar» que devia preocupar-se sobretudo com a restauração da «ordem e da autoridade» e da «solução da questão política». No primeiro caso, «reprimir abusos e violências» e resolver a questão das subsistências. As soluções aventadas passavam por estimular a produção interna, fomentar a importação de produtos coloniais e garantir a importação de bens de primeira necessidade, para o que se contava com a recuperação da «tonelagem necessária para o nosso transporte comercial marítimo». Os interesses dos grandes grupos económicos, de onde saía parte importante da base social de apoio monárquico ou simplesmente inimigo dos democráticos, seriam salvaguardados pela constituição de uma « direcção económica » que promoveria «inquéritos ao estado da economia nacional».

Quanto à política externa, o governo militar devia salvaguardar os «compromissos internacionais», especialmente aqueles que decorriam da aliança inglesa, mas procedendo «tanto quanto em nossos recursos caiba e sem prejuízo da defesa do território nacional, quer na metrópole, quer nas colónias». Ficava assim claro que a política de guerra devia ser equacionada, ponderados todos os esforços e eventuais vantagens políticas. Sobre este governo caía ainda a responsabilidade

¹⁴⁹⁵ BNP, ELM, caixa 43, documento manuscrito de Luís de Magalhães, sem data.

de apurar as reais motivações da política beligerante dos democráticos, o que ia ao encontro das desconfianças do sector anti-intervencionista¹⁴⁹⁶.

No plano da política interna, este governo promoveria a atracção das «classes conservadoras», com as quais se preparasse um «plebiscito» ao regime, depois de expurgados da administração e das forças de segurança todos os republicanos democráticos e os «profissionais da revolução», «restabelecendo o princípio da disciplina e da subordinação hierárquica». Era por meio de um plebiscito que os monárquicos contavam resolver a questão do regime. Em termos práticos, a solução presumia ainda dois processos distintos: o plebiscito directo, perguntando ao eleitorado qual o regime que pretendia ver estabelecido em Portugal; ou indirecto, através da eleição de uma assembleia que decidiria em nome do país.

A existência desta solução revela que os monárquicos recebiam uma restauração que produzisse uma divisão do país e conseqüente guerra civil, o que ajuda a compreender muitas das hesitações de 1918/1919. Entendiam que o plebiscito, solução defendida em 1911 por Couceiro, e que regressava então como alternativa a uma simples restauração¹⁴⁹⁷, traria a legitimidade necessária a um regime que carecia de consenso nacional para assumir o Poder com total garantia de estabilidade. O conflito político que existia em Portugal decorria afinal porque uma das partes, o Partido Democrático, impunha aos outros partidos um «sistema de poder» que era contestado. Nascia daqui o «conflito» e a «luta política»¹⁴⁹⁸. Esta era uma solução de natureza contra-revolucionária, pois era o exército quem intervinha para impor a autoridade e não uma qualquer revolução político-social. A intervenção do exército e a solução plebiscitária constituíam, para alguns monárquicos, a única via para garantir o consenso nacional e impor uma nova «ordem» política, aspiração de todas as organizações políticas¹⁴⁹⁹. Que a solução não era consensual, mesmo entre a corte oficial de D. Manuel, ficaria provado quando ela veio a ser invocada, durante o sidonismo, e os sectores do tradicionalismo lhe levantaram grandes obstáculos doutrinários¹⁵⁰⁰.

¹⁴⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁹⁷ Cf. João de Almeida, *ob. cit.*, p. 216.

¹⁴⁹⁸ Sobre o conceito de conflito político-partidário aqui subjacente, veja-se Miguel Artola, *Partidos y Programas Políticos 1808-1936*, tomo I, Los partidos políticos, Madrid, Aguilar, 1974, pp. 18-20.

¹⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 14.

¹⁵⁰⁰ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 169-172.

Enquanto se conspirava e se montava a máquina contra-revolucionária, continuava a entrar armamento em Portugal, trazido de Espanha, ainda que as autoridades militares não identificassem bem o destino do material bélico¹⁵⁰¹. Segundo alguns relatórios, as cidades do Norte e Centro, como Viseu, eram destinos prováveis¹⁵⁰². No final de 1916, as informações chegadas ao ministério dos negócios estrangeiros apontavam no sentido de uma intensificação das manobras conspiratórias, envolvendo Paiva Couceiro, Jorge Camacho, entre outros, e alguns militares do Norte, que se deslocavam à Galiza para conferenciar com os exilados¹⁵⁰³. Cá dentro, a 13 de Dezembro rebentava a tentativa revolucionária comandada por Machado Santos, movimento visto como esforço para impedir a partida do CEP para França. O aumento da propaganda antiguerra e das actividades revolucionárias era acompanhado pelos serviços militares e policiais de informação, mas dispunha de um contributo importante vindo do sector radical republicano. Tal como em 1911 e 1912, intensificou-se a acção dos grupos civis de revolucionários, que patrulhavam as ruas de Lisboa, Porto e outras cidades, apostados em «vigiar os inimigos do regime». A «Associação Patriótica e Secreta 'Mineiros'», organização com membros distribuídos por Lisboa e Porto, informava o governo, a 5 de Dezembro, da preparação de um movimento geral das forças anti-intervencionistas quando se realizasse a partida das tropas para a Flandres¹⁵⁰⁴.

É verdade que a revolta de Machado Santos deflagrou no momento de grande tensão provocada pela intensidade da propaganda contra a guerra, em cartazes espalhados pelas cidades¹⁵⁰⁵. No interrogatório que lhe foi feito a bordo do navio Vasco da Gama, Machado Santos acusou a *União Sagrada* de governar em ditadura e reivindicou a qualidade de fundador da república para intervir e «expulsar o governo do Senhor António José de Almeida que se tornara réu dos ominosos crimes». Afirmou também que em Novembro reunira com Bernardino Machado a quem propôs um «golpe de estado pacífico que acabasse com a indissolubilidade

¹⁵⁰¹ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 4.

¹⁵⁰² AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 2.

¹⁵⁰³ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1279, pasta 1.

¹⁵⁰⁴ *Ibidem*, pasta 2.

¹⁵⁰⁵ Cf. *Ibidem*, pasta 8. Num dos cartazes podia ler-se: «Que o português sem tristezas/Se defenda do alemão/Nas colónias portuguesas/Porque não!!!!/Mas que parta desta terra/Que vá para a França e que morra/P'ra poupar a Inglaterra/Isso porra!!!! / Viva Pátria Portuguesa».

do parlamento e restabelecesse de vez a ordem e a disciplina social». Apesar de atacar a política económica e social do governo e a sua «objecta política internacional», Machado Santos asseverou então que «não era contra a guerra», que defendera sempre a política de intervenção. A situação das colónias era efectivamente o que mais o preocupava: «Deu-se o desastre de África... eis o motivo da sua revolta»¹⁵⁰⁶.

O movimento teve o seu epicentro em Tomar, cidade onde Machado Santos assegurou o comando da 7.^a divisão e a partir da qual se dirigiu a Lisboa, mas foi barrado em Abrantes pelo coronel Abel Hipólito. De prático teve a publicação de um *Diário de Governo* apócrifo em que se demitia António José de Almeida e se nomeava um novo governo presidido por Machado Santos¹⁵⁰⁷. Do ponto de vista político e revolucionário, significou a primeira revolta dos sectores contrários à guerra no teatro europeu, reunindo para o efeito republicanos, monárquicos e operários, civis e militares¹⁵⁰⁸.

A colaboração dos monárquicos na revolta de 13 de Dezembro está conforme a política traçada pelas cúpulas insubmissas. Entre os envolvidos estava o capitão de administração Eurico Cameira, monárquico indefectível e oficial de larga tradição conspiratória, que virá a ter grande protagonismo no 5 de Dezembro e no sidonismo. Mas no plano civil, há indícios de envolvimento de Júlio da Costa Pinto, antigo tenente ligado ao jornal *O Liberal*, centro de importante e activo coio de subversão¹⁵⁰⁹. Mesmo sendo um movimento favorável à fundação da república, o facto de procurar derrubar o governo da *União Sagrada* era suficiente para agradar às cúpulas radicais da Causa Monárquica e de oficiais realistas que agiam de forma autónoma. Independentemente da sua importância, a verdade é que a propaganda republicana fez correr na imprensa europeia

¹⁵⁰⁶ AHM, 1.^a divisão, 35.^a secção, caixa 1279, pasta 8.

¹⁵⁰⁷ AHM, 1.^a divisão, 34.^a secção, caixa 8, pasta 3. O governo de Machado Santos era constituído por António Celorico Gil, Francisco de Paula Abreu Marques, Álvaro António da Costa Ferreira, Joaquim Coelho de Carvalho, Francisco Xavier Esteves, José Alfredo Mendes de Magalhães, Francisco Reis Santos e José da Costa Júnior.

¹⁵⁰⁸ Cf. AHM, 1.^a divisão, 35.^a secção, caixa 1279, pasta 8.

¹⁵⁰⁹ AHM, 1.^a divisão, 35.^a secção, caixa 1263, pasta 1.

o envolvimento de monárquicos no movimento de 13 de Dezembro, logo apodado de germanófilo¹⁵¹⁰.

Para o sector manuelista, liderado por Aires de Ornelas, era importante, por questões de credibilidade interna e externa, refutar tais acusações. Internamente, o lugar-tenente escreveu a Bernardino Machado uma carta em que declinava qualquer envolvimento num movimento republicano, lembrando o oferecimento de vários oficiais realistas ao governo¹⁵¹¹. Para o exterior, Aires de Ornelas enviou também uma carta dirigida ao *L'Action Française* em que negava as mesmas acusações que sobre a Causa Monárquica e sobre Paiva Couceiro pairavam de conspirar contra a república e fazer a propaganda contra a guerra¹⁵¹². Na verdade, as divergências políticas dentro da causa monárquica começavam a tornar-se públicas, e a ficar evidente que a maioria da causa monárquica defendia uma política bem diferente daquela que era perfilhada por D. Manuel. No *L'Action Française* insinuava-se inclusive que os partidários de D. Miguel preparavam dificuldades a Portugal congeminadas a partir de França¹⁵¹³.

Quanto a D. Manuel, criticou duramente o movimento de Machado Santos, que descreveu como «asneira bem criminoso», e respirou de alívio por, em sua opinião, nele não estarem envolvidos os seus reais súbditos¹⁵¹⁴. O antigo monarca permaneceu sempre fiel à sua política de coadjuvação da política beligerante da república, em guerra com a linha avançada do irreduzível e irrequieto partido monárquico.

O ano de 1917 haveria de acentuar esta divisão entre D. Manuel e os seus partidários. Os sectores mais dinâmicos insistiam com D. Manuel e com Aires de Ornelas para que se organizasse o Partido Monárquico, estabelecendo as bases orgânicas e doutrinárias da futura monarquia restaurada¹⁵¹⁵. D. Manuel, porém, tal como em 1915, não promovia a organização do seu partido, receoso

¹⁵¹⁰ BNP, Espólio de Aires de Ornelas, doc. n.º 143, carta de Aires de Ornelas ao *L'Action Française*, de 04-01-1917.

¹⁵¹¹ Cf. *O Liberal*, ano 1, n.º 26, 17-01-1917, p. 1.

¹⁵¹² BNP, Espólio de Aires de Ornelas, doc. n.º 143, carta de Aires de Ornelas ao *L'Action Française*, de 04-01-1917.

¹⁵¹³ *Ibidem*.

¹⁵¹⁴ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de D. Manuel a João de Azevedo Coutinho, de 07-01-1917.

¹⁵¹⁵ BNP, ELM, doc. n.º 1260, carta de Luís de Magalhães, de 25-04-1917.

da acção contraproducente de uma organização que ele não controlava. No *Diário Nacional*, Aires de Ornelas ia tentando moderar os ímpetus dos sectores mais dinâmicos, procurando evitar a «efervescência política prejudicial a todas as conveniências»¹⁵¹⁶. Estavam na memória de todos os conflitos e tensões com os republicanos resultantes do esforço organizativo de 1915, durante a «ditadura» de Pimenta de Castro¹⁵¹⁷. Mas a questão da organização do partido monárquico, que já analisámos noutra lugar¹⁵¹⁸, não se limitava a questões orgânicas, antes traduzia os diferentes matizes ideológicos que caracterizavam a Causa Monárquica. Com efeito, se os sectores liberais defendiam uma concepção liberal e democrática do partido, os tradicionalistas opunham uma organização vertical em que o rei, como chefe legítimo e herdeiro da coroa, indicava os órgãos directivos e seleccionava os seus membros, assim como apontava as directrizes da política e da estratégia a desenvolver¹⁵¹⁹. Na substância deste diferendo residiam tensões ideológicas entre a soberania do rei – mesmo que afastado do trono – no quadro de uma doutrina que defendia o poder efectivo do monarca, exercendo a sua autoridade sobre o conjunto dos súbditos e da nação, e a soberania nacional preconizada pelos liberais, que viam no modelo orgânico dos partidários de D. Manuel o regresso ao «absolutismo puro»¹⁵²⁰.

A polémica impediu a organização da Causa Monárquica em partido político estruturado, mas não demoveu o seu grupo mais dinâmico da intenção de organizar as forças monárquicas e prepará-las para uma eventual restauração. Não por acaso essa dinâmica organizativa tinha o Porto e o Norte como epicentro, o que ajudará a compreender porque foi no Porto que se restaurou a monarquia, enquanto Lisboa reagia tímida e passivamente em Monsanto. Luís de Magalhães, José de Azevedo Castelo Branco e o visconde do Banho eram os principais impulsionadores desse esforço organizativo, procurando estabelecer comissões concelhias e distritais por todo o país. Estes políticos multiplicaram-se em contactos e reuniões com o que restava dos antigos políticos do rotativismo,

¹⁵¹⁶ *Diário Nacional*, ano 1, 29-06-1917, p. 1.

¹⁵¹⁷ *Ibidem*, 01-07-1917, p. 1.

¹⁵¹⁸ Leia-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 130 e ss.

¹⁵¹⁹ *Diário Nacional* [28-06-1917, p.1],

¹⁵²⁰ BNP, ELM, doc. n.º 12023, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 03-07-1917. Sobre esta questão, leia-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 135-138.

os «ominosos caciques», com que contavam para organizar as forças monárquicas¹⁵²¹. Esse esforço organizativo seria aproveitado em Novembro de 1917, quando o governo, então liderado por Afonso Costa, realizou as eleições administrativas¹⁵²². Lembramos que estas eleições tinham sido adiadas em 1916, argumentando o governo com os perigos decorrentes do ambiente de agitação interna e com a presença de submarinos alemães ao largo da costa nacional¹⁵²³.

Os monárquicos participavam então, pela primeira vez, numa eleição republicana¹⁵²⁴, organizando listas próprias ou conseguindo alianças com católicos e republicanos moderados, como aconteceu em Lisboa, onde apoiaram uma lista policromática contra a lista governamental. No campo da mobilização político-eleitoral, os sectores mais dinâmicos foram as regiões do Norte e, em Lisboa, o grupo do jornal *O Liberal*, onde se destacava a acção política diligente de António Teles de Vasconcelos, bem coadjuvado por António Cabral, Júlio da Costa Pinto e Satúrio Pires. Quanto à imprensa, coube aos aguerridos *Pátria!*, *O Dia*, o *Comércio de Viseu* e o já referido *Liberal* sustentar a campanha eleitoral e combater a discrição do órgão oficial, o *Diário Nacional*. O acto eleitoral era então um instrumento político importante no combate a um governo já então debilitado pela grave crise político-social e económica, como assumia papel relevante na estratégia dos sectores mais radicais do monarquismo de provocar os ramos mais passivos da Causa Monárquica e conquistá-los para a acção política¹⁵²⁵. Quanto aos resultados, a crise que então se fazia sentir e o ódio generalizado a Afonso Costa e ao Partido Democrático podem explicar o sucesso relativo dos monárquicos nestas eleições. Apesar da vitória do Partido Democrático, com 92 câmaras – quando antes possuía 300 –, os monárquicos conquistaram 25 câmaras e várias minorias¹⁵²⁶.

¹⁵²¹ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4287, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 21-01-1917.

¹⁵²² A 4 de Novembro houve eleições municipais e a 18 desse mês tiveram lugar as eleições para as juntas de freguesia.

¹⁵²³ Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 71.

¹⁵²⁴ Cf. Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 82-84.

¹⁵²⁵ Cf. *Pátria!*, ano 1, 24-09-1917, p. 1; 04-10-1917, p. 1.

¹⁵²⁶ Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 152. A restante oposição republicana conquistou 24 câmaras e os independentes 89.

Em Lisboa, o sector do *Liberal* desenvolveu uma campanha feroz com a distribuição de panfletos verrinosos, açulando os lisboetas conservadores a reagir pelo voto contra os «desmandos» do Poder republicano: «A horda de bandidos que dele tomou conta assassina e agride impunemente! O povo geme com fome perante a enorme carestia de vida, mercê da incompetência e do egoísmo dos actuais governantes. Bate-nos à porta a mais atroz das misérias e vós não protestais! Receais os tiros e os sabres da guarda republicana? Apavoram-vos os cárceres e a reclusão a bordo dos navios de guerra? Se não podeis de outra forma reagir perante as condições aflitivas em que presentemente se encontra o país, um ensejo se vos oferece para que de cabeça bem erguida, usando vosso [...] direito, podeis protestar contra os desmandos daqueles que abusando da vossa evangélica paciência têm cometido os maiores crimes, enriquecendo à vossa custa»¹⁵²⁷. Esse «ensejo» era afinal o voto na «lista da Cidade», apoiada pelos monárquicos, que seria a segunda mais votada, à frente das listas de republicanos moderados e socialistas¹⁵²⁸.

Na verdade, as eleições de 1917 acordaram as forças conservadoras da província que beneficiaram de um decréscimo de mobilização política nas cidades, mais favorável aos republicanos. Estas debilidades sorriram à causa, que alguns estudos consideram ter-se assumido como a segunda força política, apesar de não contarem com um partido político organizado¹⁵²⁹.

No Norte do país, as eleições administrativas romperam a passividade de muitos caciques e terminaram em optimismo generalizado quanto à capacidade eleitoral dos realistas¹⁵³⁰. Mas, mais importante que tudo, mostraram a importância de se proceder à organização partidária da Causa Monárquica¹⁵³¹. Tal urgência decorria da reorganização política no campo conservador, com o surgimento de um novo partido republicano. O *Partido Centrista Republicano*, liderado por

¹⁵²⁷ Panfleto *Ao Povo de Lisboa*, da autoria de Júlio Costa Pinto, in AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1262, pasta 1.

¹⁵²⁸ Lisboa teve a seguinte distribuição de votos: Lista governamental (democráticos): 5727 votos; lista da Cidade (apoiada por monárquicos): 4023 votos; lista unionista: 1996; lista socialista: 1877 votos; lista evolucionista: 1668 votos. Cf. *Diário Nacional*, 07-11-1917, p. 1.

¹⁵²⁹ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 167; BNP, ELM, doc. n.º 7345, carta de António Barbosa de Mendonça a Luís de Magalhães, de 08-11-1917.

¹⁵³⁰ BNP, ELM, doc. n.º 7345, carta de António Barbosa de Mendonça a Luís de Magalhães, de 08-11-1917.

¹⁵³¹ BNP, ELM, doc. n.º 3612, carta do visconde do Banho a Luís de Magalhães, de 05-12-1917.

António Caetano Egas Moniz, reunia os antigos monárquicos da dissidência progressista e republicanos de dissidência evolucionista. O seu programa, publicado a 20 de Outubro de 1917, tinha como «objectivo principal unir as dispersas forças conservadoras»¹⁵³².

Apesar do discurso optimista produzido pelo sector oficial da Causa Monárquica, patente no *Diário Nacional*¹⁵³³, a criação do *Partido Centrista* era uma ameaça aos realistas, porque dividia o campo conservador e exercia um ensejo de atracção sobre muitos monárquicos que receavam uma perigosa exposição política no campo adversário da república. Não por acaso, as adesões ao novo partido vinham dos vários sectores sócio-profissionais que interessavam os realistas, como os militares, os industriais, os comerciantes, os profissionais liberais e o professorado, isto é, as forças vivas que podiam suportar as suas pretensões políticas¹⁵³⁴. Egas Moniz deu então uma entrevista ao *Século* em que afirmava que o novo partido podia atrair monárquicos e republicanos e as tais forças vivas que estavam então na ordem do dia¹⁵³⁵.

A transformação da Causa em partido político organizado era por isso uma exigência que os sectores mais dinâmicos defendiam cada vez com maior estridência¹⁵³⁶. O discurso mais exaltado do monarquismo portuense, sem o afirmar abertamente, questionava a inaniidade de Aires de Ornelas e do sector oficial na apatia e resignação com que se encarava a organização política¹⁵³⁷. Não se estranha, por isso, que a organização partidária tenha assumido importância central nas movimentações dos sectores mais dinâmicos do Norte, obedecendo ao projecto de Luís de Magalhães de instituir uma «Federação Monárquica do Norte». A futura agremiação tinha como objectivo «unir, na sua respectiva zona, os elementos monárquicos, fazer a sua organização eleitoral, promover

¹⁵³² Sobre o Partido Centrista e o seu programa político, veja-se Ernesto Castro Leal, «Partidos e grupos políticos na I República», in João Medina, *História de Portugal*, vol. XIII, Alfragide, Ediclube, 2004, pp. 384-385.

¹⁵³³ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 41.

¹⁵³⁴ Cf. Ernesto Lastro Leal, *ob. cit.*, p. 385. Entre as figuras ilustres do Partido Centrista contavam-se, para além de Egas Moniz, Alexandre Vasconcelos e Sá, general Simas Machado, major Tamagnini Barbosa, general Gomes da Costa, coronel Eduardo de Almeida, professor Ângelo Ribeiro, o médico Alberto Madureira, entre muitos outros.

¹⁵³⁵ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 167.

¹⁵³⁶ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 131 e ss.

¹⁵³⁷ Cf. *Ibidem*, p. 139.

a propaganda monárquica, e proceder ao estudo dos mais instantes problemas da política nacional»¹⁵³⁸.

Nos meses seguintes, pelo menos até à eleição presidencial de Sidónio Pais, Luís de Magalhães multiplicou-se em contactos e reuniões para edificar um organismo que pretendia organizar os monárquicos nas províncias do Norte, coadjuvado por notáveis como o visconde do Banho, José de Azevedo Castelo Branco e o conde de Lumbrales, «antigo influente regenerador» que dispunha de «grande força política» e que presidiu no Porto a uma reunião preparatória¹⁵³⁹. O Porto assumia-se assim como eixo central da oposição conservadora à Lisboa republicana. De certa forma, congraçava a província numa aspiração contra-revolucionária contra a «tirania» democrática do Sul. Esta oposição conservadora era composta maioritariamente por proprietários, advogados e alguns titulares, a julgar pela constituição dos vários centros monárquicos concelhios e distritais¹⁵⁴⁰.

O caso de Guimarães é paradigmático do apoio das elites locais à Causa Monárquica, numa região onde a tradição conservadora, associada ao catolicismo e à realeza, parecia dominar. Não por acaso, no seu centro monárquico destacavam-se também seis padres e alguns oficiais, enquanto na vizinha Felgueiras pontificavam cinco clérigos¹⁵⁴¹. O envolvimento de eclesiásticos na propaganda contra a república explicava-se pelo agravamento das relações entre a República e a Igreja Católica, em crescendo no início de 1917. O novo governo de Afonso Costa revelou-se então inflexível na aplicação da lei de separação, e foi nesse contexto que recomeçou a actuar contra bispos e padres. Esta política punitiva começou com a expulsão do bispo do Porto, D. António Barroso, em 31 de Julho. Seguiu-se depois o cardeal patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, a 23 de Agosto, e os arcebispos de Braga e de Évora, a 27 de Novembro.

Por essa altura, a igreja preparava a organização dos católicos, reafirmando o *Apelo de Santarém*, de 1913, no sentido de uma maior intervenção dos cristãos na «vida pública», não para «combater instituições», mas para «promover

¹⁵³⁸ BNP, ELM, doc. n.º 12026, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 03-12-1917.

¹⁵³⁹ BNP, ELM, doc. n.º 12025, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 28-10-1917.

¹⁵⁴⁰ BNP, ELM, doc. n.º 7344, carta de António Barbosa de Mendonça a Luís de Magalhães, de 08-10-1917; AHM, 1.ª divisão, 35 secção, caixa n.º 1262, pasta 2; 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 401, pasta 3.

¹⁵⁴¹ *Ibidem*.

a reivindicação das justas liberdades e legítimos direitos do catolicismo»¹⁵⁴². A pressão dos bispos para a organização político-religiosa dos católicos, pouco depois das primeiras aparições de Fátima, resultou na fundação do Centro Católico Português, fundado oficialmente em Braga, a 8 de Agosto de 1917. A igreja católica realizava assim a dupla intenção de aumentar a intervenção política dos católicos e eliminar o seu vínculo face à causa monárquica, mesmo que os seus principais dirigentes fossem monárquicos assumidos, como Alberto Pinheiro Torres, Diogo Pacheco de Amorim e José Fernando de Sousa (Nemo)¹⁵⁴³. Na verdade, só em 1918, em plena *república nova*, os católicos conseguiram libertar-se da tutela monárquica, pois até lá o Centro Católico e os seus órgãos na imprensa, como a *Ordem* e a *Liberdade*, não deixavam de manifestar alguma simpatia pública pela realeza. Esta posição valeria então a hostilidade da *União Sagrada* e dos republicanos radicais, que acusavam os católicos e o clero de propaganda germanófila. Algumas medidas governamentais, como a proibição de realização de um congresso da Juventude Católica, em Braga, inscrevem-se nesta consciência do perigo vindo dos sectores católicos e clericais¹⁵⁴⁴. Com efeito, os clérigos do Norte participaram activamente nas acções de propaganda monárquica e na propaganda contra a guerra. E conspiraram para derrubar a república, especialmente nas zonas fronteiriças do Norte e Trás-os-Montes¹⁵⁴⁵. O seu papel dominante nas províncias do centro e norte de Portugal explica que o clero viesse a constituir um importante aliado durante a curta vigência da realeza, em 1919, como se verá.

Quanto aos oficiais do exército, aproveitavam o descontentamento geral gerado pela mobilização para manifestar o seu ódio à república, envolvendo-se inclusive nas eleições administrativas, em que apoiaram as listas monárquicas¹⁵⁴⁶. Em Leiria, a Câmara eleita em 1917 era «retintamente monárquica, com oficiais a votar claramente nos monárquicos». Segundo informações oficiais, a ausência do estado-maior do regimento de Infantaria 7, enviado para França, explicava

¹⁵⁴² Citado por Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 264.

¹⁵⁴³ Dirigentes, respectivamente do Norte, Centro e Sul do Centro Católico.

¹⁵⁴⁴ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 134.

¹⁵⁴⁵ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1279, pasta 2, «Informação de Chaves, de 28-11-1917».

¹⁵⁴⁶ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1263, pasta 4.

o estado «de insubordinação das praças». O sector radical do monarquismo procurou, aliás, aproveitar a presença dos oficiais democráticos no *front* para promover o aliciamento nos quartéis¹⁵⁴⁷. Alguns centros monárquicos contavam, por isso, com comités militares que integravam altas patentes do exército¹⁵⁴⁸.

A estratégia das autoridades republicanas, de destacar para os regimentos da província todos os oficiais que não dessem garantias de republicanismo, começava a criar-lhe dificuldades irreparáveis. Foi este sector militar e civil que contribuiu para a formação do forte segmento conservador que apoiou a República Nova, a Monarquia do Norte e depois a Ditadura Militar e o Estado Novo.

A acção deste vasto sector da sociedade foi visível durante a grave crise económica e social de 1917. A economia de guerra provocara um aumento do custo de vida, com o aumento dos salários a não acompanhar o aumento dos preços¹⁵⁴⁹. O preço do pão teria aumentado, entre 1916 e 1917, sessenta e cinco por cento¹⁵⁵⁰. A falta de géneros alimentares agravava as dificuldades das classes mais desfavorecidas, numa época em que Portugal estava obrigado a importar grandes quantidades de cereais e carne para fazer face às necessidades internas. Para agravar esta situação muito contribuía os açambarcamentos e a especulação, para além das dificuldades comerciais. A ausência de meios de transporte impedia as exportações das colónias, dos países aliados de Portugal e mesmo dos países neutrais¹⁵⁵¹. Este fenómeno estimulou os conflitos sociais e instigou um movimento geral contra a carestia de vida. Logo no início de 1916 estalou em Lisboa uma vaga inaudita de assaltos a lojas, que incluíram confrontos com a polícia e a utilização de bombas¹⁵⁵².

No resto do país sucederam-se fenómenos de violência contra os administradores políticos e contra os açambarcadores. Em Faro houve movimentos e assaltos a lojas comerciais. Em várias cidades e vilas do interior, os comboios de mercadorias eram assaltados por populares em fúria, que carregavam a carga

¹⁵⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁴⁸ Cf. AHM, 1.^a divisão, 35.^a secção, caixa 1262, pasta 2.

¹⁵⁴⁹ Cf. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977, p. 102.

¹⁵⁵⁰ Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 151.

¹⁵⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵⁵² *Ibidem*, p. 104.

que podiam, enquanto protestavam contra o aumento de preços. As informações dos administradores enviadas para Lisboa ilustravam os perigos de subversão associados à carestia e à falta de géneros¹⁵⁵³.

Este fenómeno de violência contra o aumento do custo de vida, espontâneo ou organizado pela União Operária Nacional, agravou-se em 1917 e redundou no aumento da violência e da conflitualidade social. Mas os assaltos a armazéns de géneros alimentares não se limitavam a expor as dificuldades sociais da população. Traduziam um aumento das tensões políticas contra a república e o Partido Democrático, de que os seus adversários saberiam tirar proveito. No final de 1916, a 8 e 9 de Outubro, a população do Porto congregou-se numa manifestação em que participaram militares de diversos quartéis da cidade que se «amotinaram contra a polícia e atacou várias esquadras», violência que justificavam com as «dificuldades económicas e a carestia de vida». O relatório elaborado pela autoridade policial identificava os agitadores como «socialistas, sindicalistas e monárquicos», mas incluía muitos descontentes com a república, como os polícias expulsos da corporação e muitos conspiradores presos na tentativa monárquica de 29 de Setembro de 1911¹⁵⁵⁴.

Já em Lisboa, em 1917, a população manifestou-se com estridência contra a carestia da batata, durante a noite de 19 de Maio: «O povo protestou esperando pelo anoitecer, fez um assalto geral a toda a cidade arrombando e saqueando um grande número de todos os estabelecimentos de víveres - mercearias - padarias e armazéns de bacalhau». A onda de assaltos reacendeu-se nos dias seguintes com uma violência destruidora inclemente, pois «nestes assaltos roubavam o que encontravam e destruíam as lojas e seu mobiliário, arrombavam portas, partiam vidros e levavam balcões». Da intervenção protagonizada por forças da GNR, da polícia e do exército resultaram 18 mortos e 56 feridos, entre civis e militares, o que ilustra bem a violência dos confrontos¹⁵⁵⁵.

¹⁵⁵³ IAN/TT, MI, DGAPC, maços 66 e 71.

¹⁵⁵⁴ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 70, «Relatório do Comissário Geral da Polícia», de 18-11-1916. Só o comissário geral teria expulso 121 polícias, desde 1912, por serem «desafectos à República ou por mau comportamento». Dos confrontos resultaram 2 mortos, 58 feridos e 177 prisões.

¹⁵⁵⁵ IAN/TT, MI, DGAPC, maço 74.

Muitos destes assaltos e movimentos contra a carestia de vida eram justificados pelas autoridades com a instigação de monárquicos e clericais¹⁵⁵⁶. Mas a leitura do insuspeito *O Século* mostra que as dificuldades de abastecimento e as ameaças de fome eram reais, tanto que justificava a revolta das populações com as «condições de existência precária de certas classes sociais»¹⁵⁵⁷. Ainda assim, mesmo aceitando algum exagero nas informações fornecidas pelas autoridades locais, a tática da agitação social estava na lógica da estratégia política dos sectores radicais da monarquia. A sua propaganda instigava de facto à violência contra os republicanos, aproveitando as dificuldades económicas. Na imprensa, a questão das subsistências era analisada de modo a responsabilizar os republicanos pelas dificuldades nos abastecimentos de géneros alimentares e outros bens de primeira necessidade, como o carvão¹⁵⁵⁸. Essas dificuldades resultavam, afinal, do negócio ruinoso com que Afonso Costa teria cedido os barcos apreendidos aos germânicos, entendendo alguma imprensa monárquica que eram meios de transporte indispensáveis às importações e exportações nacionais.

A mesma imprensa deu voz às reivindicações dos grandes proprietários agrícolas e dos sectores dos transportes, considerando que o governo os desprotegera perante a «economia de guerra». Na verdade, o tabelamento dos preços estabelecido pelo executivo limitava o lucro dos produtores agrícolas¹⁵⁵⁹. O sector agrícola foi então instigado no sentido de se organizar numa Associação de Agricultores que trabalhasse com afinco na defesa dos «interesses de classe». Mas de forma sub-reptícia, este desafio visava o reforço dos sectores que trabalhavam para derrubar a república¹⁵⁶⁰. Fosse por mera coincidência ou não, a eleição dos novos dirigentes da *Associação Central da Agricultura Portuguesa*, realizada a 11 de Março de 1917, revelou uma instituição dominada por uma maioria de monárquicos e antigos titulares, ao lado dos republicanos José Relvas e António

¹⁵⁵⁶ Casos dos movimentos do Porto, Viana do Castelo e Lamego, entre outros. Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maços 76 e 78.

¹⁵⁵⁷ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 139.

¹⁵⁵⁸ *O Liberal*, ano 1, n.º 70, 12-03-1917. ».

¹⁵⁵⁹ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 139.

¹⁵⁶⁰ *O Dia*, ano 18, n.º 1184, 26-02-1917, p.1.

Miguel Fernandes, o abastado agricultor alentejano que alguns afirmam ter financiado a revolução de 5 de Dezembro de 1917¹⁵⁶¹.

D. Luís de Castro propôs então aos demais «lavradores» a promoção de uma «semana da agricultura», iniciativa que visava dar visibilidade ao descontentamento do sector. Curiosamente, teriam saído de José Relvas as palavras que prenunciavam a intenção política desta agremiação, defendendo uma acção directa contra o executivo: «Se as nossas reclamações não forem atendidas ainda desta vez, então sim. Não se compreende que nós, que sendo a classe mais representativa sejamos assim tratados. Que consintamos que no poder continue um governo que é o maior inimigo da Pátria»¹⁵⁶².

A movimentação dos agricultores realizar-se-ia sob influência da *Junta Nacional da Liga*, que teve o seu processo de legalização garantido em início de 1916, pelo governo da *União Sagrada*¹⁵⁶³. D. Luís de Castro, vogal da Junta à frente da secção de Agricultura, dirigiu então aos agricultores um «Manifesto à Lavoura» em que se exortava a classe a encontrar «um estímulo para a sua vontade, hoje chegada à hora das enérgicas decisões sob pena das máximas ruínas». Reiterando o «critério conservador» definido nos estatutos da Liga, o documento confeccionava a história da acção nefasta das «facções políticas» que tinham desorganizado a vida económica, reprimido o associativismo agrícola e onerado a carga fiscal sobre a propriedade. O «manifesto» acabava por analisar a política beligerante da república, afirmando que em Portugal fez-se a guerra «sob pretexto das altas necessidades nacionais, e desprezaram-se as altas necessidades nacionais sob o pretexto da guerra».

A elite dos lavradores nacionais não aceitava os prejuízos decorrentes do excesso de regulamentação e de fiscalização que pendia sobre a produção agrícola e exprobrava a política de transportes do governo, que prejudicava as exportações nacionais, acusando a política do governo de Afonso Costa de deixar «assim satisfeitos pontos de vista pessoais de governantes e talvez ilegítimos interesses de partidos, mas não o interesse nacional na sua inadiável urgência». O documento terminava com um veemente apelo à organização das diferentes

¹⁵⁶¹ Cf. *O Liberal*, ano 1, n.º 70, 12-03-1917, p. 1.

¹⁵⁶² *Ibidem*.

¹⁵⁶³ Cf. Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, pp. 113-114.

associações agrícolas numa associação central que em Lisboa patrocinasse os interesses do sector¹⁵⁶⁴. Para além dos produtores, as medidas do governo não eram compreendidas pelos comerciantes e pelos consumidores, agravando o clima de tensão.

O governo de Afonso Costa, que tomara posse em 25 de Abril de 1917, não encontrava soluções para esconjurar os gravosos problemas económicos e sociais, de que resultava a crescente animosidade da maioria da sociedade portuguesa. Mesmo o *Século*, apesar do seu republicanismo moderado, não evitava uma atmosfera agastada perante os cortes constantes da censura, que muitas vezes consideravam «injuriosa»¹⁵⁶⁵. No plano político, as soluções para a crise passavam então por uma revisão da constituição e pela reforma do sistema político-partidário ou pela via armada. Os esforços para reformar o texto constitucional no sentido de favorecer a dissolução do Congresso e o aparecimento do *Partido Centrista Republicano* vinham ao encontro desse esforço de resolver a grave crise política. Mas o ódio ao Partido Democrático, a Afonso Costa e à sua política beligerante parecia instigar o caminho da insurreição geral e da intervenção armada.

No final de 1917 aumentou de intensidade o esforço revolucionário dos republicanos ligados a Brito Camacho e à *Luta*, que se tornou o centro da conspiração antidemocrática. Para além dos republicanos, os sindicalistas e os monárquicos conspiravam com mais afinco e tenacidade¹⁵⁶⁶. Paradoxalmente, assistiu-se a uma proximidade entre os sindicalistas e a direita. O conde de Monsaraz escreveu então a Homem Cristo Filho sobre os francos progressos do ideário integralista, que em 1917 fundou o jornal *A Monarquia*, jornal de combate político e doutrinário que logo se impôs nos meios intelectuais. Nessa carta, apreendida pela censura militar, afirmava Monsaraz que «o integralismo vai singrando às mil maravilhas. Agora os sindicalistas já pedem que vamos fazer conferências às sedes. Dentro em breve conto estejam connosco»¹⁵⁶⁷. Mais estranho do que esta inusitada aliança, que ia preparando o terreno para a revolução de 5 de Dezembro, era afinal a predisposição revolucionária revelada neste documento. Contrariando todos os

¹⁵⁶⁴ *O Dia*, n.º 1210, 28-03-1917, p. 1; n.º 1211, 29-03-1917, pp. 1-2; n.º 1213, 31-03-1917, p. 1.

¹⁵⁶⁵ Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 151.

¹⁵⁶⁶ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1.

¹⁵⁶⁷ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1, carta de 25-10-1917.

pressupostos contra-revolucionários e a vocação exclusivamente doutrinária do movimento integralista, Monsaraz escreveu então: «Também estou organizando os caceteiros. Ça marche»¹⁵⁶⁸. A ser verdade, cai assim por terra um dos mitos sobre o integralismo, o de que o seu combate se centrou exclusivamente no domínio das ideias.

Por essa altura, recrudescera de intensidade a propaganda monárquica e o seu esforço organizativo era acompanhado de forte actividade conspirativa. Em várias regiões do país, mas especialmente na zona Norte, intensificaram-se as reuniões políticas. Muitas destas assembleias não visavam a organização partidária da Causa, antes se inscreviam no esforço subversivo dos sectores radicais da monarquia. Os serviços de informação do ministério da guerra referiam um vasto movimento conspiratório «acentuadamente monárquico-germanófilo com tácito apoio de todas as oposições»¹⁵⁶⁹. As autoridades republicanas faziam crer que as movimentações de militares e civis ligados aos sectores que fizeram o fracassado movimento de 13 de Dezembro, liderado por Machado Santos, tinham «um carácter francamente monárquico e germanófilo»¹⁵⁷⁰. As próprias organizações de revolucionários civis, instituídas para defesa da república, insistiam no perigo de um movimento monárquico «coadjuvado por alemães»¹⁵⁷¹.

Haverá em tais afirmações, no que concerne aos liames pró-germânicos, um certo exagero com vista a acirrar o sentimento patriótico do radicalismo republicano. Aquilo que é possível aferir com algum rigor, mostra um movimento com ramificações por todo o país, apresentando porém uma dinâmica mais saliente em Braga, Guimarães, Figueira da Foz e Évora. O governador civil de Braga relatava com preocupação e pormenor as movimentações monárquicas no distrito, reiterando a existência de uma conspiração militar patrocinada por oficiais próximos de Brito Camacho e que os monárquicos «queriam aproveitar»¹⁵⁷². Ainda em Braga, o serviço de informações militares identificava como perigosos realistas o capitão de cavalaria 11, Arnaldo Ribeiro de Andrade Piçarro, e o

¹⁵⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁶⁹ *Ibidem*, «Informação n.º 1456», de 12 de Novembro de 1917.

¹⁵⁷⁰ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1279, pasta 1.

¹⁵⁷¹ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 4.

¹⁵⁷² AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1.

tenente do mesmo regimento, António de Sá Júnior Guimarães¹⁵⁷³. Estes oficiais, que actuavam numa região que registava grande número de desertores¹⁵⁷⁴, viriam a assumir responsabilidade directa na restauração da realeza em Braga, em 1919.

As autoridades consulares e a espionagem que actuava em Espanha informavam as autoridades sobre a existência de uma intensificação dos esforços contra-revolucionários. Do país vizinho continuava a chegar armamento, trazido por contrabandistas que contavam com o auxílio de funcionários da alfândega e dos caminhos-de-ferro¹⁵⁷⁵. Entre os sectores mais activos contava-se o Norte, na acção dos inevitáveis Luís de Magalhães, visconde do Banho, conde de Castro e Sola, o advogado Assis Teixeira, em Braga, e o conde de Azevedo, conquanto mais próximo da linha oficial e por isso um tanto ou quanto receoso do envolvimento em acções conspiratórias¹⁵⁷⁶. Na região de Gouveia, para onde o desterro do cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, atraía alguns conspiradores, Rocha Martins contactava os «padres influentes» da região de Viseu, aparentemente sob a indulgência tutelar do chefe da Igreja Católica¹⁵⁷⁷.

Em Lisboa, o sector mais irrequieto congregava-se em torno do jornal *O Liberal*, dirigido por António Teles de Vasconcelos, que desenvolveu então uma propaganda aguerrida contra a mobilização. Para além dos panfletos de Júlio da Costa Pinto, o sector do *Liberal* foi responsável pela publicação e distribuição do famoso *Rol de Desonra*.

O panfleto, cuja autoria se apontava a oficiais do *front*, era uma narrativa que contava a experiência de guerra na frente das trincheiras. O seu objectivo principal era mostrar como os partidários da guerra, todos oficiais da *Jovem Turquia* ou deputados democráticos, como Roberto Baptista, Hélder Ribeiro, Vitorino Magalhães, Costa Dias, Sá Cardoso e Álvaro Pope, entre outros, tinham conseguido lugares de comando que os afastavam do perigo do *front*, ou se pas-seavam em Paris, beneficiando das habituais veniagens: «boa cama», «boa mesa», «bom automóvel» e «boa música». Os filhos de ilustres políticos republicanos, como Afonso Costa, Bernardino Machado e Leote do Rego não escapavam

¹⁵⁷³ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 4.

¹⁵⁷⁴ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1, «Informações confidenciais da fronteira».

¹⁵⁷⁵ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 4.

¹⁵⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷⁷ Rocha Martins, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, cit., vol. 1, p. 141.

a esta catilinária desenfreada, que os apodava de covardes porque «não foram como se podia e lícito era esperar expor a vida pela dupla causa da pátria e da própria política, esconderam-se, vergonha suprema, detrás do nome paterno que justamente os devia obrigar a impelir para a frente»¹⁵⁷⁸.

O governo diligenciou no sentido de impedir a circulação do *Rol de Desonra*, mas este continuou a fazer as delícias de uma opinião pública sedenta de escândalos. Percorria o país viajando dentro de malas, através do caminho-de-ferro, onde era distribuído por Júlio da Costa Pinto a oficiais do exército¹⁵⁷⁹. Entretanto, o grupo do *Liberal* era feito prisioneiro e acusado de múltiplas actividades revolucionárias e propagandísticas, em conivência com agentes da Alemanha. Entre os acusados contavam-se, além de Costa Pinto, António Teles de Vasconcelos, Eurico Sampaio Satúrio Pires, António Stubbs de Lacerda, António Rodrigues Graça (tipógrafo) e Fernando Lindoso¹⁵⁸⁰, quase todos agitadores monárquicos desde 1910. O grupo funcionava sob os auspícios do antigo conselheiro progressista António Cabral, então um adepto confesso da solução contra-revolucionária e da luta sem tréguas contra a república¹⁵⁸¹.

O esforço contra-revolucionário e propagandístico dos monárquicos não pode ser entendido fora do contexto mais vasto da oposição ao Partido Democrático e à sua política beligerante. Numa entrevista dada à *Capital*, o advogado Cunha e Costa, apesar de aliadófilo indiscutível, afirmava que a sobrevivência da república implicava uma transformação política muito profunda que passava pelo afastamento do Partido Democrático. Para Cunha e Costa, que acreditava que a restauração era a única alternativa à «tirania» democrática, havia «na república, homens profundamente detestados pela enorme maioria da nação, e que são hoje o maior obstáculo à viabilidade do regime»¹⁵⁸².

Os relatórios dos serviços de informações e das autoridades locais revelam a capacidade de penetração da propaganda anti-republicana, em especial no Minho e Trás-os-Montes, onde a dinâmica monárquica, desenvolvida por políti-

¹⁵⁷⁸ «Rol de Desonra», in AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1.

¹⁵⁷⁹Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 2.

¹⁵⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁵⁸¹ Cf. António Cabral, *Em Plena República*, cit., p. 403; Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921, p. 260.

¹⁵⁸² *A Capital*, 8.º ano, n.º 2598, 12-11-1917, p. 1.

cos locais e membros do clero, instigava o ódio ao governo¹⁵⁸³. Nestas províncias, os efeitos da propaganda explicam o aumento da fuga para Espanha de muitos homens em idade militar, muitos dos quais se juntavam depois aos grupos conspiradores estacionados do outro lado da fronteira¹⁵⁸⁴. Ao longo de 1917, muitos foram os militares mobilizados que desertaram, enquanto alguns regimentos se manifestavam publicamente contra a partida para França, como aconteceu em Penafiel com o regimento de infantaria 32, onde um sargento fazia «propaganda contra a guerra»¹⁵⁸⁵. Essa insatisfação era o resultado de uma intensa propaganda que na província promovia a execração da beligerância e do governo¹⁵⁸⁶. Como concluiu Filipe Ribeiro de Meneses, ao apostar a sobrevivência da República na política de intervenção, a liderança republicana condenou a república ao fracasso¹⁵⁸⁷.

A revolução de 5 de Dezembro constituiu o corolário desta estranha coligação antiguerra. O governo teria conhecimento, desde o Verão de 1917, dos preparativos da revolução, mas Afonso Costa, contando com o republicanismo radical de Lisboa, não esperava um movimento vitorioso¹⁵⁸⁸. Só que a desmobilização dos civis e a ausência dos oficiais republicanos facilitaria a vitória dos revoltosos. Álvaro Poppe, que comandou um pelotão que atacou o parque Eduardo VII, confirmava a fuga do «povo republicano», as «ruas desertas» e os ataques ao pelotão vindo das «janelas»: «O povo republicano doutroira não apareceu»¹⁵⁸⁹.

Sob a liderança de Sidónio Pais, a *Luta* era o centro de uma vasta conjura revolucionária que incluía oficiais e forças que estavam prestes a embarcar para França, como foi o caso do regimento de infantaria 33. Mas incluía igualmente militares que tinham sido demitidos pela república, em 1915 e em 1917, na sequência da tentativa de Machado Santos. Eram os oficiais que pertenciam ao «pimentismo», ao «machadismo» e que agora se irmanavam na génese do sidonismo. A tradição republicana do exército não gostava de Afonso Costa e do Partido

¹⁵⁸³ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1279, pasta 2; Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 215.

¹⁵⁸⁴ AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1262, pasta 1.

¹⁵⁸⁵ José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 63.

¹⁵⁸⁶ Cf. AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa n.º 1263, pasta 2.

¹⁵⁸⁷ *Ob. cit.*, p. 215.

¹⁵⁸⁸ Cf. *ob. cit.*, p. 63.

¹⁵⁸⁹ Cf. João Chagas, *ob. cit.*, p. 11.

Democrático, revelava uma linha de comportamento que se tornaria coerente no decorrer dos anos e que culminou na ditadura militar de 1926. O dezembrismo era mais uma tentativa do exército para, segundo o próprio Sidónio Pais, «purificar» a república¹⁵⁹⁰.

A revolução de 5 de Dezembro, ao contrário do que afirma Medeiros Ferreira, não foi exclusivamente militar¹⁵⁹¹. Nela participaram republicanos do 27 de Abril e do 13 de Dezembro, e talvez monárquicos do grupo de Júlio da Costa Pinto¹⁵⁹². Mas podia o 5 de Dezembro ter assumido um carácter monárquico e conduzido à restauração, dando assim conformidade às acusações dos republicanos radicais, que se apressaram a escrever que a revolução era sobretudo obra de monárquicos? A esse propósito sabemos apenas que alguns oficiais monárquicos participaram no movimento, como Eurico Cameira, Bernardino Ferreira, Solano de Almeida e muitos outros, conquanto não integrados em unidades militares¹⁵⁹³. Eurico Cameira, que se correspondia com monárquicos de posição como João de Almeida, Satúrio Pires e Luís de Magalhães, teve papel relevante na revolta e no regime sidonista, tendo estado ao lado de Sidónio no Parque Eduardo VII¹⁵⁹⁴. Já Solano de Almeida seria convidado por Machado Santos, que se encontrava preso em Viseu, a entrar no movimento para «derrubar a demagogia». Solano de Almeida, amigo pessoal de Teófilo Duarte, que era oficial no mesmo regimento de cavalaria 2, deslocou-se com um esquadrão de cavalaria de Tancos, onde se encontrava em exercícios militares, para Coimbra, com o objectivo de estabelecer contactos entre o Sul e o Norte. Encontrou a cidade anarquizada, já depois da revolução, e ter-se-á limitado a impor a ordem pública, facto que lhe valeu a nomeação para governador civil da cidade do Mondego¹⁵⁹⁵.

Sabemos igualmente que alguns revolucionários do 5 de Dezembro (militares?, civis?) procuraram Aires de Ornelas para indagar da possibilidade de

¹⁵⁹⁰ Cf. Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 156.

¹⁵⁹¹ Cf. *ob. cit.*, p. 63.

¹⁵⁹² Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, maço 82; Teófilo Duarte, *ob. cit.*, pp. 159-160; Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 153; M, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1263, pasta 1.

¹⁵⁹³ Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.*, p. 160.

¹⁵⁹⁴ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4047, carta de Eurico Cameira a Luís de Magalhães, sem data [Dezembro de 1917].

¹⁵⁹⁵ Veja-se o relato dos acontecimentos feito por Solano de Almeida no *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 06-08-1918, pp. 10-12.

emprestar ao movimento «uma feição monárquica ou provocar a mudança de regime»¹⁵⁹⁶. Mas a restauração da monarquia não estava efectivamente nos planos dos obreiros da revolução, que entregaram o Poder a uma junta inequivocamente republicana, constituída por Sidónio Pais, Machado Santos e Feliciano da Costa. A questão do regime não estava de facto no horizonte político dos revolucionários. Mas, valha a verdade, o sidonismo aumentaria as expectativas de uma restauração monárquica, mesmo que a intenção reformadora de Sidónio Pais tenha oferecido ao país uma alternativa política, fundada na ideia de uma república conservadora e presidencialista, a que se chamou *República Nova*. O sidonismo só podia culminar na restauração da monarquia, estava na lógica dos acontecimentos.

¹⁵⁹⁶ BNP, ELM, caixa 56, documento manuscrito do visconde do Banho, datado de 24-09-1919, que era um esboço de uma espécie de «história do movimento monárquico». A narrativa, de que se conhece parte do manuscrito feito na prisão, não terá sido concluída.

(Página deixada propositadamente em branco)

PARTE III

A CONTRA-REVOLUÇÃO ENTRE O AUGE E O DECLÍNIO (1918-1919)

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO I

DO SIDONISMO ÀS JUNTAS MILITARES

1. Os monárquicos e o sidonismo

O ano de 1917 ficou marcado por um conjunto de acontecimentos que determinaram a evolução da guerra e o destino da própria Europa e do século XX. A entrada dos EUA no conflito, a 6 de Abril, depois de uma série de navios comerciais americanos ter sido afundada por submarinos germânicos, forçou a beligerância de uma potência até aí recalcitrante em sair da sua neutralidade colaborante¹⁵⁹⁷. Esta súbita alteração da política americana implicaria uma ruptura com a longa hegemonia política do velho continente, mas as suas consequências imediatas notaram-se mais nos domínios político e financeiro do que no campo militar¹⁵⁹⁸.

Entretanto, o esforço de guerra derrubou o Czar Nicolau II e varreu do mapa o vasto império dos Romanov. O seu exército, esgotado depois da campanha contra a Áustria, sem armas e sem abastecimentos, e acossado por muitas deserções, contribuiu para a derrocada do regime. Apesar do esforço alemão para apressar o armistício na frente oriental, a Rússia permaneceu na guerra. Foi pre-

¹⁵⁹⁷ Os ataques dos submarinos decorriam da estratégia alemã de estrangular os fornecimentos à Inglaterra, procurando vencer o adversário pela fome. Só em Abril de 1917 foram afundados 373 navios aliados e de países neutrais, num total de 873 754 toneladas. Cf. Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 491.

¹⁵⁹⁸ Sobre a entrada dos EUA na guerra, leia-se, entre outros, Bernard Broz, Anthony Rowley, *História do Século XX*, 1.º vol., 2.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999, pp. 58 e ss.

ciso esperar pelo golpe bolchevique de Outubro para que Lenine desse início às negociações com a Alemanha para uma retirada. No plano militar, a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, a 3 de Março de 1918, permitiu à Alemanha, para além da aquisição de amplos territórios, concentrar-se na frente ocidental para um derradeiro esforço bélico¹⁵⁹⁹.

A predisposição revolucionária do século XX não pode dissociar-se da Grande Guerra. Se é verdade que Lenine não logrou conseguir a Revolução mundial, a ideologia bolchevique depressa alastrou em toda a Europa, estendendo-se rapidamente à América do Sul e a algumas regiões asiáticas, como a China¹⁶⁰⁰. Para além dos movimentos revolucionários, a guerra instigou a revolução em diferentes regiões do conflito. Na Europa Central, uma campanha de greves políticas e manifestações precipitou o declínio do Império Austro-Húngaro, de que resultou a formação de várias repúblicas. O nacionalismo vislumbrava na formação de novos Estados-Nação, inscrito nos 14 pontos de Wilson, o antídoto para o alastramento do Internacionalismo de Lenine¹⁶⁰¹.

A juntar ao elevado número de mortos e feridos em combate, a população civil sofria com intensidade alarmante os efeitos da fome generalizada. Na Alemanha, cerca de 250 mil pessoas morreram por falta de alimentos, enquanto na Áustria a fome provocou greves e distúrbios violentos em Viena e Budapeste¹⁶⁰². Avolumou-se significativamente a influência dos movimentos pacifistas e o número de soldados desertores aumentou nas várias frentes do conflito. Em França, onde as deserções se propagavam, chegando mesmo a gerar fenómenos de amotinação, as autoridades militares, sob intervenção de Pétain, procederam a detenções em massa e à criação de tribunais marciais¹⁶⁰³. Neste país, como na Rússia, onde dois milhões de soldados haviam desertado e contribuído para as greves políticas que obrigaram à abdicação de Nicolau II, o sentimento contra a guerra alastrava.

Por outro lado, as tensões político-sociais impostas pelo estado de beligerância tiveram demasiado peso para as democracias ocidentais e por quase toda

¹⁵⁹⁹ Cf. J. M. Roberts, *História do Século XX*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2007, p. 225.

¹⁶⁰⁰ Cf. Eric Hobsbawn, *ob. cit.*, pp 73-74.

¹⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 75; Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 497.

¹⁶⁰² *Ibidem*, p. 580.

¹⁶⁰³ *Ibidem*, pp. 498-489. Em 1 de Junho, um regimento de infantaria francês apoderou-se de uma cidade e estabeleceu um governo antiguerra que se aguentou uma semana. 23 385 soldados foram então condenados por amotinação em tribunais marciais.

a Europa se caminhou para formas de governo conservadoras ou autoritárias¹⁶⁰⁴. Em Espanha, cuja política interna e externa continuava indissociavelmente ligada à situação política de Portugal, o agravamento do custo de vida traduziu-se numa crise política e social que conduziu ao «descontentamento geral». Também aí a guerra enfraquecera o sistema parlamentar, com a ausência de Cortes, a censura à imprensa e a suspensão das garantias constitucionais¹⁶⁰⁵. Os diferentes sectores da sociedade espanhola mostravam o seu «descontentamento», incluindo o exército, que se organizou corporativamente em Juntas Militares. As Forças Armadas assumiram então um «poder autónomo», expondo a fragilidade do poder político e arrastando outros sectores da sociedade civil e da função pública. Era a crise geral da Restauração e do próprio regime monárquico, de que resultaria uma mudança constante de governos e o agravamento da instabilidade¹⁶⁰⁶.

Em Portugal, os acontecimentos de 1917-1919, marcados pela revolução de 5 de Dezembro, pela organização das Juntas Militares e consequente restauração da monarquia, devem compreender-se no contexto deste quadro mais vasto de instabilidade política e social que caracterizou a Europa. Decorrem de um descontentamento crescente de largos sectores do mundo conservador, do exército e das classes trabalhadoras contra a república e a sua política de mobilização. Também no CEP, onde se avolumou a indisciplina e as deserções, os tribunais marciais condenaram 372 militares, mas apenas um foi condenado à morte por traição¹⁶⁰⁷.

O sidonismo tem levantado questões teóricas e de interpretação que se prendem com a própria natureza do regime e com a sua política externa. Não se afigura necessário estabelecer aqui se a ditadura presidencialista de Sidónio Pais prefigura e anuncia as ditaduras fascistas, e em especial a ditadura de Primo de Rivera, em Espanha, e a ditadura de Oliveira Salazar, em Portugal. Mas a relação da *República Nova* com os monárquicos pode contribuir para uma clarificação de algumas destas questões, nomeadamente a compreensão do processo

¹⁶⁰⁴ Cf. Raymond Carr, *España: De la restauración a la democracia, 1875-1980*, Barcelona, Ariel, 1983, p. 117.

¹⁶⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁶⁰⁶ Cf. Témime, É., Broder, A., Chastagnaret, G., *Historia de la España contemporánea. Desde 1808 hasta nuestros días*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985, pp. 180-183.

¹⁶⁰⁷ Cf. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *ob. cit.*, p. 30.

de formação de uma profunda base ideológica e social defensora dos valores autoritários, que suporta o sidonismo como mais tarde apoiará a Ditadura Militar e o salazarismo. A retórica monárquica exaltou com frequência a política conservadora de Sidónio Pais, a sua política de afirmação da autoridade do Estado e suposta garantia da ordem pública. E não deixa de ser significativo que a crescente evolução do dezembrismo para a ditadura se apoiasse no exército e na força policial, corporações onde predominavam figuras conhecidas pelo seu monarquismo.

Quanto à sua política externa, Filipe de Meneses defende que apesar de oficialmente se assumir uma política favorável aos interesses aliados, é inegável que ela reflectia a origem do dezembrismo, gerado no ódio à guerra e aos seus responsáveis do *Partido Democrático*¹⁶⁰⁸. Apesar do esforço de Sidónio Pais em refutar as «vis calúnias» que se levantaram contra a sua diplomacia, supostamente germanófila¹⁶⁰⁹, parece claro que o dezembrismo não revelou especial entusiasmo pela política de guerra.

Não existe consenso entre a historiografia sobre a matéria. Por um lado, acusa-se Sidónio Pais de cavar a morte do CEP por não ter reforçado o seu contingente, enfraquecendo-o quando se preparava para fazer frente à ofensiva alemã, explicando-se assim a derrota de La Lys, a 9 de Abril¹⁶¹⁰. Por outro, parece evidente que os problemas de reforço do contingente do CEP eram anteriores ao golpe de 5 Dezembro de 1917 e que o envio de tropas durante 1918 se deveu à inexistência de transportes marítimos para o efeito, de que a Inglaterra era igualmente responsável. Sidónio Pais teria conduzido a sua política externa de modo a reforçar o CEP e a impedir a sua integração em unidades inglesas, mas tal desiderato tornou-se impossível depois da derrota de La Lys¹⁶¹¹. Seja como for, a revolução dezembrista ficaria colada ao esforço dos grupos reaccionários e «germanófilos» de combater o esforço de guerra, e entre esses grupos destacavam-se os monárquicos.

¹⁶⁰⁸ Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 219.

¹⁶⁰⁹ Vide discurso de 14 de Janeiro, no regimento de infantaria de Guimarães, in Feliciano de Carvalho (Org.), *Um ano de Ditadura – Discursos e Alocuções*, Lisboa, Lusitânia Editora, 1924, p. 44.

¹⁶¹⁰ Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 180 e ss.

¹⁶¹¹ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular. Portugal Espanha 1919-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 31-32.

Seriam, aliás, os adeptos da realeza a estabelecer uma ligação inequívoca entre a revolução e a política de guerra, numa abordagem esclarecedora produzida pelo senador visconde do Banho. Este afirmava existir uma verdadeira antinomia entre a política dos democráticos e a opinião pública: «Entre o Governo que decidiu mandar e que mandou o primeiro corpo expedicionário a França e a opinião pública então predominante, até nos próprios meios militares, houve sempre uma grande divergência de vistas, sobre a maneira de encarar a nossa participação na guerra e até sobre a interpretação a dar nesta emergência, aos nossos compromissos internacionais derivados de velhos tratados de aliança, aos quais aliás nunca nenhum português pensou sequer em faltar. Mas essa divergência de vistas — e eu chamo-lhe assim para não lhe dar outro nome — foi tão funda, que se tornou necessária uma revolução triunfante para obrigar a ceder à opinião, que vergou, mas não se extinguiu — e o Governo sabe muito bem a cota parte com que essa opinião concordou para a revolução de 5 de Dezembro»¹⁶¹². Coube ao então secretário de Estado dos negócios Estrangeiros, Joaquim do Espírito Santo Lima, criatura cuja adesivagem foi profundamente criticada pela imprensa realista, o papel de recusar qualquer ligação entre a revolução sidonista e o sentimento antibeligerante¹⁶¹³.

Entretanto, a imprensa monárquica insistia com veemência na publicação de um livro branco que explicasse ao país «como foi e porque foi para a guerra». O objectivo era provar, com recurso aos documentos oficiais, que fora o *Partido Democrático* quem forçara o envolvimento de Portugal no conflito e não o respeito pelos compromissos internacionais ou a defesa da «integridade territorial» do país. A abordagem do visconde do Banho no senado foi a todos os títulos significativa: «Ainda hoje se não sabe, Sr. Presidente, se foi uma consequência irrefutável dos nossos compromissos e da nossa situação internacional, se foi um crime de quem pôs a sua política acima das conveniências da Pátria»¹⁶¹⁴. Igual posição era sustentada pelos periódicos do movimento: «A publicação do *Livro Branco* é uma obrigação de honra dos que combateram e venceram agora os democráticos. Ela que se faça. Em nenhum país se obrigaria um só homem

¹⁶¹² *Diário do Senado*, sessão de 10-08-1918, pp. 11-14.

¹⁶¹³ *Ibidem*.

¹⁶¹⁴ *Ibidem*.

a partir para a guerra e se arriscaria uma só vida sem que previamente esse país soubesse o que ia fazer para ela, excepto quando se trata de defesa da integridade do território nacional, aqui ou no ultramar»¹⁶¹⁵.

Esta postura foi também assumida pela minoria monárquica no congresso sidonista. É certo que Aires de Ornelas produziu então um inflamado e sentido discurso pró-aliados, conforme a política traçada por D. Manuel¹⁶¹⁶. Mas a sua exigência para que se convocasse uma sessão secreta do Congresso deixa antever as suas verdadeiras intenções, que passavam por criar embaraços ao próprio Sidónio Pais, obrigando-o a assumir uma posição inequívoca. Essa sessão secreta visava: «1.º Para que o Governo se manifeste sobre a conveniência ou inconveniência da publicação dum Livro Branco, com os documentos referentes à nossa entrada na Guerra. 2.º Para que o Governo defina a nossa situação actual na guerra»¹⁶¹⁷.

O segundo quesito parece confirmar que a política dezembrista, em matéria de participação de Portugal no conflito, deixava a opinião pública na ignorância, dúvida que o próprio visconde do Banho levantou no senado¹⁶¹⁸. Mas não se deduza daqui qualquer germanofilia, apesar de entre os deputados monárquicos se contarem assumidos defensores da Alemanha, como Alfredo Pimenta. A guerra dos monárquicos era com o Partido Democrático, e a propaganda haveria de sujeitá-lo ao fogo de ataques constantes, visando aumentar o ódio da nação contra o partido que conduzira Portugal à guerra em nome do que «se diz ser a causa da Liberdade e do Direito, da Justiça e da Civilização, quatro Imortais princípios que seria excelente estabelecerem-se em primeiro lugar em Portugal e para uso próprio»¹⁶¹⁹.

A política externa do sidonismo e a sua relação com os «reaccionários» de direita foi fortemente explorada pela propaganda republicana. Com efeito, tanto a imprensa republicana como os republicanos no exílio procuraram através das acusações de monarquismo e germanofilia estimular as antipatias para com a nova situação política. A partir de França, João Chagas asseverava em Março, após o abandono de Brito Camacho, que «aquilo em Portugal tornou-se

¹⁶¹⁵ «Portugal na Guerra», in *O Dia*, 12-12-1917, p. 1.

¹⁶¹⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 31-07-1918, p. 15.

¹⁶¹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 29-07-1918, pp. 7-8.

¹⁶¹⁸ *Diário do Senado*, sessão de 10-08-1918, pp. 11-14.

¹⁶¹⁹ «Portugal na Guerra», in *O Dia*, 12-12-1917, p. 1.

abertamente monárquico e alemão». Em Abril, e já no contexto das eleições presidenciais, insistia que «os monárquicos estão senhores do país», ao mesmo tempo que se espantava com as conferências políticas de Aires de Ornelas no ministério do interior¹⁶²⁰. João Chagas e Bernardino Machado tinham entretanto publicado, em Paris, um panfleto contra o sidonismo, acusando-o de sentimentos pró-germânicos e de diminuir o esforço de guerra rompendo com o envio de reforços para o CEP, colocando-se ao serviço da nação inimiga e da Causa Monárquica¹⁶²¹.

Os monárquicos responderam ao pleito com uma vasta campanha contra João Chagas, cobrindo-o de doestos e estribilhos racistas, acusando-o de traição à pátria e de pretender a invasão estrangeira em Portugal, a «traição mais nefanda que registam os anais da nossa História»¹⁶²². Ironicamente, o grémio azul e branco repetia a mesma acusação que os republicanos radicais utilizaram durante vários anos, a propósito das incursões monárquicas, de estimularem e pretenderem a intervenção estrangeira em Portugal.

Quanto a Sidónio País, redigiu uma longa carta, a 30 de Março, com que pretendeu convencer a opinião pública francesa da falsidade das acusações¹⁶²³. Entretanto, nomeou Homem Cristo Filho, recém convertido ao poder pessoal do presidente, para dirigir os Serviços de Informação e Propaganda nos países aliados, cargo que ditou a sua ruptura com os realistas, pois era delegado da Causa Monárquica em Paris¹⁶²⁴. Já no Verão desse ano, Sidónio abriu o discurso que proferiu no Congresso defendendo-se das acusações de «monarquismo» e «antibeligerância», afirmando que fizera a revolução «para o povo» e que por isso recusava qualquer intuito «reaccionário» ou mesmo «demagógico», ao mesmo tempo que fazia a sua profissão de fé republicana¹⁶²⁵. Em 1919, com o regresso à *Nova República Velha*, as acusações de traição voltaram a pesar sobre Sidónio

¹⁶²⁰ Cf. *ob. cit.*, p. 86.

¹⁶²¹ «Um acto de traição», in *Diário Nacional*, 21-03-1918, p. 1.

¹⁶²² Cf. *Pátria!*, 22-03-1918, p. 1; *idem*, 22-03-1918, p. 1; *Diário Nacional*, 21-03-1918, p. 1; *Idem*, 22-03-1918, p. 1; *A Monarquia*, 23-03-1918, p. 1. O diário integralista terminaria a sua catilinária contra João Chagas escrevendo que «o preto democrático é o novo judas. Pois bem: enforcem numa fogueira esse miserável traidor».

¹⁶²³ Cf. Noémia Malva Novais, *ob. cit.*, p. 125.

¹⁶²⁴ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 71-72.

¹⁶²⁵ *Diário do Congresso da República*, sessão de 22-07-1918, p. 4.

Pais, apodado no parlamento pelo democrático José Domingos dos Santos de ter pactuado com os inimigos do regime para «lhe entregar Portugal desde que ele não pudesse governar»¹⁶²⁶. A acusação, carregada de intenção propagandística, não tem qualquer fundamento.

Mas apesar de ser um movimento de cariz republicano, produzido contra a política do Partido Democrático, e apostado em «refundar a república»¹⁶²⁷, a evolução institucional do dezembrismo deixará o presidente à mercê dos sectores conservadores do exército e da sociedade civil, onde predominavam efectivamente muitos realistas. Esse facto decorre de o sidonismo resultar de uma «encruzilhada de paixões contraditórias», constituir uma «manta de retalhos», que tinha como elemento de unidade o «repúdio do democratismo»¹⁶²⁸. As forças políticas que apoiavam a situação, reunidas no Partido Nacional Republicano, que juntara os centristas de Egas Moniz e Tamagnini Barbosa aos reformistas de Machado Santos e Carlos da Maia, revelavam uma certa fraqueza e acabaram divididas em face do projecto presidencialista de Sidónio Pais¹⁶²⁹.

Este contou com o apoio incondicional dos católicos, depois de alterada a lei de separação e restabelecidas as relações diplomáticas com a Santa Sé; e dos jovens «cadetes» do exército, como Teófilo Duarte, Jorge Botelho Moniz, Forbes Bessa e o monárquico Eurico Cameira, que desenvolveram um culto entranhado da figura do lente de Coimbra, contribuindo para a sua mitificação¹⁶³⁰. No campo oposto, contou com a animosidade e oposição revoltada de todos os partidos republicanos, em especial dos democráticos que, apesar da prisão e do exílio das suas mais importantes personalidades, como Afonso Costa, Bernardino Machado, Norton de Matos, Leote do Rego, Sá Cardoso e Álvaro Poppe, depressa mergulharam na conspiração. Por isso, o sidonismo acabou envolto em algumas perplexidades de natureza política: prefigurava a acção política do seu chefe, o poder e a autoridade pessoal de Sidónio Pais, contra a oposição declarada dos republicanos e o apoio pragmático e estratégico dos monárquicos, esperanças numa restauração da realeza.

¹⁶²⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 25-06-1919, p. 22.

¹⁶²⁷ Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 11-12.

¹⁶²⁸ Cf. Cunha Leal, *Coisas dos Tempos Idos. As Minhas Memórias*, vol. II, Lisboa, Edição do Autor, p. 73.

¹⁶²⁹ *Ibidem*, pp. 110-111.

¹⁶³⁰ BNP, ELM, doc. n.º 4047, carta de Eurico Cameira a Luís de Magalhães, de 07-01-1919.

A relação dos monárquicos com o sidonismo foi já objecto de um estudo anterior¹⁶³¹. Ficou então demonstrado que aqueles mantiveram sempre um discurso ambíguo que constituía, afinal, o resultado do paradoxo criado pela solução presidencialista. Se, por um lado, apoiavam um regime que lhes concedia a liberdade de expressão e de organização política, por outro, a consolidação de uma república de cariz conservador e nacionalista fazia perigar qualquer expectativa de uma restauração próxima do trono. Na verdade, os adeptos da realeza tiveram prematuramente a percepção do carácter transitório da nova situação política, muito dependente da acção pessoal de Sidónio Pais. Não estranha que muito cedo lhe vaticinassem um futuro pouco venturoso. Preocupados com a sorte do «libertador», admitiam que a sua obra não tivesse «continuidade» e previam a sua «inevitável ruína»¹⁶³².

Pouco depois de vitoriosa a revolução de 5 de Dezembro, ficou claro que Sidónio precisava dos monárquicos, por isso solicitou o seu «apoio» e «benevolência»¹⁶³³. No campo militar, foi obrigado a reintegrar oficiais realistas e conservadores que o democratismo tinha expulsado, reformado ou afastado do serviço, muitos reintegrados por indicação de Teófilo Duarte e Eurico Cameira, oficial que se tornaria admirador exaltado de Sidónio mas que nunca perdeu o contacto directo com o sector monárquico do Norte¹⁶³⁴. Na sua estreia parlamentar, Cameira haveria de aclamar a acção dos «bons portugueses» que lutaram contra a demagogia em 5 de Dezembro, justificando a acção dos adeptos do trono no exílio com a falta de liberdade política em Portugal¹⁶³⁵.

Quanto a Teófilo Duarte, apesar do seu espírito republicano conservador, mantinha excelentes relações com os monárquicos, especialmente com os jovens oficiais milicianos do seu regimento de cavalaria 2, onde chefiava o esquadrão n.º 7¹⁶³⁶. Teófilo apresentou o integralista Nobre de Melo a Sidónio Pais, propôs ao chefe militar a reintegração de Silveira Ramos, Carlos Veloso e Casal Ribeiro,

¹⁶³¹ Veja-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*

¹⁶³² «E Depois?», in *Diário Nacional*, 21-01-1918, p. 1.

¹⁶³³ BNP, ELM, doc. 4277, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 12-12-1917.

¹⁶³⁴ Veja-se a sua correspondência para Luís de Magalhães, documentos 4047 e 4048.

¹⁶³⁵ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 23-07-1918, pp. 13-14.

¹⁶³⁶ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 54, pasta 3.

entre outros, todos envolvidos em processos contra a república. Mais tarde outros oficiais importantes seriam integrados, como o capitão Francelino Pimentel, o coronel Adriano Madureira Beça, o capitão Gonçalo Pimenta de Castro, o antigo tenente Manuel Valente e o próprio capitão e «herói dos Dembos», João de Almeida, que «em 27 de Maio do corrente ano se apresentou voluntariamente de deserção, pelo que fica em situação de disponibilidade»¹⁶³⁷. Acrescente-se ainda o general Jaime Leitão de Castro, que foi comandante militar de referência durante o consulado de Sidónio Pais. Todos terão papel relevante a desempenhar no pós-sidonismo.

Desde muito cedo que os políticos monárquicos mais activos tentaram cercar Sidónio Pais para o manobrar à vontade. Tal como acontecera com Pimenta de Castro, coube a José de Azevedo Castelo Branco a empresa de conferenciar com o chefe revolucionário para saber das suas intenções políticas. A reunião, ocorrida no final de Janeiro, esclarecia a ansiedade monárquica. Sidónio afirmaria então ao representante monárquico a sua vontade de «declarar uma constituição presidencialista e em seguida consultar o país sobre a sua presidência. É um plebiscito pessoal, mascarado num sufrágio directo»¹⁶³⁸. Na verdade, o chefe revolucionário encontrava no sistema presidencialista, a «ideia nova», a via necessária para construir um consenso nacional em torno do regime republicano. Para o efeito, esperava conseguir atrair os monárquicos, intenção que expressou formalmente numa entrevista dada ao *Diário Nacional*, órgão oficial da Causa Monárquica, e publicada em Fevereiro¹⁶³⁹.

Castelo Branco expressou a Sidónio Pais a impossibilidade em que se encontravam os adeptos da realeza de apoiar formalmente a república, «fazendo-lhe ver o perigo de ruptura com todos os republicanos». Mas este, imperturbável no seu desígnio político, reagiu com ameaças, afirmando que «abandonaria o poder à fúria dos democráticos. Com esta ameaça se prepara para falar ao pavor dos conservadores»¹⁶⁴⁰. Na verdade, a documentação de arquivo permite-nos reforçar

¹⁶³⁷ *Ordem do Exército* n.º 12, 2.ª série, 28-06-1918.

¹⁶³⁸ BNP, ELM, doc. 4350, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 2-02-1918.

¹⁶³⁹ Sobre a reacção dos monárquicos a esta proposta, veja-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 40 e ss.

¹⁶⁴⁰ BNP, ELM, doc. n.º 4350, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 02-02-1918.

a tese de que Sidónio Pais não promoveu deliberadamente os monárquicos, porque temia a radicalização da opinião pública republicana. A verdade é que procurou impedir que se apresentassem às eleições para a disputa das minorias, com o argumento de que se estes conquistassem «mais de oito a dez deputados» o facto seria de «mau efeito»¹⁶⁴¹. Sidónio saberia jogar com o pavor com que os conservadores recebiam a possibilidade de o Partido Democrático regressar ao Poder, receio que a imprensa monárquica fazia questão de vincar com frequência¹⁶⁴².

Mas os monárquicos estavam convencidos da fraqueza do Partido Nacional Republicano e da sua força política numa eleição. Por isso, geriram o processo de maneira a garantir uma minoria representativa na próxima assembleia legislativa, apesar de decidirem apoiar a eleição de Sidónio Pais. Havia entre os diferentes grupos da realeza o mesmo sentimento, real ou exagerado, de que estavam senhores da situação política. Luís de Magalhães afirmaria a propósito que a maioria dos votantes em Sidónio «era retintamente monárquica» e que «os monárquicos deram ao sidonismo a carne da maioria e ficaram, para si, com o osso da minoria»¹⁶⁴³. Na emigração, Paiva Couceiro mostrava-se inconformado com as cedências de Aires de Ornelas, defendendo que o presidente estava dependente do apoio dos monárquicos¹⁶⁴⁴. Este foi efectivamente eleito com uma maioria confortável do eleitorado conservador, na primeira eleição por sufrágio directo realizada em Portugal e que os partidos republicanos boicotaram.

Os adeptos da realeza elegeram 37 deputados e 8 senadores para as duas câmaras do congresso republicano e conseguiram mesmo ganhar algumas maiorias ao governo, como aconteceu em Vila Real, onde pontificava a família do activo José de Azevedo Castelo Branco¹⁶⁴⁵. Na câmara dos deputados, para além de Aires de Ornelas e de António Sardinha, destacavam-se alguns irredutíveis da contra-revolução armada, como António Cabral, José de Azevedo Castelo

¹⁶⁴¹ BNP, ELM, doc. n.º 4280, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 05-04-1918.

¹⁶⁴² Cf. António Teles de Vasconcelos, «Na hora presente», in *O Liberal*, 20-02-1918, p. 1.

¹⁶⁴³ Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, p. 16.

¹⁶⁴⁴ Cf. IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, caixa 1, carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 13-04-1918.

¹⁶⁴⁵ Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, p. 166; Fernando Farelo Lopes, *ob. cit.*, p. 32. O PNR elegeu 108 deputados, os católicos 5 e houve ainda 5 independentes.

Branco e o inevitável António Teles de Vasconcelos, personalidade que tinha sido expulsa de Portugal no contexto do *Rol de Desonra* e que era acusado de ser agente ao serviço da Alemanha. No Senado pontificava a aristocracia da Causa Monárquica, dominada por alguns conhecidos agitadores e adversários impenitentes, como os condes de Mangualde, Águeda e Azevedo e os viscondes do Banho e Coruche.

As ameaças do presidente não se revelam suficientes para explicar o apoio que os sectores conservadores não republicanos emprestaram a Sidónio Pais. A realidade é que o entusiasmo e o delírio incontido tomaram conta do espírito de muitos conservadores. Parte dos monárquicos via nos actos enérgicos de Sidónio Pais a preparação para a restauração do trono¹⁶⁴⁶. No plano mais doutrinário, a teoria presidencialista era recebida com bonomia pelos principais teóricos da realeza, convencidos da importância da «experiência sidonista» para reafirmar os valores da autoridade e da ordem, próprios das monarquias, inculcando-os na cultura política da nação. Os integralistas iam mais longe nas suas considerações teórico-filosóficas, antevendo no poder presidencial a afirmação do ideário integralista, da ideologia antiliberal, antidemocrática e, por extensão, anti-republicana¹⁶⁴⁷.

Já muito se escreveu sobre a influência do Integralismo Lusitano no consulado sidonista, nomeadamente no seu contributo para a confecção da nova lei eleitoral, com a introdução da representação corporativa. Na verdade, a representação de classes constituía uma herança martiniana que foi reproduzida em alguns projectos monárquicos durante a república, como aquele a que se referiu o conde de Arrochela, em 1913. O próprio conservadorismo monárquico evoluiu para esta solução político-ideológica, como se viu na abordagem do pensamento político de Luís de Magalhães. No seio da república, o almirante Machado Santos defendeu a representação orgânica dos sectores sócio-profissionais no quadro do reformismo parlamentar republicano¹⁶⁴⁸. Era portanto uma fórmula que conquistava adeptos nos diferentes quadrantes políticos e doutrinários e não uma novidade cerzida pela pluma integralista.

¹⁶⁴⁶ Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde. Incursões Monárquicas 1910/1920*, Lisboa, Livros Quetzal, 2002, p. 143.

¹⁶⁴⁷ Veja-se uma análise destas ideias em Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 53-58.

¹⁶⁴⁸ Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 148.

A compreensão cabal do papel dos realistas nesta conjuntura deve procurar-se nas diferentes estruturas de Poder, em Lisboa e na província, e menos nas movimentações das cúpulas da Causa Monárquica, órgão liderado por Aires de Ornelas. Com efeito, tanto no campo militar como político, Sidónio Pais ficou refém dos adversários da república depois da ruptura operada por Brito Camacho e pela *União Republicana*, ocorrida em Março de 1918. Nem sempre devidamente realçado, o afastamento dos amigos de Camacho condicionou a evolução da *República Nova*, colocando-a nas mãos do sector monárquico.

É certo que o *Partido Nacional Republicano*, herdeiro do antigo *Partido Centrista*, ainda procurou emprestar dinamismo aos republicanos conservadores, mas o seu peso político é quase insignificante. Pensamos não exagerar afirmando que a eleição de Sidónio Pais se deveu aos esforços de católicos e monárquicos¹⁶⁴⁹. A própria eleição para a assembleia confirma a dinâmica que os monárquicos souberam desenvolver nas províncias do Norte, Trás-os-Montes, Alentejo e Algarve, onde registaram votação elevada, tendo muitos dos seus candidatos vencido os opositores da situação¹⁶⁵⁰. Para esta dinâmica muito contribuiu o esforço organizativo levado a cabo pelos sectores mais dinâmicos do Norte. É certo que o projecto de constituição de uma Federação Monárquica no Norte haveria de arrefecer o ímpeto com a campanha sidonista, mas os trabalhos iniciados pelo sector de Luís de Magalhães contribuíram significativamente para o sucesso da campanha realista¹⁶⁵¹.

A eleição de Sidónio Pais, se não empurrava os mais irredutíveis para a conspiração, não anulava essa possibilidade. Com efeito, exceptuando o integralismo e o núcleo de Aires de Ornelas, político cujas capacidades de liderança eram objecto de desprezo profundo entre os sectores revolucionários¹⁶⁵², todos se preparavam para o pós-sidonismo¹⁶⁵³. O próprio Paiva Couceiro, que esperava do 5 de Dezembro a constituição de uma ditadura militar e a consulta plebiscitária que

¹⁶⁴⁹ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 47.

¹⁶⁵⁰ Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 166.

¹⁶⁵¹ BNP, ELM, doc. 3621, carta do visconde do Banho a Luís de Magalhães, de 13-02-1918.

¹⁶⁵² José de Azevedo Castelo Branco considerava-o, como político, «canhestro e estúpido». Cf. BNP, ELM, doc. n.º 4277, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 12-12-1917.

¹⁶⁵³ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 84-85.

resolvesse definitivamente a questão do regime¹⁶⁵⁴, não deixava de equacionar essa possibilidade: «Armas contra a situação, não. Visto que ela dá as liberdades. Mas... perseguem as ideias que vejo na carta de hoje serem também as suas»¹⁶⁵⁵.

As ideias que Paiva Couceiro partilhava com Coutinho, Luís de Magalhães, o visconde do Banho, José de Azevedo Castelo Branco e tantos outros, decorriam da análise que todos faziam da situação política. Isto é, o sidonismo era uma experiência política com prazo determinado, ante a oposição feroz e irreduzível dos partidos republicanos¹⁶⁵⁶. A falência, a prazo, do projecto presidencialista, visto pela generalidade dos analistas políticos como fatalidade inevitável, não podia apanhar desprevenidos os sectores monárquicos mais aguerridos, empenhados em «deitar a república abaixo»¹⁶⁵⁷.

O significado ideológico e político-social do sidonismo não será devidamente compreendido se não o equacionarmos à luz da crise da autoridade do Estado que a guerra agravou substancialmente. Não sabemos ao certo se Sidónio Pais acabou seduzido pelos valores, cultura e organização política que encontrou na Alemanha, quando aí exerceu a função de ministro de Portugal¹⁶⁵⁸. Mas a evolução da situação política para a ditadura foi entendida pelos sectores político-sociais conservadores, incluindo monárquicos, católicos e alguns republicanos, como confirmando a consolidação dos valores autoritaristas. Para muitos monárquicos esclarecidos, Sidónio Pais, que aparentava um «Mussolini» ou um «Primo de Rivera», representava afinal a cultura política do conservadorismo, marcada pelas ideias antidemocráticas. O espírito liberal de Luís de Magalhães não deixava de embevecer-se com a *República Nova* e o seu *condottiere* «desfraldando a bandeira da moralidade, da ordem e do princípio da autoridade»¹⁶⁵⁹. E apesar da continuidade de um Congresso republicano, o seu estado moribundo e submisso

¹⁶⁵⁴ Cf. Rocha Martins, *A Monarquia do Norte*, Lisboa, ABC, 1922, pp. 7-8.

¹⁶⁵⁵ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 13-04-1918.

¹⁶⁵⁶ Cf. Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarchia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, pp. 13-14.

¹⁶⁵⁷ IAN/TT, Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho, carta de Paiva Couceiro a João de Azevedo Coutinho, de 13-04-1918.

¹⁶⁵⁸ Sobre esse percurso, leia-se Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912-1917)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001.

¹⁶⁵⁹ *Ob. cit.*, p. 14.

às iniciativas legislativas de Belém revelava as dificuldades do parlamentarismo no decorrer da *República Nova*.

A retórica azul e branca também contribuiu para a debilidade da legitimidade do parlamento. Os integralistas atacavam impiedosamente o parlamentarismo, propósito conforme com a essência do seu projecto ideológico¹⁶⁶⁰. Para outros sectores, tidos como liberais e próximos do visconde do Banho, um parlamento constituía um «luxo inútil» e «perigoso»¹⁶⁶¹. Desse ponto de vista, a ineficácia do parlamento sidonista era bem acolhida por parte significativa do grémio, mais interessado no exercício do poder pessoal do que na vacuidade parlamentar. Não se estranha que as cúpulas da Causa Monárquica tudo fizessem para impedir a reabertura do parlamento em Novembro¹⁶⁶².

A rede político-social, militar e policial que assumiu o Poder durante a República Nova confirma a importância crescente dos sectores monárquicos, que ocuparam lugares centrais na máquina administrativa do Estado, como governadores civis, administradores de concelho, comissários e inspectores de polícia, membros das comissões administrativas dos distritos, municípios e paróquias¹⁶⁶³. Se, inicialmente, em vinte e um governadores civis, oito pertenciam à *União Republicana*¹⁶⁶⁴, a cisão do partido, em Março, deixou o poder local nas mãos dos adversários da república. O processo de substituição tinha sido facilitado pelas conquistas monárquicas nas eleições administrativas de 1917. Nas mais importantes cidades do país, como Lisboa, Porto e Coimbra, os governadores civis foram indicados por Sidónio ou pela cúpula da *União Republicana*. Mas quando os unionistas abandonaram o Poder, muitos cargos foram efectivamente ocupados por conservadores, com destaque para o grémio realista. É esta realidade político-social que ajuda a compreender a facilidade com que a monarquia seria restaurada nas províncias do centro e norte de Portugal.

A situação do predomínio das elites monárquicas e católicas em Amarante, reunidas com alguns evolucionistas numa «frente antidemocrática», sob a influência

¹⁶⁶⁰ Cf. *A Monarquia*, ano II, n.º 480, 30-09-1918, p. 1.

¹⁶⁶¹ Cf. *O Comércio de Viseu*, ano XXXII, n.º 3285, p. 1.

¹⁶⁶² BNP, ELM, doc. n.º 4352, carta de José de Azevedo Castelo Branco a Luís de Magalhães, de 02-11-1918.

¹⁶⁶³ Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 17.

¹⁶⁶⁴ Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, p. 31.

patriarcal de António Cândido, foi já estudada com algum detalhe¹⁶⁶⁵. Ao lado dos velhos caciques, como António Cândido e António Cabral, apareciam os notáveis, as elites agregadas ao centro monárquico local¹⁶⁶⁶. O mesmo processo repetiu-se em lugares como Braga, Mortágua, Régua e Santa Marta de Panaguião¹⁶⁶⁷. Em Braga, «a comissão da Câmara é toda de monárquicos» e o mesmo acontecia em Barcelos¹⁶⁶⁸. Nestas localidades, a autoridade sidonista era constituída maioritariamente por personalidades da realeza que mantiveram os lugares durante a Monarquia do Norte. Em Mortágua e Régua, os respectivos presidentes, Joaquim Tavares Festas e José da Costa Pinto, dirigentes destacados do monarquismo local, assumiram o Poder como administradores do concelho, cargo que mantiveram na vigência da restauração. Ambos colaboraram com a Junta militar do Norte e participaram nas cerimónias da restauração da coroa¹⁶⁶⁹. Na Régua, José da Costa Pinto assumiu o cargo de presidente da câmara logo em Março de 1918, quando o presidente unionista pediu a demissão. A Régua terá um papel importante no decorrer da restauração, estabelecendo a ligação entre o Porto e os distritos de Vila Real e Viseu, por acção directa deste destacado dirigente¹⁶⁷⁰.

Mas o sidonismo não se caracterizou apenas pelo reforço do Poder dos monárquicos, significou também uma importante alteração de forças na rua. Em muitas cidades do norte do país esse predomínio significou a retracção dos republicanos, que passaram a estar na mira das autoridades e eram alvo de vigilância aturada dos grupos de civis monárquico-sidonistas, enquanto os adeptos da coroa recrudesciam na sua acção política e ideológica contra a república¹⁶⁷¹.

A rede sócio-política de apoio a Sidónio Pais, na expressão de Malheiro da Silva, estendeu-se ao exército. Este historiador considera que a nomeação de monárquicos para lugares de comando não significava a entrega das forças militares aos adversários do regime, com o argumento legítimo de que muitos

¹⁶⁶⁵ Cf. Armando Malheiro da Silva e Luís Pimentel de Castro Damásio, *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2000.

¹⁶⁶⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 182-183.

¹⁶⁶⁷ 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 52, maço 1, pasta 1.

¹⁶⁶⁸ BNP, ELM, doc. n.º 6499, carta de Manuel Novais Leite a Luís de Magalhães, de 15-01-1918.

¹⁶⁶⁹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, único; 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 52, maço 1, pasta 1.

¹⁶⁷⁰ Cf. AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 407, pasta 1.

¹⁶⁷¹ A. Ferreira Soares, *Viana na Insurreição de 1919. Impressões e Notas*, Ponte de Lima, 1920, pp. 21-23.

destes oficiais prometeram servir com zelo a *República Nova*¹⁶⁷². Mas, na verdade, excluindo dos comandos os oficiais conotados com os partidos republicanos, muitos dos quais se encontravam em França, no que restava do CEP, o presidente viu-se forçado a nomear oficiais monárquicos e conservadores para cargos militares de importância. Foi o que aconteceu com Jaime Leitão de Castro, antigo «espadista», que passou a dirigir a 5.^a divisão do exército (Coimbra) e depois a de Lisboa¹⁶⁷³.

As primeiras *Ordens* do exército estão peçadas de anulações de castigos aplicados pelos governos posteriores ao 14 de Maio de 1915, nomeadamente o dos generais Pimenta de Castro e Jaime Leitão de Castro, e vários monárquicos reconhecidos, como o coronel de infantaria Adriano Acácio de Madureira Beça, os capitães Alberto Augusto de Almeida Teixeira, Fernando Coutinho Silveira Ramos, Raul Andrade Piçarra e Carlos Maria Veloso, acabando todos por ascender ao cargo superior que lhes cabia na hierarquia militar¹⁶⁷⁴. Sidónio Pais não só os reintegrou no exército, como os nomeou para lugares relevantes da administração militar e do comando de regimentos, como aconteceu com Álvaro César de Mendonça, Gonçalo Pimenta de Castro, Alberto Almeida Teixeira. Álvaro Mendonça chegou mesmo a ocupar o cargo de secretário de Estado da Guerra, na remodelação governamental de 8 de Outubro, já o sidonismo caminhava para o estertor político. Quanto a Artur Silva Ramos e António Adalberto Solari Allegro, trata-se de oficiais cujas movimentações são essenciais para compreender a formação das Juntas Militares e da própria restauração da monarquia no Porto.

Estas referências, que não pretendem ser exaustivas, significam apenas que os oficiais realistas passaram a concentrar uma autoridade considerável dentro da república, e não apenas em Lisboa e Porto¹⁶⁷⁵. A organização do Corpo de Tropas da Guarnição Militar de Lisboa (CTGL), criado pelo decreto n.º 3960, de 20 de Março, veio reforçar a importância da oficialidade hostil à república

¹⁶⁷² Cf. *ob. cit.*, pp. 62-63.

¹⁶⁷³ Cf. *Ordem do Exército*, n.º 18, 2.^a série.

¹⁶⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁷⁵ As cidades de Braga, Viana de Castelo, Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda possuíam já uma vasta rede de oficiais hostis à república, fruto de mobilizações defensivas ordenadas a partir de Outubro de 1910. Veremos como esta oficialidade contribuiu, no pós-sidonismo, para encorajar a formação das Juntas Militares e depois a restauração da monarquia.

democrática, sendo chefiado pelo monárquico Eduardo Pellen a partir de Janeiro de 1919. A justificação para a criação deste corpo de tropas, também apodado de «Guarda Pretoriana» de Sidónio Pais, estava na necessidade «de poder dispor-se de um núcleo de forças permanentemente organizado» em Lisboa, face à mobilização de parte significativa do exército no CEP¹⁶⁷⁶.

O CTGL, que integrava regimentos comandados por monárquicos promovidos, como Silveira Ramos, Alberto Teixeira e Gonçalo Pimenta de Castro, todos ligados por laços de solidariedade pessoal e institucional a Sidónio Pais, emprestava à *República Nova* o seu cunho autoritarista, assente nos valores da hierarquia, da ordem e da autoridade do Estado. João Chagas queixar-se-ia de que a contra-revolução republicana não avançava em Lisboa por acção do Corpo de Tropas¹⁶⁷⁷. O próprio Sidónio promovia uma espécie de militarização do regime, organizando e participando em paradas militares muito elogiadas pela imprensa conservadora, que via numa ordem marcial a emergência do seu património político e ideológico.

O projecto presidencialista foi-se esboroando ante o afastamento das forças e personalidades republicanas que lhe tinham dado origem. Depois de Brito Camacho e da *União Republicana*, foi a vez de Machado Santos e Carlos da Maia se afastarem da *República Nova*, afastamento que contentava os adeptos da realeza. No próprio *Partido Nacional Republicano* abriu-se uma crise entre as diferentes sensibilidades, nomeadamente centristas, camachistas e sidonistas, provocando o azedume dos realistas contra os políticos republicanos que sustentavam a situação. Não confiavam especialmente em Egas Moniz que acusavam de empurrar o regime para a esquerda¹⁶⁷⁸. Cada vez mais isolado no campo republicano, o sidonismo foi-se confinando à acção ditatorial do chefe de Estado e de governo.

O isolamento do presidente tornou ainda mais evidente a importância dos sectores realistas, aumentando a tensão política e instigando a acção revolucionária dos sectores republicanos. A fase final da situação política ficaria caracterizada pelo crescente aumento do espírito revolucionário, tanto no campo republicano

¹⁶⁷⁶ *Ordem do Exército*, n.º 4, 1.ª Série, de 28 de Março.

¹⁶⁷⁷ Cf. *ob. cit.*, vol. IV, pp. 130-131.

¹⁶⁷⁸ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 155-157.

como monárquico. No primeiro caso, depois de algumas conspiratas abortadas, em Maio e Setembro, os esforços para derrubar o sidonismo culminaram na tentativa revolucionária de 12 de Outubro, ocorrida em Coimbra e Évora, mas que tinha ramificações em Lisboa, Porto e Penafiel. Em Coimbra, sob a direcção do coronel Alexandre Mourão, apenas o regimento de infantaria 35 se revoltou, mas o suficiente para lançar o caos sobre a cidade, que controlou durante dois dias, obrigando as autoridades a pedir reforços a Aveiro. No total, foram feitos 93 prisioneiros, entre os quais oficiais republicanos de relevo, como o general Correia Barreto, os coronéis Sá Cardoso e Pereira Bastos.

Sidónio Pais declarou o estado de sítio e vários comandantes militares assumiram tarefas de ordem pública. No combate ao movimento de 12 de Outubro sobressaíram vários oficiais monárquicos de destaque. Em Aveiro, comandava a região militar o recém-integrado João de Almeida e o seu pronto auxílio sobre Coimbra foi importante para sufocar a revolta¹⁶⁷⁹. No Porto e em toda a região, o movimento foi anulado graças ao empenho das autoridades policiais, sob o comando do «infatigável» Solari Allegro, que actuava sob protecção do governador civil, o major Alberto Margaride. A sua decisiva intervenção encontrou o apreço das autoridades militares do Porto, que sublinharam a «acção inteligente, enérgica e infatigável do capitão Solari Allegro»¹⁶⁸⁰.

Mas o campo monárquico haveria de trilhar o mesmo percurso agitador, de tentar a via armada. Depois da tentativa republicana de Outubro, a imprensa adversária voltava a insistir na solução monárquica para a crise política nacional, incluindo a esfera integralista, que assumia então o seu desencanto com o «presidente-rei»¹⁶⁸¹. O sidonismo era uma «fórmula transitória» «suportável» na conjuntura de guerra. Os prenúncios de um armistício, adivinhando a paz nos campos de guerra da Europa, tiveram como consequência as movimentações do grémio, que entendia que só a coroa oferecia a estabilidade necessária à reconstrução de Portugal¹⁶⁸². O caminho para a agitação viu-se subitamente facilitado com a publicação do decreto n.º 4223, de 9 de Maio, que concedeu amnistia a todos os crimes políticos e aos crimes militares não praticados no contexto da

¹⁶⁷⁹ Vide transcrições do jornal *Tempo na Capital*, 9.º ano, n.º 2928, 15-10-1918, p. 1.

¹⁶⁸⁰ AHM, 1.ª divisão, 34.ª Secção, caixa 6, pasta 15.

¹⁶⁸¹ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 159-160.

¹⁶⁸² Pereira de Sousa, «Meditando», in *Pátria!*, ano II, n.º 330, 09-10-1918, p. 1.

guerra. O regresso de Paiva Couceiro a Portugal trouxe à Causa Monárquica o irrequieto «paladino» e toda a sua corte de apaniguados, os famosos «cadetes da Galiza», que contava com nomes célebres na peleja, casos de Satúrio Pires, Artur Sobral Figueira, Jaime Caio, visconde do Torrão, conde de Mangualde, conde da Torre, José Rino de Avelar Frois, Ascânio Pessoa, Francisco Manso Preto Cruz, conde de Vale dos Reis e tantos outros. No Verão desse ano de 1918, o carisma de Paiva Couceiro era apregoado em tons apologéticos, exaltando-se o «comandante» e os «soldados da Causa Monárquica»¹⁶⁸³.

Para compreender as fraquezas do sidonismo e a sua evolução para a realeza, é importante analisar a situação política e militar do Porto enquanto sistema de Poder ou, para sermos mais rigorosos, de contra-poder. Os contactos entre a oficialidade da guarnição do Porto, como o coronel Artur Silva Ramos, futuro chefe da Junta Militar do Norte, e o sector irrequieto do monarquismo, incluindo Luís de Magalhães, Azevedo Coutinho e Paiva Couceiro, avançavam tímida mas resolutamente¹⁶⁸⁴. Aparentemente, o 12 de Outubro acordava o «perigo democrático» e recordava as fraquezas da situação política, forçando os trabalhos da conspiração. O antigo comissário geral da polícia do Porto, Melo de Carvalho, avisou o secretário de Estado do interior, António Bernardino Ferreira, dos conchavos e maquinações anti-republicanas: «Tenho por obrigação avisar-te mais uma vez de que os monárquicos, estão a deitar a mão a isto tudo. Já outro dia, em Lisboa te disse isso mesmo. Hoje acrescentarei que tenho seguras informações de que eles (monárquicos) preparam uma revolução dizem eles, para a fazer estalar ainda este mês»¹⁶⁸⁵.

As manobras políticas desenvolvidas pelos manuelistas para anular os resquícios de democratismo que ainda persistiam permitem compreender como aqueles estavam efectivamente a «deitar a mão a isto tudo». Com efeito, o surgimento de uma vaga para secretário da administração de Baião, para o que concorriam um monárquico e um democrático, provocou a ira de António Cabral, habituado a manobrar politicamente na vila nortenha. A correspondência trocada entre António Cabral e o major Alberto Margaride, governador civil do Porto, que teve

¹⁶⁸³ Cf. *Pátria!*, ano II, 08-07-1918, p. 1.

¹⁶⁸⁴ BNP, ELM, doc. n.º 4672, carta de João de Azevedo Coutinho a Luís de Magalhães, de 18-10-1918.

¹⁶⁸⁵ Transcrito por Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, p. 87.

Luís de Magalhães como intermediário, revela bem a importância política deste confronto no norte do país. António Cabral, no seu tom apoplético, investia assim contra Margaride, de quem dependia a nomeação: «Depois de uma revolução em que os democráticos se manifestaram como há dias se viu, quererem-nos colocar aqui, na secretaria da administração deste concelho, um democrático!!! Querem-nos entregar, a nós, conservadores de Baião, atados de pés e mãos, aos democráticos!!! Não! Contra isso protestaremos, e, se a violência for por diante o nosso protesto há-de dar brado em todo o país»¹⁶⁸⁶. O antigo ministro do *Partido Progressista* escreveu sobre o mesmo assunto ao comissário da polícia Solari Allegro, o que atesta a importância desta personalidade na vida política do Norte, assim como dos pequenos lugares na administração pública local¹⁶⁸⁷.

O governador civil do Porto, pouco confortável neste jogo de manigâncias políticas¹⁶⁸⁸, responderia que a sua função enquanto governador civil se resumia a garantir a ordem pública, e que para esse efeito eram mais úteis «quatrocentos soldados do que quatrocentos votos». Caberia então ao próprio Luís de Magalhães mostrar a Margaride a importância política da nomeação para a manutenção da ordem pública, face ao avanço do «perigo democrático», considerando ser «preciso evitar que se coloquem em certas situações oficiais, mesmo modestas, pessoas que não dêem seguras garantias de fidelidade e confiança»¹⁶⁸⁹.

Os factos narrados revelam a extensão da rede político-social dos adversários do regime. Para além desta rede de suporte, que se apossara legalmente das câmaras e administrações locais, o Porto contava com uma divisão militar onde a maioria dos regimentos era comandada por oficiais do grémio realista. No campo político, a autoridade distrital estava nas mãos do major Alberto Margaride e do comissário de polícia Adalberto Solari Allegro, capitão de cavalaria. Estas duas personalidades consubstanciam a natureza militar da ditadura sidonista, empenhada em garantir a ordem pública pela força e pela repressão.

¹⁶⁸⁶ BNP, ELM, doc. n.º 3995, carta de António Cabral a Alberto Margaride, de 21-10-1918. O candidato do Partido Democrático tinha a protecção do tenente-coronel Jaime Carvalho da Silva, monárquico e comandante de cavalaria 9, o que aumentava a irritação de António Cabral.

¹⁶⁸⁷ BNP, ELM, doc. n.º 12415, carta de António Cabral a Solari Allegro, de 23-09-1918.

¹⁶⁸⁸ Cf. Margaride, Alberto, *A Hora da Justiça*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1934, pp. 322-323.

¹⁶⁸⁹ BNP, ELM, doc. n.º 7083, carta de Luís de Magalhães a Alberto Margaride, de 08-11-1918.

Foi já suficientemente estudado o carácter repressivo da *República Nova*¹⁶⁹⁰. Se os abusos cometidos pela máquina repressiva não resultavam de ordens expressas do presidente, a verdade é que Sidónio Pais defendia o exercício da autoridade do Estado como garantia de funcionamento da sociedade¹⁶⁹¹.

A máquina repressiva do sidonismo era afinal «extensa e variada», incluindo o exército, a GNR, a polícia, a censura e os grupos civis de defesa da situação¹⁶⁹². António José Telo analisou a extensão desse engenho securitário, mostrando as alterações introduzidas nas forças da GNR e polícia com vista à manutenção da ordem pública. A reforma destas forças inclui a atribuição de armamento militar, de maior dotação financeira, aumentando o número de efectivos e criando grupos especializados na repressão de manifestações operárias e na garantia da ordem pública. No caso da polícia, o sidonismo reformou a Polícia Preventiva, entregando-a a um oficial do exército, para depois lhe conceder autonomia total. António Telo refere que a Polícia Preventiva foi organizada em dois ramos, no Norte e Sul, ambos entregues à chefia de conhecidos monárquicos, Solari Allegro e José Duarte Costa. Quanto aos grupos civis, emergiram como reacção à «formiga branca», recebendo por isso o epíteto de «formiga negra». Tal como esta organização, foi responsável pela vigilância e assaltos a jornais, sedes de partidos, sindicatos e associações. Ficaram conhecidos os assaltos aos jornais *Mundo* e, no Porto, as arremetidas às sedes dos periódicos *Vanguarda*, *A Montanha* e *O Norte*, para além da investida ao Grande Oriente Lusitano, depois do assassinato de Sidónio Pais.

No Porto destacava-se a acção policial de Solari Allegro, impedindo as manobras revolucionárias dos radicais no Porto e Lamego, ocorridas em Maio e Setembro respectivamente. A conjura de Lamego, onde o regimento de infantaria n.º 9 se preparou para a subversão armada, sob organização de sargentos republicanos, é elucidativa da capacidade de intervenção do comissário de polícia, que se deslocou pessoalmente àquela localidade para fazer abortar o movimento¹⁶⁹³. Destemido e organizado, o futuro ministro do reino construiu uma

¹⁶⁹⁰ Leia-se, entre outros, João Medina, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, parte II.

¹⁶⁹¹ Cf. Feliciano de Carvalho, *ob. cit.*, p. 77.

¹⁶⁹² Cf. António José Telo, *ob. cit.*, p. 180.

¹⁶⁹³ Cf. José Luciano Sollari Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Lisboa, Bertrand, 1988, p. 304.

vasta rede de espionagem que se estendia por várias províncias, estribada na acção de grupos civis que instauravam o terror entre os radicais republicanos. O alferes Pinto Machado, adjunto de Alberto Margaride no governo civil do Porto, descreveu assim a sua actuação: «A bem dizer, polícia de segurança, no tempo do Presidente Sidónio Pais, só a teve o Porto quando o governador civil entregou o seu comando ao capitão Solari Alegro»¹⁶⁹⁴. Pinto Machado revela ainda a capacidade de Alegro para se antecipar às conspirações republicanas, como aconteceu a 12 de Outubro, quando logrou prender o comité revolucionário de Matosinhos, frustrando assim os planos sediciosos para a região do Porto.

A acção das forças de segurança, muito exaltada pela imprensa da cidade, não se confinava à actuação dos agentes policiais. Os grupos de civis, conhecidos mais tarde por «trauliteiros», iniciaram as suas actividades de vigilância e violência ainda no decorrer do sidonismo e sob a bandeira republicana. Sob a direcção de Solari Alegro, grupos de vigilantes, muitos deles já possuidores de cadastro policial ditado por «razões políticas», praticaram os mesmos actos que os grupos republicanos: invadiam a residência de políticos e agitadores conhecidos, onde procediam a múltiplas diligências, e chegavam mesmo a atacar os republicanos mais odiados. Era o começo de um processo de vingança que desembocaria no famoso «Éden Teatro»¹⁶⁹⁵. Entre os cabecilhas destes grupos, que estarão na origem do célebre Éden, destacou-se uma criatura de nome António Fonseca Júnior, um «velho soldado da Causa Monárquica»¹⁶⁹⁶, que terá grande destaque e visibilidade no período que decorreu entre o final do sidonismo e a restauração monárquica de 1919.

O resultado mais visível deste sistema repressivo encontra-se na prisão de centenas de opositores. Depois da revolta de 12 de Outubro e da greve geral de 18 de Novembro, teriam sido encarceradas mais de 300 pessoas. Mais tarde, Alberto Margaride justificou as inúmeras prisões, incluindo a prisão de um chefe civil famoso no Porto, Alberto Midões, com o mar de violências praticadas pelo radicalismo republicano. As violências praticadas pelos grupos de «trauliteiros»

¹⁶⁹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 301.

¹⁶⁹⁵ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 411, pasta 4, com inúmeros depoimentos de participantes nos grupos civis e vítimas da sua violência.

¹⁶⁹⁶ BNP, ELM, carta de António da Fonseca Júnior a Luís de Magalhães, de 12-10-1921.

constituíam uma reacção natural pois «foram todos estes atentados descritos que deram motivo de ódios e vinganças»¹⁶⁹⁷.

A utilização da força policial, mesmo em regimes democráticos, parece encontrar legitimidade nas responsabilidades do Estado em manter a ordem pública, porque a manutenção da ordem é, desde há séculos, uma finalidade da polícia¹⁶⁹⁸. Mas, em Portugal, durante a república, esta prerrogativa das forças policiais e militares foi muitas vezes usurpada por grupos de cidadãos que se instituíram para defesa do regime ou de determinado governo. Esta utilização ilegítima da força coerciva parece romper com a tese de Max Weber de que o Estado, através da polícia, detém o monopólio da violência legítima.

Por outro lado, se a ordem constitui uma finalidade da polícia, ela pode tornar-se um valor da política, especialmente quando o Estado se mostra precário e a instabilidade atinge por isso os fundamentos do Poder¹⁶⁹⁹. Isto explica a importância que a ordem teve na retórica dos grupos conservadores, não só entre os agrupamentos político-ideológicos, monárquicos e republicanos conservadores, mas igualmente entre diferentes sectores da sociedade, como o exército, a lavoura e a indústria. A revolução de 5 de Dezembro teria origem numa reacção à incapacidade do Estado para garantir a ordem.

No final do sidonismo, a crescente instabilidade, agravada pelo surgimento endémico da pneumónica e pela agitação operária, sugeriu a alguns sectores do exército o projecto de uma intervenção corporativa para estabelecer um regime de ordem. A «ordem» pública não era só uma finalidade da polícia, passava a constituir um valor que legitimava a intervenção da única instituição que, depois da Polícia, podia exercer legalmente a coerção. A constituição das Juntas Militares, para além das questões políticas iminentes, não pode dissociar-se desta problemática da organização e funcionamento do Estado.

¹⁶⁹⁷ Alberto Margaride, *ob. cit.*, pp. 317-319.

¹⁶⁹⁸ Hélène L'Heuillet, *Alta Polícia Baixa Política. Uma visão sobre a Polícia e a relação com o Poder*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004, p. 99.

¹⁶⁹⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 112-113.

2. As Juntas Militares

O problema da ordem pública marcou o fim do sidonismo, em resultado de uma combinação de dificuldades políticas e económico-sociais. Ao nível político, a crise de Poder consubstanciada no isolamento de Sidónio Pais e no confronto entre monárquicos e republicanos traduziu-se no aprofundamento da repressão. No campo social, manteve-se o custo de vida elevado, associado à crise das subsistências. Mas as dificuldades das populações viram-se subitamente agravadas com uma nova crise de saúde pública marcada pela gripe pneumónica, que dizimou cerca de sessenta mil pessoas em Portugal continental¹⁷⁰⁰. A fome e a doença tornaram a vida penosa para milhares de portugueses, sujeitos à caridade do Estado ou de associações locais, que distribuíam sopas entre as populações mais carenciadas.

Esse período tenso e fértil em perturbações ficou também assinalado pelas reivindicações dos sectores operários e sindicalistas, que assim adensaram a agitação social. Para além de greves sectoriais, a União Operária Nacional marcou uma greve geral para o dia 18 de Novembro. O predomínio do anarco-sindicalismo, influenciado pela revolução russa e pelos apelos à Revolução mundial, orientou a União Operária para a organização de uma reivindicação geral, em vez das clássicas paralisações parciais por sectores de actividade¹⁷⁰¹.

O governo reprimiu com brutalidade a greve geral, entregando às forças do exército e da GNR a eliminação da subversão operária. Ainda assim, a opinião conservadora vislumbrava na contestação das massas trabalhadoras o sintoma das fragilidades do Estado, impotente para garantir a ordem pública. Como era natural, o mundo conservador reagiu com temor à «revolta bolchevique» e coube-lhe a tarefa de reprimir ideologicamente a ameaça. Para o secretário de Estado da guerra, tenente-coronel Álvaro de Mendonça, conhecido pelo seu monarquismo, a greve geral constituía uma etapa no processo de subversão mais vasto protagonizado pelos sectores radicais e que tinha as suas raízes próximas nas

¹⁷⁰⁰ Sobre a gripe pneumónica, leia-se João José Cúcio Frada, *A Gripe Pneumónica em Portugal Continental – 1918*, Lisboa, SeteCaminhos, 2005.

¹⁷⁰¹ Sobre a greve geral de 18 de Novembro e a evolução do sindicalismo, leia-se António José Telo, *ob. cit.*, pp. 195 e ss; Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos. Portugal na Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Notícias Editorial, 2003.

revoltas de Coimbra e Évora. Este movimento político-social não traduzia apenas uma ameaça à ordem pública, constituía um ataque frontal ao próprio regime constitucional: «O programa deste movimento preconizava a abolição da magistratura, do exército, da polícia, da marinha. Enfim, era a desordem completa; era a destruição do organismo social! Era um programa bolchevista: a desordem, a anarquia!»¹⁷⁰². Para além dos sinais de crise social, a crispação e contestação ao próprio Sidónio Pais aumentavam de tom, havendo rumores desde o Verão de que se atentava contra a vida do presidente da república¹⁷⁰³.

É todo este contexto de agitação político-social que explica a formação das Juntas Militares. A continuidade entre o sidonismo e a Monarquia do Morte, e o predomínio de alguns monárquicos nas Juntas, fez com que os sectores republicanos e a generalidade da historiografia viessem a estabelecer como objectivo primacial da corporação militar a restauração do trono em Portugal. Os relatórios das autoridades militares republicanas, produzidos na maioria por oficiais democráticos, apressaram-se a estabelecer essa interpretação de forma inexorável: «Eu tive que defender a República contra os rebeldes da Junta Militar do Norte e contra os rebeldes da Junta Monárquica do Porto, vi bem que foram sempre os mesmos. Não quero, por isso, fazer qualquer distinção entre as duas rebeliões. Ambas foram contra a República. Ambas tinham por fim reimplantar a Monarquia»¹⁷⁰⁴.

Mas o confronto de fontes militares com fontes monárquicas, a maioria inéditas, permite a reconstituição de um processo político-militar cuja complexidade decorre da fragmentação do país em múltiplas forças políticas que lutaram para chegar ao Poder: para além dos republicanos, monárquicos e sidonistas, o exército, também dividido em sectores político-ideológicos, procurou assumir um maior protagonismo no pós-sidonismo.

¹⁷⁰² *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 04-12-1918, p. 6.

¹⁷⁰³ Cf. Theofilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugalíia, 1941, pp. 332-333.

¹⁷⁰⁴ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 52, pasta 2, Relatório do coronel Augusto César Ribeiro de Carvalho. Veja-se, ainda, AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, pasta 1, o relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria, «As Juntas Militares do Norte (Indícios da chamada “Traulitânia») (31 de Dezembro de 1918 a 8 de Janeiro de 1919)», de 08-01-1919; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 52, pasta 2, relatório do comandante da 6.^a divisão, Tomás de Sousa, de 28-06-1919; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do general Alberto Ilharco, comandante em chefe das forças em operação no Norte.

A organização das Juntas consumou-se em Novembro de 1918, no auge da agitação subversiva anarco-sindicalista, quando então se admitia a possibilidade de um atentado pessoal contra o presidente. Com o conhecimento deste, constituiu-se uma estrutura castrense que previa a instituição de um «governo militar, caso Sidónio sucumbisse vítima de um atentado»¹⁷⁰⁵. Essa organização militar, que devia incluir núcleos nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Braga, adoptou um programa de intenções que configurava a intervenção corporativa do exército com vista a impedir a «conquista do poder» pelas «facções demagógicas» e garantir a «ordem pública», eliminando os focos de conspiração e revolta produzidos no seio da «política facciosa».

O mais importante preceito deste programa referia-se ao chefe de Estado: o juntismo comprometia-se a remover todas as pressões que se exercessem sobre o presidente da república vindas dos sectores democráticos e «na falta, por qualquer circunstância, do actual chefe de Estado tomar posse do poder, a fim de impedir que ele caia novamente nas mãos da demagogia». Uma das disposições programáticas abria ainda as portas a uma consulta plebiscitária sobre o regime: «5.º desde que cessem as circunstâncias, que determinam o apoio do exército à actual situação, empregar os meios necessários, para que a vontade nacional possa decidir os destinos do país, sem intervenção de poderes estrangeiros, que nos cumpre repelir patrioticamente como atentatórios do brio e dignidade da nação»¹⁷⁰⁶. Este programa, que teve um carácter sigiloso, terá sido rubricado pelo general Jaime Leitão de Castro, comandante da divisão militar de Lisboa, e por «todos os comandantes de unidades da capital, Porto, Braga e Coimbra».

Neste programa de intervenção militar só a última disposição parecia surpreender a influência monárquica, pois a adopção do plebiscito ressurgiu com grande intensidade em Novembro, pela pena dos seus órgãos de imprensa, no momento em que parecia iminente o fim da guerra na Europa¹⁷⁰⁷. Mas ele torna claro que o objectivo das Juntas era em primeiro lugar impedir o regresso do Partido Democrático ao Poder. Veremos que as soluções para garantir este

¹⁷⁰⁵ Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.*, p. 333.

¹⁷⁰⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 333-334.

¹⁷⁰⁷ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 169 e ss.

desiderato também contemplavam uma eventual restauração, mas esse desígnio encontrou muitas resistências entre a oficialidade monárquico-sidonista.

O predomínio de alguns oficiais conhecidos pelo seu monarquismo também reforça a tese de que as juntas nasceram para restaurar o trono. As Juntas Militares tinham um conselho director, que devia ser presidido por um general, cargo que mais tarde ofereceram ao general Tamagnini de Abreu, comandante da 3.^a divisão do exército (Coimbra), mas que este nunca assumiu¹⁷⁰⁸. Esse conselho director era ainda constituído por João de Almeida, em representação da junta militar do Sul, e Artur Silva Ramos, da junta militar do Norte, ambos monárquicos, e articulava com o governo através dos secretários da guerra e interior, Álvaro Mendonça e Tamagnini Barbosa. Mas Tamagnini, que acompanhara a organização militar e lhe tinha dado o seu apoio, «louvando-lhe o fim, entendendo-se com os dirigentes», haveria de tornar-se no seu mais feroz adversário, não ficando claro se o fazia por dedicação à república que julgava ameaçada ou por ambição política. A recusa em apoiar um governo militar, após a morte de Sidónio Pais, acabou por valer-lhe a hostilidade e o desprezo das Juntas Militares e da opinião conservadora, que o acusava de trair a «obra» e a «memória» do presidente assassinado ao romper com o acordo que teria firmado com os dirigentes das Juntas¹⁷⁰⁹.

Para compreender melhor os desígnios das Juntas, importa lembrar que a concepção não constituía uma invenção nacional, pois em Espanha organizara-se o exército para impor os interesses da classe e da pátria à política, supostamente ameaçados por valores «ultra-avançados». Também aí o exército se impôs como Poder, pressionando o parlamento e os poderes públicos, provocando a queda de governos e expulsando as autoridades civis dos seus lugares¹⁷¹⁰. Esta será a realidade que em Portugal se desenhará após a morte de Sidónio Pais.

A compreensão do fenómeno das Juntas Militares deve entender-se, pois, à luz desta conjuntura conturbada em que o Estado revelava sinais de fraqueza e o bloco político-militar que sustentava Sidónio Pais começara a fragmentar-se. Acabaria por revelar-se a predisposição de largos sectores do exército para im-

¹⁷⁰⁸ Cf. Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXVI.

¹⁷⁰⁹ AHM, TMEL, processo n.º 70/1919, depoimento de Carlos Maria Veloso, capitão da GNR.

¹⁷¹⁰ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 54, pasta 1.

pedir a chegada ao poder do Partido Democrático e de prosseguir numa política conservadora, ordeira e autoritária. O relatório de um oficial republicano que combateu a monarquia restaurada, José Martins Cameira, revela a existência desse ambiente político conturbado de 1918 e do surgimento de interesses corporativos dentro do exército: «Foi sob uma atmosfera pesada e irrespirável que a Junta Militar do Porto nasceu e actuou facilmente num campo largo e fecundo por quase todas as guarnições militares do país. Não era lícito pôr em dúvida a franqueza dos seus propósitos anunciados, os quais consubstanciavam a aspiração de todos os elementos do exército de formarem um organismo próprio, à semelhança de todas as mais classes, susceptível de pugnar pelas suas prerrogativas, já prestes a submergirem-se pouco a pouco, sem que as estações competentes lhes pusessem cobro. É facto que as Juntas Militares, mais do que quaisquer outras associações de classe, constituem um estado dentro doutro estado. Mas o estado civil para manter a sua indispensável supremacia carecia também de fazer respeitar o prestígio, as tradições, a hierarquia e o bom nome do exército que constituem a sua razão de ser para nele se pode firmar nos tempos difíceis e através de todas as vicissitudes»¹⁷¹¹.

A intervenção do exército na vida política da república resultava, afinal, da pressão persistente que os diferentes sectores políticos e ideológicos, incluindo republicanos e monárquicos, faziam sobre a caserna. Esta excessiva politização do exército dera já origem a uma retórica contra os políticos, especialmente visível nos dirigentes das Juntas Militares. A 20 de Dezembro de 1918, decorria então o braço de ferro entre as Juntas e Tamagnini Barbosa para a constituição do primeiro governo pós-sidonismo, o major Alberto Margaride legitimava a acção daquelas com a existência no seio do exército de uma «corrente de indignação contra os políticos que apenas pretendem satisfazer as suas ambições pessoais e os seus interesses partidários»¹⁷¹². A mesma crítica às «ambições» e «interesses pessoais» dos republicanos seria produzida pelo general Ilharco, comandante das forças que combateram a Monarquia do Norte¹⁷¹³.

¹⁷¹¹ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1, José Martins Cameira, «Movimento Insurreccional do Norte em 1919. Subsídios para a sua história», 1925.

¹⁷¹² «Palavras dum Patriota», in *O Liberal*, 20-12-1918, p. 1.

¹⁷¹³ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do General Alberto Ilharco.

Alberto Ilharco foi ainda mais acutilante nas críticas que endereçou aos dirigentes republicanos, responsabilizando-os pela instabilidade no exército como resultado desse fenómeno de politização que explicava o clima geral de conspiração constante: «As discórdias entre políticos para cuja solução se solicita, ou se permite a intervenção da força armada, tem cultivado o espírito de indisciplina e despertado ambições imoderadas, dando lugar às frequentes conspirações, ou manifestações, de que o país tem sido vítima há alguns anos, e que tanto têm concorrido para a constante intranquilidade e consequentes resultados, em que tem vivido»¹⁷¹⁴. Apesar do carácter faccioso das recentes intervenções do exército, desde o movimento das espadas no início de 1915, começava então a definir-se uma tendência corporativa que legitimava a intervenção da caserna com a necessidade de salvaguardar os interesses nacionais. Não era ainda a ditadura militar empenhada na Revolução Nacional, mas a mesma ganga ordeira, a mesma retórica patriótica e salvífica já se encontrava na definição da legitimidade do juntismo, concebido em nome de uma «administração séria e honesta»¹⁷¹⁵.

A crise entre a *República Nova* e as juntas rebentou com a morte de Sidónio Pais, à entrada da estação do Rossio. O chefe de Estado preparava-se para entrar no comboio com destino ao Porto, cidade onde o conflito entre monárquicos e republicanos expunha já as fraquezas do sidonismo e antecipava o confronto futuro. Para além das tensões deste conflito, a capacidade das autoridades locais para combater «o perigo demagógico» revelava uma autonomia perigosa para o presidente, que aparentemente se dispunha a substituir essas autoridades, nomeadamente Alberto Margaride e o comissário da polícia Solari Allegro, colocando o seu irmão António Silva Pais à frente do governo civil¹⁷¹⁶. No dia anterior, no parlamento, o deputado Celorico Gil, que então desertara do campo sidonista, proclamava enfaticamente que a dependência de Sidónio Pais em relação aos monárquicos seria o fim do regime: «O Governo não tem outro apoio, o Governo

¹⁷¹⁴ *Ibidem*.

¹⁷¹⁵ «Palavras dum Patriota», in *O Liberal*, 20-12-1918, p. 1.

¹⁷¹⁶ Numa carta a Alberto Margaride, António Silva Pais confirma que a ida ao Porto se devia à «rebelião constante de monárquicos e republicanos» mas recusa que a sua ida visasse substituir o governador civil, pois afirma «ignorar» as intenções certas de Sidónio Pais, «assim como creio que ninguém poderá com segurança informar quais eram». Cf. Alberto Margaride, *ob. cit.*, pp. 352-353.

não tem outra segurança, está fiado na força dos monárquicos e essa força é que o há-de perder, porque com eles será arrastado»¹⁷¹⁷.

Assassinado Sidónio Pais, os monárquicos do Norte, incluindo os sectores militares das juntas, onde o movimento apresentava maior dinâmica e capacidade de mobilização, reuniram apressadamente para definir uma linha de rumo. Essa linha, transmitida por Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, pois a Junta não tinha quaisquer contactos oficiais com o chefe monárquico¹⁷¹⁸, era fiel ao programa já traçado em conjunturas anteriores, isto é, preconizava o estabelecimento de uma «ditadura militar» que organizasse um plebiscito: «Do que se trata? Simplesmente da formação dum governo militar que assuma a ditadura p^a manter a ordem e fazer a limpeza da política infestada pelo demagogismo sicário – e vá, depois p^a. a solução decisiva da consulta nacional. Isto aqui assumiu uma unanimidade, que decerto se não dá aí, onde a intriga (mesmo ausente o Egas) há-de fervilhar»¹⁷¹⁹.

Parece assim evidente que a estratégia dos dirigentes das Juntas Militares do Norte não passava pela restauração imediata da monarquia, apesar de verem no trono a solução para a crise nacional. Não é difícil compreender os escrúpulos dos oficiais realistas em avançar para aquela solução radical: a guerra terminara há pouco e Portugal preparava-se para participar na Conferência de Paz, onde já se encontrava Egas Moniz; a restauração contrariava as orientações de D. Manuel para que se apoiasse a república até ao fim dessa Conferência de Paz, orientações que o rei exilado reiterou após a morte de Sidónio Pais. E os oficiais do exército em Lisboa não assumiam a mesma rebeldia que os políticos da Causa Monárquica, colocando por isso muitas reservas à empresa restauradora.

A carta de Luís de Magalhães é da maior importância para compreender a estratégia dos sectores militares que apoiaram o sidonismo, pois estavam na posse de um Poder valioso e temiam o regresso do «democratismo». Desaparecido o presidente, desapareciam também os «escrúpulos de lealdade e considerações de dedicação pessoal de muitos que o acompanharam e auxiliaram»: «Todos se sentem livres, e, senhores do poder, e da força que o defende e ampara, não

¹⁷¹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 13-12-1918, p. 11.

¹⁷¹⁸ AHM, TMEL, n.º 92, arquivo 108, depoimento de Aires de Ornelas e Vasconcelos.

¹⁷¹⁹ BNP, ELM, doc. n.º 12026, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 17-12-1918.

estão dispostos a entregá-lo nas mãos dos inimigos, de quem serão amanhã as vítimas»¹⁷²⁰.

400

A Junta Militar do Norte defendia um movimento de força após o funeral de Sidónio Pais, pois seria «indiscreto dar um golpe de Estado (porque o seria) nessas primeiras horas de luto». Defendiam por isso a eleição indirecta de um presidente débil - «o que é preciso é preencher o lugar» - e a organização de um governo militar que evitasse o regresso dos democráticos e resolvesse a questão do regime por via de uma consulta popular. A consulta, solução de larga tradição entre os monárquicos, desde que Paiva Couceiro a defendeu em 1911, tinha a vantagem de garantir a restauração da monarquia na base «de uma solidez inatacável»: evitava a guerra civil e a animosidade da comunidade internacional, para além de ultrapassar as muitas reservas dos sectores conservadores do exército que eram indiferentes em matéria de regime, por considerarem que não lhe competia fazer política¹⁷²¹. Era uma posição importante para convencer muitos oficiais de que o objectivo das Juntas Militares não visava a restauração da monarquia. O momento era por isso único: «No Porto o estribilho corrente é este: ou agora ou nunca»¹⁷²².

Esta posição cautelosa explica as arremetidas dos sectores mais radicais do Porto, reunidos em torno do advogado Pereira de Sousa e do jornal *Pátria*, contra o que eles consideravam ser a passividade e indecisão tradicionais dos grupos conservadores, e insinuavam a restauração imediata como caminho lógico e inevitável: «Que receios os assaltam, que considerações há que, neste momento, os impeçam de dar ao problema político a única solução que tem?». Para Pereira de Sousa, a anarquia republicana só podia ser superada pelo regresso «ao passado», às «tradições» monárquicas do Portugal antigo e glorioso de «Ourique» do «Salado», de «Aljubarrota», das «Descobertas Marítimas» de «Camões» e de «1640»¹⁷²³.

O estabelecimento de uma ditadura militar encontrava uma larga consagração doutrinária na retórica propagandística dos monárquicos e católicos, para quem a intervenção das Forças Armadas tinha a vantagem de salvaguardar os princípios contra-revolucionários que apontavam o exército como reserva moral

¹⁷²⁰ *Ibidem*.

¹⁷²¹ *Ibidem*.

¹⁷²² *Ibidem*.

¹⁷²³ Pereira de Sousa, «A Morte do Sr. Dr. Sidónio Pais», in *Pátria!*, ano 2, n.º 437, 16-12-1918, p. 1.

da nação. A legitimidade da sua intervenção na vida pública residia na crise e instabilidade permanentes, condições que se agravavam com o assassinato de Sidónio Pais. A intervenção do exército, «restabelecendo a ordem», «restaurando a disciplina» e «dignificando a hierarquia» consubstanciava uma exigência da nação.

Esta retórica nacionalista, que antecipava outras intervenções da caserna, casava o pensamento dos sectores mais radicais do monarquismo, visível nos grupos do *Liberal*, do *Dia*, da *Pátria!* e especialmente do Integralismo, com as posições dos dirigentes monárquicos da Junta. Por isso a grei realista, arvorando o «perigo demagógico», exultava com a predisposição de força das Juntas Militares, enchendo as primeiras páginas da sua imprensa de incentivos patrióticos e «vivas ao exército»¹⁷²⁴. Os sidonistas, por sua vez, acusavam o grémio realista de provocar a instabilidade ao procurarem a «restauração imediata da monarquia, ou, pelo menos, a consulta ao país, em plebiscito»¹⁷²⁵.

A pressão do Norte sobre Lisboa provocou uma tensão natural nas Juntas Militares, pois «não faltavam receios de que, se aí se hesitasse, todo o norte (porque estavam no Porto delegações das guarnições de Braga, Viana, etc.) tomasse a iniciativa do movimento»¹⁷²⁶. Ora precisamente em Lisboa, na primeira reunião que teve lugar no Governo Civil, na madrugada de 15 de Dezembro, o monárquico Álvaro Mendonça, secretário de Estado da guerra, e responsável pela prevenção do exército, propôs a constituição de um governo militar por saber que essa era a «posição dominante no exército e nos meios conservadores que haviam apoiado o Dr. Sidónio Pais e a sua política»¹⁷²⁷.

A verdade é que a opinião pública em Lisboa esperava essa imposição de força do exército. Vários oficiais e subalternos procederam a múltiplas diligências no sentido de um movimento castrense que impusesse uma ditadura, visitando para o efeito as unidades militares da cidade¹⁷²⁸. Em Coimbra, pelo contrário, o general Fernando Tamagnini, comandante de divisão e antigo comandante do

¹⁷²⁴ Cf. *O Comércio de Viseu*, ano 32, n.º 3366, 22-12-1918, p. 1; *O Liberal*, 18-12-1918, p. 1.

¹⁷²⁵ Cf. *O Liberal*, 26-12-1918, p. 1.

¹⁷²⁶ BNP, ELM, doc. n.º 12026, carta de Luís de Magalhães a Aires de Ornelas, de 17-12-1918.

¹⁷²⁷ AHM, TMEL, pasta 11, depoimento de Álvaro César de Mendonça, fl. 16.

¹⁷²⁸ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1, relatório do tenente-coronel José Mendes dos Reis, 2.º comandante da Escola de Guerra.

CEP, para evitar «graves levantamentos no país», ordenou a prevenção da guarnição da cidade e redigiu uma proclamação às tropas, invocando a disciplina e a obediências às autoridades, recusando qualquer envolvimento do exército na política partidária¹⁷²⁹.

O mais paradoxal da situação política é que na mesma reunião do governo civil coube a Aires de Ornelas, na qualidade de líder da minoria monárquica e representante de D. Manuel, contrariar a constituição de um governo militar¹⁷³⁰, procurando ainda mediar um conflito que parecia inevitável entre Lisboa e a Junta do Porto¹⁷³¹. Aires de Ornelas continuava fiel à política traçada por D. Manuel, que em Londres declarava ao ministro Augusto de Vasconcelos o seu firme apoio ao governo da república para a manutenção da ordem «até à conclusão do Tratado de Paz»¹⁷³². Foi em nome desta política de colaboração que Aires de Ornelas garantiu o apoio da minoria monárquica no parlamento para a eleição de João Canto e Castro¹⁷³³, um almirante apagado e que aparentemente agradava a gregos e troianos, e que apesar do seu monarquismo soube gerir com firmeza os interesses da república.

Na câmara dos deputados, Aires de Ornelas produziu um discurso empolgante em torno dos valores da ordem, defendendo a continuação da «obra do Sr. Sidónio Pais na luta contra a demagogia, na luta contra a força anárquica anti-social, que com os seus crimes vem enlutando a nação». Mas denunciava também a tendência que existia em Portugal para se procurarem continuamente soluções violentas para as crises políticas. Ainda assim, reiterava como fundamental que o novo presidente se apoiasse no exército, instituição a quem competia velar para que a «ordem» fosse uma garantia nacional¹⁷³⁴.

A posição de Aires de Ornelas não agradou aos sectores mais rebeldes, que viam na actuação do chefe político da Causa a ruptura com a solução militarista que mais interessava aos monárquicos e aos dirigentes das Juntas Militares. Por

¹⁷²⁹ Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, pp. CCLXVIII.

¹⁷³⁰ Cf. Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921, p. 319.

¹⁷³¹ AHM, TMEL, caixa 92, maço 108, depoimento de João de Canto e Castro.

¹⁷³² MNE, AHD, 3P, A3, M49, telegrama da Legação de Londres, de 21-12-1918.

¹⁷³³ AHM, TMEL, caixa 92, maço 108, depoimento de João de Canto e Castro.

¹⁷³⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 16-12-1918, pp. 18-19.

isso lhe recusavam simpatias, insistindo em denegrir as suas qualidades políticas como representante de D. Manuel. Para o irrequieto Júlio da Costa Pinto, a restauração da monarquia «estava no ânimo de todos», excepto na de Aires de Ornelas «que estava agarrado, como aliás lhe cumpria, às instruções do Rei»¹⁷³⁵. Um cadete de Paiva Couceiro foi menos condescendente, definindo politicamente o chefe da causa monárquica como «apático e indolente»¹⁷³⁶. Para Eurico Satúrio Pires, Aires de Ornelas devia ter assumido as suas responsabilidades em 14 de Dezembro e arrogado a condição de chefe militar: «Errou-se muito em Lisboa e o principal erro, de tudo o que tenho ouvido e ajuizado, para mim continua a ser o Aires a tempo e horas (já ainda em vida do Sidónio) não ter compreendido a situação e disposto tudo para ser o chefe militar incontestado, na falta do presidente. Não o foi, não o quis ou não o soube ser – foi esse o seu defeito»¹⁷³⁷. Muitos outros, como António Cabral¹⁷³⁸, haveriam de exprobrar publicamente Ornelas pela sua atitude naquela reunião do governo civil. Moreira de Almeida, no *Dia*, acusava o chefe monárquico de «um erro gravíssimo, talvez um crime, de que nem os seus contemporâneos nem os que hão-de suceder-nos neste país anarquizado saberão perdoar»¹⁷³⁹.

Apesar do que fica dito, é correcto afirmar que o confronto entre as Juntas Militares e as autoridades republicanas preparou a reacção monárquica. Não só porque aquelas se estabeleceram como Poder, exercendo autoridade efectiva na administração pública, como mobilizaram forças do exército para combater a república. O braço de ferro com o que restava do sidonismo começou com a constituição do governo, que as Juntas pretendiam que tivesse um carácter militar ou que integrasse personalidades da sua confiança, e que devia ser presidido pelo coronel João de Almeida¹⁷⁴⁰.

No início, as Juntas ainda impediram a formação de um governo presidido pelo republicano católico Nunes da Ponte¹⁷⁴¹, mas o convite a Tamagnini Barbosa,

¹⁷³⁵ BNP, ELM, doc. n.º 9006, carta de Júlio da Costa Pinto a Luís de Magalhães, de 12-01-1920.

¹⁷³⁶ BNP, ELM, doc. n.º 9062, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 14-10-1920.

¹⁷³⁷ BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921.

¹⁷³⁸ Cf. *ob. cit.*, p. 401.

¹⁷³⁹ Citado por Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 180.

¹⁷⁴⁰ Cf. Cunha Leal, *ob. cit.*, p. 141; Gonçalo Pimenta de Castro, *A Revolta de Monsanto de Janeiro de 1920*, Porto, Tipografia Mendonça, 1920, pp. 10-11.

¹⁷⁴¹ Cf. Alfredo Margaride, *ob. cit.*, p. 375.

apoiado inicialmente pelas Juntas, reforçava o campo sidonista. A resistência de Canto e Castro e Tamagnini Barbosa, procurando gerir um equilíbrio instável, abriu um conflito político-militar que só terminaria a 13 de Fevereiro, com o fim da curta guerra civil e o regresso do *Partido Democrático* ao Poder.

A vitória de Pirro do sidonismo teve como consequência imediata as manobras dos oficiais da Junta do Sul. Em Lisboa, João de Almeida, que sectores do juntismo pretendiam ver na presidência do governo, conluiou-se com os comandantes das unidades militares para «a substituição pacífica, já entre eles decidida, da república pela monarquia»¹⁷⁴². Conta Gaspar de Abreu nas suas memórias que o fracasso da operação se deveu a uma diligência de Tamagnini Barbosa que, conhecedor dos conchavos, convenceu Gonçalo Pimenta de Castro a «desligar-se» do «acordo estabelecido»¹⁷⁴³.

Sem o acordo necessário para a restauração, João de Almeida ainda conseguiu arrastar algumas unidades para um pronunciamento em Monsanto. Chefiou as forças de cavalaria 2 e 4 e do grupo de artilharia a cavalo de Queluz, comandadas respectivamente pelos tenentes-coronéis Silveira Ramos, Luís da Cunha Meneses e Alberto de Almeida Teixeira que, acompanhadas do general Jaime Leitão de Castro, comandante da 1ª. Divisão militar, subiram à Serra para um pronunciamento, pedindo a demissão imediata do governo. O conflito ficou resolvido com a intervenção do general Garcia Rosado, monárquico discreto, que levou a Monsanto um telegrama de Londres dando conta do apoio do governo inglês a uma situação política constitucional e «apoiada pelo parlamento»¹⁷⁴⁴. A face dos revoltosos ficaria salvaguardada por um acordo que previa a remodelação do governo até à abertura do parlamento, a 8 de Janeiro, feita de acordo com as Juntas Militares, e a entrega do comando do CTGL a um oficial da sua confiança¹⁷⁴⁵.

O pronunciamento de parte da guarnição de Lisboa não era um movimento monárquico, como insinua algumas memórias republicanas¹⁷⁴⁶, apesar de ele

¹⁷⁴² Gaspar de Abreu, *ob. cit.*, p. 271.

¹⁷⁴³ Idem, *Ibidem*.

¹⁷⁴⁴ MNE, AHD, 3P, A3, M49, telegrama da legação de Londres, de 21-12-1918; Alberto Margaride, *ob. cit.*, pp. 373-374.

¹⁷⁴⁵ O documento está reproduzido em Rocha Martins, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, vol. 3, Lisboa, Organizações Crisalis, 1951, p. 128.

¹⁷⁴⁶ Cf. Cunha Leal, *ob. cit.*, p. 143.

decorrer de um projecto de restauração falhado. O percurso de João de Almeida, um dos nomes mais referenciados para ocupar um cargo num governo militar, é sintomático das muitas perplexidades e paradoxos que se revelaram neste período agitado e apaixonado. É certo que o «herói dos Dembos» provocava a maior reserva nos meios políticos, por ter combatido a república a partir da Galiza e ser um impenitente conspirador no exílio¹⁷⁴⁷, mas era uma figura de indiscutível prestígio no seio dos sectores conservadores do exército. A sua reintegração nas forças armadas, concedida por Sidónio Pais, que lhe atribuiu o comando de Cavalaria 8, em Aveiro, traduziu-se numa dedicação verdadeira ao presidente, recusando em vida deste qualquer projecto restauracionista, que julgava da «maior inoportunidade»¹⁷⁴⁸.

Não se estranha que depois do insucesso de Monsanto, para onde foi em nome da «Causa Nacional» e da «Ordem que o exército por definição é obrigado a assegurar»¹⁷⁴⁹, se tenha refugiado em Aveiro. Ainda teve papel importante na construção da máquina de guerra da Junta Militar do Norte, como se verá, mas recusaria afincadamente o cargo de ministro da guerra que Paiva Couceiro lhe ofereceu na monarquia restaurada.

Se referimos o caso de João de Almeida é porque ele é sintomático da predisposição de parte da oficialidade monárquica de Lisboa. Ao contrário do Porto, oficiais como Almeida Teixeira, Silveira Ramos, Gonçalo Pimenta de Castro ou Eduardo Pellen – futuro comandante do Comando de Tropas da Guarnição de Lisboa - entre muitos outros, continuavam presos àquilo que Luís de Magalhães se referia como «peias morais». Esses laços seriam descritos por Teófilo Duarte nas suas memórias sobre Sidónio Pais¹⁷⁵⁰, para explicar a sua recusa quanto a um movimento inequivocamente monárquico, mas que afinal a morte do presidente tornou inevitável. Os sectores radicais do monarquismo fariam depois outra interpretação destas «peias morais», criticando abertamente os oficiais e políticos da coroa que serviram o sidonismo de se terem «sentado» e que por causa disso «custava-lhes a levantar»: «A moralidade dos homens que hoje narram

¹⁷⁴⁷ Cf. Alberto Margaride, *ob. cit.*, pp. 375-378; Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXII.

¹⁷⁴⁸ BNP, ELM, doc. n.º 2402, carta de João de Almeida a Luís de Magalhães, 24-11-1918.

¹⁷⁴⁹ Carta de João de Almeida (de 20-12-1918), in *O Liberal*, 23-12-1918, p. 1.

¹⁷⁵⁰ Cf. *ob. cit.*, p. 332.

os acontecimentos, é diversa da que tinham nessa época; principalmente a dos que serviram com Sidónio. Havia monárquicos que, na frase pitorescamente sugestiva do Couceiro, e que me não esquece nunca, se tinham sentado; portanto, custava-lhes a levantar. Ministros houve que olhavam os monárquicos combativos se não abertamente como adversários, como amigos dos diabos muito incómodos portanto»¹⁷⁵¹.

Entre os oficiais monárquicos mais censurados encontra-se precisamente Gonçalo Pimenta de Castro, que comandava o regimento de infantaria 16 e que rompeu com o acordo das unidades de Lisboa para a «restauração pacífica» do trono. O seu regimento de infantaria concentrava parte importante do «armamento ofensivo e defensivo» do regime¹⁷⁵², e era por isso indispensável em qualquer pronunciamento ou movimento militar¹⁷⁵³.

A atitude irredutível de Pimenta de Castro, na sua recusa em se envolver em política e a influência militar e moral que exercia nos restantes regimento de infantaria explicam em parte o falhanço do pronunciamento de 23 de Dezembro, como não deixarão de influir no falhanço do segundo movimento de Monsanto, ocorrido a 23 de Janeiro de 1919. Pimenta de Castro, que era suspeito de conspirar contra a república em 1911, integrava o grupo dos muitos oficiais monárquicos para quem a questão do regime se tornara secundária, mas que em 1926 não deixarão de apoiar o movimento militar contra a república. A animosidade e hostilidade de muitos correligionários explicam a publicação do livro *Revolta de Monsanto*, em 1922, visto como justificação moral da sua atitude de estranha neutralidade, assim como do CTGL, defendendo-se do apodativo de «traição» que se lhe colara no decorrer do julgamento dos monárquicos revoltosos¹⁷⁵⁴.

O retraimento de Lisboa não fez esmorecer o Porto. Depois de uma primeira «proclamação» dirigida à «heróica cidade do Porto» e ao «resto do País», a 18 de Dezembro, em que ameaçou assumir «toda a acção governativa» se o exército não fosse ouvido, a Junta Militar transformou-se em «Junta Governativa» após a formação do governo de Tamagnini Barbosa, porque este não correspondia

¹⁷⁵¹ BNP, ELM, doc. n.º 9006, carta de Júlio da Costa Pinto a Luís de Magalhães, de 12-01-1920.

¹⁷⁵² Cf. Cunha Leal, *ob. cit.*, p. 144.

¹⁷⁵³ O que explica que João de Almeida insistisse com Pimenta de Castro na importância da saída do regimento. Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, p. 14.

¹⁷⁵⁴ Cf. *ob. cit.*, nota inicial do autor.

«aos desejos patrióticos do Exército». Essa Junta Governativa, que não chegou a concretizar-se, por pressão do governador civil do Porto, Alberto Margaride¹⁷⁵⁵, ainda comunicou para Coimbra que «tinha assumido as rédeas da governação do país»: «Foi sol de pouca dura; na tarde desse mesmo dia notificou que fosse considerado sem efeito a anterior comunicação»¹⁷⁵⁶.

A Junta Militar do Norte não tomara as «rédeas da governação do país» mas existia na prática como sistema de Poder. Com efeito, as autoridades civis da cidade, o major Margaride e o capitão Solari Allegro, integravam as Juntas Militares e dispunham de grande poder na administração da cidade. Solari Allegro controlava as polícias e os grupos de civis que desde o sidonismo praticavam, com zelo por vezes excessivo, a vigilância sobre conhecidos republicanos.

No plano militar, a Junta comportou-se como a única autoridade, mobilizando forças de diferentes guarnições do Norte para o Porto e concentrando volumoso armamento e munições na cidade¹⁷⁵⁷; determinando a prisão de oficiais, políticos e civis conotados com o *Partido Democrático* ou simples opositores das Juntas, como o tenente Serafim Morais¹⁷⁵⁸; destituindo e nomeando autoridades militares e civis, como aconteceu em Viseu, Régua e Vila Real¹⁷⁵⁹.

Como conseguiu a Junta do Norte concentrar tanta autoridade e Poder? Para responder cabalmente à questão, sem a qual será impossível perceber a facilidade com que mais tarde foi restaurada a monarquia no Porto, é importante analisar o comportamento das guarnições do exército durante esse período, perceber os mecanismos de comunicação e mobilização dos comandos. A Junta do Porto procurou convencer todas as guarnições do país da importância de garantir a unidade do exército no seu esforço para impor um governo militar a

¹⁷⁵⁵ Cf. Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), *O Combate de Vila Real em 8 de Janeiro de 1919*, Tip. Minerva Vimaranesense, Guimarães, 1921, pp. 8-9. Era constituída por oficiais monárquicos: João Gomes Espírito Santo, coronel de artilharia; Artur da Silva Ramos, coronel de engenharia; Augusto César Madureira Beça, coronel de infantaria; João C. Corte Real Machado, tenente-coronel de artilharia; Alberto Meneses de Macedo, major de cavalaria.

¹⁷⁵⁶ Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXII.

¹⁷⁵⁷ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 52, maço 1, pasta 1; Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXII; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

¹⁷⁵⁸ Cf. *A Situação*, 31-12-1918, p. 1.

¹⁷⁵⁹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

Lisboa. A retórica das Juntas encontra-se expressa nas diferentes proclamações em que a continuidade da «obra de Sidónio Pais» no combate à «demagogia» se revelava como eixo nodal da sua intervenção. A Junta do Norte – a Junta do Sul não teve o mesmo nível de institucionalização - depois da proclamação de 18 de Dezembro, enviou cópias do documento às várias regiões militares solicitando a resposta dos respectivos comandos. As respostas foram elucidativas: a 7.^a divisão (Tomar) declarou «prestar adesão moral» à Junta; a 6.^a divisão (Vila Real) declarou «obediência» aos superiores legítimos, mas actuaria quase sempre de acordo com a Junta do Porto; a 5.^a divisão (Coimbra), chefiada por Fernando Tamagnini de Abreu, não respondeu, mas algumas unidades da cidade responderam «estar incondicionalmente ao seu lado»¹⁷⁶⁰; finalmente, na 2.^a divisão (Viseu) os comandos estavam divididos, alguns responderam «ambiguamente» mas podia considerar-se «aberta ou tacitamente» ao lado da Junta Militar do Norte»¹⁷⁶¹.

Mais tarde, em Coimbra, onde o tenente-coronel Carvalho da Silva, membro da Junta, se deslocou para tentar a adesão do recalcitrante Fernando Tamagnini, que até aí tentara mediar o conflito institucional entre a Junta do Norte e o governo, aquele oficial de cavalaria 9 declarou «que à Junta tinham aderido [-] todas as guarnições do Norte excepto Viana; toda a 4.^a Divisão que, segundo disse queria marchar sobre Lisboa, tendo sido difícil contê-la, quase toda a 7.^a Divisão e a maior parte dos corpos da guarnição de Lisboa»¹⁷⁶².

Parecia assim indiscutível aos olhos de Fernando Tamagnini que o grosso do exército estava, com excepção de várias guarnições – como Viana, Santarém, Caldas da Rainha e Abrantes - ao lado das Juntas Militares. Quanto aos processos, enquanto alguns comandantes reuniam os oficiais e sargentos das suas unidades para os questionar sobre a atitude que deviam tomar face às Juntas Militares¹⁷⁶³, outros havia que tomavam posição favorável sem consultar os seus

¹⁷⁶⁰ Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXI.

¹⁷⁶¹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

¹⁷⁶² Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXI.

¹⁷⁶³ Cf. AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 397, n.º 12, Relatório do alferes de artilharia n.º 5 (Viana do Castelo), Fernando Pimenta de Castro Vilas Boas Castelo Branco.

oficiais¹⁷⁶⁴, o que fazia aumentar os níveis de indisciplina militar¹⁷⁶⁵. Mas também houve situações em que a recusa de aderir às Juntas teve como resultado a prisão, separação de serviço ou a transferência dos oficiais rebeldes, o que atesta o poder e arbitrariedade deste organismo que se substituiria à autoridade constitucional da república¹⁷⁶⁶.

A discussão sobre as autênticas intenções das Juntas foi permanente nos meios militares e políticos. Para compreender a melindrosa crise política e institucional que então se fazia sentir em Portugal, basta um olhar atento à imprensa, onde se identificavam os muitos «perigos» para a república. Enquanto a imprensa monárquica asseverava o seu repúdio pela restauração do trono e insistia no «perigo demagógico»¹⁷⁶⁷, os republicanos começaram a questionar as verdadeiras intenções da agremiação militar. *A Capital*, que tinha sofrido a fúria destruidora dos sidonistas a 15 de Dezembro – voltou às bancas em 29 - exprimia a ideia de que o governo estava em condições de combater a «reação extremista», contemplando nesta designação o «perigo democrático» e o «perigo monárquico». Para este periódico, se Sidónio Pais nunca transigira com os democráticos também nunca «transigira com os propósitos de subversão do regime que mal disfarçavam os monárquicos»¹⁷⁶⁸.

A imprensa republicana mais moderada não fugiu ao exercício de reflectir honesta e criticamente sobre as possibilidades de uma restauração do trono. No debate político-ideológico então cerzido, concluiu-se que qualquer restauração da monarquia contrariava a lógica do pós-guerra, marcada pela vitória das democracias e pelo aprofundamento dos princípios da Revolução Francesa, porquanto as repúblicas se «encaminham para a expressão exacta das normas dessa democracia», criando no mundo «uma liberdade cada vez mais ampla ao abrigo duma lei cada vez mais justa»¹⁷⁶⁹. No campo oposto, tanto monárquicos como católicos faziam a apologia continuada da retórica ordeira e autoritária,

¹⁷⁶⁴ Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1.

¹⁷⁶⁵ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

¹⁷⁶⁶ AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1; *A Situação*, 12-01-1919, p. 1.

¹⁷⁶⁷ Cf., entre outros, *O Dia*, 30-12-1918, p. 1; *O Liberal*, 30-12-1918, p. 1; *Diário Nacional*, 30-12-1918, p. 1.

¹⁷⁶⁸ *A Capital*, n.º 2989, 02-01-1919, p. 2.

¹⁷⁶⁹ *A Capital*, n.º 2988, 31-12-1918, p. 1.

insistindo ambos no papel do exército como instituição demiúrgica e morigeradora, que os integralistas pretendiam que assumisse uma feição antidemocrática e antiparlamentar¹⁷⁷⁰. No jornal católico *A Ordem* (Lisboa), o integralista Xavier Cordeiro escrevia: «É na disciplina, na força organizadora do Exército que este povo cansado do sectarismo feroz dos quadrilheiros da demagogia tem os olhos fitos, como numa última esperança de redenção»¹⁷⁷¹.

Os meios militares não eram imunes à densa atmosfera política e aos fazedores de opinião. As desconfianças face aos verdadeiros intentos da Junta do Norte, acusada em surdina de pretender restaurar a monarquia, foram devidamente ponderadas pela oficialidade que de perto lidara com a instituição militar, atendendo ao conhecido monarquismo dos oficiais que assinavam as proclamações¹⁷⁷². Tendo contactado de perto com a Junta e com alguns dos seus oficiais, o general Fernando Tamagnini de Abreu entendeu «aceitar» a «sinceridade» dos propósitos patrióticos dos oficiais do Porto. O próprio tenente-coronel Jaime de Carvalho, que se deslocou a Coimbra em missão da agremiação, declarou sob «palavra de honra» que no «surgimento da Junta Militar não havia qualquer ideia de restauração monárquica»¹⁷⁷³. O depoimento de muitos dos oficiais republicanos a propósito das intenções dos oficiais juntistas, recolhido no seguimento dos julgamentos relacionados com a restauração monárquica, revela as motivações da oficialidade: o ódio ao *Partido Democrático* e à «demagogia». Todos entendiam que o movimento das Juntas se forjara como uma inevitável reacção ao «perigo demagógico», concebido por isso em «benefício da república»¹⁷⁷⁴.

Tamagnini Barbosa tudo fez para combater a autoridade paralela da caserna, incluindo uma aliança com os sectores republicanos e operários que tinham guereado Sidónio Pais. Enquanto o republicanismo mais radical conspirava para

¹⁷⁷⁰ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 183-185.

¹⁷⁷¹ «Vox Populi», in *A Ordem*, 24-12-1918, p. 1.

¹⁷⁷² Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXIV.

¹⁷⁷³ *Ibidem*, p. CCLXXV. Mais tarde, no seu relatório, o general Alberto Ilharco contraria esta tese, afirmando que na ida ao Porto lhe ficou a «convicção de que a quase totalidade das tropas e seus quadros eram iludidos nas suas intenções. Disto preveni alguns membros da junta e o próprio Governo no meu imediato regresso a Lisboa». Para Ilharco, a Junta Militar do Porto preparou o movimento monárquico, «muito embora esse fim oculto fosse apenas conhecido de alguns, e poucos, dos seus dirigentes».

¹⁷⁷⁴ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 52, pasta 2; AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 428, pasta 3.

derrubar a *República Nova*, movimento que começara ainda em vida de Sidónio, o governo tudo tentou para eliminar a autoridade da Junta do Porto. Enviou ao Norte o general Alberto Ilharco, a 30 de Dezembro, para «assumir o comando» da 3.^a Divisão militar¹⁷⁷⁵, cargo ocupado interinamente pelo coronel Espírito Santo, face à ausência por doença do general João Ricardo Macedo e Brito, desde 17 de Dezembro¹⁷⁷⁶. Esta diligência encontrou a resistência da Junta e o recuo de Ilharco que entendeu «que não devia tomar a responsabilidade de uma revolução entre as tropas ali concentradas»¹⁷⁷⁷. Para Viseu, o governo enviou o general Abel Hipólito com o mesmo objectivo de assumir o comando da divisão, então chefiada interinamente pelo coronel Paulo de Quental, oficial monárquico muito próximo da Junta Militar¹⁷⁷⁸. Em Braga nomeou um alto comissário para assumir o poder em nome do governo.

Ao mesmo tempo que encetava tais diligências, procurou mobilizar forças das guarnições do Sul para combater a Junta, nomeadamente de cavalaria 5 (Évora)¹⁷⁷⁹ e cavalaria 1 (Elvas)¹⁷⁸⁰. Num derradeira manifestação de força, Tamagnini Barbosa ordenou aos vários governadores civis, a 1 de Janeiro de 1919, que, colocando-se de «acordo com a autoridade militar», efectuassem a «prisão preventiva de todas as pessoas envolvidas no caso da Junta do Porto»¹⁷⁸¹.

A prisão dos membros da organização militar não aconteceu porque a república sidonista já não exercia verdadeira autoridade naquela região do país, como ficou bem expresso num documento emanado do Porto, onde se afirmava taxativamente que a Junta «presentemente se acha governando no norte do país»¹⁷⁸². O capitão Feliciano da Costa ainda tentou, enquanto chefe de gabinete, mobilizar

¹⁷⁷⁵ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do Comandante em Chefe das Forças em Operação, general Alberto Ilharco.

¹⁷⁷⁶ AHM, caixa 2191, Processo do General João Ricardo Macedo e Brito.

¹⁷⁷⁷ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do Comandante em Chefe das Forças em Operação, general Alberto Ilharco.

¹⁷⁷⁸ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

¹⁷⁷⁹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 32, maço 4, pasta 5.

¹⁷⁸⁰ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 32, maço 1, Relatório do Adjunto do Serviço de Cavalaria.

¹⁷⁸¹ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 409, pasta 1; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

¹⁷⁸² AHM, Processo individual do coronel Paulo Quental, caixa 1382.

forças da 5.^a divisão para marchar contra o Porto¹⁷⁸³, entre outras diligências, como destacar oficiais dos regimentos que ocupavam para outras unidades, mas como reconheceu o chefe de governo, «todas as ordens dadas por S. Exa. eram apanhadas pela junta militar, que estava assim de posse de todas essas ordens»¹⁷⁸⁴.

No Porto, Alberto Ilharco não conseguiu concretizar nenhuma diligência e em Braga a Junta prendeu o alto comissário do governo. Em Viseu, a missão do general Abel Hipólito estava também condenada ao fracasso, pois o governo sentia-se «sem forças para fazer entrar na ordem as juntas militares»¹⁷⁸⁵. Abel Hipólito ainda assumiu o comando da divisão, recolocou nos seus postos os funcionários administrativos e os funcionários dos correios e telégrafos, que tinham sido demitidos pela Junta, e colocou a cidade sob rigoroso controlo militar. Mais tarde esteve ainda em Lamego, onde a 6.^a divisão assumira o comando com um destacamento constituído por forças de Bragança, Vila Real, Chaves e Lamego, mobilização ordenada pelo governo «como medida defensiva». Regressado a Viseu, foi destituído do comando pelo coronel Paulo de Quental, que chegara do Porto com instruções para aí repor a autoridade da Junta¹⁷⁸⁶. Abel Hipólito e Fernando Freiria seriam depois conduzidos ao Porto pelo capitão Sá Guimarães, um oficial monárquico que chefiava a polícia em Braga, onde foram recebidos por dois membros da agremiação, os coronéis Prelada e Espírito Santo, que os mantiveram sob prisão até 8 de Janeiro, quando o conflito com as Juntas Militares chegou ao fim¹⁷⁸⁷.

Entretanto, a Junta respondeu às movimentações militares do governo mobilizando tropas para o Porto vindas das 2.^a, 6.^a e 8.^a divisões do exército¹⁷⁸⁸. Quanto a munições, dois vagões de munições de artilharia e infantaria seguiram de Coimbra para o Porto por ordem do coronel João de Almeida, que assumira o comando da divisão interinamente, na sequência da viagem do general

¹⁷⁸³ Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, pp. CCLXXIV.

¹⁷⁸⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-01-1919, p. 34.

¹⁷⁸⁵ AHM, Processo individual do coronel Paulo Quental, caixa 1382.

¹⁷⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁸⁷ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

¹⁷⁸⁸ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do Comandante em Chefe das Forças em Operação, general Alberto Ilharco; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 36, maço 4.

Fernando Tamagnini a Lisboa¹⁷⁸⁹. De Viseu seguira também para o Porto material de guerra de artilharia¹⁷⁹⁰. Pode especular-se com o volume da concentração de forças e munições: um movimento de força para impor a Lisboa um governo militar ou a restauração da realeza?

Por essa altura, o governo ainda enviou ao Porto o general Garcia Rosado e o capitão António Pais para conseguir um acordo com a oficialidade desavinda. Esta exigia a saída do ministério de Egas Moniz e de Afonso Pinto Veloso, que deviam ser substituídos por personalidades da sua confiança. Ao regressarem do Porto, os enviados foram conferenciar com Tamagnini Barbosa e oficiais da guarnição de Lisboa, parecendo estar em marcha uma «plataforma conciliadora»¹⁷⁹¹. Na verdade, no dia 3 de Janeiro, Canto e Castro acolheu em Belém um conselho de ministros que contou com a participação dos presidentes e dos líderes políticos das duas câmaras. Em representação da Junta Militar estiveram o coronel Silva Ramos, tenente-coronel António Machado Coutinho e tenente-coronel Carvalho da Silva; em representação das guarnições de Lisboa, o novo comandante do CTGL, coronel Eduardo Pellen, o comandante de cavalaria 2, tenente-coronel Silva Ramos, e o capitão e deputado Cunha Leal¹⁷⁹². O conflito entre Tamagnini Barbosa e os sectores do exército revelava uma dupla desconfiança: estes desconfiavam que Tamagnini abria o regime ao regresso dos democráticos e aquele desconfiava da possibilidade da Junta pretender restaurar a monarquia. Parecia inevitável a deflagração de um confronto onde se jogaria o futuro do regime.

A hostilidade para com Tamagnini Barbosa ficou bem patente na proclamação de 4 de Janeiro, documento em que a oficialidade acusou o presidente do ministério de «trair» os compromissos assumidos com o exército através de João de Almeida e Álvaro de Mendonça. Quanto ao conflito, ninguém queria perder a face e admitir a derrota. No final, porém, o governo constituído a 7 de Janeiro, apesar de incluir alguns dos nomes indicados pela Junta, representava uma vitória de Tamagnini Barbosa. Não apenas continuou à frente do executivo como manteve Egas Moniz, quando aquela reclamava a constituição de um governo

¹⁷⁸⁹ Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, pp. CCLXXVIII-CCLXXIX.

¹⁷⁹⁰ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, maço 1, pasta 3, Relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

¹⁷⁹¹ Cf. *A Capital*, n.º 2989, 02-01-1919, p. 2.

¹⁷⁹² Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 96; *A Capital*, n.º 2990, 03-01-1919, p. 2.

presidido por um general e o afastamento imediato do ministro dos negócios estrangeiros.

O novo ministério foi recebido no parlamento com frieza e duras críticas, proferidas por Cunha Leal, Feliciano da Costa e Celorico Gil, entre outros. Cunha Leal, já por certo a preparar o movimento de Santarém, estranhava a constitucionalidade das substituições operadas no governo, e acusava Tamagnini Barbosa de pactuar com as Juntas e entregar a república aos monárquicos, afirmando categoricamente que «até ao dia 7, ontem, eu vejo que havia dois Governos em Portugal, porque um Governo sem força não se concebe»¹⁷⁹³. O deputado João de Castro, em nome do grupo socialista, afirmou recusar qualquer apoio ao governo que considerava coacto da intervenção anticonstitucional e antidemocrática do exército.

No senado, Tamagnini Barbosa foi alvo de um violento ataque desferido por Machado Santos que o acusou de transigir com adversários da república, apresentando o governo «mais extraordinário e inconstitucional» que se vira em Portugal¹⁷⁹⁴. Restava ao governo o apoio cúmplice da minoria católica e monárquica e de algumas franjas do que restava da antiga maioria sidonista¹⁷⁹⁵.

O novo ministério significava a dissolução da Junta Militar do Norte. Mas um dos recentes episódios da tensão político-militar mostrava a esta corporação que persistia a ameaça democrática. No dia 3 de Janeiro, o governo nomeara para comandante da 6.^a divisão, em Vila Real, o coronel Augusto Ribeiro de Carvalho, próximo do *Partido Democrático*. Este oficial fora nomeado comandante interino da 6.^a divisão em Março de 1918 e demitido em Outubro desse ano, pelo tenente-coronel Álvaro de Mendonça¹⁷⁹⁶. O governo receava então a eclosão de movimentos revolucionários e procedeu a uma purga de oficiais conhecidos pelo seu republicanismo intransigente e ligações ao *Partido Democrático*¹⁷⁹⁷. As resistências à sua nomeação foram imediatas, por parte de oficiais próximos da Junta. O coronel José Aurélio Machado, que será responsável pela restauração do trono

¹⁷⁹³ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-01-1919, p. 11.

¹⁷⁹⁴ *Diário do Senado*, 09-01-1919, pp. 20 e ss.

¹⁷⁹⁵ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08-01-1919; *Diário do Senado*, 09-01-1919.

¹⁷⁹⁶ Cf. Ribeiro de Carvalho, *A Rebelião Monárquica em Trás-os-Montes. Relatório Documentado*, Chaves, Tipografia Mesquita, 1919, p. 10.

¹⁷⁹⁷ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 36, maço 4, Correspondência Confidencial do Regimento de Infantaria n.º 20.

em Bragança, mais tarde nomeado comandante da 6.^a divisão durante a monarquia, «fez publicar uma proclamação por si assinada, negando-lhe a legitimidade do comando e aconselhando e proclamando que ninguém devia obedecer às ordens dimanadas do referido coronel Carvalho»¹⁷⁹⁸. O novo comandante militar tratou imediatamente de nomear autoridades civis republicanas em Vila Real, Chaves e Régua, provocando a reacção da Junta, alertada por António Sampaio Pimentel, personalidade da Régua que seria governador civil de Vila Real durante a monarquia restaurada¹⁷⁹⁹. As autoridades do Porto receberam a informação de que havia na Régua e Vila Real «um movimento revolucionário chefiado pelo comandante interino da 6.^a divisão, Coronel Ribeiro de Carvalho»¹⁸⁰⁰.

Em resposta, o Porto enviou a 6 de Janeiro um destacamento militar comandado por Alberto Margaride, que abandonara entretanto o governo civil, no dia 3, por discordâncias com a «orientação» da Junta Militar¹⁸⁰¹, mas que actuava sobre a sua autoridade. A coluna de Margaride chegou à Régua «sem resistência», pois as forças «inimigas» haviam retirado para Vila Real¹⁸⁰². Na Régua, o major Margaride assumiu o comando militar e civil, enquanto informava a população local, em edital, que «estava restabelecido o sossego, garantindo-se a liberdade e a segurança de todos». O edital fazia eco da doutrina das Juntas Militares em prol da ordem contra a «demagogia» e ameaçava reprimir «os movimentos democráticos» que pudessem manifestar-se. Para impor a ordem e efectuar diligências contra os republicanos democráticos da Régua, Margaride precisava de outros dispositivos para além das forças militares da coluna. No comboio que a transportou seguiram alguns conhecidos chefes de grupos civis do Porto, mais tarde implicados no Éden Teatro. Em nome do comandante militar da coluna procederam a buscas exaustivas e perseguiram republicanos conhecidos da região¹⁸⁰³.

¹⁷⁹⁸ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 409, depoimento de Joaquim Mendes Bragança, capitão de infantaria.

¹⁷⁹⁹ Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 100; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 46, maço 2, pasta 4.

¹⁸⁰⁰ Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), *O Combate de Vila Real em 8 de Janeiro de 1919*, Tip. Minerva Vimaranesense, Guimarães, 1921, p. 9.

¹⁸⁰¹ *Ibidem*.

¹⁸⁰² *Ibidem*, p. 10.

¹⁸⁰³ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 411, pasta 4, depoimento de António da Fonseca Júnior, que no tempo das Juntas fora nomeado cabo da freguesia de S. Nicolau e tinha relações políticas e pessoais com Solari Allegro.

A Junta continuava a exercer a autoridade efectiva no norte do país. Seguiu depois a coluna com destino a Vila Real para atacar a 6.^a divisão, envolvendo-se em combate à entrada da vila com forças comandadas pelo major António Ribeiro de Carvalho, familiar do comandante de divisão. Os conflitos tiveram lugar durante cerca de 4 horas, no dia 8 de Janeiro, quando já a Junta se encontrava dissolvida ao constituir-se o novo ministério. Tendo tomado conta desse facto, por informação chegada de Lisboa, entabularam-se negociações para um armistício que foi assinado ao fim desse dia. O conflito entre o governo e a Junta do Norte terminava assim com mais um equívoco e uma manifestação de força por parte do exército, que ainda garantia a substituição de Ribeiro de Carvalho, à frente da divisão, pelo coronel Adolfo de Almeida Barbosa, um oficial mais consentâneo com os seus interesses de casta.

No jornal *A Situação*, próximo do sidonismo, a dissolução da agremiação militar era abordada de forma sarcástica: «Dizem que está dissolvida a Junta Monárquica, perdão, a Junta Militar do Norte. Em obediência a um pacto feito com um governo os membros da Junta, que são homens de palavra e respeitam nobremente a fé dos contratos, deram por concluída a sua missão e enconcharam-se de novo na sua conhecida obscuridade. E mais uma vez foi por água abaixo a aspiração restauracionista...»¹⁸⁰⁴.

O autor do vaticínio estava naturalmente enganado. A «aspiração restauracionista» só então teria uma definição clara e inequívoca. Mas não traduzia um simples confronto de regimes políticos. Consubstanciava um conflito de ideologias, quando a democracia e o liberalismo procuravam resistir às ameaças vindas dos sectores conservadores, protagonistas da resistência antiliberal, antidemocrática, autoritária e ordeira, sob a bandeira espiritual e moral do catolicismo. Consistia, afinal, como se verá, na mesma reacção monárquico-clerical que em 1911 desfraldara o lábaro da tradição e que desde então combatia fervorosamente a república.

¹⁸⁰⁴ *A Situação*, 09-01-1919, p. 1.

CAPÍTULO II

A MONARQUIA DO NORTE

1. «Ou agora... ou nunca mais»

A dissolução da Junta Militar do Norte não eliminara a estrutura de Poder que existia: as autoridades civis do Porto não foram imediatamente substituídas e os comandos militares continuaram nas mãos dos oficiais juntistas. A explicação para o paradoxo encontra-se no acordo que Tamagnini Barbosa assinara com as Juntas para conseguir a sua dissolução: o governo comprometia-se a não «perseguir» os seus delegados e anulava quaisquer «penas disciplinares» ou «ordens de transferência» impostas aos comandos militares desde 15 de Dezembro¹⁸⁰⁵. Esta realidade explica a facilidade com que os comandos militares do Porto puderam restaurar a monarquia a 19 de Janeiro. Entretanto, algumas perguntas devem colocar-se para a compreensão do emaranhado político que antecedeu a restauração: como se procedeu na transição entre as Juntas e o movimento restaurador? Em que momento se decidiu efectivamente resgatar o trono de D. Manuel?

Importa esclarecer que os delegados da Junta do Norte estavam muito pressionados para concretizar a restauração da monarquia. Segundo o general Fernando Tamagnini, essa pressão crescera bastante com a eleição de «aspirantes e alferes, em geral ávidos de aventuras e que a todo o transe queriam arrastar

¹⁸⁰⁵ O documento pode ler-se em Rocha Martins, *Verdes, Brancos e Azuis*, vol. 3, Lisboa, Organizações Crisalis, Lisboa, 1951, pp. 129-130.

as tropas para fora dos quartéis»¹⁸⁰⁶. Numa relação de oficiais revoltosos do comando da 3.^a divisão do exército, elaborada para efeitos de justiça militar, foram identificados 87 alferes, e apenas 6 coronéis, num total de 168 oficiais listados¹⁸⁰⁷. Estes jovens oficiais constituíam aquele grupo que Rocha Martins chamou de «Juntinha», que havia de trazer Paiva Couceiro para a restauração¹⁸⁰⁸.

Paiva Couceiro chegara ao Porto no final de Dezembro, depois de tactear os oficiais da Guarnição de Lisboa no sentido da restauração. A recusa daqueles oficiais e do próprio Aires de Ornelas, com quem teria entabulado conversações, empurrou-o para o Porto, onde encontrou um ambiente mais favorável a uma posição de força¹⁸⁰⁹. No jornal *Pátria!*, onde o advogado Pereira de Sousa preparava os espíritos para a restauração da monarquia, Paiva Couceiro publicou um artigo intitulado «Corta-se o nó górdio?», onde avisava para o perigo das transigências com o «demagogismo» e a ameaça iminente de mais um «14 de Maio»: «Unamos, pois, as nossas fileiras sem outras preocupações que não sejam as do perigo demagógico que – esse sim – é real, efectivo e iminente»¹⁸¹⁰.

Estará por esta altura decidido o movimento no sentido da restauração da monarquia? Nas suas memórias, Gaspar de Abreu relata as conferências que teve com Paiva Couceiro e Alberto Margaride na residência do «paladino», na rua Bonjardim, afirmando que por essa altura «todos os comandantes dos regimentos como o governador civil estavam firmemente dispostos a implantar ali no Porto a monarquia»¹⁸¹¹. Segundo Gaspar de Abreu, que ocupou depois o cargo de director geral do ministério da justiça da monarquia restaurada, a realeza não foi imediatamente reposta no final de Dezembro por inépcia de Paiva Couceiro. Apesar de longa, vale a pena transcrever a visão de um político que esteve no centro dos acontecimentos sobre as incapacidades do «comandante»: «A monarquia só não foi imediatamente restaurada porque houve falta de iniciativa, de pronta decisão, que Couceiro na realidade não tinha, não obstante possuir, aureoladas de heroís-

¹⁸⁰⁶ Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCLXXII.

¹⁸⁰⁷ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 17, processo n.º 1.

¹⁸⁰⁸ Rocha Martins, *A Monarquia do Norte*, Lisboa, ABC, 1922, p. 41.

¹⁸⁰⁹ *Ibidem*, pp. 5-6; Visconde do Torrão, «Paiva Couceiro Apóstolo da Restauração», in Francisco Manso Preto Cruz, *A biografia Política e o In-Memoriám de Henrique de Paiva Couceiro*, Lisboa, [s/n], 1947, p. 135.

¹⁸¹⁰ *A Pátria!*, n.º 453, 06-01-1919, p. 1.

¹⁸¹¹ *Ob. cit.*, pp. 165-167.

mo, como é sabido, todas as outras qualidades militares. E foi assim que ele, em vez de desembainhar prontamente, sem perda de tempo a sua espada – como o fez em Braga Gomes da Costa e em Lisboa Sidónio Pais – deixou-se ficar mais de um mês absorto na chinesice (chamemos-lhe assim) de instalar no Porto um simulacro de governo, cuja inviabilidade era patente qualquer que fosse o lado porque tal concepção se considerasse, o mais grave das quais era dar tempo ao adversário para se preparar como de facto, segura e calmamente se preparou»¹⁸¹².

A «chinesice» de Paiva Couceiro estava em que este esperava que o viessem buscar, e os oficiais do Porto hesitavam bastante sobre o momento certo para avançar. Alguns sectores da Junta manifestavam o desejo de que o «ultimato» feito ao governo para a reconfiguração do executivo não resultasse: «Espera-se que o governo não ceda, isto é, que os poderes do Estado não cedam. Se assim for julgo que está assente uma nova Junta Governativa que irá até onde for preciso»¹⁸¹³. Parece assim poder aceitar-se que as cúpulas do juntismo esperavam apenas um motivo suficientemente forte, que eles entendiam legitimar uma intervenção ou salvar a honra, para romper em definitivo com o governo e fazer avançar o movimento restaurador. Essa ruptura não se deu com as negociações com Tamagnini Barbosa mas surgiria em pouco tempo, com a tentativa revolucionária de Santarém.

O movimento de Santarém constituiu efectivamente o momento chave para o avanço da contra-revolução. Na medida em que consumava a ameaça da «demagogia», transformou-se na legitimidade necessária ao gesto forte e decidido da Junta, vencendo as últimas resistências de espírito. Ao mesmo tempo serviu de catalisador dos oficiais mais recalcitrantes a um movimento enérgico. O próprio general Alberto Ilharco considerou que «o movimento de Santarém, como protesto contra a acção da junta, precipitou os acontecimentos, dando-se quase simultaneamente a revolta monárquica em Lisboa»¹⁸¹⁴.

Cunha Leal estava encarregue de contactar o governo, através de Tamagnini Barbosa, para se constituir uma aliança que combatesse as Juntas Militares¹⁸¹⁵. Álvaro de Castro, Cunha Leal, Couceiro da Costa e outros oficiais e civis repu-

¹⁸¹² *Ibidem*.

¹⁸¹³ BNP, ELM, doc. n.º 3486, carta do Conde de Azevedo a Luís de Magalhães, de 07-01-1919.

¹⁸¹⁴ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13.

¹⁸¹⁵ Cf. Cunha Leal, *ob. cit.*, pp. 144-145.

blicanos deslocaram-se para Santarém onde esperavam encontrar os regimentos favoráveis à revolução. Juntamente com o coronel Jaime de Figueiredo, revoltaram a guarnição da cidade por considerarem que as juntas exerciam «coação» sobre o presidente da república e para «restituir» ao chefe de Estado a «liberdade de acção» para constituir um governo «essencialmente republicano»¹⁸¹⁶. Num dos panfletos distribuídos «Ao Povo Português», afirmavam que a república estava «em perigo» pois as «juntas militares» «preparam a restauração da monarquia», enquanto enumeravam um conjunto de medidas programáticas com que almejavam salvar o regime¹⁸¹⁷.

Para os monárquicos, pelo contrário, o movimento republicano de Santarém, com ramificações na Covilhã e Alcobaça, confirmava os piores receios de um regresso do «demagogismo». Luís de Magalhães, Paiva Couceiro e os oficiais monárquicos da guarnição do Porto entendiam ser esse o momento de romper com a estratégia plebiscitária, pois para «dominar» a «reação de esquerda» era necessário «marchar aberta e resolutamente para a direita»¹⁸¹⁸. A revolta de Santarém tornava imperativo substituir as «situações indefinidas, sempre fracas, mesmo quando apoiadas na força, e reconstituir [...] o Estado sobre bases sólidas de autoridade e prestígio do Poder, como único meio de deter a desordem que se esforçava por triunfar mais uma vez»¹⁸¹⁹. As circunstâncias internacionais, sobredeterminadas pela abertura da Conferência de Paz, que se iniciava a 15 de Janeiro, também explicavam a necessidade de um movimento de força que restaurasse a monarquia e que garantisse uma representação política forte e prestigiante para Portugal¹⁸²⁰.

Na verdade, as cúpulas monárquicas ponderaram todos os cenários antes de avançar, o que constitui prova inabalável de que a restauração não foi decidida de ânimo leve. Parece também evidente que as chefias não possuíam muitas certezas sobre o sucesso da contenda. Os dois principais cenários analisados

¹⁸¹⁶ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 2, n.º 3.

¹⁸¹⁷ Pode ler-se o documento em Isabel Pestana Marques, *ob. cit.*, p. CCLXXXIV.

¹⁸¹⁸ Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, p. 20; AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 425, pasta 8, depoimento de Satúrio Pires.

¹⁸¹⁹ BNP, ELM, caixa 56, documento manuscrito do Visconde do Banho.

¹⁸²⁰ Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 20-22; BNP, ELM, caixa 56, documento manuscrito do Visconde do Banho.

consideravam duas hipóteses: um «movimento simultâneo P. [Porto] e L. [Lisboa] com êxito imediato» e um «movimento circunscrito ao Porto», de que resultaria, em caso de insucesso na Capital, uma «guerra civil ou, pelo menos, o seu esboço». Já o primeiro cenário tinha a vantagem, no entender dos seus mentores, de apresentar a restauração como um «movimento nacional» e não uma simples revolução, não afectando a política belicista de D. Manuel e facilitando o reconhecimento internacional¹⁸²¹.

Uma das questões mais complexas desta conjuntura prende-se com o momento em que se decidiu avançar decisivamente para a restauração do trono. Várias fontes relacionam esse momento determinante com a ida ao Porto de dois oficiais do gabinete do ministério da guerra, o capitão Gastão de Melo e o tenente Manuel Barros. Supostamente, os dois oficiais tinham como diligência conferenciar com Silva Ramos para saber se o Porto pretendia restaurar a monarquia e oferecer o seu auxílio para fazer as transferências de oficiais que fossem necessárias¹⁸²².

A oferta não pareceu descabida aos oficiais do Porto, até porque o ministro da guerra, que fora chefe de gabinete de Álvaro Mendonça, era considerado monárquico, assim como os seus enviados¹⁸²³. Machado Santos atacou-o politicamente no senado, quando aí foi apresentado o governo no dia 8 de Janeiro, considerando-o parte da «reacção católica militarista»¹⁸²⁴. Mais tarde, já no Porto, Silva Bastos negou que tivesse enviado ao Porto os dois oficiais¹⁸²⁵. Viria a combater a monarquia na qualidade de subchefe do Estado-Maior das Forças em Operações, sendo ilibado de qualquer responsabilidade na restauração por uma sindicância realizada pelo exército¹⁸²⁶.

A chegada ao Porto dos emissários de Silva Bastos, no final de 11 de Janeiro, teve como consequência uma reunião em que estiveram estes oficiais, o coronel

¹⁸²¹ BNP, ELM, caixa 43, documento manuscrito.

¹⁸²² Cf. Carta de Solari Allegro a Alberto Almeida Teixeira, publicada por José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, pp. 112-118; José Pedro Folque (conde do vale dos Reis), «Servir – Isenção», in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 189.

¹⁸²³ O tenente Manuel de Barros combateu em Monsanto no campo realista.

¹⁸²⁴ *Diário do Senado*, sessão de 09-01-1919, p. 18.

¹⁸²⁵ Cf. Carta de Solari Allegro a Alberto Almeida Teixeira, publicada por José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, pp. 117.

¹⁸²⁶ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 8, maço 1, pasta 7.

Silva Ramos, o tenente-coronel Corte Real Machado, de artilharia 6, o major Carlos Borges, comandante da GNR, e Solari Allegro. Coube a Silva Ramos, segundo vários relatos, definir as atribuições dos comandos militares: Paiva Couceiro seria o chefe do movimento e comandava as forças do Norte; o próprio Silva Ramos comandaria as forças no Centro e o Sul seria decisão de Paiva Couceiro, que viria a indicar o nome de João de Azevedo Coutinho para chefe político e do tenente-coronel Almeida Teixeira para comandante militar. Concluída a reunião, Solari Allegro, José Pedro Folque e os dois oficiais de Lisboa foram reunir com Paiva Couceiro, que foi então formalmente convidado pelos comandos da guarnição do Porto para dirigir o movimento de restauração¹⁸²⁷.

Os preparativos para o movimento deviam ter início quando o Porto recebesse um telegrama de Silva Ramos informando da sua chegada a Santarém, para onde devia partir a 12 de Janeiro, à frente de um destacamento misto. Faltava uma última diligência: obter o consentimento formal de Aires de Ornelas. Para o conseguir seguiu para Lisboa uma delegação que incluía vários titulares, como o conde de Arrochela, o visconde do Torrão e D. Rui da Câmara (Ribeira). Hipólito Raposo seria o autor do famoso documento conhecido como «Go On», onde Aires de Ornelas dava, a 14 de Janeiro, o seu consentimento ao movimento monárquico¹⁸²⁸. Feitas três cópias rubricadas por Aires de Ornelas, uma foi enviada para Santarém, por António Hintze Ribeiro, e a outra foi levada a Paiva Couceiro, por Luís Chaters de Azevedo¹⁸²⁹.

Mais tarde perceber-se-ia que Aires de Ornelas autorizara a preparação de um movimento contra-revolucionário convencido de que se tratava de um projecto para o futuro e não para o imediato¹⁸³⁰. A sua obediência a D. Manuel exprobrava-lhe qualquer política que não fosse o apoio inequívoco ao governo

¹⁸²⁷ Carta de Solari Allegro a Alberto Almeida Teixeira, publicada por José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 114. José Pedro Folque (conde do vale dos Reis), «Servir – Isenção», in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, pp. 189-190; Visconde do Torrão, «Paiva Couceiro Apóstolo da Restauração», in *Ibidem*, p. 137; Rocha Martins, *A Monarquia do Norte*, Lisboa, ABC, 1922, pp. 50-51.

¹⁸²⁸ Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, pp. 43-44; conde de Arrochela, «Um grande carácter», in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 185; Visconde do Torrão, «Paiva Couceiro Apóstolo da Restauração», in *Ibidem*, pp. 136-137.

¹⁸²⁹ Cf. Depoimentos do conde de Arrochela e de Luís Chaters de Azevedo, in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, pp. 175 e 185.

¹⁸³⁰ Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 151; AHM, TMEL, caixa 92, maço 108, depoimento de João Tamagnini Barbosa; BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Sátúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921.

da república, aumentando as hesitações que explicam depois o absurdo de Monsanto.

Quando as forças do exército sidonista se deslocaram para Santarém estava portanto traçado um plano global de intervenção para restaurar a Monarquia. O governo ordenara ao general Tamagnini de Abreu que marchasse para Santarém com forças da 3.^a e 7.^a divisões para atacar a cidade pelo lado Norte¹⁸³¹. Do Porto chegaria depois um destacamento misto da 3.^a divisão comandado por Silva Ramos, comando que o general Fernando Tamagnini havia de estranhar, por se tratar de um coronel de engenharia «sem prática de comando de tropas»¹⁸³². De Lisboa chegou também um destacamento misto, sob o comando do coronel Velez, que tinha como comandante de artilharia o tenente-coronel Teixeira de Almeida, e incluía uma coluna comandada pelo tenente-coronel Silveira Ramos¹⁸³³. Das Beiras apareceu também em Santarém uma coluna sob o comando de Teófilo Duarte, que fora à Covilhã sufocar outra revolta republicana, e de caminho apanhara uma companhia de Infantaria 22, de Abrantes, e outras forças se seguiriam.

No final de 15 de Janeiro, as forças revolucionárias tinham-se rendido ao tenente Teófilo Duarte, oficial escolhido pelos revoltosos por ser «o único republicano que ali se encontrava»¹⁸³⁴. O sarcasmo dos oficiais republicanos prendia-se com a convicção de que o governo tinha mandado contra as forças republicanas apenas «forças militares comandadas por oficiais monárquicos»¹⁸³⁵, o que em última análise, exceptuando o general Fernando Tamagnini e alguns oficiais, correspondia à verdade.

A reacção da imprensa monárquica à vitória da «ordem»¹⁸³⁶ sobre o «último arranco da «demagogia»¹⁸³⁷ não conseguia esconder a tensão política do momento. A atmosfera tornava-se a cada dia mais densa. Parecia que o país suspeitava que grandes acontecimentos estavam prestes a dar-se, que era impossível manter a

¹⁸³¹ Cf. *Ob. cit.*, p. CCLXXXIV.

¹⁸³² *Ob. cit.*, p. CCLXXXIV.

¹⁸³³ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 25, maço 1, pasta 2.

¹⁸³⁴ *Ibidem*, p. CCLXXXVII.

¹⁸³⁵ *A Capital*, n.º 3003, 16-01-1919, p. 1.

¹⁸³⁶ «Viva a Pátria! Viva o exército», in *O Dia*, 20.º ano, n.º 1721, 16-01-1919, p. 1.

¹⁸³⁷ «O último arranco da demagogia», in *O Comércio de Viseu*, ano 32, n.º 3373, 16-01-1919, p. 1.

coabitação entre os antagonistas ideológicos, que o exército havia de decidir o pleito, tomando partido entre «a esquerda e a direita»¹⁸³⁸.

Em rigor, há muito que não se vislumbrava a existência de vida política em Portugal, pois as duas casas do parlamento não conseguiam *quórum* para reunir desde 10 de Janeiro. Enquanto a Europa celebrava os valores da liberdade, Portugal parecia render-se ao radicalismo virtuoso da ordem e da autoridade. *A Capital* elaborava então a história dos movimentos e revoltas que desde Outubro abalavam o país numa onda de «extremismo»: primeiro fora o extremismo demagógico do «democratismo»; seguira-se o extremismo «bolchevique» com a greve geral e os tumultos de 18 de Novembro; mais tarde o odioso assassinato de Sidónio Pais, antes da reacção do exército, numa tentativa de «despotismo militarista».

Aquele periódico republicano vislumbrava nos extremismos nacionais, com a sua «violência e intolerância», o confronto entre aqueles que pretendiam transformar o país «no feudo de uma seita ou na propriedade de uma casta»¹⁸³⁹. A ameaça da restauração não podia ser lida senão como mais uma reacção extremista: «Se amanhã a reacção monárquica se quiser afirmar, o povo português repelirá esse extremismo dum outra espécie, impregnado de uma demagogia mais perigosa do que nenhuma outra, porque se vê animada do instinto das piores represálias, se mostra inconciliável com o espírito do progresso e até incompatível com as modernas correntes da civilização»¹⁸⁴⁰. No campo oposto, porém, era a restauração apontada como a única solução capaz de travar a anarquia e a instabilidade: «Toda a gente pede Ordem e paz, ninguém se atreve a formular o pedido de uma mudança de instituições. A covardia colectiva é muito grande, o medo é geral e pavoroso». «Ou agora... Ou nunca mais» era o estribilho que andava na boca dos monárquicos do Norte, conscientes de que não teriam outra oportunidade para concretizar o sonho restauracionista¹⁸⁴¹.

A restauração da monarquia teve a prepará-la uma série de pequenas trapalhadas e situações enigmáticas, nem sempre fáceis de discernir. Em primeiro lugar, porque Silva Ramos não enviou para o Porto o telegrama combinado. Mais tarde havia de discutir-se a vantagem de a restauração se ter iniciado em

¹⁸³⁸ «Direita ou esquerda?», in *O Dia*, 20.º ano, n.º 1723, 18-01-1919, p. 1.

¹⁸³⁹ *A Capital*, n.º 3004, 17-01-1919, p. 1.

¹⁸⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁸⁴¹ *Pátria!*, 17-01-1919, p. 1.

Santarém, possibilidade que alguns oficiais, como Álvaro de Mendonça, consideravam proveitosa¹⁸⁴². Mas uma série de incidentes encadeados, de indecisões e erros de avaliação explicam que o coronel Silva Ramos não tomasse Coimbra e que os comandos da guarnição de Lisboa fossem apanhados desprevenidos quando se restaurou a coroa no Porto. O episódio mais bizarro de toda esta trama foi protagonizado por Artur Silva Ramos, o autor do projecto restauracionista, que não cumpriu com o plano que ele próprio traçou, e que visava o arranque do movimento no centro do país.

Mas outras bizarras tiveram lugar nestes dias. Paiva Couceiro enviou entretanto o alferes Luís Valente a Santarém para explicar a Alberto Almeida Teixeira, grande amigo do «comandante», «que no Porto havia uma grande corrente monárquica». Tendo Almeida Teixeira procurado Silva Ramos, respondeu-lhe este oficial: «Eles andam lá a fazer pequenas coisas mas eu vou para o Porto e de lá lhe mando dizer para Lisboa o que há»¹⁸⁴³. A posição de Silva Ramos é de difícil explicação. Ou não sentiu o apoio inequívoco dos comandos militares de Lisboa e recuou perante o peso da responsabilidade ou, como pretende o conde de Penela, grande adversário de Paiva Couceiro, foram conflitos de liderança entre os dois oficiais que ditaram a estranha apatia de Silva Ramos¹⁸⁴⁴. A verdade é que a sua coluna, que regressou ao Porto no dia 20, não tentou qualquer movimento sobre Coimbra ou sobre Aveiro, como era de esperar, acabando o oficial por ir refugiar-se na sua casa em Vila Nova de Famalicão, de onde a população monárquica o terá arrancado à inanição para ir assumir o seu lugar de ministro das obras pública do novo regime¹⁸⁴⁵. Mais tarde, os monárquicos haveriam de questionar o estranho comportamento de Silva Ramos, «pasmado» «como um homem que sai todo empenhado do Porto, como o Ramos, tem esta atitude em Santarém»¹⁸⁴⁶.

Para além de Santarém, outra falha grave no plano monárquico prende-se com a deficiência dos contactos e canais de comunicação entre Paiva Couceiro e os comandos de Lisboa, onde a resistência era avassaladora. As forças do

¹⁸⁴² BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921.

¹⁸⁴³ *Ibidem*.

¹⁸⁴⁴ Cf. Conde de Penela, *ob. cit.*, pp. 55-58.

¹⁸⁴⁵ Cf. *Ibidem*; AHM, Processo individual de Artur Maria Silva Ramos, caixa 2514.

¹⁸⁴⁶ BNP, ELM, doc. n.º 9074, carta de Eurico Satúrio Pires a Luís de Magalhães, de 29-01-1921.

destacamento de Lisboa regressavam à Capital quando o movimento rebentou no Porto e as cartas de Paiva Couceiro só chegaram às mãos dos comandantes da guarnição de Lisboa, levadas por José Fróis, já na Serra de Monsanto. Satúrio Pires, um dos seus cadetes da Galiza, e secretário de Paiva Couceiro na Junta Governativa, não teve pejo em imputar estas falhas ao «Comandante», acusando-o de «tratar as coisas no ar, com um centralismo pavoroso de governador de Angola e por intermédio de pessoas sem categoria»¹⁸⁴⁷. A própria restauração acabou por resultar de contingências que Paiva Couceiro e os seus apaniguados não controlavam.

Com efeito, sabe-se que o general João Ricardo Macedo, comandante da 3.^a divisão militar, fora informado pelo secretário geral do governo civil do Porto, Costa Lobo, «uns oito dias antes» «de que se tratava de restaurar a monarquia». O general chamou todos os comandantes da guarnição da cidade e «todos lhe garantiram que nada sabiam a esse respeito»¹⁸⁴⁸. «Na véspera da restauração foi novamente avisado pelo mesmo indivíduo de que a restauração teria lugar no dia seguinte». Chamou de novo os comandantes e o comissário da polícia, Solari Allegro, «a quem expôs o que sabia sobre a restauração monárquica sendo-lhe por ele respondido que eram infundados os boatos que corriam a respeito da restauração monárquica». Foi nessa altura que telegrafou para Lisboa, «sendo então que Sua Ex.^a lhe disse, que no dia seguinte estava nesta cidade, onde devia chegar no comboio especial às cinco horas da manhã. Então nessa ocasião deu o depoente ordem a todos os Comandantes das unidades da guarnição para que a essa hora comparecessem na estação»¹⁸⁴⁹.

A ida de Alberto Silva Bastos ao Porto, coincidindo com a restauração, daria lugar a muitos boatos e especulações. Nas ruas do Porto afirmava-se que Silva Bastos vinha à cidade para restaurar pessoalmente a realeza. Na verdade, o ministro da guerra dirigiu-se ao Porto para evitar a restauração e substituir finalmente as autoridades civis, levando consigo o capitão Cristóvão Aires, para comissário da polícia, e António Pais, irmão de Sidónio Pais, para assumir o lugar

¹⁸⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁴⁸ AHM, TMEL, n.º 311, pasta 26, Processo de José Alberto da Silva Bastos, depoimento do general João Ricardo Miranda de Macedo.

¹⁸⁴⁹ *Ibidem*.

de governador civil¹⁸⁵⁰. Logo depois da sua chegada reuniu com o comandante de divisão, ordenando-lhe «que reprimisse o movimento», mas o quartel-general não dispunha de unidades militares. Silva Bastos ficou detido à ordem dos oficiais do Porto, até conseguir um salvo conduto para regressar a Lisboa¹⁸⁵¹, mas a sua presença seria aproveitada para mobilizar as unidades da cidade, convencidas de que iam prestar homenagem ao ministro da guerra¹⁸⁵². No momento em que Silva Bastos viajava para Lisboa, no Porto restaurava-se a monarquia, no Monte Pedral.

2. Deus, Pátria, Rei

A Monarquia do Norte não tem concitado muito interesse por parte da historiografia, enquanto objecto autónomo, mas está disponível grande quantidade de fontes impressas¹⁸⁵³. No contexto deste livro, pretendemos apenas avaliar o fenómeno no quadro da história da contra-revolução nas suas duas dimensões aqui estudadas: acção político-militar e fundamentos ideológicos. Dentro do quadro interpretativo que gizamos, interessa também aferir a tipologia do movimento, saber se a restauração da monarquia resultou de uma revolução, revolta ou de um pronunciamento do exército.

A teorização do fenómeno revolucionário em Portugal foi já objecto de um estudo de Jorge Borges de Macedo¹⁸⁵⁴. O estudo comparativo de fenómenos revolucionários tem a vantagem de definir os seus pressupostos teórico-conceptuais e os condicionalismos históricos que determinam as grandes rupturas. A Revolução corresponde, de facto, a uma «ruptura» profunda com uma situação prévia, dita «normal», quando as forças que «sustentam a ordem existente cedem sob a pressão de algumas circunstâncias iniciais. É possível imaginar muitas

¹⁸⁵⁰ AHM, TMEL, n.º 311, pasta 26, Processo de José Alberto da Silva Bastos, depoimento de Cristóvão Aires.

¹⁸⁵¹ *Ibidem*; BNP, ELM, caixa 44, documento manuscrito intitulado «Ministro da Guerra Silva Bastos».

¹⁸⁵² AHM, TMEL, n.º 311, pasta 26, Processo de José Alberto da Silva Bastos, depoimento do alferes Eduardo da Rocha Sarsfield.

¹⁸⁵³ Recentemente, apareceu um estudo de qualidade discutível de Helena Moreira da Silva, «Monarquia do Norte 1919», in *Batalhas da História de Portugal*, Porto, Quidnovi, 2006.

¹⁸⁵⁴ Jorge Borges de Macedo, «Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses», in *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Ministério da Educação, 19190.

destas pressões: más colheitas, invasão estrangeira, inflação, incompetência administrativa, rivalidade intra-familiar em torno da monarquia, perda de um consenso generalizado, etc.»¹⁸⁵⁵.

Segundo Borges de Macedo, em todas as revoluções portuguesas vitoriosas têm-se verificado três condições: uma agitação nacional sustentada, envolvendo as figuras mais representativas de todos os grupos sociais; a existência de um escol dirigente, encabeçado por uma liderança forte e a apresentação persuasiva dos objectivos que persegue e dos meios que dispõe o movimento¹⁸⁵⁶.

A restauração de 1919 deve ser compreendida no quando de um ambiente de agitação nacional que tivera já o seu epígono com a revolução de 5 de Dezembro de 1917. Em certa medida, dá continuidade ao fenómeno revolucionário de 1917, de que é herdeira parcial através das Juntas Militares. Ainda assim, e ao contrário do 5 de Dezembro, o 19 de Janeiro não corresponde a um desígnio nacional, apesar de ser apresentado como tal pela propaganda. A restauração correspondia a uma solução fracturante da sociedade e traduzia uma ruptura parcial do Estado e da ordem política vigente. A existência de um escol dirigente, apesar de fragmentado, e de objectivos e meios definidos, nem sempre assumidos, revelava-se insuficiente para produzir uma revolução que a doutrina conservadora também reprovava.

Estas considerações teóricas afastam, quanto a nós, a hipótese de se considerar o 19 de Janeiro na categoria de fenómeno revolucionário. Correspondeu, no essencial, a um pronunciamento de uma parte significativa do exército, no sentido de uma mudança das instituições políticas, de uma ruptura com a «ordem republicana», que esperavam protagonizar de forma pacífica. O pronunciamento acontece quando há uma intervenção de oficiais de carreira, normalmente comandantes de unidades militares, que pretendem «substituir um governo ou um regime sem violência»¹⁸⁵⁷.

Os pronunciamentos militares subsistem em Portugal pelo menos desde as Invasões Francesas, período em que a desagregação do Estado provocou a inter-

¹⁸⁵⁵ Noel Parker, *As Revoluções e a História. Ensaio Interpretativo*, Lisboa, Temas de Debates, 2001, p. 82.

¹⁸⁵⁶ Jorge Borges de Macedo, *ob. cit.*, p. 203.

¹⁸⁵⁷ Vasco Pulido Valente, *Os militares e a Política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 9.

venção política da caserna. Vários oficiais procuraram então revoltar-se contra o domínio francês e, em 1808, o Porto assistiria mesmo à formação de uma Junta. Colaborando com a classe dos magistrados, o exército acabou assim por contribuir para a afirmação de uma nova ideologia «jurídico-política» que conduziu depois à vitória do liberalismo em Portugal¹⁸⁵⁸. Desde este período, a intervenção política dos militares tem sido uma constante na história contemporânea de Portugal¹⁸⁵⁹.

A realidade portuguesa não diferiu muito da situação vivida pela vizinha Espanha. Aqui foram constantes os pronunciamentos, realizados por um exército muito politizado, ao serviço de partidos e tendências políticas. Durante o século XIX, os militares espanhóis combateram a ordem política conservadora de Isabel II, numa época em que as espadas eram o meio privilegiado para chegar ao Poder¹⁸⁶⁰. Em 1874, seria também o exército, através de um golpe militar levado a cabo pelo general Martinez Campos, quem restaurou a monarquia de Afonso XII¹⁸⁶¹. No início do século XX manteve-se esta tendência, agravada com a crise da I Guerra Mundial, em que o exército se organizou em Juntas Militares para defender os seus interesses corporativos. A crise política em Espanha fomentou a instabilidade. Entre Novembro de 1918 e Setembro de 1923, Espanha contou com dez governos de curta duração, que enfrentaram problemas graves como a guerra de Marrocos e o conflito laboral em Barcelona, levando a uma intervenção da caserna que reduziu muitas vezes «o poder civil a uma ficção»¹⁸⁶².

Ao evocarmos a situação de Espanha pretendemos estabelecer afinidades com a realidade portuguesa. Se é verdade que a parte mais dinâmica do exército actuava, desde início, ao serviço do *PRP-Partido Democrático*, a partir de 1915 essa situação alterou-se. O «pimentismo» e depois o «machadismo» e o «sidonismo» corresponderam a intervenções de sectores do exército hostis a este partido dominante e ao próprio regime republicano. Às revoltas militares de Outubro de 1918 e Janeiro de 1919, que pretendiam ressuscitar a *república velha*, respondeu

¹⁸⁵⁸ Cf. Fernando Pereira Marques, *Exército e Sociedade em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 94 e ss.

¹⁸⁵⁹ Cf. Joaquim Manuel Croca Caeiro, *Os Militares no Poder. Uma análise histórico-política do liberalismo à revisão constitucional de 1959*, Lisboa, Hugin Editores, 1997.

¹⁸⁶⁰ Cf. Raymond Carr, *España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*, Barcelona, Ariel, 1983, p. 20.

¹⁸⁶¹ *Ibidem*, p. 22.

¹⁸⁶² *Ibidem*, p. 125.

a parte conservadora do exército através das Juntas Militares. O militarismo juntista reivindicava pela primeira vez, como em Espanha¹⁸⁶³, um certo messianismo morigerador e uma certa pressão sobre o poder civil, pressão que se legitimava no interesse nacional e na vocação orgânica do exército¹⁸⁶⁴. Se bem interpretamos este período complexo, a restauração da monarquia constituiu então uma alternativa ao falhanço do movimento juntista e do seu projecto de proclamar uma ditadura militar. Sem uma liderança firme, os oficiais da Junta Militar do Norte entregaram a Paiva Couceiro, um oficial expulso da corporação mas com legitimidade monárquica, a chefia de uma parte do exército para repor o trono em Portugal.

Os próprios dirigentes do movimento monárquico o entenderam como pronunciamento, e não como revolta ou rebelião militar. Este movimento estava em consonância com a perspectiva contra-revolucionária da restauração, pois a intervenção do exército «era um acto de vontade nacional», não era uma revolução¹⁸⁶⁵. Na melhor tradição do pensamento contra-revolucionário e conservador, que repudiava as mudanças bruscas operadas pelas massas, a restauração traduzia uma mudança institucional imposta, «não por uma incerta tentativa revolucionária feita de baixo para cima, mas por um seguro pronunciamento feito, em plena força, de cima para baixo»¹⁸⁶⁶. Era o exército, enquanto instituição nacional, fonte legítima de autoridade e de força coerciva e esteio da disciplina e das hierarquias, que repunha em Portugal «as suas instituições naturais e tradicionais, que refizessem a sua unidade política e lhe restituíssem a paz, a prosperidade e a grandeza passadas»¹⁸⁶⁷. Este processo estava em conformidade com o projecto de restauração que as cúpulas radicais da Causa Monárquica defendiam desde 1917, como se viu na segunda parte deste livro.

A proclamação lida pelo major Satúrio Pires aos soldados, no Monte Pedral, onde se restaurou oficialmente a realeza, reivindicava essa missão patriótica e salvífica do exército: «Soldados! Soldados! O Exército é, acima de tudo, a mais alta

¹⁸⁶³ *Ibidem*, p. 120.

¹⁸⁶⁴ Cf. Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 182-183.

¹⁸⁶⁵ Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, pp. 101-102.

¹⁸⁶⁶ *Ibidem*, p. 48.

¹⁸⁶⁷ *Ibidem*, p. 23; AHM, 3ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1, Panfleto assinado pelo coronel José Aurélio Ferreira Machado.

expressão da Pátria e por isso mesmo tem que sustentá-la e tem que guardá-la nas circunstâncias mais difíceis, acudindo na hora própria contra todos os perigos, sejam eles externos ou internos, que lhes ameacem a existência. [...] E com a ajuda de Deus, e com a força das nossas crenças tradicionais, que o Azul e Branco simbolizam, a nossa Pátria salvaremos!»¹⁸⁶⁸.

Que a restauração da monarquia constituiu uma imposição de parte do exército parece provar-se com a dinâmica prosseguida: pronunciamiento da 3.^a divisão do exército e adesão automática das divisões militares de Braga (com excepção de Viana) e Viseu; resistência muito ténue da 6.^a divisão, que o ataque de uma coluna comandada pelo capitão Sá Guimarães facilmente debelou em Vila Real. Em muitos casos, a Junta Governativa, presidida por Paiva Couceiro, limitou-se a comunicar a restauração da realeza aos governadores civis dos distritos onde contavam com a adesão das guarnições militares¹⁸⁶⁹. Depois, os governadores civis ou os comandantes de divisão apenas comunicaram o facto às guarnições respectivas, exigindo a proclamação local da realeza, para o que contavam com a passividade dos oficiais¹⁸⁷⁰. Em muitas das guarnições, os comandos declararam de imediato «acatar incondicionalmente» as novas autoridades militares e aderir «sem restrições ao regime monárquico»¹⁸⁷¹.

O caso de Bragança é paradigmático da conviência do exército. A monarquia foi aí proclamada pelo coronel José Aurélio Machado, antigo colaborador local do *Partido Republicano*¹⁸⁷². Em 1919, este oficial era um defensor acérrimo das Juntas Militares, o que atestava uma mudança de atitude face à república¹⁸⁷³. Numa proclamação ao exército, justificou o acto com «a vergonha e o crime» da república, que «encheu os lares de fome e os cárceres de presos». Entre es-

¹⁸⁶⁸ Pode ler-se em Campos Lima, *O Reino da Traulitânia. 25 dias de reacção monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, pp. 177-178.

¹⁸⁶⁹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 27, maço 2, pasta 14.

¹⁸⁷⁰ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 36, maço 4, pasta 7, Correspondência confidencial do Regimento de Infantaria 20 (Guimarães); AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 403, pasta 9, depoimento do coronel António Augusto de Sousa Cruz, comandante militar em Lamego.

¹⁸⁷¹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 36, maço 4, pasta 7, correspondência confidencial do Regimento de Infantaria 20 (Guimarães).

¹⁸⁷² AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 409, pasta 1, Relatório de defesa do coronel José Aurélio Ferreira Machado, fl. 218, que inclui provas documentais e testemunhos que corroboram a sua inclinação republicana inicial.

¹⁸⁷³ *Ibidem*, depoimento do capitão de artilharia Joaquim Mendes Bragança, fls. 131-133.

ses crimes destacava-se a política de beligerância do regime, cujas despesas de guerra «serviram para cobrir toda a casta de latrocínios», e que terminava agora sem honra nem proveito para Portugal, na Conferência de Paz: «Nos campos da batalha, vós vertestes o vosso sangue e honrastes a vossa farda; mas depois de tão heróico sacrifício, a república leva-nos vergonhosamente à Conferência da paz, onde só temos um voto consultivo. Isto é a suprema vergonha, e a maior das infâmias. Só nos resta um caminho a seguir: defender a Monarquia restaura [da] contra os agentes da desordem»¹⁸⁷⁴.

Que a restauração correspondeu a um movimento do exército, ainda que tenha envolvido apenas a uma parte significativa da corporação, prova-se com a ausência de resistência no Porto e mesmo no Norte, com exceção de Vila Real – incluindo mais tarde Mirandela, Bragança e Chaves, que obrigaram a acções militares de conquista. Tanto Paiva Couceiro como o general Alberto Ilharco, os comandantes em confronto, reconheceram que a proclamação da monarquia no Porto foi feita sem «a menor oposição»¹⁸⁷⁵, transformando-se a Junta Governativa em autoridade soberana sobre uma parte do território nacional¹⁸⁷⁶.

A exemplo do que acontecera a 5 de Outubro de 1910, a monarquia foi quase restaurada por telégrafo, contando com a habitual inércia das autoridades militares e o sentimento de impotência das autoridades civis¹⁸⁷⁷. Na maior parte das vilas e aldeias do território restaurado, os políticos da realeza limitaram-se a tomar conta dos edifícios públicos sem a menor contestação ou resistência, como aconteceu em Vouzela, concelho de Viseu¹⁸⁷⁸; noutras foram os oficiais do exército que restauraram o trono em nome da Junta Governativa¹⁸⁷⁹. Em muitas cidades e vilas do Norte, como no Porto e Lamego, oficiais republicanos aderiram imediatamente à monarquia¹⁸⁸⁰, a começar pela Guarda Nacional Republicana, que se

¹⁸⁷⁴ *Ibidem*, Panfleto assinado pelo coronel José Aurélio Ferreira Machado, doc. n.º 58. Posteriormente, o mesmo oficial defendeu-se das medidas disciplinares impostas evocando a «disciplina militar» e a «vingança» de militares por ele castigados [*Ibidem*, fl. 218].

¹⁸⁷⁵ MNE, AHD, 3P, A3, M49, entrevista de Paiva Couceiro ao jornal espanhol *El Sol*, de 27-06-1919; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 3, maço 2, pasta 13.

¹⁸⁷⁶ Cf. BNP, ELM, caixa 46, carta de Paiva Couceiro ao Presidente da Assembleia-geral do Banco de Portugal.

¹⁸⁷⁷ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1.

¹⁸⁷⁸ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1, pasta 1.

¹⁸⁷⁹ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 3, pasta 14, «Documentos dos monárquicos».

¹⁸⁸⁰ Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 403, pasta 9.

transformou automaticamente na Guarda Real, sob o comando do major Carlos Borges.

É certo que muitos oficiais do exército aderiram porque estavam convencidos que o trono estava restaurado em Lisboa e, por extensão, em todo o território nacional¹⁸⁸¹. Mas esta alegação, usada por muitos oficiais «sem política» e até por republicanos, apenas confirma um comportamento natural no exército: o seguir-se a política definida pelos comandos superiores, pela autoridade legítima. A Junta do Porto limitou-se a pôr em funcionamento uma engrenagem que já existia e que se baseava na solidariedade das hierarquias militares, estando facilitada pela existência de uma estrutura de Poder autónoma e concorrente com o governo da república.

Mas a facilidade com que se restaurou a monarquia no Norte não decorre apenas de meros circunstancialismos conjunturais. Importa reter que a república não alterou significativamente a estrutura social e económica do país, caracterizada pelo predomínio da população rural e da actividade agrícola. Por outro lado, as condições de vida das populações agravaram-se com a guerra, devido à escassez de alimentos e à especulação, provocando a fome e a animosidade para com o regime¹⁸⁸². A pobreza e o atraso cultural das populações eram um traço marcante em muitas regiões do Norte e Centro, como em Lamego, onde mais de sessenta por cento da população era rural e vivia da agricultura, com predomínio da produção vinícola¹⁸⁸³. Na parte norte do concelho, a predominância de grandes quintas vinhateiras junto ao Douro, que recrutavam a mão-de-obra em períodos sazonais, deixava os trabalhadores na dependência dos grandes proprietários, que viviam no Porto. No sul do concelho, pelo contrário, a persistência da pequena propriedade agrícola lançava as populações numa pobreza extrema, numa região que, no início do século XX, ainda praticava a troca directa¹⁸⁸⁴.

¹⁸⁸¹ Cf. *Ibidem*; AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 435, pasta 7, processo de Augusto César Madureira Beça, depoimento de oficiais e sargentos; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 62, maço 2, pasta 6, relatório do coronel José Peres.

¹⁸⁸² Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 4, maço 1, pasta 1, Relatório da 8.^a divisão militar (Braga).

¹⁸⁸³ Cf. Miguel Nunes Ramalho, *A Opressão Salazarista e a Força da Liberdade. Alfredo de Sousa, um resistente*, Lisboa, Prefácio, 2007, p. 36.

¹⁸⁸⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 36-37.

Quanto à realidade sócio-cultural, pouco tinha mudado em relação a 1910. A ignorância das populações e o ascendente da religião católica mantinham as comunidades rurais na dependência do clero e dos notáveis¹⁸⁸⁵. Em muitas regiões do país, o domínio da rede política monárquica, que se estruturou e alargou durante o sidonismo, explica a facilidade com que a monarquia foi restaurada. Muitos administradores de concelho fizeram a transição do sidonismo para a monarquia, tendo pelo meio dado a sua colaboração às Juntas Militares. Seriam, para além do mais, colaboradores importantes na proclamação da realeza, na organização de grupos civis e na perseguição aos adversários republicanos¹⁸⁸⁶.

A Monarquia do Norte consubstanciava a mesma reacção monárquico-clerical que assolava o país desde 1911, resultado da acção dos clérigos e dos antigos caciques monárquicos que instigavam o ódio permanente das populações ao regime republicano¹⁸⁸⁷. O sidonismo e depois as Juntas Militares consolidaram as solidariedades e dependências locais, organizadas em estruturas de Poder que abriram as portas a uma reacção dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa. No Norte do país, os «bacharéis, lavradores e abades de boa têmpera» esperavam impacientemente a sua vez, «rugiam impaciências», numa expressão muito acertada de Rocha Martins¹⁸⁸⁸. Foram eles o pessoal político da monarquia restaurada.

À restauração do trono seguiu-se a formação de uma Junta Governativa Provisória presidida por Paiva Couceiro, que acumulava com a pasta de ministro da guerra, e que tinha como ministros um grupo muito restrito, as mais gradas figuras da contra-revolução: Luís de Magalhães, visconde do Banho e conde de Azevedo¹⁸⁸⁹. Das Juntas Militares foram cooptados os coronéis João de Almeida e Silva Ramos. O primeiro não só recusou o cargo de ministro da guerra, facto que provocou o descontentamento de alguns sectores do monarquismo, como

¹⁸⁸⁵ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 4, maço 1, pasta 1, Relatório da 8.ª divisão militar (Braga).

¹⁸⁸⁶ Foi o caso de José da Costa Pinto, administrador e presidente da Câmara da Régua desde Março de 1918. Cf. AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 407, pasta 1, doc. 12.

¹⁸⁸⁷ Leia-se o relatório que o alferes Virgílio Lopes, administrador do concelho de Mortágua, fez depois da derrocada da monarquia, in AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 59.

¹⁸⁸⁸ Sobre o processo de restauração em muitas vilas e cidades do Norte, veja-se Rocha Martins, *ob. cit.*, 143-145.

¹⁸⁸⁹ Magalhães, na pasta dos Negócios Estrangeiros; Banho, nas pastas das subsistências, da fazenda e da justiça; Azevedo na instrução, agricultura, comércio e trabalho.

cumpriu com as suas obrigações de comandante militar de Aveiro, informando a 5.^a divisão do exército sobre o movimento do Porto e declarando «que a guarnição se conservava fiel ao governo»¹⁸⁹⁰. O coronel Silva Ramos ocupou a pasta das obras públicas e assumiu responsabilidades nas manobras militares, apesar de posteriormente vir a recusar todas as responsabilidades políticas e militares¹⁸⁹¹. Na pasta do reino figurava o diligente comissário policial, capitão Solari Allegro, personalidade que gozava da fama merecida de evitar qualquer acto de revolta. Nos governos civis das capitais de distrito, os lugares foram ocupados por civis e oficiais próximos da restauração e alguns oficiais juntistas¹⁸⁹².

No plano político e institucional, duas questões centrais reclamam uma análise mais cuidadosa. A primeira prende-se com a legitimidade da restauração; a segunda tem que ver com os seus fundamentos políticos e ideológicos. No que concerne à primeira problemática, a sociologia política mostra que os regimes carecem de um «conjunto de racionalizações» que apontem à sociedade a legitimidade do Poder e até das razões porque batalham contra os eventuais «contra-poderes»¹⁸⁹³. Um olhar atento às proclamações monárquicas revela alguns paradoxos, tal como acontecera já em 1911. Nas proclamadas «racionalizações» não se vislumbram as esperadas virtudes da monarquia enquanto «autoridade tradicional» e regeneradora, antes se acentuam os erros e defeitos da república, o «sistema de dominação» que supostamente revelava uma «falência» incontornável.

É certo que a proclamação lida por Satúrio Pires no Monte Pedral, a 19 de Janeiro, começou por reivindicar a «força da tradição» da monarquia para justificar o acto. A restauração da realeza completava-se sob a influência das concepções conservadoras que reivindicavam a tradição histórica e os vínculos às formas tradicionais de vida e à solidariedade de gerações. E que vislumbravam nas democracias modernas a origem da decadência e a morte das nacionalida-

¹⁸⁹⁰ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 62, maço 1, pasta 1.

¹⁸⁹¹ AHM, Processo individual do coronel Artur Maria da Silva Ramos, caixa 2514.

¹⁸⁹² Cf. *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*, p. 2. Foram nomeados os seguintes governadores civis: Porto: conde de Mangualde; Aveiro: major Egas Ferreira Pinto Basto (não tomou posse); Braga: capitão Arnaldo Ribeiro Piçarra; Viseu: tenente-coronel Patrício Xavier de Almeida e Brito; Bragança: tenente-coronel Carlos Leitão Bandeira; Vila Real: António Sampaio Pimentel; Viana do Castelo: major Martinho José Cerqueira. Para Coimbra, a Junta nomeou Vítor Ribeiro de Meneses que nunca chegou a tomar posse, sendo preso nesta cidade.

¹⁸⁹³ Cf. António Teixeira Fernandes, *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*, 2.^a ed., Porto, Edições Afrontamento, 1998, p. 177.

des¹⁸⁹⁴. Mas exceptuando esta referência doutrinária, o discurso da legitimidade centrou-se na recusa do novo sistema de poder e autoridade representado pela república, com o seu sistema de legitimidade legal assente na existência de cidadãos. A retórica monárquica evocava a grave crise política e social, que resultava da «luta de facções» e da sua «ambição de poder», como justificação para a intervenção do exército, na sua qualidade de instância nacional, no sentido de regular o normal funcionamento das instituições e garantir os interesses da pátria¹⁸⁹⁵. Numa proclamação monárquica, os mecanismos ideológicos ligados à «Ordem» eram estruturantes como instância legitimadora: «A Monarquia é a Ordem e a Liberdade: ordem nos negócios do estado e a liberdade no foro da consciência»¹⁸⁹⁶.

No plano político e ideológico, é sabido que o exército restaurou D. Manuel e a Carta Constitucional de 1826¹⁸⁹⁷, de acordo com a doutrina estabelecida em 1912 pelo projecto de Luís de Magalhães. A doutrina então defendida concebia a república como «regime de usurpação» e por isso a restauração devia repor o que estava em 4 de Outubro, a ordem político-social anterior, entendida como um «sistema de formação histórica»¹⁸⁹⁸. A restauração da Carta provocou, como se viu atrás, uma reacção violenta dos sectores tradicionalistas, que pretendiam uma monarquia reformada de acordo com os princípios consagrados pela doutrina integralista, orgânica e nacionalista. O próprio Paiva Couceiro viria depois a terreiro justificar a restauração da Carta como resultado das «oportunidades nacionais» e não como substância das suas ideias «antiparlamentares»¹⁸⁹⁹. A pouca duração da Monarquia do Norte não deu azo ao reformismo doutrinário e constitucional que os sectores tradicionalistas preconizavam, mas as posições assumidas pelos liberais conservadores revelam que o reformismo de Couceiro encontrava ainda resistências tenazes. Luís de Magalhães explicaria assim a dou-

¹⁸⁹⁴ Cf. *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*, n.º 1, 19-01-1919.

¹⁸⁹⁵ AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 407, pasta 1, fls. 5-6.

¹⁸⁹⁶ BNP, ELM, caixa 44, folheto com o título «Soldados!». Repetido em AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 409, pasta 1.

¹⁸⁹⁷ Cf. *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*, decreto n.º 8, de 21 de Janeiro.

¹⁸⁹⁸ Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 209.

¹⁸⁹⁹ Cf. Henrique de Paiva Couceiro, «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros», in *Acção Realista*, ano 1, n.º 10, 01-11-1924, p. 183.

trina da restauração: «Éramos conservadores e não revolucionários. Queríamos fazer uma restauração, não uma revolução monárquica»¹⁹⁰⁰.

A Junta Governativa do Reino assumiu todas as funções governativas e exerceu o domínio e autoridade próprios de um Estado legítimo. A sua acção política procurou fornecer à opinião pública um instrumento de análise que criasse nos espíritos a impressão de que a reposição do trono correspondia a «um governo definitivo e sério»¹⁹⁰¹. Assim se explica que, ainda antes de concluída a fase militar, procurasse exercer o poder político e administrativo como se controlasse todo o aparelho do Estado. Nos seis distritos sobre os quais exerceu efectiva autoridade, a Junta Governativa comportou-se como um verdadeiro Estado: «A Junta Governativa [...] exercia todos os actos de soberania em todo o território compreendido entre o Minho e o Vouga. Ela cobrava impostos, que todos pagavam sem protesto, decretava leis que todos os tribunais executavam, nomeava autoridades, a que todos obedeciam mesmo os mais acérrimos republicanos e mantinha a ordem pública, que é o principal dever de qualquer governo. Todos os funcionários civis e militares acatavam e cumpriam as ordens que desta junta emanavam»¹⁹⁰².

Entre as diferentes funções político-burocráticas da Junta Governativa do Reino, houve uma que se destacou pela sua importância ideológica e institucional: a função legislativa. A legislação da Monarquia do Norte, publicada através do seu *Diário da Junta Governativa do Norte*, tem para esta investigação uma avultada importância. Não se trata tanto de descrever por esta via o quotidiano das populações do Norte, tentando apreender dinâmicas políticas locais e o impacto da legislação no seu espírito e na sua vida prática. É certo que muitas fontes, apesar de algumas contradições, descrevem a aparente normalidade na vida das populações, e em especial do Porto¹⁹⁰³, sublinhando o regozijo com que aparentemente foi recebida a realeza¹⁹⁰⁴. Para o fito desta investigação importa sobretudo vislumbrar na obra legislativa da Junta Governativa, conquanto inci-

¹⁹⁰⁰ Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 53.

¹⁹⁰¹ Cf. *Ibidem*, p. 51.

¹⁹⁰² AHM, caixa 2451, Processo individual do coronel João Gomes do Espírito Santo.

¹⁹⁰³ Cf. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *ob. cit.*, p. 157. Rocha Martins, *ob. cit.*, p. 6; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 2, maço 3, Pasta 8.

¹⁹⁰⁴ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 12, maço 1, pasta n.º 3, informação do cônsul geral de Cuba.

piente, alguns vectores estruturantes da matriz ideológica da restauração. Mesmo sabendo que no ânimo das cúpulas perpassava uma intencionalidade reformista, no sentido de modificar os seus fundamentos teóricos e constitucionais, existem indícios suficientemente seguros para apreender ao menos as principais coordenadas ideológicas da «Monarquia Nova».

Entre os decretos que definem programática e doutrinariamente o novo regime, o decreto n.º 3 revela a substância contra-revolucionária da restauração, pois revogava «toda a legislação promulgada desde 5 de Outubro». De uma assentada derribava-se o edifício legislativo que tinha enformado a matriz progressista e reformadora da república, com destaque para o seu fundo laico e secularizador. Os monárquicos justificaram esse decreto, visto como «decreto-programa», com a necessidade de dar ao público conservador indicações seguras do caminho que trilhava a restauração, expressando-lhe claramente que «todos os atentados contra a religião, a família, a propriedade, bases conservadoras da sociedade, - todos os atentados contra a justiça e a liberdade, condições supremas da ordem social, serão irremediavelmente suspensos e reparados. A República é um hiato de ilegalidade que se encerra. A Restauração é a tradição que se reata, o passado que ressurgem¹⁹⁰⁵. Estas explicações mostram que a monarquia restaurada devia conformar-se com a doutrina conservadora que preconizava uma certa «ordem social», apoiada nas estruturas intermédias da sociedade, como a família, e sustentada no direito à propriedade. A legislação da Junta Governativa dava assim «satisfação às tradições do país¹⁹⁰⁶. Mas o sentido global deste «decreto-programa», enquanto reacção, só pode ser cabalmente apreendido na esfera da política religiosa e da nova espiritualidade católica.

Com efeito, a restauração formal da Carta Constitucional restabelecia a posição institucional da «Religião Católica Apostólica Romana» enquanto religião oficial do Estado¹⁹⁰⁷. Só que as mudanças operadas no campo ideológico da direita monárquica previam uma nova abordagem do fenómeno religioso. Com efeito, a ligação orgânica da Igreja à monarquia liberal fora desenvolvida dentro do projecto liberal de funcionalização dos eclesiásticos. Para a esfera da religião

¹⁹⁰⁵ Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 59.

¹⁹⁰⁶ Conde de Azevedo, «Restauração da Monarquia em 1919», in Francisco Manso Preto Cruz, *ob. cit.*, p. 207.

¹⁹⁰⁷ Cf. *Diário da Junta Governativa do Reino*, decreto n.º 14.

relegava-se também uma dimensão ética e reprodutora dos valores e da moral da sociedade liberal¹⁹⁰⁸. Mas então os políticos liberais dividiam-se sobre o papel da Igreja, com os sectores mais radicais a envolverem-se em manifestações de anticlericalismo. Entretanto, a crença religiosa assumirá contornos ideológicos fulcrais no seio da contra-revolução que são determinantes para compreender as modulações antimodernas da Causa Monárquica e da própria direita antiliberal.

O ressurgimento católico visível no estertor da monarquia teve o mérito de impregnar a Causa Monárquica de uma nova espiritualidade, que seria aprofundada no exílio. Esta nova realidade, visível em Portugal e na Europa, acompanhada de manifestações de repúdio pelo anticlericalismo da I República, operou uma transformação espiritual entre os adeptos da coroa, mesmo os mais impenitentes liberais, como Luís de Magalhães¹⁹⁰⁹. As elites que em 1910 se reuniram no *Congresso Nacional* incluíram no seu programa reformador a «recristianização» da sociedade¹⁹¹⁰. O sucesso das doutrinas integralistas e o revivalismo do tradicionalismo miguelista explicam a importância ideológica do cristianismo na doutrinação contra-revolucionária, fenómeno que foi já objecto de análise no decorrer deste trabalho¹⁹¹¹. Diogo Pacheco de Amorim explicou assim a nova mentalidade dominante nos sectores conservadores e a importância do catolicismo na formação da *Nova Geração* e da contra-revolução: «A religião venerada pela mocidade portuguesa é, sem dúvida, o catolicismo; muitos o seguem com fé, alguns por filosofia, todos com respeito. O ódio às coisas e às pessoas da Religião é hoje desconhecido da quase totalidade dos rapazes. [...] Em moral, a mocidade adopta sem reservas as normas da Igreja. Mas a Igreja hoje não é só um guia moral para os rapazes; é uma verdadeira escola de Filosofia, de Política e de Arte. [...] Muitos rapazes de hoje timbram em ser católicos praticantes»¹⁹¹².

Existem indícios suficientes para aceitar que restauração se perfilava para dar corpo a uma monarquia cristã, que restabelecesse o papel da religião na ideologia e no próprio sistema político. Os diplomas ideologicamente mais signi-

¹⁹⁰⁸ Cf. Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 53.

¹⁹⁰⁹ Cf. Joana Inês de Lemos Coelho de Magalhães, *Luiz de Magalhães. A sua evolução espiritual*, Separata do Vol. XXV do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1959.

¹⁹¹⁰ Cf. Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, pp. 93-97.

¹⁹¹¹ Leia-se Aires de Ornelas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Livraria Portugal Editora, 1914.

¹⁹¹² Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, Coimbra, França e Arménio Editores, 1918, pp. 28-29.

ficativos da Junta Governativa incidem sobre a questão religiosa, nomeadamente a revogação da Lei de Separação¹⁹¹³, o restabelecimento dos cargos de capelão do exército e da armada¹⁹¹⁴, a reposição do juramento de carácter religioso¹⁹¹⁵, dos feriados religiosos¹⁹¹⁶ e a revogação de parte do decreto sobre o registo civil¹⁹¹⁷. Estas medidas correspondiam às exigências da consciência católica de Paiva Couceiro e dos membros da Junta Governativa, e reafirmam o lugar central da Igreja numa «Monarquia Nova». Todos os projectos ideológicos deste período conformam a sua matriz com a assunção da religião na organização da vida social e moral dos portugueses. A nova mundividência da «Monarquia Nova» reivindicava a autoridade espiritual da Igreja sobre o poder temporal, recusando assim um dos elementos nodais do discurso da modernidade. O próprio congreganismo reassumia dimensão central, prevendo-se o regresso de todas as congregações religiosas em regime de total liberdade para desempenharem a mais «ampla acção social»¹⁹¹⁸.

No plano institucional, as relações entre o Estado e o Vaticano deviam ser reguladas por um regime de concordata ou por uma nova lei de separação, mais favorável à Igreja Católica. Os bens confiscados pela república seriam devolvidos, mas a igreja seria indemnizada «se a restituição não for possível»¹⁹¹⁹. No projecto de 1924, a Causa Monárquica voltaria a assumir a prioridade no combate ao laicismo, que acusavam de ter como finalidade primária «expulsar Deus da vida dos povos». Como consequência deste postulado, combatia-se com fervor a chamada «escola neutral», no pressuposto de que sendo a nação portuguesa maioritariamente católica, a «moral cristã deve ser a base de todo o ensino». Ainda assim, preconizava-se a liberdade de ensino como direito inalienável¹⁹²⁰.

¹⁹¹³ *Diário da Junta Governativa do Reino*, decreto n.º 14.

¹⁹¹⁴ *Ibidem*, decreto n.º 17, de 23 de Janeiro.

¹⁹¹⁵ *Ibidem*, decreto n.º 18.

¹⁹¹⁶ *Ibidem*, decreto n.º 30.

¹⁹¹⁷ *Ibidem*, decreto n.º 36. Foram revogados os artigos 312 e 316 do Dec. de 13-02-1911 sobre Registo Civil, acabando com a precedência civil nos boletins de registo de nascimento, casamento e óbitos.

¹⁹¹⁸ Cf. «Programa da Acção Tradicionalista Portuguesa», in *A Acção Tradicionalista Portuguesa*, n.º 1, 10-12-1921, pp. 6-8; «Bases de Acção da Política Monárquica», in *Correio da Manhã*, ano III, n.º 1020, 09-03-1924.

¹⁹¹⁹ Cf. *Ibidem*; «Bases para a Organização do Partido Monarchico» (1919), in BNP, ELM, caixa 44.

¹⁹²⁰ Cf. «Bases de Acção da Política Monárquica», in *Correio da Manhã*, ano III, n.º 1020, 9-03-1924.

Por outro lado, a legislação da Junta visou no imediato agradar ao vasto campo conservador e católico, dando sinal inequívoco de que a monarquia restaurada ia «no bom caminho»¹⁹²¹. Para muitos católicos do Norte, a restauração do trono era afinal consequência da política anticlerical da república: «Violaram-se sacrários e profanaram-se igrejas e encarceraram-se inocentes [...] e forjaram-se leis execráveis e delapidaram-se os bens da Igreja e perseguiram-se os seus ministros e foram arrastados à cadeia e ao exílio os seus Bispos. [...] Quem fez, pois, a monarquia? Os erros dos avançados, os desvarios do democratismo, os crimes da maçonaria. Saudemos uma Monarquia Nova, que dê ampla liberdade à Igreja e que legisle com justiça e governe com honra»¹⁹²².

A cerimónia de investidura das novas autoridades esteve impregnada de grande valor simbólico e ideológico. A Junta Governativa organizou uma cerimónia de juramento que teve lugar na Sé do Porto, espaço sagrado que havia de testemunhar uma nova aliança entre o trono e o altar. Com efeito, o vigário capitular do Porto, Teófilo Salomão, afirmaria então vir «armar cavaleiros os nobres e valentes restauradores da Monarquia, que foi grande e gloriosa quando estreitamente ligada à Igreja». Já Paiva Couceiro, antes mesmo de prestar juramento à pátria e ao rei e «pousar a mão sobre os santos evangelhos», manifestou o desejo solene de emprestar «o meu apoio e o do governo à causa da Religião, que é a causa da Pátria»¹⁹²³.

Esta recristianização simbólica dos mecanismos de Poder, como parte da cultura ideológica dominante, vislumbrava-se no inusitado fervor religioso que se apoderou da cidade do Porto, a começar pelo esplendor das múltiplas celebrações religiosas em que participavam as figuras gradas da monarquia¹⁹²⁴. O próprio exército fora acometido de súbita ressurgência espiritual, com as novas hierarquias a declararem obrigatória a presença dos regimentos nas missas¹⁹²⁵, enquanto os soldados se passeavam no Porto com «bentinhos» distribuídos pelas

¹⁹²¹ Cf. *Actualidade*, 30-01-1919, p. 1.

¹⁹²² «Quem fez a monarquia?», in *Acção Social*, 30-01-1919, p. 1.

¹⁹²³ Pode ler-se a transcrição da cerimónia, feita a partir da imprensa da época, em Campos Lima, *O Reino da Traulitânia. 25 Dias de reacção monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, pp. 39-41.

¹⁹²⁴ Cf. *A Ordem*, 01-02-1919, p. 1.

¹⁹²⁵ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 403, pasta 5.

senhoras e «que todos punham ao peito com muito respeito»¹⁹²⁶. O oficial e o padre testemunhavam essa nova aliança entre o trono e o altar: «Quando das manifestações nas ruas ele [tenente-coronel Alexandre Pinto] e o abade de Penafiel subiram às sacadas dos Paços do Concelho e este abraçando-o disse - *mais uma vez está a cruz unida à espada*»¹⁹²⁷.

A relação de parte do clero com a Causa Monárquica foi muito sólida. Parece ter ficado suficientemente demonstrado que, apesar da intervenção dos bispos, muitos sacerdotes se envolveram activamente em actividades contra-revolucionárias e na própria organização da Causa Monárquica, em especial da Federação Monárquica do Norte. A restauração monárquica de 1919 mostra como, naquela região do país, o clero manifestava profunda hostilidade à república, tendo-se por isso envolvido na dinâmica dos adversários do regime¹⁹²⁸. Muitos padres e abades foram nomeados administradores de concelho, enquanto outros pegaram em armas e organizaram grupos civis com os quais combateram o exército republicano¹⁹²⁹.

No plano das operações militares, se muitos padres chegaram mesmo a integrar os quadros de oficiais das forças do exército¹⁹³⁰, a maioria teve papel relevante no sistema de informações militares¹⁹³¹. A classe destacou-se pela retórica legitimadora e pelo contributo na mobilização das praças licenciadas e das tropas de reserva, justificando a campanha como uma luta da fé e das crenças «contra a maçonaria opressora da consciência»¹⁹³². A própria Junta Governativa, cónscia da importância do clero, enviou uma circular aos prelados no sentido de estes recomendarem aos párocos que «no interesse da Ordem e da manutenção da Monarquia e da Igreja, auxiliem a Junta Governativa nos serviços de vigilân-

¹⁹²⁶ AHM, TMEL, Processo de Teófilo Duarte, n.º 152, carta de um soldado realista dirigida a uma tia de Coimbra, fl. 8.

¹⁹²⁷ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 1, pasta 1, depoimento de um sargento da GNR preso no Porto.

¹⁹²⁸ Cf. A. Ferreira Soares, *Viana na Insurreição. Impressões e Notas*, Ponte de Lima, Tipografia Guimarães, 1920, pp. 14 e 56-57; *A Liberdade*, 28 e 30-01-1919, p. 1. Muitos padres activos em 1919 eram «exilados» do 29 de Setembro de 1911 ou presos políticos por conspirar contra o regime.

¹⁹²⁹ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 2, pasta 14: documentos dos monárquicos; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 12, maço 1, pasta 3.

¹⁹³⁰ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 1, pasta 8.

¹⁹³¹ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 2, pasta 14: documentos dos monárquicos.

¹⁹³² AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 2, maço 3, pasta 8; *Actualidade*, 6-02-1919, p. 2.

cia que é fácil estabelecer nas respectivas áreas de comunicação telegráfica»¹⁹³³. Mais tarde, ao elaborar a «história» da «monarquia cristã», *O Século* escrevia que «a restauração monárquica fez-se sem dificuldade alguma, tendo para ela trabalhado os clérigos no púlpito, no confessionário, no convívio quotidiano, dentro e fora das igrejas»¹⁹³⁴.

O ambiente revelado pelas populações do Norte era, na sua fase inicial, de inebriante entusiasmo, provocado pelos foguetes, missas¹⁹³⁵ e sinos que «repicaram festivamente, como que saudando a libertação da Igreja da infamante opressão maçónica»¹⁹³⁶. Nas aldeias, vilas e cidades do reino, todas as celebrações religiosas evocavam o regime restabelecido. Não pode desvalorizar-se o efeito simbólico e de legitimação que tais cerimónias religiosas tiveram durante a vigência do trono, pois os púlpitos eram claramente utilizados como instrumentos de inculcação ideológica, com os padres a explicar às populações o significado «do grande acontecimento»¹⁹³⁷. Na cerimónia de tomada de posse do governador civil de Braga, capitão Arnaldo Piçarra, o discurso colérico de um sacerdote cravou de vitupérios a república, que apresentou como «um equívoco ou um vómito infernal lançado em 5 de Outubro de 1910 sobre os portugueses». Falando em nome dos sacerdotes da diocese, o dito padre depositou «nas mãos do sr. governador civil todos os martírios e sofrimentos que passou e a classe a que pertence» durante o «bambúrrio» republicano¹⁹³⁸.

O alto clero revelou o mesmo frenesim que os sacerdotes no apoio ao trono restaurado. Em Vimioso, distrito de Bragança, o bispo da cidade, D. José Leite Faria, terá festejado efusivamente quando soube que estava a realeza consagrada no Porto¹⁹³⁹. Enquanto isso, o bispo de Lamego, D. Francisco José Vieira e Brito, deslocou-se expressamente ao Porto, a 20 de Janeiro, para apresentar cumprimentos ao novo ministro dos negócios eclesiásticos, visconde do Banho¹⁹⁴⁰. Em

¹⁹³³ *A Ordem* (Porto), 01-02-1919, p. 2.

¹⁹³⁴ *O Século*, 25-02-1919, p. 1.

¹⁹³⁵ *Ibidem*, p. 1.

¹⁹³⁶ *A Liberdade*, 28-01-1919, p. 1.

¹⁹³⁷ *A Liberdade*, 06-02-1919, p. 1.

¹⁹³⁸ *Ecos do Minho*, 23-01-1919, p. 2.

¹⁹³⁹ *O Século*, 16-02-1919, p. 1.

¹⁹⁴⁰ *Ecos do Minho*, 21-01-1919, p. 1; *O Século*, 25-02-1919, p. 1.

Braga, D. Manuel Vieira de Matos visitou o governador civil, Arnaldo Piçarra, e segundo Rocha Martins «sua excelência reverendíssima apeou entre vivas e palmas, e isso comovera-o, levara-o a viver também a Pátria e o Rei, no meio dum enorme entusiasmo»¹⁹⁴¹.

Mais tarde, D. Manuel Vieira de Matos, o bispo irredutível da Guarda em 1911, enviou um telegrama a Paiva Couceiro «saudando quantos lutam pela monarquia e pedindo que o governo da monarquia estabeleça os direitos e privilégios da Igreja em Portugal»¹⁹⁴². O seu comportamento valeu-lhe depois um processo disciplinar levantado pelo ministério da justiça da república¹⁹⁴³. Roma ainda tentou intervir para evitar que os prelados e o vigário capitular do Porto fossem castigados, afirmando que se preparava para enviar ao clero português uma carta em que expressava o seu desejo de que este apoiasse a república e cumprisse as suas leis, mas o governo viu nesse documento um expediente para conseguir a «impunidade dos culpados»¹⁹⁴⁴.

O estreito relacionamento do clero, em território restaurado, com o novo regime terá causado sérios embaraços à Igreja Católica. O confronto entre republicanos e monárquicos acabou por dividir a igreja, apesar das recomendações das altas dignidades no sentido de que se evitasse qualquer envolvimento político¹⁹⁴⁵. A política do *ralliement* indicada pelo papa Leão XIII para a França, que recomendava o fim da luta contra o regime liberal¹⁹⁴⁶, seria também aplicada pelos católicos em Portugal no final da monarquia, e orientou as relações dos prelados com a República, a partir de 1910. Em 1918, num quadro político favorável à igreja, criado por Sidónio Pais, que restabeleceu as relações diplomáticas com a Santa Sé e procedeu à revisão da lei de separação, os bispos portugueses reafirmaram a necessidade do clero não confundir a causa religiosa com a questão

¹⁹⁴¹ Rocha Martins, *ob. cit.*, vol. 1, p. 142; *Ecos do Minho*, 24-01-1919, p. 1. Segundo *O Século* [25-02-1919, p. 1], o bispo foi recebido com uma guarda de honra feita pelo regimento de cavalaria 11, do capitão Arnaldo Piçarra.

¹⁹⁴² *O Século*, 29-01-1919, p. 1. Outros exemplos de apoio institucional do clero ao novo regime registaram-se no Porto e em Viana do Castelo. Cf. A. Ferreira Soares, *ob. cit.*, p. 72; *O Século*, 25-02-1919, p. 1.

¹⁹⁴³ MNE, AHD, 3P, A10, M62, Pasta 41.

¹⁹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁴⁵ Cf. Jerónimo Guerreiro, *Monsenhor Aloisi Masella e o Arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes (1918-1920)*, Évora, [s/n], 1968, p. 89.

¹⁹⁴⁶ Cf. Vítor Neto, *ob. cit.*, p. 418.

do regime. O bispo do Algarve, D. António Barbosa de Leão, crítico acerbo dos realistas, acusava-os de arrastarem os católicos para a sua contenda política¹⁹⁴⁷.

A morte de Sidónio Pais empurrou o movimento católico para um novo perigo, pois a imprensa católica apressou-se a manifestar o seu apoio às Juntas Militares e a reforçar o discurso conservador sobre a intervenção «patriótica» do exército. No senado, Domingos Pinto Coelho explicava a utilidade de um governo militar que contivesse o «avanço do demagogismo»¹⁹⁴⁸. Apesar das recomendações da hierarquia eclesiástica, monárquicos e católicos formavam então um bloco ideológico homogéneo em torno dos valores da autoridade e da ordem contra a anarquia «demagógica». Mas esta retórica intervencionista evocava conteúdos ideológicos que matizavam então o espectro conservador, como o nacionalismo e a antidemocracia, descarregando genuíno desprezo contra a política e os partidos políticos e antecipando afinal a retórica autoritária da década de vinte¹⁹⁴⁹.

Depois de restaurado o trono, a imprensa católica do Norte substituiu os discursos pró-exército por um exaltado aplauso ao velho regime, tisonado da mesma retórica hostil à política, e congregando os conservadores na mesma ganga antimoderna: «Este país carece mais de quem o governe e administre bem do que quem lhe faça bonitos discursos ou o presenteie com ninhadas de políticos»¹⁹⁵⁰. Esse campo antimoderno saía reforçado com o regresso da tradição, pois vislumbrava na obra política da Junta Governativa a «harmonia com a grande aspiração do povo português de ligar o presente com o passado e a espada com a cruz»¹⁹⁵¹.

É certo que nem todos os católicos apoiaram o trono restaurado, como Francisco Veloso, que censurou fortemente as violências praticadas sobre os republicanos do Porto¹⁹⁵². Ou Jacinto Cândido, que discordava da «orientação seguida pelo partido monárquico, que acaba de liquidar, triste e vergonhosamente, nesta aventura desgraçada da guerra civil, em que precipitou o país, e em que

¹⁹⁴⁷ Cf. Bispo do Algarve, «Os monárquicos, que católicos são», in *O Progresso Católico*, n.º 24, 15-12-1918, p. 1.

¹⁹⁴⁸ *Diário do Senado*, sessão de 09-01-1919, p. 15.

¹⁹⁴⁹ Cf. *A Liberdade*, 05-01-1919, p. 1; *Ecos do Minho*, 10-01-1919, p. 1; *Actualidade*, 01-01-1919, p. 1; *Ilustração Católica*, n.º 287, 01-02-1919, p. 335; *Revista Católica*, 08-01-1919, pp. 17-18.

¹⁹⁵⁰ *A Liberdade*, 21-01-1919, p. 1.

¹⁹⁵¹ *Actualidade*, 23-01-1919, p. 1.

¹⁹⁵² *Ilustração Católica*, 22-02-1919, p. 358.

afundou a Causa»¹⁹⁵³. A posição do clero nortenho teve como consequência o recrudescimento dos ataques vindos dos sectores radicais. Em Lisboa, o jornal *A Ordem*, propriedade do Centro Católico, foi vítima de várias agressões, sendo depois obrigado a reafirmar que os católicos não faziam «questão de regime» e que a incompatibilidade da Igreja «não é com a república, mas sim com a república sectária e perseguidora»¹⁹⁵⁴.

Mais tarde, no senado, Pinto Coelho defendeu os católicos da acusação de Machado Santos, segundo a qual tanto monárquicos como os seus aliados da igreja tinham responsabilidade pela grave crise política que o país atravessava. Para Pinto Coelho, apesar de perseguida a religião desde 5 de Outubro, a igreja «não se vinga» nem «fomenta insurreições»¹⁹⁵⁵. Já depois de restaurada a república, a imprensa católica do Porto publicou um conjunto de artigos, assinados com o pseudónimo «Ignotus», que estabeleciam a doutrina católica sobre a legitimidade do Poder e das revoluções, reafirmando os preceitos de Leão XIII sobre a obrigatoriedade dos católicos aceitarem o poder civil constituído em função do «bem comum da sociedade»¹⁹⁵⁶. Em conformidade, concluía o publicista, «aqueles que em 19 de Janeiro último revolucionariamente fizeram arrear a bandeira verde-rubra nacional, indo contra uma lei em vigor, não procederam como católicos, se o eram», pois «os bons católicos não se envolvem em actos revolucionários contra os poderes constituídos»¹⁹⁵⁷.

A Igreja católica acabava assim por condenar a restauração da monarquia, numa época em que a consciência republicana parecia despertar para uma aproximação aos católicos, procurando evitar um regresso ao período das funestas perseguições religiosas. A organização do Centro Católico sofreu então algumas alterações, com a saída de Pinheiro Torres e José Fernando de Sousa (Nemo), sobre quem recaíam acusações legítimas de militância monárquica. No final desse ano, no congresso da reestruturação, seriam aprovadas as bases do Centro

¹⁹⁵³ *Ob. cit.*, p. 290.

¹⁹⁵⁴ *A Ordem* (Lisboa), 02-02-1919, p. 1.

¹⁹⁵⁵ *Diário do Senado*, sessão de 03-04-1919, p. 20.

¹⁹⁵⁶ «Os recentes acontecimentos políticos à luz da doutrina católica», in *A Ordem* (Porto), 08-03-1919, p. 1.

¹⁹⁵⁷ *Ibidem*, 22-03-1919, p. 1.

Católico Português, sob inspiração do Episcopado, empenhado em colocar uma pedra tumular sobre a participação dos católicos nos movimentos de direita¹⁹⁵⁸.

Do lado monárquico, porém, parece evidente que a «Monarquia Nova» se comprometeu com um programa de ressurgimento cristão e de uma reorganização político-social em que se adoptava a velha fórmula ideológica «Deus, Pátria, Rei», reactualizada nos valores e na simbologia.

3. Monsanto

O projecto monárquico de restauração previa, como se viu, que sem o concurso de Lisboa havia fortes hipóteses de uma guerra civil e com ela surgir o descrédito da Causa Monárquica¹⁹⁵⁹. Era um dado adquirido para todos os estrategas militares, e estava patente na história militar e revolucionária de Portugal, que qualquer movimento precisava de conquistar Lisboa para obter sucesso. Paiva Couceiro não o desconhecia: «Nenhum conhecedor de Portugal ignora que Lisboa é quem se impõe sempre à Nação. Para triunfar necessitávamos de uma de duas coisas, na realidade equivalentes: a protecção internacional ou o apoio de Lisboa»¹⁹⁶⁰. Por isso, o plano elaborado no Porto, na presença dos dois delegados do ministro Silva Bastos, a 12 de Janeiro, estabelecia que depois de proclamada a monarquia em Santarém ou no Porto seria avisado o ministério da guerra para se iniciar o processo na Capital. Estava prevista a detenção do conselho de ministros, enquanto Azevedo Coutinho assumiria o governo em Lisboa¹⁹⁶¹.

Em Santarém, como se sabe, o coronel Silva Ramos não se mexeu e o enviado de Paiva Couceiro, alferes Luís Valente, foi recebido com alguma frieza porque não lhe reconheceram «idoneidade para tão delicada missão, pela sua pequena graduação»¹⁹⁶². Não espanta que o deflagrar do movimento no Norte, no momento em que a coluna do sul regressava a Lisboa, tenha «surpreendido»

¹⁹⁵⁸ Cf. Arnaldo Madureira, *ob. cit.*, p.

¹⁹⁵⁹ Cf. BNP, ELM, caixa 43, documento manuscrito.

¹⁹⁶⁰ MNE, AHD, 3P, A3, M49, entrevista de Paiva Couceiro ao jornal espanhol *El Sol*, de 27-06-1919.

¹⁹⁶¹ Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 130.

¹⁹⁶² *O Dia*, ano 39, n.º 8823, 26-01-1926, p. 1, depoimento do tenente-coronel Almeida Teixeira.

os comandos monárquicos¹⁹⁶³. Os oficiais enviados por Silva Bastos ao Porto, e que só chegaram a Lisboa no dia 18, ainda enviaram um telegrama cifrado procurando parar a marcha dos acontecimentos¹⁹⁶⁴. António Sardinha também chegou ao Porto, nesse mesmo dia 18 de Janeiro, com o mesmo fito: atrasar a restauração para garantir que o movimento rebentasse simultaneamente em Lisboa e Porto¹⁹⁶⁵. Mas era demasiado tarde. A partida do ministro da guerra precipitara os acontecimentos.

Entretanto, em Lisboa foi declarado o estado de sítio nesse mesmo dia 19 de Janeiro. Tamagnini Barbosa ordenou a Eduardo Pellen, comandante do Corpo de Tropas, que convocasse de urgência os comandos da guarnição pois o governo queria saber «quais as forças com que podia contar em Lisboa»¹⁹⁶⁶. A maioria dos comandantes presentes na reunião, a que não assistiram os tenentes-coronéis Almeida Teixeira e Silveira Ramos, regressados nesse dia de Santarém, entendeu não poder tomar uma posição face aos acontecimentos sem consultar os oficiais das unidades. Ficaria, porém, previamente estabelecido como orientação que o CTGL seria «estranho» ao movimento do Porto ou a qualquer movimento e conservar-se-ia ao lado do governo para «garantia da ordem»¹⁹⁶⁷. Eduardo Pellen apercebeu-se então da «resistência da cavalaria presente»¹⁹⁶⁸.

No dia seguinte teve lugar a segunda reunião, a que faltou apenas o tenente-coronel Silveira Ramos, e nela foi redigido um pacto de neutralidade por proposta do tenente-coronel Álvaro César de Mendonça. De acordo com os termos do pacto, os comandos comprometiam-se a manter a neutralidade política, «formando um bloco para a manutenção da ordem em Lisboa, com o fim de reprimir qualquer assalto da demagogia», e a proteger-se mutuamente de qualquer ataque exterior. Paradoxalmente, reafirmavam a intenção de obedecer apenas ao comando militar. Quanto ao governo, ficava obrigado a não mobilizar forças contra

¹⁹⁶³ *Ibidem*; AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira; AHM, TMEL, n.º de ordem 141, pasta 18, depoimento do tenente-coronel Fernando Coutinho da Silveira Ramos.

¹⁹⁶⁴ Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 131.

¹⁹⁶⁵ Cf. Rodrigues Cavalheiro, «Um Inédito de António Sardinha sobre a Monarquia do Norte», Separata da Revista *Sulco* (n.ºs 15-16), Lisboa, 1968.

¹⁹⁶⁶ Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.*, p. 18; AHM, TMEL, n.º ordem 141, pasta 18, depoimento de Eduardo Pellen, fls. 22-23.

¹⁹⁶⁷ *Ibidem*, pp. 18-19.

¹⁹⁶⁸ AHM, TMEL, n.º ordem 141, pasta 18, depoimento de Eduardo Pellen, fls. 22-23.

o CTGL e a não interferir nos comandos das unidades¹⁹⁶⁹. No dia seguinte, 22 de Janeiro, teve lugar uma última reunião no quartel de infantaria 16, em Belém, para convencer os recalcitrantes Almeida Teixeira e Silveira Ramos¹⁹⁷⁰.

Uma observação mais atenta aos preceitos definidos no pacto não deixa de gerar alguma perplexidade, pois através dele o Corpo de Tropas não se compromete a atacar os revoltosos nem a defender o governo legítimo. As Forças Armadas ficavam assim estranhamente divididas em três campos: o exército monárquico do Norte, o exército republicano do Sul e as forças do exército de Lisboa que não eram republicanas nem monárquicas: eram neutras. Esta ausência de unidade no seio do exército torna evidentes as dificuldades do projecto de restauração para romper com a «ordem republicana». Por outro lado, constituía um indicador seguro do divórcio emergente entre a instituição e o regime, tornando claro que este não podia contar com um exército genuinamente republicano.

A restauração da monarquia foi recebida em Lisboa com apelos inflamados à «união dos republicanos» vindos de todos os quadrantes políticos¹⁹⁷¹. A «rua» começou a movimentar-se de imediato para o Rossio, ao mesmo tempo que cho-viam manifestos em defesa da República, vindos dos partidos republicanos mas também do PS, da UON e de diversos sindicatos. A agitação popular depressa se transformou numa gigantesca manifestação a reclamar a libertação de presos políticos e a exigir armas para combater a ameaça monárquica.

A hesitação de Tamagnini Barbosa e a neutralidade do CTGL eram vistos como ameaça para a república, gerando uma onda de pressão popular para que o governo cedesse armamento à população. Segundo a imprensa, no dia 21 de Janeiro já tinham sido libertados muitos oficiais republicanos, e começava a reclamar-se a organização de forças para atacar os revoltosos. Pressionado pela fúria popular, e reagindo à desconfiança destes sectores, Tamagnini Barbosa acabou por divulgar uma proclamação intitulada «Às armas cidadãos», em que

¹⁹⁶⁹ AHM, TMEL, n.º ordem 148, maço 179, pasta 11, depoimento do tenente-coronel Álvaro César de Mendonça, fls. 22-23.

¹⁹⁷⁰ Cf. Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 22-25.

¹⁹⁷¹ Cf. *A Capital*, 9.º ano, n.º 3008, 21-01-1919, p. 1.

convocava expressamente os civis para uma concentração no Campo Pequeno, local onde lhes seriam distribuídas armas de fogo¹⁹⁷².

No Porto, o major Alberto Margaride, em conversa telefónica com o ministério do interior, estranhava que o movimento «não tivesse repercussões noutras partes do país»¹⁹⁷³. A tirada de estupefacção referia-se naturalmente a Lisboa, de onde se esperava que secundasse o Porto. Em Lisboa, porém, reinava a confusão e a hesitação dos comandos – a maioria era monárquica – que se escudavam no pacto de neutralidade. Aires de Ornelas e João de Azevedo Coutinho recusavam qualquer acto hostil contra a república, seguindo as instruções formais de D. Manuel¹⁹⁷⁴.

É certo que nos quartéis dos regimentos de cavalaria, duas das unidades de Lisboa mais próximas do monarquismo, havia uma febril agitação de grupos civis e polícias desde que eclodira a revolta de Santarém¹⁹⁷⁵. Esses grupos civis eram os mesmos que no consulado sidonista tinham sido utilizados pelos serviços de informação do regime¹⁹⁷⁶, e que teriam contribuído para o sistema repressivo da *República Nova*. Chefiados pelo antigo oficial – e agitador reputado – Júlio da Costa Pinto, do grupo do *Liberal*, os grupos civis, receando talvez represálias, pressionavam os comandos das unidades de cavalaria para um acto de força. A partir de 19 de Janeiro aumentou a concentração de civis nos quartéis de Cavalaria 2 e 4, em Belém, dormindo, alimentando-se e fazendo exercícios juntamente com vários polícias que aí executavam «serviços de vigilância»¹⁹⁷⁷. Em

¹⁹⁷² Cf. Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro*, vol. 1 (1911-1925), Lisboa, Edições Gama, 1945; António José Telo, *ob. cit.*, p. 233; Damião Peres (Dir.), *História de Portugal*, Suplemento I, Lisboa, Barcelos Portucalense, 1954, p. 210.

¹⁹⁷³ Cf. *A Capital*, 9.º ano, n.º 3008, 21-01-1919, p. 2.

¹⁹⁷⁴ AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho.

¹⁹⁷⁵ AHM, TMEL, n.º ordem 130, arquivo 104, pasta 6, Processo de Júlio da Costa Pinto, depoimento do 1.º cabo António Joaquim Santana, ordenança permanente do comandante tenente-coronel Silveira Ramos; AHM, TMEL, n.º ordem 148, maço 179, pasta 11, Processo de Álvaro César de Mendonça, depoimento de dois sargentos do regimento de cavalaria 4.

¹⁹⁷⁶ AHM, TMEL, n.º ordem 148, maço 179, pasta 11, depoimento do tenente-coronel Álvaro de Mendonça, comandante de cavalaria 4.

¹⁹⁷⁷ AHM, TMEL, n.º ordem 141, pasta 18, depoimentos de vários soldados, fls. 9 e 14 v.º.

cavalaria 2, Júlio da Costa Pinto e outros oficiais participaram em várias reuniões com o comandante, tenente-coronel Silveira Ramos¹⁹⁷⁸.

No campo oposto, as movimentações de civis e as manobras de instrução levadas a cabo na praça do Campo Pequeno e no depósito de adidos, onde os estudantes universitários de Lisboa aprendiam o manejo de armas de fogo¹⁹⁷⁹ – formavam-se então os primeiros batalhões de voluntários para combater os réprobos¹⁹⁸⁰ – deram azo a que circulassem informações garantindo que as turbas republicanas se preparavam para atacar os quartéis de Belém e as principais figuras da monarquia¹⁹⁸¹. Os supostos ataques dos grupos radicais provocaram a concentração das principais personalidades monárquicas, como Aires de Ornelas, João de Azevedo Coutinho e outros, nos quartéis de cavalaria, para onde foram conduzidos por se recear a sua captura pela «canalha republicana», como tinha já sucedido com António Cabral¹⁹⁸². Antes dessa concentração, Aires de Ornelas fora chamado ao gabinete de Tamagnini Barbosa e aí afirmou que não autorizara o movimento monárquico, recusando mesmo a autoria do famoso documento contendo o «Go On»¹⁹⁸³.

Nos quartéis de cavalaria, os oficiais discutiam de forma tensa sobre a atitude a tomar. Os jovens oficiais e os civis mais «irrequietos», incluindo os integralistas, reclamavam um movimento de carácter político-militar, defendendo a «ocupação imediata da cidade e dos ministérios»¹⁹⁸⁴. Aires de Ornelas conferenciava com Azevedo Coutinho, expunha-lhe a situação difícil em que se encontrava: repudiava o movimento, mas em face do facto consumado e da pressão de uma

¹⁹⁷⁸ AHM, TMEL, n.º ordem 130, arquivo 104, pasta 6, Processo de Júlio da Costa Pinto, depoimento do 1.º cabo António Joaquim Santana, ordenança permanente do comandante tenente-coronel Silveira Ramos.

¹⁹⁷⁹ Damião Peres, *ob. cit.*, p. 210.

¹⁹⁸⁰ Cf. *A Capital*, 9.º ano, n.º 3009, 22-01-1919, p. 1.

¹⁹⁸¹ Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 45-46.

¹⁹⁸² AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho; AHM, TMEL, n.º de ordem 141, pasta 18, depoimento do tenente-coronel Fernando Coutinho da Silveira Ramos; AHM, TMEL, processo 43/19, depoimento do advogado Fernando Cortez Pizarro Sampaio e Melo.

¹⁹⁸³ AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimentos de Aires de Ornelas e de Tamagnini Barbosa.

¹⁹⁸⁴ Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 46; AHM, TMEL, n.º ordem 72, arquivo 116, pasta 8, depoimento de Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz).

«forte corrente de monárquicos irrequietos», hesitava¹⁹⁸⁵. A tensão aumentava continuamente enquanto se discutiam questões morais e a estratégia que melhor importava naquele momento de crise: «Nos regimentos de Cavalaria de Belém proclamavam-se ardentemente deveres de lealdade e honra; discutiam-se as vantagens de diversas posições, Campolide, Rotunda, Monsanto, mas ainda com o pretexto de defesa própria e das centenas de monárquicos que, ante o perigo, à protecção das suas armas se acolheram»¹⁹⁸⁶. Ainda se alvitrou um gesto forte e determinado, detendo o presidente da república e os membros do governo, mas os comandos recusaram essa possibilidade devido aos compromissos do pacto¹⁹⁸⁷.

No final, os comandantes de cavalaria e da bateria a cavalo de Queluz resolveram ocupar Monsanto, fazendo-se acompanhar pelos chefes monárquicos. Aires de Ornelas e Azevedo Coutinho, porque eram contrários ao movimento, fizeram-no por razões de honra e dignidade política e pessoal¹⁹⁸⁸. Silveira Ramos, Alberto Teixeira e Álvaro Mendonça, os principais comandantes, tinham-se decidido por uma acção defensiva, pois havia informações de que os civis armados se preparavam para atacar os quartéis¹⁹⁸⁹.

O movimento de Monsanto é normalmente descrito como uma rebelião ou revolta monárquica¹⁹⁹⁰ mas essa definição é talvez exagerada em função dos acontecimentos e da estratégia adoptada, conforme procuraremos demonstrar. O tenente-coronel Almeida Teixeira descreveu assim os objectivos de Monsanto: «A principal determinante, pois, da saída do grupo de Bateria de Queluz (grupo a cavalo) do comando do declarante para Monsanto, juntamente com o Regimento de Cavalaria 2 foi essa defensiva, não tendo sido para o Parque Eduardo VII por não querer que partisse do grupo e de cavalaria 2, qualquer hostilidade,

¹⁹⁸⁵ AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho; Hipólito Raposo, *ob. cit.*, pp. 46-49.

¹⁹⁸⁶ Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 48.

¹⁹⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸⁸ AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho.

¹⁹⁸⁹ AHM, TMEL, n.º de ordem 141, pasta 18, depoimento do tenente-coronel Fernando Coutinho da Silveira Ramos; AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira; AHM, TMEL, n.º de ordem 148, maço 179, pasta 11, depoimento do tenente-coronel Álvaro César de Mendonça. Apesar da ameaça, os quartéis nunca foram atacados por civis.

¹⁹⁹⁰ José Medeiros Ferreira, *ob. cit.*, p. 80.

contra forças do Corpo de Tropas e as suas atitudes não serem de revolta. Se o fosse outra teria sido desde princípio a sua acção no comando numa ofensiva de revoltados e certamente mais eficazes do que a defensiva passiva em que se mantiveram»¹⁹⁹¹.

Os comandantes sabiam que era difícil, se não impossível, vencer uma revolta militar sem infantaria. As forças que saíram para Monsanto eram constituídas pelos regimentos de cavalaria 2 e 4, grupo de baterias a cavalo de Queluz, esquadrão de cavalaria 7, baterias de 7,5 cm T. R. da Graça, de artilharia 8 (que estava em Belém por mero acaso), as duas baterias de Belém, 120 praças de infantaria 1 e 100 de infantaria 30¹⁹⁹². Acompanhavam as forças do exército regular os grupos de civis comandados por Júlio da Costa Pinto, num total de cerca de 200 indivíduos armados¹⁹⁹³, enquanto o grosso das forças, todos os corpos de infantaria (1, 5, 16, 30 e 33), os regimentos de sapadores-mineiros, telegrafistas, metralhadoras, baterias de obuses da Ajuda e baterias do castelo de S. Jorge mantinham a sua posição de neutralidade¹⁹⁹⁴.

Parece compreensível, face à disposição das forças, que os oficiais de cavalaria e artilharia não pensassem em entrar em confronto com os seus colegas de infantaria. Os oficiais de cavalaria ainda procuraram convencer o comandante de infantaria 16, Pimenta de Castro, a aderir ao movimento, mas este permaneceu irredutível na sua recusa¹⁹⁹⁵. Infantaria 16 possuía o mais importante armazém de munições e, por isso mesmo, era fundamental em qualquer acção militar levada a cabo na cidade de Lisboa.

Por outro lado, a escolha de Monsanto, repetindo o pronunciamento de João de Almeida, em 23 de Dezembro, não parecia aconselhada para quem pretendia dar um golpe militar. Monsanto era geograficamente indicado para o treino operacional das forças do exército mas tinha muitos inconvenientes militares e estratégicos no caso de um movimento sedicioso. Apesar de ser fácil à sua artilharia lançar fogo sobre Lisboa, era difícil manobrar a cavalaria e resistir a

¹⁹⁹¹ AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira.

¹⁹⁹² Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 33-34;

¹⁹⁹³ Cf. AHM, TMEL, n.º de ordem 130, maço 104, pasta 6, depoimento do 1.º cabo António Joaquim Santana, ordenança permanente do comandante de cavalaria 2.

¹⁹⁹⁴ Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 33-34.

¹⁹⁹⁵ *Ibidem*, pp. 28-32.

ataques perpetrados pela infantaria contrária, defendendo um vasto território irregular¹⁹⁹⁶. Se pretendessem efectivamente ocupar Lisboa e restaurar a monarquia, os oficiais monárquicos instalavam-se na rotunda, como foi alvitrado pelos mais «irrequietos», e determinavam a detenção imediata das autoridades republicanas. Essa detenção encontrava-se facilitada pela concentração do governo em Belém, onde se reunira com Canto e Castro, na noite de 22 de Janeiro¹⁹⁹⁷.

Na prática as operações seguiram um curso diferente. As forças monárquicas avançaram para a Serra de Monsanto «como quem vai para um passeio, apenas com o municiamento individual; sem munições, sem mantimentos, sem água e sem ração para os solípedes»¹⁹⁹⁸. Hipólito Raposo escreveria a propósito que «as tropas haviam subido a Monsanto, mais para a concentração e imediato desfile de um pronunciamento do que para a resistência a ataques prováveis»¹⁹⁹⁹. O *entourage* realista surgiu em Monsanto bem engalanado, «de bengala e luva branca» e conduzido em automóveis particulares, o que reflecte o espírito aristocrático de oficiais e graduados realistas²⁰⁰⁰. Nem parecia que se conduziam para um teatro de operações militares.

Muitos monárquicos haveriam de censurar o erro estratégico de Monsanto porque também não perceberam que o intuito da manobra não visava restaurar a monarquia²⁰⁰¹. «O erro foi ir para Monsanto», sentenciava António Cabral²⁰⁰². Na verdade, o movimento de Monsanto não pode ser interpretado senão como aquilo que realmente foi, um simples e inepto pronunciamento de solidariedade moral e política²⁰⁰³, na expectativa de um eventual sucesso da Junta Governativa. Só em Monsanto, com efeito, Aires de Ornelas estabeleceu o seu Quartel-general, junto à Cruz da Oliveira, prescrevendo para seus ajudantes os integralistas Pequito

¹⁹⁹⁶ Os vários inconvenientes militares foram analisados por Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 36-37.

¹⁹⁹⁷ Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, pp. 46-49; *A Questão Doutrinária, cit.*, p. 14; António Cabral, *ob. cit.*, pp. 415-417.

¹⁹⁹⁸ *Ibidem*, p. 37; Hipólito Raposo, *ob. cit.*, pp. 59-60.

¹⁹⁹⁹ *Ibidem*.

²⁰⁰⁰ *A Capital*, ano 9, n.º 3013, 26-01-1919, p. 2, depoimento do sargento Martins.

²⁰⁰¹ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 12, pasta 14, Relatório de António Sardinha; BNP, ELM, doc. n.º 9006, carta de Júlio da Costa Pinto a Luís de Magalhães, de 12-01-1920.

²⁰⁰² António Cabral, *ob. cit.*, p. 415.

²⁰⁰³ AHM, TMEL, n.º de ordem 148, maço 179, pasta 11, depoimento do ministro da guerra Silva Bastos.

Rebello e conde de Monsaraz e para secretário Hipólito Raposo²⁰⁰⁴. E foi apenas nessa madrugada de 23 de Janeiro, quando soavam os primeiros tiros dos civis que escalavam Monsanto, que a bandeira monárquica foi hasteada por pressão dos monárquicos «irrequietos» «sobre o irresoluto ânimo de Aires de Ornelas». Aqueles entendiam que a honra lhes impunha a definição da situação militar e a solidariedade com o movimento do Norte²⁰⁰⁵. Só então Monsanto se transformou numa revolta monárquica mas, ainda assim, feita de passividade e descrença, pois não existia «qualquer plano de operações»²⁰⁰⁶.

Aires de Ornelas ordenou então que se estabelecesse contacto com o Porto através da estação telegráfica sem fio que o capitão Delfim da Maia ocupara. O telegrama enviado à Junta Governativa do Norte, que o governo interceptou, adulterava deliberadamente a situação das forças monárquicas em Monsanto, afirmando que «quase totalidade guarnição aderiu» e que «quase totalidade Lisboa aclama Monarquia»²⁰⁰⁷. Esta adulteração, que só pode explicar-se por motivos de estratégia militar, com vista a conter o desânimo do Norte, explicará talvez o optimismo desenfreado que durante dias se viveu no Porto, de que a monarquia estava efectivamente restaurada em Lisboa.

Em Lisboa aumentava a histeria antimonárquica, que apodava indistintamente de traidores Aires de Ornelas e todos os oficiais conservadores. O povo republicano expunha publicamente a convicção de que os monárquicos não possuíam qualquer esperança de «vencer a república na cidade de Lisboa»²⁰⁰⁸. A imprensa republicana enchia as suas colunas com manifestações de fé republicana no exército, insistindo que a caserna se encontrava «firmemente ao lado do governo», mas a realidade era bem diferente. Com efeito, o Corpo de Tropas de Lisboa não obedecia ao seu novo comandante, tenente-coronel José

²⁰⁰⁴ Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 52.

²⁰⁰⁵ *Ibidem*, p. 54; AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira; AHM, TMEL, n.º de ordem 141, pasta 18, depoimento do tenente-coronel Fernando Coutinho da Silveira Ramos; AHM, TMEL, n.º ordem 123, pasta 9, depoimento de João de Azevedo Coutinho.

²⁰⁰⁶ Cf. Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 55.

²⁰⁰⁷ AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 424, pasta 4, doc. 234. Veja-se igualmente *A Capital*, ano 9, n.º 3010, 23-01-1919, p. 2.

²⁰⁰⁸ *A Capital*, ano 9, n.º 3010, 23-01-1919, p. 2.

Mendes do Reis²⁰⁰⁹, e manteve-se na sua estranha neutralidade, com excepção de alguns oficiais que isoladamente resolveram juntar-se às forças republicanas que iam atacar Monsanto²⁰¹⁰. O governo de Tamagnini Barbosa encontrava-se nesta situação excepcional de não poder contar com as unidades regulares do exército de Lisboa para atacar os revoltosos, dispondo o comandante Vieira da Rocha de um batalhão da marinha, um grupo de metralhadoras, uma companhia da GNR, parte dos regimentos de Infantaria 1 e 11 e praças dispersas vindas de Infantaria 16. O ministério da guerra viu-se forçado a ordenar a mobilização de forças da 4.^a divisão (Évora), de Infantaria 5 (Lisboa) e de uma bateria de Setúbal, que não chegaram a entrar em operações²⁰¹¹.

Só os incautos podiam estranhar que o governo cedesse à pressão da «rua» para armar civis. Tamagnini foi obrigado a convocar, através do ministério da guerra, grupos de civis armados como os «escuteiros» e os alistados da «Sociedade de Instrução Militar» que já tivessem recebido «instrução com armamento e de tiro»²⁰¹². Do sector operário choviam manifestos a instigar a unidade de operários, republicanos, socialistas e anarquistas no combate feroz contra a «traição monárquica». Um manifesto dos «Condutores de Carroças» fazia apelos veementes ao boicote profissional, suplicando que nenhum dos «Condutores» se colocasse ao serviço da Causa Monárquica²⁰¹³. O governo expendeu ordens aos governadores civis para serem colocados em liberdade imediata «todos os presos políticos e crimes sociais sem restrição de espécie alguma»²⁰¹⁴, facto que não agradou a muitos oficiais do exército²⁰¹⁵.

A ofensiva republicana começou inicialmente com ataques levados a cabo por grupos improvisados de trabalhadores e operários de Lisboa e por um batalhão de marinheiros organizado pelo capitão-de-fragata Afonso de Cerqueira²⁰¹⁶.

²⁰⁰⁹ O tenente-coronel Eduardo Pellen, tido como monárquico, deu parte de doente e abandonou o comando.

²⁰¹⁰ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 58, pasta 7, Relatório do tenente-coronel Vieira da Rocha, comandante das forças republicanas em Monsanto.

²⁰¹¹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 3, nomeadamente os regimentos de infantaria 17, 4 e 33.

²⁰¹² *A Capital*, ano 9, n.º 3010, 23-01-1919, p. 2.

²⁰¹³ *Ibidem*, n.º 3011, 24-01-1919, p. 2.

²⁰¹⁴ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 47, telegrama do governo ao governador civil da Guarda.

²⁰¹⁵ Cf. Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCXCII.

²⁰¹⁶ Cf. Damião Peres, *ob. cit.*, p. 211.

Mais tarde, juntar-se-iam a estas forças vários grupos de revolucionários civis com experiência de combate, como os republicanos radicais do 27 de Abril²⁰¹⁷, dois batalhões académicos e as forças do exército que o governo conseguiu mobilizar. Em Infantaria 16, Gonçalo Pimenta de Castro, apesar da posição neutral, foi entregando as munições que lhe foram requisitadas pelo ministro da guerra, Silva Bastos, e as praças necessárias para ocupar vários pontos de Monsanto²⁰¹⁸.

Do lado dos monárquicos, as manobras militares visavam no essencial a defesa da posição estratégica da Serra. Mas, em pouco tempo, Aires de Ornelas, vendo-se cercado pelas forças republicanas, tomou consciência da diferença de efectivos e «entendeu portanto não prolongar a resistência para além do limite em que a honra das armas estava perfeitamente satisfeita, honra que interessa por igual todos que vestiam a farda do exército português, quer combatessem pela bandeira azul e branca, quer pela republicana»²⁰¹⁹. Com «três oficiais» abatidos, 25 feridos, e grande número de material destruído pelo fogo inimigo e com escassas munições, Aires de Ornelas mandou «içar a bandeira branca»²⁰²⁰. Terminava assim «com honra», mas sem qualquer ponta de glória, o bosquejo de movimento monárquico em Lisboa, e sob a Causa Monárquica descia o labéu da «traição» enquanto centenas de monárquicos recolhiam às prisões²⁰²¹.

O triunfo de Monsanto não significou uma retumbante vitória militar, apesar dos exageros da propaganda republicana, tão flagrante foi a passividade realista, recolhida ao seu instinto defensivo. A sua maior expressão encontra-se nos domínios da ideologia e da propaganda. Significava em primeiro lugar «a vitória da República contra a realeza!», vitória definitiva e legitimadora porque acompanhada de uma reacção que não se dera em 1910. Por outro lado, representava

²⁰¹⁷ Cf. Manuel Inácio Ferraz, *A Jornada de Monsanto em Defesa da República e a Acção do 27 de Abril. Relatório do grande republicano e revolucionário Manuel Ignacio Ferraz*, Lisboa, Centro Republicano 27 de Abril, 1919.

²⁰¹⁸ Cf. Gonçalo Pimenta de Castro, *ob. cit.*, p. 35.

²⁰¹⁹ AHM, TMEL, n.º ordem 92, arquivo 108, pasta 7, depoimento de Aires de Ornelas; AHM, TMEL, n.º de ordem 94, maço 36, pasta 2, depoimento do tenente-coronel Alberto Augusto Almeida Teixeira.

²⁰²⁰ *Ibidem*. Sousa Costa refere que entre monárquicos e republicanos, o conflito de Monsanto se saldou em 39 mortos e mais de 300 feridos. Cf. Sousa Costa, *Páginas de Sangue, vol II - Butiças, Costas & C.ª*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, [s/d], p. 270.

²⁰²¹ Cf. AHM, 1ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1.

a «vitória do povo» na sua expressão popular de Lisboa, com destaque para os revolucionários civis do 5 de Outubro²⁰²².

Finalmente, o triunfo de Monsanto teria como consequência o regresso da República Velha e do sistema parlamentar. A pressão dos sectores republicanos e a «desconfiança» de alguns sectores militares e civis sobre a capacidade do governo para lutar contra a ameaça monárquica, obrigaram Tamagnini Barbosa a apresentar a sua demissão a Canto e Castro, que a aceitou a 26 de Janeiro, tendo apresentado os motivos da sua resolução numa nota oficiosa²⁰²³. O combate à Monarquia do Norte exigia um governo de concentração republicana, apelo que foi produzido pelo directório do *Partido Democrático* num comunicado publicado no *Mundo*, de 25 de Janeiro²⁰²⁴. Para essa árdua tarefa de reconciliação foi escolhido o republicano moderado José Relvas, que tomou posse a 27 de Janeiro. Na sua apresentação ao Senado, a 3 de Fevereiro, Relvas afirmaria que «a sua missão é grande e bem difícil, mas em poucas palavras se resume: subjugar enérgica e rapidamente a revolta monárquica, promover a punição justa e legal de todos os responsáveis por tão criminoso tentativa, restabelecer a normalidade em todo o país e em seguida entregar o regime, salvo e purificado, em mãos que forem competentemente escolhidas para a continuação da obra redentora iniciada apenas em 5 de Outubro de 1910»²⁰²⁵.

4. A «guerra de boas vontades»

Antes que José Relvas desse por terminada a sua missão, Portugal viveu um curto período de guerra civil. O conflito despontou numa época em que a Europa saía de uma guerra à escala mundial. Segundo algumas estimativas, Portugal contava 1341 mortos, 4626 feridos, 1932 desaparecidos e 7740 prisioneiros. Mas estes números estavam longe da terrível mortandade estimada para os

²⁰²² Manuel Inácio Ferraz, *ob. cit.*, p. 11.

²⁰²³ Cf. Damião Peres, *ob. cit.*, p. 214.

²⁰²⁴ Cf. Norberto Ferreira da Cunha, «A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico: Canto e Castro», in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2006, p. 387.

²⁰²⁵ *Diário do Senado*, sessão de 03-02-1919, pp. 14-15.

valores globais: cerca de 8 600 000 soldados pereceram em combate²⁰²⁶. O mundo preparava o pós-guerra na Conferência de Paz, que começou em Versalhes, a 18 de Janeiro de 1919. Portugal participava na Conferência com uma delegação presidida por Egas Moniz, que ainda em vida de Sidónio Pais decidira os objectivos do país em torno do património colonial²⁰²⁷. No final do conflito monárquico-republicano, Afonso Costa acabaria por substituir Egas Moniz na direcção da delegação nacional, mas as negociações de paz não foram favoráveis para os interesses de Portugal. Empurrado para a condição de «beligerante activo com interesses especiais em África», o país ficou impedido de participar em todas as negociações, ao contrário de Espanha, que não entrou na guerra mas assumiu posição nuclear na Conferência.

O conflito ideológico que em Portugal opunha a esquerda republicana e a direita monárquica tinha equivalentes na Europa, na escalada da extrema-esquerda contra os regimes burgueses instalados. Na Alemanha, o ano de 1919 começou com as tentativas da extrema-esquerda para implantar uma revolução bolchevique através da manifestação de cerca de 10 mil revolucionários, apesar dos esforços de Rosa Luxemburgo para evitar a antecipação da revolução. Os conflitos com as forças da extrema-direita tiveram como consequência a detenção de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que foram condenados à morte e executados. A república de Weimar resistia assim aos ataques da revolução bolchevique, mas começava a expor-se demasiado às ameaças das forças de extrema-direita, que cultivavam o militarismo sobre as feridas de guerra e a humilhação de Versalhes.

Em Portugal, a agitação endémica não dava tréguas, e a república teve também mais uma prova de fogo com a curta guerra civil. Mas será rigoroso atribuir ao conflito institucional entre a monarquia e a república a categoria de guerra civil? Apesar de conceptualmente ser difícil de formular, a guerra civil acontece, segundo alguns autores, quando se manifestam quatro características essenciais: a existência de um conflito violento de massas; quando implica duas ou mais

²⁰²⁶ Cf. Martin Gilbert, *ob. cit.*, p. 794, segundo estimativas mínimas. As Potências centrais teriam sofrido 3 500 000 baixas e os aliados 5 100 000. Os números não incluem as vítimas civis: só na Turquia, um milhão de arménios foi massacrado, enquanto o número de civis alemães que perderam a vida ascende a 750 mil.

²⁰²⁷ Cf. Noémia Malva Novais, *ob. cit.*, pp. 136-137.

forças contrárias, uma das quais seja o exército regular que está ao serviço do governo; deve achar-se em ambas as forças uma organização central, mesmo que fruste, que planifique a defesa do território ou o ataque aos inimigos; e, finalmente, as operações armadas devem resultar de prévia planificação, de acordo com uma estratégia global²⁰²⁸.

No confronto monárquico-republicano apenas o primeiro critério não se registou. Apesar das violências praticadas no Norte pelos civis monárquicos, conhecidos por «trauliteiros», a guerra monárquico-republicana não provocou vítimas a uma escala massificada. Mas as guerras civis costumam ser fenómenos de alguma duração e de extrema dureza, o que nos faz questionar a possibilidade de aceitar a categoria de guerra civil para o conflito de 1919, que durou cerca de 25 dias e teve combates de baixa intensidade. Entre as fontes monárquicas da época, o conflito foi sempre identificado como guerra civil, tanto que se esforçaram para que a comunidade internacional lhes atribuisse a condição de forças beligerantes. Para os republicanos, porém, a Monarquia do Norte consubstanciava um acto de revolta contra a autoridade legítima da república e como revolta foi tratada e referida na documentação civil e militar e na propaganda.

A Junta Governativa do Reino iniciou as operações militares na expectativa de que Lisboa a acompanharia na restauração. Entretanto, procurou alargar o território sob o seu domínio para o Norte, Nordeste e Sul, conforme o plano estabelecido: «Militarmente, tratou-se, desde logo, de estender o domínio e soberania da Junta a toda a província de Entre-Minho-e-Douro de forma a garantir a segurança da nossa retaguarda e a estabelecer as comunicações internacionais pela posse da linha fronteiriça do Minho»²⁰²⁹. No Minho, Viana do Castelo não se pronunciou pela monarquia, apesar do seu comandante militar, o coronel Alfredo Dias Branco, simpatizar com a realeza. No entanto, Dias Branco facilitou a entrada triunfante da força comandada pelo capitão Sá Guimarães, que para

²⁰²⁸ Cf. Waldmann, Peter e Reinares, Fernando (Comp.), *Sociedades en Guerra Civil. Conflictos violentos de Europa y América Latina*, Barcelona, Paidós Ibérica, 1999, pp. 27-28.

²⁰²⁹ Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 27.

aquela cidade fora enviada pela Junta Governativa para restaurar o trono, antes de submeter Valença²⁰³⁰.

No flanco leste, importava dominar todo o território de Trás-os-Montes, de forma a encontrar no Douro uma fronteira natural, como «um grande fosso difícil de transpor»²⁰³¹. A resistência de Vila real, Chaves e Mirandela obrigou ao envio de uma coluna, também ela comandada por Sá Guimarães, que bombardeou e tomou Vila Real em 24 de Janeiro e dirigiu um primeiro ataque a Mirandela, mas o seu comandante acabaria ferido²⁰³². Mirandela seria vencida no dia 8 de Fevereiro, já sob o comando do major Rangel²⁰³³.

No Sul e Centro, a monarquia tinha como fronteira os distritos de Aveiro e de Coimbra e nesta região iriam concentrar-se os esforços militares do exército realista. Em Aveiro, João de Almeida não aderiu e deu parte de doente, deixando a cidade entregue a oficiais republicanos que iniciaram imediatamente os preparativos para defender a região das forças inimigas vindas do Porto. Foi convidado para chefiar as forças de defesa o coronel José Domingos Peres²⁰³⁴. Em Ovar foi capturado o governador civil nomeado para Coimbra, Vítor Ribeiro de Meneses, que estava na posse de «proclamações e ordens para as autoridades militares e administrativas dos distritos de Aveiro e Coimbra»²⁰³⁵.

Em Coimbra, o general Fernando Tamagnini retirou o comando a alguns oficiais suspeitos e iniciou os preparativos para se organizar as forças republicanas do Vouga que iriam defrontar a coluna realista. Coimbra era um objectivo estratégico da maior importância para monárquicos e republicanos. Como diria um oficial republicano, «a perda de Coimbra teria uma altíssima significação

²⁰³⁰ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 432, pasta 7, vários documentos oficiais. Esta coluna era constituída por 100 praças do Quartel-general (Porto), 2 peças de artilharia e grupos civis armados. Cf. BNP, ELM, caixa 44, relatório manuscrito posterior a 13 de Fevereiro.

²⁰³¹ Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 27.

²⁰³² *Ibidem*, p. 28; BNP, ELM, caixa 44, relatório manuscrito posterior a 13 de Fevereiro. A coluna de Sá Guimarães foi então reforçada com 200 praças de infantaria 32 (Penafiel) e 2 peças Krupp de artilharia 6 (Gaia).

²⁰³³ Sobre este ataque, leia-se Joaquim Rangel, *Um Episódio da Monarquia do Norte*, Porto, [s/n], 1932.

²⁰³⁴ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 62, maço 1, pasta 1, relatório do Comando Militar de Aveiro; Fernando Tamagnini, «Os Meus Três Comandos», in *ob. cit.*, p. CCXCII.

²⁰³⁵ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 2, Quartel-General das Forças em Operação no Norte, Relatório das Operações; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 4, maço 2, pasta 1.

política para a República»²⁰³⁶, pois a partir dela os monárquicos estariam em condições de controlar toda a linha a norte do Mondego e então preparar as forças para avançar em direcção a Lisboa. Face aos insucessos do movimento nestas cidades, a Junta Governativa viu-se forçada a constituir a coluna do Sul, comandada pelo tenente-coronel Corte Real Machado, com objectivo imediato de conquistar Aveiro²⁰³⁷.

Na região de Viseu e Guarda seria constituída uma terceira coluna, designada «coluna da Beira», que devia evitar o avanço de tropas republicanas para Trás-os-Montes, onde havia resistência de focos afectos ao regime republicano. Viseu aderiu à monarquia por acção da sua guarnição monárquica, em conluio com as principais personalidades realistas da cidade, como o visconde do Banho e o Dr. Luís Ferreira²⁰³⁸, numa região onde predominavam a religião e o trono²⁰³⁹. Quanto à Guarda, o novo comandante da 2.^a divisão, coronel Paulo de Quental, ordenou ao comandante militar desta cidade, a 21 de Janeiro, que prendesse o governador civil republicano e assumisse a autoridade, «fazendo saber ao povo desse distrito que se acha proclamada a monarquia pelo exército, sem efusão de sangue, antes com o maior entusiasmo e alegria por parte de todos»²⁰⁴⁰. Mas a Guarda não se rendeu, deixando as autoridades monárquicas na ignorância de procedimentos futuros²⁰⁴¹. Foi a partir desta cidade, para onde a república deslocou o comando da 2.^a divisão²⁰⁴², que o general Abel Hipólito iniciou o ataque às forças revoltosas.

Foi ainda na vigência do governo de Tamagnini Barbosa, e por ordem do ministro da guerra, Silva Bastos, que se iniciou a organização das forças do exército para combater a Monarquia do Norte, processo que as autoridades dividiram

²⁰³⁶ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 4, maço 1, pasta 1, relatório do Chefe de Estado-Maior da 5.^a divisão, fl. 9.

²⁰³⁷ BNP, ELM, caixa 44, relatório manuscrito posterior a 13 de Fevereiro. Segundo fontes republicanas, a coluna teria cerca de 1400 homens.

²⁰³⁸ Cf. Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 137-138.

²⁰³⁹ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 423, pasta 1, depoimento do tenente-coronel Patrício Xavier de Almeida e Brito, governador civil de Viseu da monarquia.

²⁰⁴⁰ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 396, pasta 13.

²⁰⁴¹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 46, maço 1, pasta 4. O tenente-coronel Patrício Xavier de Almeida e Brito procurou informações sobre a Guarda e concretamente sobre movimentações de infantaria 12 (Guarda) e 14 (Pinhel).

²⁰⁴² AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 1, pasta 2, Diário de Campanha da 5.^a Divisão.

em três fases. A primeira fase teve início a 23 de Janeiro e decorreu até 31 do mesmo mês, data em que supostamente terminou a mobilização das forças que reforçaram os contingentes das divisões envolvidas directamente na reacção republicana, que eram a 2.^a (Viseu) e a 5.^a (Coimbra). Era chefe supremo das forças o general António Augusto de Oliveira Guimarães, comandante da 7.^a divisão, por ser o mais antigo, e estas tinham como objectivo estabelecer a «cobertura ao longo do rio Mondego».

O segundo período estendeu-se entre 1 e 20 de Fevereiro e correspondeu ao período das operações militares, quando as forças em combate estiveram subordinadas ao comando do general Alberto Ilharco, nomeado pelo governo cessante a 26 de Janeiro. A terceira fase correspondeu ao período de 21 de Fevereiro a 12 de Abril, data em que desmobilizou o Quartel-General das Forças em Operações e as divisões mobilizadas regressaram à autoridade do ministério da guerra. Equivaliu ao período de ocupação da região revoltada e à desmobilização²⁰⁴³. No dia 1 de Fevereiro, o quartel-general foi deslocado de Lisboa para o Entroncamento, onde permaneceu até 9 de Fevereiro, tendo avançado até ao Norte à medida que as forças republicanas progrediam no terreno. Regressou a Lisboa, onde desmobilizou, no dia 12 de Abril²⁰⁴⁴.

A mobilização das forças republicanas encontrou muitos entraves e dificuldades que revelam bem o estado comatoso do exército português. Para além da questão do regime a cindir a corporação, o exército contava ainda os problemas relacionados com a participação na I Guerra Mundial. Entretanto, a deflagração de movimentos contínuos, em Santarém e Monsanto, e a neutralidade do Corpo de Tropa de Lisboa agravavam as condições de organização e mobilização de forças fiéis ao governo²⁰⁴⁵, especialmente das unidades de cavalaria²⁰⁴⁶ e artilharia²⁰⁴⁷. Faltavam oficiais para as três armas do exército, o que obrigou o ministério

²⁰⁴³ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 3, Relatório do Quartel-General das Forças em Operações no Norte

²⁰⁴⁴ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 1, pasta 2, Diário de Campanha da 5.^a Divisão, fl. 16.

²⁰⁴⁵ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, relatório do general Alberto Ilharco, comandante em chefe das Forças em Operação.

²⁰⁴⁶ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 25, maço 2, pasta 6.

²⁰⁴⁷ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 28, maço 5, relatório do Quartel-general do Comando de Artilharia.

da guerra a convocar centenas de oficiais aposentados e na reserva²⁰⁴⁸, muitos dos quais «corajosos no combate» mas sem «competência profissional» e sem «dedicação pelos interesses da fazenda e os cuidados pelas tropas»²⁰⁴⁹. A insuficiência de praças obrigaria também à requisição de praças aposentadas e a convocatória de reservas²⁰⁵⁰.

Às dificuldades de mobilização juntavam-se as dificuldades técnicas e de recursos, como cavalos²⁰⁵¹, armas, munições, fardas e alimentos²⁰⁵² que, todas conjugadas, pareciam tornar impossível a organização e mobilização de unidades do exército capazes de combater²⁰⁵³. O governo tinha dado ordem de mobilização às forças das 1.^a e 4.^a divisões do exército, mas esta realizou-se de «forma tumultuária» e apresentou uma «constituição heterogénea» que expressava as dificuldades da corporação militar²⁰⁵⁴. Para suprir a necessidade de reforços, a república estimulava mais uma vez os voluntários civis, organizados e instruídos nas artes da guerra de acordo com o regimento militar, incluindo os batalhões académicos de Lisboa e Coimbra. Os voluntários da república formaram várias colunas, como a Coluna da Liberdade, o Batalhão Verde, a Coluna Vermelha, Legionários da República, etc., formações que o governo acabaria por regulamentar no dia 9 de Fevereiro.

Para se ter uma ideia mais correcta da dimensão do conflito monárquico-republicano, tenha-se em conta que as forças mobilizadas pelos dois exércitos se equivaliam em homens e armamento. O exército monárquico incluía os regimentos das divisões militares de Porto, Braga, parte de Viseu e parte de Vila

²⁰⁴⁸ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 23, maço 1, contendo 3 listas com 833 oficiais apresentados entre as patentes de alferes e tenente-coronel.

²⁰⁴⁹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, relatório do general Alberto Ilharco, comandante em chefe das Forças em Operação.

²⁰⁵⁰ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 52, maço 1.

²⁰⁵¹ Só na área da 1.^a divisão foram requisitados 739 solípedes aos civis. Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 32, maço 4, pasta 3.

²⁰⁵² AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 41, maço 1, pasta 2.

²⁰⁵³ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 52, maço 1, pasta 1, Relatório do comandante da 5.^a divisão, coronel Francisco Gomes: «Iam chegando reforços que se apresentavam, é certo, mas na sua maioria, batalhões sem armamento, sem fardamento e com péssimo calçado, baterias ou divisões com as peças sem funcionar e esquadrões com efectivos diminutos e sem oficiais» (fl. 10).

²⁰⁵⁴ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 13, Relatório do general Alberto Ilharco, Comandante em chefe das Forças em Operação. Segundo o mesmo general, o exército revelava fraquezas ao nível da instrução, educação militar e disciplina.

Real²⁰⁵⁵, acrescidos de um batalhão da GNR do Porto, da Guarda Fiscal e cerca de 2000 civis armados. Quanto ao exército republicano, contava com forças das divisões de Coimbra e Viseu, com os respectivos reforços de Lisboa e Évora, acrescidos também de algumas centenas de civis²⁰⁵⁶.

A guerra civil monárquico-republicana teve apenas alguns episódios mais violentos, e lentamente as forças republicanas foram vencendo e fazendo recuar as tropas realistas. Na região de Viseu deu-se um combate em Juncais que durou 15 horas, no dia 24 de Janeiro, quando as forças republicanas avançavam da região da Guarda em direcção a Viseu²⁰⁵⁷. Após a retirada das forças monárquicas, para esta cidade, as autoridades militares reuniram imediatamente por ordem de Paulo de Quental, chefe de divisão, devido a «que esta cidade se acha cercada por forças superiores ao efectivo da sua guarnição»²⁰⁵⁸. Ficou então decidida a retirada das forças fiéis ao Porto para Lamego, deixando em Viseu parte da unidade de infantaria 34 para «manter a ordem». As instruções dos comandos previam que se entregasse a cidade às forças republicanas «sem que um só tiro se dispare», talvez para evitar situações de perigo para a população da cidade²⁰⁵⁹. Viseu voltaria à forma republicana de governo no dia 25 de Janeiro, por acção dos presos políticos, que logo proclamaram o barrete frígio²⁰⁶⁰. A partir daqui, as forças republicanas prepararam o ataque a Lamego, cidade estrategicamente importante no avanço para Trás-os-Montes e no cerco ao Porto.

Lamego estava sob o comando militar do coronel Ângelo Leopoldo da Cruz e Sousa e a Junta enviou o major Joaquim Rangel para assumir o comando das forças monárquicas. Este encontrou a cidade «em pânico», na iminência de

²⁰⁵⁵ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 27, maço 2, pasta 3. O exército monárquico contou no início do conflito com cerca de 12 mil praças das três armas, cerca de 13 mil espingardas, 2. 650. 000 de cartuchos, 500 granadas e 42 peças de artilharia (38 de campanha e 4 da costa). O número de praças não contempla as reservas que foram convocadas.

²⁰⁵⁶ *Ibidem*. O exército republicano contava, em 11 de Fevereiro, com a mobilização de 12 746 homens armados (mais 3900 da reserva geral e 2350 de tropas não endivisionadas), 2878 solípedes, 66 peças de artilharia e 14 metralhadoras.

²⁰⁵⁷ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, pasta 1, relatório do tenente-coronel Fernando Augusto Freiria.

²⁰⁵⁸ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 396, pasta 13, Acta da Reunião de 25 de Janeiro de 1919, fl. 394.

²⁰⁵⁹ *Ibidem*.

²⁰⁶⁰ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 3, maço 2, pasta 3.

ser atacada por forças inimigas²⁰⁶¹. Rangel revelou então as suas qualidades de comando, determinando a prisão imediata de 20 sargentos que em infantaria 9 mostravam a sua hostilidade à realeza, mas seria desviado para a coluna do Norte, devido ao ferimento com bala que afastou do comando o capitão Sá Guimarães²⁰⁶². Foi substituído pelo antigo conspirador da Galiza, capitão Sousa Dias. Mas este oficial estava longe de possuir as qualidades de comando necessárias e por isso a defesa de Lamego foi ineficaz.

A fraca resistência das forças realistas, comandadas por um oficial sem qualidades de mando e antipático à maioria dos oficiais e da própria população, é sintomática da incapacidade da Monarquia do Norte para sustentar a ofensiva republicana²⁰⁶³. O próprio comandante da coluna republicana, capitão José Martins Cameira, explicaria o insucesso da defesa de Lamego com a falta de «unidade de acção por falta de um comando único» e a inexistência da «crença política, indispensável, nessa conjuntura a alimentar-lhes a fé de vencer»²⁰⁶⁴. Este oficial republicano, escreveu, com evidente exagero, que bastou o bombardeamento da cidade, conquanto a maioria das granadas rebentasse no ar, para colocar em fuga as forças realistas, quando outras fontes referem um combate que durou entre o fim do dia 8 e o início de 10 de Fevereiro²⁰⁶⁵.

Paiva Couceiro ainda acorreu a Lamego, quando a população abandonava a cidade com receio dos confrontos, mas o «comandante» não modificou o estado de espírito do seu exército. A perda de Lamego, a 10 de Fevereiro, foi militar e estrategicamente relevante para o avanço das forças republicanas e fora conquistada após breves escaramuças entre as forças antagonistas e uma retirada desordenada das forças realistas para a Régua, em direcção a Vila Real²⁰⁶⁶.

Na frente Sul, na região de Aveiro, a coluna do tenente-coronel Corte Real Machado oferecia maior resistência. As autoridades militares da república insis-

²⁰⁶¹AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 2, pasta 14, Documentos dos monárquicos.

²⁰⁶² Cf. Joaquim Rangel, *ob. cit.*, pp. 20-21.

²⁰⁶³ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 13, maço 2, pasta 14.

²⁰⁶⁴ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1, José Martins Cameira, *Movimento Insurreccional do Norte em 1919. Subsídios para a sua história*, 1925, relatório não publicado.

²⁰⁶⁵ AHM, 3.ª divisão, 6.ª secção, caixa 403, pasta 9, fls. 274-275.

²⁰⁶⁶ Sobre os combates de Lamego, veja-se AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1, José Martins Cameira, *Movimento Insurreccional do Norte em 1919. Subsídios para a sua história*, 1925, relatório não publicado; Miguel Nunes Ramalho, *ob. cit.*, pp. 121-122.

tiam na necessidade de garantir a cobertura da estrada que ligava Albergaria, Águeda e Coimbra, porque o objectivo central dos revoltosos era ocupar a 5.^a divisão militar²⁰⁶⁷. Os mais relevantes confrontos bélicos tiveram lugar nesta região. Em primeiro lugar em Águeda, durante o dia 27 de Janeiro, quando forças republicanas travaram o avanço dos realistas para Sul, deixando entre as forças inimigas um lastro de «desmoralização». A 29 de Fevereiro travou-se novo combate em Angeja, perto de Albergaria-a-Velha, que durou desde a manhã até à noite, obrigando os revoltosos a recuar.

A partir de então as forças realistas, estacionadas em Estarreja e com o quartel-general em Oliveira de Azeméis, passaram a uma situação defensiva. Limitaram-se a resistir até que o contra-golpe no Porto, de 13 de Fevereiro, obrigou à dispersão das forças da coluna monárquica²⁰⁶⁸.

As incidências militares deste conflito não ficam completas sem uma pequena referência à coluna de Teófilo Duarte. Exaltado sidonista, Teófilo Duarte fora nomeado alto-comissário em Castelo Branco por Tamagnini Barbosa, com o propósito de evitar a adesão da guarnição da cidade ao movimento do Porto. Com a substituição de Tamagnini Barbosa por José Relvas, e a entrega de muitos comandos a políticos e oficiais do republicanismo «demagógico», este oficial revoltou-se e atacou a Covilhã com uma força de 300 homens²⁰⁶⁹. Seguiu depois para a Guarda que arremeteu e ocupou depois de 4 horas de renhidos combates²⁰⁷⁰. O território nacional ficava assim militarmente dividido entre monárquicos, republicanos e sidonistas, pois Teófilo Duarte controlava a região de Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

O comandante da «coluna negra», como ficou conhecida, representava neste conflito o que restava do sidonismo no exército. As suas posições ameaçavam as forças e o abastecimento da coluna do comando do general Abel Hipólito, que era abastecida pela linha férrea da Beira Baixa, o que terá levado José Relvas a enviar emissários a Teófilo Duarte para o trazer para Lisboa. Acusado por muitos

²⁰⁶⁷ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 1, pasta 2, Diário de Campanha da 5.^a divisão militar.

²⁰⁶⁸ *Ibidem*.

²⁰⁶⁹ A coluna teria cerca de 350 praças de infantaria com 80 cartuchos por praça, 2 peças canet, 80 a 90 granadas e reserva de cartuchos para infantaria e uma metralhadora com 3 cunhetes. Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 35, maço único.

²⁰⁷⁰ Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.*, pp. 361-362.

de ter debandado para os monárquicos²⁰⁷¹, Teófilo tentou efectivamente um acordo com eles. Depois de ocupada a Guarda, dando liberdade a todos os prisioneiros monárquicos²⁰⁷², enviou um desses prisioneiros, o Dr. Simões de Carvalho, professor do Liceu de Braga, como emissário a Solari Allegro, informando-o do ultimato que fez ao governo de José Relvas. Esse ultimato previa três condições: uma pensão à família de Sidónio Pais, a substituição do ministro da guerra por um que lhe inspirasse confiança, que seria o irmão de Sidónio Pais, e a manutenção dos comandos do Corpo de Tropas de Lisboa²⁰⁷³. Caso o governo não aceitasse os termos do ultimato, Teófilo Duarte atacaria as forças do general Hipólito. Caso cedesse, era natural que viesse a chefiar uma coluna contra os monárquicos, e por isso queria previamente estabelecer contactos para facilitar um armistício e pôr fim ao conflito monárquico-republicano²⁰⁷⁴. Entretanto, Teófilo Duarte, depois de negociações com José Relvas, que o considerava «um louco»²⁰⁷⁵, acabou preso em Lisboa, supostamente para salvaguarda da ordem pública e da sua própria vida ameaçada pelos radicais²⁰⁷⁶. Este conhecido tenente representava o último arranco do sidonismo na resistência ao avanço dos republicanos vencidos a 5 de Dezembro. Faltava agora vencer os «revoltosos» do Porto para se regressar à *República Velha*.

No plano político, a situação da monarquia restaurada apresentava as mesmas fragilidades que no plano militar. A imprensa do Porto, e especialmente o jornal *Pátria!*, continuava a manobrar a opinião pública, apresentando a vitória do movimento num prazo de «12 a 15 dias». Solari Allegro, autor da profecia, mostrava a capacidade bélica e a superioridade moral das forças realistas como garantia de vitória inequívoca²⁰⁷⁷. Quanto a Lisboa, que constituía afinal o fiel da

²⁰⁷¹ Cf. *Ibidem*, p. 363; AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 35, maço único.

²⁰⁷² AHM, TMEL, Processo 152, pasta 2, carta de um combatente monárquico preso no Hospital Militar da Guarda. Este seguiria depois para o Porto, incorporando-se na força do tenente-coronel Carvalho da Silva que seguiu para Lamego.

²⁰⁷³ Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.*, pp. 363-364; BNP, ELM, doc. n.º 10480, carta de Solari Allegro a Luís de Magalhães, de 08-05-1920.

²⁰⁷⁴ Cf. BNP, ELM, doc. n.º 10480, carta de Solari Allegro a Luís de Magalhães, de 08-05-1920.

²⁰⁷⁵ Cf. José Relvas, *ob. cit.*, vol. 2, p. 93.

²⁰⁷⁶ Cf. Teófilo Duarte, *ob. cit.*, pp. 364-365.

²⁰⁷⁷ *Pátria!*, 27-01-1919, p. 1.

balança nesta contenda, Allegro garantia que a posição das forças na Capital era indiferente ao plano traçado²⁰⁷⁸.

Apesar da propaganda, a realidade era bem diferente. A Junta Governativa do Reino manteve a sua política militar dependente da situação de Lisboa, de onde não chegavam notícias e que supunham vencida. Em conformidade, a Junta decidiu, a 27 de Fevereiro, «prolongar a resistência, enquanto decorressem as negociações diplomáticas» e «sem prejuízo das ofensivas possíveis adoptar uma atitude cautelosa, olhando mais à segurança do que ao avanço, e retirando mesmo se necessário»²⁰⁷⁹. Estes receios e a atitude cautelosa da Junta Governativa decorrem em princípio da consciência sobre a importância central de Lisboa na decisão do pleito, o que transforma a escalada de Monsanto num erro estratégico determinante. Ou decorrem, como sugere Douglas Wheeler, do medo de uma intervenção estrangeira²⁰⁸⁰, o que à luz da documentação monárquica parece pouco provável.

Seja como for, a decisão da Junta coincidiu com a derrota das forças monárquicas em Águeda, quando estas recuaram para posições defensivas. Quanto às «negociações diplomáticas», a Junta Governativa do Reino terá procurado, através do cônsul inglês no Porto, a arbitragem da Inglaterra para resolver a contenda de «forma pacífica». O projecto monárquico, até hoje desconhecido, previa que, com a mediação da Inglaterra, se estabelecesse um «armistício imediato entre as forças monárquicas e republicanas» e se resolvesse «pacificamente o conflito»²⁰⁸¹. Mas o objectivo central da intervenção diplomática da Inglaterra devia conduzir à realização de um plebiscito que resolvesse definitivamente a questão da forma do Estado em Portugal, sendo reclamada a intervenção de D. Manuel em Londres²⁰⁸².

A questão das munições e armamento, abordada na sessão da Junta Governativa, mostra que as forças do exército realista tinham problemas em abastecer as suas tropas. Para o ministro dos negócios estrangeiros da Monarquia do

²⁰⁷⁸ *Ibidem*.

²⁰⁷⁹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 61, maço 2, pasta 11, Sessão da Junta Governativa do Norte de 27 de Janeiro de 1919.

²⁰⁸⁰ Douglas L. Wheeler, *ob. cit.*, p. 222.

²⁰⁸¹ BNP, ELM, caixa 49, documento manuscrito sem autoria.

²⁰⁸² BNP, ELM, doc. n.º 9434, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 14-02-1919.

Norte, Luís de Magalhães, a resolução do conflito estava dependente das munições, pois «os depósitos esgotavam-se lentamente, sem se renovarem» e o teatro de operações revelava-se «demasiado vasto»²⁰⁸³. A Junta enviou entretanto uma comissão a Madrid, no início de Fevereiro, constituída pelo coronel João Gomes Espírito Santo, tenente-coronel Mário de Aragão e capitão Joaquim Vilas Boas, para resolver o problema da «pouca quantidade de artilharia e de munições»²⁰⁸⁴. As diligências feitas em Madrid mostram que as informações recolhidas pela república, através de soldados aprisionados ou indivíduos fugidos do Porto, de que a Espanha abastecia a restauração de armas e munições não eram verdadeiras²⁰⁸⁵.

No dia 29 de Janeiro, Luís de Magalhães partiu numa viagem diplomática a Madrid, pois tinha informações que davam como certa a presença de D. Manuel em Espanha. Ainda assim, é provável que a viagem também estivesse relacionada com a questão do abastecimento do exército²⁰⁸⁶. A verdade é que na altura surgiram informações que indicavam como objectivo central da sua viagem uma derradeira tentativa para envolver Espanha no esforço de restauração, pedindo audiências ao conde de Romanones e ao próprio Afonso XIII²⁰⁸⁷. A imprensa mais radical, como o *Mundo*, recuperava as acusações de que o movimento monárquico se armava e financiava com dinheiro estrangeiro e segundo processos «jesuíticos» que imputavam a Espanha²⁰⁸⁸. Hipólito de La Torre Gómez mostrou já como a comunidade internacional hostilizou o movimento monárquico, apesar da Junta Governativa afirmar publicamente que contava com o apoio da Inglaterra²⁰⁸⁹. Não era verdade. O governo inglês não apoiava a restauração «por respeito [ao] actual regime em Portugal, declarando, além disso, que, por prematuro, prejudica gravemente [a] causa monárquica e não tem a aprovação do rei»²⁰⁹⁰.

²⁰⁸³ BNP, ELM, doc. n.º 12063, carta de Luís de Magalhães a D. Manuel, sem data.

²⁰⁸⁴ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 61, maço 2, pasta 11, Sessão da Junta Governativa do Norte de 27 de Janeiro de 1919.

²⁰⁸⁵ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 12, maço 1, pasta n.º 3.

²⁰⁸⁶ BNP, ELM, doc. n.º 9434, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 14-02-1919.

²⁰⁸⁷ Cf. *A Questão Dinástica. Documentos Para a História mandados coligir pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1921, pp. 16-17; Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 73-76.

²⁰⁸⁸ Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 64.

²⁰⁸⁹ Idem, *Ibidem*, p. 43.

²⁰⁹⁰ Idem, *Ibidem*.

Quanto à atitude de Espanha, o estudo das relações da Monarquia do Norte com Madrid, já realizado por Torre Gómez, mostra como a Junta Governativa parecia acreditar que era possível um reconhecimento de Madrid. A imprensa espanhola contribuiu para a elaboração de uma realidade que não tinha correspondência com que se passava em Portugal. Quem lesse jornais em Madrid ou na Galiza ficava com a impressão de que o sucesso da empresa era inevitável e que Lisboa não poderia resistir a um «movimento monárquico nacional»²⁰⁹¹. Na impossibilidade de fazer regressar o trono, vaticinavam que Portugal sofreria às mãos do terror subversivo imposto por «republicanos e bolcheviques»²⁰⁹².

Enquanto manobravam a opinião pública espanhola, os realistas esperavam que os contactos de partidários bem colocados no Paço de Madrid pudessem atrair a simpatia de Afonso XIII para a sua Causa. Mais tarde, alguns referiram-se às «facilidades prometidas pelo Paço»²⁰⁹³.

Estamos em condições de asseverar que D. Manuel, cuja política recusava a restauração por via revolucionária, e que condenou a restauração de 1919 como um «crime que se cometeu em Janeiro contra todas as minhas instruções e ordens»²⁰⁹⁴, procurou salvar a «Monarquia Nova» do fracasso global²⁰⁹⁵. Na sua estada em Madrid, que ocorreu entre 29 de Janeiro e 10 de Fevereiro, Luís de Magalhães escreveu ao monarca explicando a grave situação das forças monárquicas e solicitando a intervenção do antigo monarca em três assuntos candentes. A natureza dessas diligências revela o sentimento de falência da restauração do trono. Essas diligências tinham que ver com o reconhecimento internacional da beligerância dos revoltosos, a negociação de um plebiscito com a intervenção da Inglaterra e o esforço para garantir o «reconhecimento das honras de guerra aos monárquicos vencidos»²⁰⁹⁶.

Na carta a Luís de Magalhães, em que reiterava o repúdio pelo «nefando crime», feito «num momento de excepcional gravidade, durante a conferência

²⁰⁹¹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 39, pasta 10, vários recortes de jornais espanhóis.

²⁰⁹² *Ibidem*.

²⁰⁹³ Hipólito de La Torre Gómez, *ob. Cit.*, p. 65.

²⁰⁹⁴ António Cabral, Cabral, António, *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1933, p. 207.

²⁰⁹⁵ Vejam-se os vários telegramas trocados com uma personalidade em Espanha, em *A Questão Dinástica, cit.*, pp. 14-15.

²⁰⁹⁶ BNP, ELM, doc. n.º 9434, carta de D. Manuel a Luís de Magalhães, de 14-02-1919.

de paz», D. Manuel referiu-se à questão do armamento, lamentando que se implantasse o trono «não estando preparados com as armas e munições que são a base duma revolução»²⁰⁹⁷. No entanto, escreveu a propósito: «Quanto à questão das armas e munições compreende o Luís de Magalhães e igualmente o deve compreender a Junta do Porto que me é absolutamente impossível fazer, nessa questão, a menor coisa, em vista sobretudo da situação internacional. Mas já escrevi ao rei de Espanha pedindo-lhe que fizesse tudo o que pudesse para auxiliar os meus amigos; expus-lhe rapidamente a importância vital que esta questão tem para a Espanha»²⁰⁹⁸.

À data em que foi escrita a carta, 14 de Fevereiro, já a república tinha sido restabelecida no Porto. Mas era impossível qualquer intervenção de Madrid, pois o governo espanhol, através de Romanones, tinha afirmado no congresso que dera instruções para que se evitasse qualquer atentado contra Portugal a partir de território vizinho²⁰⁹⁹. O próprio Luís de Magalhães negou qualquer contacto com políticos espanhóis no sentido de ser reconhecida a beligerância aos revoltosos porque Espanha «nenhuma resolução tomaria sobre o assunto sem prévio acordo com a Grã-Bretanha»²¹⁰⁰. Isto explica a importância que Luís de Magalhães depositava na diligência que solicitou a D. Manuel, instando-o a intervir junto da corte londrina.

Apesar das orientações de Madrid, que ordenavam a rigorosa proibição do trânsito de armas e alimentos e a detenção de qualquer indivíduo que participasse em manobras contra o governo de Portugal, as autoridades das regiões fronteiriças continuavam a proteger os monárquicos²¹⁰¹. Já depois de terminada a «guerra civil», centenas de homens foram recebidos em território espanhol, onde as autoridades locais, civis e militares, tudo fizeram para prestar auxílio aos foragidos²¹⁰².

A ausência de intensidade combativa impeliu um oficial republicano a descrever a guerra civil como «uma guerra de boas vontades»: «Muito bem se chamou

²⁰⁹⁷ *Ibidem*.

²⁰⁹⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹⁹ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, p. 43.

²¹⁰⁰ Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 75.

²¹⁰¹ Cf. Hipólito de La Torre Gómez, *ob. cit.*, pp. 66-67.

²¹⁰² Joaquim Rangel, *ob. cit.*, pp. 43-50.

a esta breve campanha (uma espécie de manobras livres, pelas insignificantes perdas que as tropas da República sofreram, pois que os revoltosos pouca resistência opuseram) uma guerra de boas vontades»²¹⁰³. O conflito desenrolou-se sem grande dureza, com a passividade das forças monárquicas e a falta de munições a facilitarem o avanço da república e o desenlace veloz do conflito. Exceptuando-se alguns confrontos, em Águeda, Angeja, Albergaria-a-Nova, Estarreja e Mirandela²¹⁰⁴, esta última pela intensidade dos bombardeamentos, a campanha saldou-se pela existência de 6 mortos e 27 feridos em combate, do lado republicano, num total de cerca de 150 mortos²¹⁰⁵.

Por outro lado, o desfecho da guerra civil teve o contributo da «boa vontade» de alguns oficiais da Guarda Real que, ante a perspectiva da derrocada, depois das derrotas de Estarreja e Oliveira de Azeméis, se transformaram de novo em Guarda Nacional Republicana²¹⁰⁶.

O contra-golpe republicano foi facilitado pelo facto de o Porto se encontrar quase desguarnecido de tropas. No dia 13 de Janeiro, encontravam-se na capital do reino a Guarda Real, uma companhia de infantaria 18 (cerca de 100 praças), duas companhias de reservistas de infantaria 8 e 9, a polícia e os grupos civis²¹⁰⁷. As autoridades policiais, cuja capacidade repressiva e anti-revolucionária marcará o mundo conservador da época, estavam ausentes. Solari Allegro partira para missão delicada, a 6 de Fevereiro, com destino à Guarda, onde foi com o fito de persuadir Teófilo Duarte a passar-se para o campo monárquico²¹⁰⁸. Ainda deixou directivas para não se transferirem os oficiais presos no Aljube e para se prender o coronel Djalme de Azevedo, então envolvido em acções revolucionárias²¹⁰⁹, mas não foi obedecido²¹¹⁰. Quanto a Baldaque Guimarães, o conhecido comissário da polícia, fora demitido por pressão de oficiais da Guarda Real, os mesmos que

²¹⁰³ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 4, maço 1, pasta 1, Relatório do Chefe de Estado-maior da 5.ª divisão, major Henrique Pires Monteiro.

²¹⁰⁴ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 1, pasta 2, «Diário de Campanha» da 5.ª divisão militar.

²¹⁰⁵ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 5, pasta 3; *Ibidem*, pasta 2, «Diário de Campanha» da 5.ª divisão militar; Douglas Wheeler, *ob. cit.*, p. 223.

²¹⁰⁶ Campos Lima, *O Reino da Traulitânia. 25 dias de reacção monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, p. 114.

²¹⁰⁷ BNP, ELM, caixa 44, documento manuscrito com «apontamentos posteriores a 13 de Fevereiro».

²¹⁰⁸ BNP, ELM, doc. n.º 10480, carta de Solari Allegro a Luís de Magalhães, de 08-05-1920.

²¹⁰⁹ Cf. Campos Lima, *ob. cit.*, pp. 110-111.

²¹¹⁰ BNP, ELM, doc. n.º 10480, carta de Solari Allegro a Luís de Magalhães, de 08-05-1920.

exigiram a Paiva Couceiro a transferência dos prisioneiros do Aljube para o governo civil, devido a maus tratos, e que o governador civil, conde de Mangualde, atrasou tanto quanto pôde²¹¹¹.

O golpe teve origem na movimentação de alguns oficiais que entretanto haviam regressado da frente Sul. Entre eles estava o capitão Novais e Silva, de cavalaria 9, que combateu em Oliveira de Azeméis e era oficial em «quem se tinha a maior confiança não só pela suas repetidas afirmações monárquicas mas ainda por ter sido um antigo preso político monárquico em 1912»²¹¹². Novais e Silva sintetiza o perfil de muitos oficiais monárquicos que patrocinaram a restauração mas que, ante a inevitabilidade da derrocada, começaram a conspirar, coadjuvando o capitão Sarmento Pimentel. Ainda se estabeleceram medidas de prevenção de 12 para 13 de Fevereiro, sob suspeita de que a Guarda Real se manteria neutra em caso de revolta. As afirmações do comandante da Guarda, Major Carlos Borges, de que a corporação lhe era totalmente fiel, impediram medidas de prevenção mais rigorosas²¹¹³.

Na manhã de 13, a Guarda Real iniciou a revolta contra a monarquia quase sem confrontos, enquanto na Serra do Pilar as peças troavam fogo sobre o Quartel-general. Ainda se tentou uma resistência com Infantaria 8, vinda de Braga, mas esta unidade possuía apenas 40 praças, não tinha oficiais no quartel e não dispunha de munições suficientes²¹¹⁴. Apenas o regimento de infantaria 20 e cavalaria 9, e os civis que ocupavam o Éden Teatro, opuseram alguma resistência mas, com poucas forças, isolados e sem comando, nada podiam fazer²¹¹⁵.

Aos monárquicos não restava alternativa senão a rendição. Os oficiais republicanos, próximos do *Partido Democrático*, tomaram imediatamente conta dos comandos militares: o coronel Alfredo Djalme de Azevedo ocupou o comando da 3.^a divisão, o coronel Carlos Ferreira Costa o comando da GNR e o coronel

²¹¹¹ BNP, ELM, doc. n.º 7056, carta do Conde de Mangualde a Luís de Magalhães, sem data.

²¹¹² BNP, ELM, caixa 44, documento manuscrito com «apontamentos posteriores a 13 de Fevereiro»; BNP, ELM, caixa 45, Relatório de Satúrio Pires intitulado «O 13 de Fevereiro de 1919», fl. 4.

²¹¹³ BNP, ELM, caixa 45, relatório de Satúrio Pires intitulado «O 13 de Fevereiro de 1919»; AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 425, pasta 8, depoimento de Eurico Satúrio Pires.

²¹¹⁴ BNP, ELM, caixa 45, relatório de Satúrio Pires intitulado «O 13 de Fevereiro de 1919»

²¹¹⁵ Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 43-45. No Éden, os ataques dos civis republicanos e da renomada GNR fizeram alguns mortos.

José Tristão Pais de Figueiredo ocupou o regimento de artilharia 6²¹¹⁶. No governo civil e corporação da polícia, os lugares de chefia foram ocupados por oficiais republicanos que se encontravam detidos desde o sidonismo. Haveria de repetir-se o fenómeno da restauração: como por mimese, a república reinstalou-se nos territórios ocupados, por simples intervenção dos grupos de republicanos civis que se foram apoderando das repartições públicas²¹¹⁷.

As principais figuras da monarquia, que então se encontravam no Porto, foram detidas: Luís de Magalhães, o visconde do Banho, o conde de Azevedo e o coronel Artur Silva Ramos. Solari Allegro já se encontrava em Espanha e Paiva Couceiro, que a 12 de Fevereiro partira para junto das forças da coluna do Sul, estacionadas em Oliveira de Azeméis, acabaria por deambular pelo Porto e Minho, disfarçado, até conseguir passar a fronteira na Galiza. Por essa altura, as acções militares não tinham ainda terminado na região de Trás-os-Montes. A coluna da Beira, comandada pelo tenente-coronel Carvalho da Silva, encontrava-se na Régua quando se deu o contra-golpe no Porto. Ainda se deslocou para Vila Real com o objectivo de se unir à coluna do major Joaquim Rangel para atacar Chaves mas, estranhamente, esta coluna decidira atacar Bragança na presunção de que a coluna de Vila Real era suficiente para ocupar Chaves²¹¹⁸. Chegou a Bragança no dia 14 e voltou a restaurar a monarquia na cidade, enquanto as forças republicanas acudiam a Mirandela.

Em Vila Real era entretanto restaurada a república e a coluna do tenente-coronel Carvalho da Silva desmobilizou e seguiu para Espanha por Soutelinho, depois do comandante ter distribuído os fundos que trouxera da capital de distrito²¹¹⁹. Conhecedor de tais factos, Joaquim Rangel reuniu os oficiais e decidiu obter uma autorização das autoridades espanholas para entrar no país. Atravessou a fronteira no dia 20 de Fevereiro, depois de abandonar todo o armamento da coluna em território nacional. Terminava assim simbolicamente a *Monarquia Nova* em Portugal.

²¹¹⁶ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 17, processo n.º 17, doc. 1.

²¹¹⁷ A. Ferreira Soares, *ob. cit.*, p. 86.

²¹¹⁸ AHM, TMEL, Processo 152, pasta 2, depoimento de combatente emigrado; Joaquim Rangel, *ob. cit.*, p. 263.

²¹¹⁹ Cf. José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 264.

A Monarquia do Norte, enquanto manifestação de violência política, não pode ser devidamente compreendida fora da longa e conturbada conjuntura que começou com o regicídio em 1907 e que teve continuidade durante a república. A incapacidade dos republicanos de adequar o seu projecto à estrutura social e cultural do país, ou de transformar essa estrutura, e a constante luta pelo Poder, geraram um fenómeno de violência política continuada. A inexistência de consenso sobre os valores, os símbolos, as crenças e até os rituais da república explicam a predisposição para o conflito ideológico²¹²⁰.

A Monarquia do Norte, na medida em que resultava do conflito, ficou também caracterizada pelas violências praticadas pelos grupos de civis, na sua vingança destruidora. Os «trauliteiros» da realeza sucediam assim à «formiga branca» e à «formiga negra». A violência política instituíra-se como resultado do ódio entre sectores político-sociais que se foi aprofundando ao longo dos anos. Na região da Régua, vários testemunhos de vítimas dos «trauliteiros» denotavam esse rancor excessivo de grande carga política e ideológica, em frases como «Abaixo os republicanos – corte-se-lhes o pescoço – morram os Afonsos»²¹²¹.

Se uns adoptaram os crimes políticos como instrumento de defesa do regime, os adversários foram acumulando raivas e antipatias viscerais que rebentaram quando a conjuntura se tornou mais favorável, como aconteceu com o de- zembrismo, depois o juntismo e a restauração. Repare-se que os grupos de «trauliteiros» eram constituídos por antigos conspiradores perseguidos pelos republicanos, muitos tinham sido presos e condenados na sequência dos movimentos do Norte de 1911 e 1912²¹²². Essas pretéritas perseguições eram usadas como instância justificativa para as «vinganças políticas» sobre os seus antigos carrascos²¹²³. Rocha Martins descreveu assim a situação de Lamego: «Lamego era um baluarte monárquico recolhido preciosamente ante as investidas democráticas. Ali tinham passado tormentos os realistas que jamais desanimaram. As suas casas assaltadas, os seus moradores conduzidos sob prisão, coisa alguma

²¹²⁰ Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito. Ensaios de Sociologia Política*, Lisboa, Gradiva, 1992, p. 15.

²¹²¹ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 401, pasta 3, fl. 94.

²¹²² AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 411, pasta 4, fl. 197; AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 401, pasta 3, fls. 17-18.

²¹²³ *Ibidem*; António Cabral, *ob. cit.*, p. 419; Sousa Costa, *ob. cit.*, pp. 286-287.

levava de desistir a sua fé o dr. Rufino Osório ligado, desde há muito, com Paiva Couceiro. Grandes dissabores sofrera, ferinos ódios alcançaram essa dedicação. Cada vez que havia um triunfo demagógico em Lisboa ali se fazia sentir contra os monárquicos que depois marcavam generosidades quando apareciam os conservadores governando»²¹²⁴.

Os perseguidos de ontem constituíam o essencial dos grupos civis de defesa da *Monarquia Nova*, tanto no Porto como nas principais cidades e vilas onde o espírito monárquico-religioso das populações estava mais acentuado, como Braga, Vila Real, Viana do Castelo, Régua e Bragança. Estes grupos formaram-se com o beneplácito e a incitação do ministro do reino, Solari Allegro, que forneceu instruções precisas às autoridades locais para a «criação imediata de um grupo de voluntários para defesa da Causa Monárquica», grupo que devia ser municiado com armamento. Nas instruções do já célebre comissário da polícia de Sidónio Pais, determinava-se a detenção imediata de todas as «autoridades suspeitas». Numa orientação que legitimava a mais desbragada violência, Allegro mandava «empregar a máxima violência, que poderá ir até ao último extremo, contra todos aqueles que se insurjam com o regime restaurado»²¹²⁵. Estava desta maneira legitimado e consagrado o homicídio de adversários políticos, prática que na monarquia restaurada teve alguns executantes de mérito reconhecido. Sousa Costa, no livro *Páginas de Sangue*, deixou gravados alguns desses crimes contra a vida humana praticados no distrito de Vila Real, perpetrados por criaturas medonhas com alcunhas cuja fama derrubou fronteiras regionais, como o «cabo faca»²¹²⁶.

O confronto político-partidário dava azo a abomináveis crimes de sangue, que deixavam os seus autores na mais absurda impunidade. Na noite de 16 de Outubro de 1918 ficou famoso o ataque sinistro a 150 prisioneiros políticos, episódio conhecido como «leva da morte», de que resultou o homicídio de seis indivíduos, incluindo o visconde da Ribeira Brava, e ferimentos em outros 60²¹²⁷. No final de Janeiro de 1919 foi também assassinado o monárquico Jorge

²¹²⁴ Rocha Martins, *ob. cit.*, pp. 143-144.

²¹²⁵ Documento publicado por Manuel Caetano de Oliveira, *Durante a Monarquia dos Trauliteiros. Depoimento duma Vítima*, Porto, Tipografia Sequeira, 1919, pp. 49-51.

²¹²⁶ Cf. Sousa Costa, *ob. cit.*, pp. 285-309. Veja-se também A. Ferreira Soares, *ob. cit.*, p. 11; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixas 35 e 56, maço único. No Tribunal Militar Especial do Porto existem vários processos com acusações de assassinato político mas o júri nunca deu como provados esses crimes.

²¹²⁷ Cf. Sousa Costa, *ob. cit.*, pp. 245-250.

Camacho, antigo chefe do Estado-Maior da Galiza. Recolhido a Serpa, sua terra natal, depois da amnistia de Sidónio Pais, foi preso e acusado de tentar restaurar o trono no Alentejo. Jorge Camacho foi assassinado quando chegava a Lisboa, no momento em que uma multidão ululante vituperava os presos à saída da estação de comboio, no Terreiro do Paço²¹²⁸.

A violência não era exclusiva de ideologias e agremiações partidárias, mas traduzia as contradições da difícil mudança para as democracias modernas, em sociedades marcadas pelas solidariedades patriarcais e pelo fanático personalismo político. O terror era então o recurso daqueles que se encontravam na posse do Poder, varados pela paixão ideológica, e que exerciam o crime sob a protecção das autoridades.

Para além dos crimes contra pessoas, foram cometidos muitos crimes contra o património, através de actos de vandalismo e destruição. No Porto, Régua, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, nos centros urbanos e em muitas aldeias foram incendiadas casas, derrubadas pontes, arrasadas quintas, jornais e centros partidários republicanos e até património público. Os crimes e a violência eram praticados por grupos de civis que à sua passagem deixavam um lastro de destruição²¹²⁹. Mas persistem inúmeros relatos de destruições praticadas por colunas militares, como teria acontecido com a coluna de Joaquim Rangel²¹³⁰, ou na ocupação de Vila Real²¹³¹. Não se julgue, porém, que a *vis* destruidora era apanágio dos monárquicos, porque a violência não se exercia em regime de monopólio. As colunas republicanas rivalizavam com as monárquicas nos ataques à propriedade privada²¹³².

No Porto formaram-se vários grupos de civis armados que tinham como incumbência patrulhar as ruas, vigiar, realizar buscas e prender os mais «perigosos»

²¹²⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 273-274.

²¹²⁹ Cf. A. Ferreira Soares, *ob. cit.*, p. 11; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 56, maço único; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 35, maço único;

²¹³⁰ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 46, maço 2, pasta 4.

²¹³¹ AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 35, maço único, telegrama de Chaves, em 4 de Fevereiro 1919.

²¹³² AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 55, pasta 1, José Martins Cameira, *Movimento Insurreccional do Norte em 1919. Subsídios para a sua história*, 1925, fl. 239.

republicanos, eliminando todas as ameaças à «Monarquia Nova»²¹³³. Entre essas agremiações radicais ficou famosa aquela que era conhecida como o «grupo do Éden». Verdadeira polícia especial do regime, o grupo do Éden foi constituído pela Junta Governativa, por iniciativa do ministro do reino Solari Allegro, que convidou vários cabecilhas para dirigir a organização. O grémio securitário tinha uma organização simples mas hierárquica que dependia do ministério do reino: era constituído por vários chefes e contava cerca de 264 indivíduos, todos assalariados, que recebiam o estipêndio diário de um escudo – pago pessoalmente por Solari Allegro - e operava no Porto, Santo Tirso e outras localidades limítrofes. Como base de operações foi escolhido o Éden Teatro²¹³⁴.

A associação de «trauliteiros» procedia a operações de vigilância, fazia buscas a residências para recolher armas e objectos simbólicos, como bandeiras republicanas, e detinha jurisdição sobre os republicanos que fossem suspeitos de conspirar contra a monarquia. No Éden foram então praticadas muitas violências contra os prisioneiros, que eram interrogados, torturados e espancados com «cavalos-marinhos», «bengalões» e «tiras de pneumáticos»²¹³⁵. Apesar das atrocidades, houve depois exageros provocados pela propaganda republicana, que apontava a existência de esqueletos e a utilização macabra de um piano tocado por uma Luciana Vilar, expediente que visava impedir que se ouvissem os gritos e gemidos dos torturados²¹³⁶.

Mas os grupos de segurança pública e defesa da monarquia não se confinaram à cidade do Porto. Na Régua, um corpo de cem indivíduos armados fazia a segurança da vila e assegurou a sua defesa enquanto não chegaram tropas regulares, sendo a sua diligência muito elogiada pelas autoridades locais²¹³⁷. Ao

²¹³³ Campos Lima identificou vários desses batalhões de voluntários civis: S.P.S.P. – Salvem a Pátria – Sidónio Pais; Batalhão Académico do Porto, de estudantes das escolas; Batalhão Realista do Porto, de populares; Batalhão dos Voluntários da Rainha, com a elite da sociedade monárquica; Batalhão dos Voluntários da Galiza, com antigos conspiradores; Grupo de Voluntários de Santo Tirso. Cf. *ob. cit.*, p. 54-55.

²¹³⁴ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 411, pasta 4, depoimento de Alfredo Gonçalves Camacho, «pagador geral do Éden teatro».

²¹³⁵ AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 431, pasta 7. Veja-se, ainda, Campos Lima, *ob. cit.*, pp. 61-63.

²¹³⁶ Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 63-64. Segundo o testemunho de vários membros do Éden, existiu um piano até ao dia 25 de Janeiro, tocado para «entretenimento» pelos «trauliteiros» e que o proprietário removeu para evitar a sua destruição às mãos dos «inexperientes» pianistas. Cf. AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 411, pasta 4.

²¹³⁷ Cf. AHM, 3.^a divisão, 6.^a secção, caixa 407, pasta 1.

abandonar a vila, o grupo de segurança pública praticou inúmeros crimes contra pessoas e bens, entre os quais se conta o incêndio do asilo²¹³⁸.

Entretanto, a vitória dos republicanos fez mudar a coloração ideológica dos sicários do crime, mas a violência não mudou de tom. As ruas do Porto passaram a ser alvo de intensas patrulhas de civis inflamados, que invadiram centenas de habitações na caça dos «trauliteiros», visando «exterminar fraternalmente a raça dos talassas»²¹³⁹. Gaspar de Abreu, que foi obrigado a refugiar-se para escapar à fúria dos radicais, escreveu nas suas memórias que do seu esconderijo ouvia a gritaria que resultava dos ataques republicanos em Santa Catarina, «onde uma horda atacava furiosamente uma casa, donde partiam gritos de socorro, que nós, bem tristemente lhe não podíamos prestar»²¹⁴⁰. A acção de vigilância mantinha a cidade do Porto apertada num véu de terror, pois ninguém podia sair da cidade sem possuir «salvo-conduto ou bilhete de livre trânsito»²¹⁴¹.

Em Lisboa, a vitória sobre a monarquia facilitou o regresso da *República Velha*. Os republicanos começaram por exigir a dissolução do parlamento de zembrista e organizaram um comício no Coliseu dos Recreios onde estiveram como oradores Estêvão Pimentel, Cunha Leal, Ramada Curto e Costa Júnior, que amplificaram aquela exigência popular. A multidão deslocou-se depois para o ministério do interior, onde o ministro Domingos Pereira expressou as divergências entre o governo e o parlamento na defesa da república. A presença da polícia haveria de acirrar a manifestação dos populares. Os ataques à esquadra da polícia provocaram 3 mortos e 40 feridos²¹⁴². No dia seguinte, foi atacado o batalhão de infantaria 33, aquartelado no castelo de S. Jorge, tido pela população como monárquico e germanófilo. A fúria dos ataques fica bem patente nos 9 mortos e 100 feridos no confronto²¹⁴³.

²¹³⁸ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 55, pasta 1.

²¹³⁹ Gaspar de Abreu, *ob. cit.*, p. 170. As casas de figuras odiadas da restauração, como Solari Allegro, Alberto Margaride – este não teve participação directa nos acontecimentos porque esteve doente e acamado – e muitos outros, foram assaltadas e completamente destruídas. Cf. *Na Morte de Sidónio Pais (Com uma nota referente ao actual momento político em Portugal)*, Tuy, Tipografia Regional, 1919, p. 43.

²¹⁴⁰ Gaspar de Abreu, *ob. cit.*, p. 169.

²¹⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 185.

²¹⁴² Cf. Damião Peres, *ob. cit.*, p. 216.

²¹⁴³ Cf. Sousa Costa, *ob. cit.*, p. 312.

Aos poucos, a corrente republicana radical foi eliminando do Poder os resquícios do dezembrismo. Os ministros sidonistas demitiram-se do governo de José Relvas, gesto repetido por Egas Moniz quando tomou conhecimento de que se preparava a sua substituição à frente da delegação da Conferência de Paz, por Afonso Costa. O governo entrou em crise e apresentou a demissão a 27 de Março. Os colégios eleitorais foram então convocados para 13 de Abril, dando uma vitória esmagadora aos democráticos.

O novo governo, presidido pelo democrático Domingos Pereira, desencadeou de imediato um processo de depuração nas instituições políticas e no exército, corporação que se pretendia dotada da mais excelsa «fé republicana»²¹⁴⁴. Para além das demissões políticas e da emigração, em números difíceis de coligar²¹⁴⁵, centenas de militares ocuparam as masmorras do regime, à espera de julgamento²¹⁴⁶. Mas a desconfiança face à fidelidade do exército aumentava de tom, levando os executivos republicanos a reorganizar e a reforçar a capacidade bélica da GNR. Apesar dessa reorganização das forças repressivas, os meses e anos seguintes seriam marcados pela agitação permanente, pela intolerância e pelas perturbações sociais, com greves e manifestações constantes que transformaram Lisboa numa cidade anárquica.

Quanto ao movimento monárquico, apesar das centenas de prisioneiros²¹⁴⁷, não desarmou. Os sidonistas apareciam agora conluiados com os monárquicos que não tinham sido apanhados nas malhas da justiça. Formaram-se então vários comités revolucionários que, segundo as autoridades, preparavam uma nova vaga de perturbações. Um dos comités militares mais activos estaria sediado em Coimbra²¹⁴⁸.

²¹⁴⁴ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 2, pasta 14.

²¹⁴⁵ Um panfleto sidonista, publicado na emigração, referia a existência de 850 oficiais demitidos ainda por José Relvas, e 9600 funcionários públicos, entre os quais cerca de 3000 professores que foram desligados do serviço. Os números, que exigem algumas cautelas, foram publicados no opúsculo *Na Morte de Sidónio Pais (Com uma nota referente ao actual momento político em Portugal)*, Tuy, Tipografia Regional, 1919, p. 43.

²¹⁴⁶ Segundo dados oficiais de 19 de Setembro, encontravam-se detidos 593 militares, entre soldados, cabos, sargentos e oficiais. Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1.

²¹⁴⁷ Segundo dados oficiais, de 19 de Setembro, estavam nos cárceres da república 533 civis relacionados com a restauração. Juntamente com os 593 militares, estariam presos 1196 indivíduos. Muitas centenas tinham seguido para a emigração e alguns tinham conseguido evadir-se da prisão. Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 1, pasta 1.

²¹⁴⁸ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, maço 2.

Em Abril, Teófilo Duarte encetou os preparativos para um movimento político-militar que agregava as duas correntes, conduzido a partir da sua prisão, no Forte da Trafaria, onde cedo começou a ser introduzido armamento²¹⁴⁹. Apanhados os fios da trama revolucionária, Teófilo Duarte justificou as conexões com uma surpreendente predisposição para defender a república e a «legalidade» do governo de Domingos Pereira, que ele acreditava estar ameaçado por uma revolta de natureza conservadora. De acordo com o seu próprio depoimento, Teófilo Duarte deu instruções para que «desde que tal acto de força começasse a ter execução, todos os oficiais sidonistas, monárquicos, liberais e conservadores, enfim, que não concordassem com tal acto de violência deviam recusar-se a colaborar em tais acções, opondo-se-lhes, pelo contrário na medida do possível; que, todos os elementos se unissem a mim onde quer que tivessem conhecimento que eu me encontrava, que naturalmente iria para Sapadores Mineiros, visto ser a unidade em que os oficiais eram tidos como conservadores; que o nosso lema era por enquanto abstrair por completo qualquer acção sidonista e concentrarmo-nos em Belém a fim de evitar golpe de força sobre a pessoa do Presidente e do governo»²¹⁵⁰.

Na mesma altura, vários relatórios militares e policiais davam conta de estranhas cumplidades entre sidonistas, monárquicos, «operários sindicalistas e bolchevistas» e «despeitados republicanos», com o fito de provocar «distúrbios próximos com o fim de estabelecer confusão, assaltos, prisões, e libertar prisioneiros políticos»²¹⁵¹. Apesar de paradoxal e improvável, tais maquinações previam a preparação de uma greve geral ou rebentamento de um movimento «bolchevique» que depois os monárquicos controlariam com o «pretexto de extinguir a anarquia que atribuirão à República»²¹⁵². Haverá algum exagero nestes relatos, mas a verdade é que estavam identificados vários focos de conspiração monárquica que o desastre não abalara. As suas movimentações estavam controladas pelas autoridades que reconheciam que, isolados dos grupos radicais de esquerda, os adeptos do trono não representavam uma ameaça grave²¹⁵³.

²¹⁴⁹ Cf. *Ibidem*, carta da Polícia de segurança do Estado, 11-04-1919.

²¹⁵⁰ AHM, TMEL, Processo n.º 41/19, pasta 17.

²¹⁵¹ Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 62, maço 2.

²¹⁵² Cf. AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 54, pasta 2. Veja-se ainda caixa 52, pasta 2 e 58, pasta 3.

²¹⁵³ AHM, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 52, pasta 2.

Em Espanha, os exilados continuavam a conspirar com a conivência das autoridades provinciais e locais. Apesar das mudanças operadas nas relações entre Portugal e Espanha, cada vez mais próximas de um compromisso ibérico, a verdade é que as cidades da Galiza e Madrid continuaram a ser percorridas por conspiradores. Em Madrid, Paiva Couceiro formara um comité que revelava grande actividade política²¹⁵⁴, auxiliado agora por partidários de D. Jaime, do partido carlista²¹⁵⁵. Em Vigo havia um grupo de cerca de 600 emigrados, acompanhados de vários oficiais de referência dentro do movimento realista²¹⁵⁶. As autoridades militares das províncias fronteiriças, as autoridades consulares da Galiza e alguns presidentes de câmara davam conta das movimentações dos chefes realistas em Espanha, na organização de grupos e na compra de armas para um novo movimento²¹⁵⁷. É provável que houvesse algum exagero nestas informações. Contudo, a partir do Verão de 1919, o governo de Madrid deu ordem aos emigrados portugueses para abandonarem as posições fronteiriças, sinal inequívoco da sua presença incómoda para as autoridades espanholas, empenhadas agora em aprofundar as relações bilaterais entre os dois países²¹⁵⁸. Por outro lado, porque havia informações sobre emigrados que vagueavam em algumas cidades da Galiza, alguns «pedindo esmola e outros socorro»²¹⁵⁹.

Concomitante ao movimento monárquico-sidonista, os sectores operários, incluindo a UON, iam preparando a «revolução social», contando para o efeito com ligações internacionais, especialmente em Madrid, e aproveitando o clima de instabilidade nas forças de segurança e no exército, provocado pela guerra civil e pelas mudanças políticas²¹⁶⁰. As autoridades portuguesas e espanholas, conhecedoras das movimentações operárias, iam acompanhando as actividades

²¹⁵⁴ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 51, maço 2, pasta 2.

²¹⁵⁵ *Ibidem*, informação dos serviços de espionagem; AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 51, maço 1, pasta 1.

²¹⁵⁶ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 13, pasta 6, carta de Boaventura de Matos, alferes de infantaria 18.

²¹⁵⁷ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixas 51, 52, 54.

²¹⁵⁸ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 51, maço 2, pasta 2, Informação do Posto de Elvas, 24-08-1919; Informação do adido português em Madrid, de 12-10-1919.

²¹⁵⁹ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 52, maço 2, pasta 2, Informação do consulado de Portugal em Ourense, 3 Abril de 1919.

²¹⁶⁰ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 51, maço 2, pasta 2, carta apreendida em 29-03-1919.

dos conspiradores «bolcheviques» e do movimento monárquico-sidonista que supostamente se organizara com o «pretexto salvar pátria perigo iminente»²¹⁶¹.

Em rigor, esconjurado o «perigo monárquico», começava um período marcado por uma nova ameaça para a república, que vinha da extrema-esquerda, dos sectores operários radicais e do sindicalismo. Este vasto segmento político-social iniciava os preparativos para a Revolução, organizando greves e manifestações que ameaçavam Lisboa e o país. Em Maio, um incêndio deflagrou no edifício dos correios, seguido de «assaltos e roubos»²¹⁶², enquanto vários manifestos foram distribuídos pela população. Segundo o governo, um dos manifestos proclamava «a revolução social» e excitava o «incêndio de edifícios públicos».

A ameaça da extrema-esquerda, que quase subverteu Portugal entre 1919 e 1921, agora sob a égide aparente da Internacional comunista²¹⁶³, tornava inócuo o «perigo monárquico». Apesar de algumas movimentações isoladas, a Causa Monárquica perdera força política. Depois da prisão e julgamento dos principais dirigentes, os monárquicos beneficiaram de uma larga amnistia em 1921²¹⁶⁴. A fractura política e ideológica introduzida pelo Integralismo Lusitano abriu fendas difíceis de colmatar. Mesmo o Pacto de Paris não evitou que se acendesse o divisionismo interno da Causa Monárquica. Separados pela estruturante «questão doutrinária», pela «questão dinástica» e por mil intrigas, os adeptos da coroa continuaram a combater a república pela pena e no parlamento, para onde foram elegendo alguns deputados e senadores.

A derrota do Porto e Monsanto eliminou as aspirações violentas de mudança das instituições e a contra-revolução viu-se reduzida à sua dimensão mais ideológica e doutrinária. Mas mesmo essa haveria de conformar-se com o programa da Ditadura Militar e depois da «Nova Ordem» criada por Salazar e pelo Estado Novo, onde a maioria dos monárquicos acabou por acomodar-se. Como diria mais tarde Joana Magalhães, a filha de Luís de Magalhães, ao Almirante Américo

²¹⁶¹ Cf. AHM, 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 51, maço 2, pasta 2, telegrama do Cônsul de Tui, de 16-03-1919.

²¹⁶² *A Capital*, n.º 3108, 03-05-1919, p. 2. No dia seguinte, um outro incêndio provocado por presos terá destruído completamente uma ala do Limoeiro.

²¹⁶³ Cf. 1.^a divisão, 37.^a secção, caixa 51, maço 2, pasta 2.

²¹⁶⁴ Sobre o julgamento da Junta Governativa, leia-se Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 81 e ss; BNP, ELM, caixa 45, documentos para a defesa de Luís de Magalhães e do conde de Azevedo.

Tomás, o Estado Novo representava «uma vitória - que já não era a nossa Causa, era a da nossa Pátria»²¹⁶⁵.

²¹⁶⁵ BNP, ELM, carta de Joana Coelho de Magalhães a Américo Tomás, de 29-08-1965. O antigo oficial Alfredo Albuquerque escreveu também sobre a Ditadura Militar: «Agora para que não se imagine que estou contra a ditadura, isto é, guerreando-a, devo dizer que Deus nos livre ela caia; temos a obrigação de a defender de alma, vida e coração» [BNP, ELM, doc. n.º 2297, carta de Alfredo Albuquerque a Luís de Magalhães, de 18-08-1929].

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCLUSÃO

O livro que agora se aproxima do termo deixa transparecer um destino diferente para os dois planos da contra-revolução monárquica. Se o falhanço da contra-revolução política e militar é rotundo ao cabo de nove anos de combate intensíssimo às instituições republicanas, a ideologia da contra-revolução manteria a sua vitalidade em Portugal, em disputa com outros fenómenos de direita radical. Em Portugal, como bem viram alguns ideólogos da «Revolução Nacional», como João Ameal, a experiência ditatorial ou «Nova Ordem» tinha também os seus alicerces teóricos na contra-revolução, que ele então prescrevia como «Revolução ao contrário».

Num primeiro plano, o insucesso da contra-revolução terá demonstrado (ou confirmado) ao país a impossibilidade monárquica. Regime falido em 1910, a realeza tinha em D. Manuel um herdeiro debilitado pela agonia do regime e pelos ataques impetuosos do republicanismo e do anarco-sindicalismo. D. Manuel ainda se empenhou na restauração do trono, mas viria a desinteressar-se da empresa, por descrença no valor e na qualidade dos seus apaniguados, com quem manteve um conflito aceso e permanente. O ressurgimento monárquico teve a sua génese na monarquia derrubada. As figuras de proa da reacção monárquica procederam das dissidências, enquanto os políticos dos partidos dominantes acorreram a transitar para o novo regime, numa vaga adesivista que suscitou grandes conflitos e perturbações. A reacção monárquico-clerical e a própria Causa Monárquica ficaram a dever a sua vitalidade a personalidades da envergadura de Luís de Magalhães, Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, Aníbal Soares e tantos outros. Todos haviam militado na agremiação de João Franco, carregando depois o mesmo fermento reformista já visível na monarquia liberal,

de matiz elitista e conservador, que estabeleceu as premissas ideológicas da primeira reacção.

As condicionantes da acção política do movimento monárquico não residem apenas na ausência de liberdades e nas perseguições que, durante largos períodos, impediram a organização e a propaganda do ideário realista. A ausência de lideranças políticas e militares eficazes, as múltiplas estratégias, a dispersão de forças e meios impediram a organização política da Causa Monárquica e a restauração do trono. No plano da propaganda, não foi possível à Causa devolver à monarquia a aura de legitimidade histórica. Na substância, os discursos da legitimidade viveram dos erros e das dificuldades da república, alimentaram-se das causas que os sectores mais radicais do regime escolheram para determinar a sua modernidade, como o laicismo e a secularização. A estratégia da reacção passou por explorar essas fraquezas e debilidades, beneficiando da imobilidade que marcava a estrutura sócio-económica e cultural e que as elites conservadoras continuaram a controlar durante décadas.

Apesar de nem sempre valorizada pela historiografia, a oposição monárquica criou muitas dificuldades ao regime e contribuiu para açodar o ambiente de intolerância e de crime. Foi muito evidente a estratégia monárquica de estimular as dificuldades conjunturais do regime para o enfraquecer e atacar, impedindo assim a criação de uma ambiente de paz favorável ao progresso e à constituição de uma verdadeira comunidade política. Numa primeira fase, aproveitando o descontentamento do vasto sector conservador com a política religiosa da república, agitou os quartéis e manobrou e enfureceu as populações que se levantaram contra o governo, em acções concertadas com membros do clero. Contribuiu também para as dificuldades de reconhecimento do regime pelas potências internacionais e para a existência de uma permanente tensão nas relações diplomáticas com a vizinha Espanha.

Numa segunda fase, com a política de beligerância, no quadro da Grande Guerra, acirrou as paixões político-partidárias e contribuiu para uma vasta campanha de descrédito dos políticos e das instituições republicanas. Não é possível, como se tem feito até aqui, continuar a subestimar os efeitos políticos e militares e as tensões e perturbações sociais provocadas por um movimento constante de conspiração e de propaganda aguerrida, mesmo com a vigilância dos grupos radicais e da censura quase permanente. A violência da I república não pode

compreender-se fora da constante luta pelo Poder que as diferentes facções, incluindo as monárquicas, protagonizaram, instigando o ódio e o confronto numa sociedade consumida por contrastes, entre uma província conservadora e a Lisboa progressista e radical.

Não pode também estranhar-se que as «ditaduras» de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais tenham na génese o descontentamento da corporação militar, muito açulada por conspiradores perseverantes. Os dois movimentos ditatoriais beneficiaram do contributo originário dos monárquicos que os ampararam, emprestando-lhes pessoal político e legitimando a sua acção no debate político-ideológico, na imprensa, nos comícios e na conferência. É certo que a grei azul e branca vislumbrou nas duas ditaduras o prenúncio de um movimento de restauração da realeza, procurando por todas as vias instrumentalizar o Poder e viabilizar os seus intentos políticos. Na prática, provocou um conflito com os sectores radicais do republicanismo que agravou as tensões e o combate político, terminando ambos em violência grave: o governo de Pimenta de Castro expirou com a revolução de 14 de Maio e a restauração pereceu irremediavelmente após uma curta guerra civil. A ameaça monárquica durante este período também tornou patente a impossibilidade de se vir a instaurar em Portugal uma república democrática de cariz conservador, projecto que o presidencialismo sidonista esteve mais próximo de configurar.

No plano da política de subversão, a reacção monárquico-clerical compreendeu muito cedo que só a intervenção do exército poderia lograr restaurar o trono em Portugal. Todo o trabalho de subversão, incluindo as incursões monárquicas, visava provocar uma intervenção do exército, cuja legitimidade se tinha como inatacável. Mas as manobras continuadas para que o exército instaurasse uma ditadura militar, ainda que visando o trono, contribuíram para a formação de um imaginário político que aos poucos atribuiu à corporação militar uma aura messiânica, antipolítica, antipartidária e nacional. Esse imaginário político não pode conceber-se sem a acção subversiva dos monárquicos, civis e militares, que durante anos minaram os quartéis e a oficialidade, inundando-os de propaganda e instigando-os à agitação contra a república. Se nem todos os oficiais realistas cultivavam a defesa da monarquia, pelo menos aprofundaram o desprezo pela república e seus governantes.

Os diferentes movimentos e pronunciamentos militares que caracterizaram o país entre 1911 e 1926, a maioria falhados, tiveram o contributo de muitos oficiais

monárquicos que conseguiram evitar qualquer exposição política, manobrando na sombra dos gabinetes. Alguns desses oficiais de referência, como Sinel de Cordes, só na década de vinte viriam a assumir papel fulcral na ruptura da corporação militar com o regime. Os pronunciamentos militares da década de vinte parecem estar na continuidade dos projectos de intervenção militar elaborados durante anos pelos monárquicos, muitos dos quais não passaram de vagas congeminções entre oficiais sem preparação ou predisposição revolucionária. A diferença entre 1919 e 1926 é que a monarquia deixara entretanto de constituir um projecto viável para parte substancial da corporação, apesar de alguns oficiais continuarem a manter viva a esperança. A Ditadura Militar pretendia assumir-se, segundo alguns dos seus corifeus, como movimento patriótico que visava a «Revolução nacional» e a reorganização do Estado sob a égide de valores mais conservadores, e muitos oficiais relacionaram esse movimento com o intervencionismo militar de 1918-1919.

A restauração da monarquia, em 1919, foi também uma imposição do exército através de um pronunciamento militar, como parece ter ficado suficientemente demonstrado, e não uma simples revolta monárquica. Ainda assim, teve o mérito de revelar a profunda divisão da sociedade portuguesa, divisão marcada por valores e sistemas políticos antagónicos que impediam qualquer esforço de consensualidade. Enquanto o Porto representava a reacção monárquico-clerical da província conservadora, Lisboa ostentava a resistência progressista e radical do republicanismo urbano. A curta guerra civil atestava a inexistência de um consenso ideológico em torno de qualquer dos regimes em disputa, tornando evidente que só pela violência seria possível manter a «ordem política» estabelecida. O exército estava dividido e aos realistas faltava um general que comandasse as tropas e se impusesse à nação.

As diferentes clivagens político-sociais identificadas na introdução a este livro foram devidamente instrumentalizadas pela reacção monárquico-clerical. Se a questão do regime praticamente definiu – para regressar vagamente apenas em 1926 e durante o Estado Novo – a questão da secularização e a polarização entre o campo e a cidade parecem ter beneficiado os séquitos realistas no combate ao regime. Se não significou uma mudança de instituições, teve o mérito de contribuir para o fracasso da I República e para a sua derrocada final em 1926. Essa acção dissolvente ficou bem patente durante a Guerra, quando o sector

mais aguerrido alimentou e manteve uma verdadeira máquina de propaganda e de combate político-militar, numa época em que a tática aconselhou verdadeiros conluíus com a oposição republicana para a formação de uma frente de unidade contra a *União Sagrada*.

Na prática, o período conturbado do fim da guerra, vincado pelo sidonismo, juntismo, monarquia do norte e por múltiplos outros movimentos militares e conspirações, mostrou a necessidade da república operar uma reforma do seu sistema político-partidário. Modificou-se a constituição da república no sentido de permitir a dissolução do congresso pelo presidente da república e dissolveram-se os três partidos políticos do regime, que se pulverizaram em novas agremiações políticas. Mas a derrota da monarquia no Porto, se eliminara as ambições restauracionistas dentro da corporação militar, não afastou todos os oficiais monárquicos. Muitos continuaram a minar a relação de (des)confiança entre a estrutura e o regime político.

No plano ideológico, o período contribuiu para a formação de um novo conservadorismo, com a transformação operada no seio dos antigos liberais, e para a expansão do nacionalismo monárquico. Os debates doutrinários travados entre o conservadorismo liberal e o ressurgimento tradicionalista das novas gerações não interessam apenas ao estudo do movimento monárquico. Não erraremos muito considerando que o confronto ideológico da I república deve inserir-se na crise da evolução dos sistemas liberais para as democracias contemporâneas. A reacção monárquico-clerical traduz a recusa do mundo conservador, marcado pelo domínio das elites oligárquicas, face à emergência de sociedades cunhadas pela ascensão das massas. Não estranha que tanto os conservadores como os tradicionalistas de vários matizes partilhassem o mesmo horror à democracia, vista como degeneração colectiva, e exaltassem a desigualdade social como condição natural dos indivíduos. Para a retórica contrária, a república significava a assunção das massas «ignorantes» que eles cunhavam de «república dos sapateiros». A república dos «sapateiros» prova que o novo regime também promoveu a ascensão das classes médias e favoreceu a formação de novas elites, ainda que pautadas por relações tensas com o campo conservador. Não espanta que os discursos da reacção centrassem a sua atenção nas questões da «desordem» social que imputavam aos sistemas igualitários, como a república portuguesa.

Quanto ao movimento monárquico, as suas propostas ideológicas vagueavam entre a monarquia constitucional e a monarquia tradicionalista. A restauração

monárquica de 1919, ao repor a Carta Constitucional de 1826, provocou uma tensão ideológica que teve o mérito de aprofundar a polémica em torno da chamada «questão doutrinária», que já então minava as relações entre os diferentes segmentos da realeza. O resultado dessa polémica consistiu na vitória definitiva dos princípios conservadores, congregando os novos e os velhos, incluindo D. Manuel, na hostilidade aos velhos preceitos do liberalismo político.

É certo que houve algum esforço por parte do grémio liberal, e em especial de Luís de Magalhães, para actualizar o conceito de tradição, procurando afirmar o liberalismo como a nova tradição do século XX, com as suas conquistas políticas irreversíveis. Mas mesmo este liberalismo conservador tornara-se algo hostil aos valores da democracia e da igualdade política. Configurava antes de mais um liberalismo travestido pela ideologia conservadora e por isso revelava-se tendencialmente antimoderno. A querela ideológica entre os antigos e os novos monárquicos tornou evidente que a evolução da direita monárquica se produziu no sentido de reforçar as posições antiliberais, marcadas pelo antiparlamentarismo, pelo antipartidarismo e pelo repúdio do individualismo. A generalização das soluções orgânicas e corporativas, incorporadas por todas as tendências realistas, revela o contributo da contra-revolução monárquica – e não apenas do Integralismo Lusitano – para a vulgarização desta forma de representação antidemocrática. No global, o pensamento político dos diferentes segmentos monárquicos, apesar das diferenças entre conservadores e tradicionalistas, contribuiu para a formação de um imaginário autoritarista que, mesmo que distante do totalitarismo, não negou o seu apoio às soluções ditatoriais que se impunham em Portugal e na Europa.

Noutro plano, os debates doutrinários do campo monárquico contribuíram para o reforço do imaginário simbólico-cultural do nosso século XX, caracterizado pelo nacionalismo. Em primeiro lugar, concorreram para o sonho imperialista de uma nação que estabelecia a sua identidade a partir desse desígnio colectivo de civilizar. Se o discurso decadentista contribuiu na Europa para explicar a crise das democracias, em Portugal forcejou as «paranóias regeneradoras» que sonhavam com uma nova «Idade do Ouro». Este determinismo rácico, que vislumbrava no liberalismo e na democracia a ruptura com a missão histórica de colonizar, impunha uma política inequivocamente expansionista. O esforço doutrinário protagonizado por políticos, intelectuais e especialmente oficiais africanistas,

alimentou a ideologia nacionalista e exaltou os valores patrióticos que acabariam por determinar o imaginário ideológico de boa parte do século XX. Portugal surgia na sua retórica como «Nação Imperial», o que implicava a sua participação na Grande Guerra, vista por alguns como «catástrofe regeneradora» e por todos como «Revolução conservadora». Como seria de esperar, a retórica nacional-imperialista reforçou a crítica à ideologia liberal, entendida como incompatível com projectos colectivos e com os valores patrióticos.

O estudo da contra-revolução e da direita monárquica, se revela a impossibilidade monárquica em Portugal, expõe todavia a formação de um vasto sector político-social dominado pelo conservadorismo filosófico e ideológico. Do confronto parece ressuscitar o conflito secular entre Revolução e Contra-Revolução, entre modernidade e tradição. O mundo conservador, que partilhava da utopia regressiva, parecia imbuído de uma nostalgia do passado que impediu a recepção de todas as transformações sociais que apontavam no sentido da democracia moderna. Com a derrota da Monarquia do Norte, a direita monárquica sacrificava a sua existência como alternativa de Poder e de sistema político em Portugal. Mas a legitimidade republicana e os ideais democráticos saíram muito feridos deste conflito ideológico com a contra-revolução e o mundo conservador.

(Página deixada propositadamente em branco)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1. Arquivo

Arquivo Distrital da Guarda

- Fundo do General João de Almeida

Arquivo Histórico-Militar

- 1.ª Divisão, 33.ª Secção, cx. 2, Movimentos revolucionários.
- 1.ª Divisão, 34.ª Secção, cxs. 1 a 10, Incursões monárquicas.
- 1.ª Divisão, 35.ª Secção, cxs. 1262, 1263 e 1279, Movimentos Revolucionários, Insubordinações Militares.
- 1.ª Divisão, 36.ª Secção, cx. 13, «Movimentos monárquicos».
- 1.ª Divisão, 37.ª Secção, 62 cxs., «Monarquia do Norte».
- 3.ª Divisão, 6.ª Secção, Tribunal Militar de Celorico de Basto, 1912.
- 3.ª Divisão, 6.ª Secção, Tribunal Militar do Porto, 1919-1921.
- 3.ª Divisão, 6.ª Secção, Tribunal Militar Especial de Lisboa, 1919.
- 3.ª Divisão, 7.ª Secção, Processos Individuais de Oficiais.
- 2.º Tribunal Militar Especial de Lisboa, caixas 159 e 166.

Arquivo Histórico-Diplomático

- Intenções Monárquicas, 1911 (3P, A 28, M 153 e 153A).
- Refugiados Políticos e outros (3P, A3, M716).
- Revoluções em Portugal (3P, A3, M11, M12, M49, M716).

Biblioteca Nacional de Portugal – Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC)

- Espólio de Aires de Ornelas.
- Espólio de Luís de Magalhães.
- Espólio de Paiva Couceiro.

496

Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo

- MI, DGAPC, SP, Correspondência Recebida (1910-1919).
- MI, DGAPC, Juízo de Investigação de Crimes de Rebelião (1911-1912).
- Fundo Particular de José de Arruela.
- Fundo Particular de João de Azevedo Coutinho.

1. 2. Impressas

Publicações oficiais

- Diário da Assembleia Constituinte*, 1911.
- Diário da Câmara dos Deputados*, 1911-1919.
- Diário do Senado*, 1911-1919.
- Ordem do Exército*, 1910-1919.

Periódicos

- A Acção Tradicionalista Portuguesa*, 1921.
- Acção Realista* (Lisboa), 1924-1926.
- Actualidade* (Braga), 1918-1919.
- Aléo*, Boletim quinzenal de 'Edições Gama' (Lisboa), 1944
- A Capital* (Lisboa), 1910-1919.
- O Correio* (Porto), 1913.
- Correio da Manhã* (Lisboa), 1910-1911; 1921-1927.
- A Democracia (Diário Republicano da Manhã)*, (Lisboa), 1911.
- O Dia* (Lisboa), 1910-1919.
- Diário Ilustrado* (Lisboa), 1910-1911.
- Diário da Manhã* (Lisboa), 1914.
- Diário Nacional* (Lisboa), 1916-1919.
- Diário de Notícias*, 1910-1911.

Ecoss do Minho (Braga), 1918-1919.
El Correo de Galicia (Santiago de Compostela), 1910-1912.
O Grito do Povo (Porto) 1910-1913.
A Ideia Nacional (Aveiro), 1915.
Ilustração Católica, 1918-1919.
Instituições Christãs (Coimbra), 1883.
Jornal da Noite (Lisboa), 1915.
O Liberal (Lisboa), 1910-1911, 1916-1919.
A Liberdade (Porto), 1918-1919.
Lusitânia (Lisboa), 1914.
O Nacional (Lisboa), 1915.
A Nação (Lisboa), 1911-1917.
A Ordem (Lisboa), 1918-1919.
A Ordem (Porto), 1918-1919.
Papagaio Real (Lisboa), 1914.
Pátria! (Porto), 1917-1919.
Patria Nova. Semanario Monarchico Académico (Coimbra), 1911-1912.
Portugália, n.º 1, Nov. 1925.
O Povo da Beira (Tábua), 1911.
A Restauração (Lamego), 1914-1915.
Revista Católica (Viseu), 1918-1919.
O Século (Lisboa), 1918-1919.
Serviço d'El-Rei, 1924.
A Situação (Lisboa), 1918-1919.
O Talassa (Lisboa), 1913-1914.
Vida Nova (Senhora Aparecida), 1911.
A Voz do Direito (Lisboa), 1912.
A Tarde (Lisboa), 1897-1899.

Livros, opúsculos e folhetos

Abreu, Gaspar de, *Memórias Políticas*, vol. 1, Prefácio de Alberto Pinheiro Torres, Braga, [s/e], 1960.
 Almeida, Fialho de, *Saibam Quantos... (Cartas e Artigos Políticos)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
 Almeida (Lavradio), D. José Luís de [Coordenação], *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947.
 Almeida, João de, *Sul de Angola: relatório de um governo de distrito*, [s/1, s/n], 1912.

- Almeida, João de, *Marrocos Terra Irredenta de Portugal*, Memorial apresentado ao Governo Português por um grupo de nacionais residentes em Marrocos, [s/1, s/n], 1917.
- Almeida, João de, *O espírito da raça portuguesa na sua expansão além-mar*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1931.
- Almeida, João de, *Em Prol do Comum*, Lisboa, Parceria A. Maria Pereira, 1931.
- Almeida, João de, *Nacionalismo e Estado Novo*, Lisboa, 1932.
- Almeida, João de, *O Estado Novo*, Lisboa, Parceria A. Maria Pereira, 1932.
- Almeida, João de, *O Ressurgimento Ultramarino. Grandeza e Romantismo duma geração*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1933.
- Almeida, João de, *A Cooperação dos Nativos na Expansão e na Defesa do Império*, Lisboa, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- Almeida, João de, *A Ocupação Portuguesa na África Contemporânea*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936.
- Almeida, João de, *Visão do Crente*, 2.ª ed., Livraria Tavares Martins, Porto, 1937.
- Almeida, João de, *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a sua Evolução Histórica*, Lisboa, Edição do Autor, 1950.
- Ameal, João, *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932.
- Ameal, João, *A Revolução da Ordem*, Lisboa, [s/n], 1932.
- Amorim, Diogo Pacheco de, *A Nova Geração*, Lisboa, França & Arménio Livreiros Editores, 1918.
- Arcos, Joaquim Paço de, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, vol. 1, Lisboa, Guimarães Editores, 1973.
- Beirão Caetano, *Uma Campanha Tradicionalista (com um estudo de António Sardinha)*, Lisboa, Livraria Lisbonense, 1919.
- Beirão, Caetano, *A Lição da Democracia*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1922.
- Bryner, Thomaz de Mello (Conde de Mafra), *Diário de um Monárquico 1908-1910*, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Bryner Andersen, s/1, s/e, 1993.
- Bryner, Thomaz de Mello (Conde de Mafra), *Diário de um Monárquico 1911-1913*, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Bryner Andersen, s/1, s/e, 1994.
- Cabral, António, *As Minhas Memórias Políticas. Em Plena República*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1932.
- Cabral, António, *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1933.
- Câmara, Leal da, *Miren Ustede. Portugal Visto de Espanha*, Porto, Livraria Chardron – Lello & Irmão Editores, 1917.
- Campos, Agostinho, *O Homem, a Ladeira e o Calbau. Breviário de Desencanto Político*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924.
- Cândido, Jacinto, *Memórias Íntimas para o meu filho (1898-1925)*, Prefácio do Dr. José Lopes Dias, Castelo Branco, Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1963.
- Candido, Zeferino, *O Canhão Vence... A verdade Convence*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1915.
- Carqueja, Bento, *O Povo Português*, Porto, Chardron, 1916.

- Carvalho, Ribeiro de, *A Rebelião Monárquica em Trás-os-Montes. Relatório Documentado*, Chaves, Tipografia Mesquita, 1919.
- Carvalho, Feliciano de (Org.), *Um ano de Ditadura – Discursos e Alocuções*, Lisboa, Lusitânia Editora, 1924.
- Carvalho, José Liberato Freire de, *Ensaio Historico-Politico sobre a Constituição e o Governo do Reino de Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1843.
- Castro, Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *A revolta de Monsanto de Janeiro de 1920*, Porto, Tipografia Mendonça, 1920.
- Castro, Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *As Minbas memórias - na metrópole e nas colónias*, vol. 1, Porto, Livraria Progredior, 1947.
- Castro, Joaquim Pereira Pimenta de Castro, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, Weimar, Wagner G. Humboldt, 1915.
- Cavalheiro, Rodrigues, «Um Inédito de António Sardinha sobre a Monarquia do Norte», Separata da Revista *Sulco* (n.ºs 15-16), Lisboa, 1968.
- Chagas, Álvaro Pinheiro, *O Movimento Monarchico. I O 28 de Janeiro e o 5 de Outubro*, Porto, Leitão & C., 1913.
- Chagas, Álvaro Pinheiro, *O Movimento Monarchico. II O Correio da Manhã*, Porto, Leitão & C., 1913.
- Chagas, João, *Diário I a IV*, prefácio de João B. Serra, Lisboa, Edições Rolim, 1986.
- Christo, Homem, *Banditismo Politico. A Anarchia em Portugal*, vol. I, Madrid, Edição do Autor, 1912.
- Cordeiro, Joaquim António da Silva, *A Crise em seus Aspectos Morais*, 2.^a edição, Estudo introdutório, organização e notas de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- Costa, Sousa, *Páginas de Sangue, vol II - Buiças, Costas & C.^a*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1939.
- Costa, Sousa, *Heróis Desconhecidos (Lisboa Revolucionária)*, Lisboa, Guimarães, 1935.
- Couceiro, Henrique de Paiva, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição do Autor, 1917.
- Couceiro, Henrique de Paiva, «Carta Aberta aos meus amigos e companheiros, *Acção Realista*, ano I, n.º 1, 1-11-1924.
- Couceiro, Henrique de Paiva, *O Soldado Prático*, Lisboa, [s/n], 1936.
- Couceiro, Henrique de Paiva, *Profissão de Fé*, Lisboa, Edições Gama, 1944.
- Crimes (Os) da Formiga Branca, Confidencias verídicas e sensacionaes d'um Juiz de Investigaçào*, Lisboa, Lamas & Franklin, 1915 (folhetos de 16 páginas).
- Cruz, Francisco Manso Preto, *Paiva Couceiro - Biografia Política e o In Memoriam*, Lisboa, [s/n], 1946.
- D'Arruela, José, *A Monarchia e a Republica. O programma do "Diário da Manhã"*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1914.
- Dias, Carlos Malheiro, *O Estado Actual da Causa Monarchica*, Lisboa, Edição do Autor, 1912.
- Dias, Carlos Malheiro, *Do Desafio à Debandada. I O Pesadelo*, Lisboa, Livraria Classica Editores, 1912.
- Dias, Carlos Malheiro, *Do Desafio à Debandada. II Cheque ao Rei*, Lisboa, Livraria Classica Editores, 1912.

- Dias, Carlos Malheiro, *Ciclorama Crítico de um Tempo (Antologia)*, Lisboa, Vega, 1982.
- Dias, José Lopes, *Cartas Políticas do Marquês do Lavradio a Tavares Proença*, Separata de Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1966.
- Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, 1941.
- Fazenda, Pedro, *A Crise Política (Em Portugal)*, Lisboa, Lumen, 1921.
- Fernandes, Estêvão Oliveira, *Os Crimes d'uma Defesa Política. Resposta de Estêvão Fernandes Oliveira ao folheto «Os Crimes da Justiça Política» publicado pelo advogado José Soares da Cunha e Costa*, Minerva Comercial, Évora, 1912.
- Ferrão, Carlos, *O Integralismo e a República. Autópsia de um mito*, vol. 1, Lisboa, Inquérito, s/d [1964].
- Ferraz, Manuel Inácio, *A Jornada de Monsanto em Defesa da Republica e a Acção do 27 de Abril. Relatório do grande republicano e revolucionário Manuel Ignacio Ferraz*, Lisboa, Centro Republicano 27 de Abril, 1919.
- Figueiredo, Avelino de, *A Minha Prisão. O primeiro movimento monárquico em Portugal*, Lisboa, Edição de Autor, 1961.
- Fonseca, Martinho da, *D. Mecia Mouzínbo de Albuquerque e os Presos Politicos (1912-1914)*, Lisboa, Typ. Do Anuario Commercial, 1914.
- Freitas-Branco, Alfredo de, *No Exílio. Scenas da Vida dos Conspiradores Monarchicos*, Lisboa, Livraria Editora, 1917.
- Galvão, Henrique, *História do Nosso Tempo (Acção e Obra de João de Almeida 1904-1910)*, Lisboa, s/n, 1931.
- Galvão, Manuel de Bethencourt e, *D. Miguel II e o seu Tempo*, Lisboa, Edições Gama, 1943.
- Gasset, Ortega y, *Obras Completas*, Tomo I, Madrid, Taurus, 2004.
- Gomes, Costa, *Memórias*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1930.
- Gomes, Manuel Teixeira, *Correspondência I - Cartas para Políticos e Diplomatas* (colectânea, introdução e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Portugália Editora, 1960.
- Jacome, Mário de Paiva, *A Guerra Actual e a Evolução da Sociedade*. Lisboa, Imprensa da Livraria Ferin, 1918.
- Le Bon, Gustave, *Psicologia das Multidões*, Lisboa, Delraux, 1980.
- Leal, Cunha, *As Minhas Memórias*, vol. II, «Na periferia do Tufão De 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926», Lisboa, Edição de Autor, 1967.
- Legislação Eleitoral Portuguesa (1820-1926)*, organização e introdução de Pedro Tavares de Almeida, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- Leitão, Joaquim, *Diário dos vencidos. Subsídios para a Historia da revolução de 5 de Outubro*, Porto, Edição do Autor, 1911.
- Leitão, Joaquim, *A Bandeira dos Emigrados (Repellindo uma Affronta)*, Porto, Edição do Autor, 1912.
- Leitão, Joaquim, *A Entrevista. Sem santo nem senha*, Porto, Edição do Autor, 1914.
- Leitão, Joaquim, *Couceiro, O Capitão Phantasma*, Porto, Edição do Autor, 1914.
- Leitão, Joaquim, *Em Marcha para a 2ª Incursão*, Porto, Edição do Autor, 1915.
- Leitão, Joaquim, *O Ataque a Chaves*, Porto, Edição do Autor, 1916.

- Leitão, Joaquim, *Annaes Políticos da Republica Portuguesa. I Da Proclamação da Republica ás Primeiras Tentativas de Restauração (Outubro de 1910 – Março de 1911)*, Porto, Magalhães & Moniz Editores, 1916.
- Lima, Campos, *O Reino da Traulitânia. 25 dias de reacção monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919.
- Lupi, Eduardo, *Aires de Ornelas*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936.
- Madureira, Joaquim, *Na Ferosa Estrivaria (Notas d'um Diario Subversivo)*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1912.
- Magalhães Joana Inês de Lemos Coelho de, *Luiz de Magalhães. A sua evolução espiritual*, Separata do Vol. XXV do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1959.
- Magalhães, Luís de, *Eduardo VII. Elogio Histórico Pronunciado na Sessão Solemne da Liga Monarchica do Porto em 20 de Junho de 1910*, Porto, Magalhães & Moniz, 1910.
- Magalhães, Luís de, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Amado, 1915.
- Magalhães, Luís de, *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925.
- Magalhães, Luís de, *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927.
- Magalhães, Luís de, *A Crise Monarchica. Documentos para a Historia e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello, 1934.
- Magro, Abílio, *A Revolução de Couceiro*, Porto, Imprensa Moderna, 1912.
- [Margaride] Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo, *O Combate de Vila Real em 8 de Janeiro de 1919*, Tip. Minerva Vimaranesse, Guimarães, 1921.
- Margaride, Alberto [Cardoso Martins de Meneses Macedo], [folheto sem título], 1928.
- Margaride, Alberto [Cardoso Martins de Meneses Macedo], *A Hora da Justiça*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1934
- Martins, Rocha, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921.
- Martins, Rocha, *A Monarquia do Norte*, 2 vol., Lisboa, ABC, 1922.
- Martins, Rocha, *D. Manuel II. História do seu Reinado e da Implantação da República*, Lisboa, Edição de Autor, 1931.
- Martins, Rocha, *Vermelhos, Brancos e Azuis*, 3 vol., Lisboa, Organizações Crisalis, 1948-1951.
- Martins, Rocha, *O Regicídio*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2007.
- Mello, Maria Teresa de Souza Botelho e, *Memórias da Condessa de Mangualde Incursões Monárquicas 1910-1920*, prefácio de Vasco Pulido Valente, Lisboa, Quetzal Editores, 2002.
- Moncada, Luís Cabral de, *Memórias Ao longo de uma vida (Pessoas, factos, ideias) 1888-1974*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992.
- Moniz, Egas, *Um Ano de Política*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada Editora, 1919.
- Na Morte de Sidónio Pais (Com uma nota referente ao actual momento político em Portugal)*, Tuy, Tipografia Regional, 1919.
- A Obra da República*, Separata do *Jornal A Monarquia* Lisboa, [s/n], 1919.

- Ornelas, Aires de, *A nossa administração colonial. O que é, o que deve ser*, Conferência realizada na Sociedade de Geografia em a noite de 30 de Novembro de 1901, Lisboa, 1903.
- Ornelas, Aires de, *Política Marítima Nacional*, Conferência realizada na Sede da Liga naval Portuguesa, Lisboa, Liga naval Portuguesa (Centro Typographico Colonial) 1910.
- Ornelas, Aires de, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Livraria Portugal Editora, Lisboa, 1914.
- Ornelas, Aires de, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916.
- Ornelas, Aires de, *O Império Colonial Português perante a Guerra Actual*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1917.
- Ornelas, Aires de, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1918.
- Ornelas, Aires de, *O Ultramar Português. O que foi e o que é perante o conflito actual*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919.
- Pabón, Jesús, *La Revolución Portuguesa (De Don Carlos a Sidónio Pais)*, Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1941.
- Penela, Conde de, *Negocios, Torpezas e vicios danosos a la Salud del Pueblo de Portugal*, Vigo, 1919.
- Pimenta, Alfredo, *Política Portuguesa. Elementos para a Solução da Crise Nacional*, Coimbra, Moura Marques, 1913.
- Pimenta, Alfredo, *A Significação Philosophica da Guerra Europeia. O Imperialismo Contemporâneo*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1915.
- Pimenta, Alfredo, *Política Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d, [1917].
- Pimenta, Alfredo, *A Situação Política*: conferencia realisada no Salão Nobre da Liga Naval Portuguesa, na noite de 26 de Fevereiro de 1918, Lisboa, Livraria Ferreira, 1918.
- Pimenta, Alfredo, *A Revolução Monarchica*, Lisboa, Edição do Autor, 1919.
- Pimenta, Alfredo (Org.), *Cartas Políticas de D. Manuel II*, Com um prefácio de um «Monarchico», Lisboa, Portugália, 1922.
- Pimenta, Alfredo, *Nas Vésperas do Estado Novo*, Lisboa, Nova Arrancada, 1998.
- Pimentel, João Sarmiento, *Memórias do Capitão*, Porto, Editorial Inova, 1974.
- Proença, Raul, *Polémicas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.
- Questão (A) Dinástica. Documentos para a Historia mandados coligir pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Empresa Nacional de Industrias Gráficas, 1921.
- Ramos, Júlio Gonçalves, *Um Anjo Visível Homenagem a D. Constança Telles da Gama (Cascaes)*, Lisboa, Typographia Portuguesa, 1913.
- Rangel, Joaquim, *Um Episódio da Monarquia do Norte*, Porto, [s/ed.], 1932.
- Raposo, Hipólito, *Folhas do meu Cadastro*, vol. 1 (1911-1925), Lisboa, Edições Gama, 1945
- Relvas, José, *Memórias Políticas*, 2 vol., prefácio de João Medina e apresentação de notas de Carlos Ferrão, Lisboa, Terra Livre, 1977.
- Salazar e Pimenta. Correspondência 1931-1950*, Prefácio de Manuel Braga da Cruz, Lisboa, Verbo, 2008.
- Santos, Machado, *A Revolução Portuguesa 1907-1910*, prefácio de António Reis, Lisboa, Sextante Editora, 2007.

- Santos, Machado, *A Ordem Publica e o 14 de Maio*, Papelaria e Tipografia Liberty, Lisboa, 1916.
- Sardinha, António, *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida Miranda Sousa, 1915.
- Sardinha, António, *Processo dum Rei*, Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1937.
- Sardinha, António, *Ao Princípio era o Verbo*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Restauração, 1959.
- Separação (A). Decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911. As Reclamações dos Catolicos (publicação feita por um grupo de catholicos de Lisboa)*, relator e editor Domingos Pinto Coelho, Lisboa, Typographia da Papelaria Progresso, 1913.
- Silva, M. Abúndio da, *Cartas a um Abade. Alguns aspectos da Questão Político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz e C.ª Livreiros Editores, 1913.
- Soares, A. Ferreira, *Viana Na Insurreição de 1919. Impressões e Notas*, Ponte de Lima, Tipografia Guimarães, 1920.
- Sotto-Mayor, D. Miguel, *A Realeza de D. Miguel. Resposta a um livro do sr. Tomaz Ribeiro* [1ª edição, 1882], Prefácio de João Ameal, Coimbra, Livraria Atlântida, 1929.
- Sousa, António Pereira de, *No Julgamento de Couceiro (Discurso de defesa proferido no tribunal do 2.º distrito criminal desta cidade em 17 de Junho de 1912)*, Porto, Edição do Autor, [s/d].
- Teixeira, Luís, *Heróis da Ocupação*, Lisboa, Editorial Ática, 1943.
- Valente, Manuel, *A contra-revolução monarchica*, Porto, Edição do autor, 1912.

2. Bibliografia

2.1 *Histórias de Portugal, Histórias Gerais, Cronologias, etc.:*

- Ameal, João, *História de Portugal*, IV Edição, Porto, Livraria Tavares Martins, 1958.
- Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.
- Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 1998.
- Brandão, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa. Uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- Broz, Bernard, Rowley, Anthony, *História do Século xx*, 1.º vol., 2.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999.
- Maltez, José Adelino, *Tradição e Revolução. Uma biografia de Portugal Político do século XIX ao XXI*, vol. II, Lisboa, Tribuna, 2005.
- Marques, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, Das Revoluções liberais aos nossos dias, 13.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- Medina, João (dir.), *História de Portugal*, Amadora, Ediclube, vols. XIII e XIV, s/d.
- Peres, Damião (Dir.), *História de Portugal*, Suplemento I, Lisboa, Barcelos Portucalense, 1954.

- Ramos, Rui, «A Segunda Fundação», in Mattoso, José (dir.) *História de Portugal*, vol. 6, [s/l], Círculo de Leitores, 1995.
- Roberts, J. M., *História do Século XX*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2007.
- Serrão, Joel e Marques, A. H. Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IX «Portugal e a Instauração do Liberalismo», Lisboa, Editorial Presença, 2002.
- Serrão, Joel e Marques, A. H. Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. X «A Regeneração», Lisboa, Editorial Presença, 2004.
- Torgal, Luís Reis, Catroga, Fernando, Mendes, José Amado, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, 2 vol., Lisboa, Temas e Debates, 1998.

Artigos e livros

- Afonso, Aniceto, *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Notícias Editorial, 2000.
- Alexandre, Valentim, «Nação e Império», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, [s/l], Círculo de Leitores, 1998.
- Alexandre, Valentim, *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.
- Allegro, José Luciano Sollari, *Para a História da Monarquia do Norte*, Lisboa, Bertrand, 1988.
- Almeida, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista*, Lisboa, Difel, 1991.
- Almeida, Pedro Tavares de, Fernandes, Paulo Jorge, Santos, Marta Carvalho dos, “Os deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2006, pp. 399-417.
- Almeida, Pedro Tavares de, Marques, Tiago Pires (Org.), *Lei e Ordem Justiça Penal, Criminalidade e Polícia nos Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- Andrade, Maria Ivone de Ornellas de, *A Contra-Revolução em Português José Agostinho de Macedo*, vol. II, Lisboa, Edições Colibri, 2004.
- Arendt, Hannah, *Entre o Passado e o Futuro. Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2006.
- Arostegui, Júlío (ed), “Violencia y Política en España”, in *Ayer*, 13, Madrid, Marcial Pons, 1994.
- Arrifes, Marco Fortunato, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004.
- Artola, Miguel, *Partidos y Programas Políticos 1808-1936*, 2 tomos, Madrid, Aguilar, 1974.
- Baiôa, Manuel (ed.), *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedade da Universidade de Évora, 2004.
- Barreira, Cecília, *Nacionalismo e Modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981.
- Brito, António José de, *Reflexões acerca do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Verbo, 1965.

- Burgos, Manuel Espadas, *Alfonso II y Los Orígenes de la Restauración*, Madrid, C.S.I.C., 1975.
- Caeiro, Joaquim Manuel Croca, *Os Militares no Poder. Uma análise histórico-política do liberalismo à revisão constitucional de 1959*, Lisboa, Hugin Editores, 1997.
- Calzada, Pablo Cepeda, *Las Ideas Políticas de Ortega e Gasset*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1968.
- Canal, Jordi, «A contra-revolução em movimento: carlismo e violência política em Espanha (1876-1939)», *Ler História*, n.º 46, Lisboa, 2004, pp. 161-191.
- Canal, Jordi, *El Carlismo. Dos siglos de contrarrevolución en España*, Madrid, Alianza Editorial, 2004.
- Canfora, Luciano, *A Democracia. História de uma Ideologia*, Lisboa, Edições 70.
- Cannadine, David (Coordenação), *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006.
- Carr, Raymond, *España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*, Barcelona, Ariel, 1983.
- Carrilho Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. xx. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- Carvalho, Paulo Archer de, «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1996, pp. 231-243.
- Carvalho, Paulo Archer de, «Três teses sobre a ucrónia e a floresta utópica. A propósito do Integralismo Lusitano», in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Instituto de História das Ideias, Coimbra, 2003, 357-414.
- Castelo-Branco, Miguel, *Homem Cristo Filho. Do Anarquismo ao Fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada, 2001.
- Catroga, Fernando, «Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social», in *Revista de História das Ideias*, n.º 1, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1977, pp. 287-394.
- Catroga, Fernando, «O Problema Político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins», Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. III, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1981, pp. 1-180.
- Catroga, Fernando, «O Laicismo e a questão religiosa em Portugal», in *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, (1º).
- Catroga, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Origem ao 5 de Outubro*, 2 vol., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.
- Catroga, Fernando, «O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX e XX)», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001, pp. 255-354.
- Catroga, Fernando, *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil*, Coimbra, Almedina, 2006.
- Catroga, Fernando, Carvalho, Paulo Archer de, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.
- Compagnon, Antoine, *Los antimodernos*, Barcelona, Acantilado, 2007.
- Cruz, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980.

- Cuevas, Pedro Carlos González, *El Pensamiento político de la derecha española en el siglo xx. De la crisis de la Restauración al Estado de partidos (1898-2000)*, Madrid, Tecnos, 2005.
- Cunha, Norberto Ferreira da, «A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico: Canto e Castro», in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2006, pp. 359-397.
- Desvignes, Ana Isabel Sardinha, *António Sardinha (1887-1925) Um Intelectual no Século*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006.
- Dias, José Lopes, «O Batalhão Académico de Coimbra de 1919», in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, n.º 48-49, Abril/Julho – 1974, pp. 20-47.
- Eccleshall, Robert et alli, *Ideologías Políticas*, 2ª ed., Madrid, Tecnos, 2004.
- Fava, Fernando Mendonça, «Houson Stewart Chamberlain. Apontamento breve», *Cadernos do CEIS20*, n.º 5, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx, 2007.
- Fava, Fernando Mendonça, «Canto e Castro – Um monárquico na Presidência da República», *Cadernos do CEIS20*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx, 2008.
- Fernandes, António Teixeira, *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*, 2.ª ed., Porto, Edições Afrontamento, 1998.
- Ferreira, David, *História Política da I República Portuguesa (1910-1915)*, 2 vol. Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
- Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- Fraga, Luís Alves de, «Portugal na Grande Guerra – Uma mudança estratégica?», in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2006, pp. 323-357.
- Fraga, Luís Alves de, *General Tomás Garcia Rosado. O Outro Comandante do C.E.P. – França*, Lisboa, Prefácio, 2006.
- Garnel, Maria Rita Lino, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- Gauchet, Marcel, *L'Avènement de la Démocratie II La Crise du Libéralisme*, Paris, Gallimard, 2007.
- Gengembre, Gerard, *La Contre-Revolution ou L'histoire Désespérante*, Paris, Editions Imago, 1989.
- Gilbert, Martin, *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.
- Godinho, Vitorino Magalhães, *Vitorino Henriques Godinho. Pátria e República*, Lisboa, Assembleia da República e D. Quixote, 2005.
- Gómez, Hipólito de la Torre e Marques, A. H. de Oliveira, *Contra-revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas e realidades, 1985.
- Gómez, Hipólito de la Torre, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- Gómez, Hipólito de la Torre, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- Gómez, Hipólito de la Torre, *Do "Perigo Espanhol" à Amizade Peninsular 1919-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- Gray, John, *O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

- Guerreiro, Jerónimo, *Monsenhor Aloisi Masella e o Arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes (1918-1920)*, Évora, [s/n], 1968.
- Habermas, Jürgen, *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990.
- Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos. História Breve do Século xx 1914-1991*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- Hobsbawm, Eric, *A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*, 2ª. Ed., Lisboa, Terramar, 2004.
- Holmes, Stephen, *The Anatomy of Antiliberalism*, Cambridge, Harvard University Press, 1996.
- Homem, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva História, 1989.
- Homem, Amadeu Carvalho, *O Primeiro Conde de Arno e o seu Tempo*, V. N. de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.
- Homem, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001.
- Homem, Amadeu Carvalho, “Constituição de 1911: Programa de uma Burguesia Livre-Pensadora”, in *História*, n.º 43, Março de 2002, pp. 32-37.
- Homem, Amadeu Carvalho (coordenação), *Um Século de Lutas Académicas*, Coimbra, Editorial Moura Pinto, 2007.
- Homem, Amadeu Carvalho, et al., *Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal 1889-1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.
- Homem, Amadeu Carvalho, «Riso e Poder. Uma abordagem teórica da caricatura política», in *Revista de História das Ideias*, vol. 28, Coimbra, Faculdade de Letras, 2007, pp. 697-721.
- Juliá, Santos (Direcção), *Violencia política en la España del siglo xx*, Madrid, Taurus, 2000.
- Leal, Ernesto Castro, «Quirino Avelino de Jesus, um católico «pragmático»: notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política (1894-1926)», in *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, 6, Lisboa, 1994, pp. 335-389.
- Leal, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada nacional Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português 1910-1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- L’Heuillet, Hélène, *Alta Polícia Baixa Política. Uma visão sobre a Polícia e a relação com o Poder*, Lisboa, Notícias Editorial, 2004.
- Lipset, Seymour Martin, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, 1992.
- Loia, Luís, *Liberalismo Constitucional 1826-1926. O Pensamento Político de Luís de Magalhães*, Lisboa, Tribuna, 2008.
- Lopes, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- Macedo, Jorge Borges de, «Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses. Ensaio de formalização concreta», in *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Ministério da Educação, 1990, pp. 193-213.
- Madureira, Arnaldo, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

- Marcet, Sílvia Enrich, *Las Tentativas de Restauración Monárquica Portuguesa en Relación con España (1911-1912)*, Salamanca, Caja Duero, 2004.
- Marques, A. H. Oliveira, *A Primeira República Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- Marques, Fernando Pereira, *Exército e Sociedade em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1989.
- Martínez, Soares, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais [1910-1926]*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001.
- Martinó, António M., *João de Azevedo Coutinho Marinheiro e soldado de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- Matos, Sérgio Campos, «História e Ficção em Oliveira Martins. Imagens de Degenerescência», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2000.
- Matos, Sérgio Campos (Coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- Medina, João, *Salazar, Hitler e Franco*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- Meneses, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- Morais, Jorge, *Com permissão de Sua Majestade. Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*, s/l, Via Occidentalis, 2005.
- Moura, Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
- Neto, Vítor, «A Questão Religiosa na 1ª República – A posição dos padres pensionistas», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1987.
- Neto, Vítor, *O Estado, A Igreja e a Sociedade (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- Neto, Vítor, «Abel Botelho. Quadros de Patologia Social», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2000.
- Neto, Vítor, «O Nacionalismo Católico em Jacinto Cândido», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001, pp. 395-417.
- Nisbet, Robert, *O Conservadorismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- Novais, Noémia Malva, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2006.
- Parker, Noel, *As Revoluções e a História. Ensaio Interpretativo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
- Pereira, Ana Leonor, «Raças e História: imagens nas décadas finais de oitocentos», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 14, Faculdade de Letras, Coimbra, 1992.
- Pinto, José António Faria, «O Imparcial (1912-1919). Um Jornal da Resistência Católica à Primeira República», in *Studium Generale*, nº. 0, Porto, Editora, 1979.
- Pinto, Paulo Mendes, *António Xavier Correia Barreto. Biografia de um Presidente do Senado*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.
- Pires, António Machado, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, 2.ª ed., Lisboa, Veja, 1992.
- Proença, Maria Cândida, *D. Manual II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

- Quintas, José Manuel, *Filhos de Ramires. As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004.
- Ramalho, Miguel Nunes, *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912-1917)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001.
- Ramalho, Miguel Nunes, *A Opressão Salazarista e a Força da Liberdade. Alfredo de Sousa, um resistente*, Lisboa, Prefácio, 2007.
- Ramos, A. Jesus, «A Igreja e a república», separata de *Didaskalia*, vol. XIII, 1983.
- Ramos, Rui, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- Ramos, Rui, «Sobre o carácter revolucionário da Primeira República Portuguesa (1910-1926): uma primeira abordagem», in *Polis*, n.º 9/12, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2003, pp. 5-60.
- Ramos, Rui «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in Manuel Baiôa (ed.), *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedade da Universidade de Évora, 2004, pp. 185-246.
- Ramos, Rui, «Para uma história política da cidadania em Portugal», *Análise Social*, vol. XXXIX (172), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004, pp. 547-569.
- Reis, António (Coord. Científica), *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século xx*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.
- Rémond, René, *Les Droits en France*, Paris, Edition Aubier, Montaigne, 1982.
- Rémond, René, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva, 1994.
- Renault, Alain (dir.), *História da Filosofia Política 4. As Críticas da Modernidade Política*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002.
- Ruano-Borbalan, Jean-Claude (Coord.), *L'Histoire aujourd'hui*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, 1999.
- Samara, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- Santos, Joaquim António Fernandes dos, *Do Império da Raça à «Raça do Império» (Etnicidade e Colonialismo, 1870-1914)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Coimbra, Faculdade de Letras, 2002.
- Santos, Miguel Dias, «Os monárquicos e o sidonismo», in *História*, n.º 32, Lisboa, Janeiro de 2001, pp. 10-16.
- Santos, Miguel Dias, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- Santos, Miguel Dias, «Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», in *Estudos do Século xx*, n.º 3, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx, 2003, pp. 83-112.
- Santos, Miguel Dias, «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a 'Vida Nova'», in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra, Faculdade de Letras, 2003, pp. 311-353.
- Santos, Miguel Dias, *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, cultura e política*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

- Santos, Miguel Dias, «O Mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico», in *Estudos do Século xx*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx, 2008, pp. 277-291.
- Silva, Armando B. Malheiro da, *Miguelismo Ideologia e Mito*, Coimbra, Livraria Minerva, 1993.
- Silva, Armando B. Malheiro da, Damásio, Luís Pimentel de Castro, *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2000.
- Silva, Armando B. Malheiro da, «A escrita da história da I República Portuguesa», in *Ler História*, 38 (2000), pp. 197-254.
- Silva, Armando Malheiro da, *Os conspiradores do sul da Galiza: as incursões monárquicas (1911-1912) na literatura portuguesa*, Braga, Real Associação, 2001.
- Silva, Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e o Sidonismo*, 2 vol., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- Silva, Francisco Ribeiro da (Introd. e notas), *Coronel Hélder Ribeiro. Correspondência recebida (1902-1931)*, Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997.
- Silva, Helena Moreira da, «Monarquia do Norte 1919», in *Batalhas da História de Portugal*, Porto, Quidnovi, 2006.
- Sternhell, Zeev (org.), *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999.
- Sternhell, Zeev, *Maurice Barres et le nationalisme français*, Paris, Fayard, 2000.
- Tavares, José, «Aveiro contra a 'traulitânia'», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 157, Janeiro, Fevereiro e Março 1974, pp. 27-37.
- Teixeira, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- Teixeira, Nuno Severiano, Pinto, António Costa (Coord.), *A Primeira República entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- Telo, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, 1977.
- Telo, António José, *Decadência e Queda da 1ª República*, 2 vol., Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1980-1984.
- Témime, É., Broder, A., Chastagnaret, G., *Historia de la España contemporánea. Desde 1808 hasta nuestros días*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985.
- Thiesse, Anne-marie, *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.
- Torgal, Luís Reis, *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1973.
- Torgal, Luís Reis, *António José de Almeida e a República*, selecção de imagens de Alexandre Ramires, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.
- Valente, Vasco Pulido, *A «República Velha» (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, [s/l], Círculo de Leitores, 1999.
- Valente, Vasco Pulido, *Os militares e a Política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

- Valente, Vasco Pulido, *Um Herói Português. Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Altheia Editores, 2006.
- Ventura, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialista em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- Vera, Cristián Garay, «Nacionalismo, Tradicionalismo, Conservadurismo y Liberalismo censitário. Aproximaciones para el debate», in *Revista de Historia*, año 9-10, vol. 9-10, 1999-2000.
- Vincent-Smith, Jonh, *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.
- Volovitch, Marie-Christine, «As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-1912)», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3.º-4.º-5.º, pp. 1197-1210.
- Weber, Max, *Três Tipos de Poder e outros Escritos*, Lisboa, Tribuna, 2005.
- Wheeler, Douglas L. *História de Portugal 1910-1926*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1978.

Colecção
República

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2010

